



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2176

Quarta-feira - 25 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	3	Guaraciaba .....	259	Peritiba.....	505
Anchieta .....	5	Guaramirim.....	260	Pinheiro Preto .....	506
Anita Garibaldi .....	6	Guarujá do Sul .....	261	Planalto Alegre.....	510
Antônio Carlos .....	7	Herval d'Oeste .....	262	Pomerode.....	511
Arabutã .....	10	Imbituba .....	265	Porto União.....	513
Arroio Trinta.....	11	Indaial.....	273	Pouso Redondo.....	517
Ascurra.....	12	Ipumirim .....	275	Presidente Nereu.....	518
Barra Bonita.....	13	Irineópolis .....	280	Princesa .....	523
Barra Velha.....	36	Itá .....	281	Rio dos Cedros.....	542
Benedito Novo .....	38	Itapiranga.....	282	Rio do Sul.....	540
Biguaçu .....	39	Itapoá .....	381	Santa Rosa de Lima.....	543
Blumenau .....	41	Ituporanga .....	386	Santa Terezinha do Progresso .....	545
Bom Jardim da Serra .....	49	Jaraguá do Sul .....	387	Santiago do Sul.....	546
Bom Jesus do Oeste .....	89	Joaçaba .....	393	São Bento do Sul.....	553
Bom Retiro .....	90	Lacerdópolis.....	397	São Domingos.....	559
Braço do Trombudo .....	91	Lages .....	399	São João Batista.....	561
Brusque.....	92	Laguna .....	400	São João do Oeste .....	569
Caçador.....	99	Lajeado Grande.....	401	São João do Sul .....	570
Camboriú.....	101	Lauro Muller .....	402	São Joaquim .....	571
Campo Alegre .....	103	Lebon Regis.....	407	São José.....	572
Campos Novos.....	105	Lindóia do Sul.....	408	São José do Cedro.....	576
Canoinhas.....	106	Lontras.....	409	São Lourenço do Oeste.....	579
Capinzal .....	117	Luzerna .....	410	São Miguel do Oeste.....	582
Caxambu do Sul.....	121	Mafra .....	449	São Pedro de Alcântara.....	583
Celso Ramos.....	124	Maracajá .....	450	Schroeder.....	587
Chapadão do Lageado .....	126	Maravilha.....	451	Seara .....	591
Chapecó .....	127	Marema .....	454	Serra Alta .....	624
Cocal do Sul.....	128	Massaranduba.....	455	Siderópolis.....	628
Concórdia .....	129	Meleiro .....	472	Sombrio.....	629
Coronel Martins.....	131	Modelo .....	474	Sul Brasil .....	630
Correia Pinto.....	133	Mondaí.....	476	Tigrinhos .....	632
Corupá .....	135	Monte Carlo .....	477	Tijucas .....	633
Curitibanos.....	136	Morro da Fumaça .....	478	Timbé do Sul .....	634
Dionísio Cerqueira .....	155	Morro Grande.....	480	Timbó .....	635
Doutor Pedrinho.....	156	Navegantes.....	481	Treze Tilias .....	646
Faxinal dos Guedes.....	159	Nova Trento .....	484	Trombudo Central.....	648
Flor do Sertão .....	161	Novo Horizonte .....	488	Tunápolis.....	650
Forquilha.....	164	Orleans .....	492	Vargem Bonita .....	652
Fraiburgo.....	166	Ouro Verde .....	493	Vidal Ramos.....	653
Galvão.....	185	Paial.....	494	Videira.....	656
Garopaba.....	187	Palhoça .....	499	Vitor Meireles.....	676
Garuva .....	188	Palma Sola.....	500	Xanxerê.....	679
Gaspar .....	189	Palmitos .....	502	Xavantina .....	681
Governador Celso Ramos .....	192	Paraíso .....	503	Xaxim.....	682
Grão Pará .....	220	Paulo Lopes .....	504	Zortéa .....	683

### Associações

AMERIOS.....	684	AMREC .....	686
AMFRI .....	685		



# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 2176

Quarta-feira - 25 de Janeiro de 2017

Florianópolis/SC

### Sumário

#### Consórcios

AGIR .....	687
CIMCATARINA.....	694
CIMVI .....	704
CIS/AMARP .....	704
CIS/AMFRI.....	730
CIS/AMMVI .....	730
CISAM .....	731
Consórcio - CVC .....	732
CPIMMOC .....	732
CIS/AMERIOS .....	753

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 016, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDER FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias regulamentares aos Servidores Público Municipais em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
485	FRANCARLO GOUVEA	12/05/2015	20/05/2016	23/01/2017	21/02/2017
515	ADÃO GARCIA	01/12/2015	30/11/2016	30/01/2017	28/02/2017

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 23 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas publicações

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017 - FMS

A Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Vilmar José Zonta, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o credenciamento de empresa(s) especializada(s) na realização de exames laboratoriais especificados no Anexo "B" do Edital de Credenciamento 001/2017, para atendimento à população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Gerencia Municipal de Saúde, em favor da empresa LABORATÓRIO PERITIBA LTDA, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com vigência até 31/12/2017.

Alto Bela Vista, SC, 20 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 014, DE 19 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 086/2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 dias de Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, ELTON RECH, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 222, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 23/08/2010 a 22/08/2015, período de gozo de 19 de janeiro a 17 de fevereiro de 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 19 de janeiro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 015, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.**

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 93 Seção V Par.1º,2º,3º,4º, e 5º, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, JULIANA MARIA BALDASSO, matriculada sob o n.º 769, ocupante do cargo em caráter temporário de PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA, pelo período de 180 dias, em conformidade com o atestado expedido pelo Dr. ANIR OMAIRI inscrito no CRM/SC 7.018, na data de 20 de janeiro de 2017, dos quais, 60 (sessenta) dias, serão de responsabilidade do Município, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 023 de 19 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão reembolsadas pelo RGPS (Regime da Previdência Social), no período de 20 de janeiro de 2017 à 19 de maio de 2017, sendo que o restante do período compreendido de 20 de maio à 18 de julho de 2017, serão consignados em dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 20 de janeiro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL N 003/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2017

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial de Registro de Preço para aquisição de medicamentos para a distribuição gratuita aos pacientes atendidos nas Unidades Básicas de Saúde do Centro e João Café Filho, para o período de 12 meses após data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:15 horas do dia 08/02/2017. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 24 de Janeiro de 2017.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS Nº001/2017**

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI – SC

EDITAL Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS

Objeto: Abre inscrições e estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos para formação de cadastro de reserva e para contratação temporária de pessoal no Município de Anita Garibaldi/SC.

Tipo: Processo Seletivo por prova e análise de títulos

Informações Complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page: [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br). Qualquer informação, bem como auxílio, poderá ser obtida no Departamento de informação ao candidato na Secretaria Municipal de Educação, no endereço: Rua Pedro Zampieri, n 171, Centro, na cidade de Anita Garibaldi /SC, de segunda a sexta em horário de expediente normal.

Anita Garibaldi/SC, 24 de janeiro de 2017.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017****AVISO DE ERRATA**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório nº 009/2017 – modalidade Pregão Presencial nº 009/2017, que possui como objeto a “contratação de empresa especializada em serviços de limpeza de equipamentos de ar condicionado instalados nas Unidades Escolares, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e na Biblioteca Pública do Município de Antônio Carlos/SC”, fica alterado o ANEXO I do Edital.

Desta forma, onde se lia:

**ANEXO I**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

**QUADRO DE QUANTITATIVOS , ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QDE	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de limpeza de equipamentos de ar condicionado, tipo janela, com retirada do equipamento do local, para limpeza e higienização dos filtros, equipamentos e recolocação onde estava instalado.	10	R\$ 266,00	R\$ 2.260,00
2	Serviço de limpeza de equipamento de ar condicionado, tipo split, com limpeza dos filtros, verificação de presença de fungos e aplicação de hipoclorito de sódio em caso de necessidade. Equipamentos com capacidade de até 18.000 Btu's.	50	R\$ 216,00	R\$ 10.800,00
3	Serviço de remoção e instalação de ar condicionado, tipo split, 12.000 Btu's em novo local e limpeza dos equipamentos e assessorios.	02	R\$ 350,00	R\$ 350,00
		TOTAL		R\$ 13.810,00

Valor total dos itens: R\$ 13.810,00 (treze mil oitocentos e dez reais)

Leia-se:

**ANEXO I**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

**QUADRO DE QUANTITATIVOS , ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QDE	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de limpeza de equipamentos de ar condicionado, tipo janela, com retirada do equipamento do local, para limpeza e higienização dos filtros, equipamentos e recolocação onde estava instalado.	10	R\$ 266,00	R\$ 2.660,00
2	Serviço de limpeza de equipamento de ar condicionado, tipo split, com limpeza dos filtros, verificação de presença de fungos e aplicação de hipoclorito de sódio em caso de necessidade. Equipamentos com capacidade de até 18.000 Btu's.	50	R\$ 216,00	R\$ 10.800,00

3	Serviço de remoção e instalação de ar condicionado, tipo split, 12.000 Btu's em novo local e limpeza dos equipamentos e assessorios.	02	R\$ 350,00	R\$ 700,00
		TOTAL		R\$ 14.160,00

Valor total dos itens: R\$ 14.160,00 (quatorze mil cento e sessenta reais).

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 24 de janeiro de 2017.

VANESSA KOCH MANNES  
Pregoeira

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015** EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: DMI DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA.; Objeto o presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na "contratação de empresas/clínicas da saúde para realização de serviços de exames USG (ultrassonografia) relacionados no Anexo I do Edital, para pacientes do Município de Antônio Carlos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, mediante agendamento prévio, em Empresa/Clínica, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis", conforme Processo Licitatório nº 001/2015 – Credenciamento nº 01/2015. Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 10 de fevereiro de 2018. Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2017.

Geraldo Pauli  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017** PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

LUCIANO DA CUNHA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelas considerações que seguem abaixo:

CONSIDERANDO, a necessidade da administração pública municipal em firmar a contratação de empresa para a prestação de serviços de Postagem, Entrega de Carnes de Tributos (Alvará, IPTU, ISS), Notificações Gerais e outros;

CONSIDERANDO, a ausência de competitividade para prestação dos serviços em questão, uma vez que existe apenas uma agência franqueada dos correios no Município, bem como inexistem empresas no município, públicas ou privadas, que realizam atividade semelhante e compatível com as necessidades da administração pública municipal;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93, que autoriza a inexigibilidade de processo licitatório quando restar verificada a ausência de competitividade;

CONSIDERANDO, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que já pacificou entendimento pela possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação, conforme decisão prolatada no Prejulgado nº 1651.

RESOLVE:

Autoriza a contratação de serviço do objeto abaixo descrito:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de Postagem, Entrega de Carnes de Tributos (Alvará, IPTU, ISS), Notificações Gerais e outros para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores.

Valor e condição de pagamento: O valor da presente inexigibilidade é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) pagáveis até 15 (quinze) dias após execução dos serviços, mediante a apresentação da respectiva fatura/nota fiscal emitida pela empresa contratada, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Prefeitura Municipal de Antonio Carlos no período.

Prazo: O prazo de duração do contrato é de 01 (um) ano, com início em 24/01/2017 até 24/01/2018.

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Fundamento da Despesa: As despesas correrão por conta das dotações:

03.01.2003.3.3.90.00.0.1.00 (41)

Antônio Carlos, 24 de janeiro de 2017.

LUCIANO DA CUNHA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 113/2017

PORTARIA Nº. 113/2017

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 28 DE FEVEREIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de fevereiro de 2017 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	01 a 09/02/2017
MARCELO KIEKOW	Motorista	10 a 18/02/2017
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	19 a 28/02/2017

II – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
VILSON FIAMETTI	Motorista	01/02/2017 a 05/02/2017
OLIVER FEDRIZZI	Motorista	06/02/2017 a 12/02/2017
ANDRE WENTZ	Motorista	13/02/2017 a 19/02/2017
LEOCIR RODHE	Motorista	20/02/2017 a 26/02/2017

III– Para atendimentos de urgência e emergência, na vigilância sanitária e ambiental, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
GILMAR COUSSEAU	Vigilante Sanitário	02 a 28/02/2017

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 24 de janeiro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2017 - TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR 2017 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EM DIAS ESPECIALMENTE MARCADOS PARA ATIVIDADES QUE INCLUAM A PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS, SEGUNDO OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DOS ITINERÁRIOS A SEREM PERCORRIDOS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 07/02/2017.

Abertura dos Envelopes: Às 10h:00 do dia 07/02/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br), [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 24 de fevereiro de 2017.

Ildefonso Cividini

Prefeito Municipal em Exercício

# Ascurra

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 6/2017**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 6/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 7/2/2017 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, TRANSPORTES DIVERSOS, INCLUINDO O TRANSPORTE DE IDOSOS, ATLETAS DA CME E TRANSPORTES EVENTUAIS –INTERMUNICIPAL, CONFORME AS NECESSIDADES DA MUNICIPALIDADE, conforme informações adicionais previstas no termo de referência e edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 25 de janeiro de 2017.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº910/2017 COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

DECRETO 910/2017

"CONSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC REVOGA O DECRETO Nº843/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 685/2013 de 20 de dezembro de 2013 e, inciso VI do art.73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

DECRETA

Art.1º. Fica constituída a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, com os seguintes membros:

COORDENADOR: PAULO SERGIO BOFF

SECRETÁRIO: MARLI CAUS DE LUCA

CONSELHO MUNICIPAL:

- I – Gilmar Meneguzzo, Presidente da Câmara de Vereadores;
- II – Jean Christofolli, representante da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
- III – Luiz Antonio Zacarron, representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV– Genésio Trevisan, representante da Secretaria Municipal da Agricultura.

CONSELHO TÉCNICO:

- I – Claudenir Natal Stella, Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;
- III – Nilva Bau Boss, Secretária Municipal de Saúde;
- IV – Neura Deres, Secretária Municipal de Assistência Social.
- V– Thiago Sartor Carvalho, representante do Corpo de Engenharia municipal.

CONSELHO COMUNITÁRIO:

- I – Valdir Tepe Sargento, representante do Destacamento de Polícia Militar do Município;
- II– José Boff, representante das associações comunitárias;

AGENTES DA DEFESA CIVIL:

- I – Giovane Luiz Vogel.

Art. 2º O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e em especial, o Decreto Municipal 843/2016.

Prefeitura Municipal De Barra Bonita, em 24 de Janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES, INSTRUTOR, AUXILIARES DE CRECHE, SERVENTE E AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA COMPOR VAGAS E CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E TAMBÉM NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2017.

O Prefeito de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. MOACIR PIROCA, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 038/2011 e Lei Complementar 39/2011e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para funções temporárias, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro do Magistério do Município de Barra Bonita, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

**1.1. Disposições preliminares:**

1.1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Barra Bonita - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Diário oficial dos Municípios e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se caso aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição dos candidatos no site: [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

1.1.6. O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2017 para os cargos vinculados a Educação e de um (01) ano podendo ser prorrogado por igual período para os demais cargos a critério da administração.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05.10.1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e TÍTULOS.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1 O número de vagas serão disponibilizadas conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSORES HABILITADOS					
Cargo/Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Língua Estrangeira Inglês	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena em Letras/ Inglês.	Objetiva + Títulos
Professor de Matemática	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior em Matemática, ou Licenciatura Plena com habilitação em Matemática.	Objetiva + Títulos
Professor de Artes	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Artes.	Objetiva + Títulos
** Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Educação Física.	Objetiva + Títulos

Professor de Língua Portuguesa	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Letras/Português.	Objetiva + Títulos
Professor de Geografia	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Geografia.	Objetiva + Títulos
Professor de História	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em História.	Objetiva + Títulos
Professor de Ciências	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em ciências ou Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	Objetiva + Títulos

\*CR. - Cadastro de Reserva.

\*\* Para exercer funções no MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, obrigatoriamente, o profissional de educação física deverá possuir: Curso de licenciatura em educação física (Resoluções nº 1 e 2/2002/CNE) ou (Resolução nº03/87/CFE) e REGISTRO NO ORGÃO FISCALIZADOR DA PROFISSÃO.

\*\* Para exercer funções nas atividades físicas e ou desportivas, que não sejam vinculadas a disciplina de educação física, como componente curricular da educação básica, o profissional deverá, obrigatoriamente, Curso de bacharelado em educação física (Resolução nº 7/2004/CNE) ou (Resolução nº 04/2009/CNE) ou Licenciatura em Educação física (Resolução nº 03/87/CFE) e REGISTRO NO ORGÃO FISCALIZADOR DA PROFISSÃO.

#### QUADRO II - PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Cargo/Função	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Língua Estrangeira Inglês	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso de Letras/Inglês.	Objetiva + Títulos
Professor de Matemática	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso superior de Licenciatura Plena em Matemática.	Objetiva + Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso de Licenciatura Plena em Artes.	Objetiva + Títulos

Professor de Educação Física.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura em Educação Física.	Objetiva + Títulos
Professor de Língua Portuguesa.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Letras/Português.	Objetiva + Títulos
Professor de Geografia.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Geografia.	Objetiva + Títulos
Professor de História.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura História.	Objetiva + Títulos
Professor de Ciências.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Ciências Biológicas.	Objetiva + Títulos

\*CR. - Cadastro de Reserva.

## QUADRO III - DEMAIS CARGOS

Cargo/Função	Nº Vagas	Venc to R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Instrutor de Informática	01 + CR*	R\$ 1.348,18	10 a 40h/sem	Certificado de conclusão do ensino médio e curso específico na área de atuação, com carga horária superior a 20 horas.	Objetiva
Servente	CR*	R\$ 983,62	40h/sem	Alfabetizado.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 4 (Abrangência: Cruz e Souza, Alto Caçador e São Judas)	01	R\$ 1.245,73	40h/sem	Ensino Médio.	Objetiva
Instrutor de instrumentos musicais (violão e flauta)	CR*	R\$1.347,04	40h/sem	Certificado de conclusão do ensino médio e cursos específicos na área de atuação, com carga horária superior a 150 horas, ou experiência comprovada na área de atuação superior a 10 meses.	Objetiva

Auxiliar de creche	CR*	R\$ 1.139,53	20 a 40h/sem	Certificado de conclusão do Ensino Médio.	Objetiva
--------------------	-----	--------------	--------------	---	----------

\*CR. - Cadastro de Reserva.

1.2.2. Conforme o Art. 6º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir na área da comunidade/área de atuação em que atuar, desde a data da publicação do edital do Processo Seletivo; haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada (Obs.: o curso introdutório será disponibilizado pelo Município após o ingresso no cargo).

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 25/01/2017 às 23h59min do dia 23/02/2017.

### 2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

- acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos;
- fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;
- preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;
- imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;
- dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25/01/2017 ATÉ 24/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC qual seja:

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil S.A.

Agência: 5237-x

Conta Corrente: 34.504-0

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2635590

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição Presencial on line sendo que para tanto deverão se dirigir a Biblioteca Pública Portal do Conhecimento de Barra Bonita - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições Presencial on line o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o candidato será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição Presencial on line o candidato é responsável pela impressão do comprovante de inscrição, bem como da realização do DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO. O pagamento/deposito é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até o dia 24/02/2017.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições on line/via presencial dos candidatos que se dirigirem a Biblioteca Pública Portal do Conhecimento de Barra Bonita - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min.

2.1.1.7. A Prefeitura de Barra Bonita – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a realização de DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25/01/2017 ATÉ 24/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, qual seja:

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil S.A.

Agência: 5237-x

Conta Corrente: 34.504-0

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2635590

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

### 2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo

anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá realizar um DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25/01/2017 ATÉ 24/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, qual seja:

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil S.A.

Agência: 5237-x

Conta Corrente: 34.504-0

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2635590

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Barra Bonita – SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição (devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado) e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, deve ser OBRIGATORIAMENTE O DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Barra Bonita – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o PROCESSO SELETIVO será de:

ESCOLARIDADE	Valor R\$
Professores Habilitados e Não Habilitados	R\$ 40,00
Instrutores, Servente, Auxiliar de Creche e Agente de Saúde	R\$ 30,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br) do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, e entregue do dia 25/01/2017 a 13/02/2017, no endereço da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, sito à Rua Ademir de Barros, 85, Centro – Barra Bonita – SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue,

relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo, 03 (três) doações no período de um ano;

c) No caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do processo seletivo da Prefeitura Municipal de Barra Bonita - SC, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC até no máximo dia 14/02/2017.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no Diário Oficial dos Municípios e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br) até o dia 16/02/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 24/02/2017, como os demais candidatos, através de DEPÓSITO IDENTIFICADO, conforme dados para depósito informados neste edital.

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Educação, somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Barra Bonita – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas, conforme data estabelecida no anexo I (cronograma) do presente edital.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Diário Oficial dos Municípios, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

### 5. DAS PROVAS

#### 5.1. Da Prova Objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. APROVA OBJETIVA será aplicada no dia 09/04/2017, com início às 09h30min, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA CECÍLIA LOTIN, sito na Travessa Itamarati, s/n, Centro, município de Barra Bonita – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Diário Oficial dos Municípios, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Barra Bonita – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 09h20min, sendo que das 09h20min até às 09h30min, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente 01 (UMA) será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos e de Conhecimentos Gerais, conforme tabela abaixo para os cargos de Instrutores, Auxiliar de Creche, Servente e Agente Comunitário de Saúde especificado no QUADRO III, item 2.1.2 do presente edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1 e 2
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	15	0,55	8,25	4,00
2 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	05	0,35	1,75	
TOTAL	20	-	10.00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais), conforme tabela acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos e de Conhecimentos Gerais, conforme tabela abaixo para todos os cargos de Professores Habilitados e Professores Não Habilitados especificado nos QUADROS I e II, item 2.1.2 do presente edital.

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1 e 2
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	15	0,45	6,75	4,00
2 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais	05	0,25	1,25	
TOTAL	20	-	8.00	-

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
1 • Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01 Título	1,00	1,00
2 • Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação.	01 Título	0,50	0,50
3 • Títulos/Certificados de Curso de atualização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 10 (dez horas). Realizados de 01/01/2014 até 31/12/2016	05 Títulos/certificados	0,10	0,50
Total <input type="checkbox"/>			2,00

5.3.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1 e 2 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

5.3.1. DA PROVA DE TÍTULOS: Para todos os cargos de Professores Habilitados e Professores Não Habilitados especificado nos QUADROS I e II, item 2.1.2, do presente edital. Valendo 2,00 (dois) pontos, sendo considerados títulos para efeito deste Edital:

5.3.1.1. A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova Objetiva, somente para efeitos de classificação.

a) Os pontos destinados às especializações Mestrado e Pós-Graduação para os cargos de professores habilitados, somente serão válidos com apresentação de diploma, certificado de Conclusão, atestados ou declarações de conclusão da Instituição de Ensino.

b) Os pontos destinados às especializações Mestrado e Pós-Graduação não serão acumuláveis e somente serão válidos com apresentação de diploma, certificado de conclusão, atestados ou declarações de conclusão da Instituição de Ensino.

c) As cópias dos documentos para a Prova de Títulos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h45m às 11h45m e das 13h00min às 17h00min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

c.1) A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, através de cópia autenticada em cartório, tendo como data máxima de postagem o último dia de inscrição.

d) Cursos de atualização/aperfeiçoamento, válidos para todos os cargos de PROFESSORES HABILITADOS e NÃO HABILITADOS, somente serão considerados se realizados no período de 01/01/2014 até 31/12/2016 devendo conter o título do curso, agência executora, período de execução, carga horária, carga horária explícita de cada palestrante, conteúdo programático e registro do órgão competente.

e) Os cursos de Pós-graduação incompletos não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este processo seletivo.

#### 5.4. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (09h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.4.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta.

5.4.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.4.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.4.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

5.4.20. O Município de Barra Bonita e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

#### 5.5. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.5.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- c) Lápis preto e borracha;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.5.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.5.3. O Município de Barra Bonita e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.6. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicação entre os candidatos;
- d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.7. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.7.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

## 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 10h30min do dia 11/04/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital e da Prova de Títulos (Professores).

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Barra Bonita e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

## 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

- 7.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- 7.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
- 7.4. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;
- 7.5. Maior Idade;
- 7.6. Sorteio Público.

## 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Imprimir e preencher o Formulário de Recurso constante no (modelo anexo);
- b) Encaminhar através de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenche-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

## 10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo Médico do Trabalho designado pelo Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior;
- f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.
- g) O candidato que desistir da vaga deverá arcar com o custo do atestado demissional.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC.

10.5. O presente Processo Seletivo será válido para o ano letivo de 2017 para os cargos vinculados a Educação e de um (01) ano podendo ser prorrogado por igual período para os demais cargos a critério da administração por mais um ano.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Barra Bonita- SC.

11.2. As publicações sobre o Processo Seletivo serão afixadas no Diário Oficial dos Municípios e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Barra Bonita - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Miguel do Oeste – SC.

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Conteúdo Programático;

ANEXO III – Atribuições do Cargo;

ANEXO IV – Formulário de Títulos Professores;

ANEXO V – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO VI – Requerimento Portadores de Necessidades Especiais;

ANEXO VII - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VIII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO IX– Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO X – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

Barra Bonita – SC, 24 de Janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Rafael Favretto

OAB/SC 24966 - Assessor Jurídico Prefeitura de Barra Bonita

#### ANEXO I

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	24/01/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Barra Bonita – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC até o dia 13/02/2017.
Inscrições	25/01/2017 a 23/02/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos (Professores)	25/01/2017 a 23/02/2017	Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC, durante o período de inscrições em horário de expediente da Prefeitura, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min.
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	25/01/2017 a 23/02/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Secretaria Municipal de Administração do Município de Barra Bonita, sito à Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, CEP: 89.909-000, Barra Bonita – SC.
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	25/01/2017 a 13/02/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	16/02/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	17/02/2017 a 24/02/2017	Os dados para realização do Depósito Identificado em Nome da Prefeitura de Barra Bonita, estão disponível nos campos específicos deste edital.
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	07/03/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	08 e 09/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e publicação da Homologação das inscrições	15/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> . A partir das 17 horas
Publicação das Notas da Prova de Títulos(Professores)	16/3/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barra bonita.sc.gov.br">www.barra bonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos (Professores)	17 a 20/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>

Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova de Títulos (Professores)	22/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barra bonita.sc.gov.br">www.barra bonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Publicação do Ensalamento	30/03/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Prova Objetiva	09/04/2017	A prova objetiva será realizada na Escola de Educação Básica Professora Cecília Lotin, sito na Travessa Itamarati, s/n – Centro, Município de Barra Bonita – SC. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min. O fechamento dos portões será às 09h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h30min e término às 12h00min.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	10/04/2017	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	11 e 12/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	11/04/2017	Às 09hrs, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva	11/04/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> e também no Diário Oficial dos Municípios. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar	12 e 13/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e gabarito preliminar	26/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas.
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	27/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas.
Publicação da Classificação/Resultado Final	28/04/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.barrabonita.sc.gov.br">www.barrabonita.sc.gov.br</a> e também no Diário Oficial dos Municípios.

**ANEXO II****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****CARGO: PROFESSORES HABILITADOS e NÃO HABILITADOS****I - CONHECIMENTOS GERAIS:**

Projeto Político Pedagógico; Currículo Escolar; Processos de Ensino-Aprendizagem; princípios e metodologias de planejamento, sistematização, execução, monitoramento e avaliação; Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição Federal: Capítulos da Educação. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos básicos em Português: Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Sintaxe de concordância nominal e verbal. Literatura: Piaget, Vygotsky, Wallon. As novas regras não fazem parte deste Edital.

**II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****PROFESSOR DE MATEMÁTICA:**

Operações fundamentais. Números fracionários, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Potenciação. Operações com frações. Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Transformação em dias, horas, minutos e segundos. Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade. Resolução de problemas. Logaritmos. Progressão aritmética. Análise combinatória. Conjuntos Numéricos. Equações do primeiro e segundo graus. Progressões Aritméticas. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência. Questões de Raciocínio Lógico Matemático.

**PROFESSOR DE ARTES:**

História da Arte: Arte Primitiva, Arte na Idade Média, Arte na Idade Moderna, Arte na Idade Contemporânea, Arte brasileira. História do ensino da arte no Brasil. O significado da arte no processo de transformação do homem com a natureza através do trabalho; Arte e educação

como representação e organização do real; Educação Artística na formação da percepção e da sensibilidade do aluno. Conceitos de som, forma, cor, gesto, movimento, espaço e tempo nas linguagens artísticas: musical, visual, cênica, articulados aos processos de contextualização, Planejamento Educacional. Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.

#### PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS:

Interpretação de textos, palavras e verbos em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Livro Didático Língua estrangeira: relação com outras culturas; Palavras com sons assemelhados nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos ou texto em inglês.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

Conceitos, Princípios, Finalidades e Objetivos da Educação Física no contexto escolar. Condicionamento Físico, Metodologia, Organização Pedagógica na educação física. Fundamentos, Regras, equipamentos e instalações utilizadas nos Esportes: atletismo, basquetebol, handebol, futebol e voleibol. Conceitos: Anatomia e Fisiologia do Esforço. Efeitos Fisiológicos dos Exercícios, Termorregulação e Relação entre atividade física e Doenças. Jogos, regras e Técnicas esportivas. Habilidades para Trabalhar as Diferenças Individuais, psicomotricidade e dificuldades motoras, Interdisciplinaridade, Estratégias de adaptações para alunos com necessidades educacionais especiais, na Educação Física. Motricidade ampla e fina.

#### PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA:

O texto literário e o não-literário. Denotação e conotação. Gêneros Textuais. Elementos estruturais da narrativa. Texto: condições de leitura e produção textual. Coesão e coerência textuais. Intertextualidade. Tipologia textual. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia. Sistema fonológico do português. Sistema ortográfico. Morfossintaxe: classes de palavras. Formação de palavras. Morfologia. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Constituintes da oração e orações no período. Frase e discurso. Valores semântico-sintáticos dos conectivos. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do acento da crase. Normas de pontuação. Abordagem linguística/discursiva da teoria gramatical.

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

A evolução do Pensamento e suas repercussões no ensino de Geografia; A Geografia como disciplina escolar: histórico, situação atual e perspectivas; A Geografia da Natureza: os condicionamentos físicos da vida; a litosfera, composição e dinâmica; a hidrosfera, a água e sua importância; a atmosfera e a dinâmica climática; os seres vivos e o homem no âmbito da evolução geológica da terra; os inter-relacionamentos entre a dinâmica da natureza e a dinâmica das sociedades humanas; os principais problemas ambientais da natureza; Diversidade étnica e religiosa: conflitos sociais no Brasil e no mundo; Globalização. Os recursos naturais, distribuição e aproveitamento; os resultados das intervenções da sociedade na natureza. Fontes alternativas e energia no Brasil. A dinâmica dos elementos da natureza: atmosférica, hidrológica, litosférica e estratosfera. Cartografia e sua importância para o Ensino da Geografia.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA:

História de Santa Catarina, História do Brasil, História da América e História Geral; O neocolonialismo; A globalização e o neoliberalismo. Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Tempo histórico e tempo cronológico. Temporalidade, tempo/espaço, cultura, cotidiano, relações sociais e de poder, gênero, etnia, Imaginário, memória, identidade, relações de produção, ideologia. Pré história, História antiga, medieval, moderna e contemporânea; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Concepções da história oral.

#### PROFESSOR DE CIÊNCIAS:

Origem e evolução biológica dos seres vivos. Características dos seres vivos: cinco reinos; Corpo humano: células, sistemas, reprodução; Características anatômicas do ser humano: aspectos básicos na organização e fisiologia dos sistemas; Herança biológica: a hereditariedade e o meio ambiente; Ecologia: ecossistemas, relações tróficas e biomas; O homem e a biosfera: poluição e degradação ambiental. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente; princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos; caracterização dos grandes grupos animais e vegetais. O corpo humano como um todo em equilíbrio e desequilíbrios. Continuidade das espécies: evolução; reprodução. Fundamentos teóricos da Química: conceitos, leis, relações e princípios básicos; interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos, leis, relações e princípios básicos. Massa: força e aceleração; Substâncias químicas e suas propriedades.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

##### I – CONHECIMENTOS GERAIS

Lei Orgânica Municipal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Legislação da educação básica LDB 9.394/96. Conhecimentos básicos de Português: Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Emprego dos “porquês”. As novas regras não fazem parte deste Edital. Operações fundamentais de matemática.

##### II - CONHECIMENTO ESPECÍFICO

##### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria GM nº 648/2006 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC,

SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Atribuições do cargo/função. Noções Básicas de informática.

#### INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:

História da Computação, Noções gerais de informática, Memória RAM, Word, Excel, Internet, sistema operacional Windows, Vírus, Noções de operações com arquivos em ambiente Windows, Conhecimentos básicos de arquivos e pastas (diretórios). Utilização do Windows Explorer: cópias, mover arquivos, criar diretórios, Conhecimentos básicos de editor de textos (ambiente Windows) criação de um novo documento, formatação e impressão, Conhecimentos básicos de planilha eletrônica (ambiente Windows) cálculo, formatação e impressão. Organização e Métodos de Processamento de Dados. Fundamentos de Processamento de Dados Hardware. Aplicativos e Utilitários de Software.

#### INSTRUTOR DE INSTRUMENTOS MUSICA (VIOLÃO E FLAUTA):

Interpretação musical. Compositores. Notas musicais. Estilos musicais. Análise, estudo e a realização da partitura. Conhecimento e emprego do conjunto de sinais e termos básicos empregados na escrita de partituras. Exercícios de memorização. Emprego dos acidentes sustentado, bemol, duplo-sustenido e duplo bemol e bequadro; Notas enarmônicas; Elementos básicos da escrita rítmica: valores (ou figuras) de tempo com suas respectivas pausas, ponto de aumento, ligadura de prolongação, fórmulas de compassos, compassos simples e compassos compostos.

#### AUXILIAR DE CRECHE:

Desenvolvimento infantil. A criança e sua alimentação. Higiene dos alimentos. Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar. Desenvolvimento Infantil. A relação creche família. As instituições de educação infantil como espaço de conhecimento e produção das culturas infantis; A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo; Indicadores de Qualidade da Educação Infantil; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010); Proposta Curricular Municipal para a Educação Infantil (2013)

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

##### I – CONHECIMENTOS GERAIS:

Lei Orgânica Municipal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal: Capítulos da Educação. Legislação da educação básica LDB 9.394/96. Conhecimentos básicos de Português: Ortografia: divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Emprego dos “porquês”. As novas regras não fazem parte deste Edital. Operações fundamentais de matemática

##### II - CONHECIMENTO ESPECÍFICO

###### SERVEENTE:

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas maneiras. Comportamento no ambiente de Trabalho. Organização do local de trabalho. Noções básicas de preparação de alimentos. Coleta, armazenamento e tipos de recipientes. Materiais utilizados na limpeza geral. Trabalho de cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de material de limpeza e de cozinha. Relatório de pedidos de material de consumo, limpeza e gêneros alimentícios. Higiene pessoal, ambiental e de materiais de consumo. Noções de limpeza de prédios públicos.

#### ANEXO III

##### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

##### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

##### PROFESSORES

Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

##### INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

O Instrutor de Informática deve possibilitar ao aluno das séries iniciais a iniciação no mundo da tecnologia, acompanhando a evolução das informações e dos conhecimentos, oferecendo-lhes um programa com aulas de informática.

##### INSTRUTOR DE INSTRUMENTOS MUSICA (VIOLÃO E FLAUTA)

O instrutor de música deve desenvolver e despertar habilidades conforme os interesses e aptidões da clientela através do uso de instrumentos.

##### AUXILIAR DE CRECHE

Prestar apoio nas atividades sócio pedagógico e contribuir para o oferecimento de espaço físico e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento, ao bem-estar social, físico e emocional das crianças nas dependências das unidades de atendimento da rede municipal. Participar em conjunto com o educador das atividades propostas às crianças; Participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador; Colaborar e assistir permanentemente o educador no processo de desenvolvimento das atividades técnico-pedagógicas; Receber e acatar criteriosamente a orientação e as recomendações do educador no trato e atendimento à clientela; Auxiliar o educador quanto à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento infantil; Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis; Disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades; Auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade; Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade; Estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados; Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários; - Cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade; Dominar noções primárias de saúde; Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes; Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade; Ministrar medicamentos deixados pelos pais seguindo orientação médica; Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço e exercer outras atividades afins; Orientar e auxiliar as brincadeiras e o repouso; Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais ou o transporte escolar até a chegada dos mesmos, zelando pela segurança e bem estar de todos; Executar outros encargos semelhantes, pertinentes à função.

#### SERVENTE

Abrange trabalhos braçais em geral, serviços de zeladoria e copa, e outras atividades correlatas, das quais:

- Coletar o lixo depositado em lixeiros retirando-os para local adequado, acondicionando-os em sacos próprios para depósito em lixeiras, coleta ou incineração se for o caso;
- Executar a limpeza e a retirada de entulhos, lixos e outros resíduos de valas, valetas, bocas de lobo, canalização de águas pluviais e esgotos;
- Executar a capina, roçagem e a remoção de vegetação das vias públicas, facilitando o trânsito de pessoas e veículos;
- Executar serviços de preparo e distribuição de merenda, na rede municipal de ensino.
- Carregar, remover e descarregar materiais como: terra, areia, brita, asfalto e outros materiais utilizando veículos automotores, carrinho de mão e outros meios, destinados ao recapeamento e a recuperação do leito das rodovias e outras vias de acesso.

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a micro área;
- Cadastrar todas as pessoas de sua micro área e manter os cadastros atualizados;
- Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;
- Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea;
- Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita/família/mês;
- Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;
- Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e
- Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa-Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo governo federal, estadual e municipal, de acordo com o planejamento da equipe.

É permitido ao ACS desenvolver outras atividades nas Unidades Básicas de Saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

#### ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS PROFESSORES

NOME: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

Declaro que recebi de \_\_\_\_\_, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 001/2017.

#### QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
1 • Curso completo de Mestrado na área de Educação.	01 Título	1,00	1,00
2 • Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação.	01 Título	0,50	0,50
3• Títulos/Certificados de Curso de atualização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 10 (dez horas). Realizados de 01/01/2014 até 31/12/2016	05 Títulos/certificados	0,10	0,50

Total <input type="checkbox"/>			2,00
--------------------------------	--	--	------

## FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS ENTREGUES:

Títulos	Nº máx. de Títulos	Valor do Título	Total
1 • Curso completo de Mestrado na área de Educação.		1,00	
2 • Curso completo de Pós-Graduação na Área de Educação.		0,50	
3 • Títulos/Certificados de Curso de atualização na área de Educação, com carga horária igual ou superior a 10 (dez horas). Realizados de 01/01/2014 até 31/12/2016	Títulos/certificados	0,10	
Total <input type="checkbox"/>			

## AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de \_\_\_\_\_ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em \_\_\_\_\_ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento	Assinatura do Candidato
----------------------------------	-------------------------

Barra Bonita/SC \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

## ANEXO V

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

## REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567 datada de 07/11/1997 (doador de sangue).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Barra Bonita – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_  
2: \_\_\_\_\_  
3: \_\_\_\_\_

## ANEXO VI

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

## REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2017, do Poder Executivo Municipal de Barra Bonita, inscrição sob nº \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requiro a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de deficiência física: \_\_\_\_\_ CID nº \_\_\_\_\_  
Nome do Médico \_\_\_\_\_

2 – ( ) Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2.2. ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

2.3. ( ) Leitura de Prova

2.4. ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

2.5 ( ) Outra Necessidade Especificar: \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

## ANEXO VII

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizer inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2017

1) Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, SOLICITO inscrição no Processo Seletivo nº 001/2017, da Prefeitura Municipal de Barra Bonita, para o cargo de \_\_\_\_\_ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: \_\_\_\_\_

b) Telefone Residencial/Comercial: \_\_\_\_\_

c) Telefone Celular: \_\_\_\_\_

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: ( ) SIM ( ) NÃO

b) Necessidades Especiais: ( ) SIM ( ) NÃO. Qual \_\_\_\_\_ CID \_\_\_\_\_

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte nº \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial. Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova. Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação. Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade: Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Requerente

## ANEXO VIII

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

## FÓRMULÁRIO PARA RECURSOS

(Somente para os recursos encaminhados via postal)

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº Inscrição \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Tipo de Recurso:

- 1 – Contra o edital ( )  
2 – Contra indeferimento de inscrição ( )  
3 – Contra Inscrição ( )  
4 – Contra questão da prova ( )  
5 – Contra o Gabarito ( )  
6 – Contra a Pontuação Prova ( )  
7 - Contra a prova de títulos  
8 – outros ( ) Especificar: \_\_\_\_\_

Razões do Recurso: \_\_\_\_\_

Barra Bonita/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Recorrente

#### ANEXO IX

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017  
DECRETO COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE BARRA BONITA  
DECRETO Nº 907/2017

CRIA COMISSÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.

Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 11 de dezembro de 1997

DECRETA:

Art.1º. Fica criada Comissão Especial composta por: JEZICA GUARAGNI, JESSICA BERGMANN E DELCIRA GUBERT, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº001/2017, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2017.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, prova de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. Fica vedada a inscrição de parentes no referido processo seletivo, das pessoas acima nomeadas para a comissão do processo seletivo.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 DE JANEIRO DE 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

#### ANEXO X

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º -Designar os funcionários JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON FELIX SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º - Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul

Presidente da AMEOSC

## EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES, INSTRUTOR, AUXILIARES DE CRECHE, SERVENTE E AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA COMPOR VAGAS E CADASTRO DE RESERVA E ATUAR NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO E TAMBÉM NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2017.

O Prefeito de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. MOACIR PIROCA, no uso de suas atribuições legais nos termos da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 038/2011 e Lei Complementar 39/2011e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vagas para funções temporárias, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na classe inicial das categorias funcionais do Quadro do Magistério do Município de Barra Bonita, constantes do quadro a abaixo, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Barra Bonita - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. O presente PROCESSO SELETIVO será válido para o ano letivo de 2017 para os cargos vinculados a Educação e de um (01) ano podendo ser prorrogado por igual período para os demais cargos a critério da administração.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA e TÍTULOS.

1.4. O número de vagas serão disponibilizadas conforme necessidade aferida após a realização das matrículas, sendo que a presente seleção servirá para compor reserva técnica. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO I - PROFESSORES HABILITADOS					
Cargo/Função	Nº Vagas	Vencto R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Língua Estrangeira Inglês	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena em Letras/ Inglês.	Objetiva + Títulos
Professor de Matemática	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior em Matemática, ou Licenciatura Plena com habilitação em Matemática.	Objetiva + Títulos
Professor de Artes	01 + CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Artes.	Objetiva + Títulos
** Professor de Educação Física	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Educação Física.	Objetiva + Títulos

Professor de Língua Portuguesa	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Letras/Português.	Objetiva + Títulos
Professor de Geografia	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em Geografia.	Objetiva + Títulos
Professor de História	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em História.	Objetiva + Títulos
Professor de Ciências	CR*	R\$ 2.632,86	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso superior de Licenciatura Plena com habilitação em ciências ou Licenciatura Plena em Ciências Biológicas.	Objetiva + Títulos

\*CR. - Cadastro de Reserva.

#### QUADRO II - PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Cargo/Função	Nº Vagas	Vencido R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Língua Estrangeira Inglês	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso de Letras/Inglês.	Objetiva + Títulos
Professor de Matemática	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso superior de Licenciatura Plena em Matemática.	Objetiva + Títulos
Professor de Artes	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em curso de Licenciatura Plena em Artes.	Objetiva + Títulos
Professor de Educação Física.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura em Educação Física.	Objetiva + Títulos

Professor de Língua Portuguesa.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Letras/Português.	Objetiva + Títulos
Professor de Geografia.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Geografia.	Objetiva + Títulos
Professor de História.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura História.	Objetiva + Títulos
Professor de Ciências.	CR*	R\$ 1.771,06	10 a 40h/sem	Diploma de conclusão de curso de magistério ou atestado de frequência em Licenciatura Ciências Biológicas.	Objetiva + Títulos

\*CR. - Cadastro de Reserva.

QUADRO III - DEMAIS CARGOS					
Cargo/Função	Nº Vagas	Vencido R\$	Carga horária semanal	Habilitação	Tipo de Prova
Instrutor de Informática	01 + CR*	R\$ 1.348,18	10 a 40h/sem	Certificado de conclusão do ensino médio e curso específico na área de atuação, com carga horária superior a 20 horas.	Objetiva
Servente	CR*	R\$ 983,62	40h/sem	Alfabetizado.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 4 (Abrangência: Cruz e Souza, Alto Caçador e São Judas)	01	R\$ 1.245,73	40h/sem	Ensino Médio.	Objetiva
Instrutor de instrumentos musicais (violão e flauta)	CR*	R\$1.347,04	40h/sem	Certificado de conclusão do ensino médio e cursos específicos na área de atuação, com carga horária superior a 150 horas, ou experiência comprovada na área de atuação superior a 10 meses.	Objetiva
Auxiliar de creche	CR*	R\$ 1.139,53	20 a 40h/sem	Certificado de conclusão do Ensino Médio.	Objetiva

\*CR. - Cadastro de Reserva.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 25/01/2017 às 23h59min do dia 23/02/2017.

2.2. Para efetuar o pagamento da taxa de inscrição o candidato deverá, obrigatoriamente, dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e EFETUAR UM DEPÓSITO IDENTIFICADO EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, CONSTANDO OBRIGATORIAMENTE O NOME DO CANDIDATO, Nº DO CPF E EM DINHEIRO, NO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO CORRESPONDE AO CARGO INSCRITO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 25/01/2017 ATÉ 24/02/2017, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC qual seja:

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil S.A.

Agência: 5237-x

Conta Corrente: 34.504-0

Cód Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 019

Convênio: 2635590

### 3. DAS PROVAS

3.1. APROVA OBJETIVA será aplicada no dia 09/04/2017, com início às 09h30min, nas dependências da ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA CECÍLIA LOTIN, sito na Travessa Itamarati, s/n, Centro, município de Barra Bonita – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Diário Oficial dos Municípios, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Barra Bonita – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 09h20min, sendo que das 09h20min até às 09h30min, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do curso.

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12 horas.

### 4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura de Barra Bonita – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.barrabonita.sc.gov.br](http://www.barrabonita.sc.gov.br)

Barra Bonita – SC, 24 de Janeiro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

# Barra Velha

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO 001/2017 FMS**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2017 - FMS

Credenciamento nº 001/2017 - FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO, para FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos destinados a pacientes que possuam ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque. Recebimento dos Envelopes até: 26/01/2017 a 26/02/2017, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 25 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

### **ERRATA 001/2017 PP 002/2017 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2017 - Pregão Presencial nº 002/2017

ERRATA 001/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, Educação, Fundação do Meio Ambiente, Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Fundo de Saúde, Fundo de Reequipamento dos Bombeiros Militares e Fundo de Assistência Social do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 07/02/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 07/02/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 24 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### **INEX 009/2017 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 010/2017 – FUMTEC

Inexigibilidade de Licitação nº 009/2017 - FUMTEC

Contratada: MUSIC TIME COMERCIAL LTDA EPP

Objeto: Apresentação Musical com cantor GABRIEL VALIM que acontecerá no dia 04 de fevereiro de 2017 na Praia Central do Município.

Valor do Contrato: R\$ 40.000,00

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 24 de janeiro de 2016.

AUERICA FERMIANO RODRIGUES - Contratado

VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

### **LEI Nº 1569, DE 23 DE JANEIRO DE 2017**

LEI Nº 1569, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a denominar o Campeonato Municipal de Beach Soccer 2017 de TAÇA JOSÉ ERNESTO PROVESI, e através da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, a realizar despesas com a premiação do campeonato de Beach Soccer, Futebol, Volei de Praia e Beach Tennis.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo a destinar recursos na ordem de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais) em pecúnia para premiação das equipes dos "CAMPEONATOS MUNICIPAL DE BEACH SOCCER TAÇA JOSÉ ERNESTO PROVESI, FUTEVÔLEI, VOLEI DE PRAIA e BEACH TENNIS 2017.

§ 1º Os recursos das premiações do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH SOCCER TAÇA JOSÉ ERNESTO PROVESI 2017" ficarão assim distribuídos, por categoria:

I - Categoria Livre:

- 1º Lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- 2ª Lugar – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);
- 3º lugar – R\$ 3.000,00 (três mil reais)

a) – Equipe Disciplina:

- R\$ 300,00 (trezentos reais).

II – Categoria Veterano:

- 1º Lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- 2ª Lugar – R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- 3º lugar – R\$ 500,00 (quinhentos reais);

a) Equipe Disciplina:

- R\$ 300,00 (trezentos reais).

III – Categoria Feminino

- 1º lugar – R\$. 1.000,00 (um mil reais)
- 2º lugar – R\$. 500,00 (quinhentos reais)

§ 2º Os recursos das premiações do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE FETEVOLÊ 2017" ficarão assim distribuídos, por categoria:

I – Categoria Masculino

- 1º lugar – R\$. 400,00 (quatrocentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

§ 3º Os recursos das premiações do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE VOLEI DE PRAIA 2017" ficarão assim distribuídos, por categoria:

I – 4º Campeonato de Volei de Praia – Categoria Masculino

- 1º lugar – R\$. 400,00 (quatrocentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

II – 4º Campeonato de Volei de Praia – Categoria Feminino

- 1º lugar – R\$. 400,00 (quatrocentos reais)
- 2º lugar – R\$. 200,00 (duzentos reais)

§ 4º Os recursos das premiações do "CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH TENNIS 2017" ficarão assim distribuídos, por categoria:

I – 4º Open de Beach Tennis – Categoria Masculino

- 1º lugar – R\$. 700,00 (setecentos reais)
- 2º lugar – R\$. 300,00 (trezentos reais)

II – 4º Open de Beach Tennis – Categoria Feminino

- 1º lugar – R\$. 700,00 (setecentos reais)
- 2º lugar – R\$. 300,00 (trezentos reais)

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente da Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura de Barra Velha.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 23 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

## LEI Nº 1571, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

LEI Nº 1571, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REAJUSTE SALARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajuste salarial aos servidores da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações Públicas, ativos e inativos, no percentual de 8% (oito por cento).

§ 1º O reajuste de que trata o caput deste artigo será calculado sobre a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes Executivo do Município, dos detentores de mandato eletivo (Conselheiros Tutelares), bem como sobre os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória.

§ 2º O Prefeito, o Vice Prefeito, os Vereadores e os cargos comissionados instituídos pela Lei Complementar nº 142, de 11 de janeiro de 2013, não farão jus ao referido reajuste.

Art. 2º O reajuste de que trata esta Lei será concedido em 08 (oito)

parcelas mensais, a vigorar com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha-SC, 23 de janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

## LEI Nº 1570, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

LEI Nº 1570, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

REVOGA A LEI Nº 1550, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016 QUE FIXA A DATA BASE E O ÍNDICE DA REVISÃO GERAL ANUAL, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1550, de 14 de outubro de 2016 que fixa a data base e o Índice da Revisão Geral Anual, na forma do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 2º Fica reconstituído os efeitos da Lei Municipal nº 974, de 10 de agosto de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 23 de Janeiro de 2017.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 72/2016

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 72/2016

DATA: 24/01/2017 - HORA DE INÍCIO: 11:30 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 72/2016.

MODALIDADE: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 72/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA MARIA E HUMANIZAÇÃO DO ENTORNO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA nomeados pela Portaria nº 002/2017, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório supracitado.

Tendo em vista a renúncia e desistência de recurso da fase de habilitação apresentada pela empresa J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI ME sob o número de protocolo 043, viabilizando assim, a continuação do certame, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que fica marcada a sessão pública para abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços das empresas habilitadas, para o dia 27 de janeiro de 2017, às 11 horas na Sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC.

Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e intime-se os interessados.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO N° 248/2016

DECRETO N° 248/2016 DE:27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Libera recursos orçamentários bloqueados pelo Decreto n° 23/2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 1º, §1º c/c artigo 9º da Lei Complementar Federal n° 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal n° 3589/2015 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação até o 5º bimestre de 2016, as fontes ordinárias registraram um déficit de R\$ 4.500.000,00;

Considerando, que o Decreto Municipal n° 23, editado em fevereiro de 2016, bloqueou R\$ 13.690.000,00 de dotações financiadas com recursos ordinários em obediência ao princípio da prudência;

Considerando, que esses números indicam um provável bloqueio de R\$ 4.675.000,00 acima do necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada parcial ou totalmente as dotações financiadas com recursos ordinários abaixo indicados e bloqueadas pelo Decreto Municipal n° 23/2016:

#### 1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escolar	140.000,00
3.3.50.00	Transferências a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos	74.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	66.000,00
Total		140.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO N° 249/2016

DECRETO N° 249/2016 DE:27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal n° 3.589/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.01.000000 alocado na ação de governo de n° 2089 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola está acima das necessidades para o exercício de 2016.

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de n° 2026 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche para atender despesas com vale alimentação até o final do exercício;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação, sem prejuízo das ações programadas para a área da Educação em 2016 e envolvendo ações relacionadas ao vale alimentação,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal n° 3.604/2015:

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.365.0003.2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escola	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	140.000,00

3.3.90.00	Aplicações Diretas	66.000,00
3.3.50.00	Transferências a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos	74.000,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	140.000,00
Total		140.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	140.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	140.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	140.000,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos p/ MDBE	140.000,00
Total		140.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/SEMED/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUACU

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL 001/SEMED/2017

A Prefeitura Municipal de Biguaçu, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica aos interessados que está disponível no site da Prefeitura Municipal de Biguaçu e no Hall da Secretaria Municipal de Educação o Edital 01/2017 Processo Seletivo Simplificado, com a finalidade de contratação para substituir servidores em licença temporária.

Data de inscrição: 06/02/2017

Horário: 8h às 17horas

Local: Auditório do Centro Educacional David Crispim Correa

Biguacu, 23 de janeiro de 2017

Kátia Roussenq Bichels Ramon Wollinger

Secretária Municipal da Educação Prefeito Municipal

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **EXTRATO DO CONTRATO N. 001/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 002/2017**

Extrato do Contrato n. 001/2017 – Dispensa de Licitação n. 002/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de 1.850 litros de combustível (com fornecimento contínuo e fracionado) e 4 (quatro) trocas de óleo para abastecimento e manutenção do carro cedido para a Câmara Municipal de Biguaçu.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: AMA Comércio de Combustíveis LTDA (CNPJ nº 04.614.908/0001-46).

Valor global estimado do contrato: R\$ 7.147,75 (Sete mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos) – previsão para o ano de 2017.

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal.

Data de Ratificação e Homologação: 17/01/2017.

Data da Assinatura do contrato: 19/01/2017.

Vigência do Contrato: Até o dia 31 de dezembro de 2017, a contar da assinatura do contrato pelas partes.

Dotação Orçamentária: 3339000000000000

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 20 de janeiro de 2017.

Ângelo Ramos Viera

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.106/2016

DECRETO Nº 11.106, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.402.958,26 (um milhão, quatrocentos e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte de seis centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### 0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2322 – Man. Concessão de Ben. ao Servidor Público

Modalidade 3.3.91 (68) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 3.265,90

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

##### 0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 4.230,36

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0602 – Diretoria de Receita

Oper. Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.91 (99) Aplicações Diretas R\$ 1.389.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### 1203 – Diretoria de Proteção Básica

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.1.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 462,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

#### 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

##### 0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2322 – Man. Concessão de Ben. ao Servidor Público

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Pat.

Modalidade 4.4.90 (75) Aplicações Diretas R\$ 3.265,90

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

##### 0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 1.626,78

Modalidade 4.4.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 2.603,58

Fonte de Recursos 0100.00000

##### 0602 – Diretoria de Receita

Oper. Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida

Modalidade 4.6.90 (98) Aplicações Diretas R\$ 1.389.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

##### 1203 – Diretoria de Proteção Básica

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (437) Aplicações Diretas R\$ 462,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

### DECRETO Nº 11.108/2016

DECRETO Nº 11.108, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento nos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 8.305, de 05 de julho de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB, no valor de R\$ 67.557,36 (sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

#### 26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

##### 2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2139 – Manut. Ativ. Oktoberfest

Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 67.557,36

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – PROEB  
Projeto 26.01.23.695.0008.1048 – Const/Amp/Ref. Vila Germânica  
Modalidade 4.4.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 67.557,36  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.109/2016

DECRETO Nº 11.109, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Promotora de Exposição de Blumenau - PROEB, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB  
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut.das Atividades da PROEB  
Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB  
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut.das Atividades da PROEB  
Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.118/2016

DECRETO Nº 11.118, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 49.194,74 (quarenta e nove mil, cento e noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 31.01.10.301.0009.2173 – Assistência Farmacêutica Básica  
Modalidade 3.3.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 0,22  
Fonte de Recursos 0667.00067  
Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Ambiental em Saúde  
Modalidade 3.3.90 (111) Aplicações Diretas R\$ 36.317,10  
Modalidade 4.4.90 (112) Aplicações Diretas R\$ 12.734,00  
Fonte de Recursos 0638.00066  
Modalidade 3.3.90 (126) Aplicações Diretas R\$ 143,42  
Fonte de Recursos 0667.00066

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.119/2016

DECRETO Nº 11.119, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220 de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 13.902.000,00 (treze milhões novecentos e dois mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Man. Atividades de Assistência e Gestão  
Modalidade 3.1.90 (8) Aplicações Diretas R\$ 13.800.000,00  
Modalidade 3.3.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00  
Fonte de Recursos 0102.00000  
Atividade 31.01.10.304.0009.2191 – Vigilância Sanitária  
Modalidade 4.4.90 (101) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

**31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Man. Atividades de Assistência e Gestão

Modalidade 3.1.91 (9) Aplicações Diretas R\$ 13.800.000,00

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.304.0009.2191 – Vigilância Sanitária

Modalidade 3.3.90 (99) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de novembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.136/2016**

DECRETO Nº 11.136, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

**27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA**

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

**27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA**

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense – PRÓ-FAMÍLIA

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 50.500,00

Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.158/2016**

DECRETO Nº 11.158, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Fundação Promotora de Exposição de Blumenau - PROEB, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB**

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. das Atividades da PROEB

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 143.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB**

2601 – Fundação Promotora de Exposições Blumenau - PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. das Atividades da PROEB

Modalidade 3.1.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 143.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.161/2016**

DECRETO Nº 11.161, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.220, de

11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, fonte de recursos 0206.00000, no valor de R\$ 351.770,06 (trezentos e cinquenta e um mil, setecentos e setenta reais e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB

3304 – Manut. Ativ. Transportes

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 348.070,06

Modalidade 3.3.91 (42) Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.162/2016**

DECRETO Nº 11.162, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. da Fundação

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. da Fundação

Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.163/2016**

DECRETO Nº 11.163, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação abaixo discriminada:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundo Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.164/2016**

DECRETO Nº 11.164, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 3.911,64 (três mil, novecentos e onze reais e sessenta e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. das Ativ. da FAEMA

Modalidade 3.1.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 3.911,64

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.165/2016**

DECRETO Nº 11.165, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – FAEMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, no valor de R\$ 25.916,91 (vinte e cinco mil, novecentos e dezesseis reais e noventa e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

**25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. Ativ. FAEMA

Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 25.916,91

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

**25 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

2501 – Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 – Manut. Ativ. Faema

Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 25.916,91

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de dezembro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.353/2017**

PORTARIA Nº 20.353, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA ANDERSON RODRIGUES DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE CADASTRO IMOBILIÁRIO E INFORMAÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

ANDERSON RODRIGUES do cargo em comissão de Gerente de Cadastro Imobiliário e Informações na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, nomeado pela Portaria nº 19.361, de 25 de janeiro de 2016, no dia 1º de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de janeiro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.360/2017**

PORTARIA Nº 20.360, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

EXONERA JOSÉ HENRIQUE NASCIMENTO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE AUDITORIAS, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

JOSÉ HENRIQUE NASCIMENTO do cargo em comissão de Gerente de Auditorias, no Gabinete do Prefeito – GAPREF, nomeado pela Portaria nº 19.627, de 18 de abril de 2016, no dia 23 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de janeiro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.361/2017**

PORTARIA Nº 20.361, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

DISPENSA MARLENE VICENTE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13 e alterações posteriores, resolve:

**DISPENSAR**

a servidora pública municipal MARLENE VICENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria Geral do Município, da função gratificada de confiança de Coordenador do Arquivo da Execução Fiscal, FGC-50%, concedida pela Portaria nº 16.883, de 12/04/2013, no dia 01 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de janeiro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 20.362/2017**

PORTARIA Nº 20.362, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA ANGELA DOS SANTOS FARIAS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso

das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

#### DESIGNAR

a servidora pública municipal ANGELA DOS SANTOS FARIAS, Procuradora do Município, lotada na Procuradoria Geral do Município, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Arquivo da Execução Fiscal, FGC-50%, no dia 23 de janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de janeiro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-019/16** MUNICIPIO DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preços nº. 02-019-16 - Contratação de Gestão de Recursos Financeiros decorrentes da SOMMERFEST 2017 e 2018, conforme especificações constantes neste edital - PROEB.

Contratada: MIRNA MARLI JANDT ME.

Item 01 – SOMMERFEST 2017: valor de R\$ 81.100,00 (oitenta e um mil e cem reais);

Item 02 – SOMMERFEST 2018: valor de R\$ 81.100,00 (oitenta e um mil e cem reais);

Total: R\$ 162.200,00 (cento e sessenta e dois mil e duzentos reais).

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2241/16 - SAMAE**

PREGÃO PRESENCIAL 06-2241/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de produtos químicos para uso no tratamento de água para abastecimento do município.

#### HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelo Pregoeiro, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO LOTES.

Empresa(s):

AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 78.668.969/0001-22

Valor total R\$ 3.522.800,00

DRYLLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE HIDRÓXIDOS LTDA

CNPJ: 08.444.204/0002-04

Valor Total R\$ 609.840,00

HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

CNPJ: 46.481.156/0004-85

Valor Total R\$ 615.480,96

MAZZAROLO INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

CNPJ: 05.963.469/0002-20

Valor Total R\$ 254.999,99

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 24 de janeiro de 2017.

#### **PORTARIA Nº 5971/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5971/16

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS RELACIONADOS.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

#### CONCEDER

Licença Prêmio em Pecúnia Total, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, aos servidores:

TANIA SEDREZ, cadastro nº. 756-0, servidora pública autárquica municipal desde 23/01/1987, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada na Diretoria Financeira, referente ao decênio 2006/2016, conforme Processo Administrativo nº. 50/1602;

ALDOMIR MARCIO PAMPLONA, cadastro nº. 750-1, servidor público autárquico municipal desde 16/12/1986, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2006/2016, conforme Processo Administrativo nº. 440/1612;

Samae, 16 de dezembro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5972/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5972/16

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de dezembro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 443/1612, ao servidor:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Ven- cimento	GO
1297-1	PAULO ROBERTO MAIER	Motorista de Manutenção SAMAE	L	GF

Samae, 16 de dezembro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5973/2016 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5973/16

SUSPENDE OS PRAZOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINARES.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

S U S P E N D E R

No período de 19 de dezembro de 2016 a 22 de janeiro de 2017, os prazos dos processos administrativos de sindicância e disciplinares, em trâmite no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Samae, 16 de dezembro de 2016.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5980/2017 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5980/17

RETIFICA A PORTARIA Nº 5976/17, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 5976/17, de 12 de janeiro de 2017, onde se lê: CLEVERTON JOÃO BATISTA, cadastro 2054-0, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, “no dia 12 de janeiro de 2017”, leia-se: CLEVERTON JOÃO BATISTA, cadastro 2054-0, no cargo de provimento em comissão de Diretor de Operações, “no dia 16 de janeiro de 2017”.

Blumenau, 20 de janeiro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5981/2017 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5981/17

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

**E X O N E R A R**

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

DANIEL VALLE, cadastro 2034-6, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Água, no dia 23 de janeiro de 2017;

RODSON JEAN ADRIANO, cadastro 2045-1, do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA II, no dia 23 de janeiro de 2017.

Samae, 23 de janeiro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PR 03/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Edital de Licitação nº 06/2017

Modalidade: pregão 03/2017

Objeto: Registro de preço para aquisição fracionada de pneus novos, derivados e serviço de recapagens de pneus para veículos e máquinas de entidades diversas.

Forma de julgamento: menor preço por item

Data de abertura das propostas: 06/02/2017 às 14horas. O Edital obedece a Lei nº 10.520/02 às Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e demais regulamentações no que couber, podendo ser retirado em inteiro teor pelos interessados através da página [www.bomjardimdasera.sc.gov.br](http://www.bomjardimdasera.sc.gov.br) ou ainda no setor de licitações na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 centro Bom Jardim da Serra/SC.

Bom Jardim da Serra, 24 de janeiro de 2017.

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal Interino

## RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 1

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.913.273,61	0,00
Pessoal Ativo	7.879.413,63	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	33.859,98	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	7.913.273,61	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL
	16.647.178,32	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	7.913.273,61	47,54
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.988.306,99	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.488.891,64	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.989.476,29	54,00
FONTE:		

**RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 2**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>9.863,40</b>	<b>8.693,31</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	9.863,40	8.693,31	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.248.411,61</b>	<b>7.942.110,32</b>	<b>7.011.405,84</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.847.329,34	9.327.518,84	8.057.665,83
Demais Haveres Financeiros	7.016,17	7.016,17	7.420,20
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.605.933,90	1.392.424,69	1.053.680,19
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-6.238.548,21</b>	<b>-7.933.417,01</b>	<b>-7.011.405,84</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.462.701,04</b>	<b>14.499.141,28</b>	<b>16.647.178,32</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,07%	0,06%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-46,34%	-54,72%	-42,12%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>16.155.241,25</b>	<b>17.398.969,54</b>	<b>19.976.613,98</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>14.539.717,12</b>	<b>15.659.072,58</b>	<b>17.978.952,59</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	293.278,90	176.601,42	81.235,87
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	66.063,30	106.324,27	25.115,36

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

## RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 3

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		R\$ 1,00
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>13.462.701,04</b>	<b>14.499.141,28</b>		<b>16.647.178,32</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.961.794,23</b>	<b>3.189.811,08</b>		<b>3.662.379,23</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.665.614,81</b>	<b>2.870.829,97</b>		<b>3.296.141,31</b>
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>				
	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>				
<b>FONTE:</b>				

**RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 4**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>9.128,16</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	9.128,16
Interna	0,00	9.128,16
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	9.128,16
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>16.647.178,32</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>9.128,16</b>	<b>0,05</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.663.548,53</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.397.193,68</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.165.302,48</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>9.128,16</b>	<b>0,05</b>

FONTE:

## RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 5

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Alienação de Bens	431,70	0,00	0,00	0,00	0,00	431,70	0,00	0,00	
	11,41	0,00	0,00	0,00	0,00	11,41	0,00	0,00	
	(380,04)	0,00	0,00	0,00	0,00	(380,04)	0,00	0,00	
	23.972,74	0,00	0,00	0,00	0,00	23.972,74	0,00	0,00	
	(27.353,82)	0,00	4.268,00	0,00	0,00	(31.621,82)	0,00	0,00	
	845,91	0,00	0,00	0,00	0,00	845,91	0,00	0,00	
	5.007,83	0,00	0,00	0,00	0,00	5.007,83	0,00	0,00	
	(7.102,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(7.102,00)	0,00	0,00	
	156.228,06	0,00	0,00	0,00	0,00	156.228,06	0,00	0,00	
	44.117,94	0,00	0,00	0,00	627,45	43.490,49	0,00	0,00	
	(129.073,68)	2.627,00	4.364,80	0,00	(1.442,20)	(134.623,28)	1.336,00	0,00	
	120.282,09	0,00	0,00	0,00	0,00	120.282,09	0,00	0,00	
	4.824,41	0,00	0,00	0,00	0,00	4.824,41	0,00	0,00	
	35.279,90	0,00	0,00	0,00	0,00	35.279,90	0,00	0,00	
	57.062,41	0,00	0,00	0,00	2.520,00	54.542,41	0,00	0,00	
	612,49	0,00	0,00	0,00	0,00	612,49	0,00	0,00	
	14.018,42	0,00	0,00	0,00	0,00	14.018,42	0,00	0,00	
	11.627,58	3.897,06	0,00	0,00	0,00	7.730,52	0,00	0,00	
	12.925,92	244.500,00	0,00	0,00	0,00	(231.574,08)	0,00	0,00	
	11.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.565,00	0,00	0,00	
	5.400,04	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400,04	0,00	0,00	
	0,00	76,99	0,00	0,00	0,00	(76,99)	0,00	0,00	
	68.782,87	0,00	0,00	0,00	0,00	68.782,87	0,00	0,00	
(10.422,27)	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.422,27)	0,00	0,00		
136.223,95	0,00	0,00	0,00	0,00	135.832,43	0,00	0,00		
6.187.175,50	0,00	378.431,92	0,00	0,00	5.808.519,15	0,00	0,00		
6.155,96	0,00	0,00	0,00	0,00	103.852,76	0,00	0,00		
92.466,04	0,00	1.804,15	0,00	0,00	90.323,61	0,00	0,00		

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferências do FUNDEB - 60%	(80,10)	0,00	369,03	0,00	10.614,53	(11.063,66)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/UI	45.945,51	0,00	0,00	0,00	4.550,21	41.395,30	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	82.135,09	0,00	589,00	0,00	0,00	81.546,09	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/Estado	17.225,39	0,00	0,00	0,00	0,00	17.225,39	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	13.697,27	0,00	0,00	0,00	(23,20)	13.720,47	0,00	0,00
VIGILANCIA EM SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	(219,07)	219,07	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>6.979.609,52</b>	<b>251.101,05</b>	<b>389.826,90</b>	<b>2.520,00</b>	<b>(82.634,85)</b>	<b>6.418.796,42</b>	<b>1.336,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	9,71	0,00	0,00	0,00	0,00	9,71	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	35.007,71	0,00	0,00	0,00	0,00	35.007,71	0,00	0,00
Convênio Transito - Civil	264,38	0,00	0,00	0,00	0,00	264,38	0,00	0,00
Convênio Transito - Militar	0,00	1.111,20	976,00	0,00	0,00	(2.087,20)	0,00	0,00
Convênio Transito - Prefeitura	713,32	0,00	0,00	0,00	0,00	713,32	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	2.262,97	0,00	0,00	0,00	0,00	2.262,97	0,00	0,00
Outras Transferências Legais e Constitucionais - Federal	537,34	0,00	1.000,00	0,00	88,19	(550,85)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	40.361,03	75.803,10	0,00	18.384,36	0,00	(53.826,43)	0,00	0,00
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	(299.147,56)	64.136,10	69.644,32	0,00	128.437,97	(561.365,95)	0,00	0,00
Recursos FEX	(18.928,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(18.928,00)	0,00	0,00
Recursos Ordinários	837.043,85	156.844,61	31.130,49	0,00	35.344,56	613.724,19	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	5.106,42	7.000,00	2.875,00	0,00	(14.981,42)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros (Não relacionados a	440,83	0,00	0,00	0,00	0,00	440,83	0,00	0,00
Transferências de Convênios estado/Outros (Não relacionado a e	479.490,73	0,00	0,00	0,00	0,00	479.490,73	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.078.056,31</b>	<b>303.001,43</b>	<b>109.750,81</b>	<b>21.259,36</b>	<b>163.870,72</b>	<b>480.173,99</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>8.057.665,83</b>	<b>554.102,48</b>	<b>499.577,71</b>	<b>23.779,36</b>	<b>81.235,87</b>	<b>6.898.970,41</b>	<b>1.336,00</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

## RELATORIO DE GESTAO FISCAL 2º SEMESTRE 2016 ANEXO 6

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		16.647.178,32
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	% SOBRE A RCL
	7.913.273,61	47,54
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	9.988.306,99	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	9.488.891,64	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	-7.011.405,84	-42,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.976.613,98	120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.662.379,23	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	9.128,16	0,05
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.663.548,53	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.165.302,48	7,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
	1.336,00	6.898.970,41
Valor Total		

FONTE:

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 1

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
				No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		17.000.000,00	17.000.000,00	10.490.978,51	61,71	19.189.470,34	112,88
RECEITAS CORRENTES		14.720.729,10	14.720.729,10	9.520.651,67	64,68	17.375.009,10	118,03
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.410.180,00	1.410.180,00	679.747,91	48,20	1.439.680,01	102,09
IMPOSTOS		1.293.900,00	1.293.900,00	674.142,52	52,10	1.420.876,05	109,81
TAXAS		116.280,00	116.280,00	5.605,39	4,82	18.803,96	16,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		83.220,00	83.220,00	72.746,99	87,42	134.783,13	161,96
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		83.220,00	83.220,00	72.746,99	87,42	134.783,13	161,96
RECEITA PATRIMONIAL		44.460,00	44.460,00	345.656,50	777,46	701.789,03	1.578,47
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		44.460,00	44.460,00	345.656,50	777,46	701.789,03	1.578,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		12.679.839,10	12.679.839,10	8.382.032,69	66,11	15.023.282,04	118,48
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		11.629.609,10	11.629.609,10	7.666.916,39	65,93	14.233.272,94	122,39
TRANSF. DE CONV.		1.050.230,00	1.050.230,00	715.116,30	68,09	790.009,10	75,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		503.030,00	503.030,00	40.467,58	8,04	75.474,89	15,00
MULTAS E JUROS DE MORA		16.986,00	16.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		220.590,00	220.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		52.440,00	52.440,00	28.800,82	54,92	61.053,74	116,43
RECEITAS DIVERSAS		213.014,00	213.014,00	11.666,76	5,48	14.421,15	6,77
RECEITAS DE CAPITAL		2.279.270,90	2.279.270,90	970.326,84	42,57	1.814.461,24	79,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		873.240,00	873.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		873.240,00	873.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.406.030,90	1.406.030,90	970.326,84	69,01	1.814.461,24	129,05
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.406.030,90	1.406.030,90	970.326,84	69,01	1.814.461,24	129,05
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		17.000.000,00	17.000.000,00	10.490.978,51	61,71	19.189.470,34	112,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO A REALIZAR (a - c)							-2.189.470,34
							-2.654.280,01
							-28.500,01
							-126.976,05
							97.476,04
							-51.563,13
							-51.563,13
							-657.329,03
							-657.329,03
							-2.343.442,94
							-2.603.663,84
							260.220,90
							427.555,11
							16.986,00
							220.590,00
							-8.613,74
							198.592,85
							484.809,66
							873.240,00
							873.240,00
							-408.430,34
							-408.430,34

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Semestre (b)	% (b/a)	Até o Semestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Contratual						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>10.490.978,51</b>	<b>61,71</b>	<b>19.189.470,34</b>	<b>-2.189.470,34</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						
TOTAL VI = (V + VI)	17.000.000,00	17.000.000,00	10.490.978,51	61,71	19.189.470,34	-2.189.470,34
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O SEMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Semestre	Até o Semestre (f)		No Semestre	Até o Semestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>26.011.065,92</b>	<b>11.254.363,21</b>	<b>18.216.462,68</b>	<b>7.794.603,24</b>	<b>11.327.349,83</b>	<b>18.215.126,68</b>	<b>7.796.939,24</b>	<b>17.715.548,97</b>	<b>1.336,00</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.961.948,50</b>	<b>16.615.103,06</b>	<b>7.834.691,64</b>	<b>14.235.692,44</b>	<b>2.379.410,62</b>	<b>7.865.681,35</b>	<b>14.234.396,44</b>	<b>2.380.746,62</b>	<b>14.113.246,39</b>	<b>1.336,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.955.470,00	8.656.151,97	4.389.208,15	7.965.779,69	690.372,28	4.389.208,15	7.965.779,69	690.372,28	7.912.481,34	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.926.478,50	7.928.951,09	3.445.443,49	6.269.912,75	1.659.038,34	3.476.473,20	6.268.576,75	1.660.374,34	6.200.765,05	1.336,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.018.051,50</b>	<b>9.375.962,86</b>	<b>3.419.711,57</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>5.395.192,62</b>	<b>3.461.668,48</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>5.395.192,62</b>	<b>3.602.302,58</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	4.918.051,50	9.264.962,86	3.366.518,47	3.871.357,01	5.393.605,85	3.408.475,38	3.871.357,01	5.393.605,85	3.492.889,35	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	111.000,00	53.193,10	109.413,23	1.586,77	53.193,10	109.413,23	1.586,77	109.413,23	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>17.000.000,00</b>	<b>26.011.065,92</b>	<b>11.254.363,21</b>	<b>18.216.462,68</b>	<b>7.794.603,24</b>	<b>11.327.349,83</b>	<b>18.215.126,68</b>	<b>7.796.939,24</b>	<b>17.715.548,97</b>	<b>1.336,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>										
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS/ATEO SEMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Semestre	Até o Semestre (f)		No Semestre	Até o Semestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.000.000,00	26.011.065,92	11.254.363,21	18.216.462,68	7.794.603,24	11.327.349,83	18.215.126,68	7.795.939,24	17.715.548,97	1.336,00
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	974.343,66	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.000.000,00	26.011.065,92	11.254.363,21	18.216.462,68	—	11.327.349,83	19.189.470,34	—	17.715.548,97	1.336,00

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 10**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 11**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00					0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00					0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00					0,00	0,00	
TOTAL	0,00					0,00	0,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e-f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
	511,20						0,00	
							511,20	

FONTE:

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 12

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Semestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Semestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (f)	Até o Semestre (g)	
			% (f/e)*100	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	238.000,00	333.000,00	74,32	247.471,91	0,00
Outras Despesas Correntes	238.000,00	333.000,00	74,32	247.471,91	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100	
		333.000,00	247.471,91	74,32	247.471,91	74,32	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	238.000,00	333.000,00	247.471,91		247.471,91		0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre (h)	% (h/v)*100	Até o Semestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recurso de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	238.000,00	333.000,00	247.471,91	100,00	247.471,91	100,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> <b>(VII%) = (Vi / VIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(ih) - (15 x IIIb)/100]</b>							
							247.471,91

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)		0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Semestre (l)	% (l/total l) *100	Até o Semestre (m)	% (m/total m) *100
		</			

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 13

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2016	(c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

BOM JARDIM DA SERRA , 23/01/2017

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 14**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Semestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		17.000.000,00		
Previsão Atualizada		17.000.000,00		
Receitas Realizadas		19.189.470,34		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		17.000.000,00		
Créditos Adicionais		9.011.065,92		
Dotação Atualizada		26.011.065,92		
Despesas Empenhadas		18.216.462,68		
Despesas Liquidadas		18.215.126,68		
Despesas pagas		17.715.548,97		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.336,00		
Superávit Orçamentário		974.343,66		
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Semestre</b>		
Despesas Empenhadas		18.216.462,68		
Liquidadas		18.215.126,68		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.336,00		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Semestre</b>		
Receita Corrente Líquida		16.647.178,32		
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Semestre</b>		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Semestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal		261.000,00	-772.857,63	-296,11
Resultado Primário		178.000,00	380.631,86	213,84
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Semestre</b>	<b>Pagamento até o Semestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	55.602,57	29.416,29	2.406,92	23.779,36
EXECUTIVO	55.602,57	29.416,29	2.406,92	23.779,36
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.605.933,90	5.036,25	1.046.795,17	554.102,48
EXECUTIVO	1.605.933,90	5.036,25	1.046.795,17	554.102,48
<b>TOTAL:</b>	<b>1.661.536,47</b>	<b>34.452,54</b>	<b>1.049.202,09</b>	<b>577.881,84</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Semestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Semestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		755.716,40	25%	8,35
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Semestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	873.240,00	
Despesa de Capital Líquida		3.980.770,24	5.395.192,62	

Continua 1/2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Semestre	% Aplicado até o Semestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					3.473.493,89	15,00
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					3.473.493,89	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 10,1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-e)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Semestre	Até o Semestre (b)		No Semestre	Até o Semestre (d)		
				(b/Total b)			(d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	17.000.000,00	26.011.065,92	11.254.363,21	100,00	7.794.603,24	11.327.349,83	18.215.126,68	7.795.939,24	1.336,00
Legislativa	760.000,00	760.000,00	277.237,12	2,85	241.348,20	279.037,12	518.651,80	241.348,20	0,00
Ação Legislativa	760.000,00	760.000,00	277.237,12	2,85	241.348,20	279.037,12	518.651,80	241.348,20	0,00
Administração	1.627.000,00	2.206.000,00	1.010.902,11	10,60	275.551,62	1.011.124,62	1.930.448,38	275.551,62	0,00
Administração Geral	460.000,00	579.000,00	257.348,17	2,70	86.704,32	257.348,17	492.295,68	86.704,32	0,00
Administração Financeira	1.127.000,00	1.587.000,00	723.123,87	7,72	181.295,52	723.346,38	1.405.704,48	181.295,52	0,00
Controle Interno	40.000,00	40.000,00	30.430,07	0,18	7.551,78	32.448,22	32.448,22	7.551,78	0,00
Segurança Pública	50.260,00	50.260,00	3.749,90	0,04	42.469,17	4.183,90	7.790,83	42.469,17	0,00
Policamento	20.260,00	20.260,00	3.749,90	0,04	12.469,17	4.183,90	7.790,83	12.469,17	0,00
Defesa Civil	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Assistência Social	715.540,00	1.042.140,00	293.397,28	3,33	436.206,12	293.397,28	605.933,88	436.206,12	0,00
Assistência ao Idoso	20.000,00	20.000,00	4.133,47	0,03	14.286,30	4.133,47	5.713,70	14.286,30	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	109.000,00	113.600,00	35.103,84	0,42	36.329,95	35.103,84	77.270,05	36.329,95	0,00
Assistência Comunitária	586.540,00	908.540,00	254.159,97	2,87	385.599,87	254.159,97	522.950,13	385.599,87	0,00
Saúde	2.984.590,00	4.449.812,39	2.236.326,92	22,10	424.209,51	2.236.326,92	4.025.602,88	424.209,51	0,00
Atenção Básica	16.500,00	4.055.317,52	2.107.766,89	20,46	328.821,85	2.107.766,89	3.726.495,67	328.821,85	0,00
Vigilância Sanitária	35.000,00	35.000,00	-0,02	0,18	1.421,14	-0,02	33.578,86	1.421,14	0,00
Vigilância Epidemiológica	246.000,00	341.000,00	127.785,05	1,37	90.603,42	127.785,05	250.396,58	90.603,42	0,00
Alimentação e Nutrição	4.487.291,50	5.247.321,76	2.044.939,96	20,84	1.451.812,45	2.061.638,56	3.794.173,31	1.453.148,45	1.336,00
Educação	2.892.291,50	3.782.411,39	1.567.301,69	16,59	759.598,76	1.584.000,29	3.021.476,63	760.594,76	1.336,00
Educação Infantil	1.242.000,00	1.386.910,37	456.837,23	4,00	657.934,28	456.837,23	728.976,09	657.934,28	0,00
Educação de Jovens e Adultos	78.000,00	78.000,00	20.801,04	0,24	34.279,41	20.801,04	43.720,59	34.279,41	0,00
Educação Especial	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	70.000,00	80.000,00	29.426,45	0,28	29.333,48	29.426,45	50.666,52	29.333,48	0,00
Urbanismo	2.128.380,00	2.481.378,32	825.072,47	5,59	1.462.990,67	867.029,38	1.018.387,65	1.462.990,67	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.979.380,00	2.232.378,32	768.225,89	5,22	1.281.627,25	810.182,80	950.751,07	1.281.627,25	0,00
Serviços Urbanos	149.000,00	249.000,00	56.846,58	0,37	181.363,42	56.846,58	67.636,58	181.363,42	0,00
Habituação	418.460,00	418.460,00	19.245,00	0,34	356.408,47	19.245,00	62.051,53	356.408,47	0,00
Habituação Urbana	418.460,00	418.460,00	19.245,00	0,34	356.408,47	19.245,00	62.051,53	356.408,47	0,00
Agricultura	920.200,00	1.022.194,00	633.750,29	4,75	157.156,19	641.630,29	866.037,81	157.156,19	0,00
Extensão Rural	920.200,00	1.022.194,00	633.750,29	4,75	157.156,19	641.630,29	866.037,81	157.156,19	0,00
Indústria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Produção Industrial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Comércio e Serviços	215.000,00	303.000,00	78.867,16	0,78	160.303,13	78.867,16	142.696,87	160.303,13	0,00
Turismo	215.000,00	303.000,00	78.867,16	0,78	160.303,13	78.867,16	142.696,87	160.303,13	0,00
Comunicações	9.000,00	9.000,00	890,07	0,00	8.109,93	890,07	890,07	8.109,93	0,00
Telecomunicações	9.000,00	9.000,00	890,07	0,00	8.109,93	890,07	890,07	8.109,93	0,00
Energia	75.000,00	175.000,00	90.348,88	0,81	27.656,45	90.348,88	147.343,55	27.656,45	0,00
Energia Elétrica	75.000,00	175.000,00	90.348,88	0,81	27.656,45	90.348,88	147.343,55	27.656,45	0,00
Transporte	2.038.778,50	6.852.285,49	3.291.372,20	23,68	2.538.817,97	3.291.372,20	4.313.467,52	2.538.817,97	0,00
Transporte Rodoviário	2.038.778,50	6.852.285,49	3.291.372,20	23,68	2.538.817,97	3.291.372,20	4.313.467,52	2.538.817,97	0,00

Continua 1/2

3

2

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/:

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Semestre	Até o Semestre (b)	% (b/total b)		No Semestre	Até o Semestre (d)	% (d/total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	17.000.000,00	26.011.065,92	11.254.363,21	18.216.462,68	100,00	7.794.603,24	11.327.349,83	18.215.126,68	100,00	7.795.939,24	1.336,00
Desporto e Lazer	130.500,00	539.069,00	286.885,52	477.778,30	2,62	61.290,70	286.885,52	477.778,30	2,62	61.290,70	0,00
Desporto Comunitário	130.500,00	539.069,00	286.885,52	477.778,30	2,62	61.290,70	286.885,52	477.778,30	2,62	61.290,70	0,00
Encargos Especiais	340.000,00	345.144,96	131.951,88	254.205,78	1,40	90.939,18	131.951,88	254.205,78	1,40	90.939,18	0,00
Serviço da Dívida Interna	180.000,00	141.000,00	53.193,10	109.413,23	0,60	31.586,77	53.193,10	109.413,23	0,60	31.586,77	0,00
Outros Encargos Especiais	160.000,00	204.144,96	78.758,78	144.792,55	0,79	59.352,41	78.758,78	144.792,55	0,79	59.352,41	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	17.000.000,00	26.011.065,92	11.254.363,21	18.216.462,68	100,00	7.794.603,24	11.327.349,83	18.215.126,68	100,00	7.795.939,24	1.336,00

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.

2

1

-

-

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 3

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.616.402,79</b>	<b>1.542.906,92</b>	<b>1.508.162,12</b>	<b>1.401.462,20</b>	<b>1.542.754,64</b>	<b>1.432.103,51</b>	<b>1.487.477,93</b>	<b>1.374.089,26</b>	<b>1.526.970,98</b>	<b>1.932.947,54</b>	<b>2.659.454,77</b>	<b>2.659.454,77</b>	<b>19.323.945,55</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.335.146,32	44.339,26	308.674,76	104.812,09	75.091,38	90.886,79	77.463,65	93.516,95	60.337,78	74.571,94	338.419,17	338.419,17	1.439.690,01
IPTU	6.668,33	2.140,00	90.419,94	22.074,97	18.329,20	13.945,57	4.447,54	4.730,10	2.893,09	5.990,80	2.551,39	2.551,39	176.789,19
IPR.F	2.323,55	2.310,52	188.031,90	7.462,63	5.286,11	5.510,24	6.310,66	4.338,20	8.807,12	9.955,54	1.736,28	1.736,28	403.338,30
I.S.S.	21.763,44	31.863,16	20.016,63	57.289,69	37.760,51	43.751,74	27.375,27	73.064,53	42.892,48	59.031,56	25.652,18	157.413,46	597.391,45
I.T.B.I.	104.712,53	7.425,94	3.144,00	16.555,59	10.718,00	25.823,00	37.519,88	10.265,26	5.167,90	8.053,02	5.069,96	8.321,69	242.776,11
Outras Receitas Tributárias	653,97	598,64	5.960,29	1.426,67	2.998,56	1.888,24	1.940,30	1.147,86	481,19	540,12	1.217,21	1.217,21	18.803,96
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.571,50	12.121,47	10.573,49	1.376,66	11.270,59	15.022,43	11.391,02	12.064,64	9.099,72	14.283,62	13.673,71	12.234,28	134.783,13
RECEITA PATRIMONIAL	64.394,41	57.036,83	54.368,19	54.379,27	59.535,76	59.360,21	62.429,66	63.253,32	55.212,23	47.501,12	49.246,75	52.846,06	679.704,61
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.402.130,02	1.428.796,12	1.129.946,34	1.233.225,02	1.385.320,13	1.280.300,33	1.333.136,60	1.193.162,37	1.173.423,71	1.388.164,12	1.817.661,92	2.250.324,03	16.993.002,71
Cota-Parte do FPM	521.721,09	653.119,36	383.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	463.640,62	378.821,49	499.946,52	838.986,98	1.311.543,46	7.217.887,70
Cota-Parte do ICMS	581.114,32	476.708,11	482.126,06	486.704,47	479.483,67	473.727,26	488.886,85	482.863,91	521.643,37	539.609,40	522.310,06	574.842,95	6.119.050,43
Cota-Parte do IRVA	9.176,42	17.140,12	22.888,89	25.465,60	27.539,11	30.813,46	27.226,19	24.654,07	24.599,82	23.407,89	20.653,68	15.008,40	288.374,65
Cota-Parte do ITR	7.922,86	431,55	2.855,87	881,54	3.431,85	2.188,03	5.468,77	888,63	8.265,12	9.611,22	18.463,25	10.028,86	158.885,55
Outras Transferências Correntes	103.635,76	118.010,03	71.519,51	77.845,32	80.391,17	78.040,42	83.422,28	61.591,55	83.161,22	200.731,51	130.223,03	130.223,03	1.196.633,25
Transferências da LC 61/1989	9.263,79	7.154,46	6.955,00	7.167,20	8.138,94	8.043,04	6.590,35	6.010,75	7.281,47	7.893,13	8.043,06	8.557,05	87.721,24
Transferências da LC 87/1996	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	2.034,98	24.419,76
Transferências do FUNDEC	167.253,90	152.197,51	145.880,18	152.520,77	157.171,41	150.345,00	144.983,83	143.247,86	152.532,01	173.793,76	176.424,40	198.085,50	1.413.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.155,04	2.612,24	4.479,34	7.692,16	11.593,78	6.501,75	3.033,00	12.061,98	9.404,45	2.450,28	7.856,64	5.691,23	75.474,89
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.26.246,48</b>	<b>231.317,53</b>	<b>182.567,35</b>	<b>200.573,01</b>	<b>226.551,31</b>	<b>206.342,75</b>	<b>181.170,00</b>	<b>196.464,34</b>	<b>188.527,04</b>	<b>226.241,66</b>	<b>282.100,00</b>	<b>324.955,76</b>	<b>2.676.067,23</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	226.246,48	231.317,53	182.567,35	200.573,01	226.551,31	206.342,75	181.170,00	196.464,34	188.527,04	226.241,66	282.100,00	324.955,76	2.676.067,23
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)</b>	<b>1.390.156,31</b>	<b>1.311.589,39</b>	<b>1.325.594,77</b>	<b>1.200.889,19</b>	<b>1.316.203,33</b>	<b>1.225.760,76</b>	<b>1.306.307,93</b>	<b>1.177.624,92</b>	<b>1.338.443,94</b>	<b>1.712.705,88</b>	<b>1.535.847,54</b>	<b>1.334.498,01</b>	<b>13.647.878,32</b>

FONTE:

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		RECETAS REALIZADAS
		Até o Semestre/2016
		Até o Semestre/2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 5**

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.863,40	8.693,31	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.248.411,61	7.942.110,32	7.011.405,84
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.847.329,34	9.327.518,84	8.057.665,83
Demais Haveres Financeiros	7.016,17	7.016,17	7.420,20
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.605.933,90	1.392.424,69	1.053.680,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.238.548,21	-7.933.417,01	-7.011.405,84
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-6.238.548,21</b>	<b>-7.933.417,01</b>	<b>-7.011.405,84</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>922.011,17</b>	<b>-772.857,63</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>261.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Jun 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Semestre/2016	Até o Semestre/2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.676.269,10	16.673.220,07	13.595.412,09
Recetta Tributária	1.410.180,00	1.439.680,01	899.347,31
I.P.T.U.	95.760,00	176.768,19	134.046,32
I.S.S.	934.800,00	597.991,45	402.563,39
I.T.B.I.	47.880,00	242.778,11	176.329,60
I.R.R.F.	215.460,00	403.338,30	157.640,12
Outras Recettas Tributárias	116.280,00	18.803,96	28.767,88
Recetta de Contribuição	83.220,00	134.783,13	152.870,81
Recettas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	83.220,00	134.783,13	152.870,81
Recetta Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	44.460,00	701.789,03	634.609,90
(+) Aplicações Financeiras	44.460,00	701.789,03	634.609,90
Transferências Correntes	12.679.839,10	15.023.282,04	12.463.343,93
F.P.M.	5.814.000,00	5.873.586,98	5.041.066,41
I.P.V.A.	191.520,00	214.701,55	205.718,24
I.C.M.S.	2.918.400,00	4.895.241,43	3.747.173,36
Convênios	1.050.230,00	790.009,10	718.154,12
Outras Transferências Correntes	2.705.689,10	3.249.742,98	2.751.231,80
Demais Recettas Correntes	503.030,00	75.474,89	79.850,04
Divida Ativa	52.440,00	61.053,74	76.219,37
Diversas Recettas Correntes	450.590,00	14.421,15	3.630,67
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.279.270,90	1.814.461,24	480.486,18
Operações de Crédito (III)	873.240,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.406.030,90	1.814.461,24	480.486,18
Convênios	1.406.030,90	1.814.461,24	480.486,18
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Recettas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.406.030,90	1.814.461,24	480.486,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	16.082.300,00	18.487.681,31	14.075.898,27

[illegible]

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2015	Até o Semestre/ 2016	Até o Semestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>9.375.962,86</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>1.448.778,10</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>1.446.258,10</b>	<b>0,00</b>	<b>2.520,00</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	111.000,00	109.413,23	112.327,39	109.413,23	112.327,39	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.264.962,86</b>	<b>3.871.357,01</b>	<b>1.336.450,71</b>	<b>3.871.357,01</b>	<b>1.333.930,71</b>	<b>0,00</b>	<b>2.520,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>20.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>25.870.065,92</b>	<b>18.107.049,45</b>	<b>14.277.804,95</b>	<b>18.106.713,45</b>	<b>14.247.433,39</b>	<b>1.336,00</b>	<b>30.371,56</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-9.787.765,92</b>	<b>380.631,86</b>	<b>-201.506,68</b>	<b>381.967,86</b>	<b>-171.535,12</b>	<b>18.486.345,31</b>	<b>14.045.526,71</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>178.000,00</b>	

FONTE:



**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 8**

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	23.370,00	23.370,00	22.657,54	96,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	19.665,00	19.665,00	19.717,34	100,27
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	18.240,00	18.240,00	19.717,34	108,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.425,00	1.425,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.705,00	3.705,00	2.940,20	79,36
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.425,00	1.425,00	2.940,20	206,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.280,00	2.280,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.110.367,00	9.110.367,00	9.030.544,52	99,12
2.1- Cota-Parte FPM	7.296.000,00	7.296.000,00	7.217.967,00	98,93
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.296.000,00	7.296.000,00	6.739.239,45	92,37
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	478.727,55	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.641.600,00	1.641.600,00	1.529.762,83	93,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	3.420,00	3.420,00	6.105,00	178,51
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	48.450,00	48.450,00	74.563,05	153,90
2.5- Cota-Parte ITR	61.047,00	61.047,00	135.052,70	221,23
2.6- Cota-Parte IPVA	59.850,00	59.850,00	67.093,94	112,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>9.133.737,00</b>	<b>9.133.737,00</b>	<b>9.063.202,06</b>	<b>99,12</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	131.670,00	131.670,00	298.372,20	226,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	68.400,00	68.400,00	175.253,52	256,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.210,00	30.210,00	82.700,00	273,75
5.4- Transferências Diretas - PNATE	33.060,00	33.060,00	40.418,68	122,26
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	80.750,00	80.750,00	27.849,69	34,49
6.1- Transferências de Convênios	80.750,00	80.750,00	27.849,69	34,49
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	14.820,00	14.820,00	35.271,44	238,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>227.240,00</b>	<b>227.240,00</b>	<b>361.493,33</b>	<b>159,08</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.287.980,00	2.287.980,00	2.676.067,23	116,96
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.482.000,00	1.482.000,00	1.344.380,02	90,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	729.600,00	729.600,00	1.223.809,00	167,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.736,00	2.736,00	4.883,88	178,50
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.400,00	11.400,00	17.544,26	153,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.364,00	14.364,00	31.776,97	221,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	47.880,00	47.880,00	53.673,10	112,10
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.413.600,00	1.413.600,00	1.920.350,83	135,85
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.413.600,00	1.413.600,00	1.920.350,83	135,85
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-874.380,00</b>	<b>-874.380,00</b>	<b>-755.716,40</b>	<b>86,43</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							
VALOR							
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							
VALOR							
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Semestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		2.283.434,25		2.283.434,25	2.263.300,52	99,12	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
VALOR							
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-755.716,40
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-755.716,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							755.716,40
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							8,35
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Semestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Semestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	70.540,00	168.253,00	153.457,11	91,21	153.457,11	91,21	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.422.751,50	5.085.068,76	3.644.976,87	71,68	3.643.640,87	71,65	1.336,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	4.493.291,50	5.253.321,76	3.798.433,98	72,31	3.797.097,98	72,28	1.336,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.493.291,50	5.253.321,76	3.798.433,98	72,31	3.797.097,98	72,28	1.336,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O SEMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		51.378,77	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		1.930.910,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O SEMESTRE		1.898.432,35	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.898.432,35	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O SEMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		83.857,08	0,00

BOM JARDIM DA SERRA, 23/01/2017

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 6º BIMESTRE 2016 ANEXO 9

Município de BOM JARDIM DA SERRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>		<b>873.240,00</b>	<b>0,00</b>		<b>873.240,00</b>
<b>DESPESAS</b>			<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		9.375.962,86	3.980.770,24	3.980.770,24	5.395.192,62
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>		<b>9.375.962,86</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>3.980.770,24</b>	<b>5.395.192,62</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>		<b>-8.502.722,86</b>	<b>-3.980.770,24</b>	<b>-</b>	<b>-4.521.952,62</b>
FONTE:					

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 13 de fevereiro de 2017, na sede da Municipalidade, na modalidade de Chamada Publica, tendo como objeto Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes no município de Bom Jesus do Oeste.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, fone 049 3363 0200, pelo site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 24 de janeiro de 2017.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 106.01.17 - P. FÉRIAS PERLA O. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 106/17 de 23.01.17  
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Perla de Oliveira dos Santos ocupante do cargo de Zeladora - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para gozá-las a contar do dia 12 de janeiro com término no dia 10 de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
23 de janeiro de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal Responsável

MARIA MADALENA SILVEIRA

Sec. Mun. Administração e Fazenda

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO 06/2017**

EXTRATO DE CONTRATO 06/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CSST - Consultoria de Saúde e Segurança do Trabalho Ltda.

CNPJ 03.258.325/0001-67, sito a Rua Humaitá, Nº 19

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de consultoria na área de medicina e segurança do trabalho na Secretaria Municipal de Saúde do município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência até 31.12.2017.

Data da assinatura: 24.01.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 04-2016 SEC.TRÂNS. MOBILIDADE, POL. CIVIL E MILITAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE				
CONVÊNIO - SEC.TRÂNS. MOBILIDADE, POL. CIVIL E MILITAR				
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE				
MES DE REFERÊNCIA:DEZEMBRO/2016				
SALDOS				
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE ..... R\$	2.672.511,74			
- POLICIA CIVIL .....R\$	35.873,17			
- POLICIA MILITAR .....R\$	63.334,05			
RECEITA ARREC.BRUTA .....R\$		300.454,34		
DÉBITO CONTRATUAL .....R\$		12.602,43		
TARIFA DE COBRANÇA .....R\$		7.291,12		
DESPESA – PAGTO JARI. ....R\$		24.608,60		
DESP- PAGTO CORREIO ..... R\$		28.182,00		
RESTITUIÇÃO DE MULTAS ..... R\$				
RECEITA ARREC.LIQUID .....R\$		227.770,19		
DISPONIBILIDADE SSP		227.770,19		
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE .....R\$	159.439,13			
- POLICIA CIVIL .....R\$	34.165,53			
- POLICIA MILITAR . ....R\$	34.165,53			
REPASSE EFETUADO			35.873,17	
- POLICIA CIVIL (BRASIL C/C 307.851-5) .R\$			63.334,05	
- POLICIA MILITAR (B.B.C/C 841.073-9 .R\$				
SEC. TRÂNS. MOBILIDADE			744.333,62	
SALDOS				2.087.617,25
- SEC. TRÂNS. MOBILIDADE ..... R\$				34.165,53
- POLICIA CIVIL .....R\$				34.165,53
- POLICIA MILITAR .....R\$				
TOTAIS	2.771.718,96	227.770,19	843.540,84	2.155.948,31

Brusque 31 de Dezembro 2016

JOSE LUIZ CUNHA  
Prefeito MunicipalCRISTIANO BITTENCOURT JOEL FUCKNER  
Contador Auxiliar Contábil

### PORTARIA Nº 11.504/2017- ERRATA

Na Portaria nº 11.504, de 02 de janeiro de 2017, publicada em 03 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

"Art. 1º Nomear Ronaldo dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-1, Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Leia-se

“Art. 1º Nomear Ronaldo Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-1, Diretor-Presidente do Instituto Brusquense de Planejamento – IBPLAN.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 11.622/2017 - ERRATA**

ERRATA

Na Portaria nº 11.622, de 13 de janeiro de 2017, publicada em 18 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

“Art. 1º Nomear William Molina para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor- Geral, Símbolo CC-III, lotado na Secretaria da Fazenda”.

Leia-se

“Art. 1º Nomear William Fernandes Molina para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor-Geral, Símbolo CC-III, lotado na Secretaria da Fazenda”.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 11630/2017**

PORTARIA nº 11.630, 18 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174, de 25 de setembro de 2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Fabricia Regina Imhof Lapolli do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/01/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 11638/2017**

PORTARIA nº 11.638, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Alcides Cassaniga para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11639/2017**

PORTARIA nº 11.639, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Letícia Figueredo para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11640/2017**

PORTARIA nº 11.640, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Vilson Bohn para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Obras/

DGI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11641/2017**

PORTARIA nº 11.641, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a”, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luiz Gustavo Boscarol para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11642/2017**

PORTARIA nº 11.642, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a”, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Toni Atanasio para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11643/2017**

PORTARIA nº 11.643, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a”, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Maria Luiza Walendowsky para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11644/2017**

PORTARIA nº 11.644, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a”, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Mari Aldacir Fortes Ribeiro para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.  
JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11645/2017**

PORTARIA nº 11.645, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Marli Paza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11646/2017**

PORTARIA nº 11.646, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Altair Brehm para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11647/2017**

PORTARIA nº 11.647, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Bernardo Cardeal para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11648/2017**

PORTARIA nº 11.648, 20 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a", do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n.º 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Luci Herta Hilbert para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de janeiro de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

CIRO MARCIAL ROZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 3042/2016**

PORTARIA Nº 3042/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SILVIA REGINA SDRIGOTTI, matrícula nº 14630-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, lotada na Secretaria da Fazenda, a contar de 03/12/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de dezembro de 2016.

Rogério Adilson Lana  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger  
Diretor de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2017 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01 - 2017 – PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 01/2017, Objeto. CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, TENDO POR OBJETO O GERENCIAMENTO, CONSOLIDAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO DO MUNICÍPIO

Empresa – LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA - CNPJ – 03.725.725/0001-35 com sede no Município de – Itapema – SC, Valor Total R\$ 13.603,00 (Treze mil seiscentos e três reais); Prazo de validade do contrato 07/12/2016, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 05 de janeiro de 2017.  
SAULO SPEROTTO,  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 27.629

PORTARIA Nº 27.629, de 19 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

#### RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR o Servidor Público Municipal ANTONIO CARLOS CASTILHO, matrícula 504, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, para exercer o cargo de Assessor de Controle Interno, do Grupo Ocupacional Comissão, referência CC-2, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de janeiro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 007 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

PORTARIA nº 007 de 23 de janeiro de 2017.

Concede licença em razão de casamento ao servidor JOSÉ ARI LINS

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 11, 12, 13 e 33, IV da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença de 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, referente ao período de 20 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017, conforme certidão de casamento apresentada, ao servidor José Ari Lins, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 23 de Janeiro de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz  
PRESIDENTE

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

### ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Data: 17-01-2017

Às treze horas do dia dezessete do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros titulares: Zenilda Aparecida Rodrigues, Ilvaita Maria Faoro Baron, Luana Lourenço Longhi, José Ari Lins, Sílvia Linhares Martelo, Waldir Rigo e Francieli Antunes de Macedo. Dando início aos trabalhos, e tendo quórum, a Vice Presidente Francieli

Antunes de Macedo agradecendo a presença dos Conselheiros, deu início aos trabalhos, dando a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, Fábio Deniz Casagrande, que apresentou aos Conselheiros o Ofício nº 028-2017, do Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, Sr. Saulo Sperotto, que encaminha solicitação protocolando a mesma no dia 16.01.2017 para submeter ao Conselho Administrativo do IPASC, proposição de parcelamento de débitos previdenciários, no montante de R\$7.148.375,14 (Sete milhões, cento e quarenta e oito mil trezentos e setenta e cinco reais e quatorze centavos), conforme Ofício e Planilha de Débitos que ficam fazendo parte integrante da presente ata. Foi colocada em votação a proposta do Executivo Municipal, sendo que todos os conselheiros presentes aprovaram a proposta na forma apresentada pelo

Prefeito Municipal, todos opinando que o ideal seria não existir nenhuma forma de parcelamento pelo Executivo, mas aceitam a justificativa do Executivo de existência de passivo financeiro e necessidade de regularização da situação fiscal do Município, condição para recebimento de recursos financeiros de outros entes da federação; bem como preconizam as Portarias do Ministério da Previdência, que autorizam acordos de parcelamento, mediante autorização legislativa; entendem também que os valores devidos foram acrescidos da correção, juros e multa, concorrendo com os investimentos do Instituto no mercado financeiro. Também opinam que os valores a serem parcelados, referem-se à contribuição patronal, da alíquota suplementar e aportes. Ainda, entendem o Instituto recebe como garantia o parcelamento, nas cotas de retorno do FPM, podendo haver bloqueio dos valores parcelados. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião, originando a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Nada mais.

# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.200/2017

DECRETO N.º 3.200/2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.946 de 29/11/2016-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.941 de 25/10/2016-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 17 – Saneamento

Sub-função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0015 – Gestão da Água e Saneamento

Atividade: 2.051 – Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.006 – Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos

Código Reduzido: 04

VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos recebidos no Fundo Municipal de Saneamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 2.946, de 29 de novembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 11 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 3.202/2017

DECRETO N.º 3.202/2017

Dispõe sobre o reajuste do valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP disposto na Lei Municipal nº 1.517/2002.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, bem como em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.517/2002 e;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.517/2002 dispõe que o valor da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP será reajustado anualmente, no mês de janeiro, por meio de Decreto do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que o citado artigo determina que o índice a ser utilizado para o reajuste da COSIP será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, disposto na Tabela I constante no artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.517/2002, da seguinte forma:

Faixa de consumo de energia em KWH	Valor da contribuição mensal em R\$	
	Por unidades habitacionais de núcleo familiar	Por unidades produtivas ou institucionais (não habitacionais)
Até 50	isento	isento
Acima de 50 até 100	7,37	13,64
Acima de 100 até 400	9,27	16,85
Acima de 400 até 800	13,05	18,74
Acima de 800 até 1000	16,85	22,52
Acima de 1000	18,74	30,09

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.575/2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob

Secretário M. de Administração

### PR 004/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ALMOÇO PARA AS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 07 (Sete) de Fevereiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Camboriú SC, 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### **PR 005/17 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (FRIOS, PÃES E BOLO) PARA COMPLEMENTAR A ALIMENTAÇÃO DAS GUARNIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 07 (Sete) de Fevereiro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### **TERMO DE ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO DO PR 003/2017 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 003/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS COMPLETOS, PARA EQUIPAR OS CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o aviso de licitação

Onde lê-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2017- PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 06 E EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08 E 09.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 001/2017

ADITIVO Nº 001/2017

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 049/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO MARCELA FONTANELLA

CONTRATADA: MARCELA FONTANELLA, no Cargo Público de Técnico de Nível Médio exercendo a Função de Técnico de Enfermagem, portadora do CPF/MF nº 047.279.239-39, residente domiciliada na Rua Adele Schultz, nº 43, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002. Prorrogação de contrato em motivo de não haver Concurso Público homologado conforme ofício SMS nº 012/2017.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado ou até Homologação de Concurso Público.

PRAZO: Prorrogação: 30 de janeiro 2017;

Término: 28 de julho de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC., 30 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARCELA FONTANELLA Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LEONICE IOHANSON inscrita no CPF/MF sob nº 074.929.999-17, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2016, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL I, na Função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de janeiro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

### CONVOCAÇÃO Nº 005/2017

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 005/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GABRIEL ENGLER inscrito no CPF/MF sob nº 092.292.629-86, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de INSTRUTOR DE MÚSICA, na Função de INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de janeiro de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de janeiro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARÍLIA SCHEFFER  
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

### DECRETO Nº 10.260 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.260 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 8.676 DE 21 NOVEMBRO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Altera a Ementa do Decreto nº 8.676 de 21 de novembro de 2014, a qual passa a ter a seguinte redação:

"CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL DA MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES DAS 80% MAIORES CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RENATO CAMPOS QUERINO FILHO."

Art.2º) Altera a redação do Artigo 2º do Decreto nº 8.676 de 21 de novembro de 2014 o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria pela integralidade da média, demonstrada em Planilha de Cálculo de Proventos, as fls. 38 e 39 do Processo de Revisão de Aposentadoria nº 017/2016, referente ao Servidor Público, correspondendo o valor de R\$ 2.124,47 (dois mil, cento e vinte e quatro reais, quarenta e sete centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente."

Art.3º) As demais disposições do Decreto nº 8.676 de 21 de

novembro de 2014, permanecem inalteradas e vigentes.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de novembro de 2014.

Art.5º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
24 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **EXTRATO DE CONTRATO 14/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017 FMS

Objeto: Execução De Serviços Especializados Nos Seguintes Procedimentos: Esofagogastroduodenoscopia, Colonoscopia, Ultrassonografia De Abdomen Total, Ultrassonografia De Abdomen Superior, Ultrassonografia De Articulação, Ultrassonografia Aparelho Urinário, Ultrassonografia Pélvica, Ultrassonografia De Bolsa Escrotal, Ultrassonografia Mamas Bilateral, Ultrassonografia Próstata Via Abdominal, Ultrassonografia De Tireóide, Ultrassonografia Obstétrica E Ultrassonografia Transvaginal Credenciamento 01/2015.

Dotação Orçamentária:

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão no presente exercício (2017) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

- 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (52), Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 80.874,00 (Oitenta mil oitocentos e setenta e quatro reais)

Vigência: 02/01/2017 A 31/12/2017.

Contratada: Instituto Santé – Hospital São Luiz.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 E Alterações.

Carolina Da Costa Telma - Gestora

#### **EXTRATO DE CONTRATO 15/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017 FMS

Objeto: serviço especializado no seguinte procedimento: CONSULTA EM REUMATOLOGIA. Credenciamento 01/2015.

Dotação Orçamentária:

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato

correrão no presente exercício (2017) à conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

- 91.04.2.028.3.3.90.39.00.00.00.00 (52), Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Realização de diagnóstico dos pacientes, Manutenção das Atividades Médicas e Terapêuticas, Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 8.000,00 (Oito mil reais)

Vigência: 02/01/2017 A 31/12/2017.

Contratada: WW JOSELUMA LTDA EPP.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 E Alterações.

Carolina Da Costa Telma - Gestora

#### **PORTARIA Nº 14.032 DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.032 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

DESIGNA A ADMINISTRADORA DO FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA, PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE ADMINISTRADORA DO PROCON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Administradora do Fórum Municipal – Casa da Cidadania, MAGALI ENGEL, Registro no Sistema sob nº 955395, para responder interinamente pelo Cargo de Administradora do PROCON, pelo período de 23 de janeiro de 2017 à 20 de maio de 2017, por motivo da Titular Administradora do PROCON encontrar-se em gozo de Licença Maternidade.

Art.2º) Administradora do Fórum Municipal – Casa da Cidadania não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de janeiro de 2017.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
24 de janeiro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 25/01/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

**EXT CT0032017**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 03/2017  
PROCESSO 278/2009

DATA DE ASSINATURA: 17 de Janeiro de 2017.

OBJETO: O contrato tem o objetivo de transferência de recursos do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM).

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste

VALOR: R\$ 56.233,22 (Cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos).

Campos Novos – SC, 17 de Janeiro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

**EXT CT022017**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 02/2017  
TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO  
CNO Nº - 06/2015

DATA DE ASSINATURA: 06 de Janeiro de 2017.

OBJETO: O contrato tem por objetivo a instalação e disponibilização do acesso á rede (internet), com disponibilidade de um endereço eletrônico individualizado, fica obrigada a contratada ceder a título de empréstimo a contratante, o conversor de mídia, conectores, fontes, ferragens em geral, cabo de fibra óptica (Drop). Em casos de manutenção serão expensas da contratada. Os demais materiais/ equipamentos faltantes nos computadores e no sistema de informática é de responsabilidade da SAMAE.

CONTRATADA: Gustavo Zanatta e Cia LTDA-ME

VALOR: R\$199,90 (Cento e noventa e nove reais e noventa centavos) mensais.

Campos Novos – SC, 06 de Janeiro de 2017.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### LEI Nº 5.969/2017

LEI Nº 5.969/2017

“CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL E REAJUSTA PISO DO MAGISTÉRIO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica concedida, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, reposição salarial de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento) na remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. A reposição concedida no caput deste artigo refere-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado do período de janeiro/2016 a dezembro/2016.

Art. 2º. Os vencimentos relativos a 40 horas semanais que, após calculada a reposição salarial de que trata o artigo 1º, não atingirem o valor correspondente a 1 (um) salário mínimo nacional, serão automaticamente majorados para o valor deste, ou seja, R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

Art. 3º. Fica estabelecido o piso salarial do magistério para o exercício de 2017, no valor de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) para o nível I, classe 1 da tabela dos profissionais do magistério de que trata a Lei Complementar Municipal nº 38/2011.

Parágrafo Único. Os vencimentos dos níveis II,III,IV e V, classe 1 da tabela de que trata o caput, serão repostos conforme o percentual estabelecido no artigo 1º da presente Lei.

Art. 4º. A remuneração de todos os cargos de provimento em comissão e funções de confiança, bem como os subsídios dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Diretor Executivo do ICPREV ficam inalterados, ou seja, não fazem jus à reposição proposta através da presente Lei.

Art. 5º. As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### LEI Nº 5.970/2017

LEI Nº 5.970/2017

“ALTERA A LEI Nº 5.169, de 19/09/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica inserido o § 2º ao artigo 29 da Lei nº 5.169, de 19/09/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - No que trata as outras fontes de recursos previstas no caput deste artigo, com a finalidade de amenizar o custo direto para o usuário, fica estabelecido o teto de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, como subsídio do Município às empresas que venham a operar o serviço de transporte aquaviário, independentemente das condições de travessia, desde que estas não sejam causadas pelo concessionário.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### LEI Nº 5.971/2017

LEI Nº. 5.971/2017

“AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cujo objetivo é contribuir com a operacionalização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de Rádio Patrulha da Polícia Militar.

Art. 2º - O município disponibilizará, em parcela única, o valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo o valor depositado em conta corrente utilizada hodiernamente pelo Convênio Rádio Patrulha.

Parágrafo Único: Os recursos recebidos deverão ser utilizados em despesas com a aquisição de veículo e/ou equipamentos, manutenção (combustível, peças e serviços) das viaturas colocadas em serviço e para manutenção do aquartelamento da Polícia Militar, tais como materiais de expediente, limpeza e melhoria da infra-estrutura das instalações físicas, visando proporcionar condições de execução do policiamento de Rádio Patrulha do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, dentro da atividade 2.038 – Ações Atinentes ao Convênio Rádio Patrulha.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 19 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **LEI Nº 5.972/2017**

LEI Nº. 5.972/2017

“AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA 22ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA EM CANOINHAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da 22ª Delegacia Regional de Polícia em Canoinhas, cujo objetivo é contribuir com a operacionalização do Convênio de Delegação de Encargos e Regulamentação do Uso das Vias Públicas e Fiscalização do Trânsito Público, no que tange às atribuições destinadas à Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O município disponibilizará, em parcela única, o valor de até R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo o valor depositado em conta corrente utilizada hodiernamente pelo Convênio Trânsito – Polícia Civil de Canoinhas.

Parágrafo Único: Os recursos recebidos deverão ser utilizados em despesas com a aquisição de 01 (um) veículo automotor e/ou equipamentos para o mesmo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, dentro da atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **LEI Nº 5.973/2017**

LEI Nº 5.973/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

#### **LEI**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

#### **I)**

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
...13.000,00  
Recursos 11100 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Civil

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), com a seguinte classificação institucional:

#### **I)**

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano  
Função 15: Urbanismo  
Subfunção 452: Serviços Urbanos  
Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo  
Proj./Ativ. 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito  
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
...13.000,00  
Recursos 11100 – Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Civil

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 5.974/2017

LEI Nº 5.974/2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 425.170,17 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta reais e dezessete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas  
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
.. 425.170,17  
Recursos 23200 – Transf. Conv. União (FNDE) – Educação  
Código da Despesa – Sistema Betha: 31/2017/PMC

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$425.170,17 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta reais e dezessete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)  
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação  
Função 12: Educação  
Subfunção 361: Ensino Fundamental  
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação  
Proj./Ativ. 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
. 122.100,00

Recursos 23200 – Transf. Conv. União (FNDE) – Educação  
Código da Despesa – Sistema Betha: 27/2017/PMC

II)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação  
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
. 114.400,00

Recursos 23200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação  
Código da Despesa – Sistema Betha: 64/2017/PMC

III)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação

Proj./Ativ. 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....  
. 188.670,17

Recursos 23200 – Transf. Conv. União (FNDE) - Educação  
Código da Despesa – Sistema Betha: 67/2017/PMC

Art. 3º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 5.975/2017

LEI Nº 5.975/2017

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a efetuar a cessão de uso, a Associação Cristã Amigos do Próximo, com sede neste município, inscrita no CNPJ sob nº 19.946.921/0001-70, dos bens móveis adiante descritos, os quais foram adquiridos com recursos estaduais do Convênio nº. 2016TR000642:

Inciso I – 2 (dois) Saxofones Alto em Bb, laqueado, apoio para a

mão direita, acompanha estojo acolchoado, no valor TOTAL de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Inciso II – 1 (um) Tuba Sinfônica, 4 pistos, 1 rotor, laqueado, campanha 475 mm, calibre 21.00mm – 22.00 mm, acompanha bocal 25 C e estojo luxo e Kit limpeza, no valor de R\$ 12.890,00 (doze mil e oitocentos e noventa reais).

Inciso III – 3 (três) Trompetes em Bb, laqueado, calibre 11.70mm, campana 125mm, pisto em aço oxidável, bocal 5 C, acompanha estojo luxo e Kit limpeza, no valor TOTAL de R\$ 2.175,00 (dois mil cento e setenta e cinco reais).

Inciso IV – 1 (um) Trombone de Marcha Bb, laqueado, calibre 12.70mm, 216mm campanha, bocal prata, estojo luxo, no valor de R\$ 2.620,00 (dois mil seiscentos e vinte reais).

Inciso V – 2 (duas) Clarinetes 17 chaves Bb, chaves niqueladas, estojo luxo e Kit limpeza, no valor TOTAL de R\$ 1.178,00 (mil cento e setenta e oito reais).

Inciso VI – 2 (dois) Flautas Transversais, 17 chaves em C, mecanismo em C, sistema Boehm, acompanha estojo luxo e Kit limpeza, no valor TOTAL de R\$ 2.558,00 (dois mil quinhentos e cinquenta e oito reais).

Inciso VII – 2 (dois) Euphonium 3 pistos em Bb, acabamento laqueado, calibre 14.70mm, campana 290mm, bocal prata, acompanha estojo luxo e Kit limpeza, no valor TOTAL de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais).

Inciso VIII – 1 (um) Flugelhorn em Bb, laqueado, calibre 11.20mm, 154.00mm, bocal 7 C, estojo luxo com Kit limpeza, no valor de R\$ 1.520,00 (mil quinhentos e vinte reais).

Inciso IX – 1 (um) Trompete em C, laqueado, calibre 11.65mm, campana 123mm, boca prata, acompanha estojo e Kit limpeza, no valor de R\$ 1.280,00 (mil duzentos e oitenta reais).

Inciso X – 2 (dois) Saxofones Tenor em Bb, laqueado, sapatilhas Premium, molas em aço inoxidável, acompanha estojo luxo e Kit limpeza, no valor TOTAL de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Inciso XI – 20 (vinte) Estantes de Partitura, preta, de ferro, no valor TOTAL de R\$ 1.360,00 (mil trezentos e sessenta reais).

Inciso XII – 1 (uma) Caixa Tenor 14x12, madeira Basswood, no valor de R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais).

Inciso XIII – 1 (uma) Bombo Marching band 24x14, 10 afinações, no valor de R\$ 1.295,00 (mil duzentos e noventa e cinco reais).

Inciso XIV – 1 (um) Teclado Arranjador, 61 teclas, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Inciso XV – 1 (um) Escaleta 37 teclas, com estojo, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Inciso XVI – 5 (cinco) Violões Nylon, NUT 50mm, tarraxas 3+3, pino grosso, no valor TOTAL de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).

Inciso XVII – 10 (dez) Microfones Profissionais com fio, acompanha cabo, no valor TOTAL de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais).

Art. 2º - A cessão de uso dos bens descritos no parágrafo único destina-se única e exclusivamente para uso da Associação Cristã Amigos do Próximo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Fica expressamente vedada à alienação dos bens descritos nos incisos do descritos no artigo 1º, objetos da cessão de uso de que trata esta lei, a qualquer título, bem como fica proibida a alteração da destinação prevista no artigo anterior.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 5.976/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 5.976/2017

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 054/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

### LEI

Art. 1º - Fica alterado o título da Subseção I, da Seção I, do Capítulo IV, da Lei Complementar nº054 de 29/04/2016, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“DOS DIRETORES EXECUTIVO E ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO”

Art. 2º - Fica incluído o §5º ao art. 22 da Lei Complementar nº054 de 29/04/2016, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“§5º Nos casos em que o Chefe do Poder Executivo determinar, mediante concordância do servidor nomeado, fica autorizado aos servidores, ocupantes dos cargos de Diretor Executivo e Administrativo-Financeiro, acumularem as respectivas atribuições de seus cargos efetivos com o cargo de Diretor Executivo ou Diretor Administrativo-Financeiro, sendo a estes devida fração equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo comissionado ocupado junto ao Instituto de Previdência, sem prejuízo da respectiva remuneração do cargo efetivo, cabendo ao ICPREV tão somente o ônus do pagamento da fração equivalente citada.”

Art. 3º - Fica alterado o §1º do art. 39 da Lei Complementar nº054 de 29/04/2016, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“§1º O recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei Complementar deverá ser efetuado até o dia 20 do mês subsequente à competência da respectiva contribuição e, não havendo expediente bancário, tem-se como vencimento o dia útil imediatamente anterior.”

Art. 4º - Fica alterado o art. 36 da Lei Complementar nº054 de 29/04/2016, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 36. O vencimento das contribuições previdenciárias dos segurados de que trata esta Seção III, será até o dia 20 do mês subsequente à competência da respectiva contribuição e, não havendo expediente bancário, tem-se como vencimento o dia útil imediatamente anterior.”

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## LEI Nº 5.977/2017

LEI Nº 5.977/2017

### “ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 100.000,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado acrescentar no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2016) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2016) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de até R\$ 217.600,00 (duzentos e dezesseite mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Proj./Ativ. 2.038 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 217.600,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 (Lei nº. 5.960/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2017 (Lei nº. 5.965/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 217.600,00 (duzentos e dezesseite mil e seiscentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 28: Encargos Especiais

Subfunção 843: Serviços da Dívida Interna

Programa 3: Modernização Administrativa

Proj./Ativ. 0.002 – Amortização e Encargos da Dívida Fundada

4.6.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 217.600,00

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**LEI Nº 5.978/2017**

LEI Nº 5.978/2017

**"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" a EMPRESA A2 EVENTOS, inscrita no CNPJ 21.783.106/0001-89, para a realização da 14ª Festa Automotiva.

Parágrafo Primeiro – O evento contará com exposição do Jeep Club Canoinhas, encontro de baixos, Lava Car, praça de alimentação, além de venda e exposição de acessórios para carros e Food Truck.

Parágrafo Segundo – A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao espaço físico interno e externo para estacionamento, e especificamente o evento designado será realizado no pavilhão gastronômico. Estes espaços serão de inteira responsabilidade da parte organizadora na contratação de empresa terceirizada de segurança, visando proteger a população visitante.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei terá início às 08h00min do dia 12/02/2017, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal de Planejamento e acompanhada por pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término às 19h00min do mesmo dia, quando também, deverá ocorrer a devida vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a cargo da EMPRESA A2 EVENTOS, realizar o pagamento da contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, além do pagamento, prévio, dos tributos referentes ao uso do espaço público, prestação de serviços e comércio ambulante, sendo, ainda, de responsabilidade do permissionário:

- I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;
- II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;
- III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;
- IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;
- V - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para realização do evento, devendo o permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;
- VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;
- VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;
- VIII – Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos;
- IX – Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque;

- X – A limpeza do Parque após o evento;
- XI – Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros;

Parágrafo Único. Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da EMPRESA A2 EVENTOS, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Poderá a EMPRESA A2 EVENTOS, promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque no dia da realização do evento referido nesta Lei.

Art. 6º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 059/2017**

PORTARIA Nº. 059/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor DORIVAL DIAS PAULO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2009/2010, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 21/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 025/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 060/2017**

PORTARIA Nº. 060/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor GERSON ORLANDO LANGER, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 02/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 25/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 061/2017**

PORTARIA Nº. 061/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 90 (noventa) dias de Licença Prêmio ao servidor MOACIR SILVA, efetivo no cargo de Eletricista, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 23/01/2017 a 22/04/2017, conforme Comunicação Interna nº 25/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 062/2017**

PORTARIA Nº. 062/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, efetivo no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, a desfrutar no período de 01/02/2017 a 02/03/2017, conforme Comunicação Interna nº 26/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 063/2017**

PORTARIA Nº. 063/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

**"AUTORIZAR"**

Art. 1º - Fica autorizada INÊS APARECIDA SCHEMACH, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas dentro do Município de Canoinhas, tendo em vista, que este precisa se locomover para visitas e entrega de medicamentos, conforme comunicação interna nº 011/ST/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 064/2017**

PORTARIA Nº. 064/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica Prorrogado o Auxílio Doença da servidora pública municipal LUCIA AMÉLIA TRINDADE WITT, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 24/01/2017 à 19/07/2017, conforme Comunicação Interna nº 027/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 065/2017**

PORTARIA Nº. 065/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com Lei Complementar nº 002 de 17/12/2003, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE  
PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Art.1º - Fica nomeado o servidor LUIZ AUGUSTO FONTANA JUNIOR, efetivo no cargo de Contador, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para atuar no cargo de Coordenador de Controle Interno, a partir de 19/01/2017 conforme Comunicação Interna nº 021/SMAFO/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PORTARIA Nº 066/2017**

PORTARIA Nº. 066/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora BETÂNIA THEREZINHA DE CARVALHO BERNARDO (11639), efetiva no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 25/01/2017 a 03/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 028/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora BETÂNIA THEREZINHA DE CARVALHO BERNARDO (12531), efetiva no cargo de Médico Generalista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 25/01/2017 a 03/02/2017, conforme Comunicação Interna nº 028/DP/2017.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de janeiro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/01/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº  
FMS 37/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016

PROCESSO Nº 48/2016 HOMOLOGAÇÃO: 24/01/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATÉ 31 DE DEZEMBRO NO ANO DE 2017.

CONTRATADO: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA VALOR DA DESPESA: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

GILBERTO DOS PASSOS - Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE  
ABERTURA DO PREGÃO Nº FMS 02/2017**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 05/2017

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 02/2017 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que alterou o edital acima. Diante disto, a data de abertura de propostas e disputa de preços foi transferida para o dia 08/02/2017, ficando

estipulados os seguintes horários: 14h00min (abertura de propostas) e 14h05min (início da disputa de preços). Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito /Presidente do fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 37/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:  
Licitação.....: 48/2016  
Modalidade.....: 37/2016 - PR  
Objeto.....: PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo:  
1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Total dos Itens Vencedores: 200.000,00

CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATE 31 DE DEZEMBRO NO ANO DE 2017.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	887	-	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS	-	Unidade: UN		
13102	SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA		1,000	0,0000	200.000,00000	200.000,00	Venceu	1 *****
15033	SANDRO LUIZ TREVISANI		1,000	0,0000	200.000,00000	200.000,00	Perdeu	2
14330	FARMACIA MFA LTDA ME		1,000	0,0000	200.000,00000	200.000,00	Perdeu	3

Candinhas,	Em	...../...../.....
MARCIANO FERNANDES CORREA -	.....	- Pregoeiro(a)
ADILSON FERNANDO RIBEIRO -	.....	- EQUIPE DE APOIO
KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT -	.....	- SUPLENTE EQUIPE DE APOIO
MARINA HAAG -	.....	- 25.933/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 11/2017 - CONCEDE FÉRIAS**

PORTARIA Nº11/2017

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor Tarciso Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de Secretário Administrativo, referente ao período aquisitivo de 15/10/2015 à 14/10/2016, que serão usufruídas do dia 26/01/2017 à 09/02/2017.

Art. 2º Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 24 de janeiro de 2017.

Wilmar Sudoski

Presidente

Norma Pereira

1º Secretária

Zenici Dreher

2º Secretária

# Capinzal

## PREFEITURA

### ATO 004/PS/033/2016 PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 033/2016

ATO 004/PS/033/2016

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 033/2016

O Senhor Nilvo Dorini, Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público a primeira retificação do edital de Processo Seletivo conforme segue:

1. No item 7 do edital, quanto as fases do Seletivo, a alínea C) passa a vigorar da seguinte forma:  
c) Prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquina Pesada e Leve, Pedreiro e Carpinteiro.
2. No item 10.4.5. quanto ao equipamento a ser utilizado para realização da Prova Prática do Cargo de Operador de Máquina Leve:  
a) Onde se lê: Trator de Esteira  
b) Leia-se: Trator de Pneu
3. No conteúdo programático do cargo de Professor de História:  
a) Onde se lê: Criciúma  
b) Leia-se: Capinzal
4. As demais normas do edital 033/2016 permanecem inalteradas.

Capinzal, 24 de janeiro de 2017

Nilvo Dorini

Prefeito Municipal

### PMC CONTRATO 0004/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº...: 0004/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: DESINSETIZADORA CAPINZALENSE LTDA - ME		
Valor ..... : 5.120,48 (cinco mil cento e vinte reais e quarenta e oito centavos)		
Vigência ..... : Início: 24/01/2017 Término: 24/04/2017		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017 Processo_Licitatório....: 0004 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação de empresa para prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando: Desinsetização e Desratização nas dependências internas das edificações da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes (Centros Municipais de Educação Infantil, Creches, Pré-Escolas e Escolas do Ensino Fundamental) para o exercício de 2017. Com recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 24 de Janeiro de 2017		

### PMC CONTRATO 0005/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº...: 0005/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PROATIVA MADEIRAS LTDA - EPP		
Valor ..... : 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)		
Vigência ..... : Início: 24/01/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2017 Processo_Licitatório....: 0005 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Locação de imóvel destinado à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, para abrigar a Extensão do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, onde atenderá a faixa etária de 03 à 05 anos - Pré-Escolar		
Capinzal, 24 de Janeiro de 2017		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0008/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2017**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2017

Dispensa de Licitação Nº 0005/2017

SANDRO LUIZ TOALDO, SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº 0008/2017 conforme segue:

**OBJETO**

Aquisição fracionada de Pneus Novos para manutenção de máquinas da Secretaria de Infraestrutura. Com Recursos Próprios

**FORNECEDOR**

Item	Qtidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
01	7	UN	Pneu 1400-24 tipo A, para Retro e Motoniveladora 16 lonas, desenho V, garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.	PIRELLI	2.397,00	16.779,00
TOTAL						16.779,00

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
MODELO PNEUS LTDA	1
R\$ 16.779,00 (Dezesseis mil, setecentos e setenta e nove reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

**JUSTIFICATIVA**

A presente solicitação justifica o pedido de compra de pneus, pois devido às fortes chuvas nos últimos dias, alguns serviços serão necessários fazer de imediato.

Porém como não tem pneus em bom estado para a Máquina (Motoniveladora) realizar os trabalhos, será necessário comprar os mesmos. Devo dizer que um processo de licitação já esta em andamento, mas devido à burocracia de prazos, será necessário fazer uma compra emergencial.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de pesquisa de mercado, com três empresas e estipulado o valor mínimo apresentado.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 134 - Manutenção dos serviços urbanos  
Órgão: 6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos  
Programa: 120 - DESENVOLVIMENTO URBANO  
Projeto/Atividade: 2.062 - Manutenção dos serviços urbanos  
Elemento: 33903099000000 - Aplicações Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Despesa: 157 - Manutenção das estradas vicinais  
Órgão: 6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 145 - ESTRADAS VICINAIS  
Projeto/Atividade: 2.071 - Manutenção das estradas vicinais  
Elemento: 33903099000000 - Aplicações Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 24 de Janeiro de 2017

SANDRO LUIZ TOALDO

### **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0009/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0009/2017

Pregão Presencial Nº 0004/2017

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para produção e fornecimento de alimentação (sanduíches, salgados fritos e assados, bolos simples, refrigerantes e sucos), para encontros de estudos e capacitação dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, durante o ano de 2017. Com Recursos Municipais e Federais (Salário Educação).

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 06/02/2017.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739 e (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 25 de Janeiro de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

### **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0010/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0006/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0010/2017

Pregão Presencial Nº 0005/2017

**OBJETO:** Aquisição de móveis planejados (sob medida, não modulados), conforme projeto; material de consumo e equipamento para equipar em caráter emergencial, a sala do Berçário I, do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente. Com recursos Municipais e Federais (Salário Educação e FUNDEB).

Observação:

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:00 horas do dia 06/02/2017, para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739 e (049) 3555-8716.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 25 de Janeiro de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0011/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0006/2017**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0011/2017  
Pregão Presencial Nº 0006/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 07/02/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.  
Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
Telefone: (049) 3555-8739 e (049) 3555-8716.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 25 de Janeiro de 2017.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 001/2017 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.  
Contratado: COMÉRCIO E SERVIÇOS IDM LTDA.

Contrato nº: 001/2017 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE FUMIGAÇÃO COM MÁQUINAS TERMONEBULIZADORAS MOTORIZADAS EM TUBULAÇÕES, DUTOS, BOCAS DE LOBO (REDE DE ESGOTO), GALERIAS, PONTES E CEMITÉRIO, SENDO QUE OS SERVIÇOS SERÃO EXECUTADOS COM PRODUTOS REGISTRADOS NOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

Data da Assinatura: 19/01/2017.

Vigência: 31/01/2017.

Valor do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

### CONTRATO Nº 002/2017 FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.  
Contratado: ANA TAISA MARCANTE ME.

Contrato nº: 002/2017 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 19/01/2017.

Vigência: 20/05/2017.

Valor do Contrato: R\$ 7.960,00 (sete mil e novecentos e sessenta reais).

### CONTRATO Nº 005/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratado: COMÉRCIO E SERVIÇOS IDM LTDA.

Contrato nº: 005/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇO DE DETETIZAÇÃO COM

MÁQUINAS MOTORIZADAS EM TODAS AS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, INCLUINDO SEUS FUNDOS, COM PRODUTOS PROFISSIONAIS REGISTRADOS NOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

Data da Assinatura: 19/01/2017.

Vigência: 31/01/2017.

Valor do Contrato: R\$ 7.680,00 (sete mil e seiscentos e oitenta reais).

### PP 004/2017 PCS

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 PCS

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de locação de impressoras para todos os Departamentos do Município de Caxambu do Sul, Fundo Municipal de Saúde e demais Fundos do Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 08/02/2017.

Abertura: dia 08/02/2017, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 25 de janeiro de 2017.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02\_2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2017

Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si a Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 03.527.861/0001-10, com sede administrativa na Rua Albano Gilioli, 26, centro, Caxambu do Sul/SC, neste ato representado por seu Presidente, Vereador Osvaldo Huntemam e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 09.427.503/0001-12, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº. 1.885, sala 1307, centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, CPF nº. 912.833.619-49.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato as disposições da

Lei Federal nº. 11.107/05, do Decreto Federal nº. 6.017/07 e da Lei Municipal nº. 1281/2013 de 05/06/2013.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 11.107/05, no artigo 18, do Decreto Federal nº. 6.017/07 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC) aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº. 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:

I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina;

II - Inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV - Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos

normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI - Promoção da gestão transparente do Poder Legislativo municipal;

VII - Economia dos recursos públicos.

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação ao programa, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à sua correta implantação;

II - Transmissão de dados e informações geradas ou administradas pelas partes;

III - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados ao programa contratado;

IV - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização do programa;

V - Intermediação entre o Município e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação ao programa, no âmbito das solicitações de melhorias e evoluções tecnológicas.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando à CONTRATADA as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - zelar pela utilização adequada dos sistemas oferecidos pela CONTRATADA, em especial para atendimento ao princípio administrativo da publicidade, segundo o qual a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

III - disponibilizar informações atualizadas e transmitir os dados necessários ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO à transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que respeitada a privacidade;

IV - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

V - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pela CONTRATANTE em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

VI - comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula sétima. A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com o Projeto Atividade nº. 2001 do elemento de despesa nº. 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica),

do orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2017, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar guarida às despesas decorrentes de eventuais prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula oitava. Para a execução do objeto deste contrato, a Câmara de Vereadores repassará parcela única ao CIGA à importância de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais).

Parágrafo primeiro. Quando for necessária a migração de dados e informações da CONTRATANTE que demande o atendimento "in loco" da CONTRATADA, este poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. O processo de migração mencionado no parágrafo anterior, desde que haja comum acordo, ensejará no pagamento por parte da CONTRATANTE de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula nona. O pagamento poderá ser processado por meio de boleto ou mediante depósito em conta corrente mantida pelo CIGA.

Cláusula décima. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pela Câmara de Vereadores.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Fica assegurada a revisão de preços sempre que houver majoração ou minoração nos custos da prestação do serviço, devendo a tabela de valores serem previamente atualizada em Assembléia Geral do CIGA.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Caxambu do Sul/SC, 24 de janeiro de 2017.

Osvaldo Huntemam

Presidente da Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**EXTRATO DL 001-2017**

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Janio Sadi Kulba Junior, Assessor Jurídico do Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES (PGVC) APROVADO PELO CIGA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CIGA Nº. 16/2011, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA no valor total de R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais).

Caxambu do Sul - SC, em 17 de janeiro de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM,  
Presidente.

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAIS 10, 12 E 13/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 13/2017  
PROCESSO: 11/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 11/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS EM CONFORMIDADE COM A LEI 511/2005 PARA SEREM DISTRIBUIDAS ÀS PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até às 8:30 do dia 13/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 25 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2017  
PROCESSO: 12/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 10/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA OS POÇOS ARTESIAIS DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até às 14 horas do dia 13/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 25 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 09/2017  
PROCESSO: 10/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 09/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 10/02/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 25 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2017  
PROCESSO: 11/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 31/01/2017, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 03/2017**

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
158	3/2017	24/01/2017	31/12/2017	2/2017	Não	66.000,00		SERVIÇO GINECOLOGICO	CLINICA MEDICA MATER
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS de assistência básica à saúde na área de GINECOLOGIA/OBSTETRICIA, a serem executados pela contratada em pacientes residentes no Município de Celso Ramos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal da Saúde.									
<b>Total: 1</b>									

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**040.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 040//2017

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo de Oficial de Nível Médio – 40 horas;
- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Publica ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 23 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 06 de Fevereiro de 2017, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para contratação de serviços de horas de esteira e escavadeira hidráulica, com fornecimento pela contratada de operador habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de janeiro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO 01/2017

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 1/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó  
Contratada: Radiodifusão Índio Condá Ltda Epp  
Objeto: Contratação dos serviços de rádio AM para transmissão de programas institucionais da Câmara Municipal de Chapecó, sendo 7 (sete) minutos diários, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.  
Valor/Ano/Estimativo: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)  
Vigência: De 23/01/2017 a 31/12/2017.

Chapecó-SC, 23 de janeiro de 2017.  
Valmor Junior Scolari  
Presidente

### EXTRATO DE CONTRATO 02/2017

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 2/2017

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó  
Contratada: Rádio Sociedade Oeste Catarinense Ltda  
Objeto: Contratação dos serviços de rádio AM para transmissão de programas institucionais da Câmara Municipal de Chapecó, sendo 7 (sete) minutos diários, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados.  
Valor/Ano/Estimativo: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais)  
Vigência: De 23/01/2017 a 31/12/2017.

Chapecó-SC, 23 de janeiro de 2017.  
Valmor Junior Scolari  
Presidente

### PORTARIA Nº 40/17

Portaria Nº 40/17  
Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor DAUESLEY ARIEL OLIVEIRA DOS SANTOS para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento R\$ 3.093,59 (Três mil e noventa e três reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de janeiro de 2017.

Gabinete do Presidente, em 19 de janeiro de 2017  
VALMOR JÚNIOR SCOLARI  
Presidente

### PORTARIA Nº 41/17

Portaria Nº 41/17  
Dispõe sobre entrada em exercício de servidor público municipal, aprovados no concurso público nº 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Que o servidor público municipal FLAVIO NARDON, aprovado no concurso público nº 01/2014, empossado em 12 de janeiro de 2017, passa a exercer as suas funções Nesta Casa Legislativa, a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 23 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 23 de janeiro de 2017  
VALMOR JÚNIOR SCOLARI  
Presidente

### PORTARIA Nº 42/17

Portaria Nº 42/17

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo BENHUR GIOVANI ZANINI ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Diretor de Informática.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 23 de janeiro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 23 de janeiro de 2017  
VALMOR JÚNIOR SCOLARI  
Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 01/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 01/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: MERCEDES BENS DO BRASIL LTDA.

Objeto: O objeto do presente Contrato é a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), para compor a frota da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 10/01/2017

Vigência: Início: 10/01/2017 Término: 10/01/2018.

Valor: R\$ 242.100,00 (duzentos e quarenta e dois mil e cem reais)

### EXTRATO DO CONTRATO 02/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 02/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVÉIS LTDA.

Objeto: O objeto do presente Contrato é a aquisição de mobiliários e colchonetes para educação infantil, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão (Anexo I do Edital) identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Assinatura: 10/01/2017.

Vigência: Início: 10/01/2017 Término: 10/01/2018.

Valor: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO 38/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 84/2013.

ADITIVO Nº: 38/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: THEREZA ZANAIDE DE NONI FONTANELLA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 19/PMCS/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 06/PMCS/2013

Objeto do contrato: Locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na Rua Professor Paulo Galli, nº 84, Centro, neste município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do município, instalação da sede da EPAGRI.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 13/03/2013.

Assinatura: 14/12/2016.

Vigência: Início: 01/01/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 6.525,96 (seis mil e quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos).

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2017 - PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 – PMC  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o exercício de 2017 de material didático e expediente para alunos e professores das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal, com recursos dos convênios FUNDEB, SALÁRIO EDUCAÇÃO e RECEITAS DE IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 20/02/2017.

Início da Sessão: dia 20/02/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de janeiro de 2017.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 1/2017 - PMC** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2017 – PMC  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Contratação de Serviços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa, durante o exercício de 2017, para prestação de serviços de horas máquinas, transporte de calcário/cascalho, guindaste com cesta aérea e guindaste com munck, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 08/02/2017.

Abertura: dia 08/02/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de janeiro de 2017.

JOÃO VALMOR REITEL

Secretário Municipal de Transportes

### **ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2017 PMC**

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 3/2017

Na publicação do Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 3/2017, veiculada no dia 24 de janeiro de 2017, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, pág. 351;

Onde lê-se: "DIRETOR DE HABITAÇÃO";

Leia-se: "DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL."

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2017-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2017

Contratação de Serviços

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para a prestação de serviços, em caráter emergencial, de acolhimento de idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com diversos graus de dependência, a favor da empresa, GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME no valor total de R\$ 38.820,00 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte reais).

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 4/2017-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 04/2017 - CS

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Valdecir Filippi Franzen, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para o pagamento de despesas com as contribuições da FECAM, conforme Leis 3.364/2002 e 3957/2008, contribuição a AMAUC, conforme Leis 1402/76, 2293/89 e 1403/2002 e contribuição a CNM, conforme Leis 3.364/2002 e 3957/2008, referentes ao exercício de 2017, a favor das empresas: FEDERACAO CATARINENSE DE MUNICIPIOS, no valor total estimado de R\$ 29.196,00 (vinte e nove mil, cento e noventa e seis reais), CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS - CNM, no valor total estimado de R\$ 19.992,00 (dezenove mil novecentos e noventa e dois reais) e a AMAUC-ASSOC.DOS MUNIC.DO ALTO URUGUAI CATAR., no valor total estimado de R\$ 262.872,00 (duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos e setenta e dois reais).

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 5/2017-PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2017

Contratação de Serviços

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 02 de janeiro de 2017, para a contratação de internamento asilar de longa permanência, para o idoso Darci Rauschkolb, para o exercício de 2017, conforme determinação judicial, autos nº 0003365-74.2014.8.24.0019, a favor da empresa, ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA, no valor total estimado de R\$ 13.421,28 (treze mil, quatrocentos e vinte e um reais com vinte e oito centavos).

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 006/2017

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

MÊS/ANO: JANEIRO/2017 CONTRATO Nº: 006/2017

VALOR CONTRATO: R\$ 157.593,94 (Cento e cinquenta e sete mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos) anual.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/01/2017

DESCRIÇÃO: OBJETO /LOCAL: Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Consórcio, para a execução de suas finalidades previstas nos art. 4º e 5º do Estatuto Social.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Alessandra Sippel Martins

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.136.858/0001-88  
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

### DECRETO Nº 061/2017

DECRETO Nº. 061 DE 12 DE JANEIRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2017 e Lei Orçamentária Anual nº.686 de 05/12/2016;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.665,68 (Vinte e sete mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.01.10.302.0054.2.017 Manutenção do Bloco Media e Alta Complexibilidade.				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	23	03.0038	9.981,48
10.01.10.305.0055.2.018 Manutenção Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	24	03.0038	1.883,18
10.01.10.304.0056.2.019 Manutenção Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20	03.0038	48,48
10.01.10.301.0057.2.020 Manutenção da Assistência Farmacêutica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	22	03.0038	8.427,23
10.01.10.301.0053.2.016 Manutenção do Bloco Atenção Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	19	03.0038	7.141,92
10.01.10.301.0009.2.060 Manutenção Bloco Repasse Estado				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	21	03.0067	183,39

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 27.482,29 (Vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0038 e R\$ 183,39 (Cento e oitenta e três reais e trinta e nove centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0067.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 12 de janeiro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. de Adm. Planej. E Finanças

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO NÚMERO 1121/2017

DECRETO NÚMERO 1121/2017  
DE 20 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 95, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto. DECRETA:

ALTERA O INCISO VII, DO ART. 9º DO DECRETO 24, DE 20 DE JUNHO DE 1997, QUE "REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 743/97, DE 15 DE ABRIL DE 1997, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica alterado o inciso VII, do art. 9º do Decreto n. 24, de 20 de junho de 1997 que "REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 743/97, DE 15 DE ABRIL DE 1997, QUE INSTITUI A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.", que passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 9º - .....

( ... )

VII – assinar, juntamente com Contador da Fundação Hospitalar, os cheques e movimentos bancários;"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de janeiro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de  
Correia Pinto, em 20 janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

### DECRETO NÚMERO 1122/2017

DECRETO NÚMERO 1122/2017  
DE 23 DE JANEIRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 95, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto. DECRETA:

ALTERA O INCISO II, DO ART. 1º DO DECRETO Nº 1116, DE 13 JANEIRO DE 2017, QUE ESTABELECE PRAZO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica alterado o inciso II, do art. 1º do Decreto n. 1116, de 13 de janeiro de 2017, que estabelece prazo de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que passará a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

( ... )

II – Parcelamento (IPTU)

- Primeira Parcela: 28 de abril de 2017

- Segunda Parcela: 31 de maio de 2017

- Terceira Parcela: 30 de junho de 2017."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de janeiro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de  
Correia Pinto, em 23 janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

### PORTARIA Nº 0010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA NÚMERO 0010/2017  
DE 02 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de 12/09/2012 e Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, Lei Complementar Municipal nº 110 de 20/12/2012,

RESOLVE:

Art. 1º -NOMEAR os membros da COMISSÃO DE LICITAÇÕES para analisar e julgar os processos licitatórios a partir de 02/01/2017, constituindo-se dos seguintes membros:

Titulares:

- Nathasa Amaral Pereira - Presidente

- Silneide Aparecida França - Secretária

- Giovana Rodrigues Hoegen - Membro

Suplentes:

- Alisson Geraldo Rodrigues Antunes – da Presidente

- Silvana Bernardi Duarte – da Secretária

- Kaquini Athayde dos Santos Martins– do Membro

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 01(um) ano conforme art. 51,§4º, Lei 8666/93.

Gabinete do Prefeito, em 02 de Janeiro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria no Gabinete do Prefeito

do Município de Correia Pinto, em 02 de Janeiro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

**PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 01/2017 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2017 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ADITIVADA, ETANOL, DIESEL, ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTRO DE LUBRIFICANTE, FILTRO DE COMBUSTÍVEL, FILTRO PURIFICADOR DE AR E GRAXA, PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por LOTE. Abertura dos envelopes: 06/02/2017 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 25 de janeiro de 2017.

CELSO ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

# Corupá

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 4148/17**

PORTARIA Nº 4148/17

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Municipal de Avaliação e Reavaliação de Imóveis.

I - Adriane Garcia Silva – Auxiliar de Agrimensor;

II - Ederson Cleiton Mahs – Fiscal de Tributos e Posturas;

III - Petter Alexander Kintzel – Engenheiro Civil.

Art. 2º - Caberá a senhora Adriane Garcia Silva presidir a Comissão e ao senhor Ederson Cleiton Mahs secretariá-lo.

Art. 3º - Os membros da Comissão Municipal de Avaliação ficarão responsáveis pela avaliação dos bens imóveis, para tanto devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Art. 4º - Caberá a Comissão Permanente de Licitações sempre que necessário, solicitar a Comissão, a realização de seus trabalhos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 10 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2573/13 de 04 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,

24 de janeiro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 118/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 118/2016

Contrato Nº.: 118/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME

Valor ..... : 1.142,58 (um mil cento e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### EDITAL Nº 002/2017

EDITAL Nº 002/2017

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE FACILITADORES SOCIAIS (OFICINEIROS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a administração pública, faz saber que, estarão abertas inscrições para a seleção de interessados em prestar serviços como Facilitadores Sociais (oficineiros) para o ano de 2017, no Centro de Referência de Assistência Social –CRAS, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Programa Bolsa Família.

#### 1. DO OBJETO

1.1 O presente edital visa o credenciamento de profissionais interessados em prestar serviços para a Municipalidade de CURITIBANOS-SC como Facilitadores Sociais (OFICINEIROS) do CRAS, CREAS e Programa Bolsa Família para o ano de 2017, consistente em mediar atividades nas áreas que seguem visando a inclusão social dos munícipes.

1.2 O quadro abaixo ilustra as modalidades disponíveis:

OFICINAS
MODALIDADE: DANÇAS URBANAS
MODALIDADE: CAPOEIRA

MODALIDADE: PACHWORK

MODALIDADE: PINTURA

MODALIDADE: BORDADO

MODALIDADE: CROCHE

MODALIDADE: TRICÔ

MODALIDADE: MANICURE

MODALIDADE: TEATRO

MODALIDADE: GRAFITE

MODALIDADE: BISCUIT

MODALIDADE: EDUCADOR FISICO

MODALIDADE: EDUCADOR FINANCEIRO

MODALIDADE: REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS

MODALIDADE: BOAS PRATICAS NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS

MODALIDADE: JARDINAGEM

MODALIDADE: HORTICULTURA

MODALIDADE: DECORAÇÃO NATALINA

MODALIDADE: INFORMÁTICA

MODALIDADE: MUSICALIZAÇÃO VIOLÃO

MODALIDADE: MUSICALIZAÇÃO CORAL

MODALIDADE: MUSICALIZAÇÃO FLAUTA

MODALIDADE: RECICLAGEM DE PAPEL

MODALIDADE: RECICLAGEM DE PETS

MODALIDADE: LIBRAS

MODALIDADE: SHANTALA

#### 2.DAS ESPECIFICAÇÕES DAS OFICINAS

2.1 As oficinas serão organizadas de acordo com a necessidade dos usuários. Elas terão uma estruturação em horas-aula por semana e os credenciados só serão chamados para prestar o serviço se houver demanda mínima de alunos que justifique a prestação do serviço.

2.2 Os dias e os horários das atividades serão definidos no momento da contratação, portanto, o oficineiro deve estar ciente da necessidade de disponibilidade de horário para atender o serviço.

2.3 As oficinas serão realizadas tanto nas dependências do CRAS, CREAS e Programa Bolsa Família quanto em outros locais da territorialidade do Serviço conforme a necessidade dos grupos atendidos.

#### 3. DAS EXIGÊNCIAS GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Serão admitidos a participar da presente seleção os candidatos que apresentarem:

3.1 Comprovação de trabalho desenvolvido com grupos etários diversos, e experiência na área solicitada.

3.2 Os candidatos poderão se inscrever para mais de uma modalidade, desde que cumpra o exigido no parágrafo anterior;

3.3 Comprovada qualificação e ou experiência na área para o desenvolvimento das oficinas em questão;

3.4 Não pertencer ao quadro de funcionários da Prefeitura do Município de Curitibanos.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições estarão abertas a partir do dia 25 de JANEIRO de 2017, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min até

31 de DEZEMBRO de 2017, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua: Marcos Gonçalves de Farias – 427 – Bairro São José, mediante a entrega no ato da inscrição dos documentos elencados abaixo:

4.1.1 Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo candidato; Anexo I deste edital.

4.1.2 Carteira de identidade (fotocópia);

4.1.3 Cadastro de Pessoa Física (CPF) regular junto à Receita Federal (fotocópia);

4.1.4 Curriculum Vitae, atualizado, com documentos que comprovem a qualificação e a experiência do oficinheiro com relação à oficina pretendida, demonstrando estar o proponente apto a desenvolver oficina na área proposta;

4.1.5 Declaração do proponente de que tem ciência de que o seu credenciamento e possível seleção para integrar o credenciamento não gera direito subjetivo a sua efetiva contratação; de que conhece e aceita incondicionalmente as regras do presente edital; Anexo II deste edital.

4.1.6 Declaração – sob penas da lei – do proponente de que não é funcionário público municipal da Cidade de CURITIBANOS- SC - Anexo II;

4.1.7 O candidato que se inscrever em mais que uma modalidade deverá apresentar os documentos elencados acima para cada modalidade.

## 5. DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

5.1 À Comissão de credenciamento caberá a análise dos documentos apresentados pelos oficinheiros e seus currículos, por meio de participação nas reuniões promovidas para estes fins, sem, entretanto, atribuir qualquer colocação ou preferência.

5.2 A Comissão de credenciamento será composta por três membros, todos funcionários da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

5.3 Nenhum membro da Comissão de credenciamento poderá participar de forma alguma de projeto concorrente ou ter quaisquer vínculos profissionais ou empresariais com as propostas apresentadas, ou de parentesco com os proponentes.

5.4 A Comissão de credenciamento é soberana quanto ao mérito das decisões.

## 6. DA SELEÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

6.1 A Comissão de credenciamento será responsável pela análise e seleção dos currículos apresentados de acordo com a necessidade que se propõe a Oficina.

6.2 Após a análise, a Comissão de credenciamento encaminhará a lista dos credenciados e fará publicação no átrio da Prefeitura Municipal, bem como no site do município e no Diário Oficial dos Municípios.

6.3 Os candidatos serão chamados conforme ordem de credenciamento, estando cientes que poderá ter revezamento dependendo do número de inscritos por modalidade, visando dar possibilidade de todos os inscritos exercerem sua atividade, devendo sempre haver continuidade no trabalho de forma sincronizada.

## 7. DOS RECURSOS

7.1 No prazo de 03 dias úteis da publicação dos resultados, poderão ser encaminhados recursos dirigidos a Comissão de credenciamento, que deverá ser devidamente protocolado no endereço constante no preâmbulo deste Edital, nos termos da legislação regente.

7.2 Não serão aceitos recursos enviados pelo correio, correio eletrônico, ou qualquer outro meio de comunicação.

## 8. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

8.1 Os candidatos selecionados por este edital integrarão um banco de dados específico que terá prazo de validade até 12 meses a contar da publicação dos resultados.

8.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, segundo as necessidades dos equipamentos e disponibilidade orçamentária, convocará os selecionados para contratação sempre respeitando os critérios de credenciamento e em cada uma das duas áreas e as formas de contratação aqui definidas.

8.3 Os selecionados serão convocados através do site do município ou por correspondência oficial e terão o prazo de até 03 dias úteis para apresentar os documentos relacionados a seguir:

§ Cópia da cédula de identidade;

§ Cópia do CPF;

§ Cópia do título de eleitor;

§ Cópia do comprovante de residência;

§ Cópia do PIS/PASEP/NIT;

§ Certidão Negativa de Tributos Municipais;

§ Certidão Negativa estadual;

§ Certidão Negativa federal;

§ Certidão Negativa débitos trabalhistas;

§ Documento da especialização referente - certificado;

§ Alvará da prefeitura;

## 9. DA REMUNERAÇÃO

9.1 Os facilitadores receberão como contrapartida financeira pelos serviços prestados o pagamento de R\$ 23,00 (vinte e três reais) pela hora-aula para facilitadores com ensino médio e R\$ 28,00 (vinte e oito reais) pela hora-aula para facilitadores com ensino superior na área de atuação.

## 10. DAS PENALIDADES

0.1 A inexecução parcial ou total do contrato acarretará a aplicação, nos termos do disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

I - Advertência;

II - Pela inexecução parcial: multa de 20% do valor da parcela não executada do contrato;

III - Pela inexecução total: multa de 30% do valor total do contrato;

IV - Para cada falta injustificada: multa de 5% sobre o valor mensal, além do desconto da hora aula não trabalhada. O limite é de 02 faltas injustificadas durante todo o período da contratação sob pena de rescisão contratual por inexecução parcial e incidência na multa prevista no item II.

V - As faltas justificadas, que não sejam por motivo de caso fortuito ou força maior (doença, morte em família, etc.), serão limitadas a 02 durante todo o período da contratação, sob pena de rescisão contratual por inexecução parcial e incidência na multa prevista no item II.

10.2 As penalidades previstas neste item serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação que rege a matéria, são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos relativos ao presente edital serão resolvidos pelo Gestor da Secretaria de Assistência Social e Habitação, ouvidas as áreas competentes.

Curitiba, 24 de janeiro de 2017.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Visto Jurídico:  
Em ..... de ..... de .....

Número de inscrição: \_\_\_\_\_

Anexo I

Ficha de Inscrição

Nome: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua: \_\_\_\_\_ N: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Escolarização: \_\_\_\_\_

Oficina (S) Pretendida (S): \_\_\_\_\_

Disponibilidade de período: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Integral

Assinatura do Candidato

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Anexo II

Declaração

Declaro para os devidos fins de que meu credenciamento não gera direito subjetivo para efetiva contratação e que não exerço cargo ou função pública municipal na cidade de Curitiba.

Assinatura do Candidato

Curitiba, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 17/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 17/2016

Contrato Nº.: 17/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: ZILIO EVENTOS LTDA

Valor ..... : 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 02/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 30.183,64

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE TENDA PARA O EVENTO DO NATAL, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 14/12/2016 A 21/12/2016, NO PARQUE CENTENÁRIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 18/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 18/2016

Aditivo Nº ..... : 18/2016 - Contrato Nº.: 17/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS

Contratada.: ZILIO EVENTOS LTDA

Valor ..... : 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 10/12/2016 Término: 02/02/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 30.183,64

Objeto ..... : ADITIVO DE VALOR REFERENTE A ANTECIPAÇÃO NA LOCAÇÃO DE TENDA PARA O EVENTO DO NATAL, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 11/12/2016 A 21/12/2016, NO PARQUE CENTENÁRIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 25/2016

Contrato Nº.: 25/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900

Valor ..... : 520,00 (quinhentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2016 Término: 05/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 26/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 26/2016

Contrato Nº.: 26/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 2.607,00 (dois mil seiscentos e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 27/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 27/2016

Contrato Nº.: 27/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: MADEIREIRA GIOVANI LTDA - ME  
Valor ..... : 16.986,20 (dezesesseis mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 28/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 28/2016

Contrato Nº.: 28/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 111,74 (cento e onze reais e setenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 29/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 29/2016

Contrato Nº.: 29/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada.: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME  
Valor ..... : 66,45 (sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 30/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 30/2016

Contrato Nº.: 30/2016

Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME  
Valor ..... : 31,30 (trinta e um reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 31/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 31/2016

Contrato Nº.: 31/2016  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 178,82 (cento e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 32/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 32/2016

Contrato Nº.: 32/2016  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME  
Valor ..... : 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 33/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 33/2016

Contrato Nº.: 33/2016  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME  
Valor ..... : 33,80 (trinta e três reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 34/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 34/2016

Contrato Nº.: 34/2016  
Contratante...: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP  
Valor ..... : 44,40 (quarenta e quatro reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 35/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 35/2016

Contrato Nº.: 35/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 39,75 (trinta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 36/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 36/2016

Contrato Nº.: 36/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Valor ..... : 261,75 (duzentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 37/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 37/2016

Contrato Nº.: 37/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL

- CURITIBANOS

Contratada...: SUPERMERCADO CEREAL LTDA

Valor ..... : 344,40 (trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 38/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 38/2016

Contrato Nº.: 38/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

Valor ..... : 71,44 (setenta e um reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 39/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 39/2016

Contrato Nº.: 39/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 127,05 (cento e vinte e sete reais e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 40/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 40/2016

Contrato Nº.: 40/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS  
Valor ..... : 205,00 (duzentos e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 41/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 41/2016

Contrato Nº.: 41/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: VP AUTO CENTER EIRELI - ME  
Valor ..... : 111,96 (cento e onze reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 42/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 42/2016

Contrato Nº.: 42/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: AVENIDA COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME  
Valor ..... : 299,68 (duzentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 43/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 43/2016

Contrato Nº.: 43/2016  
Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 44/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 44/2016

Contrato Nº.: 44/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: FERREIRA & SERAFINI AUTO ELETRICA LTDA - ME  
Valor ..... : 1.554,00 (um mil quinhentos e cinquenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 45/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 45/2016

Contrato Nº.: 45/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP

Valor ..... : 1.257,00 (um mil duzentos e cinquenta e sete reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO INT.SOCIAL

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 46/2016

Contrato Nº.: 46/2016

Contratante.: FUND. MUN. HABITACAO INT. SOCIAL - CURITIBANOS

Contratada.: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Valor ..... : 315,12 (trezentos e quinze reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 119/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 119/2016

Contrato Nº.: 119/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Valor ..... : 162,65 (cento e sessenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DEMAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

## RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 120/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 120/2016

Contrato Nº.: 120/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : 1.037,25 (um mil e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL,

POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-  
MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE  
EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 121/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 121/2016

Contrato Nº.: 121/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NETDONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELETRICOS  
LTDA -  
Valor ..... : 1.366,40 (um mil trezentos e sessenta e seis reais  
e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA  
MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS,  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-  
TÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL,  
POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-  
MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE  
EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 122/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 122/2016

Contrato Nº.: 122/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA  
Valor ..... : 45,36 (quarenta e cinco reais e trinta e seis cen-  
tavos)  
Vigência ..... : Início: 01/12/2016 Término: 01/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA  
MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS,  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-  
TÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, POLÍCIA CIVIL,  
POLÍCIA MILITAR, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E DE-  
MAIS SECRETARIA RELACIONADAS, CONFORME ANEXO I DESTE  
EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 123/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 123/2016

Contrato Nº.: 123/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME  
Valor ..... : 3.312,00 (três mil trezentos e doze reais)  
Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 02/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PARA  
UTILIZAÇÃO NO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS. CONFOR-  
ME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 124/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 124/2016

Contrato Nº.: 124/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 3.152,00 (três mil cento e cinquenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 02/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PARA  
UTILIZAÇÃO NO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO FUNDO  
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS. CONFOR-  
ME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 125/2016

Contrato Nº.: 125/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME  
Valor ..... : 3.087,00 (três mil e oitenta e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 02/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 126/2016

Contrato Nº.: 126/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: GILMAR SANI - ME  
Valor ..... : 4.116,00 (quatro mil cento e dezesseis reais)  
Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 02/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2016  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PARA UTILIZAÇÃO NO CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 127/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 127/2016

Aditivo Nº ..... : 127/2016 - Contrato Nº.: 125/2015  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: PAROQUIA DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE  
Valor ..... : 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 02/12/2016 Término: 06/06/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 12.904,89

Objeto ..... : ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR PARA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A SEDE DO CREAS, LOCALIZADA NA RUA JOÃO CAETANO DA SILVA Nº 98, CENTRO, CURITIBANOS, PELO PERÍODO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE 05/12/2016.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 128/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 128/2016

Contrato Nº.: 128/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JOSE CARLOS ROSA DA SILVA 81423179900  
Valor ..... : 3.912,00 (três mil novecentos e doze reais)  
Vigência ..... : Início: 05/12/2016 Término: 05/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 194/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 129/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 129/2016

Contrato Nº.: 129/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
Valor ..... : 26,82 (vinte e seis reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 130/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 130/2016

Contrato Nº.: 130/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - ME  
Valor ..... : 1.065,96 (um mil e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 131/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 131/2016

Contrato Nº.: 131/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JOINMIX COMERCIO CASA E CONSTRUCAO LTDA - ME  
Valor ..... : 395,44 (trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 132/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 132/2016

Contrato Nº.: 132/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AGRO PECUARIA E PLANEJAMENTO MARTINS LTDA - ME  
Valor ..... : 119,88 (cento e dezenove reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2016 Término: 06/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 207/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 133/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 133/2016

Contrato Nº.: 133/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO POSTO CIDADE DE CURITIBANOS LTDA  
Valor ..... : 2.119,20 (dois mil cento e dezenove reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 07/12/2016 Término: 24/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 215/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE ÓLEO DIESEL BS500 E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE AGRICULTURA E BOMBEIROS ATÉ 24/05/2017, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 134/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 134/2016

Contrato Nº.: 134/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: I. TRAPP CIA LTDA  
Valor ..... : 8.125,80 (oito mil cento e vinte e cinco reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 07/12/2016 Término: 07/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 195/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE CARGA E BOTTIÃO DE GÁS P 13 E P 45 PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 135/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 135/2016

Contrato Nº.: 135/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MONIQUE COMERCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIO LTDA. -  
Valor ..... : 240,80 (duzentos e quarenta reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 136/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 136/2016

Contrato Nº.: 136/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME  
Valor ..... : 7.869,76 (sete mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 137/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 137/2016

Contrato Nº.: 137/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPER VAREJO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 7.727,70 (sete mil setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 138/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 138/2016

Contrato Nº.: 138/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP  
Valor ..... : 52.613,52 (cinquenta e dois mil seiscentos e treze reais e cinquenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 139/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2016

Contrato Nº.: 139/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 2.886,10 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 140/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 140/2016

Contrato Nº.: 140/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME  
Valor ..... : 6.070,86 (seis mil e setenta reais e oitenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 141/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 141/2016

Contrato Nº.: 141/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPERMERCADO CEREAL LTDA  
Valor ..... : 7.028,84 (sete mil e vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 142/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 142/2016

Contrato Nº.: 142/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 8.794,96 (oito mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

#### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 143/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 143/2016

Contrato Nº.: 143/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 22.105,26 (vinte e dois mil cento e cinco reais e vinte e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 144/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 144/2016

Contrato Nº.: 144/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI - ME  
Valor ..... : 6.139,12 (seis mil cento e trinta e nove reais e doze centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 210/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 145/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 145/2016

Contrato Nº.: 145/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: FARMACIA SUL BRASIL LTDA - EPP  
Valor ..... : 2.207,88 (dois mil duzentos e sete reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 146/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 146/2016

Contrato Nº.: 146/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP  
Valor ..... : 800,00 (oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 147/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 147/2016

Contrato Nº.: 147/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: Cor e Arte Comércio e Distribuidora Ltda  
Valor ..... : 8.645,82 (oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 148/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 148/2016

Contrato Nº.: 148/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME  
Valor ..... : 154,55 (cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
149/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 149/2016

Contrato Nº.: 149/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME  
Valor ..... : 3.828,00 (três mil oitocentos e vinte e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
150/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 150/2016

Contrato Nº.: 150/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA - EPP  
Valor ..... : 1.951,56 (um mil novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
151/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 151/2016

Contrato Nº.: 151/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: CELIA REGINA W. SANI - ME  
Valor ..... : 3.394,78 (três mil trezentos e noventa e quatro

reais e setenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
152/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 152/2016

Contrato Nº.: 152/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA  
Valor ..... : 529,20 (quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
153/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 153/2016

Contrato Nº.: 153/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 3.421,98 (três mil quatrocentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 154/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 154/2016

Contrato Nº.: 154/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: PRO LIMPE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME  
Valor ..... : 6.974,80 (seis mil novecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 155/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 155/2016

Contrato Nº.: 155/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: VIDEPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE PAPEL  
Valor ..... : 1.428,00 (um mil quatrocentos e vinte e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 156/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 156/2016

Contrato Nº.: 156/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: AUTO MECANICA GERAL LTDA  
Valor ..... : 891,57 (oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2016 Término: 12/01/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 31/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (36) Saldo: 3.032,16

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEÍCULO SPIN PLACA QHM4967 DE USO NO PROGRABA BOLSA FAMÍLIA. EM CONFORMIDADE COM O ART. 24 INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 157/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 157/2016

Contrato Nº.: 157/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: SOMA COMERCIO DE IMPORTACAO E EXPORTACAO DE TINTAS  
Valor ..... : 838,00 (oitocentos e trinta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 158/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 158/2016

Contrato Nº.: 158/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 350,00 (trezentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA

SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 159/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 159/2016

Contrato Nº.: 159/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA - EPP  
Valor ..... : 206,00 (duzentos e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 160/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 160/2016

Contrato Nº.: 160/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: VP AUTO CENTER EIRELI - ME  
Valor ..... : 1.063,62 (um mil e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 161/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 161/2016

Contrato Nº.: 161/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AVENIDA COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME  
Valor ..... : 3.551,94 (três mil quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 162/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 162/2016

Contrato Nº.: 162/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA - EPP  
Valor ..... : 2.000,00 (dois mil reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 163/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 163/2016**

Contrato Nº.: 163/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: FERREIRA & SERAFINI AUTO ELETRICA LTDA - ME  
Valor ..... : 2.570,00 (dois mil quinhentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 164/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 164/2016**

Contrato Nº.: 164/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: DA CAZ AUTO PECAS LTDA - EPP  
Valor ..... : 10.206,50 (dez mil duzentos e seis reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 196/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, HABITAÇÃO, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEFESA CIVIL, IPESMUC, FIA, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 165/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 165/2016**

Contrato Nº.: 165/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: MARTARELLO & CIA LTDA - ME  
Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 19/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 198/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFEÇÃO DE MARMITAS E BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 166/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 166/2016**

Contrato Nº.: 166/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD  
Valor ..... : 1.872,00 (um mil oitocentos e setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 167/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 167/2016**

Contrato Nº.: 167/2016  
Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL  
Valor ..... : 3.046,16 (três mil e quarenta e seis reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 12/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
168/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 168/2016

Contrato Nº.: 168/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SUPER VAREJAO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA  
ME

Valor ..... : 728,00 (setecentos e vinte e oito reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍ-  
CIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MU-  
NICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO  
169/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2016

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 169/2016

Contrato Nº.: 169/2016

Contratante.: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

Contratada...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 2.749,80 (dois mil setecentos e quarenta e nove  
reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 19/12/2016 Término: 12/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍ-  
CIOS PARA MANUTENÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MU-  
NICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº5656

DECRETO Nº 5656/2017

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO I DA LEI 3.763/2007, QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO E O PAGAMENTO DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e da Lei Municipal 3.763/2007. DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a redação do anexo I da lei 3.763/2007 que disciplina a concessão e o pagamento de diárias aos servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2017 passarão a serem efetuados nos termos do anexo conforme segue:

ANEXO I

LEI Nº. 3.763/2007

Nível hierárquico	Destino			
	Capital Federal	Capitais Estaduais	Demais cidades do Estado e outros Estados	Micro - Região e Regiões Vizinhas em raio de 300 km de distância do Município.
Prefeito, Vice e Presidente do Legislativo	8,0 R\$ 1.015,84	6,0 R\$ 761,88	5,0 R\$ 634,90	Adiantamento de despesa conforme decreto 4881/2012
Secretários, Diretores Municipais e Controle Interno	6,0 R\$ 761,88	5,0 R\$ 634,90	3,0 R\$ 380,94	Adiantamento de despesa conforme decreto 4881/2012
Demais Servidores	3,5 R\$ 444,43	2,0 R\$ 253,96	2,0 R\$ 253,96	Adiantamento de despesa conforme decreto 4881/2012

OBS: O valor para referência é de R\$ 126,98 (Unidade de Referência do Município de Dionísio Cerqueira - URM). Conforme Lei 4.524/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE JANEIRO DE 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.OM.[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

ELTON MIGUEL SANTIN

Gerente de Administração/RH

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03-2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 03/2017

Trata-se de procedimento instaurado para avaliar a dispensa de licitação para locação parcial de imóvel rural com jazida mineral destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Secretaria de Obras do Município de Doutor Pedrinho - SC, na forma abaixo:

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO IMÓVEL A SER LOCADO - OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

#### 1 – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Locação parcial de um terreno rural situado no lado par da SC-477, distante 2.000 metros da sede do Município, sentido Centro - Capivari, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaiss) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, pelo Município de Doutor Pedrinho, durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2017.

#### 2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente deste processo correrá a conta das dotações específicas do Orçamento-Programa 2017 do Município, com a seguinte descrição:

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS  
01 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS  
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS  
100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

#### 3 – DO PROPRIETÁRIO/LOCADOR:

O imóvel descrito no objeto acima possui cadastrado no INCRA sob CCIR nº 803.170.002.534-0, pertencendo ao Sr. ARCANGELO NONES, portador do CPF no 076.518.059/68, e sua mulher LO-DOVIRGEM J. NONES, brasileiros, casados, residentes na SC-477, Município de Doutor Pedrinho-SC.

#### 04 – DAS RAZÕES DA ESCOLHA:

O imóvel rural localiza-se no Município de Doutor Pedrinho, entre a área urbana central e os núcleos urbanos de Nova Rodeio e Salto Donner, e dispõe de jazida mineral com material de boa qualidade e quantidade, sem concorrência de outra área disponível e/ou licenciada nesta parte do território municipal.

Deste modo, a localização e característica única do imóvel rural e a qualidade do material existente e disponível, torna-o importante para locação parcial, garantindo o acesso e uso parcial com a cessão e emprego do material para o revestimento primário das estradas não pavimentadas e áreas afins no Município de Doutor Pedrinho, conforme já efetuado com êxito nos exercícios anteriores.

#### 05 – DO PREÇO:

O valor total do contrato, para o exercício de 2017 (Janeiro a Dezembro), corresponde a R\$ 14.772,00 (catorze mil, setecentos e setenta e dois reais), pagáveis em 10 (dez) parcelas iguais de R\$ 1.477,20 (hum mil quatrocentos e setenta e sete reais e vinte centavos), guardando conformidade com o preço praticado em outros exercícios.

#### 06 – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O valor pago está compatível com a locação parcial de imóvel rural na região, bem como com a quantidade de material utilizado/extraído pela municipalidade, e segue o mesmo parâmetro de valor aplicado no exercício anterior ou mesmo pelos contratos correspondentes mantidos pelas Prefeituras da região.

#### 07 – DA PUBLICAÇÃO:

A presente instrução do processo de Dispensa de Licitação será publicado nos locais de costume e naquele estabelecido na legislação municipal, incluindo

LOCAL PUBLICAÇÃO DATA PUBLICAÇÃO

Diário Oficial dos Municípios conforme arquivo.

Doutor Pedrinho/SC, 18 de Janeiro de 2017.

Marizete D. N. Fiamoncini Paulo Andrey Vicente Mariane Lúcia Bowens

Presidente Secretário Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 03/2017

#### DO PARECER:

Versa o presente parecer sobre o processo de dispensa de licitação para contrato de arrendamento parcial de um terreno rural situado no lado par da SC-477, distante 2.000 metros da sede do Município, sentido Centro - Capivari, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaiss) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, pelo Município de Doutor Pedrinho, durante os meses de Janeiro a Dezembro de 2017.

Justifica-se a escolha do imóvel pelo fato de que dispõe de jazida mineral com material de boa qualidade e quantidade, sem concorrência de outra área disponível e/ou licenciada nesta parte do território municipal. Ou seja, no momento, é a única área existente no Município, licenciada para a extração mineral pretendida. O imóvel já foi objeto de mesma contratação em exercícios anteriores, não havendo influência do atual mandatário na escolha do fornecedor. Compulsando os dados trazidos, a área objeto do arrendamento, é a única nas proximidades em condições de atender à necessidade do Município e celebração do contrato para extração mineral é indispensável para o revestimento primário dos leitos das estradas não pavimentadas.

O preço encontra-se em conformidade com o praticado pelo Município em anos anteriores.

A lei 8666/93, em seu artigo 24, ao elencar as hipóteses de dispensa de licitação, assim estabelece em seu inciso X:

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Com fundamento no artigo 24, inciso X da Lei 8666/93, é dispensável a licitação para a contratação pretendida.

Igualmente, a minuta de contrato a ser firmado atende ao disposto na legislação em vigor, restando aprovado por esta assessoria.

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2017.

Adriana Schvade Seibel

Assessoria Jurídica

OAB RS 44.617

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 03/2017

## DA HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO:

Diante das informações e/ou justificativas presente nos autos, e na forma da Lei, ratifico o procedimento de dispensa de licitação, autorizando a formalização do contrato de locação parcial e uso do imóvel.

Publique-se.

Doutor Pedrinho/SC, 20 de Janeiro de 2017.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

**REVOGAÇÃO COMBUSTÍVEL 32-2016**

## PARECER

Chega a esta assessoria, para parecer, consulta formulada pelo setor de licitações quanto à possibilidade de revogação do processo licitatório, modalidade pregão Presencial 032/2016, cujo objeto é a aquisição de combustíveis para o Município de Doutor Pedrinho – SC.

## DA QUESTÃO EM ANÁLISE:

O instrumento convocatório, em seu item 10.1, assim estabelece sobre a entrega do objeto:

10.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de 01 (um) dia útil para disponibilizar local e combustível para iniciar o(s) abastecimento(s), contado da data de vigência do contrato, sendo que a entrega se dará conforme necessidade da municipalidade, e o fornecimento dos produtos deverá ser efetuado diariamente ou sempre que for necessário, diretamente nos tanques dos veículos da frota municipal, sem que os mesmos tenham que se deslocar a grandes distâncias e/ou fora do território do Município. Poderá também o fornecedor efetuar a colocação de um tanque com bomba, para que os agentes do Município façam o próprio abastecimento, sem que isso implique em ônus aos cofres do Município, não sendo permitido a instalação de bomba em imóveis do Patrimônio Público. Quanto ao item 002 (Gasolina), caberá ao licitante informar o preço da Gasolina Comum, ficando ao seu critério fornecer esta ou a Gasolina Aditivada, sem alteração no preço proposto.

A questão suscitada diz respeito à possibilidade de instalação de um tanque e bomba, para que os agentes do Município falem o próprio abastecimento, sem que isso implique ônus aos cofres municipais. Ora, o abastecimento de combustíveis inflamáveis importa, por exemplo, além de treinamento e capacitação dos agentes municipais – (leia-se, servidores ou empregados públicos) – o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade, acarretando ônus para o Município. Isso sem falar no desvio de função do motorista ou do agente que vier a ser responsável pelo abastecimento. Outra questão refere-se à segurança do armazenamento do combustível, cujo manejo precisa ser adequado à vasta legislação e normatização ambiental e de segurança do trabalho pertinente.

Portanto, resta demonstrado que não é conveniente, nem oportuno para a Administração Municipal, a continuidade do processo de licitação, nos moldes como foi elaborado o edital.

Há ainda, lacunas que precisam ser supridas, como o tipo de óleo diesel a ser fornecido, já que há diferenças de preço para óleo comum e o óleo diesel S10, por exemplo.

Todas essas questões conduzem à necessidade de revogação do certame, para que se possa adequar a aquisição pretendida à necessidade da Administração e, por conseguinte, ao interesse

público.

## DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA REVOGAÇÃO

Sobre a revogação, o artigo 49, caput da Lei Federal 8.666/93, assim dispõe, in verbis:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

A título ilustrativo trazemos à colação os termos da Súmula 473/STF:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª ed, São Paulo, Dialética, 2002, p. 438) explica o cabimento da revogação, conforme transcrevo:

“A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse sob tutela do Estado. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com as funções atribuídas ao Estado. (...) a revogação pressupõe que a Administração disponha da liberdade para praticar um certo ato ou para determinar alguns de seus aspectos. Após praticado o ato, a Administração verifica que o interesse coletivo ou supra-individual poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior.”

No caso em tela, a continuação do procedimento tornou-se inconveniente para a Administração, o que resta devidamente demonstrado no próprio pedido a cerca da possibilidade de revogação. Com base no artigo 49, caput, da Lei 8666/93, é juridicamente possível a revogação pretendida.

Resta a análise do disposto no artigo 49, parágrafo terceiro do mesmo diploma legal, que assim estabelece:

§ 3º.- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

À primeira vista, poder-se-ia sustentar que, revogada a licitação, deveria ser oportunizado aos licitantes habilitados, o contraditório e ampla defesa.

Entretanto, a jurisprudência já firmou posicionamento no sentido de que, inexistindo homologação do resultado em favor do licitante, ainda não há direito, senão a mera expectativa de direito, que não goza da garantia do contraditório.

Neste sentido, o posicionamento paradigma do Superior Tribunal de Justiça, no Processo RMS 23402 PR 2006/0271080-4, da Segunda Turma, publicado no DJe de 02/04/2008, que teve como relatora a Ministra Eliana Calmon e que assim restou ementado:

ADMINISTRATIVO □ LICITAÇÃO □ MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO □ REVOGAÇÃO. CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.

2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.

3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite

máximo estabelecido.

4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.

5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.

6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.

7. Recurso ordinário não provido.

#### DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos pela revogação do procedimento, por motivo de oportunidade e conveniência, em atendimento aos princípios licitatórios e

constitucionais, sem a necessidade de oportunizar contraditório e ampla defesa aos licitantes.

Quanto aos recursos apresentados pelos licitantes, restam os mesmos prejudicados, uma vez que a revogação da licitação, induz também a do contrato e a de qualquer ato praticado no certame, assim como o recurso.

É o parecer, s.m.j.

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2017.

Adriana Schvade Seibel  
OAB RS 44.617  
Assessoria Jurídica

Com base no parecer jurídico, revogo a licitação modalidade Pregão Presencial 032/2016.

Em 20/01/2017  
Simoni Nones  
Prefeita Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO 026/2017

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Janeiro de 2017.

Decreto nº026/2017

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando, a necessidade de manter o funcionamento normal das atividades da Secretaria Municipal de Saúde especialmente as unidades de odontologia;

Considerando, que os serviços do município não podem sofrer alterações, em razão do Princípio da Continuidade e Eficiência do serviço público;

Considerando, que o último Processo Seletivo realizado (002/2015), não foi prorrogado estando vencido, mesmo prevendo tal possibilidade;

Considerando, que os Decretos que admitiu os servidores estabelecia expressamente a possibilidade de prorrogação mediante o interesse e a necessidade do Município;

Considerando, que os contratados foram selecionados através de processo seletivo e estavam exercendo o primeiro contrato, com pelas possibilidade jurídicas de prorrogação;

Considerando, que a Secretaria Municipal de Saúde necessita de tempo para realizará um levantamento para apurar os quantitativos de vagas necessárias e que tão logo isso esteja concluído, será aberto concurso público com o fim de prover essas vagas temporários por servidores do quadro efetivo;

Por fim, considera que estão plenamente justificado e motivado o ato de prorrogação,

DECRETA:

Art.1º. Ficam prorrogados até dia 31 de dezembro de 2017, os contratos de trabalho temporário dos servidores públicos municipais nos respectivos cargos e com carga horária semanal de 40hs, para atuarem na Secretária Municipal de Saúde, a seguir nominados:

#### SECRETARIA DE SAÚDE

CAROLINE STANGUERLIN, CPF nº 021.925.140-18, Odontólogo – 40h;

EVERTON DIEGO PROVENSI, CPF nº 062.440.209-60, Odontólogo – 40h;

Art.2º. Os contratos de que trata o art. 1º deste Decreto poderão ser rescindidos antecipadamente em caso de nomeação de servidores aprovados em concurso público para o mesmo cargo.

Parágrafo único. A Gerência de Recursos Humanos, mediante apostilamento, registrará a prorrogação prevista neste decreto no verso da primeira página de cada um dos contratos temporários

acima referidos.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### DECRETO 027/2017

Faxinal dos Guedes – SC, 11 de Janeiro de 2017.

DECRETO Nº. 027/2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.02.2012 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0024 - 92 – R\$ 97.500,00.

Art. 2o Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da Fonte de Recursos Vinculados (03.0024 – SUPERÁVIT CONVÊNIOS OUTROS) – Especificação 34 - Relativo ao Contrato nº. 1.015.829-10/2014 (Centro de Eventos Barra Grande), no valor de R\$ 97.500,00.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 11 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO 028/2017

DECRETO N. 028/2017

DECRETA LUTO OFICIAL, CONFORME ESPECIFICA

.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso III, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial de 3 (três) dias, em todo o Município, em sinal de pesar pela trágica morte de seu mais ilustre e destacado cidadão Faxinalense, Ministro do Supremo Tribunal Federal TEORI ALBINO ZAVASCHI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes/SC, 19 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 0002/2017- FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0002/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0002/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação a partir das 08h00m do dia 07 de Fevereiro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 25 de Janeiro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 004/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017 DE 12 DE JANEIRO DE 2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/RATEIO EM SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO de Flor do Sertão, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Flor do Sertão, 696, Centro, cidade de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 01.566.621/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito senhor Sidnei José Willinghöfer, residente e domiciliado na Rua São Ricardo, S/N, neste Município de Flor do Sertão - SC, portador do CPF nº 503.319.819-04, RG nº 1.711.118, doravante denominado CONSORCIADO.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, constitui-se de um Consórcio Público, sob a forma de sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, do Código Civil Brasileiro, pela Lei n. 8.080 (Lei Orgânica da Saúde), Lei n. 8.142/90, pela Lei Federal n.º 11.107 de 06 de abril de 2005, pela Legislação pertinente, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes, no CNPJ nº 01.201.427/0001-10, com sua sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, no município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no edifício da sede da AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Jairo Rivelino Eberling, RG: 1.878.282 e CPF: 949.929.169-53, profissão: teólogo, estado civil: casado, natural de Arabutã-SC, endereço: Av. do Comércio, 1169, centro, CEP: 89890-000, Cunha Porã/SC, doravante denominado CONSÓRCIO:

#### Das disposições gerais

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções, a Lei Municipal nº 645/2015.

Cláusula segunda – É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

#### Do objeto

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

#### Do rateio

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará anualmente ao consórcio a importância de R\$ 20.256,00 (Vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais), em doze parcelas iguais no valor de R\$ 1.688,00 (Mil seiscentos e oitenta e oito reais) mais R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), correspondente aos excedentes a serem utilizados pelo município.

#### Da rubrica orçamentária

Cláusula quinta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio está prevista na Lei Orçamentária Anual nº 663/2016, e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

3.1.71.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 1.131,93

3.3.71.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 1.973,67

3.3.93.70.01 – Participação em Consórcios Públicos R\$ 17.150,40

Cláusula sexta – Poderá ser excluído do consórcio CIS/AMERIOS,

após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

#### Da prestação de contas

Cláusula sétima – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio CIS/AMERIOS deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### Das penalidades

Cláusula oitava – O consorciado inadimplente com o CIS/AMERIOS será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, tendo sua senha bloqueada para agendamento.

Cláusula nona – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima – Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de dois meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Cláusula décima primeira – O Repasse mensal somente será efetuado quando o CIS/AMERIOS informar os valores com respectivos elementos econômicos para empenhamento.

#### Da vigência

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

#### Do foro

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

#### Das disposições finais

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (Três) vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão aos 12 dias do mês de Janeiro de 2016.

.....  
Sidnei José Willinghöfer  
Prefeito de Flor do Sertão

.....  
Jairo Rivelino Eberling  
Presidente do CIS/AMERIOS

Testemunhas:  
LEANDRO NEUHAUS  
CPF: 015.634.579-03

DIOGO DE BEM  
CPF: 010.389.549-32

**PORTARIA Nº 074/2017**

	PORTARIA Nº 074/2017
	CONCEDE VANTAGEM ESPECIAL A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria **CONCEDIDO** vantagem especial na ordem de 70% (setenta por cento), calculado sobre o vencimento base a funcionária PATRICIA RISSI BORTOLINI BEGNINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A vantagem será concedida em razão de a servidora acumular as funções de agendamento das consultas junto aos centros clínicos e médicos especialistas que servem ao município de Flor do Sertão, seja através do SUS ou particular, encaminhamento de pacientes para laboratórios especializados em coleta de matérias para exames, controle da frota dos veículos da Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02/01/2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 24 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 075/2017**

	PORTARIA N.º 075/2017
	ALTERA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei,

**RESOLVE**

Art. 1º Fica pela presente **ALTERADA A PORTARIA Nº 015/2017**, a qual concede férias ao servidor municipal FLÁVIO VEIVERBERG ROHRIG, passando a ser o período de 02/01/2017 a 21/01/2017 e convertendo 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 04/15 a 04/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 24 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 077/2017**

	PORTARIA Nº 077/2017
	INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria **INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR** concedido à servidora Municipal ROSE CARMEN BINOTTO, ocupante do cargo de Psicóloga, retornando as atividades em 25/01/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 25 dias do mês de Janeiro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

**PORTARIA Nº 078/2017**

	PORTARIA Nº 078/2017
	CONCEDE VANTAGEM ESPECIAL A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria **CONCEDIDO** vantagem especial na ordem de 80% (oitenta por cento), calculado sobre o vencimento base a funcionária ALINE MARA ENGEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A vantagem será concedida em razão de a servidora exercer o cargo de Coordenadora do Serviço de Fortalecimento e Convivência de Vínculos - SFCV.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 25 dias do mês de Janeiro de

2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 009, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 009, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

FIXA O VALOR DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a possibilidade de instituição de taxa em razão de serviço público específico, prevista no art. 145, II, da Constituição Federal, interpretada pelo Supremo Tribunal Federal por meio da Súmula Vinculante nº 19: "A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal",

CONSIDERANDO os princípios da eficiência e sustentabilidade econômica previstos no inciso VII do art. 2º e no art. 29 da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, pelos quais se assegura a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de limpeza urbana, por meio de sua remuneração com vistas a promover a salubridade ambiental e a saúde pública, a recuperar os custos incorridos na prestação dos serviços e a realizar uma gestão eficiente e tecnológica e ambientalmente atualizada, compatível com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços,

CONSIDERANDO que a receita a ser arrecadada é de suma importância para manutenção da gestão integrada de resíduos sólidos domiciliares, particularmente da coleta seletiva e da logística reversa dos resíduos de origem domiciliar, visando aprimorar os serviços de limpeza urbana da cidade de Forquilha que, assim como outras cidades brasileiras, serviram de experiência para a elaboração da Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010,

CONSIDERANDO o disposto no Plano de Saneamento Básico no Município de Forquilha, aprovado pelo Lei nº 1686, de 29 de junho de 2011,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 1929, de 11 de dezembro de 2013, que versa sobre a forma de depósito, disciplina a coleta e destino de entulhos e resíduos domésticos,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 494, 17 de dezembro de 1998, que versa sobre o Código Tributário Municipal, em especial ao art. 372 que assevera que "A base de cálculo é o custo do serviço utilizado ou colocado à disposição do contribuinte, e será calculado em função do custo dividido pelo número de unidades imobiliárias prediais" e ao art. 373 que afirma que "O valor da taxa para as unidades que exerçam atividade comercial será cobrada em dobro e a industrial em triplo", ambos com redação dada pela Lei nº 1251, de 21 de dezembro de 2006,

CONSIDERANDO que segundo levantamos da Secretaria de Administração e Finanças do Município o custo do serviço no exercício de 2016 foi de R\$ 1.145.349,19 (um milhão cento e quarenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos),

CONSIDERANDO que de Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, no exercício de 2016, foi lançado R\$ 1.134.822,64 (um milhão cento e trinta e quatro mil oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos) e arrecadado R\$ 839.431,79 (oitocentos e trinta e nove mil quatrocentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos),

CONSIDERANDO que segundo a Secretaria de Administração e Finanças do Município para o exercício de 2017 serão necessários novos investimentos, sendo necessário uma arrecadação mínima de R\$ 1.334.122,00 (um milhão trezentos e trinta e quatro mil e cento e vinte e dois mil reais),

CONSIDERANDO que de acordo com os dados do Cadastro Imobiliário do Município existem 7575 (sete mil quinhentos e setenta e cinco) unidades residenciais, 855 (oitocentos e cinquenta e cinco) unidades comerciais, 72 (setenta e duas) unidades industriais e 97 (noventa e sete) microempreendedores individuais – MEI que se utilizam ou lhes é colocado à disposição o serviço público de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos sólidos;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos em valores módicos;

DECRETA:

Art. 1º A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos para o exercício de 2017 tem o seu valor definido em base anual, de acordo com as Categorias, expressa na tabela a seguir:

Tipo	Nº de Unidades	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Residencial	7575	139,00	1.052.925,00

Comercial	855	278,00	237.690,00
Industrial	72	417,00	30.024,00
MEI	97	139,00	13.483,00
Total			1.334.122,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de janeiro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de janeiro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### **EXTRATO DE CONTRATO PMF 07/2017**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 07/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CASA DO CONSTRUTOR E CONSTRUÇÕES EIRELI ME

OBJETO – contratação de empresa especializada para construção e reforma da cancha de bocha rolada do Complexo Esportivo Santa Isabel com área de 277,30 m<sup>2</sup>, situado na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 296.068,23 (duzentos e noventa e seis mil sessenta e oito reais e vinte e três centavos).

VIGÊNCIA – 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) – 17/10/2017

DOTAÇÃO – 0701.2032, fonte de recurso 4490. 724; 0803.1008, fonte de recurso 4490. 724

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preço nº. 179/PMF/2016.

DATA DA ASSINATURA – 20 de janeiro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT.AT17PMF01

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : AT.AT17PMF01 - Contrato Nº: AT16PMF125  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME  
Valor ..... : 424,50 (quatrocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 11/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 67.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### AT16FME49

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FME49  
Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESP. E LAZER - FME  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Valor ..... : 33.550,00 (trinta e três mil quinhentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : FICA RETIFICADA A DATA DE VIGENCIA DA PRESENTE ATA PARA: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME,FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
João Batista Dalanhol - Superintendente

### AT16FMS76

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS76  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Valor ..... : 294.440,00 (duzentos e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta reais)  
Vigência ..... : FICA RETIFICADA A DATA DE VIGENCIA DA PRESENTE ATA PARA: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME,FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### AT16PMF140

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16PMF140  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Valor ..... : 1.137.100,00 (um milhão cento e trinta e sete mil e cem reais)  
Vigência ..... : FICA RETIFICADA A DATA DE VIGENCIA DA PRESENTE ATA PARA: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME,FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### AT16SF71

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16SF71  
Contratante...: AUTOARQUIA MUNICIPIO DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI  
Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA  
Valor ..... : 156.660,00 (cento e cinquenta e seis mil seiscentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : FICA RETIFICADA A DATA DE VIGENCIA DA PRESENTE ATA PARA: Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME,FMS E SANEFRAI) DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
ILDO LUCAS - Presidente

### AT17FME01

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FME01  
Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESP. E LAZER - FME  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : 876,60 (oitocentos e setenta e seis reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FME).

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

#### **AT17FME02** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FME02  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO ESP. E LAZER - FME  
Contratada...: RBR CONSULTORIA EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI ME  
Valor ..... : 197.989,90 (cento e noventa e sete mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 20/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E DE MESÁRIOS PARA COMPETIÇÕES ORGANIZADAS, JOGOS ESCOLARES E AMISTOSOS DESTES MUNICÍPIO NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

#### **AT17FMS01** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FMS01  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: MINE MERCADO PITANGA LTDA ME  
Valor ..... : 16.992,13 (dezesseis mil novecentos e noventa e dois reais e treze centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2017 Término: 31/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS PESSOAS/PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR ALOJADOS NA CASA DE APOIO EM FLORIANÓPOLIS, SITUADA NA RUA SÃO JUDAS TADEU, Nº 20, BAIRRO JOSÉ MENDES, FLORIANÓPOLIS – SC.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

#### **AT17PMF01** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF01  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : 6.192,00 (seis mil cento e noventa e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FME).

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

#### **AT17PMF02** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF02  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME  
Valor ..... : 391.998,10 (trezentos e noventa e um mil novecentos e noventa e oito reais e dez centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/01/2017 Término: 31/07/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE COMPORÃO OS KITS ESCOLARES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS, EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE FRAIBURGO, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

#### **AT17SF01** EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17SF01  
Contratante.: AUTOARQUIA MUNICÍPIO DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : 619,20 (seiscentos e dezenove reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2016  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE CAFÉ E AÇÚCAR, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA CONSUMO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FME).

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
ILDO LUCAS - Presidente

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008\_2017-RP 0007 PMF-DOM**

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2017 – PMF  
Registro de Preços Nº 0007/2017 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material didático, pedagógico, de expediente e outros de distribuição gratuita para Unidades escolares e alunos que frequentam os Centros de Educação Municipal Infantil / Fundamental e para Secretaria Municipal de Educação de Fraiburgo-SC, durante o período de fevereiro a julho de 2017 Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 07.02.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 24 de janeiro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita

**CT17FMS06****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17FMS06  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: EUCLOVIS LUIZ DRESCH - ME  
Valor ..... : 7.100,00 (sete mil e cem reais)  
Vigência ..... : Início: 16/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2016  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS INTERNAS, ADESIVOS E PLOTAGEM NA UNIDADE SAÚDE VILA SALETE, NA ALA DO SERVIÇO MATERNO INFANTIL.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

**CT17PMF14****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17PMF14  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIANA POMERENING STEFANES ME  
Valor ..... : 10.230,00 (dez mil duzentos e trinta reais)  
Vigência ..... : Início: 17/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2017  
Objeto ..... : ASSINATURA DA REVISTA "FIQUE DE OLHO" PARA DIVULGAÇÃO DE MENSAGENS, EVENTOS, ATOS E PUBLICAÇÕES DESTE MUNICÍPIO, SENDO 12 EDIÇÕES, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**CT17SF02****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17SF02  
Contratante.: AUTOARQUIA MUNICÍPIO DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI  
Contratada...: CISAM - CONS. INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMB.  
Valor ..... : 57.429,60 (cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017  
Objeto ..... : RATEIO OBJETIVANDO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL CISAM MEIO OESTE TENDO POR FIM A IMPLANTAÇÃO E EFETIVO FUNCIONAMENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO; A ORIENTAÇÃO E APOIO TÉCNICO/ADMINISTRATIVO AOS CONSORCIADOS.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
ILDO LUCAS - Presidente

**DECRETO Nº 023/2017**

DECRETO Nº 023, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2348 de 01 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.2.034 – Manutenção da secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
0.3.0200 (264)		
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
26.782.0018.2.041 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
0.3.0200 (265)		
Total	R\$	200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2016, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DA PREFEITA.**

FRAIBURGO, 24 DE JANEIRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TA.AT17PMF02****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF02 - Contrato Nº: AT16PMF34  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA  
Valor ..... : 40.000,00 (quarenta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 11/01/2017 Término: 31/03/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 01. RESOLVEM TAMBEM

PRORROGAR O PRAZO DE VIGENCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### **TA17FMS01**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17FMS02 - Contrato Nº: CT16FMS02  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: GAYA - ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA EIRELE - ME  
Valor ..... : 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016  
Objeto ..... : CONSIDERANDO O SEGUNDO TERMO ADITIVO (TA16FMS20) DE 17/11/2016, QUE PRORROGOU O PRAZO DO CONTRATO, FICA RENOVADO O VALOR DE R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS) PARA O EXERCÍCIO DE 2017. AS PARTES DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% DO VALOR CONTRATATO, EQUIVALENTE A R\$ 10.500,00 (DEZ MIL E QUINHENTOS REAIS). FICA ALTERADO O VALOR PREVISTO NA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA R\$ 52.500,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### **TA17FMS02**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS01  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MINE MERCADO PITANGA LTDA ME  
Valor ..... : 16.992,13 (dezesesseis mil novecentos e noventa e dois reais e treze centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2017 Término: 31/05/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2016  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS PESSOAS/PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR ALOJADOS NA CASA DE APOIO EM FLORIANÓPOLIS, SITUADA NA RUA SÃO JUDAS TADEU, Nº 20, BAIRRO JOSÉ MENDES, FLORIANÓPOLIS – SC.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### **TA17FMS03**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17FMS03 - Contrato Nº: CT14FMS11  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIR  
Valor ..... : 30.818,16 (trinta mil oitocentos e dezoito reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 01/08/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014  
Objeto ..... : CONSIDERANDO O TERMO ADITIVO (TA16FMS13) DE 08/07/2016, FICA RENOVADO O VALOR DE R\$ 30.818,16 (TRINTA MIL, OITOCENTOS E DEZOITO REAIS E DEZESSEIS

CENTAVOS), PARA OS MESES DE JANEIRO A AGOSTO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### **TA17FMS04**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17FMS04 - Contrato Nº: CT16FMS06  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA  
Valor ..... : 85.050,00 (oitenta e cinco mil e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2016  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE MAMOGRAFIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2016 – FMS E COM A DELIBERAÇÃO Nº 02/CMS/2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### **TA17FMS05**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17FMS05 - Contrato Nº: CT14FMS11  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIR  
Valor ..... : 3.009,47 (três mil e nove reais e quarenta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 19/01/2017 Término: 01/08/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014  
Objeto ..... : FICA SUPRIMIDO O VALOR DE R\$ 3.009,47 (TRÊS MIL E NOVE REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS), DA QUANTIA CONSIGNADA NO TERMO ADITIVO TA17FMS03.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

### **TA17PMF02**

#### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17PMF02 - Contrato Nº: CT16PMF125  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 12/01/2017 Término: 28/03/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 23/2016  
Objeto ..... : A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 28.03.2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**TA17PMF03****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17PMF03 - Contrato Nº: CT15PMF126  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Valor ..... : 87.624,39 (oitenta e sete mil seiscientos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/01/2017 Término: 07/02/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 20/2015  
Objeto ..... : AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 87.624,39 (OITENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS).

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**TA17PMF05****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17PMF05 - Contrato Nº: CT14PMF108  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA  
Vigência ..... : Início: 19/01/2017 Término: 19/03/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, AJUSTAM E PRORROGAM O PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 19 DE MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**TA17PMF06****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17PMF06 - Contrato Nº: CT14PMF145  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 19/01/2017 Término: 20/03/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2014  
Objeto ..... : O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO ATRAVÉS DO ENGENHEIRO FISCAL SR. ANDRÉ CARLOS CHELLI, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, REQUER PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, PARA ATÉ A DATA DE 20.03.2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

**TA17SF01****EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA17SF01 - Contrato Nº: CT13SF05  
Contratante...: AUTOARQUIA MUNICÍPIO DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI  
Contratada...: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA ME  
Valor ..... : 5.604,75 (cinco mil seiscientos e quatro reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2017 Término: 28/02/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013  
Objeto ..... : CONSIDERANDO O TERMO ADITIVO TA16SF12, DE 29/11/2016, QUE PRORROGOU O PRAZO DE VIGÊNCIA, FICA RENOVADO O VALOR DE R\$ 5.604,75, (CINCO MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), RELATIVO AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2017.

Fraiburgo, 24 de Janeiro de 2017  
ILDO LUCAS - Presidente

**DECRETO Nº 024/2017****DECRETO Nº 024, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.****APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA PARA 2017 EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; e de conformidade com o disposto nos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

**DECRETA:**

**Art.1º.** Fica aprovado o desdobramento da receita prevista para 2017 em metas bimestrais de arrecadação e definido o cronograma de execução bimestral de desembolso para as unidades gestoras do município de forma consolidada, conforme anexos I e II deste decreto:

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 24 DE JANEIRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	14.550.000,12	14.550.000,12	14.550.000,12	14.550.000,12	14.550.000,12	16.449.999,40	89.200.000,00
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	14.520.833,42	14.520.833,42	14.520.833,42	14.520.833,42	14.520.833,42	14.520.832,90	87.125.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.035.950,00	2.035.950,00	2.035.950,00	2.035.950,00	2.035.950,00	2.035.950,00	12.215.700,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	1.471.666,66	1.471.666,66	1.471.666,66	1.471.666,66	1.471.666,66	1.471.666,70	8.830.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	805.000,00	805.000,00	805.000,00	805.000,00	805.000,00	805.000,00	4.830.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ.	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,70	2.500.000,00
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,66	191.666,70	1.150.000,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00	Deduções de Receita do IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00	Deduções de Receita do IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.02.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ	108.333,34	108.333,34	108.333,34	108.333,34	108.333,34	108.333,30	650.000,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00	Deduções de Receita do IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qual	255.000,00	255.000,00	255.000,00	255.000,00	255.000,00	255.000,00	1.530.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	1.500.000,00
1.1.1.2.04.31.01.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	690.000,00
1.1.1.2.04.31.02.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00
1.1.1.2.04.31.03.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	390.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.1.1.2.04.34.01.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 60%	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	2.300,00	13.800,00
1.1.1.2.04.34.02.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 25%	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	8.400,00
1.1.1.2.04.34.03.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 15%	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	7.800,00
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	133.333,34	133.333,34	133.333,34	133.333,34	133.333,34	133.333,30	800.000,00
1.1.1.2.08.01.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	61.333,34	61.333,34	61.333,34	61.333,34	61.333,34	61.333,30	368.000,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00	Deduções de Receita do ITBI 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.08.02.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,30	224.000,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00	Deduções de Receita do ITBI 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.2.08.03.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	34.666,66	34.666,66	34.666,66	34.666,66	34.666,66	34.666,70	208.000,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00	Deduções de Receita do ITBI 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulaçã	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,70	4.000.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer N	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,70	4.000.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer N	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,66	666.666,70	4.000.000,00
1.1.1.3.05.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	306.666,66	306.666,66	306.666,66	306.666,66	306.666,66	306.666,70	1.840.000,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	186.666,66	186.666,66	186.666,66	186.666,66	186.666,66	186.666,70	1.120.000,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.1.3.05.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer	173.333,34	173.333,34	173.333,34	173.333,34	173.333,34	173.333,30	1.040.000,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	522.616,68	522.616,68	522.616,68	522.616,68	522.616,68	522.616,68	3.135.700,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	209.783,36	209.783,36	209.783,36	209.783,36	209.783,36	209.783,36	1.258.700,00
1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanit	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	26.666,66	160.000,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	35.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indi	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	900.000,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Deduções Tx de Funcionamento Estab	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	2.000,00
1.1.2.1.27.00.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.1.2.1.28.00.00.00.00	Taxa de Funcionamento de Estab em H	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obr	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	20.000,00
9.1.1.2.1.31.00.00.00.00	Taxa de Utilização de Área de Domínio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Const	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	21.000,00
1.1.2.1.41.00.00.00.00	Taxa de Diária de Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder d	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
9.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas Pelo Exercício do Poder c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	312.833,32	312.833,32	312.833,32	312.833,32	312.833,32	312.833,32	1.877.000,00
1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.680.000,00
1.1.2.2.90.01.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	280.000,00	1.680.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviç	22.833,32	22.833,32	22.833,32	22.833,32	22.833,32	22.833,32	137.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	100.000,00
1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Embarque	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	7.000,00
1.1.2.2.99.03.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviço	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	250.000,00
1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Com	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	41.666,66	250.000,00
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Com	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	1.300.000,00
1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE I	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	216.666,66	1.300.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	166.083,30	166.083,30	166.083,30	166.083,30	166.083,30	166.083,30	996.500,00
1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
1.3.1.5.00.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Imóveis	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
1.3.1.5.30.00.00.00.00	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	25.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	946.500,00
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	157.749,98	946.500,00

24/01/2017 - moises

Exercício de 2017

## SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc	60.466,64	60.466,64	60.466,64	60.466,64	60.466,64	60.466,64	362.800,00
1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	33.333,34	200.000,00
1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vin	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	140.000,00
1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vin	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc	8.083,28	8.083,28	8.083,28	8.083,28	8.083,28	8.083,28	48.500,00
1.3.2.5.01.03.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - P,	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	10.000,00
1.3.2.5.01.03.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - F,	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - P	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - P,	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - E	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
1.3.2.5.01.03.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - V	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
1.3.2.5.01.03.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - F,	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - A	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - M	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	10.000,00
1.3.2.5.01.03.22.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - C	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.26.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMS - S	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.37.00.00	Rec. de Remun. Recursos SUS - PM	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.40.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. FI	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	10.000,00
1.3.2.5.01.03.41.00.00	Rec. Remun. Rec. Estado CIES	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.46.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - MA	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	1.000,00
1.3.2.5.01.03.48.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - DS	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	2.000,00
1.3.2.5.01.03.49.00.00	Rec. Remun. Recursos do SUS - Cor	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE	10.450,06	10.450,06	10.450,06	10.450,06	10.450,06	10.449,70	62.700,00
1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - S	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	50.000,00
1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
1.3.2.5.01.05.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	1.500,00
1.3.2.5.01.05.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - C	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - A	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - P	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	200,00
1.3.2.5.01.05.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. MDE - T	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. -	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FMAS	599,96	599,96	599,96	599,96	599,96	600,20	3.600,00

24/01/2017 - moises

Exercício de 2017

## SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.3.2.5.01.10.01.00.00	Tranf. de Recursos FNAS - PFMC	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.3.2.5.01.10.04.00.00	Trasn. de Recursos do FNAS - PTM	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.3.2.5.01.10.06.00.00	Transferências de Recursos FNAS - I	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.3.2.5.01.10.07.00.00	Tranf. de Recursos FNAS - PBFI	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.01.10.11.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - Abrigo Alt	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.12.00.00	Trasn. Recursos FEAS Benefícios E	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.13.00.00	Trasn. de Recursos FNAS - IGD-SU	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
1.3.2.5.01.10.14.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - CRAS Bá	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.16.00.00	Trasn. de Recursos FNAS - SCFV	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.18.00.00	Trasn. de Recursos FNAS - Abrigo	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.20.00.00	Trasn. de Recursos FEAS - CREAS	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.21.00.00	Trasn. de Recursos FEAS - CREAS	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.22.00.00	Trasn. de Recursos FEAS - Abrigo C	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.10.23.00.00	Trasn. de Recursos FEAS - CRAS Ir	16,66	16,66	16,66	16,66	16,66	16,70	100,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc.	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,66	7.916,70	47.500,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.3.2.5.01.99.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. ORTFR/	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.3.2.5.01.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Policia C	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	3.000,00
1.3.2.5.01.99.17.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. FUNREI	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.3.2.5.01.99.76.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. FMDCA	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.3.2.5.01.99.92.00.00	Multas Previstas na Legislação de Tr	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,30	583.700,00
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc.	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,34	97.283,30	583.700,00
1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,34	83.333,30	500.000,00
1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
1.3.2.5.02.99.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Não Vinc	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.02.99.07.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não Vincul	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.2.5.02.99.08.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Não vinc. S	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
1.3.2.5.02.99.11.00.00	Rec. Concessão Transporte Coletivo	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.3.2.5.02.99.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Alienação	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISS	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permi	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	903.966,66	903.966,66	903.966,66	903.966,66	903.966,66	903.966,70	5.423.800,00
1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
1.6.0.0.03.01.00.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	71.666,66	71.666,66	71.666,66	71.666,66	71.666,66	71.666,70	430.000,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serviços de Venda de Editais	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
1.6.0.0.13.07.00.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias He	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	27.000,00
1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	2.833,34	2.833,34	2.833,34	2.833,34	2.833,34	2.833,30	17.000,00
9.1.6.0.0.13.99.01.00.00	Outros Serv. Administrativos - PMF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.13.99.02.00.00	Outros Serviços Administrativos - SF	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.6.0.0.26.00.00.00.00	Serviços de Fornecimento de Água	755.000,00	755.000,00	755.000,00	755.000,00	755.000,00	755.000,00	4.530.000,00
1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Fina	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.6.0.0.43.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Trans/Trat/Dest Final Ri	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	82.800,00
1.6.0.0.99.02.00.00.00	Outros Serviços - PMF Cargas de Terr	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.6.0.0.99.04.00.00.00	Outros Serviços PMF - Recolhimento	266,66	266,66	266,66	266,66	266,66	266,70	1.600,00
1.6.0.0.99.05.00.00.00	Outros Serviços PMF - Inseminação A	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
1.6.0.0.99.06.00.00.00	Outros Serviços PMF - Horas Máquina	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outros Serviços - SF	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,30	65.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.949.666,72	10.949.666,72	10.949.666,72	10.949.666,72	10.949.666,72	10.949.666,40	65.698.000,00
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.921.166,72	10.921.166,72	10.921.166,72	10.921.166,72	10.921.166,72	10.921.166,40	65.527.000,00
1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.411.500,04	4.411.500,04	4.411.500,04	4.411.500,04	4.411.500,04	4.411.499,80	26.469.000,00
1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	2.888.666,70	2.888.666,70	2.888.666,70	2.888.666,70	2.888.666,70	2.888.666,50	17.332.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,60	16.000.000,00
1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M.	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,68	2.666.666,60	16.000.000,00
1.7.2.1.01.02.01.01.00	Cota-Parte do F.P.M.	1.760.000,00	1.760.000,00	1.760.000,00	1.760.000,00	1.760.000,00	1.760.000,00	10.560.000,00
9.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.02.01.02.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	213.333,34	213.333,34	213.333,34	213.333,34	213.333,34	213.333,30	1.280.000,00
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.02.01.03.00	Cota-Parte do F.P.M. - Saúde	693.333,34	693.333,34	693.333,34	693.333,34	693.333,34	693.333,30	4.160.000,00
9.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.01.03.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1%	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,66	116.666,70	700.000,00
1.7.2.1.01.03.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Dezembro	81.666,66	81.666,66	81.666,66	81.666,66	81.666,66	81.666,70	490.000,00
1.7.2.1.01.03.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Dezembro Ec	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	210.000,00
1.7.2.1.01.04.00.00.00	Cota-Parte Fundo Partic. Munic. - 1%	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	600.000,00
1.7.2.1.01.04.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Julho	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	420.000,00
1.7.2.1.01.04.02.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Julho Educaç	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	180.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territori	5.333,36	5.333,36	5.333,36	5.333,36	5.333,36	5.333,20	32.000,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA**

Exercício de 2017

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	4.400,00	26.400,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do	-880,00	-880,00	-880,00	-880,00	-880,00	-880,00	-5.280,00
1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ	533,34	533,34	533,34	533,34	533,34	533,34	3.200,00
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do	-106,66	-106,66	-106,66	-106,66	-106,66	-106,66	-640,00
1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territ	1.733,34	1.733,34	1.733,34	1.733,34	1.733,34	1.733,34	10.400,00
9.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do	-346,66	-346,66	-346,66	-346,66	-346,66	-346,66	-2.080,00
1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Explora	22.666,66	22.666,66	22.666,66	22.666,66	22.666,66	22.666,66	136.000,00
1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Rec	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petr	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	130.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único	894.833,36	894.833,36	894.833,36	894.833,36	894.833,36	894.833,36	5.369.000,00
1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PAB	150.833,34	150.833,34	150.833,34	150.833,34	150.833,34	150.833,34	905.000,00
1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmac	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	186.000,00
1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PSF	107.500,00	107.500,00	107.500,00	107.500,00	107.500,00	107.500,00	645.000,00
1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PACS	120.833,34	120.833,34	120.833,34	120.833,34	120.833,34	120.833,34	725.000,00
1.7.2.1.33.05.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Epi	18.333,34	18.333,34	18.333,34	18.333,34	18.333,34	18.333,34	110.000,00
1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Vig. Sar	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	3.666,66	22.000,00
1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Saude t	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	80.000,00
1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC U	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	210.000,00	1.260.000,00
1.7.2.1.33.13.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - CAPS	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	56.666,66	340.000,00
1.7.2.1.33.16.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - SAMU	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,34	43.833,34	263.000,00
1.7.2.1.33.18.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - PMAQ	87.833,34	87.833,34	87.833,34	87.833,34	87.833,34	87.833,34	527.000,00
1.7.2.1.33.22.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - DST/AIDS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.7.2.1.33.24.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Programa	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	36.000,00
1.7.2.1.33.25.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - NASF	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	240.000,00
1.7.2.1.33.26.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Quartos R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As	82.499,98	82.499,98	82.499,98	82.499,98	82.499,98	82.500,10	495.000,00
1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PTMC	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	21.000,00
1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transferências de Recursos FNAS - IC	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.7.2.1.34.08.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - PBF	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	100.000,00
1.7.2.1.34.10.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - PFMC	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	17.500,00	105.000,00
1.7.2.1.34.11.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - IGD-SUA	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	7.000,00
1.7.2.1.34.13.00.00.00	Transf. de Recursos do FNAS - SCFV	23.666,66	23.666,66	23.666,66	23.666,66	23.666,66	23.666,66	142.000,00
1.7.2.1.34.14.00.00.00	Transf. de Recursos FNAS - Abrigo	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.t	503.499,98	503.499,98	503.499,98	503.499,98	503.499,98	503.500,10	3.021.000,00
1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	2.400.000,00
1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	79.666,66	79.666,66	79.666,66	79.666,66	79.666,66	79.666,66	478.000,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAE Func	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,66	36.666,70	220.000,00
1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAP	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	90.000,00
1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf Diretas do FNDE - PNAC	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
1.7.2.1.35.03.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNAEJA	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,34	1.333,30	8.000,00
1.7.2.1.35.03.07.00.00	Transf. Diretas do FNDE - AEE	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE refer	23.833,32	23.833,32	23.833,32	23.833,32	23.833,32	23.833,40	143.000,00
1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Fu	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	96.000,00
1.7.2.1.35.04.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Inf	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,66	1.166,70	7.000,00
1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE Mé	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N	9.333,36	9.333,36	9.333,36	9.333,36	9.333,36	9.333,20	56.000,00
1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	7.700,00	7.700,00	7.700,00	7.700,00	7.700,00	7.700,00	46.200,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-1.540,00	-1.540,00	-1.540,00	-1.540,00	-1.540,00	-1.540,00	-9.240,00
1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	933,34	933,34	933,34	933,34	933,34	933,30	5.600,00
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-186,66	-186,66	-186,66	-186,66	-186,66	-186,70	-1.120,00
1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C.	3.033,34	3.033,34	3.033,34	3.033,34	3.033,34	3.033,30	18.200,00
9.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS	-606,66	-606,66	-606,66	-606,66	-606,66	-606,70	-3.640,00
1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.7.2.1.99.01.00.00.00	Demais Transf. da União - FEX	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.843.000,02	2.843.000,02	2.843.000,02	2.843.000,02	2.843.000,02	2.842.999,90	17.058.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.678.333,36	2.678.333,36	2.678.333,36	2.678.333,36	2.678.333,36	2.678.333,20	16.070.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.266.666,64	2.266.666,64	2.266.666,64	2.266.666,64	2.266.666,64	2.266.666,80	13.600.000,00
1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	1.870.000,00	11.220.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação dc	-374.000,00	-374.000,00	-374.000,00	-374.000,00	-374.000,00	-374.000,00	-2.244.000,00
1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	226.666,66	226.666,66	226.666,66	226.666,66	226.666,66	226.666,70	1.360.000,00
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação dc	-45.333,34	-45.333,34	-45.333,34	-45.333,34	-45.333,34	-45.333,30	-272.000,00
1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	736.666,66	736.666,66	736.666,66	736.666,66	736.666,66	736.666,70	4.420.000,00
9.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Dedução do ICMS para Formação dc	-147.333,34	-147.333,34	-147.333,34	-147.333,34	-147.333,34	-147.333,30	-884.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	373.333,36	373.333,36	373.333,36	373.333,36	373.333,36	373.333,20	2.240.000,00
1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	308.000,00	308.000,00	308.000,00	308.000,00	308.000,00	308.000,00	1.848.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação	-61.600,00	-61.600,00	-61.600,00	-61.600,00	-61.600,00	-61.600,00	-369.600,00
1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,34	37.333,30	224.000,00
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação	-7.466,66	-7.466,66	-7.466,66	-7.466,66	-7.466,66	-7.466,70	-44.800,00
1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	121.333,34	121.333,34	121.333,34	121.333,34	121.333,34	121.333,30	728.000,00
9.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Dedução de Receita para Formação	-24.266,66	-24.266,66	-24.266,66	-24.266,66	-24.266,66	-24.266,70	-145.600,00
1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	33.333,36	33.333,36	33.333,36	33.333,36	33.333,36	33.333,20	200.000,00
1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação e	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-5.500,00	-33.000,00
1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação z	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-666,66	-666,66	-666,66	-666,66	-666,66	-666,70	-4.000,00
1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação 1	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,34	10.833,30	65.000,00
9.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação	-2.166,66	-2.166,66	-2.166,66	-2.166,66	-2.166,66	-2.166,70	-13.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. Interv.no Domín	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	30.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Progr	81.333,34	81.333,34	81.333,34	81.333,34	81.333,34	81.333,30	488.000,00
1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Farmac	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	27.500,00	165.000,00
1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf de Recursos do Estado Atença	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	45.500,00	273.000,00
1.7.2.2.33.09.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - MAC	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.7.2.2.33.10.00.00.00	Transf. de Recursos do SUS - Comissã	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.2.33.11.00.00.00	Transf. Recursos do SUS - Proteses E	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,32	83.333,40	500.000,00
1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Transp Esc	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,66	66.666,70	400.000,00
1.7.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Beneficiór	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
1.7.2.2.99.05.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Bás	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.2.99.06.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CREAS Cl	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.7.2.2.99.07.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - Abrigo Cus	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,66	1.666,70	10.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMI	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,70	22.000.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,66	3.666.666,70	22.000.000,00
1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	2.566.666,66	2.566.666,66	2.566.666,66	2.566.666,66	2.566.666,66	2.566.666,70	15.400.000,00
1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 40%	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	1.100.000,00	6.600.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	24.333,34	24.333,34	24.333,34	24.333,34	24.333,34	24.333,30	146.000,00
1.7.3.0.02.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - (FMD)	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.7.3.0.03.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas (Jovens	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.7.3.0.04.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas - Crech	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,34	23.333,30	140.000,00
1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	248.500,08	248.500,08	248.500,08	248.500,08	248.500,08	248.499,60	1.491.000,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	137.583,38	137.583,38	137.583,38	137.583,38	137.583,38	137.583,10	825.500,00
1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,34	20.833,30	125.000,00
1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00
1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 60%	306,66	306,66	306,66	306,66	306,66	306,70	1.840,00
9.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 25%	186,66	186,66	186,66	186,66	186,66	186,70	1.120,00
9.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o IPTU 15%	173,34	173,34	173,34	173,34	173,34	173,30	1.040,00
9.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS 60%	2.683,34	2.683,34	2.683,34	2.683,34	2.683,34	2.683,30	16.100,00
9.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora ISS 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS 25%	1.633,34	1.633,34	1.633,34	1.633,34	1.633,34	1.633,30	9.800,00
1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/o ISS 15%	1.516,66	1.516,66	1.516,66	1.516,66	1.516,66	1.516,70	9.100,00
1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de M	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,34	5.833,30	35.000,00
9.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tribu	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
9.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Trib	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa de	48.333,32	48.333,32	48.333,32	48.333,32	48.333,32	48.333,40	290.000,00
1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,66	7.666,70	46.000,00
9.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,66	4.666,70	28.000,00
9.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	4.333,34	4.333,34	4.333,34	4.333,34	4.333,34	4.333,30	26.000,00
9.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	6.133,34	6.133,34	6.133,34	6.133,34	6.133,34	6.133,30	36.800,00
9.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	3.733,34	3.733,34	3.733,34	3.733,34	3.733,34	3.733,30	22.400,00
9.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	3.466,66	3.466,66	3.466,66	3.466,66	3.466,66	3.466,70	20.800,00
9.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas e Juros de Mora Dívida Ativa IS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,66	14.166,70	85.000,00
1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros T	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,66	4.166,70	25.000,00
9.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras R	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,30	6.200,00
1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras f	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,30	6.200,00
1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras R	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,34	1.033,30	6.200,00
1.9.1.5.99.01.01.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras f	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
1.9.1.5.99.01.02.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras f	33,34	33,34	33,34	33,34	33,34	33,30	200,00
1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras f	666,66	666,66	666,66	666,66	666,66	666,70	4.000,00

24/01/2017 - moises

Exercício de 2017

## SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.9.1.5.99.01.03.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras f	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Recel	716,68	716,68	716,68	716,68	716,68	716,68	4.300,00
1.9.1.8.05.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação Outr Bi	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	2.000,00
1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Be	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	2.000,00
9.1.9.1.8.05.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Alienação de Be	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	383,34	383,34	383,34	383,34	383,34	383,34	2.300,00
1.9.1.8.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora - FUNREBOM	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	300,00
1.9.1.8.99.02.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Rec	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	2.000,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	66.666,70	66.666,70	66.666,70	66.666,70	66.666,70	66.666,70	400.000,00
1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trâ	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
1.9.1.9.15.00.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Tr	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,70	100.000,00
1.9.1.9.15.00.03.00.00	Multas Previstas na Legis. de Trânsil	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,34	13.333,30	80.000,00
1.9.1.9.15.00.04.00.00	Multas Previstas Legis. de Trânsito -	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.9.1.9.15.00.05.00.00	Multas Previstas Legis. de Trânsito -	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00
1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legis Defesa Direit	5.000,04	5.000,04	5.000,04	5.000,04	5.000,04	4.999,80	30.000,00
1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difi	5.000,04	5.000,04	5.000,04	5.000,04	5.000,04	4.999,80	30.000,00
1.9.1.9.26.02.01.00.00	Multas Relativas ao Meio Ambiente	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.26.02.02.00.00	Multas Relativas ao Patrimonio Cultu	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.26.02.03.00.00	Multas Relativo a Defesa de Portado	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.26.02.04.00.00	Multas Relativas Interesse de Habita	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.26.02.05.00.00	Multas Relativas ao Interesse do Cor	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.26.02.06.00.00	Multas Relativo a Outros Interesses t	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
1.9.1.9.99.02.00.00.00	Outras Multas - SF	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	91.500,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	91.500,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	15.250,00	91.500,00
1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições - PMF	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,66	11.666,70	70.000,00
1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições - SF	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
1.9.2.2.99.03.00.00.00	Outras Restituições - FMS 1400	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
1.9.2.2.99.04.00.00.00	Outras Restituições - FME	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
1.9.2.2.99.06.00.00.00	Outras Restituições - FUNREBOM	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	92.583,34	92.583,34	92.583,34	92.583,34	92.583,34	92.583,30	555.500,00
1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	88.333,32	88.333,32	88.333,32	88.333,32	88.333,32	88.333,40	530.000,00
1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	180.000,00
1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	13.800,00	82.800,00

24/01/2017 - moises

**SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2017

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
9.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Receita Divida Ativa IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 25%	8.400,00	8.400,00	8.400,00	8.400,00	8.400,00	8.400,00	50.400,00
9.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Receita Divida Ativa IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	7.800,00	46.800,00
9.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Receita Divida Ativa IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	120.000,00
9.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 60%	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	9.200,00	55.200,00
9.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Receita Divida Ativa ISS 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 25%	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	5.600,00	33.600,00
9.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Receita Divida Ativa ISS 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS 15%	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	5.200,00	31.200,00
9.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Receita Divida Ativa ISS 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	21.666,66	130.000,00
9.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa de Outros Tribu	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	100.000,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Divida Ativa de Outros Trib	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	16.666,66	100.000,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa não tributária	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	25.500,00
9.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	25.500,00
9.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Rec	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	4.250,02	25.500,00
9.1.9.3.2.99.01.01.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária FUNRE	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	500,00
9.1.9.3.2.99.01.02.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Re	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	20.000,00
9.1.9.3.2.99.01.03.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outr	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	5.000,00
9.1.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,20	18.500,00
9.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,36	3.083,20	18.500,00
9.1.9.0.99.01.00.00.00	Outras Receitas - PMF	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
9.1.9.0.99.02.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
9.1.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas - FMDCA Tribunal Jus	333,34	333,34	333,34	333,34	333,34	333,30	2.000,00
9.1.9.0.99.06.00.00.00	Outras Receitas - Vendas de Sucatas	166,66	166,66	166,66	166,66	166,66	166,70	1.000,00
9.1.9.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas - FMS	83,34	83,34	83,34	83,34	83,34	83,30	500,00
9.1.9.0.99.10.00.00.00	Outras Receitas - SF	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	29.166,70	29.166,70	29.166,70	29.166,70	29.166,70	1.929.166,50	2.075.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contrati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,02	20.000,02	20.000,02	20.000,02	20.000,02	19.999,90	120.000,00

24/01/2017 - moises

Exercício de 2017

# SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Metas Bimestrais de Arrecadação - Programado/Orçado (L.R.F., Artigo 13) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Município: FRAIBURGO

Código	Especificação	Bimestre 1 Previsto	Bimestre 2 Previsto	Bimestre 3 Previsto	Bimestre 4 Previsto	Bimestre 5 Previsto	Bimestre 6 Previsto	Total Previsto
2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	65.000,00
2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	10.833,36	65.000,00
2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,34	8.333,30	50.000,00
2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Saúde	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.2.1.9.03.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis - Educaç	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.2.1.9.04.00.00.00.00	Alienação de Bens Móveis SF	833,34	833,34	833,34	833,34	833,34	833,30	5.000,00
2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,66	9.166,70	55.000,00
2.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,66	6.666,70	40.000,00
9.2.2.5.01.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.5.02.00.00.00.00	Alien. de Imóveis Urbanos - FMHIS	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,60	55.000,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAME	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,60	55.000,00
2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,60	55.000,00
2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,68	9.166,60	55.000,00
2.4.2.2.99.01.00.00.00	Tranf. de Recursos FEAS - Abrigo Alta	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
2.4.2.2.99.02.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CREAS N	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
2.4.2.2.99.03.00.00.00	Transf. de Recursos FEAS - CRAS Inv	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,34	3.333,30	20.000,00
<b>TOTAL GERAL PREVISTO:</b>		<b>14.550.000,12</b>	<b>14.550.000,12</b>	<b>14.550.000,12</b>	<b>14.550.000,12</b>	<b>14.550.000,12</b>	<b>16.449.999,40</b>	<b>89.200.000,00</b>

FRAIBURGO, 24/01/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS Prefeita Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Contador CRC/SC Nº 018341/O-7
--	--	---

24/01/2017 - moises

Exercício de 2017

## SANTA CATARINA

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Cronograma Bimestral de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		Total
		Previsto Realizado	Diferença	Previsto Realizado	Diferença	Previsto Realizado	Diferença	Previsto Realizado	Diferença	Previsto Realizado	Diferença	Previsto Realizado	Diferença	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.988.448,68		12.988.448,68		12.988.448,68		12.988.448,68		12.988.448,68		12.988.456,60		77.930.700,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.102.333,02		8.102.333,02		8.102.333,02		8.102.333,02		8.102.333,02		8.102.334,90		48.614.000,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	17.499,96		17.499,96		17.499,96		17.499,96		17.499,96		17.500,20		105.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	8.084.833,06		8.084.833,06		8.084.833,06		8.084.833,06		8.084.833,06		8.084.834,70		48.509.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,40		650.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,32		108.333,40		650.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.777.782,34		4.777.782,34		4.777.782,34		4.777.782,34		4.777.782,34		4.777.788,30		28.666.700,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		10.000,00		60.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	417.503,22		417.503,22		417.503,22		417.503,22		417.503,22		417.503,90		2.505.020,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	7.499,98		7.499,98		7.499,98		7.499,98		7.499,98		7.500,10		45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.177.779,22		4.177.779,22		4.177.779,22		4.177.779,22		4.177.779,22		4.177.783,90		25.066.680,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	164.999,92		164.999,92		164.999,92		164.999,92		164.999,92		165.000,40		990.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.311.549,10		1.311.549,10		1.311.549,10		1.311.549,10		1.311.549,10		1.311.554,50		7.869.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	944.882,44		944.882,44		944.882,44		944.882,44		944.882,44		944.887,80		5.669.300,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.999,96		1.999,96		1.999,96		1.999,96		1.999,96		2.000,20		12.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	942.882,48		942.882,48		942.882,48		942.882,48		942.882,48		942.887,60		5.657.300,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,70		2.200.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,66		366.666,70		2.200.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		200.000,00		200.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		200.000,00		200.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		200.000,00		200.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>14.299.997,78</b>		<b>14.299.997,78</b>		<b>14.299.997,78</b>		<b>14.299.997,78</b>		<b>14.299.997,78</b>		<b>14.500.011,10</b>		<b>86.000.000,00</b>

FRAIBURGO, 24/01/2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO  
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRICIO  
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

24/01/2017 - moises

# Galvão

## PREFEITURA

### EDITAL CONTRIBUIÇÃO MELHORIA 01/2017

EDITAL DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2017

Informa os processos de lançamento de cobrança da Contribuição de Melhoria, prossegue com edital 001/2016, referente à pavimentação asfáltica da Rua Manoel Lustosa Martins do Município de Galvão/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 153 e seguintes do Código Tributário Municipal, lei 525/2005, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195 de 1967, ambas que Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria, baixa o presente Edital instituindo o lançamento para cobrança de Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXECUTADA NA RUA MANOEL LUSTOSA MARTINS, com extensão do trecho de 342,04 m, no Município de Galvão – SC, que conforme EDITAL 01/2016, sendo regido pelas seguintes cláusulas:

#### I DO CONTRIBUINTE

Conforme Lei 525/2005, no que trata das contribuições de melhoria define o contribuinte conforme segue:

Art. 154. Contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel situado na área de influência da obra.

#### II DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

A parcela individual do custo da obra, a ser lançada para cada contribuinte conforme plano de rateio de acordo com a testada da obra é o que segue:

Beneficiário	Nome completo	Testada (m)	Largura da rua (l/2) (m)	Pavimentação (m²)	Valor da contribuição (R\$)
01	Caroline Fatini bez Batti	46,00	5,405	248,63	1.638,47
02	Dulcimar Pontel	41,90	5,465	228,98	1.508,98
03	Mitra (Paróquia São Miguel)	100,00	5,425	542,50	3.575,07
04	Ivanir Perego	25,00	5,245	131,12	864,08
05	Arnildo J. de Quadros/ Dirceu de Quadros	32,50	4,635	150,64	992,72
06	Vercidino Argemiro Borges	50,00	5,13	256,50	1.690,33
07	Ari Garbin	65,20	3,595	234,39	1.544,63
08	Roque Garbin	68,20	3,92	267,34	1.761,77
09	Coutry Clube	97,00	3,62	351,14	2.314,01
10	Jocemir Ferreira Bello	106,70	3,62	386,25	2.545,39
11	Município de Galvão	35,94	10,70	384,61	2.534,55
Total: 20.970,00					

#### III DO LANÇAMENTO

Art. 166. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente ou por edital o sujeito passivo:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;

III – dos descontos, se os houver concedido, para o pagamento nas formas referidas no artigo anterior;

IV – do prazo para a impugnação do lançamento.

Parágrafo único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial do Município, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 167. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência.

Art. 168. O pagamento será efetuado através do Documento de Arrecadação Municipal – DAM conforme lançado.

Parágrafo único. A cobrança da Contribuição de Melhoria poderá ser parcelada, nos termos que dispuser o Edital, observado o valor mínimo de cada parcela, nos termos do art. 164 desta Lei Complementar.

#### IV DO DEMONSTRATIVO DE LANÇAMENTO

Conforme as determinações tipificadas no inciso III deste edital, as contribuições dos valores correspondentes a cada contribuinte serão lançadas em 24 parcelas sucessivas com intervalo de 30(trinta) dias, sendo que após o vencimento e não pagamento de cada parcela a mesma será acrescida de juros multa e correção conforme Lei 525/2005, as parcelas começarão a ser cobradas após 30 (trinta) dias da publicação deste edital, conforme abaixo descrito.

Beneficiário	Nome completo	Valor da contribuição (R\$)	24 parcelas de R\$	Primeiro vencimento	Último vencimento
01	Caroline Fatini bez Batti	1.638,47	68,26	25/02/2017	25/02/2019
02	Dulcimar Pontel	1.508,98	62,87	25/02/2017	25/02/2019
03	Mitra (Paróquia São Miguel)	3.575,07	148,96	25/02/2017	25/02/2019
04	Ivanir Perego	864,08	36,00	25/02/2017	25/02/2019
05	Arnildo J. de Quadros/ Dirceu de Quadros	992,72	41,36	25/02/2017	25/02/2019
06	Vercidino Argemiro Borges	1.690,33	70,43	25/02/2017	25/02/2019
07	Ari Garbin	1.544,63	64,35	25/02/2017	25/02/2019
08	Roque Garbin	1.761,77	73,40	25/02/2017	25/02/2019
09	Coutry Clube	2.314,01	96,41	25/02/2017	25/02/2019
10	Jocemir Ferreira Bello	2.545,39	106,05	25/02/2017	25/02/2019
11	Município de Galvão	2.534,55	imune	25/02/2017	25/02/2019

Procurando a repartição para o devido pagamento da contribuição de melhoria, haverá a opção conforme Lei de alterar a quantidade de parcelas para menos, ou pagamento único.

Art. 164. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo que seu valor não poderá ser inferior a 10(dez) UFRM.

Parágrafo Único. Para o contribuinte que tiver renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos vigentes no país, a Contribuição de Melhoria poderá ser dividida em até 36 (trinta e seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas.

Galvão, SC, 23 de janeiro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal.

# Garopaba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO POR EDITAL – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais e considerando que:

- É de responsabilidade do Candidato, conforme disciplina os itens 4.10, 16.4, 16.9 e 18.3, todos do Edital do Concurso Público nº. 001/2015 da Prefeitura Municipal de Garopaba, manter atualizado seus dados, endereço, e-mail e telefones de contato, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros;

- A Diretoria de Gestão de Pessoas, tentou contato por telefone e e-mail do candidato, no sentido de obter do candidato a confirmação do endereço, sendo que, tanto por telefone, como por e-mail não obteve resposta;

- Uma vez não obtida resposta do candidato quanto a confirmação de seus dados, endereço, e-mail e telefones, foi feita a tentativa de encaminhamento da Convocação pelo Correio, contudo, negada em função de não existir o CEP informado pelo Candidato;

#### RESOLVE:

CONVOCAR a Sra. JOICE BITELO DA SILVA SPRENGER, Candidata nº. 247895, classificada em 16º LUGAR para o Cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H, para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga para a qual foi aprovada.

A manifestação pelo interesse da vaga deverá se expressar por meio de comparecimento a Diretoria Administrativa de Gestão de Pessoas, que deverá ocorrer num prazo máximo de 2 (dois) dias A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ATO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. O comparecimento deverá ocorrer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, de segunda-feira a sexta-feira, das 13h as 18h num prazo máximo de 2 (dois) dias A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ATO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.

Na data de seu comparecimento a Diretoria de Gestão de Pessoas, caso seja de seu interesse, poderá ser preenchido requerimento, solicitando prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a nomeação.

Salientamos que o descumprimento do prazo para manifestação de interesse na vaga, implicará em sua exclusão e consequente desclassificação da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

# Garuva

## PREFEITURA

**PORTARIA 005/2017**

PORTARIA Nº. 005 de 24 de janeiro de 2017

“Nomeia os membros da Comissão para estudo dos valores de mercado dos imóveis para fins de cobrança de ITBI.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, PREVISTA NA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL 158/2014;

**RESOLVE:**

ART. 10. – Nomear os servidores Lauro Felipe Raizer, Chefe do Setor de Planejamento e Projetos; Anselmo Maoski, Arquiteto; Ivandro Sérgio Lopes, Fiscal de Tributos; e Renato Dissenha, Auxiliar Administrativo, como membros da comissão para estudos dos valores de mercado dos imóveis para fins de cobrança de ITBI, instituída pelo Decreto Municipal 158, de 24 de Outubro de 2014.

Parágrafo Único: A presidência da referida Comissão ficará a cargo do servidor Lauro Felipe Raizer.

ART. 20. – Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 61 de 24 de abril de 2015.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE Nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº002/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Rede de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADOS: Auto Viação Rainha LTDA (84.228.782/0001-00); Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Nosso Sistema de Ônibus Brusque (11.516.898/0001-71); Santa Teresinha Transportes e Turismo LTDA (82.98.858/0001-70); Viação Catarinense LTDA (82.647.884/0004-88); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 313.249,42 (trezentos e treze mil, duzentos e quarenta e nove reais, e quarenta e dois centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 003/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº003/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Rede de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADOS: Auto Viação Rainha LTDA (84.228.782/0001-00); Auto Viação Candy Tur (02.136.283/0001-29); Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Nosso Sistema de Ônibus Brusque (11.516.898/0001-71); Santa Teresinha Transportes e Turismo LTDA (82.98.858/0001-70); Viação Catarinense LTDA (82.647.884/0004-88); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 294.637,82 (duzentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais, e oitenta e dois centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 004/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº004/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Fundação municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer. CONTRATADOS: Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 10.074,00 (dez mil, e setenta e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº005/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. CONTRATADOS: Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Viação Catarinense LTDA (82.647.884/0004-88); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 49.619,28 (quarenta e nove mil, seiscentos e dezenove reais, e vinte e oito centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 006/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº006/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.. CONTRATADOS: Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 41.841,60 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e um reais, e sessenta centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 007/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº007/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria de Administração e Gestão. CONTRATADOS: Andre Murcheski - Coletivo Caturani (13.679.560/0001-66); Nosso Sistema de Ônibus Brusque (11.516.898/0001-71); Santa Teresinha Transportes e Turismo LTDA (82.98.858/0001-70); Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 54.619,12 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e dezenove reais, e doze centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

### INEXIGIBILIDADE Nº 008/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº008/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil. CONTRATADOS: Viação Piracicabana LTDA (54.360.623/0001-02); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 8.445,60 (oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais, e sessenta centavos ). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 009/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº009/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da Superintendência de Comunicação, lotado no Gabinete do Prefeito.  
CONTRATADOS: Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 4.416,00 (quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.  
Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 010/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº010/2017

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.  
CONTRATADOS: Auto Viação Rainha LTDA (84.228.782/0001-00); Viação Verde Vale LTDA (83.131.995/0001-57) com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 9.825,60 (nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais, e sessenta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.  
Gaspar (SC), 19 de Janeiro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 09/2017**

RESOLUÇÃO Nº 09/2017.

CONVOCA OS APROVADOS NO CONCURSO Nº 01/2015 QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a homologação, através do Decreto Legislativo nº 001/2016 [publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na edição nº 1.958, de 22 de março de 2016], do Concurso Público nº 01/2015;

CONSIDERANDO que conforme disposto no item 8.2 do referido concurso, o certame tem prazo de validade de 2 (dois) anos, contados a partir de sua homologação;

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa de Leis em preencher as vagas existentes para os cargos de Agente Administrativo, Agente de Comunicação e Assistente Administrativo;

Resolve:

Art. 1º Ficam convocados para comparecerem perante a Câmara de Vereadores de Gaspar, no prazo de 30 (dias), na forma do artigo 15, § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos de Gaspar, bem como em cumprimento aos itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 do edital do certame, a fim de que sejam encaminhados para a realização do devido exame médico e psicológico, bem como para que apresentem os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos elencados nos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e 2.9 do edital do concurso público:

I – Geovana Vendruscolo, primeira colocada para o cargo de Assistente Administrativo;

II – Orli Flávio Paterno, primeiro colocado para o cargo de Agente Administrativo;

III – Vagner Cesar Campos Maciel, primeiro colocado para o cargo de Agente de Comunicação.

Art. 2º Fica determinada a expedição dos ofícios para notificação dos convocados, os quais deverão ser encaminhados através de carta com aviso de recebimento.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 24 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino

Sílvio Cleffi

Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 10/2017**

RESOLUÇÃO Nº 10/2017.

DISCIPLINA A AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE NA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR NO ANO DE 2017 EM DECORRÊNCIA DE FERIADOS E DATAS FESTIVAS DE RELEVÂNCIA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a necessidade de ordenar e disciplinar os trabalhos e as rotinas de trabalho deste Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o desempenho da administração pública deve ser norteado, entre outros princípios, pela eficiência e pela economicidade;

CONSIDERANDO que a disciplina dos trabalhos e das rotinas desta Casa de Leis exige a regulamentação acerca dos dias de funcionamento e dos dias em que não haverá expediente, notadamente em decorrência de feriados e datas festivas de importância nacional, estadual e municipal;

Resolve:

Art. 1º Não haverá expediente na Câmara de Vereadores de Gaspar nas seguintes datas do ano de 2017:

I – 27 de fevereiro (segunda-feira);

II – 28 de fevereiro (terça-feira);

III – 13 de abril (quinta-feira);

IV – 14 de abril (sexta-feira);

V – 21 de abril (sexta-feira);

VI – 1º de maio (segunda-feira);

VII – 15 de junho (quinta-feira);

VIII – 16 de junho (sexta-feira);

IX – 7 de setembro (quinta-feira);

X – 8 de setembro (sexta-feira);

XI – 12 de outubro (quinta-feira);

XII – 13 de outubro (sexta-feira);

XIII – 2 de novembro (quinta-feira);

XIV – 3 de novembro (sexta-feira);

XV – 15 de novembro (quarta-feira);

Art. 2º No dia 1º de março (quarta-feira), os expedientes interno e externo terão início às 13h00min.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 24 de janeiro de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

## SAMAE - GASPAR

### RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2016 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2016

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 62/2016, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 24/01/2017. RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento de água, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 62/2016.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

DRYLLER INDÚSTRIA E COMERCIO DE HIDROXIDOS LTDA. (08.444.204/0002-04)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	tn hidróxido de calcio em suspensão para tratamento de água potável	170	R\$ 770,00	R\$ 130.900,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 130.900,00 (cento e trinta mil e novecentos reais).

BUSCHLE & LEPPER SA (84.684.471/0003-18)

Item:	Unid. medida Material/Serviço	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2.1	Kg ácido fluossilícico	18.000	R\$ 1,10	R\$ 19.800,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais).

Valor total registrado da Licitação: R\$ 150.700,00 (cento e cinquenta mil e setecentos reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de 24 de janeiro de 2017, pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os produtos químicos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: ETA I - Rua: São Pedro, s/nº - Bairro: Centro - Gaspar - SC

ETA II - Rua Tijucas, s/nº - Bairro: Bela Vista - Gaspar - SC neste município.

4.1.2 A Contratada deverá disponibilizar em regime de comodato dois tanques reservatórios tipo container com capacidade de 1.000 L, com medidor de litros, mangueira e bico de abastecimento, para armazenamento do produto, que deverá ser entregue nas ETA's descritas nas condições específicas do ANEXO V – Proposta de Preços, quando solicitado. Com grade metálica ao redor e pallet de madeira ou ferro.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pela Gerente de ETA e Esgotamento Sanitário, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

O inteiro teor desta Ata encontra-se disponível no endereço eletrônico: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 24 de janeiro de 2017.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS– Pregoeira

DIANE RODRIGUES SILVEIRA– Equipe de Apoio

RICARDO MELTAO - Equipe de Apoio

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 02/2017**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE QUADRICICLO PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/02/2017 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 06/02/2017 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 24 de Janeiro de 2017.

Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 03/2017**

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR TRANSPORTADOR PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/02/2017 até às 15h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 06/02/2017 às 15h30min.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 24 de Janeiro de 2017.

Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

### **DECRETO 074/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº074/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$91.585,00 (Noventa e Um Mil Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.1.023	Pavimentação de Ruas	91.585,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	91.585,00
(108)4.4.90.00	Aplicações Diretas	91.585,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	91.585,00
TOTAL:		91.585,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 22 de Junho de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 079/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº079/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$12.893,09 (Doze Mil, Oitocentos e Noventa e Três Reais e Nove Centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.3.16.000102 Recursos de Multa de Trânsito, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2.061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	12.893,09
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.893,09
(138)3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.893,09
0.3.16.000102	Recursos de Multa de Trânsito	12.893,09
TOTAL:		12.893,09

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 22 de Junho de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 080/2016 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 080/2016.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 1.056/2015 - LDO, DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 101.100,00 (Cento e um mil e cem reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 3º Bimestre de 2016 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada - BF – R\$ 300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	300,00

FONTE 0.1.05.000020 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – R\$ 6.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2039	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	6.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.300,00

FONTE 0.1.05.000021 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS – R\$ 27.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Functo. e Manutenção do FMAS	27.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	27.500,00

FONTE 0.1.05.000028 – Proteção Social Básica – Custeio – R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2037	Manutenção do CRAS	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	12.000,00

FONTE 0.1.81.000002 – RDB – Salário Educação – R\$ 2.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	2.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.100,00

FONTE 0.1.81.000010 – RDB – Outros Recursos Vinculados – R\$ 2.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
9901	Reserva de Contingência da UG Prefeitura	2.600,00
9.9.99.00	Reserva de Contingência	2.600,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.28.000143 – Agentes Comunitários de Saúde – R\$ 5.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	5.300,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	5.300,00

FONTE 0.2.28.000148 – Teto Financeiro (MAC Ambulatorial e Hospitalar) – R\$ 9.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	9.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	9.200,00

FONTE 0.2.28.000152 – Incentivo de Qualificação das Ações da Dengue – R\$ 3.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	3.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.000,00

FONTE 0.2.29.000158 – MAC Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 28.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	28.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	28.000,00

FONTE 0.2.81.000015 – RDB de Recursos do FMS – R\$ 4.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do FMS	4.800,00

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.800,00
-----------	---------------------------	----------

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto nº061/2016

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de julho de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 081/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº081/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$117.000,00 (Cento e Dezessete Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.13.000000 Remuneração Profissionais do Ensino Fundamental, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	117.000,00
3.3.0000	Outras Despesas Correntes	117.000,00
(48)3.3.90.00	Aplicações Diretas	117.000,00
0.1.13.000000	Remuneração Profissionais do Ensino Fundamental	117.000,00
TOTAL:		117.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de Julho de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 085/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº85/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

#### **Anulação**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2.062	Melhoria Manutenção da Rede de Iluminação Pública	200.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	200.000,00
(138)4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.04.000000	Iluminação Pública	200.000,00
TOTAL:		200.000,00

#### **Suplementação**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2.062	Melhoria Manutenção da Rede de Iluminação Pública	200.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00
(136)3.3.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00

0.1.04.000000	Recursos Ordinários	200.000,00
TOTAL:		200.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 18 de Julho de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 091/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**  
DECRETO Nº91/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0804	Secretaria de Assistência Social	
08.241.0006.2.035	Atendimento aos Grupos de Mães e de Idosos	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(165)3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	1.000,00
TOTAL:		1.000,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1701	Secretaria de Pesca e Maricultura	
20.602.0007.1.017	Construção do Estaleiro dos Pescadores	1.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	1.000,00
(163)4.4.90.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.71.000075	Recursos de Convênio do Estado	1.000,00
TOTAL:		1.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de Julho de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 100/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**  
DECRETO Nº 100/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº 1058/2015:

14.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
10.301.0004.2.020	Ações de Atenção Básica - PABF	

4.4.00.00.00	Investimentos	28.700,00
(16) 4.4.90.00.0	Aplicações Diretas	28.700,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	28.700,00
10.301.0004.2.021	Ações da Saúde da Família – PABF/PSF	
4.4.00.00.00	Investimentos	1.000,000
(19) 4.4.90.00.0	Aplicações Diretas	1.000,000
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	1.000,000
Total		29.700,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
10.301.0004.2.020	Ações de Atenção Básica - PABF	
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	28.700,00
(13)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	28.700,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	28.700,00
10.301.0004.2.021	Ações da Saúde da Família – PABF/PSF	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,000
(17)3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,000
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	1.000,000
Total		29.700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 24 de Agosto de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 101/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 101/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 1.119/2016, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto na Lei Orçamentária Anual de 2016 um crédito adicional especial no valor de até R\$ 996.444,91 (Novecentos e noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e um centavos), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação da Fonte de Recursos 0.1.71.000197 – Convênio com Secretaria de Estado de Infraestrutura, no valor de R\$ 996.444,91, conforme abaixo especificado:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1201.15.451.0008.1034	Construção da Orla Marítima de Ganchos	996.444,91
4.4.90.00	Investimentos	996.444,91
0.1.71.000197	Convênio Secretaria de Estado de Infraestrutura	996.444,91

DOTAÇÃO A SER ANULADA:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
1201.15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	996.444,91
4.4.90.00	Investimentos	996.444,91
0.1.71.000197	Convênio Secretaria de Estado de Infraestrutura	996.444,91

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 24 de agosto de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 106/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº106/2016

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$40.000,00 (Quarenta Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.06.000000 MDEF, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.012	Manutenção do Transporte Escolar	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
(64) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.06.000000	MDEF	40.000,00
TOTAL:		40.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 31 de Agosto de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 107/2016 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 107/2016

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 1.056/2015 - LDO, DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 132.700,00 (Cento e trinta e dois mil e setecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 4º Bimestre de 2016 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.05.000019 – Piso de Transição de Média Complexidade – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2040	Proteção Especial de Média Complexidade	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.1.05.000020 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – R\$ 18.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2039	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	18.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	18.300,00

FONTE 0.1.05.000021 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS – R\$ 37.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Função e Manutenção do FMAS	37.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	37.500,00

FONTE 0.1.05.000028 – Proteção Social Básica – Custeio – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2037	Manutenção do CRAS	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.000,00

FONTE 0.1.09.000036 – PNATE – Ensino Fundamental – R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2012	Manutenção do Transporte Escolar	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.000,00

FONTE 0.1.81.000002 – RDB – Salário Educação – R\$ 5.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	5.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.100,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.28.000143 – Agentes Comunitários de Saúde – R\$ 1.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	1.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.400,00

FONTE 0.2.28.000145 – Núcleo de Apoio à Saúde Familiar - NASF – R\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2024	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	1.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.000,00

FONTE 0.2.28.000151 – Piso Fixo de Vigilância em Saúde – R\$ 200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	200,00

FONTE 0.2.28.000152 – Incentivo de Qualificação das Ações da Dengue – R\$ 5.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00

FONTE 0.2.29.000158 – MAC Produção Ambulatorial e Hospitalar – R\$ 38.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	38.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	38.000,00

FONTE 0.2.81.000015 – RDB de Recursos do FMS – R\$ 7.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2019	Manutenção do FMS	7.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.200,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação e revoga o Decreto nº 80/2016.

Governador Celso Ramos, 31 de agosto de 2016.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

**DECRETO 108/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 108/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº 1058/2015:

**14.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica - PABF	
4.4.00.00	Investimentos	15.083,90
(16) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	15.083,90
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	15.083,90
10.305.0004.2030	Vig Epidm. E Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	
3.1.00.00	Investimentos	20.000,00
(49) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.2.28.000151	Transferência de Recursos do SUS	20.000,00
Total		35.083,90
	SUPLEMENTAÇÃO	
10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica - PABF	
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.083,90
(13)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.083,90
0.1.02.000000	Recursos de Impostos - ASPS	15.083,90
10.305.0004.2030	Vig Epidm. E Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(52)3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
02.28.000151	Transferência de Recursos do SUS	20.000,00
Total		35.083,90

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 31 de agosto de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 109/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº109/2016

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$8.324,00 (Oito Mil Trezentos e Vinte e Quatro Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2.052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	6.324,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.324,00
(146) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.324,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	6.324,00

1701	Secretaria da Pesca e Maricultura	
20.602.0007.2.069	Functo. e Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(160) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000		2.000,00
TOTAL:		8.324,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 14 de Setembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 110/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 110/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso 1º, da Lei Municipal n.º 1.056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurada nesta data, na fonte de recurso 0.2.28.000161 – Programa Requalificação de UBS – Reforma e/Ampliação, e dotação abaixo indicada:

#### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde	50.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	35.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	35.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	35.000,00
0.2.28.000161	Programa Requalificação de UBS	35.000,00
10.305.0004.2030	Vigilância Epidem e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
4.4.00.00	Investimentos	15.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.2.28.000161	Programa Requalificação de UBS	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, SC, 14 de setembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 111/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº111/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

#### **Suplementação**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(42) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00

0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil	2.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(69) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
0701	Secretaria de Educação	2.000,00
12.306.0003.2.065	Oferta de Merenda Escolar - Educação Infantil Pré-Escola	2.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(72) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL:		6.000,00

## Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(39) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(67) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
0701	Secretaria de Educação	2.000,00
12.306.0003.2.065	Oferta de Merenda Escolar - Educação Infantil Pré-Escola	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(70) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL:		6.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos 14 de setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 116/2016 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

DECRETO Nº 116/2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), utilizando como fonte de recursos 01.01.000 a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

## ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	45.000,00
12.365.0003.1.005	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	45.000,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	45.000,00

(35) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	45.000,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	45.000,00

**SUPLEMENTAÇÃO:**

0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR
12.361.003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	45.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	45.000,00
(57)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	45.000,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	45.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.131/2016 de 13.09.2016.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 27 de setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 117/2016 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO SAMAE.**

DECRETO Nº 017/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2015, nas respectivas fontes de Recursos, conforme dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2.053	Apoio a Realização de Eventos	64.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	64.000,00
(155)3.3.90.00	Aplicações Diretas	64.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	64.000,00
TOTAL:		64.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 05 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 118/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 118/2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso 1º, da Lei Municipal nº 1.056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 104.530,00 (cento e quatro mil quinhentos e trinta reais), por conta do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurada nesta data, nas fontes de recurso 0.2.28.000146 – Ações de Atenção Básica - PMAQ, 0.2.28.000142 – Ações de Saúde da Família – PAB/PSF, 0.2.28.000144 – Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal, conforme dotação abaixo indicada:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde	104.530,00
10.301.0004.2025	Ações de Atenção Básica - PMAQ	81.800,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	81.800,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	81.800,00

0.2.28.000146	Transferência de Recursos do SUS	81.800,00
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família-PAB/PSF	18.930,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.930,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	18.930,00
02.28.000142	Transferência de Recursos do SUS	18.930,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	3.800,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.800,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	3.800,00
02.28.000144	Transferência de Recursos do SUS	3.800,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, SC, 28 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 124/2016 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.**

DECRETO Nº 124/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que após a Câmara aprovar, e ele sancionar a Lei 1.136/2016, ele DECRETA:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO DO SAMAE	
4.4.90.00.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2 – Ficam suplementadas, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.032	CAPTAÇÃO, TRATAM E DIST AGUA	
3.1.90.00.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 125/2016 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.**

DECRETO Nº 125/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que após a Câmara aprovar e ele sancionar a lei 1.135/2016, ele DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$92.060,00(Noventa e dois mil e sessenta reais), utilizando como fonte de recursos ordinários 0.1.00.0000, anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	57.300,00

12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Fundamental	27.700,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	27.700,00
(39)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	27.700,00
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Infantil	30.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(67)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	34.360,00
15.452.0008.2.060	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	34.360,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	34.360,00
(125)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	34.360,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	34.360,00
Total		92.060,00

## ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	53.160,00
04.122.0001.2002	Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito	52.200,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(5)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	2.200,00
(6) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.200,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	2.200,00
0202		
04.122.0001.2003	Procuradoria Geral	960,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	960,00
(8)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	960,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	960,00
0601	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	10.000,00
04.131.0002.2064	Secretaria de Comunicação	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(27)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.500,00
08.243.0006.2037	Manutenção do CRAS	6.500,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
(175)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.500,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	6.500,00
1001	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	12.400,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	12.400,00
3.3.00.00.00	Transf a instituição Privada sem fins lucrativos	5.000,00
(142)3.3.50.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.400,00
(143)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.400,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(144)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	12.400,00
1101	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.000,00
06.181.0008.2056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	1.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(91)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
1301	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	7.000,00
28.845.0000.002	Devolução de Recursos de Convênio	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00

(200)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
1601	SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	2.000,00
23.695.0007.2.052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	2.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(146)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	2.000,00
TOTAL		92.060,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 126/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº126/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$25.188,00(Vinte e Cinco Mil e Cento e Oitenta e Oito Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte0.1.00.000000 Recursos Ordinários, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Encargos Gerais do Município	
28.843.0000.0001	Amortização de Dívidas	25.188,00
4.6.00.00	Outros Investimentos	25.188,00
(196)4.6.90.00	Aplicações Diretas	25.188,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.188,00
TOTAL:		25.188,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de Outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 128/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº128/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$141.310,00 (Cento e Quarenta e Um Mil e Trezentos e Dez Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.06.000000 MDEF, 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, 0.1.08.000031 e 0.1.08.000033 Merenda Escolar, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	50.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	50.000,00
(237)3.1.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.06.000000	MDEF	50.000,00

0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(77) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.06.000000	MDEF	50.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.364.0003.2.2013	Apoio aos Estudantes do Ensino Médio e Superior	500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	500,00
(66) 3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	500,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	500,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	6.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00
(188) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	6.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	23.810,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	23.810,00
(41) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	23.810,00
0.1.08.000031	Merenda Escolar	23.810,00
0701	Secretaria de Educação	
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	11.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	11.000,00
(68) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	11.000,00
0.1.08.000033	Merenda Escolar	11.000,00
TOTAL:		141.310,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de Outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 129/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 129/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso 1º, da Lei Municipal n.º 1.056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 53.793,86 (cinquenta e três mil setecentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurada nesta data, na fonte de recurso 0.2.27.000000 – Ações de Vigilância Sanitária, conforme dotação abaixo indicada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde	
10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	53.793,86
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	33.793,86
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	33.793,86
0.2.27.000000	Ações de Vigilância Sanitária - ASPS	53.793,86

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 14 de Outubro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 132/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº132/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$69.000,00 (Sessenta e Nove Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.01.000000 Recursos de Impostos para MDEB, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.1.003	Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	69.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	69.000,00
(29) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	69.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	69.000,00
TOTAL:		69.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de Outubro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 133/2016 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM CARATER DE URGÊNCIA, AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS**

DECRETO Nº 133/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM CARATER DE URGÊNCIA, AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, Art. 77, XVI e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, em caráter de urgência, a ser efetivada pelo Município de Governador Celso Ramos, os imóveis situados em Ganchos de Fora, a seguir descritos:

ÁREA 1:

MATRICULA Nº 9.024

PROPRIETÁRIOS: Jean Carlos Garcia e Andrecia Maria Neto Garcia, e Jackson Garcia e Muniki Azevedo Duarte Garcia;

LOCAL: Avenida Ganchos – Ganchos de Fora – Gov. Celso Ramos - SC

ÁREA: 484,00m²

PERÍMETRO: 88,00m

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: com distância de 18,24m, confrontando com Francisco P. da Costa Júnior;

LESTE: com distância de 23,98m confrontando com Rodolfo A. Miranda;

SUL: com distância de 21,51m, confrontando com Manoel S. Maia;

OESTE: com distância de 24,38m, confrontando com a Avenida Ganchos.

ÁREA 2:

PARTE DA MATRICULA Nº 35.643

PROPRIETÁRIOS: Jean Carlos Garcia e Andrecia Maria Neto Garcia, e Jackson Garcia e Muniki Azevedo Duarte Garcia;

LOCAL: Avenida Patrocínio Manoel dos Santos – Ganchos de Fora – Gov. Celso Ramos - SC

ÁREA: 12.551,70m²

PERÍMETRO: 507,37m

#### LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: com Três lances, sendo o primeiro com distancia de 15,78m, o segundo com distancia de 6,75m, e o terceiro com distancia de 5,51m, ambos confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação);

LESTE: com dez lances, sendo o primeiro com distancia de 26,76m, o segundo com distancia de 21,40m, o terceiro com distancia de 11,15m, o quarto com distancia de 8,05m, o quinto com distancia de 10,82m, o sexto com distancia de 10,11m, o sétimo com distancia de 4,42m, ambos confrontando Servidão Zilto Manoel Maia, o oitavo com distancia de 28,27m, confrontando com Odi Antonio Marques (Escritura de Posse), o nono com distancia de 13,59m, confrontando com Silvana Laureci Sagas Vicente (Escritura de Posse), e o décimo com distancia de 27,05m, confrontando com Paulo José Quadro (Contrato de Compra e Venda);

SUL: com Cinco Lances, sendo o Primeiro com distancia de 38,11m, o segundo distancia de 8,16m, ambos confrontando com Confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, o terceiro com distancia de 37,20m, o quarto com distancia de 27,06m, e o quinto com distancia de 12,00m, ambos confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos;

OESTE: com Nove Lances, sendo o primeiro com distancia de 35,86m, confrontando com Olindina Alves Filho Costa (Contrato de Compra e Venda), o segundo com distancia de 42,77m, confrontando com Pedro Paulo de Souza (Escritura de Posse), o terceiro com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida ganchos, o quarto distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, o quinto com distancia de 9,81m, o sexto com distancia de 7,29m, o sétimo com distancia de 72,34m, ambos confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. e Part. Ltda (Matricula 2.627). O oitavo com distancia 23,98m, confrontando com Celina Renalda Kuhnen Garcia (Matricula 9.024), e o nono com distancia de 23,55m, confrontando com Maria Farias Quintino (Escritura de Posse);

#### DESCRIÇÃO DE PERÍMETRO

Partindo do Vértice V1, de Datum Sirgas 2000 e coordenadas UTM, N= 6.977.075,183m e E= 742.473,511m, segue-se com distancia de 15,78m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V2, de coordenadas, N= 6.977.071.929m e E= 742.488.957m, deste segue-se com distancia de 6,75m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V3, de coordenadas, N= 6.977.072.865m e E= 742.495.650m, deste segue-se com distância de 5,51m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V4, de coordenadas, N= 6.977.075.233m e E= 742.500.625m, deste segue-se com distancia de 26,76m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V5, de coordenadas, N= 6.977.051.562m e E= 742.513.106m, deste segue-se com distancia de 21,40m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V6, de coordenadas, N=6.977.031.877m e E= 742.521.517m, deste segue-se com distancia de 11,15m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V7, de coordenadas N= 6.977.020.749m e E= 742.522.331m, deste segue-se com distancia de 8,05m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V8, de coordenadas N= 6.977.012.730m e E= 742.521.604m, deste segue-se com distancia de 10,82m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V9, de coordenadas N= 6.977.002.158m e E= 742.519.267m, deste segue-se com distancia de 10,11m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V10, de coordenadas N= 6.976.992,474m e E= 742.522.202m, deste segue-se com distancia de 4,42m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V11, de coordenadas N= 6.976.994.566m e E= 742.526.098m, deste segue-se com distancia de 28,27m, confrontando com Odi Antonio Marques (Escritura de Posse), até o vértice V12, de coordenadas N= 6.976.973.257m e E= 742.544.679m, deste segue-se com distancia de 13,59m, confrontando com Silvana Laureci Sagás Vicente (Escritura de Posse), até o vértice V13, de coordenadas N=6.976.962.896m e E= 742.553.627m, deste segue-se com distancia de 27,05m, confrontando com Paulo José Quadro (Contrato de Compra e Venda), até o vértice V14, de coordenadas N=6.976.944,141m e E=742.572,933m, deste segue-se com distancia de 38,11m, confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, até o vértice V15, de coordenadas N= 6.976.907.640m e E= 742.562.206m, deste segue-se com distancia de 8,16m, confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, até o vértice V16, de coordenadas N= 6.976.903.463m e E= 742.555.258m, deste segue-se com distancia de 37,20m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V17, de coordenadas N= 6.976.893.897m e E= 742.519.300m, deste segue-se com distancia de 27,06m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V18, de coordenadas N= 6.976.885,687m e E= 742.493,507m, deste segue-se com distancia de 12,00m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V19, de coordenadas N=6.976.882,047m e E=742.482,071m, deste segue-se com distancia de 35,86m, confrontando com Olindina Alves Filho Costa (Contrato de Compra e Venda), até o vértice V20, de coordenadas N= 6.976.914,581m e E= 742.464,777m, deste segue-se com distancia de 42,77m, confrontando com Pedro Paulo de Souza (Escritura de Posse), até o vértice V21, de coordenadas N=6.976.952,775m e E= 742.442,864m, deste segue-se com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, até o vértice V22, de coordenadas N= 6.976.956.797m e E= 742.442.971m, deste segue-se com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, até o vértice V23, de coordenadas N= 6.976.960.716m e E= 742.443.166m, deste segue-se com distancia de 9,81m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V24, de coordenadas N= 6.976.957.465m e E= 742.452.425m, deste segue-se com distancia de 7,29m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V25, de coordenadas N= 6.976.956,192m e E= 742.459.603m, deste segue-se com distancia de 72,34m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V26, de coordenadas N= 6.977.027.755m e E= 742.470.760m, deste segue-se com distancia de 23,98m, confrontando com Celina Renalda Kuhnen Garcia (Matricula 9.024), até o vértice V27, de coordenadas N= 6.977.051.689m e E= 742.471.923m, deste segue-se com distancia de 23,55m, confrontando com Maria Farias Quintino (Escritura de Posse), até o vértice V1, inicio desta descrição perimétrica.

Art. 2º A finalidade da área desapropriada é para ampliação e humanização da Praça Central

Art. 3º Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrá por conta do orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **DECRETO 134/ 2016 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 134/2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que após a aprovação da Lei 1.138/2016 pela Câmara Municipal de Vereadores, Ele DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 143.420,56 (Cento e quarenta e três mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) utilizando como fonte de recursos ordinários a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

### **ANULAÇÕES:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	12,17
4.4.00.00	Investimentos	12,17
4.4.90.00	Aplicações Diretas	12,17
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	12,17
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	108.408,39
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	96.096,38
3.1.90.00	Aplicações Diretas	96.096,38
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.312,01
3.3.90.00	Aplicações Diretas	7.312,01
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	108.408,39
10.301.0004.2024	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	13.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	13.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	13.000,00
10.304.0004.2029	Ações da Vigilância Sanitária	7.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	7.000,00
10.305.0004.2030	Vigilância Epidem e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	15.000,00
TOTAL		143.420,56

### **SUPLEMENTAÇÕES:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	123.420,56
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	123.420,56
3.1.90.00	Aplicações Diretas	123.420,56
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	123.420,56

10.301.0004.2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	20.000,00
TOTAL		143.420,56

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 135/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

DECRETO Nº135/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

### SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	58.313,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	58.313,00
(245) 3.1.90.00	Aplicações Financeiras	58.313,00
0.1.06.000000	MDEF	58.313,00
0701	Secretaria De Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	4.490,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	4.490,00
(237) 3.1.90.00	Aplicações Financeiras	4.490,00
0.1.06.000000	MDEF	4.490,00
TOTAL:		62.803,00

### ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(77) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.06.000000	MDEF	50.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	4.490,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.490,00
(49) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	4.490,00
0.1.06.000000	MDEF	4.490,00
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil	8.313,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	8.313,00
(216) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	8.313,00

0.1.06.000000	MDEF	8.313,00
TOTAL:		62.803,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de Outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 136/2016 - DECLARA LUTO OFICIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC.**

DECRETO Nº 136/2016.

DECLARA LUTO OFICIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO, o falecimento do Senhor LUIZ NAPOLEÃO TELLES, no dia 29/10/2016.

CONSIDERANDO a sua condição de ex-Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no período 1989-1992, bem como o período em que foi vereador neste Município por dois mandatos consecutivos, na década de 1980.

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados a este Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado luto oficial por 3 (três) dias, a contar do dia 31 (trinta e um) de outubro ao dia 3 (dois) de novembro de 2016, em razão do falecimento do ex-prefeito Municipal, Sr. LUIZ NAPOLEÃO TELLES.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 31 de outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

## **DECRETO 138/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº138/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$25.831,42 (Vinte e Cinco Mil Oitocentos e Trinta e Um Reais e Quarenta e Dois Centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicada:

Art. 2º Fica suplementado em R\$279.064,19 (Duzentos e Setenta e Nove Mil Sessenta e Quatro Reais e Dezenove Centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2015, na fonte de Recurso, 0.3.04.000000 Superávit Financeiro, conforme dotação abaixo indicadas:

### **EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	25.831,42
4.4.00.00	Outros Investimentos	25.831,42
(108) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	25.831,42
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.831,42
TOTAL:		25.831,42

### **SUPERÁVIT FINANCEIRO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2053	Apoio a Realização de Eventos	279.064,19

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	279.064,19
(246) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	279.064,19
0.3.04.000000	Superávit Financeiro	279.064,19
TOTAL:		279.064,19

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 01 de Novembro de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 139/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 139/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso 1º, da Lei Municipal n.º 1.056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 997.658,15 (novecentos e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), por conta do PROEXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurada nesta data, na fonte de recurso 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, conforme dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	Gabinete do Prefeito	
04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	52.712,22
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	52.712,22
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	52.712,22
0301	Secretaria de Administração	
04.122.0002.2005	Função e Manut da Secretaria da Administração	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	73.269,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	73.269,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	73.269,00
0501	Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente	
04.121.0008.2054	Função e Manut da Secret de Planej Urbano e Meio Ambiente	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	43.674,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	43.674,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	43.674,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.243.0006.2037	Manutenção do CRAS	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	25.868,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	25.868,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	25.868,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
14.451.0008.2058	Manut da Secret de Infra-Estrutura e Serv Públicos	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	87.048,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	87.048,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	87.048,00
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2052	Manut da Secret de Turismo, Indústria e Comércio	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.317,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	4.317,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	4.317,00
0701	Secretaria da Educação	
12.362.0003.2010	Função e Manut do Ensino Fundamental	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	130.000,00

0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	130.000,00
12.361.0003.2011	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	201.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	201.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	201.000,00
12.361.0003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	20.000,00
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manut. do Ensino Infantil	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	50.000,00
12.365.0003.2015	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	83.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	83.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	83.000,00
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2006	Funcionamento e Manut da Secret da Fazenda	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	22.263,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	22.263,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	22.263,00
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	154.506,93
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	154.506,93
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	154.506,93
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	154.506,93
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	50.000,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	50.000,00
Total		997.658,15

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 08 de Novembro de 2016.  
 Juliano Duarte Campos  
 PREFEITO MUNICIPAL

## **DECRETO 140/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 140/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº 1058/2015:

### **14.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	24.838,90
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	24.838,90
0.2.28.000144	Transferência de Recursos do SUS	24.838,90

	SUPLEMENTAÇÃO	
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.838,90
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	24.838,90
0.2.28.000144	Transferência de Recursos do SUS	24.838,90
Total		24.838,90

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 08 de Novembro de 2016  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 141/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 141/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso 1º, da Lei Municipal n.º 1.056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 15.742,82 (quinze mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurada nesta data, na fonte de recurso 0.2.28.000148 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, conforme dotação abaixo indicada:

#### **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde	
10.301.0004.2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	15.742,82
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.742,82
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.742,82
0.2.28.000148	Transferência de Recursos do SUS	15.742,82

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 08 de Novembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 142/2016 - DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 142/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando o feriado nacional da Proclamação da República, nesta terça-feira, 15 de novembro, DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos. Não haverá expediente no dia 14 de novembro de 2016, segunda-feira.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo, bem como o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 08 de novembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 144/2016 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

DECRETO Nº 144/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

**SUPLEMENTAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria De Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	5.600,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	5.600,00
(248) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.600,00
0.1.05.000016	Recursos do FNAS Destinados	5.600,00
0801	Secretaria De Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	3.139,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	3.139,00
(247) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.139,00
0.1.05.000021	Recursos do FNAS Destinados	3.139,00
TOTAL:		8.739,00

**ANULAÇÃO**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria De Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	5.600,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.600,00
(186) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.600,00
0.1.05.000016	Recursos do FNAS Destinados	5.600,00
0801	Secretaria De Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	3.139,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.139,00
(187) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.139,00
0.1.05.000021	Recursos do FNAS Destinados	3.139,00
TOTAL:		8.739,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 16 de Novembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 145/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº145/2016

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$3.380,00 (Três Mil e Trezentos e Oitenta Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	3.380,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	3.380,00
(108) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.380,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	3.380,00
TOTAL:		3.380,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 16 de Novembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 147/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº147/2016

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$20.300,00 (Vinte Mil e Trezentos Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.364.0003.2013	Apoio Aos Estudantes do Ensino Médio e Superior	20.300,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.300,00
(66) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.300,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	20.300,00
TOTAL:		20.300,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 18 de Novembro de 2016.  
Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 148/2016 - ESTABELECE RECESSO DE NATAL E ANO NOVO AOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 148/2016.

ESTABELECE RECESSO DE NATAL E ANO NOVO AOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º – Fica estabelecido recesso de natal e ano novo no período de 16 de Dezembro de 2016 a 02 de Janeiro de 2017, aos Servidores da: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte; Secretaria de Administração; Secretaria de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente; Secretaria de Saúde e Saneamento Básico, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Desenvolvimento da Pesca e Agricultura, Secretaria da Assistência Social, Secretaria da Fazenda e Gabinete do Prefeito, CONSIDERANDO a programação e escala de trabalho das Secretarias e órgãos Municipais, contendo relação de servidores que deverão usufruir do período de recesso e quais servidores estarão trabalhando normalmente ou de plantão para manter os serviços essenciais.

Art. 2º – Excetuam-se desta programação de recesso as atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal

tais como: serviço de saúde (Postos de Saúde, Fisioterapia, Tratamento Contínuos, Plantão de Pronto Atendimento), limpeza pública e manutenção de estradas, recolhimento e fiscalização de tributos, fiscalização de obras, setor de licitação, atendimento à população em geral; bem como a autarquia pública municipal Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), dentre outros serviços essenciais e indispensáveis à população.

Art. 3º – Se necessário à presença do servidor em serviços e atividades essenciais para atendimento à população no referido período, o secretário ou responsável pelo órgão municipal, poderá convocar o servidor para o retorno imediato as atividades, com compensação posterior do período.

Art. 4º – As Secretarias de Turismo, Planejamento, Obras e Serviços Públicos e Vigilância Sanitária deverão manter uma equipe Multidisciplinar, durante o período de recesso e para toda a temporada de verão, com o intuito de fiscalizar e manter ordenados os serviços de limpeza de praias, ocupação irregular nas praias e áreas de preservação, vigilância sanitária de estabelecimentos e ambulantes, segurança alimentar, necessidade de acionar a segurança pública ou outras atividades consideradas ilícitas e irregulares.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica sob a responsabilidade do Secretário Titular da pasta indicar 1(um) ou mais membros a fim de compor a referida equipe a ser liderada pela Secretaria de Planejamento, representando as atribuições de cada Secretaria.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 18 de novembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### **DECRETO 149/2016 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.**

DECRETO Nº 149/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31º, § 2º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), por conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço do Exercício de 2015, na respectiva fonte de Recurso 0.3.80.000000, conforme dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde e Saneamento	
10.301.0004.2.019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	190.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	190.000,00
0.3.80.000000	Recursos Ordinários	190.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 18 de Novembro de 2016.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO 150/2016 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

DECRETO Nº150/2016.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2016, os seguintes servidores:

Como membros efetivos e sob a presidência do primeiro:

VALMOR ANTÔNIO KAIR FILHO, ocupante de cargo em comissão.

LUCIMERI MARIA DA SILVA OCKER, ocupante de cargo efetivo,

MANOEL MARCELO DA CUNHA, ocupante de cargo efetivo,

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS, ocupante de cargo em comissão.

ARILDO WALDEMAR SAGÁS, ocupante de cargo efetivo.

Como membros suplentes:

NADIA ZIEGLER, ocupante de cargo em efetivo.

SARA BITTENCOURT, ocupante de cargo em efetivo.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 044/2016, de 18 de abril de 2016.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 21 de novembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**DECRETO 151/2016 - TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE**

DECRETO Nº 151/2016.

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DO SAMAE DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º § 4º da Lei Municipal n.º 1058/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, DECRETA:

Art. 1º – Fica transferido dentro da mesma categoria de programação do orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo especificadas:

17.512.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO DO SAMAE	
ANULA		
(4) 4.4.90.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00
SUPLEMENTA		
(3) 3.3.90.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 05 de dezembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO** CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO 2017

Em cumprimento à Lei Municipal Nº. 1.960/2014, ficam convocados os Representantes dos Movimentos Sociais Organizados de Usuários, do Sistema Único de Saúde (SUS), os Representantes de Trabalhadores de saúde do SUS, representantes dos prestadores de serviço e representantes do governo, nomeados pelo Prefeito do Município de Grão-Pará, a comparecerem ao Fórum Municipal de Saúde, no próximo dia 15 de fevereiro de 2017 às 09:00 horas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará, indicando candidatos a Conselheiros Titulares e Suplentes devidamente documentados e acompanhados de estatuto e respectivas Atas de Reuniões, para concorrerem às vagas, do Conselho Municipal de Saúde de Grão-Pará ao biênio 2017/2018, através de eleição a ser realizada no próprio Fórum. As 12 (doze) vagas existentes para Conselheiros (as) Titulares e os seus respectivos suplentes obedecem ao seguinte critério: 06(seis) representantes de Usuários do SUS; 03 (três) representantes de Trabalhadores de Saúde; 02(dois) representantes do Governo e 01(um) representantes dos Prestadores de Serviços do SUS.

Os Conselheiros (as) representantes do Governo e dos Prestadores de Serviços de Saúde, Públicos e Privados, serão indicados no Fórum municipal de Saúde através de ofício.

Grão-Pará (SC), 23 de Janeiro de 2017.

MÁRCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

**ANEXOS DO RGF - 3º QUADRIMESTRE DE 2016**

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.186.785,00	0,00
Pessoal Ativo	10.018.415,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	142.886,85	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	25.482,65	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	340.668,26	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	340.668,26	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.846.116,74</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.376.742,15	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>9.846.116,74</b>	<b>50,81</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.463.440,76	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.940.268,72	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.417.096,68	48,60

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

\_\_\_\_\_  
EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>894.126,68</b>	<b>807.860,48</b>	<b>724.367,02</b>	<b>870.646,93</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	886.917,37	800.651,17	717.157,71	863.437,62
Interna	886.917,37	800.651,17	717.157,71	863.437,62
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	7.209,31	7.209,31	7.209,31	7.209,31
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.064.666,17	1.088.093,42	1.064.136,41	1.949.710,25
Demais Haveres Financeiros	7.699,50	13.146,38	13.426,88	13.426,88
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.289.029,28	2.834.835,66	3.286.775,31	3.678.078,16
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>894.126,68</b>	<b>807.860,48</b>	<b>724.367,02</b>	<b>870.646,93</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>16.783.221,39</b>	<b>17.130.457,95</b>	<b>17.442.002,16</b>	<b>19.376.742,15</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,33%	4,72%	4,15%	4,49%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	5,33%	4,72%	4,15%	4,49%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>20.139.865,67</b>	<b>20.556.549,54</b>	<b>20.930.402,59</b>	<b>23.252.090,58</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>18.125.879,10</b>	<b>18.500.894,59</b>	<b>18.837.362,33</b>	<b>20.926.881,52</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>886.917,37</b>	<b>800.651,17</b>	<b>717.157,71</b>	<b>863.437,62</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	760.673,56	739.792,42	717.157,71	694.453,21
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	760.673,56	739.792,42	717.157,71	694.453,21
Previdenciárias	740.160,21	722.277,11	702.696,71	683.116,31
Demais Contribuições Sociais	20.513,35	17.515,31	14.461,00	11.336,90
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	126.243,81	60.858,75	0,00	168.984,41

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	2.216.663,61	1.733.595,86	2.209.212,02	1.714.941,03
DEPÓSITOS	192.075,22	144.742,28	268.635,68	266.854,87
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	211.732,42	1.862.676,20	1.078.948,88	251.719,24

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

FONTE:

**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>16.783.221,39</b>	<b>17.130.457,95</b>	<b>17.442.002,16</b>	<b>19.376.742,15</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>3.692.308,71</b>	<b>3.768.700,75</b>	<b>3.837.240,48</b>	<b>4.262.883,27</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.323.077,84</b>	<b>3.391.830,67</b>	<b>3.453.516,43</b>	<b>3.836.594,95</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

\_\_\_\_\_  
 AMILTON ASCARI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 VILSON PONCIANO  
 Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

\_\_\_\_\_  
 DIONE HEINZEN  
 Secretário da Administração e Fazenda

\_\_\_\_\_  
 EDMAR KEMPER NANDI  
 Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>272.294,08</b>	<b>437.712,92</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	272.294,08	437.712,92
Interna	272.294,08	437.712,92
Abertura de Crédito	272.294,08	437.712,92
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>19.376.742,15</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>437.712,92</b>	<b>2,26</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.100.278,74</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.790.250,87</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.356.371,95</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>437.712,92</b>	<b>2,26</b>

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))				
Alienações de Bens Destinados a Outros Programas Alimentação e Nutrição Assistência Farmacêutica Básica Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde - ACS Atenção Básica - ESF - Estratégia Saúde da Família Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF Atenção Básica - Pab Fixo Atenção Básica - PMAQ Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar Atenção de Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Superávit F Bolsa Família Bolsa Família - Superávit Financeiro Contribuição de Int. do Domínio Econômico (CIDE) Contribuição p/Custeio Iluminação Pública (COSIP) Convênio Transf. - Civil Convênio Transf. - Civil - Superávit Financeiro Convênio Transf. - Militar Convênio Transf. - Militar - Superávit Financeiro Convênio Transf. - Prefeitura FIA Imposto de Renda Fundo Especial do Petróleo - FEP Fundo Especial do Petróleo - FEP - Superávit Financeiro Índices de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS Índices de Gestão Descentralizada do SUAS - IGD-SUAS - Superávit Operações de Crédito Internas - Outros Programas Outras Transf. Decor. de Comp. Financ. pela Exploração de Recursos Programa de Atenção Integral à Família - Piso Básico Fixo (PBF) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	167,89	0,00	0,00	0,00	0,00	167,89	0,00	0,00	0,00	
	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	
	7.216,28	0,00	0,00	0,00	0,00	7.216,28	0,00	0,00	0,00	
	32.448,00	0,00	19.039,56	0,00	0,00	4.224,95	9.183,49	0,00	0,00	
	15.566,10	0,00	15.217,96	0,00	0,00	0,00	348,14	0,00	0,00	
	56.670,15	0,00	10.794,04	0,00	0,00	2.444,47	43.431,64	0,00	0,00	
	168.786,20	0,00	66.710,07	0,00	0,00	0,00	102.076,13	0,00	0,00	
	39.360,48	0,00	59,13	0,00	0,00	0,00	39.301,35	0,00	0,00	
	25.471,89	0,00	14.059,18	0,00	0,00	0,00	11.412,71	6.393,94	0,00	
	4.114,75	0,00	1.908,00	0,00	0,00	0,00	2.206,75	0,00	0,00	
	14.583,99	0,00	149,75	0,00	0,00	0,00	14.434,24	0,00	0,00	
	8.011,40	0,00	35,85	0,00	0,00	0,00	7.975,55	0,00	0,00	
	207,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	207,44	0,00	0,00	
	4.559,06	0,00	334,90	0,00	0,00	0,00	4.224,16	0,00	0,00	
	2.591,25	0,00	430,00	0,00	0,00	0,00	2.161,25	0,00	0,00	
	216,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	216,38	0,00	0,00	
	8.236,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.236,81	0,00	0,00	
	3.492,94	0,00	496,00	0,00	0,00	0,00	2.996,94	0,00	0,00	
	6.062,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.062,43	0,00	0,00	
	23.470,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.470,44	0,00	0,00	
	3.605,30	0,00	2.520,00	0,00	0,00	0,00	1.085,30	0,00	0,00	
	230,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230,43	0,00	0,00	
	9.031,05	0,00	1.140,35	0,00	0,00	0,00	7.890,70	0,00	0,00	
	705,15	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	555,15	0,00	0,00	
	2.395,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.395,02	0,00	0,00	
	889,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	889,09	0,00	0,00	
	19.402,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.402,34	0,00	0,00	
1.522,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.522,37	0,00	0,00		

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/4

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras			
		(a)	(b)	(c)	(d)				
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Ensino Médio	344,94	0,00	344,90	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundamental	2.279,57	0,00	2.145,40	0,00	0,00	45,96	88,21	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Fundamental	343,08	0,00	343,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar (PNATE) - Infantil	4.179,88	0,00	2.900,29	0,00	0,00	1.088,88	190,71	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Superávit	71,31	0,00	0,00	0,00	0,00	71,31	0,00	71,31	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE	408,24	0,00	0,00	0,00	0,00	408,24	0,00	408,24	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - AEE - Superávit	916,35	0,00	0,00	0,00	0,00	916,35	0,00	916,35	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche	915,53	0,00	0,00	0,00	0,00	915,53	0,00	915,53	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - Superávit	174,70	0,00	0,00	0,00	0,00	174,70	0,00	174,70	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Fundamental	126,10	0,00	0,00	0,00	0,00	126,10	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	3.097,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.994,49	102,74	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola	82,72	0,00	0,00	0,00	0,00	82,72	0,00	82,72	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência (PPD)	1.262,40	0,00	0,00	0,00	0,00	1.262,40	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	8.114,42	0,00	7.408,35	0,00	0,00	264,25	441,82	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Superávit	1.625,58	0,00	288,00	0,00	0,00	1.225,58	112,00	0,00	0,00
Superávit Financ. de Alienações de Bens Destinados a Outros Programas	151,20	0,00	0,00	0,00	0,00	151,20	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual - Superávit	(3.841,07)	0,00	37.962,38	0,00	0,00	(41.803,45)	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Transporte Escolar Estadual - Superávit	5.833,03	0,00	19.962,73	0,00	0,00	(14.129,70)	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Superávit	29.603,55	0,00	0,00	0,00	0,00	29.603,55	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Co-Financiamento - Superávit	8,56	0,00	0,00	0,00	0,00	8,56	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Superávit	10.341,84	0,00	0,00	0,00	0,00	10.341,84	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Farmácia Básica - Superávit	63,24	0,00	0,00	0,00	0,00	63,24	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da Infância - Superávit	8.464,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.464,52	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Saúde - Estado - Núcleo Apoio Saúde da Infância - Superávit	10.465,92	0,00	0,00	0,00	0,00	10.465,92	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Apoio a Creches - Educação - União - Superávit	5.616,45	0,00	93,28	0,00	0,00	5.523,17	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - Superávit Financeiro	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Educação - União	(1.147,47)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.147,47)	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - Estado (não relacionados à educação) - Superávit	2.760,21	0,00	16.666,66	0,00	0,00	(13.906,45)	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios - União - Superávit Financeiro	94.431,30	0,00	0,00	0,00	0,00	94.431,30	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/4  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Transferência de Convênios - União (não relacionados à educação)	270.439,84	0,00	14.070,91	0,00	1.767,21	254.601,72	233.561,02	0,00
Transferência do Fundeb - 60%	28.911,86	0,00	28.911,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV - Superávit Financeiro	3.945,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3.945,15	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde - União - Superávit Financeiro	2,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2,62	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	37.890,13	0,00	65,56	0,00	0,00	37.824,57	1.477,50	0,00
Vigilância em Saúde	7.587,40	0,00	3.443,30	0,00	458,56	3.685,54	0,00	0,00
Vigilância em Saúde - Superávit Financeiro	29,08	0,00	0,00	0,00	29,08	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.003.514,05</b>	<b>0,00</b>	<b>267.651,49</b>	<b>0,00</b>	<b>9.859,75</b>	<b>726.002,81</b>	<b>245.267,24</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação Básica	7.261,50	0,00	0,00	0,00	0,00	7.261,50	0,00	0,00
Alienções de Bens Destinados a Saúde	79,80	0,00	0,00	0,00	0,00	79,80	0,00	0,00
Atenção Básica - Saúde Bucal - SB	7.754,50	0,00	7.754,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	4.713,11	125.972,58	547.575,28	0,00	73.812,14	(742.646,89)	0,00	0,00
Rec. de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	(794.523,34)	50.689,77	664.390,32	0,00	90.532,21	(1.600.135,64)	6.452,00	0,00
Recursos Ordinários	(651.423,17)	0,00	0,00	0,00	0,00	(651.423,17)	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	1.841.798,09	486.718,55	1.487.970,20	0,00	80.944,00	(213.834,66)	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Outras Fontes	351.261,90	0,00	0,00	0,00	0,00	351.261,90	0,00	0,00
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	141.842,69	0,00	34.859,06	0,00	11.679,09	95.304,54	0,00	0,00
Transf. Estado - At. Média e Alta Compl. Ambul. e Hospitalar - Est	18.126,04	0,00	4.496,41	0,00	27,68	13.601,95	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - Benefícios Eventuais	1.021,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,57	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado - SCFV	2,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2,58	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>946.196,20</b>	<b>663.380,90</b>	<b>2.747.045,77</b>	<b>0,00</b>	<b>256.995,12</b>	<b>(2.721.225,59)</b>	<b>6.452,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>1.949.710,25</b>	<b>663.380,90</b>	<b>3.014.697,26</b>	<b>0,00</b>	<b>266.854,87</b>	<b>(1.995.222,78)</b>	<b>251.719,24</b>	<b>0,00</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 3/4

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		19.376.742,15	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		9.846.116,74	50,81
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		10.463.440,76	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		9.940.268,72	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		870.646,93	4,49
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		23.252.090,58	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.262.883,27	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		437.712,92	2,26
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.100.278,74	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.356.371,95	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		251.719,24	(1.995.222,78)

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

\_\_\_\_\_  
EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

## ANEXOS DO RREO - 6º BIMESTRE DE 2016

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		RS 1,00						
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
RECEITAS CORRENTES		29.369.590,40	29.369.590,40	5.312.862,13	18,09	20.250.321,62	68,95	9.119.268,78
RECEITA TRIBUTÁRIA		20.579.590,40	20.579.590,40	4.740.294,58	23,03	19.356.086,80	94,05	1.223.503,60
IMPOSTOS		2.416.400,00	2.416.400,00	278.914,90	11,54	1.274.781,00	52,76	1.141.619,00
TAXAS		1.685.000,00	1.685.000,00	254.496,59	15,10	1.012.584,02	60,09	672.415,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		331.400,00	331.400,00	24.418,31	7,37	250.452,62	75,57	80.947,38
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	11.744,36	2,94	388.255,64
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		90.000,00	90.000,00	13.108,10	14,56	85.002,80	94,45	4.997,20
RECEITA PATRIMONIAL		172.571,70	172.571,70	13.108,10	14,56	85.002,80	94,45	4.997,20
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		172.571,70	172.571,70	20.172,46	11,69	101.028,69	58,54	71.543,01
RECEITA DE SERVIÇOS		1.043.030,00	1.043.030,00	165.770,71	15,89	923.081,87	88,50	119.948,13
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		16.536.016,20	16.536.016,20	4.127.547,03	24,96	16.722.831,72	101,13	-186.815,52
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		15.547.016,20	15.547.016,20	3.833.697,97	24,66	15.466.439,61	99,48	80.576,59
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	23.470,44	234,70	-13.470,44
TRANSF. DE PESSOAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE CONV.		969.000,00	969.000,00	293.849,06	30,32	1.232.921,67	127,24	-263.921,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		321.572,50	321.572,50	134.781,38	41,91	249.360,72	77,54	72.211,78
MULTAS E JUROS DE MORA		100.175,00	100.175,00	6.187,08	6,18	29.607,02	29,56	70.567,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		7.000,00	7.000,00	119.311,53	1.704,45	121.913,07	1.741,82	-114.913,07
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		204.397,50	204.397,50	7.431,13	3,64	90.035,76	44,05	114.361,74
RECEITAS DIVERSAS		10.000,00	10.000,00	1.851,64	18,52	7.804,87	78,05	2.195,13
RECEITAS DE CAPITAL		8.790.000,00	8.790.000,00	572.567,55	6,51	894.234,82	10,17	7.895.765,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.600.000,00	1.600.000,00	182.294,08	11,39	182.294,08	11,39	1.417.705,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.600.000,00	1.600.000,00	182.294,08	11,39	182.294,08	11,39	1.417.705,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		7.190.000,00	7.190.000,00	390.273,47	5,43	711.940,74	9,90	6.478.089,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		7.190.000,00	7.190.000,00	390.273,47	5,43	711.940,74	9,90	6.478.089,26
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		29.369.590,40	29.369.590,40	5.312.862,13	18,09	20.250.321,62	68,95	9.119.268,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>5.312.862,13</b>	<b>18,09</b>	<b>20.250.321,62</b>	<b>9.119.268,78</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	29.369.590,40	29.369.590,40	5.312.862,13	18,09	20.250.321,62	9.119.268,78
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	361.587,74	—	—	320.508,03	—
Superávit Financeiro	—	361.587,74	—	—	320.508,03	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>30.017.017,55</b>	<b>3.164.249,78</b>	<b>20.122.985,07</b>	<b>9.894.032,48</b>	<b>4.726.975,22</b>	<b>19.871.265,83</b>	<b>10.145.751,72</b>	<b>16.856.568,57</b>	<b>251.719,24</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>18.433.981,51</b>	<b>19.624.040,97</b>	<b>3.449.129,51</b>	<b>18.312.652,21</b>	<b>1.311.388,76</b>	<b>4.014.246,46</b>	<b>18.229.984,40</b>	<b>1.394.086,57</b>	<b>15.223.173,93</b>	<b>82.667,81</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.339.325,83	11.080.762,80	2.511.353,43	10.740.417,81	340.344,99	2.515.640,67	10.740.417,81	340.344,99	9.291.901,73	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	30.000,00	20.000,00	2.066,36	18.061,71	1.938,29	2.066,36	18.061,71	1.938,29	18.061,71	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.064.655,68	8.523.278,17	935.709,72	7.554.172,69	969.105,48	1.496.539,43	7.471.504,88	1.051.773,29	5.913.210,49	82.667,81
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.813.808,89</b>	<b>10.271.176,58</b>	<b>-284.879,73</b>	<b>1.810.332,86</b>	<b>8.460.843,72</b>	<b>712.728,76</b>	<b>1.641.281,43</b>	<b>8.629.895,15</b>	<b>1.633.394,64</b>	<b>169.051,43</b>
INVESTIMENTOS	10.153.808,89	9.751.176,58	-369.063,32	1.297.890,63	8.453.285,95	628.545,17	1.128.839,20	8.622.337,38	1.122.267,51	169.051,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	660.000,00	520.000,00	84.183,59	512.442,23	7.557,77	84.183,59	512.442,23	7.557,77	511.127,13	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>121.800,00</b>	<b>121.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>121.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>121.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	121.800,00	121.800,00	0,00	0,00	121.800,00	0,00	0,00	121.800,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>30.017.017,55</b>	<b>3.164.249,78</b>	<b>20.122.985,07</b>	<b>9.894.032,48</b>	<b>4.726.975,22</b>	<b>19.871.265,83</b>	<b>10.145.751,72</b>	<b>16.856.568,57</b>	<b>251.719,24</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>30.017.017,55</b>	<b>3.164.249,78</b>	<b>20.122.985,07</b>	<b>9.894.032,48</b>	<b>4.726.975,22</b>	<b>19.871.265,83</b>	<b>10.145.751,72</b>	<b>16.856.568,57</b>	<b>251.719,24</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>379.055,79</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>29.369.590,40</b>	<b>30.017.017,55</b>	<b>3.164.249,78</b>	<b>20.122.985,07</b>	<b>—</b>	<b>4.726.975,22</b>	<b>20.250.321,62</b>	<b>—</b>	<b>16.856.568,57</b>	<b>251.719,24</b>

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CROSC 12.498/0-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/Total b)			% (d/Total d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (f)									
Legislativa	29.369.590,40	30.017.017,55	3.164.249,78	100,00	9.894.032,48	4.736.972,22	19.871.265,83	10.145.751,72	251.719,24
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	136.227,86	3,49	18.477,20	136.227,86	701.522,80	18.477,20	0,00
Administração	720.000,00	720.000,00	136.227,86	3,49	18.477,20	136.227,86	701.522,80	18.477,20	0,00
Planejamento e Orçamento	1.697.000,00	1.917.675,50	396.666,06	9,50	5.561,56	462.815,29	1.912.113,94	5.561,56	0,00
Administração Geral	650.000,00	900.000,00	29.334,10	0,45	89.986,31	29.334,10	89.986,31	1.69	0,00
Administração Financeira	1.142.000,00	1.307.675,50	261.197,32	6,47	5.559,87	323.936,15	1.302.115,63	5.559,87	0,00
Assistência Social	490.000,00	520.000,00	106.134,66	2,58	0,00	109.545,04	520.000,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	1.125.002,40	1.064.347,29	136.615,88	3,74	312.586,30	186.813,50	751.760,99	312.586,30	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	151.750,00	159.477,92	17.250,86	0,36	63.002,32	24.124,68	76.475,60	63.002,32	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	27.018,40	27.504,80	729,60	0,04	19.316,00	729,60	8.188,80	19.316,00	0,00
Assistência Comunitária	406.134,00	361.494,61	44.873,29	0,04	65.169,70	70.379,65	296.324,91	65.169,70	0,00
Saúde	540.100,00	516.869,96	73.722,14	1,84	145.098,28	91.579,57	370.771,88	145.098,28	0,00
Atenção Básica	4.766.297,00	4.907.123,02	873.727,41	20,61	760.307,24	974.402,28	4.140.421,84	760.307,24	6.393,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.963.280,00	4.238.259,47	803.581,85	18,33	550.759,26	899.522,15	3.687.541,21	550.759,26	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	527.600,00	528.120,21	51.607,70	1,65	196.400,72	116.145,27	325.325,55	202.794,66	6.393,94
Vigilância Sanitária	162.817,00	62.890,24	5.009,17	0,27	9.198,47	5.208,17	53.681,77	9.198,47	0,00
Vigilância Epidemiológica	46.500,00	62.723,10	10.405,87	0,30	2.227,85	10.405,87	60.485,25	2.227,85	0,00
Educação	46.100,00	15.100,00	3.122,82	0,07	1.721,94	3.122,82	13.378,06	1.721,94	0,00
Educação Superior	7.965.050,00	8.465.835,45	967.410,51	25,52	3.330.272,59	1.097.643,63	5.123.796,38	3.342.036,87	11.764,28
Educação Infantil	3.293.640,00	3.398.870,33	234.046,24	8,00	1.789.769,99	306.549,37	1.507.622,84	1.791.247,49	1.477,50
Educação de Jovens e Adultos	282.315,00	329.253,62	54.134,29	1,49	30.227,40	59.141,77	259.026,22	30.227,40	0,00
Cultura	109.916,00	84.916,00	2.073,67	0,37	11.117,90	6.546,67	73.798,10	11.117,90	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Cultural	99.916,00	84.916,00	2.073,67	0,37	11.117,90	6.546,67	73.798,10	11.117,90	0,00
Direitos da Cidadania	150.000,00	135.000,00	26.765,75	0,62	10.570,41	28.511,00	124.429,59	10.570,41	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	150.000,00	135.000,00	26.765,75	0,62	10.570,41	28.511,00	124.429,59	10.570,41	0,00
Urbanismo	4.238.275,00	4.189.054,00	-528.491,49	7,71	2.637.345,53	599.324,42	1.423.571,69	2.765.462,31	128.135,78
Infra-Estrutura Urbana	2.791.000,00	2.847.850,00	-642.164,66	2,65	2.314.670,54	389.740,15	469.532,27	2.378.297,73	63.627,19
Serviços Urbanos	1.447.275,00	1.341.224,00	113.673,17	5,06	322.674,99	179.694,27	954.039,42	397.184,58	64.509,59
Habituação	159.750,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Habituação Urbana	159.750,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
Saneamento	2.209.200,00	2.234.200,00	113.368,21	4,44	1.340.891,80	158.042,81	893.308,20	1.340.891,80	0,00
Saneamento Básico Rural	800.000,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	2.129.200,00	2.174.200,00	113.368,21	4,44	1.280.891,80	158.042,81	893.308,20	1.280.891,80	0,00
Gestão Ambiental	150.000,00	200.000,00	46.474,16	0,97	5.677,37	47.014,16	194.322,63	5.677,37	0,00
Controle Ambiental	150.000,00	200.000,00	46.474,16	0,97	5.677,37	47.014,16	194.322,63	5.677,37	0,00
Ciência e Tecnologia	650.000,00	71.000,00	13.575,04	0,35	84.123	15.975,04	70.158,77	84.123	0,00
Divisão do Conhecimento Científico e Tecnológico	650.000,00	71.000,00	13.575,04	0,35	84.123	15.975,04	70.158,77	84.123	0,00
Agricultura	1.232.500,00	1.143.567,08	91.562,26	3,04	532.188,40	116.577,36	611.378,68	532.188,40	0,00
Apascentamento	532.500,00	558.937,73	0,00	0,17	523.937,73	0,00	35.000,00	523.937,73	0,00
Extensão Rural	700.000,00	584.629,35	91.552,26	2,86	8.250,67	576.378,68	576.378,68	8.250,67	0,00
Indústria	235.000,00	112.682,27	0,00	0,06	101.500,00	116.577,36	11.182,27	101.500,00	0,00
Promoção Industrial	131.500,00	11.182,27	0,00	0,06	0,00	0,00	11.182,27	0,00	0,00
Produção Industrial	106.500,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	0,00	0,00	101.500,00	0,00
Comércio e Serviços	224.000,00	212.000,00	2.202,34	0,04	203.793,66	2.202,34	8.206,34	203.793,66	0,00
Turismo	224.000,00	212.000,00	2.202,34	0,04	203.793,66	2.202,34	8.206,34	203.793,66	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO • DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR POR PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
					% (b/total b)		% (d/total d)		
<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)</b>	29.369.590,40	30.017.017,55	3.164.249,78	20.122.985,07	100,00	4.726.975,22	19.871.265,83	10.145.751,72	251.719,24
Transporte	2.513.450,00	2.814.917,02	589.886,53	2.569.197,31	12,77	552.355,85	2.463.773,07	351.143,95	105.424,24
Transporte Rodoviário	2.513.450,00	2.814.917,02	589.886,53	2.569.197,31	12,77	552.355,85	2.463.773,07	351.143,95	105.424,24
Desporto e Lazer	501.250,00	592.250,00	121.453,21	349.237,99	1,74	168.861,55	349.237,99	233.012,01	0,00
Desporto Comunitário	501.250,00	592.250,00	121.453,21	349.237,99	1,74	168.861,55	349.237,99	233.012,01	0,00
Encargos Especiais	1.181.100,00	1.033.149,92	175.743,35	1.018.280,35	5,06	203.659,46	1.018.280,35	14.869,57	0,00
Serviço da Divisão Interna	680.000,00	540.000,00	86.249,95	530.503,94	2,64	86.249,95	530.503,94	9.496,06	0,00
Outras Transferências	481.100,00	473.149,92	72.981,22	471.264,23	2,34	100.897,33	471.264,23	1.885,69	0,00
Outros Encargos Especiais	20.000,00	20.000,00	16.512,18	16.512,18	0,08	16.512,18	16.512,18	3.487,82	0,00
Reserva de Contingência	121.800,00	121.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.800,00	0,00
Reserva de Contingência	121.800,00	121.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.800,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	29.369.590,40	30.017.017,55	3.164.249,78	20.122.985,07	100,00	4.726.975,22	19.871.265,83	10.145.751,72	251.719,24

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/0-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANI  
Controlador Geral

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JULHO/2015 A JUNHO/2016**

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	TOTAL (Jul. a Jun.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>1.444.242,90</b>	<b>1.651.022,53</b>	<b>1.535.666,66</b>	<b>1.506.915,24</b>	<b>1.600.922,20</b>	<b>1.928.228,91</b>	<b>1.651.391,28</b>	<b>1.739.976,43</b>	<b>1.490.638,93</b>	<b>1.725.333,30</b>	<b>1.827.052,47</b>	<b>1.514.303,04</b>	<b>19.615.694,89</b>	<b>23.074.590,40</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		63.790,24	206.694,47	90.791,66	88.734,59	176.762,51	123.690,47	40.617,69	66.119,33	133.131,49	331.745,70	90.636,84	40.894,35	1.453.359,34	2.416.400,00
IPTU		1.259,06	536,88	1.519,37	109,56	247,26	821,82	294,91	0,00	1.889,01	129.582,66	6.073,69	1.411,40	143.745,62	200.000,00
I.R.R.F.		1.336,41	104.746,83	1.682,16	29.998,04	5.445,17	31.038,14	0,00	1.637,64	1.097,47	72.162,82	2.300,07	2.226,10	253.631,85	280.000,00
I.S.S.		46.694,83	90.526,39	63.643,61	37.967,89	28.271,23	77.154,57	26.325,99	23.425,30	49.835,66	64.505,73	20.546,70	20.546,70	592.074,38	1.125.000,00
I.T.B.I.		7.370,90	5.453,16	9.679,39	7.323,31	24.439,87	4.630,37	590,11	1.687,94	5.910,95	8.161,47	3.157,13	2.392,97	80.867,47	100.000,00
Outras Receitas Tributárias		7.719,04	5.401,21	14.067,13	13.375,79	117.358,68	10.044,57	13.416,68	38.388,45	72.381,68	71.982,09	14.600,22	14.104,18	383.223,02	731.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		6.991,70	6.400,40	6.675,20	6.544,60	6.537,80	6.440,10	7.053,00	7.011,60	7.694,60	7.855,30	7.087,00	8.502,80	84.794,10	90.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		9.197,99	8.836,96	10.901,30	4.690,02	10.987,57	9.073,40	8.867,99	22.385,31	7.521,68	7.369,19	9.506,97	7.339,69	116.667,34	172.571,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		72.372,84	68.714,65	69.469,57	64.204,16	63.477,76	71.892,74	62.924,99	73.967,65	107.603,83	69.158,30	70.517,58	76.090,44	870.365,51	1.043.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.285.185,99	1.287.889,77	1.350.516,42	1.336.911,75	1.333.973,38	1.701.373,67	1.515.059,08	1.559.979,06	1.209.792,08	1.297.993,41	1.624.542,65	1.375.516,24	16.871.732,50	19.031.016,20
Cota-Parte do FPM		450.762,43	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.459,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	6.164.042,63	6.830.000,00
Cota-Parte do ICMS		412.750,65	396.460,33	528.055,92	427.989,96	430.467,10	420.233,06	510.793,64	416.742,49	421.478,90	433.346,25	419.188,93	414.136,59	5.231.561,82	5.600.000,00
Cota-Parte do IPVA		67.894,45	51.892,03	55.071,54	75.501,67	62.833,78	41.393,46	25.576,85	41.962,71	58.598,63	57.211,99	67.162,07	59.230,65	664.076,85	660.000,00
Cota-Parte do ITR		151,59	137,20	2.869,28	4.147,27	154,46	201,32	167,81	135,02	79,28	80,59	46,03	64,05	8.225,93	10.000,00
Outras Transferências Correntes		182.348,97	217.501,16	224.626,43	217.261,99	189.840,07	250.822,33	292.697,31	263.349,93	156.168,18	150.672,25	319.738,06	203.165,99	2.628.214,32	3.753.316,20
Transferências de LC 61/196		5.915,97	6.294,86	6.275,98	7.290,78	6.633,45	6.550,12	8.017,49	6.191,94	6.045,28	6.202,97	7.043,97	4.191,48	76.645,29	90.000,00
Transferências de LC 87/196		1.794,68	1.794,68	1.794,68	1.794,68	1.794,68	1.794,68	1.793,00	1.793,00	1.793,00	1.793,00	1.793,00	1.793,00	21.362,08	25.000,00
Transferências do FUNDEB		163.577,25	183.140,59	160.357,33	170.142,00	168.051,46	173.043,02	194.309,89	176.699,96	169.594,96	177.074,22	162.473,56	174.780,34	2.077.593,58	2.072.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.714,14	72.516,28	7.319,51	15.890,12	6.183,18	15.754,53	16.893,53	10.513,48	24.905,25	11.221,40	24.751,43	6.148,25	218.795,10	321.572,50
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>174.422,40</b>	<b>180.449,37</b>	<b>193.106,69</b>	<b>187.897,28</b>	<b>195.816,15</b>	<b>203.935,77</b>	<b>213.610,15</b>	<b>223.985,93</b>	<b>176.937,55</b>	<b>194.046,78</b>	<b>224.465,98</b>	<b>199.514,15</b>	<b>2.368.085,20</b>	<b>2.495.000,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		174.422,40	180.449,37	193.106,69	187.897,28	195.816,15	203.935,77	213.610,15	223.985,93	176.937,55	194.046,78	224.465,98	199.514,15	2.368.085,20	2.495.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>1.269.820,50</b>	<b>1.470.573,16</b>	<b>1.342.559,97</b>	<b>1.319.017,96</b>	<b>1.405.106,05</b>	<b>1.724.293,14</b>	<b>1.437.781,13</b>	<b>1.515.990,50</b>	<b>1.313.701,38</b>	<b>1.531.286,52</b>	<b>1.602.586,49</b>	<b>1.314.788,89</b>	<b>17.247.609,69</b>	<b>20.579.590,40</b>
FONTE:															
GRÃO PARÁ, 23/01/2017															
AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRCSC 12.4890-8	DIONE HEINZEN Secretário de Administração e Fazenda													
	EDUAR KEMPER NANI Controlador Geral														

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PREÇO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/4						

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
Caixa	0,00		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC/SC 12.498/A	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Faz	EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral
--------------------------------------	---	--	---

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	894.126,68	713.125,13	870.646,93
DEDUÇÕES (II)	—	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.064.666,17	1.113.078,14	1.949.710,25
Demais Haveres Financeiros	7.699,50	13.805,96	13.426,88
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.289.029,28	3.319.596,22	3.678.078,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	894.126,68	713.125,13	870.646,93
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	747.369,42	700.115,72	690.325,52
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>146.757,26</b>	<b>13.009,41</b>	<b>180.321,41</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>167.312,00</b>	<b>33.564,15</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>940.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>20.407.018,70</b>	<b>19.255.058,11</b>	<b>16.682.160,65</b>		
Receita Tributária	2.416.400,00	1.274.781,00	1.382.841,31		
I.P.T.U.	200.000,00	143.519,16	159.368,00		
I.S.S.	1.125.000,00	586.475,89	564.046,31		
I.T.B.I.	100.000,00	44.582,94	126.418,75		
I.R.R.F.	260.000,00	238.006,03	203.039,42		
Outras Receitas Tributárias	731.400,00	262.196,98	329.968,83		
Receita de Contribuição	90.000,00	85.002,80	83.345,20		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	90.000,00	85.002,80	83.345,20		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	172.571,70	101.028,69	101.060,74		
(-) Aplicações Financeiras	172.571,70	101.028,69	101.060,74		
Transferências Correntes	16.536.016,20	16.722.831,72	14.190.203,58		
F.P.M.	5.530.000,00	5.873.586,98	5.040.550,60		
I.P.V.A.	520.000,00	540.310,24	528.405,13		
I.C.M.S.	4.560.000,00	4.281.683,39	4.166.411,38		
Convênios	969.000,00	1.232.921,67	412.589,52		
Outras Transferências Correntes	4.957.016,20	4.794.329,44	4.042.246,95		
Demais Receitas Correntes	1.364.602,50	1.172.442,59	1.025.770,56		
Dívida Ativa	204.397,50	90.035,76	136.926,70		
Diversas Receitas Correntes	1.160.205,00	1.082.406,83	888.843,86		
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>8.790.000,00</b>	<b>894.234,82</b>	<b>681.850,00</b>		
Operações de Crédito (III)	1.600.000,00	182.294,08	0,00		
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	193.100,00		
Transferências de Capital	7.190.000,00	711.940,74	488.750,00		
Convênios	0,00	0,00	488.750,00		
Outras Transferências de Capital	7.190.000,00	711.940,74	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>7.190.000,00</b>	<b>711.940,74</b>	<b>488.750,00</b>		
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>27.597.018,70</b>	<b>19.966.998,85</b>	<b>17.170.910,65</b>		
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	
	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>19.624.040,97</b>	<b>16.243.788,22</b>	<b>18.229.984,40</b>	<b>82.667,81</b>	<b>21.248,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.080.762,80	9.272.786,03	10.740.417,81	9.272.786,03	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	43.597,17	18.061,71	43.597,17	0,00
Outras Despesas Correntes	8.523.278,17	6.927.405,02	7.471.504,88	6.906.156,61	21.248,41
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>19.604.040,97</b>	<b>16.200.191,05</b>	<b>18.211.922,69</b>	<b>82.667,81</b>	<b>21.248,41</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.271.176,58</b>	<b>3.035.024,88</b>	<b>1.641.281,43</b>	<b>169.051,43</b>	<b>190.484,01</b>
Investimentos	9.751.176,58	2.314.042,35	1.128.839,20	2.123.558,34	190.484,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.271.176,58</b>	<b>1.810.332,86</b>	<b>3.035.024,88</b>	<b>1.641.281,43</b>	<b>2.844.540,87</b>	<b>169.051,43</b>	<b>190.484,01</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	520.000,00	512.442,23	720.982,53	512.442,23	720.982,53	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.751.176,58</b>	<b>1.297.890,63</b>	<b>2.314.042,35</b>	<b>1.128.839,20</b>	<b>2.123.558,34</b>	<b>169.051,43</b>	<b>190.484,01</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>121.800,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>29.477.017,55</b>	<b>19.592.481,13</b>	<b>18.514.233,40</b>	<b>19.340.761,89</b>	<b>18.302.500,98</b>	<b>251.719,24</b>	<b>211.732,42</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.879.998,95</b>	<b>374.517,72</b>	<b>-1.343.322,75</b>	<b>626.236,96</b>	<b>-1.131.590,33</b>	<b>19.715.279,61</b>	<b>16.959.175,23</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>320.508,03</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	320.508,03	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-1.082.571,70</b>	

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>									
<b>EXECUTIVO</b>									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	606.925,03	2.682.104,25	2.490.228,10	138.820,80	659.980,38	-	211.732,42	138.667,87	69.664,03
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	606.925,03	2.682.104,25	2.490.228,10	138.820,80	659.980,38	0,00	211.732,42	138.667,87	69.664,03
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMS	0,00	45.873,50	873,50	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	10.130,65	56.774,69	60.922,00	0,00	5.983,34	0,00	595,75	240,99	354,76
GABINETE DO PREFEITO	3.780,32	0,00	3.780,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E FAZENDA	82.522,07	550.106,38	433.494,28	74.203,29	124.932,88	0,00	5.449,10	4.069,40	320,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	5.503,63	33.083,89	33.587,04	0,00	5.000,48	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO	30.586,86	104.355,11	118.166,29	0,00	16.775,68	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	21.070,03	341.311,71	304.844,37	0,00	57.957,37	0,00	34.900,00	31.330,00	3.500,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	110.572,17	334.073,80	290.644,48	64.171,51	89.829,98	0,00	3.948,87	1.081,51	2.867,36
SECRETARIA DE INFRACONSTRUÇÃO E OBRAS	24.895,90	42.578,79	56.747,65	0,00	10.727,04	0,00	80.898,87	49.851,07	30.838,90
SECRETARIA DE INFRACONSTRUÇÃO E OBRAS	6.413,08	406.212,28	300.661,28	446,00	111.518,08	0,00	108,87	0,00	108,87
SECRETARIA DE INFRACONSTRUÇÃO E OBRAS	311.450,32	767.312,10	866.506,89	0,00	192.255,53	0,00	86.039,96	52.074,90	31.674,24
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>606.925,03</b>	<b>2.682.104,25</b>	<b>2.490.228,10</b>	<b>138.820,80</b>	<b>659.980,38</b>	<b>0,00</b>	<b>211.732,42</b>	<b>138.667,87</b>	<b>69.664,03</b>

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC/SC 12.499/O-8	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Fazenda
EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral		

**MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.891.312,50	1.891.312,50	1.059.657,72	56,03
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	255.750,00	255.750,00	160.741,16	62,85
1.1.1- IPTU	250.000,00	250.000,00	206.574,45	82,63
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.113,27	55,66
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	13.482,37	44,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	2.626,36	8,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(56.250,00)	(56.250,00)	(63.055,29)	112,10
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.562,50	100.562,50	44.653,58	44,40
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	44.582,94	44,58
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	100,00	100,00	39,40	39,40
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	300,00	300,00	24,62	8,21
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	200,00	200,00	6,62	3,31
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(37,50)	(37,50)	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.275.000,00	1.275.000,00	616.256,95	48,33
1.3.1- ISS	1.125.000,00	1.125.000,00	586.487,94	52,13
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.433,14	14,33
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	26.931,06	24,48
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	140.000,00	140.000,00	1.417,60	1,01
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(110.000,00)	(110.000,00)	(12,79)	0,01
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	260.000,00	260.000,00	238.006,03	91,54
1.4.1- IRRF	260.000,00	260.000,00	238.006,03	91,54
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.055.000,00	13.055.000,00	12.874.396,45	98,62
2.1- Cota-Parte FPM	6.680.000,00	6.680.000,00	6.739.239,45	100,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.680.000,00	6.680.000,00	6.739.239,45	100,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.600.000,00	5.600.000,00	5.352.102,87	95,57
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	21.348,00	85,39
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	90.000,00	90.000,00	76.472,51	84,97
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.847,02	98,47
2.6- Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	675.386,60	103,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>14.946.312,50</b>	<b>14.946.312,50</b>	<b>13.934.054,17</b>	<b>93,23</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	439.200,00	439.200,00	416.468,98	94,82
5.1- Transferências do Salário-Educação	260.000,00	260.000,00	256.837,94	98,78
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.100,00	1.100,00	3.960,00	360,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	81.000,00	81.000,00	86.400,00	106,67
5.4- Transferências Diretas - PNATE	72.000,00	72.000,00	62.248,94	86,46
5.5- Outras Transferências do FNDE	25.000,00	25.000,00	6.964,12	27,86
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	100,00	100,00	57,98	57,98
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	3.230.100,00	3.230.100,00	321.395,53	9,95
6.1- Transferências de Convênios	3.230.000,00	3.230.000,00	321.395,53	9,95
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	100,00	100,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	225.150,00	225.150,00	176.256,75	78,28
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>3.894.450,00</b>	<b>3.894.450,00</b>	<b>914.121,26</b>	<b>23,47</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.495.000,00	2.495.000,00	2.571.409,23	103,06
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.344.380,02	103,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	1.070.419,48	102,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	4.269,60	85,39
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	15.294,46	84,97
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.969,31	98,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	130.000,00	130.000,00	135.076,36	103,90
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.077.700,00	2.077.700,00	2.235.993,61	107,62
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.072.700,00	2.072.700,00	2.229.529,47	107,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	6.464,14	129,28
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-422.300,00</b>	<b>-422.300,00</b>	<b>-341.879,76</b>	<b>80,96</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.661.160,00	1.582.096,48	1.582.096,48	100,00	1.582.096,48	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.271.160,00	1.205.996,00	1.205.996,00	100,00	1.205.996,00	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	390.000,00	376.100,48	376.100,48	100,00	376.100,48	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	416.540,00	619.143,76	619.143,76	100,00	617.666,26	99,76	1.477,50
14.1- Com Educação Infantil	186.000,00	313.110,54	313.110,54	100,00	313.110,54	100,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	230.540,00	306.033,22	306.033,22	100,00	304.555,72	99,52	1.477,50
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.077.700,00	2.201.240,24	2.201.240,24	100,00	2.199.762,74	99,93	1.477,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							2.201.240,24
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							70,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							27,69
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							1.593,70
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							1.593,70
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*		3.736.578,13		3.736.578,13	3.483.513,54	93,23	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.602.160,00	3.003.125,69	2.884.781,08	96,06	2.878.329,08	95,84	6.452,00
23.1- Creche	861.000,00	1.085.566,79	973.854,02	89,71	973.854,02	89,71	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	491.000,00	487.566,79	487.566,79	100,00	487.566,79	100,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	370.000,00	598.000,00	486.287,23	81,32	486.287,23	81,32	0,00
23.2- Pré-escola	1.741.160,00	1.917.558,90	1.910.927,06	99,65	1.904.475,06	99,32	6.452,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	966.160,00	1.031.539,75	1.031.539,75	100,00	1.031.539,75	100,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	775.000,00	886.019,15	879.387,31	99,25	872.935,31	98,52	6.452,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.317.540,00	1.466.133,70	1.302.584,04	88,84	1.301.106,54	88,74	1.477,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	620.540,00	682.133,70	682.133,70	100,00	680.656,20	99,78	1.477,50
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	697.000,00	784.000,00	620.450,34	79,14	620.450,34	79,14	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.919.700,00	4.469.259,39	4.187.365,12	93,69	4.179.435,62	93,52	7.929,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-341.879,76
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							6.464,14
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-335.415,62
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							4.522.780,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							32,46

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	261.000,00	262.036,08	258.859,49	98,79	258.859,49	98,79	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.454.350,00	3.475.559,13	459.201,52	13,21	455.366,74	13,10	3.834,78
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.715.350,00	3.737.595,21	718.061,01	19,21	714.226,23	19,11	3.834,78
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.635.050,00	8.206.854,60	4.905.426,13	59,77	4.893.661,85	59,63	11.764,28

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.523,07	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.229.529,47	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.172.714,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.170.785,32	0,00
49.2 Restos a Pagar	1.929,37	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.464,14	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	66.801,99	0,00

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------	-------------------------	-----------------------------------

<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>182.294,08</b>	<b>1.417.705,92</b>
--	---------------------	-------------------	---------------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.271.176,58</b>	<b>1.810.332,86</b>	<b>1.641.281,43</b>	<b>169.051,43</b>	<b>8.460.843,72</b>
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>10.271.176,58</b>	<b>1.810.332,86</b>	<b>1.641.281,43</b>	<b>169.051,43</b>	<b>8.460.843,72</b>

<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-8.671.176,58</b>	<b>-1.628.038,78</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-7.043.137,80</b>
--	----------------------	----------------------	----------	----------	----------------------

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2016/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			R\$ 1,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	7.000,00	5.738,50	5.738,50	0,00	5.796,68	1.261,50
Investimentos	7.000,00	5.738,50	5.738,50	0,00	5.796,68	1.261,50
<b>TOTAL</b>	7.000,00	5.738,50	5.738,50	0,00	5.796,68	1.261,50

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	13.151,20		1.617,02

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.887.600,00	1.887.600,00	1.059.657,72	56,14			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	143.519,16	71,76			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	44.582,94	44,58			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.125.000,00	1.125.000,00	586.475,89	52,13			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	260.000,00	260.000,00	238.006,03	91,54			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.100,00	12.100,00	2.585,07	21,36			
Dívida Ativa dos Impostos	140.300,00	140.300,00	40.438,05	28,82			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	50.200,00	50.200,00	4.050,58	8,07			
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.055.000,00	13.055.000,00	12.874.396,45	98,62			
Cota-Parte FPM	6.680.000,00	6.680.000,00	6.739.239,45	100,89			
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.847,02	98,47			
Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	675.386,60	103,91			
Cota-Parte ICMS	5.600.000,00	5.600.000,00	5.352.102,87	95,57			
Cota-Parte IPI-Exportação	90.000,00	90.000,00	76.472,51	84,97			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	25.000,00	25.000,00	21.348,00	85,39			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	25.000,00	25.000,00	21.348,00	85,39			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.942.600,00	14.942.600,00	13.934.054,17	93,25			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.100,00	5.100,00	2.615,50	51,28			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.100,00	5.100,00	2.615,50	51,28			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.454.147,00	4.679.028,55	4.118.693,28	88,02	4.112.299,34	87,89	6.393,94
Pessoal e Encargos Sociais	2.396.480,00	2.648.941,77	2.591.499,68	97,83	2.591.499,68	97,83	0,00
Outras Despesas Correntes	2.057.667,00	2.030.086,78	1.527.193,60	75,23	1.520.799,66	74,91	6.393,94

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	394.150,00	288.094,47	28.122,50	9,76	28.122,50	9,76	0,00
Investimentos	394.150,00	288.094,47	28.122,50	9,76	28.122,50	9,76	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.848.297,00	4.967.123,02	4.146.815,78	83,49	4.140.421,84	83,36	6.393,94
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.061.197,00	2.172.398,55	1.507.942,58	36,36	1.501.548,64	36,27	6.393,94
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.061.197,00	2.172.398,55	1.507.942,58	36,36	1.501.548,64	36,27	6.393,94
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.061.197,00	2.172.398,55	1.507.942,58	36,36	1.501.548,64	36,27	6.393,94
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.787.100,00	2.794.724,47	2.638.873,20	63,64	2.638.873,20	63,73	-0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (V/h x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb)/100]							
18,94							
548.765,07							

Continuação 3/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2015	5.449,10	0,00	2.372,00	3.077,10	0,00		
TOTAL	5.449,10	0,00	2.372,00	3.077,10	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
0,00	0,00			0,00			
TOTAL (VIII)	0,00			0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (i)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
	3.983.280,00	4.238.299,47	3.687.541,21	88,92	3.687.541,21	89,06	0,00
	527.600,00	528.120,21	331.719,49	8,00	325.325,55	7,86	6.393,94
	162.817,00	62.880,24	53.681,77	1,29	53.681,77	1,30	0,00
	48.500,00	62.723,10	60.495,25	1,46	60.495,25	1,46	0,00
	46.100,00	15.100,00	13.378,06	0,32	13.378,06	0,32	0,00
	80.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.848.297,00	4.967.123,02	4.146.815,78	100,00	4.140.421,84	100,00	6.393,94
	TOTAL						

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

<sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"/("último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"/("último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI Prefeito Municipal	VILSON PONCIANO Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8	DIONE HEINZEN Secretário da Administração e Fazenda
EDMAR KEMPER NANDI Controlador Geral		

Município de GRÃO PARÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

\_\_\_\_\_  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
VILSON PONCIANO  
Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8

\_\_\_\_\_  
DIONE HEINZEN  
Secretário da Administração e Fazenda

\_\_\_\_\_  
EDMAR KEMPER NANDI  
Controlador Geral

Município de GRÃO PARÁ - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		29.369.590,40	
Previsão Atualizada		29.369.590,40	
Receitas Realizadas		20.250.321,62	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		320.508,03	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		29.369.590,40	
Créditos Adicionais		647.427,15	
Dotação Atualizada		30.017.017,55	
Despesas Empenhadas		20.122.985,07	
Despesas Liquidadas		19.871.265,83	
Despesas pagas		16.856.568,57	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		251.719,24	
Superavit Orçamentário		379.055,79	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		20.122.985,07	
Liquidadas		19.871.265,83	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		251.719,24	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		19.376.742,15	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		940.000,00	33.564,15
Resultado Primário		-1.082.571,70	374.517,72
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	211.732,42	69.664,03	138.667,87
EXECUTIVO	211.732,42	69.664,03	138.667,87
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.289.029,28	138.820,80	2.490.228,10
EXECUTIVO	3.289.029,28	138.820,80	2.490.228,10
<b>TOTAL:</b>	<b>3.500.761,70</b>	<b>208.484,83</b>	<b>2.628.895,97</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.522.780,74	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.582.096,48	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		182.294,08	1.417.705,92
Despesa de Capital Líquida		1.810.332,86	8.460.843,72

Continua 1/2

Município de GRÃO PARÁ - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					14.543,00
					756,97
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		15,00	18,94
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.638.873,20				
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GRÃO PARÁ, 23/01/2017

AMILTON ASCARI	VILSON PONCIANO	DIONE HEINZEN
Prefeito Municipal	Técnico Contábil CRC/SC 12.498/O-8	Secretário da Administração e Fazenda
EDMAR KEMPER NANDI		
Controlador Geral		

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 18.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 18/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: SUL ACESSIBILIDADE, ORTOPEDIA, ELEVADORES E PLATAF

Valor ..... : 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 24/01/2017 Término: 23/01/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CADEIRA ESCALADORA PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA RUA ADEMAR DE BARROS Nº85, CENTRO, A FIM DE OFERECER MELHOR ACESSIBILIDADE AOS DEFICIENTES FISICOS.

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 06.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2017

PROCESSO Nº 6/2017 HOMOLOGAÇÃO: 24/01/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CADEIRA ESCALADORA PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, PREDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA RUA ADEMAR DE BARROS Nº85, CENTRO, A FIM DE OFERECER MELHOR ACESSIBILIDADE AOS DEFICIENTES FISICOS.

CONTRATADO: SUL ACESSIBILIDADE, ORTOPEDIA, ELEVADORES E PLATAF

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

=====

# Guaramirim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 203/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 203/2016 – PMG

Processo Licitatório: 203/2016 - PMG

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS OCUPACIONAIS PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 06/02/2017 às 14h00min

Abertura dos Envelopes: 06/02/2017 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de janeiro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2016 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 208/2016

Processo Licitatório: 208/2016

Tipo: Menor Preço - Por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE FOTOCOPIADORAS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 07/02/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 07/02/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de janeiro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PREF PL 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2017  
Pregão Presencial Nº. 02/2017

#### 1 - DA LICITAÇÃO

1.1. O Município de Guarujá do Sul e o Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, tornam público, para conhecimento dos interessados que o Edital acima mencionado sofreu alteração, que passa a vigorar com a seguinte redação:

##### 1 – Do Objeto:

1.1 O objeto da presente licitação consiste em Contratação de seguros para o veículo Ônibus VW 15.190 EOD E. HD ORE QHF 9397, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação no transporte escolar e para o veículo Renault Master Ambulância QID 5468 utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes do município de Guarujá do Sul.

0.2. Os demais itens do Edital e seus anexos, bem como data de abertura permanecem em vigor.

Guarujá do Sul, 25 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

Adelise de Oliveira,  
Secretaria Municipal de Saúde

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 08/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Guarujá do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº.08/2017 - Pregão Presencial Nº. 05/2017.

Objeto: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 08/02/2017 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 24 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 09/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Município de Guarujá do Sul  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº.09/2017 - Pregão Presencial Nº. 06/2017.  
Objeto: Aquisição de material e serviço para manutenção de rotina e emergência na área urbana e rural de Rede de Iluminação Pública do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 07/02/2017 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 25 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

### AVISO DEDISPENSA DE LICITAÇÃO - PREF 14/2017 E FMS 12/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 14/2017

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 15.000 km do veículo Fiat Ducato Mult Jaedi T QHQ 5814, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 2.044,21 ( Material R\$ 1.720,21 / Serviço R\$ 324,00 )

Guarujá do Sul, SC, 24 de janeiro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 12/2017

O Fundo Municipal de saúde de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 120.000 km do veículo Fiat Ducato Multi TA MLP 9447, utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde do transportes de pacientes.

Fornecedor: GAMBATTO VEICULO SÃO MIGUEL LTDA

Valor Total - R\$ 6.009,08 ( Material R\$ 4.497,08 / Serviço R\$ 1.512,00 )

Guarujá do Sul, SC, 24 de janeiro de 2017.

Adelise de Oliveira,  
Secretaria Municipal de Saúde

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.627/2017.

DECRETO Nº 3.627/2017.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NAS CHAMADAS PÚBLICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PARA O ANO LETIVO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Paulo Cezar Dolejal Berté(Presidente), Andréia Dorini Giacomini, Geisa Trombetta Bernardi, Silvana Lazzarini Bulla, Daize Terezinha Borsoi e Sadir Rovea, para comporem a Comissão responsável para atuar nas Chamadas Públicas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para o ano letivo de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 24 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

### PORTARIA Nº 105/2017

PORTARIA Nº 105/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, do Nível/Referência – 8/E, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 8/F, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 106/2017

PORTARIA Nº 106/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora LILIAN TÂNIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, do Nível/Referência – 14/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 14/D, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARIVANE ANTONIAZZI DA SILVA (Matr. 3085), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência – 3/B, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 3/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 108/2017

PORTARIA Nº 108/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor LUIZ HENRIQUE GIACOMINI DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, do Nível/Referência – 11/B, 40 horas semanais, para o Nível/Referência – 11/C, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 109/2017**

PORTARIA Nº 109/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 839/2016, da Servidora LILIAN TÂNIA AMORIM (Matr. 2549), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "D", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de janeiro de 2015 e 20 de janeiro de 2016, para serem gozadas a contar de 16 de janeiro de 2017 a 25 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 110/2017**

PORTARIA Nº 110/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANA PAULA PEREIRA (Matr. 4027), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de outubro de 2015 e 18 de outubro de 2016, para serem gozadas a contar de 16 de janeiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Janeiro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº CM 0173/2017**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0173/2017

"Concede Licença prêmio à servidora da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste (SC) que especifica"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível – 1, Referência "D", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal; nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, para serem gozadas a contar de 05 de janeiro de 2017 a 03 de fevereiro de 2017.

Câmara Municipal de Vereadores, em 20 de janeiro de 2017.  
VANDERLEI ANTUNES DA SILVA  
Presidente  
Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste (SC)

---

**IPREVI/HO**

---

**RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 06/2017**

RESOLUÇÃO Nº 06/2017

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA LÚCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI, CEDIDA AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE (SC) – IPREVI-HO."

SILVANA LAZZARINI BULLA, Presidente do Conselho de Administração, e JAQUELINE RAZERA, Diretora Administrativa do IPREVI -HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Lei Complementar nº 281/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste;

Considerando o período aquisitivo compreendido entre 01.12.2015 a 30.11.2016;

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares à Servidora Lúcia das Graças Vetori Guaragni, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Nível 11, Classe "M", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, cedida ao IPREVI-HO pela Portaria nº 902 de 01/12/2005 para exercer as funções de Diretora Financeira; referente ao período aquisitivo supracitado, com gozo no período de 20/01/2017 a 08/02/2017.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua

publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 03/2016.

Herval d' Oeste (SC), 20 de janeiro de 2017.

JAQUELINE RAZERA	SILVANA LAZZARINI BULLA
Diretora Administrativa	Presidente do Conselho de Administração

# Imbituba

## PREFEITURA

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 128/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 128, de 20 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 20 de janeiro de 2017, o Sr. PEDRO JOÃO CUSTÓDIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 068.724.501-00, para exercer o cargo de Assessor II, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 129/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 129, de 23 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 23 de janeiro de 2017, a Sra. DAYANE TEIXEIRA DE ESPÍNDOLA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 096.438.399-31, para exercer o cargo de Assessora II, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 130/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 130, de 23 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Serviços de Referência em Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 23 de janeiro de 2017, a Sra. SELMA MARTINS ANDRADE, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 455.230.459-34, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Serviços de Referência em Saúde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 131/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 131, de 23 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a Demissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, admitida em 21 de janeiro de 2015, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 31, de 20 de janeiro de 2015, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Teresa Pinto João Pires	Agente Comunitário de Saúde - PACS	579.844.769-34	20/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 23 de janeiro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 132/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 132, de 23 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a exoneração de Assessora I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, em 23 de janeiro de 2017, a Sra. CRISTINA PIZZETTI DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.972.219-13, do cargo de Assessora I junto a Procuradoria Geral do Município, nomeada através da PORTARIA PMI/SEAGP nº 14, de 04 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 23 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 133/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 133, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. MICHELLE FELLIPE HUGEN, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 052.388.069-30, para exercer o cargo de Assessora II, junto a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 134/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 134, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, o Sr. CÉSAR LAUS SIMAS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 210.259.670-20, para exercer o cargo de Assessor I, junto ao Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 135/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 135, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.140, de 30 de abril de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 27.193, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. NOÊMIA MARIA CRUZES RODRIGUES, inscrita no CPF sob o n.º 987.722.449-68, Auxiliar de Enfermagem, matrícula n.º 1698, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 24 de janeiro de 2017, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2016.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 136/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 136, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 5.460, de 06 de maio de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor, Sr. EDINEI DE OLIVEIRA, brasileiro, Auxiliar de Enfermagem, inscrito no CPF sob o n.º 289.094.709-25, matrícula n.º 124, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 137/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 137, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 5.761, de 09 de maio de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. MÁRCIA REGINA FERNANDES DEOBANDINO, brasileira, Técnica em Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 888.378.829-04, matrícula n.º 302, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 138/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 138, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de Promoção por Merecimento e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 12 de abril de 1991, Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e considerando ainda a Resolução GGP/SEAGP nº 01, de 20 de novembro de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 5.841, de 10 de maio de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. NILDA HENRIQUE, brasileira, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o n.º 838.150.159-87, matrícula n.º 417, Promoção por Merecimento, pelos serviços prestados ao Poder Público Municipal em seu efetivo exercício.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 139/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 139, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. CÉLIA DAVID DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 245.634.639-49, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 140/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 140, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento Administrativo Financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. ARIANE ELIZABETE GOTTI SPINOSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 023.290.879-69, para exercer o cargo de Chefe de Departamento Administrativo Financeiro, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 141/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 141, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. ROSANA BERNARDINO LIMAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 028.741.919-30, para exercer o cargo de Assessora III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 142/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 142, de 24 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a nomeação de Assessor III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, o Sr. FILIPE TOMÉ BORGES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 076.382.689-89, para exercer o cargo de Assessor III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 143/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 143, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. ANA RAQUEL TOMÉ, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 033.931.999-27, para exercer o cargo de Assessora III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 144/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 144, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. FÁTIMA ALBINO NUNES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 028.178.139-79, para exercer o cargo de Assessora III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 145/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 145, de 24 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora III, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de janeiro de 2017, a Sra. ONDINA VIEIRA DA ROSA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 788.949.729-68, para exercer o cargo de Assessora III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de janeiro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 003/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 003/2017

CONTRATADA: CONSTRUIR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a construção de uma Unidade Básica de Saúde, em alvenaria, em 02 (dois) pavimentos, com área total de 665,69 m2.

VALOR: R\$ 925.551,99

PRAZO: 17 de janeiro de 2017 até 13 de setembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 17/01/2017.

### DECRETO Nº 150/17

. DECRETO Nº 150/17

. De 23 de janeiro de 2017

NOMEIA COORDENADOR SERVIÇO ADMINISTRATIVO/ MICHELE CRISTINA MICHELS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83, de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 23 de janeiro de 2017, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Serviço Administrativo, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-4), e alterações posteriores, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, MICHELE CRISTINA MICHELS, inscrito no CPF sob o nº 064.997.769-63.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

### DECRETO Nº 151/17

DECRETO Nº 151/17

De 24 de janeiro de 2017

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde, não realizadas e/ou não pagas dentro do

exercício de 2016, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Empenho: 895/2016 – Global – 31/03/2016

Credor: CONSÓRCIO INTERMUNIC DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAI

Valor: R\$ 390,88 (parcial) devido a devolução de recurso não utilizado.

Empenho: 1941/2016 – Global – 26/06/2016

Credor: CONSÓRCIO INTERMUNIC DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAI

Valor: R\$ 2.624,40 (parcial) devido a devolução de recurso não utilizado.

Empenho: 3922/2016 – 01/12/2016

Credor: IPM SISTEMAS LTDA

Valor: R\$ 7,78 (parcial) devido ao empenhamento a maior.

Empenho: 3959/2016 – 02/12/2016

Credor: ECOMAX-CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

Valor: R\$ 265,00 (parcial) devido ao não realização do exame.

Empenho: 3958/2016 – 02/12/2016

Credor: ECOMAX-CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

Valor: R\$ 35,00 anulação devido ao não realização do exame.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 24 de janeiro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 152/17

. DECRETO Nº 152/17

. De 24 de janeiro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.091,08 (SETENTA MIL, NOVENTA E UM REAL E OITO CENTAVOS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT CONV/CONTRATOS SERV.ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671707	MAC Estado/Cirurgias Eletivas E.A.
	Valor: ( 45.091,08 )

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT. ACÕES DEPTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF ESTADO E.A.
	Valor: ( 25.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016 o Município de Indaial tem a necessidade de suplementar pelo Superávit Financeiro, apurado no Exercício Financeiro de 2016, o valor de R\$ 70.091,08 no Orçamento Anual do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL – para repasse à Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos referente realização de cirurgias eletivas e demais despesas da Secretaria.

Município de Indaial, 24 de janeiro de 2017  
 ANDRÉ LUIZ MOSER  
 Prefeito  
 (Publique-se na forma da Lei)

## DECRETO Nº 153/17

. DECRETO Nº 153/17

. De 24 de janeiro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 446.276,65 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E DUZENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS) destinado

a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2304.333900000000000	03120000	50.000,00
05.001.0012.0365.0005.2102.331900000000000	03180000	158.577,34
05.001.0012.0361.0005.2101.331900000000000	03180000	237.699,31

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

# Ipumirim

## PREFEITURA

**2017-07-1º T. ADIT. AO TERMO DE CONTRATO Nº 67-2015-EPAGRI-EXERC./2017/PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 07/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2015, Processo de Licitação nº 67/2015, homologado em 09 de dezembro de 2015.

Objeto: PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 67/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES -SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Valor: R\$ 23.040,00 (Vinte e Três Mil e Quarenta Reais)

Assinatura: 16/01/2017 Vigência: 01/01/2017 À 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE S.C, situada na RUA ROMANO ANCELMO FONTANA, Nº 339, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.052.191/0022-97.

**EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 3, PP 2-CAÇAMBA NOVA-VERSATIL IMP. ROD. LTDA/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 3/2017

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017, do PROCESSO Nº 3/2017, homologado aos 23 de janeiro de 2017, cujo objeto é: aquisição e montagem de uma caçamba basculante nova, instalada, conforme as características e medidas descritas no anexo III do edital., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.3.10004  
de 24 de janeiro de 2017

FORNECEDOR: VERSATIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA - ME, situada na ROD. BR 153, KM 49 Nº 10, município de Erechim-RS, CEP: 99.706-428, inscrita no CNPJ sob n. 19.035.645/0001-98, representado pelo Senhor CELSO BEVILACQUA, CPF:514.379.960-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Caçamba Basculante, com as seguintes medidas mínimas internas: Comprimento 4.250 mm; largura 2.470mm; altura 800 mm; Capacidade de carga 10 m³; Assoalho com chapas de espessura 4,75 mm e laterais 2,0 mm; Assoalho em vigas "I", reforçar para carregar máquinas; Fundo quadrado; Tampa traseira para basculamento e abertura tipo portão; Kit hidráulico, com bomba e tomada de força; Avanço frontal; Pistão frontal; Caixa de óleo e mangueiras; Protetor lateral; caixa de ferramentas e barrica d água; Instalada em Caminhão Iveco, modelo T150 E 2; Fazer adequação de entre eixo e para-choque, se necessário; Garantia de 06 meses de fabricação;	UN	1,00	VERSATIL/STANDARD	31.900,00	31.900,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
	Valor Total Registrado				31.900,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

### **EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº AMAUC 01-2017-PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº AMAUC 01/2017

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO DE FIXAR A DESPESA E ESTIMAR A RECEITA DA AMAUC PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E A COTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS QUE COMPETE A CADA MUNICÍPIO ASSOCIADO.

Valor: R\$ 91.001,16 (Noventa e Um Mil e Um Reais e Dezesesseis Centavos)

Assinatura: 02/01/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: AMAUC-ASSOC. MUNICÍPIOS ALTO URUGUAI, situada na RUA ATALÍPIO MAGARINOS, 277, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE CON-CÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.222.034/0001-58.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 04-2017-ANDERSON LIBANO-CORRETOR DE IMÓVEIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 04/2017

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 8/2014, homologado em 21 de maio de 2014.

Objeto: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 12/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E PROFISSIONAL LIBERAL ANDERSON LÍBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI/SC 15.260.

Valor: R\$ 12.732,00 (Doze Mil Setecentos e Trinta e Dois Reais)

Assinatura: 19/01/2017 Vigência: 31/12/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: ANDERSON LIBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI-SC 15.2, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 537, 537, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 046.052.309-04.

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.18.6970 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2016/FMS**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 18/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2016, do PROCESSO Nº 18/2016, homologado aos 30 de novembro de 2016, cujo objeto é contratação de serviços de transportes de pacientes do Município para tratamento de saúde fora do domicílio, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 2016.18.6970 de 01 de dezembro de 2016

FORNECEDOR: MARCOS MAURICIO HELBING-ME, situada na RUA BENTO GONÇALVES, Município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 08.168.725/0001-03, representado pelo Senhor MARCOS MAURICIO HELBING, CPF: 024.514.239-86.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Considerando que além do transporte partindo do Município de Ipumirim para os Municípios de Con-córdia e Chapecó, o contratado também precisa deixar os pacientes nos hospitais e consultórios médicos, o que implica em aumento do deslocamento, concede-se desta forma, com fulcro no Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8.883/94 o reajuste de 11% (onze pontos percentuais) no item 01 e 17% (dezessete pontos percentuais), para o item 03, vencidos pela CONTRATADA que passa a ter o preço unitário para o item 01 de R\$ 200,00 (duzentos reais) e para o item 03 de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	transportes de pacientes de Ipumirim a Con-córdia e deslocamento interno.	UN	1,00		200,00	200,00
3	transportes de pacientes de Ipumirim a Chapecó, com veículo e deslocamento interno.	UN	1,00		350,00	350,00
Valor Total Registrado					550,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016.27.8924 DE 13 DE MAIO DE 2016/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO 27/2016

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016, do PROCESSO Nº 27/2016, homologado aos 12 de maio de 2016, cujo objeto é Aquisição de material de expediente, destinado as atividades da Secretaria de Administração e demais Órgãos da Administração Pública, com entrega parcelada e de acordo com as necessidades., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 2016.27.8924 de 13 de maio de 2016

FORNECEDOR: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, situada na RUA SILVINO CIARINI Nº 530 A, MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 11.499.653/0001-83 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 256.024.600, representado pelo Senhor KLEBER LUIZ LIBANO, CPF: 848.629.399-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Considerando o aumento ocorrido no referido item que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, conforme comprovação efetuada nos moldes do item 10.8 e seus subitem do edital, supra transcrito e solicitação recebida pelo setor de protocolos da Prefeitura, sob protocolo nº 52/2017 no dia 19 de janeiro de 2017 às 15:hs54min, concede-se, com fulcro no Art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, com redação dada pela Lei 8.883/94 o equilíbrio financeiro para os itens a seguir passam a vigorar da seguinte forma: item 37, reequilíbrio de 20,48%(vinte, virgula quarenta e oito por cento), no item vencido pela CONTRATADA que passa a ter o preço unitário de R\$ 20,00 (vinte reais) ao Papel A4 gramatura de 75 gr/m2- resma c/500 fls, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
37	Papel A4 gramatura de 75 gr/m2- resma c/500 fls-	res	1.000,00	RINO	20,00	20.000,00
Valor Total Registrado					R\$ 20.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

**EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 1, PP 1-AGRICULTURA FAMILIAR/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO 1/2017

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017, do PROCESSO Nº 1/2017, homologado aos 23 de janeiro de 2017, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme anexo III do edital para o exercício de 2017., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.1.9075  
de 24 de janeiro de 2017

FORNECEDOR: COOPERATIVA PROD. AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM, situada na LAGEADO LAMBEDOR, município de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.441.335/0001-94, representado pelo Senhor ODAIR DE ANDRADE, CPF: 028.950.609-32.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Macarrão caseiro integral pct 01 kg	PCT	300,00		10,00	3.000,00
2	Macarão tipo caseiro-bandeja 500 gramas	UN	500,00		4,74	2.370,00
3	Pão caseiro- 700 gramas aproximadamente.	UN	500,00		6,50	3.250,00
4	Pão caseiro integral, conforme as seguintes descrições:	UN	500,00		7,00	3.500,00
5	Bolacha Caseira de Nata- bandeja 400 gramas	UN	300,00		6,00	1.800,00
6	Mini pizza - diversos sabores- Produzida a partir da farinha	KG	200,00		20,00	4.000,00
8	Pão Francês- Produzido com farinha especial para pão francês	KG	500,00		8,25	4.125,00
12	Cuca sovada-600gr-Produzida com farinha de ótima qualidade,	UN	200,00		7,00	1.400,00
13	Carne suína em cubos. Registro no SIM, SIE ou SIF.	KG	500,00		12,99	6.495,00
15	Banha suína- Gordura suína pura, inspecionada pelo SIF,	KG	100,00		5,00	500,00
16	Laranja Valência, in natura, nova, de 1ª qualidade,	KG	1.500,00		1,50	2.250,00
17	Queijo colonial tipo mussarela	KG	500,00		19,00	9.500,00
18	Mandioca, de tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem	KG	400,00		4,00	1.600,00
19	Abacate- Produto de primeira qualidade com cascas sem ruptur	KG	200,00		4,00	800,00
20	Caqui de Chocolate de 1ª Qualidade	KG	400,00		3,50	1.400,00
21	Pessegueiro novo de 1ª qualidade, não esteja murcho e estragado	KG	300,00		3,00	900,00
22	Leite pasteurizado integral tipo C	L	4.000,00		2,29	9.160,00
24	Fubá de milho amarelo,pct-01 kg- enriquecido com ferro	KG	500,00		2,90	1.450,00
25	Chuchu, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de	KG	200,00		2,50	500,00
26	MORANGA CABUTIÁ DE BOA QUALIDADE ( não esteja murcho,	KG	300,00		2,00	600,00
Valor Total Registro					58.600,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017.1.9850  
de 24 de janeiro de 2017

FORNECEDOR: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, situada na AVENIDA PORTO ALEGRE, Nº 233 LETRA E SAL, MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 12.720.068/0001-24, representado pelo Senhor ANTONIO LUIZ SCHNORR , CPF: 687.528.309-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
14	Linguicinha suína- Fabricada com todas as partes do suíno,	KG	100,00		11,75	1.175,00
23	Morgota pokan fruto maduro, fresco aspecto saudável kg	KG	300,00		2,20	660,00
28	Iogurte pct 900 grmas	PCT	500,00		4,50	2.250,00
30	Carne de frango, coxa e sobrecoxa- pacote 01kg	KG	300,00		9,50	2.850,00
31	Carne bovina moida- embalagens 01 kg	KG	300,00		15,50	4.650,00
32	Carne bovina em cubos- embalagen 01kg	KG	300,00		17,50	5.250,00
33	Carne bovina- BIFE- embalagens 01 kg	KG	300,00		16,50	4.950,00
34	Carne de peixe, Filé de tilapia- embalagen. 01 kg	KG	200,00		23,50	4.700,00
37	Arroz tipo I- pacote 01 kg	PCT	300,00		3,30	990,00
40	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem	KG	500,00		3,90	1.950,00
41	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade,	KG	500,00		3,90	1.950,00
46	Suco de uva- 01 litro	L	500,00		11,90	5.950,00
50	Açúcar mascavo- pacote 01kg	KG	100,00		9,20	920,00
Valor Total Regis- trado					38.245,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3153/2017

DECRETO N.º 3153/2017.

“REGULAMENTA O ARTIGO 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o disposto no art. 105, inciso I da LC 007/2001;

CONSIDERANDO a realização de levantamento georreferenciado dos imóveis do perímetro urbano do Município de Irineópolis para efeito de recadastramento;

DECRETA:

Art. 1º- Fica suspenso temporariamente o disposto no inciso II do artigo 17 da Lei Complementar nº 78/2013.

Art. 2º- A suspensão cessará mediante ato do Poder Executivo após a conclusão do levantamento realizado.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 23 de Janeiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2017

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 14 de fevereiro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 23 de janeiro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 07 de fevereiro de 2017, para contratação de empresa para prestação de serviços mensais de sobreaviso para atendimentos médico-veterinário, para os agricultores do município. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 07 de fevereiro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 24 de janeiro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 016/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças para manutenção da Motoniveladora Volvo G 710, a disposição da secretaria de transportes do Município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Linck Maquinas S.A.

Valor Global: R\$ 19.634,82

Itapiranga - SC, 23 de Janeiro de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017**

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2017

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cartuchos de toner novos e de recarga de toners, para atender a necessidade das secretarias municipais.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:15 do dia 06/02/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700

Itapiranga, SC, 24 de Janeiro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 013/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 013/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças para manutenção da escavadeira hidráulica PC-160 da marca Komatsu, a disposição da secretaria de transportes do município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda.

Valor Global: R\$ 4.111,00

Itapiranga - SC, 20 de Janeiro de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

## 1 BALAÇO ORÇAMENTÁRIO 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	1.435.102,73	—
TOTAL VII = (V + VI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		—	0,00	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro		—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²	
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	(j)	(k)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	280.102,64	1.435.102,73	54.897,27	1.435.102,73	0,00	
	1.445.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	280.102,64	1.435.102,73	54.897,27	1.435.102,73	0,00	
	1.055.000,00	1.204.000,00	231.307,38	1.163.016,80	40.983,20	231.307,38	1.163.016,80	40.983,20	1.163.016,80	0,00	
	390.000,00	286.000,00	42.835,26	272.085,93	13.914,07	48.795,26	272.085,93	13.914,07	272.085,93	0,00	
	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>3</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>274.142,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>54.897,27</b>	<b>280.102,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>54.897,27</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>274.142,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>54.897,27</b>	<b>280.102,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>54.897,27</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>0,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>274.142,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	—	<b>280.102,64</b>	<b>1.435.102,73</b>	—	<b>1.435.102,73</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**1 DEM. DESPESA COM PESSOAL 2QUADR2016 LEGISLATIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.163.016,80	0,00
Pessoal Ativo	1.163.016,80	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>1.163.016,80</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>50.646.383,57</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)</b>	<b>1.163.016,80</b>	<b>2,30</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>3.038.783,01</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>2.886.843,86</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>2.734.904,71</b>	<b>5,40</b>
<b>FONTE:</b>		

**1 DEM. DESPESA COM PESSOAL 3QUADR2016 EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.189.909,70	0,00
Pessoal Ativo	24.453.915,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	705.858,76	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	30.135,67	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	870.055,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	870.055,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>24.319.853,80</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>50.646.383,57</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)</b>	<b>24.319.853,80</b>	<b>48,02</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>27.349.047,13</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>25.981.594,77</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>24.614.142,42</b>	<b>48,60</b>
<b>FONTE:</b>		

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	

## DESPESAS COM PESSOAL

## DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)

Pessoal Ativo

Pessoal Inativo e Pensionista

Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)

## DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária

Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração

Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados

## DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

## DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)

## LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)

## LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)

## LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

FONTE:

**11 DEM. REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLIC. REC. 6BIM2016 LEGISLATIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/MÊS DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00
<b>DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>							
Despesas de Capital		0,00				0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		0,00				0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		0,00				0,00	0,00

FONTE:

13 DEM. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADAS 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)								
NADA A DECLARAR											
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

FONTE:  
  
ITAPIRANGA, 31/12/2016

**14 DEM. SIMPL. REL. RES. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6BIM2016 LEGISLATIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		1.435.102,73	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		1.490.000,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		1.490.000,00	
Despesas Empenhadas		1.435.102,73	
Despesas Liquidadas		1.435.102,73	
Despesas pagas		1.435.102,73	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.435.102,73	
Liquidadas		1.435.102,73	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.435.102,73
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		0,00	0,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**2 DEM DÍV. CONSL. LIQUIDA 3QUADR2016 EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.565.001,24</b>	<b>1.240.006,54</b>	<b>921.970,89</b>	<b>2.313.222,22</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
Interna	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	429.723,75
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.009.812,75</b>	<b>6.057.371,16</b>	<b>5.010.518,40</b>	<b>4.878.968,67</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.249.837,96	6.314.629,17	5.246.218,32	5.322.227,45
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	240.025,21	257.258,01	235.699,92	443.258,78
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.444.811,51</b>	<b>-4.817.364,62</b>	<b>-4.088.547,51</b>	<b>-2.565.746,45</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>44.291.689,67</b>	<b>45.500.645,37</b>	<b>46.693.467,36</b>	<b>50.646.383,57</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>3,53%</b>	<b>2,73%</b>	<b>1,97%</b>	<b>4,57%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-3,26%</b>	<b>-10,59%</b>	<b>-8,76%</b>	<b>-5,07%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>53.150.027,60</b>	<b>54.600.774,44</b>	<b>56.032.160,83</b>	<b>60.775.660,28</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>47.835.024,84</b>	<b>49.140.697,00</b>	<b>50.428.944,75</b>	<b>54.698.094,26</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	156.332,43	162.635,76	24.971,82	27.286,18
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	107.741,74	108.153,47	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.193.089,64	2.697.528,55	2.283.476,96	1.038.078,18

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**2 DEM DÍV. CONSL. LIQUIDA 3QUADR2016 EXECUTIVO CONSOLIDADO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.565.001,24</b>	<b>1.240.006,54</b>	<b>921.970,89</b>	<b>2.313.222,22</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
Interna	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	429.723,75
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.353.753,22</b>	<b>6.569.114,75</b>	<b>5.380.983,10</b>	<b>5.830.330,07</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.624.255,32	6.923.127,19	5.720.723,63	6.287.058,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	270.502,10	354.012,44	339.740,53	456.728,47
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.788.751,98</b>	<b>-5.329.108,21</b>	<b>-4.459.012,21</b>	<b>-3.517.107,85</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>44.291.689,67</b>	<b>45.500.645,37</b>	<b>46.693.467,36</b>	<b>50.646.383,57</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>3,53%</b>	<b>2,73%</b>	<b>1,97%</b>	<b>4,57%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-4,04%</b>	<b>-11,71%</b>	<b>-9,55%</b>	<b>-6,94%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>53.150.027,60</b>	<b>54.600.774,44</b>	<b>56.032.160,83</b>	<b>60.775.660,28</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>47.835.024,84</b>	<b>49.140.697,00</b>	<b>50.428.944,75</b>	<b>54.698.094,26</b>

<b>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.565.001,24	1.240.006,54	921.970,89	1.883.498,47

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	156.332,43	162.635,76	24.971,82	27.286,18
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	147.755,70	146.163,74	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.226.153,72	3.270.627,84	2.721.056,80	1.051.377,50

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**2 DEM DÍV. CONSL. LIQUIDA 3QUADR2016 LEGISLATIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>—</b>	<b>81.211,17</b>	<b>67.702,61</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	82.696,17	67.702,61	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.485,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-81.211,17</b>	<b>-67.702,61</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]				
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]				0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	12.846,56	10.718,99	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.366,31	3.021,04	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

## 2 DEM. EXEC. DESP. POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	100,00	1.435.102,73	54.897,27	0,00
Legislativa	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	100,00	1.435.102,73	54.897,27	0,00
Ação Legislativa	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	100,00	1.435.102,73	54.897,27	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	54.897,27	100,00	1.435.102,73	54.897,27	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

3

]

-

-

**3 DEM. GAR. CONTRAG. VALORES 3QUADR2016 EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>44.291.689,67</b>	<b>45.500.645,37</b>	<b>46.693.467,36</b>	<b>50.646.383,57</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>9.744.171,73</b>	<b>10.010.141,98</b>	<b>10.272.562,82</b>	<b>11.142.204,39</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>8.769.754,55</b>	<b>9.009.127,78</b>	<b>9.245.306,54</b>	<b>10.027.983,95</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**3 DEM. GAR. CONTRAG. VALORES 3QUADR2016 EXECUTIVO CONSOLIDADO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>44.291.689,67</b>	<b>45.500.645,37</b>	<b>46.693.467,36</b>	<b>50.646.383,57</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>9.744.171,73</b>	<b>10.010.141,98</b>	<b>10.272.562,82</b>	<b>11.142.204,39</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>8.769.754,55</b>	<b>9.009.127,78</b>	<b>9.245.306,54</b>	<b>10.027.983,95</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>				

FONTE:

**3 DEM. GAR. CONTRAG. VALORES QUADR2016 LEGISLATIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

## 3 DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PRENSÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agos/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.574.208,66</b>	<b>4.556.075,22</b>	<b>4.216.780,05</b>	<b>5.175.204,69</b>	<b>4.552.219,33</b>	<b>4.217.677,67</b>	<b>4.541.907,76</b>	<b>4.160.663,16</b>	<b>4.245.828,72</b>	<b>4.556.416,82</b>	<b>5.377.661,32</b>	<b>6.647.451,83</b>	<b>56.822.066,23</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	486.289,04	418.114,89	589.448,14	1.380.980,57	491.285,96	395.345,83	413.520,94	404.986,60	411.471,69	387.003,37	500.751,46	410.337,71	51.125.988,34
I.P.T.U.	1.681,36	33.271,86	154.169,03	871.013,48	37.078,41	27.898,27	31.483,79	31.669,41	24.121,90	3.514,62	1.040,30	576,08	4.816.322,00
I.R.R.F.	99.178,99	88.424,89	90.400,27	86.428,54	101.248,37	82.594,82	87.224,41	82.634,12	96.479,89	85.963,67	163.951,06	107.711,33	1.172.478,49
I.S.S.	203.525,17	165.303,66	187.523,30	202.273,07	196.183,24	171.952,63	175.028,82	160.740,12	173.472,92	180.014,91	225.196,69	192.183,33	2.235.397,86
ITBI	23.200,40	14.916,98	33.556,49	9.275,62	19.315,79	15.243,82	25.531,73	29.281,08	23.689,21	23.903,88	20.761,64	17.792,58	269.684,00
Outras Receitas Tributárias	198.703,12	116.197,50	123.499,05	211.989,86	135.480,15	97.886,29	94.252,19	100.861,87	93.707,77	93.706,29	88.801,77	92.074,41	1.407.750,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.042,80	104.560,39	103.708,67	84.634,87	74.250,46	72.899,26	65.421,92	68.562,77	64.528,02	62.087,11	59.608,87	62.186,17	736.576,00
RECEITA PATRIMONIAL	33.087,33	49.595,77	56.564,21	50.146,19	47.299,64	51.182,88	48.469,49	50.026,53	41.923,54	42.737,59	44.243,52	41.361,00	556.637,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.045,46	1.160,93	1.165,60	61,78	167,80	1.984,11	1.365,88	2.137,71	3.823,82	5.361,77	3.019,61	2.981,99	21.697,04
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
RECEITA DE SERVIÇOS	197.583,07	249.205,07	339.826,90	292.203,55	296.261,17	265.298,03	274.728,84	273.300,46	285.794,67	273.540,64	277.699,76	296.159,09	2.876.840,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.735.243,52	3.689.770,37	3.086.326,80	3.304.655,92	3.598.651,03	3.371.978,56	3.687.281,45	3.305.849,49	3.376.702,82	3.720.542,59	4.360.609,17	5.741.832,77	42.119.550,50
Cota-Parte do FPM	869.535,16	1.088.532,28	661.194,76	786.016,59	1.045.214,97	863.516,90	967.925,58	776.401,03	831.389,16	766.415,87	1.398.314,96	2.185.905,75	10.674.200,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.688.168,67	1.377.573,82	1.393.230,44	1.432.468,75	1.385.594,54	1.368.959,85	1.412.767,50	1.395.449,29	1.507.426,11	1.559.343,71	1.509.352,66	1.661.160,37	18.202.320,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	86.689,48	107.803,96	134.760,56	145.398,50	162.237,03	156.945,00	165.610,56	171.136,51	143.979,79	194.007,90	117.772,54	64.629,25	1.573.040,00
Cota-Parte do ITR	0,00	706,03	96,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653,94	3.860,58	82,44	185,62	2.247,20
Outras Transferências Correntes	450.561,89	535.688,90	341.008,42	360.274,06	392.432,77	415.788,05	599.942,39	395.738,63	511.410,10	537.620,04	665.242,24	1.079.942,75	5.038.503,30
Transferências da LC 61/1989	26.502,50	20.467,96	19.933,18	20.504,44	23.294,43	13.855,30	18.825,49	19.022,98	20.831,31	22.017,60	23.010,13	24.480,56	289.900,00
Transferências da LC 87/1996	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	56.180,00
Transferências do FUNDEB	607.905,21	552.936,81	530.172,19	554.110,97	571.006,68	546.932,85	526.729,32	542.220,44	554.151,80	631.396,28	640.953,59	719.647,86	6.292.150,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.918,44	43.667,80	39.739,73	62.521,81	54.303,27	59.109,00	51.119,24	55.799,60	61.584,16	65.143,75	131.728,93	92.593,10	359.552,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>535.335,08</b>	<b>520.192,77</b>	<b>443.029,06</b>	<b>478.053,98</b>	<b>525.042,12</b>	<b>481.831,32</b>	<b>445.828,61</b>	<b>475.577,89</b>	<b>462.227,98</b>	<b>510.305,05</b>	<b>610.882,44</b>	<b>689.386,36</b>	<b>6.161.148,24</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	535.335,08	520.192,77	443.029,06	478.053,98	525.042,12	481.831,32	445.828,61	475.577,89	462.227,98	510.305,05	610.882,44	689.386,36	6.157.777,44
Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.038.854,58</b>	<b>4.035.882,45</b>	<b>3.773.750,99</b>	<b>4.697.150,71</b>	<b>4.027.177,21</b>	<b>3.735.846,35</b>	<b>4.096.079,15</b>	<b>3.687.085,27</b>	<b>3.783.600,74</b>	<b>4.046.111,77</b>	<b>4.766.778,88</b>	<b>5.958.065,47</b>	<b>50.646.383,57</b>

FONTE:

**4 DEM. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 3QUADR2016 EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>1.391.154,60</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.391.154,60	1.391.154,60
Interna	1.391.154,60	1.391.154,60
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.391.154,60	1.391.154,60
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>50.646.383,57</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>2,75</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>8.103.421,37</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>7.293.079,23</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.545.246,85</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>2,75</b>

FONTE:

**4 DEM. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 3QUADR2016 EXECUTIVO CONSOLIDADO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>1.391.154,60</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	1.391.154,60	1.391.154,60
Interna	1.391.154,60	1.391.154,60
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	1.391.154,60	1.391.154,60
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>50.646.383,57</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>2,75</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>8.103.421,37</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>7.293.079,23</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.545.246,85</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>1.391.154,60</b>	<b>2,75</b>

FONTE:

**4 DEM. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 3QUADR2016 LEGISLATIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## 4 DEM. REC. DESP. RV. REGIME PROPR. PREV. 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

PREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## 5 DEM. CONS. DISP. CAIXA E RESTOS PGAR 3QUADR2016 EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)					
Alienação de Bens Cont. p/Custeio dos Serv. da Iluminação Pública - COSIP Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Convênio de Trânsito - Civil Convênio de Trânsito - Militar Convênio Farmácia Básica - União Convênio Farmácia Básica Estado Convênio NASF Convênio PAB Fixo Convênio PACS Convênio PSF Convênio Saúde Bucal Convênio SIS Fronteira Convênio SUS Convênio Vigilância Epidemiológica Outras Transf. Correntes - Estado Outras Transf. Correntes da União Outras Transferências de Capital - União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Alienação de Bens Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Assist.Social Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Farm. Básica Estado Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Farm. Básica União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. PAB FIXO Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Saúde Bucal Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. SIS Fronteira Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Tams. Militar Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Trânsito Civil Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Vig. Epidemiológica	69.779,83	0,00	0,00	0,00	0,00	69.779,83	0,00	0,00		
	242.171,53	0,00	5.970,00	0,00	0,00	236.201,53	14.897,93	0,00		
	1.917,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.917,04	0,00	0,00		
	7.436,31	0,00	378,00	0,00	0,00	7.058,31	239,26	0,00		
	18.261,52	0,00	0,00	0,00	0,00	18.261,52	0,00	0,00		
	19.510,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.510,57	0,00	0,00		
	24.699,96	0,00	0,00	0,00	0,00	24.699,96	0,00	0,00		
	41.504,91	0,00	0,00	0,00	0,00	41.504,91	0,00	0,00		
	96.538,27	0,00	3.501,50	0,00	0,00	93.036,77	0,00	0,00		
	119.365,39	0,00	0,00	0,00	0,00	119.365,39	0,00	0,00		
	58.540,62	0,00	0,00	0,00	0,00	58.540,62	0,00	0,00		
	54.936,71	0,00	0,00	0,00	0,00	54.936,71	0,00	0,00		
	67,12	0,00	0,00	0,00	0,00	67,12	0,00	0,00		
	116.680,78	0,00	1.179,64	0,00	0,00	115.501,14	0,00	0,00		
	24.248,91	0,00	659,92	0,00	0,00	23.588,99	33,44	0,00		
	147,23	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	0,00		
	992,45	0,00	0,00	0,00	0,00	992,45	0,00	0,00		
	659.310,64	0,00	0,00	0,00	0,00	659.310,64	3.287,52	0,00		
	53.871,06	0,00	0,00	0,00	0,00	53.871,06	0,00	0,00		
	19.331,65	0,00	756,00	0,00	0,00	18.575,65	0,00	0,00		
	8,21	0,00	0,00	0,00	0,00	8,21	0,00	0,00		
	46,28	0,00	0,00	0,00	0,00	46,28	0,00	0,00		
	31,16	0,00	0,00	0,00	0,00	31,16	0,00	0,00		
	2.108,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.108,03	0,00	0,00		
	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00		
	6.250,20	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250,20	0,00	0,00		
3.423,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.423,31	0,00	0,00			
514,97	0,00	0,00	0,00	0,00	514,97	0,00	0,00			

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

Continuação 2/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Rec. Tes. Exerc. Anterior - Convênio SUS  Rec. Tes. Exerc. Anterior - COSIP - Cont.p/Custeio Serv. Ilum. Pù  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Merenda Esc. União  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec.Corrent.União  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec.ImpostEduc.MDE  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Transf. Cap. União  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Trans.Escol. Estado  Rec. Tes. Exerc. Anterior - Transf. Estado - Programas de Assist. :  Recursos dos Impostos p/Educação 25%  Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU  Transf. Convênios SUS - Estado  Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social  Transf. de Rec. da União - Merenda Escolar  Transf. de Rec. da União - PNATE - Transporte Esco  Transf. de Rec. da União - Programas de Assist. So  Transf. de Rec. do Estado - Transporte Escolar  Transferência de Rec. da União - Salário Educação  Transferência de Recurso do Fundef 60%	357,56 20.813,81 0,04 9.993,57 2.269,79 121.587,10 47,10 26.712,27 421.535,74 11.970,08 46.816,88 24.782,26 41.806,87 1.690,41 137.298,39 1.698,26 76.870,89 77.835,13	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 3.149,86 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 499,01 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	357,56 17.663,95 0,04 9.993,57 2.269,79 121.587,10 47,10 22.362,27 404.942,34 11.970,08 46.816,88 24.782,26 41.806,87 1.690,41 136.799,38 1.698,26 76.870,89 77.835,13	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 87.466,36 0,00 0,00 120.814,25 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 28,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.665.780,91	0,00	37.037,33	0,00	0,00	2.628.743,58	226.766,76	0,00
	Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Impostos 15%	112,01	0,00	0,00	0,00	0,00	112,01	0,00	0,00
	Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Ordinários	738.082,05	0,00	126.798,85	0,00	0,00	611.283,20	392.071,69	0,00
	Recursos de Impostos para Saúde 15%	319.465,55	0,00	8.128,63	0,00	0,00	311.336,92	1.636,36	0,00
	Recursos Ordinários	2.563.618,02	0,00	284.763,66	104.017,06	0,00	2.174.837,30	326.885,63	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.621.277,63	0,00	419.691,14	104.017,06	0,00	3.097.589,43	720.593,68	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	6.287.058,54	0,00	456.728,47	104.017,06	0,00	5.726.313,01	947.360,44	0,00
	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/3

R\$ 1,00

## 5 DEM. CONS. DISP. CAIXA E RESTOS PGAR 3QUADR2016 EXECUTIVO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55. Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	(b)						(c)	(d)
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)				
Alienação de Bens Cont. p/Custeio dos Serv. da Iluminação Pública - COSIP Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE Convênio de Trânsito - Civil Convênio de Trânsito - Militar Convênio Farmácia Básica - União Convênio Farmácia Básica Estado Convênio NASF Convênio PAB Fixo Convênio PACS Convênio PSF Convênio Saúde Bucal Convênio SIS Fronteira Convênio SUS Convênio Vigilância Epidemiológica Outras Transf. Correntes - Estado Outras Transf. Correntes da União Outras Transferências de Capital - União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Alienação de Bens Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Assist.Social Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Farm. Básica Estado Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Farm. Básica União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. PAB FIXO Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Saúde Bucal Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. SIS Fronteira Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Tams. Militar Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Trânsito Civil Rec. Tes. Exerc. Anterior - Conv. Vig. Epidemiológica	69.779,83	0,00	0,00	0,00	0,00	69.779,83	0,00	0,00		
	242.171,53	0,00	5.970,00	0,00	0,00	0,00	236.201,53	14.897,93	0,00	
	1.917,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.917,04	0,00	0,00	
	7.436,31	0,00	378,00	0,00	0,00	0,00	7.058,31	239,26	0,00	
	18.261,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.261,52	0,00	0,00	
	19.510,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.510,57	0,00	0,00	
	24.699,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.699,96	0,00	0,00	
	41.504,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.504,91	0,00	0,00	
	96.538,27	0,00	3.501,50	0,00	0,00	0,00	93.036,77	0,00	0,00	
	119.365,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.365,39	0,00	0,00	
	58.540,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.540,62	0,00	0,00	
	54.936,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.936,71	0,00	0,00	
	67,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67,12	0,00	0,00	
	116.680,78	0,00	1.179,64	0,00	0,00	0,00	115.501,14	0,00	0,00	
	24.248,91	0,00	659,92	0,00	0,00	0,00	23.588,99	33,44	0,00	
	147,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147,23	0,00	0,00	
	992,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	992,45	0,00	0,00	
	659.310,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	659.310,64	3.287,52	0,00	
	53.871,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.871,06	0,00	0,00	
	19.331,65	0,00	756,00	0,00	0,00	0,00	18.575,65	0,00	0,00	
	8,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,21	0,00	0,00	
	46,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46,28	0,00	0,00	
	31,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,16	0,00	0,00	
	2.108,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.108,03	0,00	0,00	
	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	
	6.250,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250,20	0,00	0,00	
	3.423,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.423,31	0,00	0,00	
	514,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	514,97	0,00	0,00	

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

Continuação 2/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Rec. Tes. Exerc. Anterior - Convênio SUS Rec. Tes. Exerc. Anterior - COSIP - Cont.p/Custeio Serv. Ilum. Pù Rec. Tes. Exerc. Anterior - Merenda Esc. União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec.Corrent.União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec.ImpostEduc.MDE Rec. Tes. Exerc. Anterior - Transf. Cap. União Rec. Tes. Exerc. Anterior - Trans.Escol. Estado Rec. Tes. Exerc. Anterior - Transf. Estado - Programas de Assist. : Recursos dos Impostos p/Educação 25% Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU Transf. Convênios SUS - Estado Transf. de Conv. Estado - Programas de Assist. Social Transf. de Rec. da União - Merenda Escolar Transf. de Rec. da União - PNATE - Transporte Esco Transf. de Rec. da União - Programas de Assist. So Transf. de Rec. do Estado - Transporte Escolar Transferência de Rec. da União - Salário Educação Transferência de Recurso do Fundef 60%	357,56 20.813,81 0,04 9.993,57 2.269,79 121.587,10 47,10 26.712,27 421.535,74 11.970,08 46.816,88 24.782,26 41.806,87 1.690,41 137.298,39 1.698,26 76.870,89 77.835,13	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 3.149,86 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 16.593,40 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 499,01 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	357,56 17.663,95 0,04 9.993,57 2.269,79 121.587,10 47,10 22.362,27 404.942,34 11.970,08 46.816,88 24.782,26 41.806,87 1.690,41 136.799,38 1.698,26 76.870,89 77.835,13	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 87.466,36 0,00 0,00 120.814,25 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 28,00 0,00 0,00 0,00	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	
	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.665.780,91	0,00	37.037,33	0,00	0,00	2.628.743,58	226.766,76	0,00
	Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Impostos 15%	112,01	0,00	0,00	0,00	0,00	112,01	0,00	0,00
	Rec. Tes. Exerc. Anterior - Rec. Ordinários	738.082,05	0,00	126.798,85	0,00	0,00	611.283,20	392.071,69	0,00
	Recursos de Impostos para Saúde 15%	319.465,55	0,00	8.128,63	0,00	0,00	311.336,92	1.636,36	0,00
	Recursos Ordinários	2.563.618,02	0,00	284.763,66	104.017,06	0,00	2.174.837,30	326.885,63	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.821.277,63	0,00	419.691,14	104.017,06	0,00	3.097.589,43	720.593,68	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	6.287.058,54	0,00	456.728,47	104.017,06	0,00	5.726.313,01	947.360,44	0,00
	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

**5 DEM. RESULTAO NOMINAL 6BIM2016 LEGISLATIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	94.497,73	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	94.497,73	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	-94.497,73	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>-94.497,73</b>	<b>0,00</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>94.497,73</b>	<b>0,00</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u><b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b></u>			
<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## 6 DEM. CONS. SIMPL. REL. GESTÃO FISCAL 3QUADR2016 EXECUTIVO

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	50.646.383,57
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.319.853,80 48,02
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	27.349.047,13 54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	25.981.594,77 51,30
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-3.517.107,85 -6,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	60.775.660,28 120,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	0,00 0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.142.204,39 22,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	1.391.154,60 2,75
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00 0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.103.421,37 16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.545.246,85 7,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>
Valor Total	947.360,44 5.726.313,01

FONTE:

## 6 DEM. CONS. SIMPL. REL. GESTÃO FISCAL 3QUADR2016 EXECUTIVO CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	50.646.383,57	
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.482.870,60	50,32
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	30.387.830,14	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	28.868.438,63	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	-3.517.107,85	-6,94
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	60.775.660,28	120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.142.204,39	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	1.391.154,60	2,75
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.103.421,37	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.545.246,85	7,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	947.360,44	5.726.313,01

FONTE:

## 6 DEM. CONS. SIMPL. REL. GESTÃO FISCAL 6QUADR2016 LEGISLATIVO

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	0,00
<b>DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.163.016,80
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00
<b>GARANTIA DE VALORES</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>
Valor Total	0,00

FONTE:

## 6 DEM. RESULTADO PRIMARIO 6BIM2016 LEGISLATIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recetta Tributária		0,00	0,00
I.P.T.U.		0,00	0,00
I.S.S.		0,00	0,00
I.T.B.I.		0,00	0,00
I.R.R.F.		0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias		0,00	0,00
Recetta de Contribuição		0,00	0,00
Recetas Previdenciárias		0,00	0,00
Outras Contribuições		0,00	0,00
Recetta Patrimonial Líquida		0,00	0,00
Recetta Patrimonial		0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Transferências Correntes		0,00	0,00
I.P.V.A.		0,00	0,00
I.C.M.S.		0,00	0,00
Convênios		0,00	0,00
Outras Transferências Correntes		0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00
Dívida Ativa		0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes		0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)		0,00	0,00
Transferências de Capital		0,00	0,00
Convênios		0,00	0,00
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>			
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>1.435.102,73</b>	<b>1.338.662,45</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.163.016,80	1.034.598,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		272.085,93	304.063,56
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>		<b>1.435.102,73</b>	<b>1.338.662,45</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>		<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>
Investimentos		0,00	20.565,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>			
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>1.435.102,73</b>	<b>1.338.662,45</b>
Pessoal e Encargos Sociais		1.163.016,80	1.034.598,89
Juros e Encargos da Dívida (IX)		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		272.085,93	304.063,56
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>		<b>1.435.102,73</b>	<b>1.338.662,45</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>		<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>
Investimentos		0,00	20.565,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.565,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>1.359.227,45</b>	<b>1.435.102,73</b>	<b>1.359.227,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.490.000,00</b>	<b>-1.435.102,73</b>	<b>-1.359.227,45</b>	<b>-1.435.102,73</b>	<b>-1.359.227,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>							<b>0,00</b>

FONTE:

**7 DEM. RESTOS A PAGAR 6BIM2016 LEGISLATIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
PODER/ÓRGÃO												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ONTE:

FONTE:

**9 DEM. REC. OPERAÇÕES CREDITO E DESP CAPITAL 6BIM2016 LEGISLATIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

PREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 6BIM2016 CONSOLIDADO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
R\$ 1,00								
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECEITAS CORRENTES	45.158.019,30	45.158.019,30	12.825.724,02	28,40	54.802.525,91	121,36	-9.644.506,61
	RECEITA TRIBUTÁRIA	44.968.130,90	44.968.130,90	10.724.844,35	23,85	50.646.383,57	112,63	-5.678.252,67
	IMPOSTOS	4.816.322,00	4.816.322,00	911.089,17	18,92	6.289.536,20	130,59	-1.473.214,20
	TAXAS	3.606.756,00	3.606.756,00	729.212,99	20,22	4.881.785,93	135,35	-1.275.029,93
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	883.722,00	883.722,00	157.179,48	17,79	1.116.456,59	126,34	-232.734,59
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	325.844,00	325.844,00	24.696,70	7,58	291.293,68	89,40	-34.550,32
	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	736.576,00	736.576,00	121.795,04	16,54	903.491,31	122,66	-166.915,31
	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	224.720,00	224.720,00	3.304,92	1,47	115.663,09	51,47	109.056,91
	RECEITA PATRIMONIAL	511.856,00	511.856,00	118.490,12	23,15	787.828,22	153,92	-275.972,22
	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	213.697,04	213.697,04	85.604,52	40,06	556.637,69	260,48	-342.940,65
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	47.191,20	47.191,20	2.123,04	4,50	27.426,42	58,12	19.764,78
	RECEITA AGROPECUÁRIA	166.505,84	166.505,84	83.481,48	50,14	529.211,27	317,83	-362.705,43
	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.370,80	3.370,80	6.001,60	178,05	24.257,46	719,64	-20.886,66
	OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	3.370,80	3.370,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
	RECEITA DE SERVIÇOS	2.876.840,00	2.876.840,00	6.001,60	0,00	24.257,46	0,00	-24.257,46
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.961.773,06	35.961.773,06	573.858,85	19,95	3.321.601,25	115,46	-444.761,25
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	32.512.321,06	32.512.321,06	7.497.044,22	23,06	38.793.631,83	107,87	-2.831.858,77
	TRANSF. DE CONV.	3.449.452,00	3.449.452,00	1.305.128,92	37,84	34.496.729,91	106,10	-1.984.408,85
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	359.552,00	359.552,00	224.322,03	62,39	4.296.901,92	124,57	-847.449,92
	MULTAS E JUROS DE MORA	161.798,40	161.798,40	65.720,98	40,62	757.227,83	210,60	-397.675,83
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.842,80	25.842,80	29.170,42	112,88	274.340,36	169,56	-112.541,96
	RECEITA DA DIVIDATIVA	148.315,20	148.315,20	63.033,40	42,50	169.345,82	655,29	-143.503,02
	RECEITAS DIVERSAS	23.595,60	23.595,60	66.397,23	281,40	230.231,00	155,23	-81.915,80
	RECEITAS DE CAPITAL	189.888,40	189.888,40	2.100.879,67	1.106,38	83.310,65	353,08	-59.715,05
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.112,40	10.112,40	1.284.102,66	12.698,30	4.156.142,34	2.188,73	-3.966.253,94
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.112,40	10.112,40	1.284.102,66	12.698,30	1.383.219,60	13.678,45	-1.373.107,20
ALIEAÇÃO DE BENS	20.224,80	20.224,80	52.170,00	257,95	1.383.219,60	13.678,45	-1.373.107,20	
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.977,60	17.977,60	52.170,00	290,19	70.014,55	346,18	-49.789,75	
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.247,20	2.247,20	0,00	0,00	52.170,00	290,19	-34.192,40	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	17.844,55	794,08	-15.597,35	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	114.607,20	114.607,20	764.607,01	667,15	4.450,54	9,90	40.493,46	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	114.607,20	114.607,20	764.607,01	667,15	2.698.457,65	2.354,53	-2.583.850,45	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		45.158.019,30	45.158.019,30	12.825.724,02	28,40	54.802.525,91	121,36	-9.644.506,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		45.158.019,30	45.158.019,30	12.825.724,02	28,40	54.802.525,91	121,36
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)		45.158.019,30	45.158.019,30	12.825.724,02	28,40	54.802.525,91	121,36
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)							
Superávit Financeiro		—	1.957.691,81	—	—	1.731.328,21	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	1.957.691,81	—	—	1.731.328,21	—
		—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.158.019,30	60.265.271,88	10.619.886,57	52.229.102,87	8.036.169,01	12.382.514,42	51.281.742,43	8.983.529,45	50.825.013,96	947.360,44
DESPESAS CORRENTES	42.193.729,04	47.709.130,81	7.909.017,23	45.384.558,26	2.324.572,55	9.524.972,72	45.158.431,53	2.550.699,28	44.834.368,06	226.126,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.665.813,13	27.178.551,05	5.525.166,85	26.428.595,57	749.955,48	5.535.575,23	26.428.595,57	749.955,48	26.427.271,51	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	241.574,00	111.574,00	2.815,78	46.851,61	64.722,39	2.815,78	46.851,61	64.722,39	46.851,61	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.286.341,91	20.419.005,76	2.381.034,60	18.909.111,08	1.509.894,68	3.986.581,71	18.682.984,35	1.736.021,41	18.360.244,94	226.126,73
DESPESAS DE CAPITAL	2.834.290,26	12.426.141,07	2.710.869,34	6.844.544,61	5.581.596,46	2.857.541,70	6.123.310,90	6.302.830,17	5.990.645,90	721.233,71
INVESTIMENTOS	1.395.088,83	11.280.139,64	2.446.893,44	5.771.887,24	5.508.252,40	2.593.565,80	5.050.653,53	6.229.486,11	4.917.988,53	721.233,71
AMORTIZAÇAO DA DÍVIDA	1.439.201,43	1.146.001,43	263.975,90	1.072.657,37	73.344,06	263.975,90	1.072.657,37	73.344,06	1.072.657,37	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.158.019,30	60.265.271,88	10.619.886,57	52.229.102,87	8.036.169,01	12.382.514,42	51.281.742,43	8.983.529,45	50.825.013,96	947.360,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>45.158.019,30</b>	<b>60.265.271,88</b>	<b>10.619.886,57</b>	<b>52.229.102,87</b>	<b>8.036.169,01</b>	<b>12.382.514,42</b>	<b>51.281.742,43</b>	<b>8.983.529,45</b>	<b>50.825.013,96</b>	<b>947.360,44</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.520.783,48</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>45.158.019,30</b>	<b>60.265.271,88</b>	<b>10.619.886,57</b>	<b>52.229.102,87</b>	<b>—</b>	<b>12.382.514,42</b>	<b>54.802.525,91</b>	<b>—</b>	<b>50.825.013,96</b>	<b>947.360,44</b>

FONTE:

## RREO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 6BIM2016 EXECUTIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>11.625.752,50</b>	<b>27,77</b>	<b>50.600.020,61</b>	<b>120,85</b>	<b>-8.730.553,79</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>41.736.320,22</b>	<b>41.736.320,22</b>	<b>9.525.142,83</b>	<b>22,82</b>	<b>46.444.148,27</b>	<b>111,28</b>	<b>-4.707.828,05</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.792.726,40	4.792.726,40	911.089,17	19,01	6.289.536,20	131,23	-1.496.809,80
IMPOSTOS	3.606.756,00	3.606.756,00	729.212,99	20,22	4.881.785,93	135,35	-1.275.029,93
TAXAS	860.126,40	860.126,40	157.179,48	18,27	1.116.456,59	129,80	-256.330,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	325.844,00	325.844,00	24.696,70	7,58	291.293,68	89,40	-34.550,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	736.576,00	736.576,00	121.795,04	16,54	903.491,31	122,66	-166.915,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	224.720,00	224.720,00	3.304,92	1,47	115.663,09	51,47	109.056,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	511.856,00	511.856,00	118.490,12	23,15	787.828,22	153,92	-275.972,22
RECEITA PATRIMONIAL	207.741,96	207.741,96	76.944,63	37,04	504.416,69	242,81	-296.674,73
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	47.191,20	47.191,20	2.123,04	4,50	27.426,42	58,12	19.764,78
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	160.550,76	160.550,76	74.821,59	46,60	476.990,27	297,10	-316.439,51
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.370,80	3.370,80	6.001,60	178,05	24.257,46	719,64	-20.886,66
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	3.370,80	3.370,80	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	0,00	0,00	6.001,60	0,00	24.257,46	0,00	-24.257,46
RECEITA DE SERVIÇOS	2.876.840,00	2.876.840,00	573.858,85	19,95	3.321.601,25	115,46	-444.761,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.760.636,66	32.760.636,66	7.611.131,51	23,23	34.645.726,69	105,75	-1.885.090,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	32.506.703,06	32.506.703,06	7.497.044,22	23,06	34.496.729,91	106,12	-1.990.026,85
TRANSF. DE CONV.	253.933,60	253.933,60	114.087,29	44,93	148.996,78	58,68	104.936,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	358.428,40	358.428,40	224.322,03	62,58	755.118,67	210,67	-396.690,27
MULTAS E JUROS DE MORA	161.798,40	161.798,40	65.720,98	40,62	274.340,36	169,56	-112.541,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.842,80	25.842,80	29.170,42	112,88	168.725,30	652,89	-142.882,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	148.315,20	148.315,20	63.033,40	42,50	230.231,00	155,23	-81.915,80
RECEITAS DIVERSAS	22.472,00	22.472,00	66.397,23	295,47	81.822,01	364,11	-59.350,01
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>133.146,60</b>	<b>133.146,60</b>	<b>2.100.609,67</b>	<b>1.577,67</b>	<b>4.155.872,34</b>	<b>3.121,28</b>	<b>-4.022.725,74</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.112,40	10.112,40	1.284.102,66	12.698,30	1.383.219,60	13.678,45	-1.373.107,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	10.112,40	10.112,40	1.284.102,66	12.698,30	1.383.219,60	13.678,45	-1.373.107,20
ALIEAÇÃO DE BENS	19.101,20	19.101,20	51.900,00	271,71	69.744,55	365,13	-50.643,35
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.854,00	16.854,00	51.900,00	307,94	51.900,00	307,94	-35.046,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.247,20	2.247,20	0,00	0,00	17.844,55	794,08	-15.597,35
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	4.450,54	9,90	40.493,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	58.989,00	58.989,00	764.607,01	1.296,19	2.698.457,65	4.574,51	-2.639.468,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	58.989,00	58.989,00	764.607,01	1.296,19	2.698.457,65	4.574,51	-2.639.468,65
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>11.625.752,50</b>	<b>27,77</b>	<b>50.600.020,61</b>	<b>120,85</b>	<b>-8.730.553,79</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>41.869.466,82</b>	<b>11.625.752,50</b>	<b>27,77</b>	<b>50.600.020,61</b>	<b>-8.730.553,79</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	41.869.466,82	41.869.466,82	11.625.752,50	27,77	50.600.020,61	-8.730.553,79
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.646.815,42	—	—	1.439.282,23	—
Superávit Financeiro	—	1.646.815,42	—	—	1.439.282,23	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>34.498.520,82</b>	<b>47.761.197,02</b>	<b>8.547.131,92</b>	<b>40.506.434,34</b>	<b>7.254.762,68</b>	<b>10.009.148,54</b>	<b>39.572.373,22</b>	<b>8.188.823,80</b>	<b>39.129.114,44</b>	<b>934.061,12</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>31.685.733,55</b>	<b>35.414.284,37</b>	<b>5.866.294,61</b>	<b>33.765.365,19</b>	<b>1.648.919,18</b>	<b>7.190.008,87</b>	<b>33.540.908,26</b>	<b>1.873.376,11</b>	<b>33.230.314,48</b>	<b>224.456,93</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.917.840,89	19.421.661,07	4.046.112,00	19.058.026,44	363.634,63	4.048.576,02	19.058.026,44	363.634,63	19.058.026,44	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	241.574,00	111.574,00	2.815,78	46.851,61	64.722,39	2.815,78	46.851,61	64.722,39	46.851,61	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.526.318,66	15.881.049,30	1.817.366,83	14.660.487,14	1.220.562,16	3.138.617,07	14.436.030,21	1.445.019,09	14.125.436,43	224.456,93
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.683.787,27</b>	<b>12.216.912,65</b>	<b>2.680.837,31</b>	<b>6.741.069,15</b>	<b>5.475.843,50</b>	<b>2.818.139,67</b>	<b>6.031.464,96</b>	<b>6.185.447,69</b>	<b>5.898.799,96</b>	<b>709.604,19</b>
INVESTIMENTOS	1.244.585,84	11.070.911,22	2.416.861,41	5.668.411,78	5.402.499,44	2.555.163,77	4.958.807,59	6.112.103,63	4.826.142,59	709.604,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.439.201,43	1.146.001,43	263.975,90	1.072.657,37	73.344,06	263.975,90	1.072.657,37	73.344,06	1.072.657,37	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>130.000,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>34.498.520,82</b>	<b>47.761.197,02</b>	<b>8.547.131,92</b>	<b>40.506.434,34</b>	<b>7.254.762,68</b>	<b>10.009.148,54</b>	<b>39.572.373,22</b>	<b>8.188.823,80</b>	<b>39.129.114,44</b>	<b>934.061,12</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de ITAPIRANGA - SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>34.499.520,82</b>	<b>47.761.197,02</b>	<b>8.547.131,92</b>	<b>40.506.434,34</b>	<b>7.254.762,68</b>	<b>10.009.148,54</b>	<b>39.572.373,22</b>	<b>8.188.823,80</b>	<b>39.129.114,44</b>	<b>934.061,12</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>11.027.647,39</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>34.499.520,82</b>	<b>47.761.197,02</b>	<b>8.547.131,92</b>	<b>40.506.434,34</b>	<b>—</b>	<b>10.009.148,54</b>	<b>50.600.020,61</b>	<b>—</b>	<b>39.129.114,44</b>	<b>934.061,12</b>

FONTE:

**RREO DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.746.082,40	3.746.082,40	5.039.930,95	134,54	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	921.352,00	921.352,00	1.217.478,49	132,14	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	269.684,00	269.684,00	256.669,22	95,18	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.573.040,00	1.573.040,00	2.235.397,86	142,11	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.988,80	8.988,80	5.191,81	57,76	
Dívida Ativa dos Impostos	97.753,20	97.753,20	111.266,05	113,82	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	32.584,40	32.584,40	41.687,16	127,94	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.631.109,76	24.631.109,76	24.702.862,50	100,29	
Cota-Parte FPM	8.539.360,00	8.539.360,00	8.962.536,25	104,96	
Cota-Parte ITR	1.797,76	1.797,76	5.268,25	293,05	
Cota-Parte IPVA	1.258.432,00	1.258.432,00	1.323.177,81	105,14	
Cota-Parte ICMS	14.561.856,00	14.561.856,00	14.153.197,65	97,19	
Cota-Parte IPI-Exportação	224.720,00	224.720,00	202.228,66	89,99	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.944,00	44.944,00	56.453,88	125,61	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.944,00	44.944,00	56.453,88	125,61	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	28.377.192,16	28.377.192,16	29.742.793,45	104,81	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.123,60	1.123,60	5.441,98	484,33	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.123,60	1.123,60	5.441,98	484,33	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		
	(e)	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100		
DESPESAS CORRENTES	8.871.436,61	10.613.287,56	10.014.095,41	94,35	1.669,80
Pessoal e Encargos Sociais	5.672.109,50	6.532.027,24	6.186.689,59	94,71	0,00
Outras Despesas Correntes	3.199.327,11	4.081.260,32	3.827.405,82	93,78	1.669,80

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) *100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) *100	
DESPESAS DE CAPITAL	81.239,27	145.382,19	71.114,08	48,92	62.772,08	43,18	8.342,00
Investimentos	81.239,27	145.382,19	71.114,08	48,92	62.772,08	43,18	8.342,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>8.952.675,88</b>	<b>10.758.669,75</b>	<b>10.086.879,29</b>	<b>93,76</b>	<b>10.076.867,49</b>	<b>93,66</b>	<b>10.011,80</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/VI) *100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) *100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.239.956,78	4.395.576,02	3.813.573,54	37,81	3.805.198,10	37,76	8.375,44
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.239.956,78	4.395.576,02	3.813.573,54	37,81	3.805.198,10	37,76	8.375,44
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>3.239.956,78</b>	<b>4.395.576,02</b>	<b>3.813.573,54</b>	<b>37,81</b>	<b>3.805.198,10</b>	<b>37,76</b>	<b>8.375,44</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>5.712.719,10</b>	<b>6.363.093,73</b>	<b>6.273.305,75</b>	<b>62,19</b>	<b>6.271.569,39</b>	<b>62,24</b>	<b>1.636,36</b>

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

(VII%) = (VIIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>

21,09

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIIB)/100]

1.811.886,73

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100	
			Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	9.147.711,88	10.953.705,75	10.255.204,42	100,00	10.011,80
<b>TOTAL</b>	<b>9.147.711,88</b>	<b>10.953.705,75</b>	<b>10.255.204,42</b>	<b>100,00</b>	<b>10.011,80</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total i".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

**RREO DEM. AÇÕES SERV. PUBL. SAÚDE 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.746.082,40	3.746.082,40	5.039.930,95	134,54			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	921.352,00	921.352,00	1.217.478,49	132,14			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	269.684,00	269.684,00	256.669,22	95,18			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.573.040,00	1.573.040,00	2.235.397,86	142,11			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.988,80	8.988,80	5.191,81	57,76			
Dívida Ativa dos Impostos	97.753,20	97.753,20	111.266,05	113,82			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	32.584,40	32.584,40	41.687,16	127,94			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.631.109,76	24.631.109,76	24.702.862,50	100,29			
Cota-Parte FPM	8.539.360,00	8.539.360,00	8.962.536,25	104,96			
Cota-Parte ITR	1.797,76	1.797,76	5.268,25	293,05			
Cota-Parte IPVA	1.258.432,00	1.258.432,00	1.323.177,81	105,14			
Cota-Parte ICMS	14.561.856,00	14.561.856,00	14.153.197,65	97,19			
Cota-Parte IPI-Exportação	224.720,00	224.720,00	202.228,66	89,99			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	44.944,00	44.944,00	56.453,88	125,61			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	44.944,00	44.944,00	56.453,88	125,61			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	28.377.192,16	28.377.192,16	29.742.793,45	104,81			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.123,60	1.123,60	5.441,98	484,33			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.123,60	1.123,60	5.441,98	484,33			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.871.436,61	10.613.287,56	10.015.765,21	94,37	10.014.095,41	94,35	1.669,80
Pessoal e Encargos Sociais	5.672.109,50	6.532.027,24	6.186.689,59	94,71	6.186.689,59	94,71	0,00
Outras Despesas Correntes	3.199.327,11	4.081.260,32	3.829.075,62	93,82	3.827.405,82	93,78	1.669,80

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) *100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) *100	
DESPESAS DE CAPITAL	81.239,27	145.382,19	71.114,08	48,92	62.772,08	43,18	8.342,00
Investimentos	81.239,27	145.382,19	71.114,08	48,92	62.772,08	43,18	8.342,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>8.952.675,88</b>	<b>10.758.669,75</b>	<b>10.086.879,29</b>	<b>93,76</b>	<b>10.076.867,49</b>	<b>93,66</b>	<b>10.011,80</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/VI) *100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) *100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.239.956,78	4.395.576,02	3.813.573,54	37,81	3.805.198,10	37,76	8.375,44
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.239.956,78	4.395.576,02	3.813.573,54	37,81	3.805.198,10	37,76	8.375,44
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>3.239.956,78</b>	<b>4.395.576,02</b>	<b>3.813.573,54</b>	<b>37,81</b>	<b>3.805.198,10</b>	<b>37,76</b>	<b>8.375,44</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>5.712.719,10</b>	<b>6.363.093,73</b>	<b>6.273.305,75</b>	<b>62,19</b>	<b>6.271.669,39</b>	<b>62,24</b>	<b>1.636,36</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>			<b>21,09</b>				
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIib)/100]</b>			<b>1.811.886,73</b>				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
	0,00		0,00		0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
	-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100	
			Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	9.147.711,88	10.953.705,75	10.255.204,42	100,00	10.245.192,62
<b>TOTAL</b>	<b>9.147.711,88</b>	<b>10.953.705,75</b>	<b>10.255.204,42</b>	<b>100,00</b>	<b>10.245.192,62</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

<sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total i".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

**RREO DEM. EXEC. DESP. FUN-SUF. 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	(d/Total d)	SALDO (e) = (a-d)	R\$ INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)				
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	45.158.019,30	60.265.271,88	10.619.886,57	52.229.102,87	100,00	12.382.514,42	51.281.742,43	100,00		8.983.529,45	947.360,0
Legislativa	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	2,75	280.102,64	1.435.102,73	2,80		54.897,27	0
Ação Legislativa	1.490.000,00	1.490.000,00	274.142,64	1.435.102,73	2,75	280.102,64	1.435.102,73	2,80		54.897,27	0
Administração	6.499.947,01	7.456.553,14	1.342.971,89	6.965.710,37	13,34	1.655.780,66	6.890.063,83	13,44		566.489,31	75.646
Administração Geral	4.299.378,56	5.016.658,85	924.221,72	4.597.177,22	8,80	1.185.694,35	4.574.397,66	8,92		442.261,19	22.779
Administração Financeira	2.150.006,45	2.313.050,78	403.928,81	2.264.550,26	4,34	48.500,52	2.215.512,54	4,32		97.536,24	49.037
Policimento	50.562,00	126.843,51	14.821,36	103.982,89	0,20	22.860,62	100.153,63	0,20		26.689,88	3.829
Segurança Pública	325.844,00	445.249,00	189.956,30	289.633,73	0,55	155.615,27	93.633,73	0,18		351.615,27	196.000
Defesa Civil	325.844,00	445.249,00	189.956,30	289.633,73	0,55	155.615,27	93.633,73	0,18		351.615,27	196.000
Assistência Social	1.510.278,21	1.980.607,77	277.044,11	1.543.447,78	2,96	437.159,99	1.543.447,78	3,01		437.187,99	28
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.633,01	66.645,84	15.166,45	41.004,18	0,08	15.166,45	41.004,18	0,08		25.641,66	0
Assistência Comunitária	1.392.645,20	1.913.961,93	261.877,66	1.502.443,60	2,88	396.197,25	1.502.415,60	2,93		411.546,33	28
Saúde	9.168.498,48	11.014.074,86	1.798.612,01	10.287.565,80	19,70	2.093.263,24	10.274.266,48	20,03		739.808,38	13.299
Atenção Básica	9.168.498,48	11.014.074,86	1.798.612,01	10.287.565,80	19,70	2.093.263,24	10.274.266,48	20,03		739.808,38	13.299
Educação	11.001.525,13	18.669.422,23	2.660.536,12	13.810.390,66	26,44	4.859.031,57	13.689.576,41	26,69		4.979.845,82	120.814
Alimentação e Nutrição	547.540,88	587.614,69	19.557,00	559.229,88	1,07	99.899,02	559.229,88	1,09		28.385,01	0
Ensino Fundamental	6.840.020,12	12.069.245,13	1.634.793,79	8.611.729,85	16,49	1.612.696,11	8.490.915,60	16,56		3.578.329,53	120.814
Ensino Médio	320.226,00	320.796,00	47.995,43	316.177,03	0,61	98.125,44	316.177,03	0,62		4.618,97	0
Ensino Superior	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0
Educação Infantil	3.271.266,13	5.691.766,21	958.189,90	4.323.253,90	8,28	988.603,42	4.323.253,90	8,43		1.368.512,31	0
Cultura	241.247,50	231.977,80	39.616,28	228.774,00	0,44	39.717,49	228.774,00	0,45		3.203,80	0
Divulgação Cultural	241.247,50	231.977,80	39.616,28	228.774,00	0,44	39.717,49	228.774,00	0,45		3.203,80	0
Urbanismo	1.651.099,56	4.315.945,56	1.690.930,73	3.973.586,28	7,61	342.359,28	3.971.636,58	7,74		344.306,98	1.947
Infra-Estrutura Urbana	73.034,00	2.543.387,60	1.442.754,64	2.263.355,79	4,33	1.753.612,26	2.263.355,79	4,41		280.031,81	0
Serviços Urbanos	1.578.065,56	1.772.557,96	248.176,09	1.710.230,49	3,27	62.327,47	1.708.282,79	3,33		64.275,17	1.947
Habitação	85.385,89	51.453,09	28.675,54	31.299,74	0,06	1.124,24	3.748,44	0,01		47.704,65	27.551
Habitação Urbana	85.385,89	51.453,09	28.675,54	31.299,74	0,06	1.124,24	3.748,44	0,01		47.704,65	27.551
Saneamento	4.144.063,00	5.727.941,47	1.116.274,93	5.544.122,13	10,62	1.237.606,71	5.273.347,87	10,28		454.593,60	270.774
Saneamento Básico Rural	103.370,60	1.157.827,07	203.482,94	981.148,97	1,88	122.455,42	756.181,45	1,47		401.645,62	224.967
Saneamento Básico Urbano	4.040.692,40	4.570.114,40	912.791,99	4.562.973,16	8,74	1.115.151,29	4.517.166,42	8,81		52.947,98	45.806
Agricultura	2.651.312,89	2.581.959,49	348.292,28	2.284.084,61	4,37	445.139,53	2.281.605,61	4,45		300.353,88	2.479
Extensão Rural	2.179.288,89	1.949.935,49	309.377,69	1.842.457,52	3,53	107.477,97	1.842.416,32	3,59		107.519,17	2.437
Promoção da Produção Agropecuária	472.024,00	632.024,00	38.914,59	441.627,09	0,85	74.323,80	439.189,29	0,86		192.834,71	64.949
Indústria	346.619,19	383.619,19	50.017,49	369.501,18	0,71	70.271,12	304.551,68	0,59		79.067,51	2.437
Promoção Industrial	346.619,19	383.619,19	50.017,49	369.501,18	0,71	70.271,12	304.551,68	0,59		79.067,51	2.437
Comércio e Serviços	59.812,22	163.743,42	0,00	106.256,43	0,20	57.486,99	304.551,68	0,59		79.067,51	64.949
Promoção Comercial	53.070,62	53.070,62	0,00	106.256,43	0,20	57.486,99	304.551,68	0,59		79.067,51	64.949
Turismo	6.741,60	110.672,80	0,00	106.256,43	0,20	57.486,99	304.551,68	0,59		79.067,51	64.949
Energia	516.856,00	760.617,87	179.420,13	723.871,23	1,39	95.274,52	634.444,54	1,24		126.173,33	89.426
Energia Elétrica	516.856,00	760.617,87	179.420,13	723.871,23	1,39	95.274,52	634.444,54	1,24		126.173,33	89.426
Transporte	2.838.718,53	2.726.661,35	143.776,90	2.560.776,78	4,90	514.866,61	2.476.332,90	4,83		250.328,45	84.443
Transporte Rodoviário	2.838.718,53	2.726.661,35	143.776,90	2.560.776,78	4,90	514.866,61	2.476.332,90	4,83		250.328,45	84.443

Continua

1,00

A  
AR

S

,44

,00

,00

,54

,56

,72

,26

,00

,00

,00

,00

,00

,32

,32

,25

,00

,25

,00

,00

,00

,00

,00

,70

,00

,70

,30

,30

,26

,52

,74

,00

,20

,80

,50

,50

,00

,00

,00

,69

,69

,88

,88

1/2

Continuação

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	45.158.019,30	60.265.271,88	10.619.886,57	52.229.102,87	8.036.169,01	12.382.514,42	51.281.742,43	8.983.529,45	947.360,00
Desporto e Lazer	946.036,26	1.007.870,21	212.827,54	955.470,44	52.399,77	236.060,18	955.470,44	52.399,77	0,00
Desporto Comunitário	946.036,26	1.007.870,21	212.827,54	955.470,44	52.399,77	236.060,18	955.470,44	52.399,77	0,00
Encargos Especiais	1.680.775,43	1.257.575,43	266.791,68	1.119.508,98	138.066,45	266.791,68	1.119.508,98	138.066,45	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.680.775,43	1.257.575,43	266.791,68	1.119.508,98	138.066,45	266.791,68	1.119.508,98	138.066,45	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	45.158.019,30	60.265.271,88	10.619.886,57	52.229.102,87	8.036.169,01	12.382.514,42	51.281.742,43	8.983.529,45	947.360,00

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

2/2

A
AR
S
.44
.00
.00
.00
.00
.44

## RREO DEM. EXEC. DESP. FUN-SUF. 6BIM2016 EXECUTIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSORTOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	34.499.520,82	47.761.197,02	8.547.131,92	40.506.434,34	100,00	10.009.148,54	39.572.373,22	8.188.823,80	934.061
Administração	6.499.947,01	7.456.553,14	1.342.971,89	6.965.710,37	17,20	1.655.780,66	6.890.063,83	566.489,31	75.646
Administração Geral	4.299.378,56	5.016.658,85	924.221,72	4.597.177,22	11,35	1.185.694,35	4.574.397,66	442.261,19	22.779
Administração Financeira	2.150.006,45	2.313.050,78	403.928,81	2.264.550,26	5,59	48.500,52	2.215.512,54	97.538,24	49.037
Policimento	50.562,00	126.843,51	14.821,36	103.982,89	0,26	19.126,45	100.153,63	26.689,88	3.829
Segurança Pública	325.844,00	445.249,00	189.956,30	289.633,73	0,72	22.151,07	93.633,73	351.615,27	196.000
Defesa Civil	325.844,00	445.249,00	189.956,30	289.633,73	0,72	22.151,07	93.633,73	351.615,27	196.000
Assistência Social	1.510.278,21	1.980.607,77	277.044,11	1.543.447,78	3,81	411.363,70	1.543.419,78	437.187,99	28
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.633,01	66.645,84	15.166,45	41.004,18	0,10	15.166,45	41.004,18	25.641,66	0
Assistência Comunitária	1.392.645,20	1.913.961,93	261.877,66	1.502.443,60	3,71	396.197,25	1.502.415,60	411.546,33	28
Educação	11.001.525,13	18.669.422,23	2.660.536,12	13.810.390,66	34,09	2.799.323,99	13.689.576,41	4.979.945,82	120.814
Alimentação e Nutrição	547.540,88	587.614,89	19.557,00	559.229,88	1,38	99.899,02	559.229,88	28.385,01	0
Ensino Fundamental	6.840.020,12	12.069.245,13	1.634.793,79	8.611.729,85	21,26	1.612.896,11	8.490.915,28	3.578.329,53	120.814
Ensino Médio	320.226,00	320.796,00	47.995,43	316.177,03	0,78	98.125,44	316.177,03	4.618,97	0
Ensino Superior	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Educação Infantil	3.271.266,13	5.691.766,21	958.189,90	4.323.253,90	10,67	988.603,42	4.323.253,90	1.368.512,31	0
Cultura	241.247,50	231.977,80	39.616,28	228.774,00	0,56	39.717,49	228.774,00	3.203,80	0
Difusão Cultural	241.247,50	231.977,80	39.616,28	228.774,00	0,56	39.717,49	228.774,00	3.203,80	0
Urbanismo	1.651.099,56	4.315.945,56	1.690.930,73	3.973.586,28	9,81	2.107.420,61	3.971.636,58	344.306,98	1.947
Infra-Estrutura Urbana	73.034,00	2.543.387,60	1.442.754,64	2.263.355,79	5,59	1.753.612,26	2.263.355,79	280.031,81	0
Serviços Urbanos	1.578.065,56	1.772.557,96	248.176,09	1.710.230,49	4,22	353.808,35	1.708.282,79	64.275,17	1.947
Habitação	85.385,89	51.453,09	28.675,54	31.299,74	0,08	1.124,24	3.748,44	47.704,65	27.551
Habitação Urbana	85.385,89	51.453,09	28.675,54	31.299,74	0,08	1.124,24	3.748,44	47.704,65	27.551
Saneamento	4.144.063,00	5.727.941,47	1.116.274,93	5.544.122,13	13,69	1.237.606,71	5.273.347,87	454.593,60	270.774
Saneamento Básico Rural	103.370,60	1.157.827,07	20.482,94	981.146,97	2,42	122.455,42	756.181,45	401.645,62	224.967
Saneamento Básico Urbano	4.040.692,40	4.570.114,40	912.791,99	4.562.973,16	11,26	1.115.151,29	4.517.166,42	52.947,98	45.806
Agricultura	2.651.312,89	2.581.959,49	348.292,28	2.264.084,61	5,64	445.139,53	2.281.605,61	300.353,88	2.479
Extensão Rural	2.179.288,89	1.949.935,49	309.377,69	1.842.457,52	4,55	370.815,73	1.842.416,32	107.519,17	41
Promoção da Produção Agropecuária	472.024,00	632.024,00	38.914,59	441.627,09	1,09	74.323,80	439.189,29	192.834,71	2.437
Indústria	346.619,19	383.619,19	50.017,49	369.501,18	0,91	70.271,12	304.551,68	79.067,51	64.949
Promoção Industrial	346.619,19	383.619,19	50.017,49	369.501,18	0,91	70.271,12	304.551,68	79.067,51	64.949
Comércio e Serviços	59.812,22	163.743,42	0,00	106.256,43	0,26	106.256,43	106.256,43	57.486,99	0
Promoção Comercial	53.070,62	53.070,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.070,62	0
Turismo	6.741,60	110.672,80	0,00	106.256,43	0,26	106.256,43	106.256,43	4.416,37	0
Energia	516.856,00	760.617,87	179.420,13	723.871,23	1,79	95.274,52	634.444,54	126.173,33	89.426
Energia Elétrica	516.856,00	760.617,87	179.420,13	723.871,23	1,79	95.274,52	634.444,54	126.173,33	89.426
Transporte	2.838.718,53	2.726.661,35	143.776,90	2.560.776,78	6,32	514.866,61	2.476.332,90	250.328,45	84.443
Transporte Rodoviário	2.838.718,53	2.726.661,35	143.776,90	2.560.776,78	6,32	514.866,61	2.476.332,90	250.328,45	84.443
Desporto e Lazer	946.036,26	1.007.870,21	212.827,54	955.470,44	2,36	236.060,18	955.470,44	52.399,77	0
Desporto Comunitário	946.036,26	1.007.870,21	212.827,54	955.470,44	2,36	236.060,18	955.470,44	52.399,77	0

Continua

1,00

A  
AR

S

,12

,54

,56

,72

,26

,00

,00

,00

,00

,00

,25

,00

,25

,00

,00

,00

,00

,00

,70

,00

,70

,30

,30

,26

,52

,74

,00

,20

,80

,50

,50

,00

,00

,00

,69

,69

,88

,88

,00

,00

1/2

Continuação

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	34.499.520,82	47.761.197,02	8.547.131,92	40.506.434,34	100,00	10.009.148,54	39.572.373,22	100,00	8.188.823,80	934.061,00
Encargos Especiais	1.680.775,43	1.257.575,43	266.791,68	1.119.508,98	2,76	266.791,68	1.119.508,98	2,83	138.066,45	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.680.775,43	1.257.575,43	266.791,68	1.119.508,98	2,76	266.791,68	1.119.508,98	2,83	138.066,45	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	34.499.520,82	47.761.197,02	8.547.131,92	40.506.434,34	100,00	10.009.148,54	39.572.373,22	100,00	8.188.823,80	934.061,00

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

2/2

1
AR
S
,12
,00
,00
,12

**RREO DEM. MAN. DES. ENSINO 6BIM2016 CONSOLIDADO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.746.082,40	3.746.082,40	5.039.930,95	134,54
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	985.397,20	985.397,20	1.327.484,75	134,72
1.1.1- IPTU	1.041.352,00	1.041.352,00	1.786.231,78	171,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.370,80	3.370,80	3.163,67	93,86
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	44.944,00	44.944,00	85.473,09	190,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.730,40	20.730,40	22.382,70	107,97
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(125.000,00)	(125.000,00)	(569.766,49)	455,81
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	269.664,00	269.664,00	256.669,22	95,18
1.2.1- ITBI	269.664,00	269.664,00	256.669,22	95,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.648.321,20	1.648.321,20	2.283.536,62	138,54
1.3.1- ISS	1.577.040,00	1.577.040,00	2.238.722,28	141,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.618,00	5.618,00	2.034,72	36,22
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	52.809,20	52.809,20	28.334,30	53,65
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.854,00	21.854,00	22.972,38	105,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(9.000,00)	(9.000,00)	(8.527,06)	94,75
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11
1.4.1- IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	30.788.887,20	30.788.887,20	31.705.350,25	102,98
2.1- Cota-Parte FPM	10.674.200,00	10.674.200,00	12.029.945,01	112,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.674.200,00	10.674.200,00	11.203.169,92	104,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	495.309,39	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	331.465,70	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	18.202.320,00	18.202.320,00	17.691.495,71	97,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	56.180,00	56.180,00	70.567,32	125,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	280.900,00	280.900,00	252.785,88	89,99
2.5- Cota-Parte ITR	2.247,20	2.247,20	6.585,25	293,04
2.6- Cota-Parte IPVA	1.573.040,00	1.573.040,00	1.653.971,08	105,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>34.534.969,60</b>	<b>34.534.969,60</b>	<b>36.745.281,20</b>	<b>106,40</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	524.721,20	524.721,20	711.248,29	135,55
5.1- Transferências do Salário-Educação	524.721,20	524.721,20	711.248,29	135,55
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	759.553,60	759.553,60	717.156,08	94,42
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.284.274,80</b>	<b>1.284.274,80</b>	<b>1.428.404,37</b>	<b>111,22</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	6.157.777,44	6.157.777,44	6.175.712,66	100,29
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.134.840,00	2.134.840,00	2.240.633,67	104,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.640.464,00	3.640.464,00	3.538.298,06	97,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.236,00	11.236,00	14.113,44	125,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	56.180,00	56.180,00	50.557,22	89,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	449,44	449,44	1.317,00	293,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	314.608,00	314.608,00	330.793,27	105,14
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	6.320.250,00	6.320.250,00	6.999.346,87	110,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.292.160,00	6.292.160,00	6.978.164,00	110,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	28.090,00	28.090,00	21.182,87	75,41
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>134.382,56</b>	<b>134.382,56</b>	<b>802.451,34</b>	<b>597,14</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.673.300,65	6.647.837,49	6.647.810,84	100,00	6.647.810,84	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	2.093.076,00	2.665.826,24	2.665.823,05	100,00	2.665.823,05	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.580.224,65	3.982.011,25	3.981.987,79	100,00	3.981.987,79	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	634.834,00	285.443,16	273.700,90	95,89	273.700,90	95,89	0,00
14.1- Com Educação Infantil	184.214,24	96.000,00	95.992,89	99,99	95.992,89	99,99	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	450.619,76	189.443,16	177.708,01	93,81	177.708,01	93,81	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.308.134,65	6.933.280,65	6.921.511,74	99,83	6.921.511,74	99,83	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							6.921.511,74
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							94,98
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							3,91
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100			
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	8.633.742,40		8.633.742,40		9.186.320,30		106,40
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.174.670,45	4.390.166,45	4.292.403,64	97,77	4.292.403,64	97,77	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.006.870,12	7.227.727,91	7.118.619,89	98,49	6.997.805,64	96,82	120.814,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.030.844,41	4.171.454,41	4.159.695,80	99,72	4.159.695,80	99,72	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.976.025,71	3.056.273,50	2.958.924,09	96,81	2.838.109,84	92,86	120.814,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.181.540,57	11.617.894,36	11.411.023,53	98,22	11.290.209,28	97,18	120.814,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							802.451,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							21.182,87
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							--
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							823.634,21
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))							10.587.389,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,81
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHASADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	528.092,00	658.618,56	644.874,12	97,91	644.874,12	97,91	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	760.789,56	915.208,78	845.453,72	92,38	845.453,72	92,38	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.288.881,56	1.573.827,34	1.490.327,84	94,69	1.490.327,84	94,69	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.470.422,13	13.191.721,70	12.901.351,37	97,80	12.780.537,12	96,88	120.814,25

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.978.164,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.921.511,74	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	6.921.511,74	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.182,87	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	77.835,13	0,00

ITAPIRANGA, 31/12/2016

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO DEM. MAN. DES. ENSINO 6BIM2016 EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	3.746.082,40	3.746.082,40	5.039.930,95	134,54
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	985.397,20	985.397,20	1.327.484,75	134,72
1.1.1- IPTU	1.041.352,00	1.041.352,00	1.786.231,78	171,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.370,80	3.370,80	3.163,67	93,86
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	44.944,00	44.944,00	85.473,09	190,18
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.730,40	20.730,40	22.382,70	107,97
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(125.000,00)	(125.000,00)	(569.766,49)	455,81
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	269.664,00	269.664,00	256.669,22	95,18
1.2.1- ITBI	269.664,00	269.664,00	256.669,22	95,18
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.648.321,20	1.648.321,20	2.283.536,62	138,54
1.3.1- ISS	1.577.040,00	1.577.040,00	2.238.722,28	141,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.618,00	5.618,00	2.034,72	36,22
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	52.809,20	52.809,20	28.334,30	53,65
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.854,00	21.854,00	22.972,38	105,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(9.000,00)	(9.000,00)	(8.527,06)	94,75
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11
1.4.1- IRRF	842.700,00	842.700,00	1.172.240,36	139,11
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	30.788.887,20	30.788.887,20	31.705.350,25	102,98
2.1- Cota-Parte FPM	10.674.200,00	10.674.200,00	12.029.945,01	112,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.674.200,00	10.674.200,00	11.203.169,92	104,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	495.309,39	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	331.465,70	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	18.202.320,00	18.202.320,00	17.691.495,71	97,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	56.180,00	56.180,00	70.567,32	125,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	280.900,00	280.900,00	252.785,88	89,99
2.5- Cota-Parte ITR	2.247,20	2.247,20	6.585,25	293,04
2.6- Cota-Parte IPVA	1.573.040,00	1.573.040,00	1.653.971,08	105,14
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>34.534.969,60</b>	<b>34.534.969,60</b>	<b>36.745.281,20</b>	<b>106,40</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	524.721,20	524.721,20	711.248,29	135,55
5.1- Transferências do Salário-Educação	524.721,20	524.721,20	711.248,29	135,55
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	759.553,60	759.553,60	717.156,08	94,42
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.284.274,80</b>	<b>1.284.274,80</b>	<b>1.428.404,37</b>	<b>111,22</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	6.157.777,44	6.157.777,44	6.175.712,66	100,29
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.134.840,00	2.134.840,00	2.240.633,67	104,96
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.640.464,00	3.640.464,00	3.538.298,06	97,19
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.236,00	11.236,00	14.113,44	125,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	56.180,00	56.180,00	50.557,22	89,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	449,44	449,44	1.317,00	293,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	314.608,00	314.608,00	330.793,27	105,14
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	6.320.250,00	6.320.250,00	6.999.346,87	110,74
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.292.160,00	6.292.160,00	6.978.164,00	110,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	28.090,00	28.090,00	21.182,87	75,41
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>134.382,56</b>	<b>134.382,56</b>	<b>802.451,34</b>	<b>597,14</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.673.300,65	6.647.837,49	6.647.810,84	100,00	6.647.810,84	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	2.093.076,00	2.665.826,24	2.665.823,05	100,00	2.665.823,05	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.580.224,65	3.982.011,25	3.981.987,79	100,00	3.981.987,79	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	634.834,00	285.443,16	273.700,90	95,89	273.700,90	95,89	0,00
14.1- Com Educação Infantil	184.214,24	96.000,00	95.992,89	99,99	95.992,89	99,99	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	450.619,76	189.443,16	177.708,01	93,81	177.708,01	93,81	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.308.134,65	6.933.280,65	6.921.511,74	99,83	6.921.511,74	99,83	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							6.921.511,74
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							94,98
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							3,91
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		8.633.742,40		8.633.742,40	9.186.320,30	106,40	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.174.670,45	4.390.166,45	4.292.403,64	97,77	4.292.403,64	97,77	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.006.870,12	7.227.727,91	7.118.619,89	98,49	6.997.805,64	96,82	120.814,25
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.030.844,41	4.171.454,41	4.159.695,80	99,72	4.159.695,80	99,72	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.976.025,71	3.056.273,50	2.958.924,09	96,81	2.838.109,84	92,86	120.814,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.181.540,57	11.617.894,36	11.411.023,53	98,22	11.290.209,28	97,18	120.814,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							802.451,34
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							21.182,87
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							823.634,21
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							10.587.389,32
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %							28,81
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	528.092,00	658.618,56	644.874,12	97,91	644.874,12	97,91	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	760.789,56	915.208,78	845.453,72	92,38	845.453,72	92,38	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.288.881,56	1.573.827,34	1.490.327,84	94,69	1.490.327,84	94,69	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.470.422,13	13.191.721,70	12.901.351,37	97,80	12.780.537,12	96,88	120.814,25

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.978.164,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.921.511,74	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	6.921.511,74	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	21.182,87	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	77.835,13	0,00

ITAPIRANGA, 31/12/2016

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO DEM. OPERAÇÕES CREDITO DESP. CAP. 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>10.112,40</b>	<b>1.383.219,60</b>	<b>-1.373.107,20</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	12.426.141,07	6.844.544,61	721.233,71
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>12.426.141,07</b>	<b>6.844.544,61</b>	<b>721.233,71</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-12.416.028,67</b>	<b>-5.461.325,01</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-12.416.028,67</b>	<b>-5.461.325,01</b>	<b>-6.954.703,66</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO DEM. OPERAÇÕES CREDITO DESP. CAP. 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>10.112,40</b>	<b>1.383.219,60</b>			<b>-1.373.107,20</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)</b>
DESPESAS DE CAPITAL	12.426.141,07	6.844.544,61	6.123.310,90	721.233,71	5.581.596,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>12.426.141,07</b>	<b>6.844.544,61</b>	<b>6.123.310,90</b>	<b>721.233,71</b>	<b>5.581.596,46</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-12.416.028,67</b>	<b>-5.461.325,01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-6.954.703,66</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO DEM. PARC. PUBL. PRIVADAS 6BIM2016 CONSOLIDADO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:  
  
ITAPIRANGA, 31/12/2016

RREO DEM. PARC. PUBL. PRIVADAS 6BIM2016 EXECUTIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:  
  
ITAPIRANGA, 31/12/2016

**RREO DEM. REC. ALIEN. ATIVOS 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/MÊS DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	19.101,20	69.744,55	-50.643,35
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.247,20	17.844,55	-15.597,35
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	16.854,00	51.900,00	-35.046,00
<b>TOTAL</b>	19.101,20	69.744,55	-50.643,35

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	62.472,00	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	40.329,00	1.748,84
Investimentos	62.472,00	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	40.329,00	1.748,84
<b>TOTAL</b>	62.472,00	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	40.329,00	1.748,84

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h-i)
	301.029,40		269.721,79

FONTE:

**RREO DEM. REC. ALIEN. ATIVOS 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/MÊS DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.224,80	70.014,55	-49.789,75
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.247,20	17.844,55	-15.597,35
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	17.977,60	52.170,00	-34.192,40
<b>TOTAL</b>	20.224,80	70.014,55	-49.789,75

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	63.638,52	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	71.619,00	2.915,36
Investimentos	63.638,52	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	71.619,00	2.915,36
<b>TOTAL</b>	63.638,52	60.723,16	60.723,16	60.723,16	0,00	71.619,00	2.915,36

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h-i)
	269.739,40		-62.327,61
<b>TOTAL</b>			207.411,79

FONTE:

## RREO DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 6BIM2016 CONSOLIDADO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PRENSÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agos/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.574.208,66</b>	<b>4.556.075,22</b>	<b>4.216.780,05</b>	<b>5.175.204,69</b>	<b>4.552.219,33</b>	<b>4.217.677,67</b>	<b>4.541.907,76</b>	<b>4.160.663,16</b>	<b>4.245.828,72</b>	<b>4.556.416,82</b>	<b>5.377.661,32</b>	<b>6.647.451,83</b>	<b>56.822.096,23</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	486.289,04	418.114,89	589.448,14	1.380.980,57	491.285,96	395.345,83	413.520,94	404.986,60	411.471,69	387.003,37	500.751,46	410.337,71	51.125.988,34
I.P.T.U.	1.681,36	33.271,86	154.169,03	871.013,48	37.078,41	27.898,27	31.483,79	31.669,41	24.121,90	3.514,62	1.040,30	576,08	4.816.322,00
I.R.R.F.	99.178,99	88.424,89	90.400,27	86.428,54	101.248,37	82.594,82	87.224,41	82.634,12	96.479,89	85.963,67	163.951,06	107.711,33	1.172.478,49
I.S.S.	203.525,17	165.303,66	187.523,30	202.273,07	196.183,24	171.952,63	175.028,82	160.740,12	173.472,92	180.014,91	225.196,69	192.183,33	2.235.397,86
ITBI	23.200,40	14.916,98	33.556,49	9.275,62	19.315,79	15.243,82	25.531,73	29.281,08	23.689,21	23.903,88	20.761,64	17.792,58	1.573.040,00
Outras Receitas Tributárias	198.703,12	116.197,50	123.499,05	211.989,86	135.480,15	97.886,29	94.252,19	100.861,87	93.707,77	93.706,29	88.801,77	92.074,41	1.209.566,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.042,80	104.560,39	103.708,67	84.634,87	74.250,46	72.899,26	65.421,92	68.562,77	64.528,02	62.087,11	59.608,87	62.186,17	736.576,00
RECEITA PATRIMONIAL	33.087,33	49.595,77	56.564,21	50.146,19	47.299,64	51.182,88	48.469,49	50.026,53	41.923,54	42.737,59	44.243,52	41.361,00	556.637,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.045,46	1.160,93	1.165,60	61,78	167,80	1.984,11	1.365,88	2.137,71	3.823,82	5.361,77	3.019,61	2.981,99	21.697,04
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
RECEITA DE SERVIÇOS	197.583,07	249.205,07	339.826,90	292.203,55	296.261,17	265.298,03	274.728,84	273.300,46	285.794,67	273.540,64	277.699,76	296.159,09	2.876.840,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.735.243,52	3.689.770,37	3.086.326,80	3.304.655,92	3.598.651,03	3.371.978,56	3.687.281,45	3.305.849,49	3.376.702,82	3.720.542,59	4.360.609,17	5.741.832,77	42.119.550,50
Cota-Parte do FPM	869.535,16	1.088.532,28	661.194,76	786.016,59	1.045.214,97	863.516,90	967.925,58	776.401,03	831.389,16	766.415,87	1.398.314,96	2.185.905,75	10.674.200,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.688.168,67	1.377.573,82	1.393.230,44	1.432.468,75	1.385.594,54	1.368.959,85	1.412.767,50	1.395.449,29	1.507.426,11	1.559.343,71	1.509.352,66	1.661.160,37	18.202.320,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	86.689,48	107.803,96	134.760,56	145.398,50	162.237,03	156.945,00	165.610,56	171.136,51	143.979,79	194.007,90	117.772,54	64.629,25	1.573.040,00
Cota-Parte do ITR	0,00	706,03	96,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653,94	3.860,58	82,44	185,62	2.247,20
Outras Transferências Correntes	450.561,89	535.688,90	341.008,42	360.274,06	392.432,77	415.788,05	599.942,39	395.738,63	511.410,10	537.620,04	665.242,24	1.079.942,75	5.038.503,30
Transferências da LC 61/1989	26.502,50	20.467,96	19.933,18	20.504,44	23.294,43	13.855,30	18.825,49	19.022,98	20.831,31	22.017,60	23.010,13	24.480,56	289.900,00
Transferências da LC 87/1996	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	56.180,00
Transferências do FUNDEB	607.905,21	552.936,81	530.172,19	554.110,97	571.006,68	546.932,85	526.729,32	542.220,44	554.151,80	631.396,28	640.953,59	719.647,86	6.292.150,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.918,44	43.667,80	39.739,73	62.521,81	54.303,27	59.109,00	51.119,24	55.799,60	61.584,16	65.143,75	131.728,93	92.593,10	359.552,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>535.335,08</b>	<b>520.192,77</b>	<b>443.029,06</b>	<b>478.053,98</b>	<b>525.042,12</b>	<b>481.831,32</b>	<b>445.828,61</b>	<b>475.577,89</b>	<b>462.227,98</b>	<b>510.305,05</b>	<b>610.882,44</b>	<b>689.386,36</b>	<b>6.161.148,24</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	535.335,08	520.192,77	443.029,06	478.053,98	525.042,12	481.831,32	445.828,61	475.577,89	462.227,98	510.305,05	610.882,44	689.386,36	6.175.712,66
Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.038.874,58</b>	<b>4.035.882,45</b>	<b>3.773.750,99</b>	<b>4.697.150,71</b>	<b>4.027.177,21</b>	<b>3.735.846,35</b>	<b>4.096.079,15</b>	<b>3.687.085,27</b>	<b>3.783.600,74</b>	<b>4.046.111,77</b>	<b>4.766.778,88</b>	<b>5.958.065,47</b>	<b>50.646.383,57</b>

FONTE:

## RREO DEM. REC. CORRENTE LIQUIDA 6BIM2016 EXECUTIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PRENSÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Agos/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.574.208,66</b>	<b>4.556.075,22</b>	<b>4.216.780,05</b>	<b>5.175.204,69</b>	<b>4.552.219,33</b>	<b>4.217.677,67</b>	<b>4.541.907,76</b>	<b>4.160.663,16</b>	<b>4.245.828,72</b>	<b>4.556.416,82</b>	<b>5.377.661,32</b>	<b>6.647.451,83</b>	<b>56.822.066,23</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	486.289,04	418.114,89	589.448,14	1.380.980,57	491.285,96	395.345,83	413.520,94	404.986,60	411.471,69	387.003,37	500.751,46	410.337,71	51.125.988,34
I.P.T.U.	1.681,36	33.271,86	154.169,03	871.013,48	37.078,41	27.898,27	31.483,79	31.669,41	24.121,90	3.514,62	1.040,30	576,08	4.816.322,00
I.R.R.F.	99.178,99	88.424,89	90.400,27	86.428,54	101.248,37	82.594,82	87.224,41	82.634,12	96.479,89	85.963,67	163.951,06	107.711,33	1.172.478,49
I.S.S.	203.525,17	165.303,66	187.523,30	202.273,07	196.183,24	171.952,63	175.028,82	160.740,12	173.472,92	180.014,91	225.196,69	192.183,33	2.235.397,86
ITBI	23.200,40	14.916,98	33.856,49	9.275,62	19.315,79	15.243,82	25.531,73	29.281,08	23.689,21	23.903,88	20.761,64	17.792,58	269.684,00
Outras Receitas Tributárias	198.703,12	116.197,50	123.499,05	211.989,86	135.480,15	97.886,29	94.252,19	100.861,87	93.707,77	93.706,29	88.801,77	92.074,41	1.407.750,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	81.042,80	104.560,39	103.708,67	84.634,87	74.250,46	72.899,26	65.421,92	68.562,77	64.528,02	62.087,11	59.608,87	62.186,17	736.576,00
RECEITA PATRIMONIAL	33.087,33	49.595,77	56.564,21	50.146,19	47.299,64	51.182,88	48.469,49	50.026,53	41.923,54	42.737,59	44.243,52	41.361,00	556.637,69
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.045,46	1.160,93	1.165,60	61,78	167,80	1.984,11	1.365,88	2.137,71	3.823,82	5.361,77	3.019,61	2.981,99	21.697,04
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
RECEITA DE SERVIÇOS	197.583,07	249.205,07	339.826,90	292.203,55	296.261,17	265.298,03	274.728,84	273.300,46	285.794,67	273.540,64	277.699,76	296.159,09	2.876.840,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.735.243,52	3.689.770,37	3.086.326,80	3.304.655,92	3.598.651,03	3.371.978,56	3.687.281,45	3.305.849,49	3.376.702,82	3.720.542,59	4.360.609,17	5.741.832,77	42.119.550,50
Cota-Parte do FPM	869.535,16	1.088.532,28	661.194,76	786.016,59	1.045.214,97	863.516,90	967.925,58	776.401,03	831.389,16	766.415,87	1.398.314,96	2.185.905,75	10.674.200,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.688.168,67	1.377.573,82	1.393.230,44	1.432.468,75	1.385.594,54	1.368.959,85	1.412.767,50	1.395.449,29	1.507.426,11	1.559.343,71	1.509.352,66	1.661.160,37	18.202.320,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	86.689,48	107.803,96	134.760,56	145.398,50	162.237,03	156.945,00	165.610,56	171.136,51	143.979,79	194.007,90	117.772,54	64.629,25	1.573.040,00
Cota-Parte do ITR	0,00	706,03	96,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.653,94	3.860,58	82,44	185,62	2.247,20
Outras Transferências Correntes	450.561,89	535.688,90	341.008,42	360.274,06	392.432,77	415.788,05	599.942,39	395.738,63	511.410,10	537.620,04	665.242,24	1.079.942,75	5.038.503,30
Transferências da LC 61/1989	26.502,50	20.467,96	19.933,18	20.504,44	23.294,43	13.855,30	18.825,49	19.022,98	20.831,31	22.017,60	23.010,13	24.480,56	289.900,00
Transferências da LC 87/1996	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	5.880,61	56.180,00
Transferências do FUNDEB	607.905,21	552.936,81	530.172,19	554.110,97	571.006,68	546.932,85	526.729,32	542.220,44	554.151,80	631.396,28	640.953,59	719.647,86	6.292.150,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.918,44	43.667,80	39.739,73	62.521,81	54.303,27	59.109,00	51.119,24	55.799,60	61.584,16	65.143,75	131.728,93	92.593,10	359.552,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>535.335,08</b>	<b>520.192,77</b>	<b>443.029,06</b>	<b>478.053,98</b>	<b>525.042,12</b>	<b>481.831,32</b>	<b>445.828,61</b>	<b>475.577,89</b>	<b>462.227,98</b>	<b>510.305,05</b>	<b>610.882,44</b>	<b>689.386,36</b>	<b>6.161.148,24</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	535.335,08	520.192,77	443.029,06	478.053,98	525.042,12	481.831,32	445.828,61	475.577,89	462.227,98	510.305,05	610.882,44	689.386,36	6.157.777,44
Indenizações p/ Danos Causados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.370,80
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>4.038.874,58</b>	<b>4.035.882,45</b>	<b>3.773.750,99</b>	<b>4.697.150,71</b>	<b>4.027.177,21</b>	<b>3.735.846,35</b>	<b>4.096.079,15</b>	<b>3.687.085,27</b>	<b>3.783.600,74</b>	<b>4.046.111,77</b>	<b>4.766.778,88</b>	<b>5.958.065,47</b>	<b>50.646.383,57</b>

FONTE:

**RREO DEM. REC. DESP. PREVID. 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recém de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recém Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recém Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recém de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recém de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO DEM. REC. DESP. PREVID. 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

PREÇO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recém de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ITAPIRANGA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO DEM. RES. NOMINAL 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.565.001,24	855.436,71	2.313.222,22
DEDUÇÕES (II)	3.353.753,22	5.534.613,09	5.830.330,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.624.255,32	5.883.072,71	6.287.058,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	270.502,10	348.459,62	456.728,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.788.751,98	-4.679.176,38	-3.517.107,85
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	393.980,09
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.788.751,98</b>	<b>-4.679.176,38</b>	<b>-3.911.087,94</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>768.088,44</b>	<b>-2.122.335,96</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u><b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b></u>			
<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO DEM. RES. NOMINAL 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.565.001,24	855.436,71	2.313.222,22
DEDUÇÕES (II)	3.353.753,22	5.534.613,09	5.830.330,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.624.255,32	5.883.072,71	6.287.058,54
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	270.502,10	348.459,62	456.728,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.788.751,98	-4.679.176,38	-3.517.107,85
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	393.980,09
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.788.751,98</b>	<b>-4.679.176,38</b>	<b>-3.911.087,94</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>768.088,44</b>	<b>-2.122.335,96</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO DEM. RES. PRIMÁRIO 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

<b>RECEITAS PRIMÁRIAS</b>	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>44.801.625,06</b>	<b>50.117.172,30</b>	<b>43.823.983,18</b>
Receita Tributária	4.816.322,00	6.289.536,20	5.395.848,96
I.P.T.U.	921.352,00	1.217.478,49	1.121.164,11
I.S.S.	1.573.040,00	2.235.397,86	1.941.608,16
I.T.B.I.	269.664,00	256.669,22	200.924,14
I.R.R.F.	842.700,00	1.172.240,36	973.093,96
Outras Receitas Tributárias	1.209.566,00	1.407.750,27	1.159.058,59
Receita de Contribuição	736.576,00	903.491,31	859.622,35
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	736.576,00	903.491,31	859.622,35
Receita Patrimonial Líquida	47.191,20	27.426,42	23.124,66
Receita Patrimonial	213.697,04	556.637,69	490.831,15
(-) Aplicações Financeiras	166.505,84	529.211,27	467.706,49
Transferências Correntes	35.961.773,06	38.793.631,83	34.323.921,53
F.P.M.	8.539.360,00	9.789.311,34	8.401.777,11
I.P.V.A.	1.258.432,00	1.323.177,81	1.241.431,52
I.C.M.S.	14.561.856,00	14.153.197,65	13.392.325,15
Convênios	3.449.452,00	4.296.901,92	3.162.616,21
Outras Transferências Correntes	8.152.673,06	9.231.043,11	8.125.771,54
Demais Receitas Correntes	3.239.762,80	4.103.086,54	3.221.465,68
Dívida Ativa	148.315,20	230.231,00	216.694,88
Diversas Receitas Correntes	3.091.447,60	3.872.855,54	3.004.770,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>189.888,40</b>	<b>4.156.142,34</b>	<b>3.031.539,28</b>
Operações de Crédito (III)	10.112,40	1.383.219,60	1.195.369,43
Amortização de Empréstimos (IV)	44.944,00	4.450,54	11.488,58
Alienação de Ativos (V)	20.224,80	70.014,55	264.138,21
Transferências de Capital	114.607,20	2.698.457,65	1.560.543,06
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	114.607,20	2.698.457,65	1.560.543,06
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>114.607,20</b>	<b>2.698.457,65</b>	<b>1.560.543,06</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>44.916.232,26</b>	<b>52.815.629,95</b>	<b>45.384.526,24</b>

  

<b>DESPESAS PRIMÁRIAS</b>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>47.709.130,81</b>	<b>45.384.558,26</b>	<b>41.793.803,83</b>	<b>45.158.431,53</b>	<b>41.637.288,05</b>	<b>156.515,78</b>
Pessoal e Encargos Sociais	27.178.551,05	26.428.595,57	23.581.957,88	26.428.595,57	23.581.957,88	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	111.574,00	46.851,61	109.404,81	46.851,61	109.404,81	0,00
Outras Despesas Correntes	20.419.005,76	18.909.111,08	18.102.441,14	18.682.984,35	17.945.925,36	156.515,78
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>47.597.556,81</b>	<b>45.337.706,65</b>	<b>41.684.399,02</b>	<b>45.111.579,92</b>	<b>41.527.883,24</b>	<b>156.515,78</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>12.426.141,07</b>	<b>6.844.544,61</b>	<b>5.327.573,13</b>	<b>6.123.310,90</b>	<b>5.093.023,10</b>	<b>234.550,03</b>
Investimentos	11.280.139,64	5.771.887,24	4.329.829,97	5.050.653,53	4.095.279,94	234.550,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>12.426.141,07</b>	<b>6.844.544,61</b>	<b>5.327.573,13</b>	<b>6.123.310,90</b>	<b>5.093.023,10</b>	<b>721.233,71</b>	<b>234.550,03</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.146.001,43	1.072.657,37	997.743,16	1.072.657,37	997.743,16	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>11.280.139,64</b>	<b>5.771.887,24</b>	<b>4.329.829,97</b>	<b>5.050.653,53</b>	<b>4.095.279,94</b>	<b>721.233,71</b>	<b>234.550,03</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>130.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>59.007.696,45</b>	<b>51.109.593,89</b>	<b>46.014.228,99</b>	<b>50.162.233,45</b>	<b>45.623.163,18</b>	<b>947.360,44</b>	<b>391.065,81</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.091.464,19</b>	<b>1.706.036,06</b>	<b>-629.702,75</b>	<b>2.653.396,50</b>	<b>-238.636,94</b>	<b>51.868.269,51</b>	<b>44.993.460,43</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.731.328,21</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.731.328,21	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>0,00</b>	

FONTE:

## RREO DEM. RES. PRIMÁRIO 6BIM2016 EXECUTIVO

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	44.801.625,06	50.117.172,30	43.823.983,18			
Recita Tributária	4.816.322,00	6.289.536,20	5.395.848,96			
I.P.T.U.	921.352,00	1.217.478,49	1.121.164,11			
I.S.S.	1.573.040,00	2.235.397,86	1.941.608,16			
I.T.B.I.	269.664,00	256.669,22	200.924,14			
I.R.R.F.	842.700,00	1.172.240,36	973.093,96			
Outras Receitas Tributárias	1.209.566,00	1.407.750,27	1.159.058,59			
Recella de Contribuição	736.576,00	903.491,31	859.622,35			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00			
Outras Contribuições	736.576,00	903.491,31	859.622,35			
Recella Patrimonial Líquida	47.191,20	27.426,42	23.124,66			
Recella Patrimonial	213.697,04	556.637,69	490.831,15			
(-) Aplicações Financeiras	166.505,84	529.211,27	467.706,49			
Transferências Correntes	35.961.773,06	38.793.631,83	34.323.921,53			
F.P.M.	8.539.360,00	9.789.311,34	8.401.777,11			
I.P.V.A.	1.258.432,00	1.323.177,81	1.241.431,52			
I.C.M.S.	14.561.856,00	14.153.197,65	13.392.325,15			
Convênios	3.449.452,00	4.296.901,92	3.162.616,21			
Outras Transferências Correntes	8.152.673,06	9.231.043,11	8.125.771,54			
Demais Receitas Correntes	3.239.762,80	4.103.086,54	3.221.465,68			
Dívida Ativa	148.315,20	230.231,00	216.694,88			
Diversas Receltas Correntes	3.091.447,60	3.872.855,54	3.004.770,80			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	189.888,40	4.156.142,34	3.031.539,28			
Operações de Crédito (III)	10.112,40	1.383.219,60	1.195.369,43			
Amortização de Empréstimos (IV)	44.944,00	4.450,54	11.488,58			
Alienação de Ativos (V)	20.224,80	70.014,55	264.138,21			
Transferências de Capital	114.607,20	2.698.457,65	1.560.543,06			
Convênios	0,00	0,00	0,00			
Outras Transferências de Capital	114.607,20	2.698.457,65	1.560.543,06			
Outras Receltas de Capital	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	114.607,20	2.698.457,65	1.560.543,06			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	44.916.232,26	52.815.629,95	45.384.526,24			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.709.130,81	45.384.558,26	41.793.803,83	45.158.431,53	41.637.288,05	156.515,78
Pessoal e Encargos Sociais	27.178.551,05	26.428.595,57	23.581.957,88	26.428.595,57	23.581.957,88	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	111.574,00	46.851,61	109.404,81	46.851,61	109.404,81	0,00
Outras Despesas Correntes	20.419.005,76	18.909.111,08	18.102.441,14	18.682.984,35	17.945.925,36	156.515,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.597.556,81	45.337.706,65	41.684.399,02	45.111.579,92	41.527.883,24	156.515,78
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.426.141,07	6.844.544,61	5.327.573,13	6.123.310,90	5.093.023,10	234.550,03
Investimentos	11.280.139,64	5.771.887,24	4.329.829,97	5.050.653,53	4.095.279,94	234.550,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>12.426.141,07</b>	<b>6.844.544,61</b>	<b>5.327.573,13</b>	<b>6.123.310,90</b>	<b>5.093.023,10</b>	<b>721.233,71</b>	<b>234.550,03</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.146.001,43	1.072.657,37	997.743,16	1.072.657,37	997.743,16	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>11.280.139,64</b>	<b>5.771.887,24</b>	<b>4.329.829,97</b>	<b>5.050.653,53</b>	<b>4.095.279,94</b>	<b>721.233,71</b>	<b>234.550,03</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>130.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>59.007.696,45</b>	<b>51.109.593,89</b>	<b>46.014.228,99</b>	<b>50.162.233,45</b>	<b>45.623.163,18</b>	<b>947.360,44</b>	<b>391.065,81</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-14.091.464,19</b>	<b>1.706.036,06</b>	<b>-629.702,75</b>	<b>2.653.396,50</b>	<b>-238.636,94</b>	<b>51.868.269,51</b>	<b>44.993.460,43</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.731.328,21</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.731.328,21	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>0,00</b>	

FONTE:

**RREO DEM. RESTOS A PAGAR 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	270.502,10	-	270.502,10	-	0,00	270.502,10	1.044.206,63	1.044.206,63	77.930,03	104.017,06	104.017,06
<b>EXECUTIVO</b>	0,00	270.502,10	0,00	270.502,10	0,00	0,00	270.502,10	1.044.206,63	1.044.206,63	77.930,03	104.017,06	104.017,06
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	270.502,10	0,00	270.502,10	0,00	0,00	270.502,10	1.044.206,63	1.044.206,63	77.930,03	104.017,06	104.017,06
CONVÊNIO FUNREBOM	0,00	1.204,73	0,00	1.204,73	0,00	0,00	1.204,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	5.923,17	0,00	5.923,17	0,00	0,00	5.923,17	31.997,80	31.997,80	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	3.339,72	0,00	3.339,72	0,00	0,00	3.339,72	15.000,60	15.000,60	142,30	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	334,92	0,00	334,92	0,00	0,00	334,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	30.476,89	0,00	30.476,89	0,00	0,00	30.476,89	33.064,08	33.064,08	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	734,76	0,00	734,76	0,00	0,00	734,76	0,00	0,00	1.016,00	0,00	0,00
SECRET. MUNIC. DA IND. COM. PREST. SERV. E TL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.716,00	26.716,00	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV.	0,00	187.891,78	0,00	187.891,78	0,00	0,00	187.891,78	736.488,63	736.488,63	76.737,33	104.017,06	104.017,06
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTES	0,00	22.724,35	0,00	22.724,35	0,00	0,00	22.724,35	160.610,52	160.610,52	34,40	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	0,00	3.048,68	0,00	3.048,68	0,00	0,00	3.048,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	14.823,10	0,00	14.823,10	0,00	0,00	14.823,10	40.329,00	40.329,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>270.502,10</b>	<b>0,00</b>	<b>270.502,10</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>270.502,10</b>	<b>1.044.206,63</b>	<b>1.044.206,63</b>	<b>77.930,03</b>	<b>104.017,06</b>	<b>104.017,06</b>

FONTE:

**RREO DEM. RESTOS A PAGAR 6BIM2016 EXECUTIVO**

Município de ITAPIRANGA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00																							
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUANGA																																							
PODER/ÓRGÃO																																							
Inscritos				Pagos				Cancelados		Saldo (a)		Inscritos					Liquidados		Pagos		Cancelados		Saldo (b)		Saldo Total (a+b)														
Em Exercícios Anteriores		Em 31 de Dezembro de 2015												Em Exercícios Anteriores		Em 31 de Dezembro de 2015																							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																																							
EXECUTIVO				-				240.025,21				-				835.087,91				358.001,73				1.011.142,55				1.011.142,55				77.930,03				104.017,06			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				0,00				240.025,21				0,00				835.087,91				358.001,73				1.011.142,55				1.011.142,55				77.930,03				104.017,06			
CONVÊNIO FUNREBOM				0,00				240.025,21				0,00				835.087,91				358.001,73				1.011.142,55				1.011.142,55				77.930,03				104.017,06			
FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMB				0,00				1.204,73				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				0,00				5.923,17				0,00				0,00				31.997,80				31.997,80				31.997,80				31.997,80				0,00			
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESS				0,00				3.339,72				0,00				0,00				15.142,90				15.000,60				142,30				0,00							
GABINETE DO PREFEITO				0,00				334,92				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00							
SECRET. MUNIC. DA IND. COM. PREST. SERV. E TL				0,00				734,76				0,00				0,00				1.016,00				0,00				1.016,00				0,00							
SECRET.MUNIC. ADMINISTRAÇÃO, OBRAS E SERV				0,00				187.891,78				0,00				0,00				26.716,00				0,00				0,00				0,00							
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DI				0,00				22.724,35				0,00				0,00				82.155,11				736.488,63				736.488,63				76.737,33				104.017,06			
SECRETARIA MUNIC. DA FAZENDA E PLANEJAMEN				0,00				3.048,68				0,00				160.644,92				160.610,52				160.610,52				34,40				0,00							
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES				0,00				14.823,10				0,00				0,00				40.329,00				40.329,00				0,00				0,00							
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)				-				-				-				-				-				-				-				-							
				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00				0,00							
TOTAL (III) = (I + II):				0,00				240.025,21				0,00				835.087,91				358.001,73				1.011.142,55				77.930,03				104.017,06							

FONTE:

**RREO DEM. SIMPL. REL. RES. EXEC. ORÇ. 6BIM2016**

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		41.869.466,82		
Previsão Atualizada		41.869.466,82		
Receitas Realizadas		50.600.020,61		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.439.282,23		
DESPESAS				
Dotação Inicial		34.499.520,82		
Créditos Adicionais		13.261.676,20		
Dotação Atualizada		47.761.197,02		
Despesas Empenhadas		40.506.434,34		
Despesas Liquidadas		39.572.373,22		
Despesas pagas		39.129.114,44		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		934.061,12		
Superavit Orçamentário		11.027.647,39		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		40.506.434,34		
Liquidadas		39.572.373,22		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		934.061,12		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		50.646.383,57		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-2.122.335,96	0,00	
Resultado Primário	0,00	9.278.690,29	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.193.089,64	77.930,03	1.011.142,55	104.017,06
EXECUTIVO	1.193.089,64	77.930,03	1.011.142,55	104.017,06
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	240.025,21	0,00	240.025,21	0,00
EXECUTIVO	240.025,21	0,00	240.025,21	0,00
TOTAL:	1.433.114,85	77.930,03	1.251.167,76	104.017,06
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		10.587.389,32	25%	28,81
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.647.810,84	60%	94,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.383.219,60	-1.373.107,20	
Despesa de Capital Líquida		6.741.069,15	5.475.843,50	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				69.744,55	-50.643,35
				60.723,16	1.748,84
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			0,00	15,00	0,00
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO DEM. SIMPL. REL. RES. EXEC. ORÇ. 6BIM2016 CONSOLIDADO**

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		45.158.019,30		
Previsão Atualizada		45.158.019,30		
Receitas Realizadas		54.802.525,91		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.731.328,21		
DESPESAS				
Dotação Inicial		45.158.019,30		
Créditos Adicionais		15.107.252,58		
Dotação Atualizada		60.265.271,88		
Despesas Empenhadas		52.229.102,87		
Despesas Liquidadas		51.281.742,43		
Despesas pagas		50.825.013,96		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		947.360,44		
Superavit Orçamentário		3.520.783,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		52.229.102,87		
Liquidadas		51.281.742,43		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		947.360,44		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		50.646.383,57		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-2.122.335,96	0,00	
Resultado Primário	0,00	1.706.036,06	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.226.153,72	77.930,03	1.044.206,63	104.017,06
EXECUTIVO	1.226.153,72	77.930,03	1.044.206,63	104.017,06
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	270.502,10	0,00	270.502,10	0,00
EXECUTIVO	270.502,10	0,00	270.502,10	0,00
TOTAL:	1.496.655,82	77.930,03	1.314.708,73	104.017,06
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		10.587.389,32	25%	28,81
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.647.810,84	60%	94,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.383.219,60	-1.373.107,20	
Despesa de Capital Líquida		6.844.544,61	5.581.596,46	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de ITAPIRANGA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				70.014,55	-49.789,75
				60.723,16	2.915,36
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			6.273.305,75	15,00	21,09
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Itapoá

## PREFEITURA

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2017 DO EDITAL Nº 030/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 06/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/01/2017, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
12	20 hs	Professor Auxiliar de Turma	Roseane Rosário de Jesus Fiamoncini	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 24 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2017 DO EDITAL Nº 030/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 07/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/01/2017, as 09h15min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
03	40 hs	Professor AEE	Juliana Cristina Soares Speck	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 24 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2017 DO EDITAL Nº 030/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 08/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/01/2017, as 09h15min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
04	40 hs	Professor AEE	Silvana Fátima de Lima	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 030/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;

- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;
- Não comunicarem alterações de endereço/telefone/e-mail.

Itapoá, 24 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2017 DO EDITAL Nº 029/2016**  
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 17/2017

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 29/2016 – Ighor Zakaluk, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 26/01/2017, as 10h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
08	40hs	Educação Física	Robson Antonio Gonçalves	01/02/2017	15/12/2017

De acordo com o item 8.2 do Edital 29/2016: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 24 de janeiro de 2017.

Ighor Zakaluk  
Secretário de Educação

**SECRETARIA DE SAÚDE: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2017 - PSICÓLOGO**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2017

VAGA TEMPORÁRIA PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado 003/2017, destinado a selecionar candidato(s) para contratação temporária de Psicólogo, em conformidade com a Lei Municipal Nº 016/2007 e em consonância com as normas aplicáveis para o procedimento e pelo que dispõe o presente Edital.

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 (um) candidato, mais cadastro reserva, para ser contratado em caráter temporário, para o cargo de Psicólogo, vinculado ao afastamento de servidor em licença para atuar em entidade de classe.

1.2 - As atribuições da função são: Estudar e avaliar indivíduos que apresentam distúrbios psíquicos ou problemas de comportamento social, elaborando e aplicando técnicas psicológicas apropriadas, para orientar-se no diagnóstico e tratamento; Desenvolver trabalhos psicoterápicos, a fim de restabelecer os padrões normais de comportamento e relacionamento humano; Articular-se com profissionais de Serviço Social, para elaboração e execução de programas de assistência e apoio a grupos específicos de pessoas; Atender aos pacientes da rede municipal de saúde, avaliando-os e empregando técnicas psicológicas adequadas, para contribuir no processo de tratamento médico; Prestar assistência psicológica, individual ou em grupo, aos familiares dos pacientes, preparando-os adequadamente para as situações resultantes de enfermidades; Reunir informações a respeito de pacientes, levantando dados psicopatológicos, para fornecer aos médicos subsídios para diagnóstico e tratamento de enfermidades; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades administrativas, de controle e apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município, proporcionando condições instrumentais e sociais que facilitem o desenvolvimento da comunidade, bem como condições preventivas e de soluções de dificuldades, de modo a atingir os objetivos escolares, educacionais,

organizacionais e sociais; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho, custeado pelo próprio candidato; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal de R\$ 2.608,34 (Dois mil seiscentos e oito reais e trinta e quatro centavos), e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais. O contratado fará jus ao pagamento de férias, 13º salário proporcional e auxílio alimentação no valor de R\$ 363,34 (trezentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

1.5 - O prazo do contrato com o profissional selecionado será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

1.6 - Ocorrendo o retorno do Servidor licenciado dentro do período previsto na cláusula 1.5, se dará a rescisão automática do contrato.

1.7 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº:155/2003 e 044/2014.

1.8 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

## 2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; g) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado;

## 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, no dia 03 de fevereiro de 2017, exclusivamente na forma descrita deste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2017

NOME:

CPF:

TELEFONE: a) Carteira de identidade;

b) CPF;

c) Diploma do Curso Superior em Psicologia;

d) Título de eleitor;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC [www.tre-sc.gov.br/](http://www.tre-sc.gov.br/);

f) Quitação com as obrigações militares (masculino).

3.4 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar a documentação solicitada terá sua inscrição indeferida.

3.5 - A falha, omissão ou incorreção nas informações constantes no Requerimento de Inscrição, será considerada falta grave e tornará nula a inscrição em qualquer fase do processo seletivo.

## 4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 003/2017, consistirá na realização de prova objetiva.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Conhecimentos Específicos
SEGUNDO	Maior idade.

## 5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 30 (trinta) questões. Sendo 20 (vinte) questões em Conhecimentos Específicos, com valor de cada questão 4,0 (quatro pontos), 10 (dez) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão de 2,0 (dois pontos).

5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – Psicologia: conceituação; principais correntes teóricas e áreas de conhecimento – motivação, aprendizagem, comunicação, liderança. O Psicólogo e as múltiplas áreas de intervenção: o Psicólogo e a saúde; o Psicólogo e a educação; o Psicólogo e as instituições sociais e as organizações. Processo de desenvolvimento humano normal nos aspectos biológicos, cognitivos, afetivo, emocional, social e na interação dinâmica entre esses aspectos na infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Fundamentos da psicopatologia geral: o processo de desenvolvimento patológico e suas implicações estruturais e dinâmicas, nos distúrbios da conduta e de personalidade de forma geral. Prática terapêutica: psicodiagnóstico; atuação terapêutica; psicoterapia breve; psicossomática; grupos terapêuticos. Seleção e Orientação de pessoal: conceitos; objetivos; instrumentos e técnicas de seleção; os testes psicológicos; a entrevista; dinâmicas de grupo e jogos em seleção; elaboração de laudos psicológicos; orientação educacional e profissional. Treinamento e Desenvolvimento: o comportamento humano nas organizações; a dinâmica das relações interpessoais; aconselhamento psicológico; conceitos básicos em treinamento de pessoal; técnicas de treinamento. Psicologia dos grupos: formas de atendimento grupal na organização pública; tipos de grupo; processos grupais; psicoterapia de grupos; grupos operativos; orientação familiar; orientação a grupos sobre dependência e co-dependência na adicção. A Ética na prática da psicologia. O SUS / Lei 8080/90.

5.3.2 - LÍNGUA PORTUGUESA: a) Compreensão e interpretação de texto; b) significação das palavras; c) Pontuação; d) Ortografia oficial. Acentuação gráfica; e) Classes das palavras; f) Concordância nominal e verbal; g) Regência nominal e verbal.

## 6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 – A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista de 12 de fevereiro de 2017.

6.2 - O local e horário da prova objetiva serão comunicados até o dia 07 de fevereiro de 2017, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

6.3 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 6.2.

6.4 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.5 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.6 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.6.2 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.6.3 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.7 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.8 - São vedados: o porte e/ou uso de armas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, telefones celulares, "pagers", microcomputadores portáteis ou similares.

6.9 - Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que: a) chegar ao local de prova após o horário estipulado para início das mesmas; b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada; c) for surpreendido na sala de prova portando armas ou aparelhos eletrônicos; d) não realizar a prova.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 - A interposição de recursos em relação as questões da prova objetiva poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 14 de fevereiro de 2017 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação da classificação será dia 16 de fevereiro de 2017, a partir das 12:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.4 - A interposição de recursos da Classificação poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 17 de fevereiro de 2017 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.5 - A divulgação da classificação final será dia 21 de fevereiro de 2017, a partir das 12:00 horas através de Edital que será afixado no Paço

Municipal da Prefeitura de Itapoá.

**8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

8.1 - Somente será considerado classificado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos; b) Tiver maior idade.

8.4 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Saúde, de acordo com a necessidade do serviço à convocação dos classificados para contratação.

8.5 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Convocação que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital, ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, não terá o direito de assumir o cargo, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

**09 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Simplificado.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos.

Itapoá, 24 de janeiro de 2017.

Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária de Saúde

Marciane Rech  
Enfermeira SMS

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017/FEXPONACE CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.**

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº02/2017

Processo: 03/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE INTERESSE PÚBLICO REFERENTE À REALIZAÇÃO DA 24ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 06 de fevereiro de 2017 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 06 de fevereiro 2017 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br), no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 25 de janeiro de 2017

Artur Alexandre Korb

Presidente Interino da Fexponace

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 057/2017

PORTARIANº 057/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 46 a 48, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 10/01/2017, AUGUSTINHO FERRARI, Diretor de Esporte, para exercer, cumulativamente e interinamente, o cargo de provimento em comissão de GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIANº 058/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 40118/2016;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal FRANCIELE HEMKEMAIER DA SILVA SEBOLD, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22 de janeiro de 2017, encerrando-se em 21 de janeiro de 2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de janeiro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

### SAMAE - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017, PARA AQUISIÇÃO DE TAMPA PARA CAIXA PADRÃO FABRICADA EM POLICARBONATO.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC  
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que foi RETIFICADO o aviso de Licitação referente o Processo Licitatório nº 005/2017, para AQUISIÇÃO DE TAMPA PARA CAIXA PADRÃO

FABRICADA EM POLICARBONATO.

1. O horário da sessão de abertura publicada no aviso de licitação no Diário Oficial dos Municípios está equivocado e deve ser desconsiderado.

2. RATIFICAMOS a data e horário da entrega dos envelopes e sessão de abertura estipulados no Edital de Licitação.

3. Permanece a sessão de abertura do Processo Licitatório nº 005/2017 agendada para o dia 01/02/2017 às 14 horas, na Sede do Samae.

O Edital encontra-se disponível no site do Samae: [www.samae.js.com.br](http://www.samae.js.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047- 2106-9114

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### SEMED - PORTARIA Nº 905/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº905/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 616/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de DANIELLE DE LIMA REIS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil , no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

### SEMED - PORTARIA Nº 906/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº906/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo

Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 617/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de KAROLINA ZANGHELINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 907/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº907/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 618/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de PRISCILLA BETANIA STONOGA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 908/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº908/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 619/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de IEDA DEMARCHI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 909/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 909/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 620/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de VIVIANE PETRY SHAPPO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 910/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº910/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 622/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de LUCIANE BERTOLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 911/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

**PORTARIA Nº911/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 623/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de DANIELLE SOARES DE SENE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 912/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

**PORTARIA Nº912/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 624/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de ADRIANA SAPLINSKI SPEZIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 913/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

**PORTARIA Nº913/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 625/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de MARCICLEIDE MARIA DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 914/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

**PORTARIA Nº 914/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 626/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de DORALICE FUSSI RIBEIRO para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 915/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
---

**PORTARIA Nº 915/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 627/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de ELIANE TEREZINHA MARQUES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 916/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 916/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 628/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de BEATRIZ DE OLIVEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 917/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 917/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 629/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de MERIELE BAIROS, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 918/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº918/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 630/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 919/2016**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº919/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 631/2016, de 06.07.2016, que admitiu BRUNI HUBNER SCHWARTZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de ARTE, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 920/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**PORTARIA Nº920/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 632/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de VALDILEIA MARA STEILEIN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 921/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**PORTARIA Nº 921/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 633/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de SOLANGE ANGELICA MULLER KRAHL, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 922/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**PORTARIA Nº 922/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 634/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de SILVIA HELENA DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 923/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**PORTARIA Nº 923/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 635/2016, de 06.07.2016, que admitiu JANE FERREIRA PEREIRA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 924/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**PORTARIA Nº924/2016**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:  
PRORROGAR A PORTARIA Nº 636/2016, de 06.07.2016, que prorrogou a portaria de ELENIR CABRAL DO AMARAL TRAINOTI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.12.2016 a 16.06.2017.

Jaraguá do Sul, 15 de dezembro de 2016.

ELSON QUIIL CARDOZO  
Secretário Municipal da Educação

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 23/2017**

PORTARIA Nº 23/2017

Exonera Diretor Geral.

PEDRO ANACLETO GARCIA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL, o SR. GERALDO APARECIDO GOMES. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 21/2016, de 27 de janeiro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 24 de janeiro de 2017.

PEDRO ANACLETO GARCIA
-----------------------

Presidente
------------

# Joaçaba

## PREFEITURA

### CONTRATO 147/2014/PMJ - TA 03

CONTRATO Nº 147/2014/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a empresa XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.190.216/0001-22, estabelecida na Rua Domingos Filomeno, 88, Bairro Praia Comprida, no Município de São José - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Veber, portador da Carteira de Identidade nº 5.733.2840 e CPF nº 787.068.829-00, residente e domiciliado na Rua Zigomar G. de Souza, 450, Bairro Areias, na cidade de São José - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 147/2014/PMJ, firmado em 24/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 127/2013/PMJ – Edital TP nº 24/2013/PMJ, cujo objeto é a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a manutenção corretiva e preventiva do Sistema de Monitoramento Urbano composto de câmeras de vídeo nos municípios de Joaçaba e Herval d'Oeste, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 24 de janeiro de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor inicial do contrato fica reajustado em 6,57%, correspondentes a variação do INPC/IBGE no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, passando o valor total para R\$ 109.123,20 (cento e nove mil cento e vinte e três reais e vinte centavos), que será agregado ao contrato a contar de 24 de janeiro de 2017, de acordo com os seguintes itens:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANTERIOR R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
1	12	MÊS	Manutenção preventiva e corretiva em 13 (treze) pontos de vídeo monitoramento urbano, instalados no Município de Joaçaba, SC.	4.134,00	4.405,60
2	12	MÊS	Manutenção preventiva e corretiva em 09 (nove) pontos de vídeo monitoramento urbano, instalados no Município de Herval d'Oeste, SC.	2.862,00	3.050,00
3	12	MÊS	Manutenção preventiva e corretiva em Central de vídeo monitoramento urbano, instalada no Município de Herval d'Oeste, SC.	1.537,00	1.638,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 20 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA

MARCELO VEBER

CONTRATADA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO Nº 001/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDORES PARA CONDUZIREM VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”**

A Secretária de Saúde do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar os seguintes servidores para conduzirem os veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Joaçaba, conforme relação abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – Maira Dalsoglio, Janaina Marostica, Sandra Regina Pacheco Pinheiro, Leda Fátima Paza, Desiree Aparecida Pino Gomes, Leila Angelica Pauli Bauermann, Fabio Junior Zanin, Revelino Antonio Sartori, Aline Piva, Auriel Parizotto, Tailise Cristina Kopp, Adriano Daniel Pasqualotti, Alceu Sebastião de Lima, João Carlos Toledo Sampaio, Isabel de Carli Bortoli, Mariana Zopeletto, Erlo Lutz, Caroline Bastos Sampaio, Paulo José Palla, Angela Signori, Jessica Aparecida Boff, Andreiza Hilda Karch Pereira, Débora Lopes Cesar, Charline Zarpelon, Tuany Couto Ritter, Luisa Cavalcanti Carneiro Monteiro, Geovane Maria Lorenzetti, Guilherme Augusto Trentin da Silva, Eliane Aparecida Ceron Vier, Valmor Reisdorfer, Ilton A. Schmitz, Maristela Branco de Miranda e Marcella de Mattos.

(MMJ0378,MMJ0548,MMJ0338 – Nissan Versa Branco 2014)  
(MMA4673,MMA4583,MMA4733 – Renault Logan Branco 2013)  
(MJL4315 – Renault Logan Prata 2012)  
(OKF9845 – VW UP Take Branco 2015)  
(MJP1149 – Corsa Classic Branco 2011)  
(MEM3384 – VW Gol 1.0 Branco 2009)  
(MHW5163 – Fiat Doblô Hlx Branco 2010)  
(MKK8395 – Chevrolet Onix 1.0 Branco 2014)  
(MFH9514 – Fiat Doblô Branco 2008)  
(MJQ8699 – Chevrolet Corsa Branco 2011)  
(MLS0136 – Fiat Strada Working Branco 2013)  
(MJU9195 – Fiat Uno Economy Branco 2013)  
(MDR4843 – Fiat Uno Mille Fire Flex 2008)

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação dos servidores deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução 005/2016.

Joaçaba, SC, 24 de Janeiro de 2017.

Valmor Reisdorfer  
Secretário de Saúde  
Prefeitura de Joaçaba

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**ERRATA PREGÃO 0001/2017 - SIMAE**

ERRATA

SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SC.

Pregão Presencial JHL 0001/2017

Licitação nº 0003/2017

Protocolo 0009/2017

O Diretor Presidente do SIMAE torna público aos interessados a alteração do Edital de Licitação Pregão Presencial n.º 0001/2017, nos seguintes termos:

1ª Alteração – Alteração da data de entrega dos envelopes e abertura da sessão (Preâmbulo e item 7.1 do Edital)

a) Fica alterada a data de credenciamento e recebimento dos Envelope nº 1º (Proposta de Preços) e Envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) para: até às 9h do dia 07/02/2017;

b) Fica alterada a data de abertura da sessão pública para: dia 07/02/2017 às 9h10min

2º Alteração – Alteração do Quadro de Quantitativos/ Especificações Mínimas/ Valores Unitário Máximos (Anexo I do Edital)

## ONDE SE LÊ:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONJUNTO MOTORBOMBA CENTRÍFUGA DE EIXO HORIZONTAL PARA ESGOTO SANITÁRIO PRÉ-GRADEADO, VAZÃO DE 347 M³/H, ALTURA MANOMÉTRICA DE 36,45 MCA, RENDIMENTO MÍNIMO 73%, BOCAL DE SUÇÃO FRONTAL E BOCAL DE RECALQUE NA PARTE SUPERIOR. MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 75 CV, DE 4 OU 6 POLOS E COM TENSÃO TRIFÁSICA DE 380V E FREQUÊNCIA DE 60HZ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).	CJ	2,00	73.990,00	147.980,00

## LEIA-SE:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CONJUNTO MOTORBOMBA CENTRÍFUGA DE EIXO HORIZONTAL PARA ESGOTO SANITÁRIO PRÉ-GRADEADO, VAZÃO DE 347 M³/H, ALTURA MANOMÉTRICA DE 36,45 MCA, RENDIMENTO MÍNIMO 73%, BOCAL DE SUÇÃO FRONTAL E BOCAL DE RECALQUE NA PARTE SUPERIOR. MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 75 CV, DE 6 POLOS E COM TENSÃO TRIFÁSICA DE 380V E FREQUÊNCIA DE 60HZ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).	CJ	2,00	73.990,00	147.980,00

3º Alteração – Alteração do item 2 e 3.6 do Termo de Referência (Anexo II)

a) Onde de lê:

## 2. CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÃO

DPS	Diâmetro de passagem de sólidos (mínimo)	80 mm ou mais
-----	--	---------------

Leia-se:

## 2. CARACTERÍSTICAS DE OPERAÇÃO

DPS	Diâmetro de passagem de sólidos (mínimo)	60 mm ou mais
-----	--	---------------

b) Onde de lê:

3.6 O diâmetro de passagem de sólidos admissível deverá ser de no mínimo 80 mm.

Leia-se:

3.6 O diâmetro de passagem de sólidos admissível deverá ser de no mínimo 60 mm.

Joaçaba, 24 de janeiro de 2017.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE

**RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA QUARTA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0005/2016

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0016/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2016

PROTOCOLO Nº 0805/2016

OBJETO: Registro de Preços de materiais: cimento, cal, areia e argamassa a serem utilizados pelas áreas técnicas do SIMAE, para o exercício de 2016.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço	EMPRESA
1	600,00	SC	CIMENTO CP II, SACOS COM 50 KG	R\$ 26,89	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA
2	60,00	M³	AREIA MÉDIA	R\$ 125,00	

3	100,00	SC	CAL HIDRATADA, SACOS COM 20 KG	R\$ 9,70	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
4	10,00	SC	ARGAMASSA C1, SACOS COM 20 KG	R\$ 6,90	
5	20,00	SC	ARGAMASSA C2, SACOS COM 20 KG	R\$ 19,90	

VIGÊNCIA: 25/04/2016 a 24/04/2017

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o SIMAE, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 25 de janeiro de 2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

#### **RESUMO CONTRATO JHL 0005/2017 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0005/2017

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0078/2013

TOMADA DE PREÇOS JHL 0004/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2013

PROTOCOLO Nº 1999/2013

Data assinatura: 24/01/2017

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, I, "a", da Lei 8.666/93, fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais), correspondente à implantação de melhorias no software, para integração dos dados da situação cadastral entre os sistemas Sansys e Gênese, conforme proposta da Contratada.

Contratado: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA ME

Valor Contratado: R\$ 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais).

Projeto/Atividade: 14.01

Função/Programa: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.11.00.00.00.

Prazo de vigência: 24/01/2017 a 31/08/2017.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO 02/2017

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM FARMÁCIA

##### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2017

CONTRATANTES: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ n. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo Prefeito Sérgio Luiz Calegari, através do seu Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Edgar Brandini.

CONTRATADA: Pasteur Laboratório de Análises Clínicas Ltda. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 78.491.172/0001-00, localizada na Av. XV de Novembro, n. 138, Centro, Joaçaba/SC, representada por Glaucio Grando Galli, Sócio Administrador, CPF/MF 503.656.819-20.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação direta, uma vez que dispensada a licitação (art. 24, inciso IV da Lei n. 8.666/93), conforme Parecer Jurídico n. 09/2017, de pessoa jurídica para a prestação de serviços farmacêuticos. Parágrafo único: A prestação do serviço consiste no assessoramento técnico, controle farmacêutico, dispensação de fórmula farmacopéicas, além de outras atribuições exclusivas de profissional farmacêutico contempladas na legislação de regência.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, em moeda corrente, mediante depósito ou transferência o valor global de R\$ 8.049,12 (oito mil e quarenta e nove reais e doze centavos), de forma parcelada, em 03 (três) prestações mensais e sucessivas, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente à prestação do serviço.

§1º O preço acima comporta todas as despesas para execução dos serviços e não sofrerá reajuste nem atualização de valores;

§2º Os dados bancários da contratada para fins de depósito ou transferência do valor serão informados posteriormente.

§3º A Nota Fiscal deverá ser emitida para o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis/SC, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22.

§4º Anexar à Nota Fiscal os relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente o atendimento ao objeto contratado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 72 (setenta e dois) dias, podendo ser prorrogado, conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666/93. Parágrafo único: os trabalhos iniciam-se no dia 12/01/2017 e encerram-se em 24/03/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta

do orçamento vigente:

ORGAO 10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01-SERVIÇOS DE SAÚDE

Proj/At. 10.301.1012.2.054-MANUT.PROGR.SAÚDE DA FAMÍLIA E MEDICAMENTOS

Compl.Elem. 3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º) (110)

Recurso 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde

#### CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento da CONTRATADA;
- b) Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- c) Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os serviços objeto deste contrato e obedecendo rigorosamente as suas cláusulas;
- b) Além das obrigações decorrentes da legislação específica (ética profissional e procedimentos adequados), cabe ainda à CONTRATADA, prestar os serviços contratados de acordo com a melhor técnica aplicada à espécie, com zelo diligência e economia, sempre em rigorosa observância à legislação e às cláusulas e condições estabelecidas;
- c) Acatar as determinações que lhe forem passadas, bem como comunicar qualquer irregularidade ou descumprimento do presente contrato ao Secretário de Saúde do Município de Lacerdópolis;
- d) Responder pelos danos que resultem de imperícia, imprudência ou negligência de acordo com os princípios gerais de responsabilidade civil e administrativa;
- e) Não transferir, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato;
- f) Isentar completamente o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade civil, administrativa, criminal ou trabalhista provenientes da execução deste contrato;
- g) Arcar com todas as despesas decorrentes ao transporte, estada e alimentação dos prepostos disponibilizados para a prestação dos serviços;
- h) Dispor de profissionais capacitados e devidamente inscritos no Conselho Profissional para prestação dos serviços objeto deste Contrato;
- i) Receber pelos serviços prestados de acordo com os prazos e condições previstos neste contrato;
- j) Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- k) Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim;
- l) Comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;
- m) Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento ao objeto;

- n) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- o) Responsabilizar-se por todos e quaisquer encargos de ordem trabalhista, previdenciária, cíveis ou criminais, bem como tributos de qualquer espécie devidos em decorrência da prestação dos serviços, objeto deste Contrato;
- p) Aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - EXECUÇÃO

Os serviços de farmacêutico serão prestados junto ao Posto de Saúde Municipal (Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000), das 13h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira, escala de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

A inexecução, total ou parcial do contrato e/ou o descumprimento das normas contratuais ou editalícias por parte da CONTRATADA, sujeitará a aplicação, isolada ou conjuntamente, das seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 20% sobre o valor total do contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração por um período de 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2 Poderá, ainda, ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor de uma prestação mensal, quando a CONTRATADA:

- a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
- c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias as suas expensas;
- d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
- e) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em conformidade com as disposições dos arts. 77, 78, 79 e 80 da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se ainda à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
- b) A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
- c) Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 11 de janeiro 2017.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito CONTRATANTE	Pasteur Laboratório de Análises Clínicas Ltda. Glaucio Grando Galli Sócio Administrador CONTRATADA
Fundo Municipal de Saúde Edgar Brandini Secretário de Saúde	

#### TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF/MF: \_\_\_\_\_

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º ADT CONTRATO 01/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 01/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com Sede a Av.: Dom Pedro II Nº 967 – CEP:88509-000.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 03/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA. resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao Contrato 01/2017, conforme parecer jurídico nº 03/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016, consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Conforme solicitação de reajuste formalizada pela empresa, e com justificativa e ratificação do Secretário de Administração, fica reajustado da seguinte forma:

Item 01 - Gasolina Comum passando de - R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos) o litro, para R\$ 3,5315 (três reais cinquenta e três centavos e quinze milésimos);

Item 03 – Diesel S10 passando de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos), para R\$ 2,8587 (dois reais e oitenta e cinco centavos e oitenta e sete milésimos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 16 de janeiro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito municipal

### EXTRATO 1º ADT CONTRATO 02/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 02/2017 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEL DOM PEDRO II, inscrita no CNPJ sob nº 08.824.026/0001-66, estabelecida na AV. Dom Pedro II, 1131, bairro São Cristóvão- CEP 88509-000.

Resolvem celebrar este Contrato, conforme parecer jurídico nº 03/2017, decorrente da Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA. resolvem celebrar este 1º termo aditivo ao contrato 02/2017, Dispensa de Licitação nº 01/2017, datada de 03/01/2016, consoante as seguintes alterações:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Maquinas pertencentes a frota da PML, Fundo municipal de Saúde, Fundo municipal de Assistência Social e SEMASA.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Conforme solicitação de reajuste formalizada pela empresa, e com justificativa e ratificação do Secretário de Administração, fica reajustado da seguinte forma:

Item 02 – Diesel Comum – passando o valor unitário de - R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) o litro, para R\$ 2,8124 (dois reais e oitenta e um centavos e vinte e quatro milésimos).

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 16 de janeiro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito municipal

### EXTRATO 4º ADT 315/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 315/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: RAMOS & ATANÁZIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.566.165/0001-86, com sede a Avenida Lambari, 461 – Distrito de Santa Terezinha do Salto, CEP 88502-970 – Lages/SC

4º termo aditivo ao Contrato 315/2015, Conforme parecer jurídico nº 1146/2016, Processo Licitatório nº 36/2015, correlato a Concorrência 05/2015, aberta em 05/05/2015 e homologada em 17/06/2015, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa/Autônomo para a Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos do Sistema Municipal de Educação de Lages.

Conforme solicitação de prorrogação de prazos, efetuada pela Secretaria da educação Of. nº 1036/2016, ficam prorrogado os prazos de execução e Vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, a contar de 31/12/2016, FICA EXCLUÍDO DAS PRORROGAÇÕES O LOTE 08 DO CONTRATO ADITADO.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de dezembro de 2016.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL 01/2017

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PARA ELEIÇÃO DAS ENTIDADES QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

O Prefeito Municipal de Laguna/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil e o Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Laguna, Sr. José Antônio da Silva Santos, CONVOCAM os representantes do poder Executivo, Legislativo e os representantes sociedade civil abaixo identificados, indicados por ocasião das reuniões preparatórias convocadas por meio dos Decretos nºs. 4.777/16 e 4.808/17, para eleição e posse dos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Laguna (titular e suplente) para o período 2017 a 2019, a realizar-se no dia 31.01.2017, com início às 14:00 horas, na sala de reuniões do escritório técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/LAGUNA, localizado na Praça Vidal Ramos, Centro, Laguna/SC.

ENTIDADES REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL HABILITADAS PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ELEIÇÃO:

- Associação de Moradores da Vila Francisco de Assis Soares - COHAB do Mato Alto;
- Sociedade Amigos da Praia da Tereza;
- Associação Amigos da Praça Nelson Moreira Neto;
- Associação de Moradores do Mar Grosso;
- Associação de Moradores do Bairro Jardim Juliana;
- Associação de Conservação e Educação Ambiental – ENTREMA-RES;
- UAPI - Associação de Pescadores da Região da Ilha;
- Associação de Moradores e Amigos de Bentos;
- Associação da Comunidade Pesqueira da Travessa Pedro Rosa (Magalhães);
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis;
- OAB - Ordem dos Advogados do Brasil;
- ACIL - Associação Empresarial de Laguna;
- CDL - Clube dos Diretores Lojistas;
- SINDILOJAS - Sindicato do Comercio Atacadista e Varejista de Laguna;
- Sindicato dos Bancários;
- SINDPESCA Laguna - Sindicato dos Pescadores Profissionais do Complexo Lagunar de Água Doce e Salgadas dos Municípios de Laguna, Imaruí;
- Colônia dos Pescadores Z14;
- ASSAPIL - Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos de Laguna;
- SOLPRA - Sociedade Lagunense de Proteção aos Animais;
- IABF - Instituto Ambiental Boto Flipper;
- LIBLOL - Liga Independente dos Blocos Carnavalescos e Culturais de Laguna;
- SESC - Serviço Social do Comercio;
- UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina;

ENTIDADES INSCRITAS E QUE DEVERÃO REGULARIZAR SUA SITUAÇÃO DOCUMENTAL ATÉ O INÍCIO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES (31.01/2017 às 14:00), SOB PENA DE INABILITAÇÃO:

- Associação Recanto dos Arcanjos;
- ACUSTRA - Associação Cultural, Social e Terapêutica da Região da AMUREL;

- Grupo Renascer da Terceira Idade;
- Associação Comunitária de Barbacena ;
- Associação dos Artesões e de Produtos Caseiros de Laguna;
- SAMAR – Sociedade Amigos de Amigos do Mar Grosso;
- Associação de Moradores da Praia da Galheta;

A sessão eleitoral para escolha das entidades que irão compor o referido conselho ocorrerá na forma fixada no Decreto nº 4.797/16.

Caso não seja preenchidas as vagas de acordo com o artigo 140 da Lei Municipal 268/2013 (Plano Diretor Municipal), o conselho eleito decidirá a forma de habilitação de novas entidades com o intuito de obedecer o número de entidades indicado no referido artigo.

Laguna, 24 de janeiro de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal de Laguna

José Antônio da Silva Santos

Presidente do CDM

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO DE APROVADOS CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE ESTADO DE SANTA CATARINA

#### CONVOCAÇÃO DE APROVADOS

Concurso Público Nº 001/2014

O Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que:

I – Ficam convocados, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Lajeado Grande – SC, sito a Rua Vitória, 503, centro, os candidatos abaixo, conforme se especificado a seguir:

OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA – 40 HORAS		
CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
2	019	Rudiclei Toffolo

II – Em caso de não comparecimento do candidato no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, o candidato será automaticamente desclassificado;

III – A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação específica;

IV – Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação;

V – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Lajeado Grande – SC, em 24 de janeiro de 2017.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 539/2016

PORTARIA Nº 539/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

#### RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR, da Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, a professora lotada CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, Professora II, e lotá-la na Escola Municipal Hilário Pescador.

Parágrafo Único – A professora tem lotação de 20 (vinte) horas semanais sendo 10 (dez) horas na Escola Municipal Emília Mamede Soares e 10 (dez) horas na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

### PORTARIA Nº 540/2016

PORTARIANº 540/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, LASTENA HENRIQUE RIBEIRO, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto à Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PORTARIA Nº 541/2016

PORTARIANº 541/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, SONIA PANDINI DA ROSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

### PORTARIA Nº 542/2016

PORTARIANº 542/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, GILBERTO MIGUEL, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 543/2016**

PORTARIA Nº 543/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 386/2016, de 04 de Julho de 2016, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, CLAUDIA ANTUNES CARDOSO.

Parágrafo único – A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de Professora com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 544/2016**

PORTARIA Nº 544/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 385/2016, de 04 de Julho de 2016, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, LEILA APARECIDA DA ROSA DE SOUZA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 555/2016**

PORTARIA Nº 555/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 001/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ANDRÉ MAZON DE SOUZA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público – Edital nº 01/2016, para o Quadro Funcional do Hospital Municipal Henrique Lage, para exercer o Cargo de Farmacêutico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. Planej.

**T E R M O D E P O S S E**

No dia 20 do mês de Dezembro do ano de 2016, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu o senhor ANDRÉ MAZON DE SOUZA, aprovado no Concurso Público – Edital nº 01/2016, para o Quadro Funcional do Hospital Municipal Henrique Lage, para o Cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratado pela Portaria nº 555/2016. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 20 de Dezembro de 2016.

ANDRÉ MAZON DE SOUZA

Servidor

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 556/2016**

PORTARIANº 556/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MARIA REGINA CARNIEL GUIMARÃES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 557/2016**

PORTARIA Nº 557/2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

## RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 478/2014, de 31 de Dezembro de 2014, que concedeu licença sem vencimentos à funcionária ELISA FERNANDA BERNARDINO LIBRELATO, ocupante do cargo de Fisioterapeuta – NASF junto a Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Lauro Müller .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 558/2016**

PORTARIANº 558/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, VALDEMIRO PIGNATEL FILHO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Departamento junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DAS 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 559/2016**

PORTARIANº 559/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.562/2009, de 09/04/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ALAIR GOULART, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Departamento junto ao Hospital Municipal Henrique Lage, Código/Nível DAS 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 560/2016**

PORTARIANº 560/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

## RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, ALAN JUNG CROCETTA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 561/2016**  
PORTARIANº 561/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento da Educação junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 562/2016**  
PORTARIANº 562/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, LAÉRCIO MELLO, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento de Cultura junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 563/2016**  
PORTARIANº 563/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, LEANDRO STANGHERLIN, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador do Departamento Administrativo junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 564/2016**  
PORTARIANº 564/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, VALDIR WESSLER, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Setor junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 565/2016**  
PORTARIANº 565/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, MICHELA LUCIANO GIONGO, do Cargo de

Provimento em Comissão de Secretária de Gabinete junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 566/2016**  
PORTARIANº 566/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, ODIRLEI DE OLIVEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 567/2016**  
PORTARIANº 567/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.553/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR, RUBERVAL RUFINO RABELO, do Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor do Departamento de Obras junto à Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 568/2016**  
PORTARIANº 568/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 89 incisos VI, VIII e II letras “a” e “b”, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal combinado com Lei Municipal nº 1.145/2001, de 28/11/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DEFERIR, requerimento da servidora pública ELISA FERNANDA BERNARDINO LIBRELATO, Fisioterapeuta - NASF do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que solicita redução da carga horária de trabalho de 30 (trinta) horas semanais para 10 (dez) horas semanais, com a conseqüente redução salarial na mesma proporção, conforme preceitua a Lei Municipal nº 1.145/2001.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 28 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 569/2016**  
PORTARIA Nº 569/2016

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI e VIII do artigo 63, alínea “c” do inciso II do artigo 89 e inciso II do artigo 205, todos da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar DILSON TARTARI FELISBINO, supervisor do Departamento de Recursos Humanos, Matrícula nº 110, JOSIANI GIRARDI, auxiliar administrativo, Matrícula nº 1436 e RICARDO FONTANELLA, Supervisor do Departamento de Fiscalização e Tributação, Matrícula nº 1273, para, sob a presidência do primeiro, constituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, com vistas a dar continuidade, no prazo de 60 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 002/PAD/2015, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 403/2015, bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 26 DE DEZEMBRO DE 2016.  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
Em 26 de dezembro de 2016.

JAIR FERNANDES MADEIRA  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 01/2017

Edital de Convocação n. 01/2017

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) eleito(s), abaixo relacionados, para apresentar-se perante a Secretaria do Conselho, localizado em anexo a Secretária de Assistência Social, na Rua Waldir Ortigari, n. 74, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min as 12h00min, e das 13h00 as 17h00, até o dia 03/02/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Josoeni Rauen Xavier	Conselheiro Tutelar	1º Suplente

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 24 de janeiro de 2017.

Eny Aparecida Tramontina Coffferri  
Presidente

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 01/2017 CL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT – Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL sistema Registro de Preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, cama mesa e banho no dia 08 de fevereiro de 2017, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de janeiro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt - Presidente

### LEI 1341

LEI Nº 1.341, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Dá à Praça Pública do Loteamento Caminhos do Sol a denominação de "Praça Mariza Terezinha da Silva de Oliveira" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada "Praça Mariza Terezinha Silva de Oliveira" a Praça Municipal situada na Rodovia SC 473, no Loteamento Caminhos do Sol, no Município de Lindóia do Sul.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 24 de janeiro de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registrado.

Encaminho para publicação no DOM/SC.

Lindóia do Sul, 24 de janeiro de 2017.

Edison Domingos Giron

Auxiliar de Técnico

# Lontras

## PREFEITURA

**EDITAL N° 008/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2017

OBJETO: Aquisição de peças para conserto da moto niveladora New Holland RG170. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 03/02/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 03/02/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 24 de janeiro de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

## Luzerna

## PREFEITURA

## RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 01 - CONSOLIDADO

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.533.635,06	0,00
Pessoal Ativo	9.533.635,06	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	81.737,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	49.612,86	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	32.124,47	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.451.897,73</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.626.278,69	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>9.451.897,73</b>	<b>48,16</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.775.767,21	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.186.978,85	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.598.190,49	54,00

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 01 - EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.108.321,81	0,00
Pessoal Ativo	9.108.321,81	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	81.737,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	49.612,86	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	32.124,47	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>9.026.584,48</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.626.278,69	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>9.026.584,48</b>	<b>45,99</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.598.190,49	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.068.280,97	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.538.371,44	48,60

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 02**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>182.436,04</b>	<b>176.558,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	182.436,04	176.558,17	0,00	0,00
Interna	182.436,04	176.558,17	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>975.547,92</b>	<b>1.701.696,52</b>	<b>1.488.426,95</b>	<b>2.278.789,79</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.205.626,27	1.883.760,20	1.573.824,22	2.297.655,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	230.078,35	182.063,68	85.397,27	18.865,61
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-793.111,88</b>	<b>-1.525.138,35</b>	<b>-1.488.426,95</b>	<b>-2.278.789,79</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>16.753.215,36</b>	<b>16.959.309,61</b>	<b>17.628.901,33</b>	<b>19.626.278,69</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,09%	1,04%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-4,73%	-8,99%	-8,44%	-11,61%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>20.103.858,43</b>	<b>20.351.171,53</b>	<b>21.154.681,60</b>	<b>23.551.534,43</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>18.093.472,59</b>	<b>18.316.054,38</b>	<b>19.039.213,44</b>	<b>21.196.380,99</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	182.436,04	176.558,17	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	182.436,04	176.558,17	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	35.593,15	35.593,15	44.890,47	47.846,86
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	316.709,50	390.165,81	374.819,20	444.475,52
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	467,19	2.083,42	733,43	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	322.156,58	3.261.150,25	2.455.462,64	202.792,30

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Luzerna, 24/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

FONTE:

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 03**

**MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>16.753.215,36</b>	<b>16.959.309,61</b>	<b>17.628.901,33</b>	<b>19.626.278,69</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>3.685.707,38</b>	<b>3.731.048,11</b>	<b>3.878.358,29</b>	<b>4.317.781,31</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.317.136,64</b>	<b>3.357.943,30</b>	<b>3.490.522,46</b>	<b>3.886.003,18</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	182.436,04	176.558,17	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>182.436,04</b>	<b>176.558,17</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 04**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>173.542,67</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	173.542,67
Interna	0,00	173.542,67
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	173.542,67
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>19.626.278,69</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>173.542,67</b>	<b>0,88</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.140.204,59</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.826.184,13</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.373.839,51</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>173.542,67</b>	<b>0,88</b>

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 05

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Assistência Farmacêutica Básica	15.914,79	0,00	0,00	0,00	0,00	15.914,79	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	369.642,76	0,00	0,00	0,00	0,00	369.642,76	0,00	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	23.624,99	0,00	0,00	0,00	0,00	23.624,99	0,00	0,00	0,00
Bolsa Família	2.663,44	0,00	0,00	0,00	0,00	2.663,44	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	333,30	0,00	0,00	0,00	0,00	333,30	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública -	190.658,79	0,00	0,00	0,00	0,00	190.658,79	3.694,70	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	3.994,40	0,00	42,21	0,00	0,00	3.952,19	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	8.049,13	0,00	42,21	0,00	0,00	8.006,92	1.257,30	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	7.566,07	0,00	0,00	0,00	0,00	7.566,07	45,47	0,00	0,00
Gestão do SUS	4,18	0,00	0,00	0,00	0,00	4,18	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência :	34.134,96	0,00	0,00	0,00	0,00	34.134,96	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Edu	83.020,23	0,00	0,00	0,00	0,00	83.020,23	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.414,92	0,00	0,00	0,00	0,00	13.414,92	0,00	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	4.302,79	0,00	0,00	0,00	0,00	4.302,79	0,00	0,00	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e	2.249,76	0,00	0,00	0,00	0,00	2.249,76	0,00	0,00	0,00
S.F. Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta	20,15	0,00	0,00	0,00	0,00	20,15	0,00	0,00	0,00
S.F.Assistência Farmacêutica Básica	136.965,27	0,00	0,00	0,00	0,00	136.965,27	0,00	0,00	0,00
S.F.Atenção Básica	138,82	0,00	0,00	0,00	0,00	138,82	0,00	0,00	0,00
S.F.Bolsa Família	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,68	0,00	0,00	0,00
S.F.Continuidade do Custeio dos Serv. de Ilum.Públ. - C	114.419,60	0,00	0,00	0,00	0,00	114.419,60	24.000,00	0,00	0,00
S.F.Convênio Trânsito - Civil	13.438,47	0,00	0,00	0,00	0,00	13.438,47	208,50	0,00	0,00
S.F.Convênio Trânsito - Militar	5.572,96	0,00	0,00	0,00	0,00	5.572,96	5.161,70	0,00	0,00
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	8.411,06	0,00	0,00	0,00	0,00	8.411,06	0,00	0,00	0,00
S.F.Gestão do SUS	44,04	0,00	0,00	0,00	0,00	44,04	0,00	0,00	0,00
S.F.Outras Transf.de Rec.p/ o Fundo de Assist.,Soc	7,33	0,00	0,00	0,00	0,00	7,33	0,00	0,00	0,00
S.F.Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ.-FND	55,78	0,00	0,00	0,00	0,00	55,78	0,00	0,00	0,00
S.F.Programa Nac. de Apoio ao Transp. Esc.-PNATE	19,69	0,00	0,00	0,00	0,00	19,69	0,00	0,00	0,00
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	227,50	0,00	0,00	0,00	0,00	227,50	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/3  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
S.F. Transferências de Convênitos - Saúde	8.406,16	0,00	0,00	0,00	0,00	8.406,16	0,00	0,00	0,00
S.F. Vigilância em Saúde	827,43	0,00	0,00	0,00	0,00	827,43	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	2.133,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.133,05	0,00	0,00	0,00
Transferência SUAS/ Estado	27.351,17	0,00	78,30	0,00	0,00	27.272,87	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênitos - Saúde	2.614,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.614,85	0,00	0,00	0,00
Transferência do SUS/Estado	31.910,17	0,00	0,00	0,00	0,00	31.910,17	614,80	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	7.175,15	0,00	0,00	0,00	0,00	7.175,15	128,40	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.119.313,84	0,00	162,72	0,00	0,00	1.119.151,12	35.110,87	0,00	0,00
Alienações de Bens destinados a Outros Programas FIA Imposto de Renda Recultas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde Recursos de Impostos e Transferências Impostos - Educação Recursos Ordinários S.F. Alienações de Bens destinados a Outros Program S.F. Rec. de Imp. e Transf. Impostos - Saude S.F. Recursos Ordinários S.F. Transferências de Convênitos - Educação S.F. Transferências de Convênitos - Outros Transferências de Convênitos – Estado/Outros Transferências de Convênitos - Educação Transferências de Convênitos - Outros Transferências do FUNDEB - 40%	13.485,18	0,00	0,00	0,00	0,00	13.485,18	0,00	0,00	0,00
	214,10	0,00	0,00	0,00	0,00	214,10	0,00	0,00	0,00
	22.039,34	0,00	1.945,89	0,00	0,00	20.093,45	6.335,60	0,00	0,00
	60.043,46	0,00	9.917,70	0,00	0,00	50.125,76	50.125,76	0,00	0,00
	866.476,99	0,00	6.839,30	0,00	0,00	859.637,69	86.977,21	0,00	0,00
	32.724,50	0,00	0,00	1.347,06	0,00	31.377,44	0,00	0,00	0,00
	1.015,38	0,00	0,00	0,00	0,00	1.015,38	0,00	0,00	0,00
	27.349,46	0,00	0,00	0,00	0,00	27.349,46	22.774,88	0,00	0,00
	45,27	0,00	0,00	0,00	0,00	45,27	0,00	0,00	0,00
	32.790,54	0,00	0,00	120,92	0,00	32.669,62	0,00	0,00	0,00
	88,59	0,00	0,00	0,00	0,00	88,59	0,00	0,00	0,00
	435,67	0,00	0,00	0,00	0,00	435,67	0,00	0,00	0,00
	6.141,33	0,00	0,00	0,00	0,00	6.141,33	0,00	0,00	0,00
	115.491,75	0,00	0,00	0,00	0,00	115.491,75	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.178.341,56	0,00	18.702,89	1.467,98	0,00	1.158.170,69	166.213,45	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.297.655,40	0,00	18.865,61	1.467,98	0,00	2.277.321,81	201.324,32	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 3/3  
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")  
Luzerna, 24/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇ

PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNC

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 06 - CONSOLIDADO**

**MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	19.626.278,69	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.451.897,73	48,16
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.775.767,21	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.186.978,85	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.278.789,79	-11,61
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.551.534,43	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.317.781,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	173.542,67	0,88
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.140.204,59	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.373.839,51	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	201.324,32	2.277.321,81

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º QUA-2016 - ANEXO 06 - EXECUTIVO**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		19.626.278,69	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		9.026.584,48	45,99
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		10.598.190,49	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		10.068.280,97	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-2.278.789,79	-11,61
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		23.551.534,43	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		4.317.781,31	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		173.542,67	0,88
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.140.204,59	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.373.839,51	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		201.324,32	2.277.321,81

FONTE:

Luzerna, 24/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 01

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00	SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		18.250.000,00	18.907.059,05	4.821.854,68	25,50	20.413.105,71	107,97	-1.506.046,66
RECEITAS CORRENTES		18.137.999,00	18.318.739,86	4.739.016,91	25,87	19.626.278,69	107,14	-1.307.538,83
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.891.241,04	1.891.241,04	301.160,03	15,92	2.095.605,44	110,81	-204.364,40
IMPOSTOS		1.436.800,00	1.436.800,00	276.123,86	19,22	1.638.405,74	114,03	-201.605,74
TAXAS		453.941,04	453.941,04	25.036,17	5,52	457.199,70	100,72	-3.258,66
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		315.000,00	315.000,00	67.898,21	21,55	415.130,24	131,79	-100.130,24
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		315.000,00	315.000,00	67.898,21	21,55	415.130,24	131,79	-100.130,24
RECEITA PATRIMONIAL		243.635,48	248.713,25	40.049,43	16,10	222.980,00	89,65	25.733,25
RECEITAS MOBILIÁRIAS		10.800,00	10.800,00	1.200,00	11,11	5.550,40	51,39	5.249,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		205.675,48	210.753,25	31.060,35	14,74	175.820,81	83,42	34.932,44
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		2.160,00	2.160,00	3.032,94	140,41	16.891,26	782,00	-14.731,26
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS		25.000,00	25.000,00	4.756,14	19,02	24.717,53	98,87	282,47
RECEITA DE SERVIÇOS		200,00	200,00	4.490,47	2.245,24	29.152,80	14.576,40	-28.952,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		15.536.277,68	15.711.940,77	4.289.023,69	27,30	16.553.196,77	105,35	-841.256,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		15.525.777,68	15.633.442,29	4.003.310,21	25,61	15.985.199,69	102,25	-351.757,40
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSF. DE PESSOAS		500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
TRANSF. DE CONV.		0,00	67.998,48	285.713,48	420,18	567.997,08	835,31	-499.998,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		151.644,80	151.644,80	36.395,08	24,00	310.213,44	204,57	-158.568,64
MULTAS E JUROS DE MORA		98.762,80	98.762,80	27.594,26	27,94	121.136,34	122,65	-22.373,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		216,00	216,00	149,80	69,35	95.450,96	44.190,26	-95.234,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		52.656,00	52.656,00	8.651,02	16,43	55.795,37	105,96	-3.139,37
RECEITAS DIVERSAS		10,00	10,00	0,00	0,00	37.830,77	378.307,70	-37.820,77
RECEITAS DE CAPITAL		112.001,00	588.319,19	82.837,77	14,08	786.827,02	133,74	-198.507,83
ALIENAÇÃO DE BENS		102.001,00	102.001,00	0,00	0,00	78.100,00	76,57	23.901,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	78.100,00	76,57	23.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		10.000,00	10.000,00	1.229,11	12,29	11.264,17	112,64	-1.264,17
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	476.318,19	81.608,66	17,13	697.462,85	146,43	-221.144,66
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		0,00	476.318,19	81.608,66	17,13	697.462,85	146,43	-221.144,66
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		18.250.000,00	18.907.059,05	4.821.854,68	25,50	20.413.105,71	107,97	-1.506.046,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)								
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>18.250.000,00</b>	<b>18.907.059,05</b>	<b>4.821.854,68</b>	<b>25,50</b>	<b>20.413.105,71</b>	<b>-1.506.046,66</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>18.250.000,00</b>	<b>18.907.059,05</b>	<b>4.821.854,68</b>	<b>25,50</b>	<b>20.413.105,71</b>	<b>-1.506.046,66</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	798.348,90	—	—	730.051,92	—
Superávit Financeiro	—	798.348,90	—	—	730.051,92	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>18.250.000,00</b>	<b>20.545.622,34</b>	<b>2.377.860,68</b>	<b>19.063.413,97</b>	<b>1.482.208,37</b>	<b>3.782.885,45</b>	<b>18.862.089,65</b>	<b>1.683.532,69</b>	<b>18.843.224,04</b>	<b>201.324,32</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.860.821,40</b>	<b>18.933.216,91</b>	<b>2.251.649,22</b>	<b>17.721.954,90</b>	<b>1.211.262,01</b>	<b>3.613.560,51</b>	<b>17.623.054,94</b>	<b>1.310.161,97</b>	<b>17.604.189,33</b>	<b>98.899,96</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.263.548,70	10.098.599,95	1.875.020,86	9.533.635,06	504.934,89	1.888.607,30	9.533.635,06	504.934,89	9.533.635,06	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	101.520,00	31.553,36	0,00	31.553,36	0,00	0,00	31.553,36	0,00	31.553,36	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.495.752,70	8.863.093,60	376.628,36	8.156.766,48	706.327,12	1.724.953,21	8.057.866,52	806.227,08	8.039.000,91	98.899,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>355.583,60</b>	<b>1.578.820,43</b>	<b>126.211,46</b>	<b>1.341.459,07</b>	<b>237.361,36</b>	<b>169.324,94</b>	<b>1.239.034,71</b>	<b>339.785,72</b>	<b>1.239.034,71</b>	<b>102.424,36</b>
INVESTIMENTOS	324.273,60	1.569.927,06	126.211,46	1.332.585,70	237.361,36	169.324,94	1.230.141,34	339.785,72	1.230.141,34	102.424,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	31.320,00	8.893,37	0,00	8.893,37	-0,00	0,00	8.893,37	-0,00	8.893,37	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>33.585,00</b>	<b>33.585,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.585,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.585,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>18.250.000,00</b>	<b>20.545.622,34</b>	<b>2.377.860,68</b>	<b>19.063.413,97</b>	<b>1.482.208,37</b>	<b>3.782.885,45</b>	<b>18.862.089,65</b>	<b>1.683.532,69</b>	<b>18.843.224,04</b>	<b>201.324,32</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Luzerna - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro - Dezembro

Continuação 33

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar não Processados²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
Amortização da Dívida-Refinanciamento (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (XI + XI)	18.250.000,00	20.545.622,34	2.377.860,68	19.063.413,97	1.482.208,37	3.782.885,45	18.862.089,65	1.683.532,69	18.843.224,04	201.324,32
Superávit (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.551.016,06	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.250.000,00	20.545.622,34	2.377.860,68	19.063.413,97	—	3.782.885,45	20.413.105,71	—	18.843.224,04	201.324,32

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES CONTADOR - CROSC 36.461	ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PAULA BÜTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL		

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 02

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/total b)			% (d/total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>									
Legislativa	18.250.000,00	20.545.622,34	2.377.890,68	19,063.413,97	100,00	3.782.885,45	18.862.089,65	1.683.532,69	201.324,32
Ação Legislativa	585.000,00	585.000,00	59.821,51	481.410,03	2,53	111.246,65	481.410,03	103.589,97	0,00
Administração	585.000,00	585.000,00	59.821,51	481.410,03	2,53	111.246,65	481.410,03	103.589,97	0,00
Administração Geral	3.019.038,00	2.821.899,44	344.462,94	2.729.982,84	14,32	494.852,63	2.690.088,89	131.810,55	39.893,75
Administração Financeira	2.593.456,00	2.352.454,69	282.469,10	2.273.338,75	11,93	425.218,45	2.234.045,00	118.409,69	39.293,75
Controle Interno	359.101,00	424.463,75	55.166,75	412.395,89	2,16	62.312,40	411.885,89	12.567,86	500,00
Segurança Pública	66.481,00	44.981,00	6.797,09	44.248,00	0,23	7.321,78	44.146,00	833,00	100,00
Policamento	110.428,00	220.345,95	63.849,20	175.900,18	0,92	22.505,18	115.567,92	104.778,03	60.332,26
Defesa Civil	110.425,00	216.844,95	63.849,20	174.077,68	0,91	22.505,18	113.745,42	103.099,53	60.332,26
Assistência Social	3,00	3.501,00	0,00	1.822,50	0,01	0,00	1.822,50	1.678,50	0,00
Assistência ao Idoso	703.199,90	798.412,22	100.889,41	685.002,00	3,49	137.555,75	664.374,86	134.037,36	627,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.001,00	26.301,00	-60,00	25.320,28	0,13	2.257,05	25.320,28	980,72	0,00
Assistência Comunitária	168.494,00	171.610,32	27.364,43	152.956,64	0,80	77.799,83	152.956,64	18.653,68	0,00
Saúde	484.674,80	600.500,90	78.584,98	486.725,08	2,55	113.775,82	486.097,94	114.402,96	627,14
Vigilância Sanitária	3.736.478,40	4.572.000,31	537.388,78	4.225.077,55	22,17	776.098,97	4.218.628,75	353.371,96	7.078,80
Vigilância Epidemiológica	3.698.716,40	4.501.858,47	529.687,68	4.159.657,00	21,82	766.474,08	4.152.708,60	349.151,87	6.990,40
Atenção Básica	34.882,00	64.294,00	8.362,45	61.459,51	0,32	10.197,24	61.331,11	2.962,89	128,40
Vigilância em Saúde	1.380,00	4.147,84	-661,35	2.984,68	0,02	-661,35	2.984,68	1.163,16	0,00
Alimentação e Nutrição	1.500,00	1.700,00	0,00	1.606,36	0,01	0,00	1.606,36	93,64	0,00
Relação de Trabalho	30.001,00	10.501,00	-632,35	9.295,31	0,05	2.167,65	9.295,31	1.205,69	0,00
Educação	30.001,00	10.501,00	-632,35	9.295,31	0,05	2.167,65	9.295,31	1.205,69	0,00
Alimentação e Nutrição	5.567.563,80	6.170.862,36	887.090,04	5.885.074,32	30,77	1.190.774,95	5.814.348,56	356.513,80	50.725,76
Ensino Fundamental	347.280,40	388.418,06	42.641,95	375.588,73	1,97	62.527,07	374.988,73	13.429,33	600,00
Ensino Profissional	3.869.085,40	3.983.479,88	554.607,97	3.783.570,70	19,85	764.989,49	3.735.744,94	247.734,94	47.825,76
Ensino Superior	10.001,00	17.001,00	1.600,00	16.500,00	0,09	3.000,00	16.500,00	501,00	0,00
Educação Infantil	105.000,00	113.000,00	10.972,18	110.170,06	0,38	22.093,50	110.170,06	2.829,94	0,00
Educação Especial	1.191.217,00	1.623.963,42	281.317,94	1.538.294,83	8,07	329.974,89	1.535.994,83	87.968,59	2.300,00
Cultura	45.000,00	45.000,00	-4.050,00	40.950,00	0,21	8.190,00	40.950,00	4.050,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	185.606,00	98.127,80	4.256,80	95.455,78	0,50	4.981,80	95.455,78	2.672,02	0,00
Urbanismo	3.001,00	3.001,00	0,00	1.505,00	0,01	0,00	1.505,00	1.496,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	182.605,00	95.126,80	4.256,80	93.950,78	0,49	4.981,80	93.950,78	1.176,02	0,00
Serviços Urbanos	1.776.750,00	2.474.469,36	180.658,92	2.190.011,51	11,49	547.714,93	2.158.385,95	316.083,41	31.625,56
Habituação	30.010,00	164.460,11	25.762,39	144.649,38	0,76	42.166,44	144.469,38	19.990,73	180,00
Habituação Rural	1.746.740,00	2.310.009,25	154.896,53	2.045.362,13	10,73	505.548,49	2.013.916,57	296.092,68	31.445,56
Administração Geral	10.006,00	36.506,00	8.203,91	34.505,56	0,18	9.296,61	34.369,56	2.136,44	136,00
Habituação Urbana	10.002,00	36.502,00	8.203,91	34.505,56	0,18	9.296,61	34.369,56	2.132,44	136,00
Habituação Rural	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Saneamento	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	8.920,00	54.004,79	0,00	45.084,79	0,24	0,00	45.084,79	8.920,00	0,00
Gestão Ambiental	8.920,00	54.004,79	0,00	45.084,79	0,24	0,00	45.084,79	8.920,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	0,00
Agricultura	857.505,00	791.825,00	80.126,65	759.094,20	3,98	162.504,08	758.321,08	33.503,92	773,12
Extensão Rural	827.504,00	748.824,00	76.746,65	718.120,30	3,77	156.836,69	717.655,30	31.168,70	465,00
Promoção da Produção Agropecuária	30.001,00	43.001,00	3.382,00	40.973,90	0,21	5.667,39	40.665,78	2.335,22	308,12

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.250.000,00	20.545.622,34	2.377.860,68	19.063.413,97	1.482.208,37	3.782.885,45	18.862.089,65	1.683.532,69	201.324,32
Indústria	95.507,00	87.463,14	-1.022,14	82.782,78	4.680,36	17.406,30	82.482,78	4.980,36	300,00
Promoção Industrial	95.507,00	87.463,14	-1.022,14	82.782,78	4.680,36	17.406,30	82.482,78	4.980,36	300,00
Comércio e Serviços	50.004,00	52.004,00	48.814,00	48.814,00	3.190,00	47.178,00	47.178,00	4.826,00	1.636,00
Promoção Comercial	50.004,00	52.004,00	48.814,00	48.814,00	3.190,00	47.178,00	47.178,00	4.826,00	1.636,00
Transporte	952.690,00	1.139.351,54	40.465,65	1.067.489,29	71.862,25	170.974,44	1.066.669,04	72.682,50	820,25
Transporte Rodoviário	952.690,00	1.139.351,54	40.465,65	1.067.489,29	71.862,25	170.974,44	1.066.669,04	72.682,50	820,25
Desporto e Lazer	198.342,00	361.720,21	24.304,10	350.882,55	1.84	47.642,03	350.572,55	11.147,66	310,00
Desporto Comunitário	198.342,00	361.720,21	24.304,10	350.882,55	1,84	47.642,03	350.572,55	11.147,66	310,00
Encargos Especiais	329.412,00	237.540,22	-618,74	236.921,48	618,74	40.074,48	229.855,80	7.684,42	7.065,68
Serviço de Dívida Interna	132.840,00	40.446,73	0,00	40.446,73	0,21	0,00	40.446,73	0,21	0,00
Outras Transferências	196.572,00	197.093,49	-618,74	196.474,75	1,03	40.074,48	189.409,07	7.684,42	7.065,68
Reserva de Contingência	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00
Reserva de Contingência	33.585,00	33.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.585,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	18.250.000,00	20.545.622,34	2.377.860,68	19.063.413,97	1.482.208,37	3.782.885,45	18.862.089,65	1.683.532,69	201.324,32

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES CONTADOR - CRC/SC 36.461	ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PAULA BÜTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 03

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.705.650,19	1.719.950,05	1.724.566,92	1.645.353,67	1.635.248,30	1.754.185,51	1.673.851,39	1.671.288,13	1.485.943,81	1.667.288,15	2.354.350,19	2.983.994,38	22.226.650,89	20.935.533,16
	IPT.U.	111.533,35	121.209,95	121.578,05	244.983,31	225.223,34	151.980,75	146.326,76	135.775,51	130.691,26	101.433,13	117.246,83	183.913,20	2.095.605,44	1.891.241,04
	I.R.R.F.	0,00	13.758,51	169.306,58	42.293,83	23.366,23	12.433,55	7.351,75	11.427,30	1.871,22	1.027,69	2.585,67	13.872,30	299.307,63	267.000,00
	I.S.S.	30.879,98	18.754,52	18.766,00	20.110,88	21.533,71	23.704,36	20.579,19	20.038,01	26.973,82	21.094,33	13.480,20	48.251,51	285.966,51	269.800,00
	I.T.B.U.	62.444,78	39.487,82	76.353,31	80.185,55	88.980,52	70.569,61	76.879,98	80.301,15	68.722,82	58.772,32	77.055,12	85.616,08	865.759,05	800.000,00
	Outras Receitas Tributárias	9.078,00	23.981,00	10.359,00	18.115,27	25.765,32	6.203,00	17.992,97	7.174,00	21.164,00	13.066,00	16.646,00	18.616,98	100.000,00	100.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.135,59	24.228,10	146.883,16	84.273,78	65.476,56	38.681,23	24.112,87	19.835,05	11.959,40	7.472,79	7.473,84	17.556,33	457.198,70	454.441,04
	RECEITA PATRIMONIAL	35.031,03	33.247,43	33.893,68	35.798,10	35.538,43	35.528,03	34.442,78	35.174,77	35.195,68	35.665,10	33.823,12	34.075,09	415.130,24	315.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	13.961,47	17.275,87	22.017,40	20.216,71	18.416,93	22.774,22	20.595,61	16.287,68	18.589,38	12.793,10	17.748,05	22.301,38	222.980,00	248.713,25
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	8.860,00	135,00	2.913,02	944,46	1.787,70	1.038,75	1.335,00	3.974,90	1.506,00	2.197,50	2.057,44	2.433,03	29.152,60	200,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.525.511,54	1.533.142,85	1.227.011,71	1.320.460,99	1.534.051,52	1.428.066,29	1.449.269,56	1.460.168,13	1.286.429,66	1.501.135,17	2.164.597,10	2.723.754,45	19.153.599,97	18.331.724,07
	Cota-Parte do FPM	521.721,09	653.119,36	395.716,95	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.946,52	838.986,98	1.311.543,46	7.217.957,00	6.990.000,00
	Cota-Parte do ICMS	523.261,88	427.110,88	431.955,19	444.130,81	425.597,66	424.440,18	438.022,54	432.653,10	467.371,03	483.467,83	467.688,37	515.035,69	5.485.025,16	6.000.000,00
	Cota-Parte do IRPJ	29.544,61	42.207,74	60.447,78	46.701,32	61.023,38	60.843,86	58.262,49	62.391,09	63.093,74	61.739,93	117.777,03	23.811,15	688.594,54	680.000,00
	Outras Transferências Correntes	91,57	43,61	36,48	59,13	0,00	7,58	0,00	15,72	1.591,69	4.074,38	195,13	142,43	6.257,72	540,00
	Transferências da LC 61/1989	190.232,30	174.556,57	111.275,13	119.593,53	171.874,48	193.284,95	153.677,14	268.059,46	138.857,59	224.075,29	466.487,80	557.150,08	2.778.886,33	1.876.767,55
	Transferências da LC 87/1996	8.216,99	6.346,00	6.195,70	6.357,32	7.219,23	4.295,78	5.896,76	5.897,99	6.459,65	6.804,47	7.134,19	7.590,10	79.375,18	88.000,00
	Transferências do FUNDEB	250.619,64	227.595,43	218.351,32	228.419,48	235.394,31	225.460,51	217.132,02	223.577,89	228.409,21	280.276,49	264.216,24	296.693,28	2.876.611,92	2.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.747,80	14.938,95	17.107,06	22.953,10	23.230,38	11.997,47	21.311,68	16.906,94	14.064,15	18.877,65	17.517,43	310.213,44	151.644,80	151.644,80	
DEDUÇÕES (II)	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	216.931,70	225.129,96	179.106,83	194.536,39	225.398,32	201.883,95	175.915,98	193.718,17	183.326,98	203.586,06	266.775,99	312.551,87	2.600.402,20	2.615.793,30
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	216.931,70	225.129,96	179.106,83	194.536,39	225.398,32	201.883,95	175.915,98	193.718,17	183.326,98	203.586,06	266.775,99	312.551,87	2.600.402,20	2.615.793,30
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.488.718,49	1.493.820,09	1.545.130,09	1.450.827,28	1.610.899,98	1.552.321,56	1.497.935,41	1.477.569,96	1.300.616,83	1.463.892,09	2.087.574,20	2.671.442,71	19.626.276,69	18.318.739,96
NOTA:															

FONTE:

Luzerna, 19/01/2017

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BUTTNER  
COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 04

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								0,00
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>				

Continua 3/4

Município de Luzerna - SC  
 Continuação 4/4  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BÜTTNER	MOISES DIERSMANN
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADJ	COORDENADORA DO CONTROLE	PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 05**

Município de Luzerna - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	182.436,04	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	975.547,92	1.250.989,88	2.278.789,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.205.626,27	1.402.600,93	2.297.655,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	230.078,35	151.611,05	18.865,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-793.111,88	-1.250.989,88	-2.278.789,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-793.111,88</b>	<b>-1.250.989,88</b>	<b>-2.278.789,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-1.027.799,91</b>	<b>-1.485.677,91</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-245.200,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 06

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>18.108.016,61</b>	<b>19.450.457,88</b>		<b>16.530.341,95</b>
Receita Tributária	1.891.241,04	2.095.605,44		1.875.061,78
IPTU	267.000,00	299.307,63		260.297,97
I.S.S.	800.000,00	865.759,06		793.343,72
I.T.B.I.	100.000,00	188.072,54		168.242,07
I.R.R.F.	269.800,00	285.266,51		258.046,64
Outras Receitas Tributárias	454.441,04	457.199,70		395.131,38
Receita de Contribuição	315.000,00	415.130,24		342.846,66
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00
Outras Contribuições	315.000,00	415.130,24		342.846,66
Receita Patrimonial Líquida	37.990,00	47.159,19		50.280,07
Receita Patrimonial	248.713,25	222.980,00		273.153,48
(+) Aplicações Financeiras	210.723,25	175.820,81		222.873,41
Transferências Correntes	15.711.940,77	16.553.196,77		14.029.106,75
F.P.M.	5.599.200,00	5.873.586,98		5.041.066,41
I.P.V.A.	544.000,00	550.868,70		547.553,10
I.C.M.S.	4.800.000,00	4.388.021,14		4.108.710,18
Convênios	67.998,48	567.997,08		0,00
Outras Transferências Correntes	151.844,80	339.366,24		233.046,69
Demaís Receitas Correntes	4.700.742,29	5.172.722,87		4.331.777,06
Dívida Ativa	52.656,00	55.795,37		54.564,68
Diversas Receitas Correntes	99.188,80	283.570,87		178.482,01
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>588.319,19</b>	<b>786.827,02</b>		<b>1.196.012,39</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.000,00	11.264,17		42.145,27
Alienação de Ativos (V)	102.001,00	78.100,00		88.901,75
Transferências de Capital	476.318,19	697.462,85		1.063.965,37
Convênios	476.318,19	697.462,85		1.063.965,37
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>476.318,19</b>	<b>697.462,85</b>		<b>1.063.965,37</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>18.584.334,80</b>	<b>20.147.920,73</b>		<b>17.594.307,32</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>18.933.216,91</b>	<b>17.721.954,90</b>	<b>17.131.675,40</b>	<b>102.933,30</b>
Pessoal e Encargos Sociais	10.038.569,95	9.533.635,06	9.240.151,06	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	31.553,36	31.553,36	91.761,76	0,00
Outras Despesas Correntes	8.863.093,60	8.156.766,48	7.799.762,58	102.933,30
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>18.901.663,55</b>	<b>17.690.401,54</b>	<b>16.936.980,34</b>	<b>102.933,30</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.578.820,43</b>	<b>1.341.459,07</b>	<b>1.709.717,50</b>	<b>217.876,22</b>
Investimentos	1.569.927,06	1.332.565,70	1.678.049,14	217.876,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		<b>98.899,96</b>		<b>102.933,30</b>

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.578.820,43</b>	<b>1.341.459,07</b>	<b>1.927.593,72</b>	<b>1.239.034,71</b>	<b>1.709.717,50</b>	<b>102.424,36</b>	<b>217.876,22</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	8.893,37	8.893,37	31.668,36	8.893,37	31.668,36	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.569.927,06</b>	<b>1.332.565,70</b>	<b>1.895.925,36</b>	<b>1.230.141,34</b>	<b>1.678.049,14</b>	<b>102.424,36</b>	<b>217.876,22</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>33.585,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>20.505.175,61</b>	<b>19.022.967,24</b>	<b>18.935.839,00</b>	<b>18.821.642,92</b>	<b>18.615.029,48</b>	<b>201.324,32</b>	<b>320.809,52</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.920.840,81</b>	<b>1.124.953,49</b>	<b>-1.341.531,68</b>	<b>1.326.277,81</b>	<b>-1.020.722,16</b>	<b>19.946.596,41</b>	<b>17.273.497,80</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>730.051,92</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	730.051,92	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-240.326,28</b>	

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 07

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00	
	Inscritos					Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015			Em 31 de Dezembro de 2015												
PODER/ÓRGÃO																	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)																	
EXECUTIVO	-	230.078,35				229.910,35	168,00		1.347,06	320.809,52	247.475,00	247.475,00	73.213,60	1.467,98		1.467,98	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	230.078,35				229.910,35	168,00		1.347,06	320.809,52	247.475,00	247.475,00	73.213,60	1.467,98		1.467,98	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	10.000,00				10.000,00	0,00		0,00	2.101,16	1.713,82	1.713,82	387,34	0,00		0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA	0,00	688,50				688,50	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZERNA	0,00	1.281,40				1.281,40	0,00		0,00	10.019,18	5.371,82	5.371,82	4.647,36	0,00		0,00	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	15.861,53				15.861,53	0,00		0,00	5.494,21	5.097,63	5.097,63	396,58	0,00		0,00	
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	3.867,59				3.867,59	0,00		0,00	1.417,46	923,54	923,54	463,92	-0,00		-0,00	
SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	66.938,90				66.938,90	168,00		0,00	22.389,90	22.389,90	22.389,90	3.800,17	0,00		0,00	
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	0,00	44.146,70				44.146,70	0,00		0,00	40.771,50	36.733,56	36.733,56	4.037,94	0,00		0,00	
SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	0,00	181,55				181,55	0,00		0,00	283,72	195,12	195,12	93,60	0,00		0,00	
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	500,00				500,00	0,00		0,00	223,68	169,68	169,68	54,00	0,00		0,00	
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS	0,00	83.611,08				83.611,08	0,00		1.347,06	294.303,54	174.879,93	174.879,93	59.302,69	1.467,98		1.467,98	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (II)	-						-		-	-	-	-	-	-		-	
	0,00	0,00				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	230.078,35				229.910,35	168,00		1.347,06	320.809,52	247.475,00	247.475,00	73.213,60	1.467,98		1.467,98	
ONTE:																	

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BUTTNER
CONTADOR - CRO/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRACAO	COORDENADOR DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN		
PREFEITO MUNICIPAL		

**RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 08**

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.507.168,00	1.507.168,00	1.697.451,88	112,63
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	327.480,00	327.480,00	345.536,17	105,51
1.1.1- IPTU	360.000,00	360.000,00	383.490,04	106,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.080,00	1.080,00	5.517,73	510,90
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	37.800,00	37.800,00	29.562,59	78,21
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	21.600,00	21.600,00	11.148,22	51,61
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(93.000,00)	(93.000,00)	(84.182,41)	90,52
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	188.072,54	188,07
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	188.072,54	188,07
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	809.888,00	809.888,00	878.576,66	108,48
1.3.1- ISS	800.000,00	800.000,00	866.597,14	108,32
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.944,00	1.944,00	8.160,13	419,76
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.000,00	6.000,00	3.714,70	61,91
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.944,00	1.944,00	942,77	48,50
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(838,08)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	269.800,00	269.800,00	285.266,51	105,73
1.4.1- IRRF	269.800,00	269.800,00	285.266,51	105,73
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	13.654.966,52	13.654.966,52	13.498.088,72	98,85
2.1- Cota-Parte FPM	6.860.000,00	6.860.000,00	7.217.967,00	105,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.304.000,00	6.304.000,00	6.721.901,95	106,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	278.000,00	278.000,00	297.185,63	106,90
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	278.000,00	278.000,00	198.879,42	71,54
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	5.485.025,16	91,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	26.426,52	26.426,52	21.879,12	82,79
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	88.000,00	88.000,00	78.375,18	89,06
2.5- Cota-Parte ITR	540,00	540,00	6.257,72	1.158,84
2.6- Cota-Parte IPVA	680.000,00	680.000,00	688.584,54	101,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>15.162.134,52</b>	<b>15.162.134,52</b>	<b>15.195.540,60</b>	<b>100,22</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	416.836,00	416.836,00	421.885,23	101,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	310.358,19	96,99
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	65.000,00	65.000,00	73.904,00	113,70
5.4- Transferências Diretas - PNATE	28.080,00	28.080,00	32.038,99	114,10
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.756,00	3.756,00	5.584,05	148,67
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	245.981,83	512.196,89	208,23
6.1- Transferências de Convênios	-	244.826,01	510.054,19	208,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	1.155,82	2.142,70	185,38
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	64.994,40	64.994,40	59.182,48	91,06
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>481.830,40</b>	<b>727.812,23</b>	<b>993.264,60</b>	<b>136,47</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.619.793,30	2.619.793,30	2.600.402,20	99,26
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.260.800,00	1.260.800,00	1.344.380,02	106,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	1.097.004,02	91,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.285,30	5.285,30	4.375,80	82,79
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	15.675,06	88,06
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	1.251,46	1.158,76
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	136.000,00	136.000,00	137.715,84	101,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.820.000,00	2.820.000,00	2.896.141,74	102,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00	2.800.000,00	2.876.611,92	102,74
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	19.529,82	97,65
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>180.206,70</b>	<b>180.206,70</b>	<b>276.209,72</b>	<b>153,27</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

**MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.030.000,00	2.171.000,00	2.135.412,59	98,36	2.135.412,59	98,36	0,00
13.1- Com Educação Infantil	800.000,00	864.000,00	828.640,89	95,91	828.640,89	95,91	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.230.000,00	1.307.000,00	1.306.771,70	99,98	1.306.771,70	99,98	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	780.000,00	649.000,00	645.237,40	99,42	645.237,40	99,42	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	175.000,00	175.000,00	100,00	175.000,00	100,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	780.000,00	474.000,00	470.237,40	99,21	470.237,40	99,21	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.810.000,00	2.820.000,00	2.780.649,99	98,60	2.780.649,99	98,60	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							2.780.649,99
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							73,73
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							22,28
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							3,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		3.790.533,63		3.790.533,63	3.798.885,15	100,22	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.234.828,40	1.664.828,40	1.576.954,24	94,72	1.574.654,24	94,58	2.300,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.570.903,00	3.259.863,00	3.076.022,67	94,36	3.028.196,91	92,89	47.825,76
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.010.000,00	1.781.000,00	1.777.009,10	99,78	1.777.009,10	99,78	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.560.903,00	1.478.863,00	1.299.013,57	87,84	1.251.187,81	84,60	47.825,76
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.805.731,40	4.924.691,40	4.652.976,91	94,48	4.602.851,15	93,46	50.125,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							276.209,72
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							19.529,82
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							295.739,54
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							4.357.237,37
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							28,67
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	323.000,00	326.183,77	315.489,18	96,72	315.489,18	96,72	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	158.830,40	605.985,19	593.083,89	97,87	593.083,89	97,87	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	481.830,40	932.168,96	908.573,07	97,47	908.573,07	97,47	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.287.561,80	5.856.860,36	5.561.549,98	94,96	5.511.424,22	94,10	50.125,76

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE LUZERNA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.876.611,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.780.649,99	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	2.780.649,99	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	19.529,82	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	115.491,75	0,00

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 09

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESAS DE CAPITAL	1.578.820,43	1.341.459,07	1.239.034,71
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.578.820,43</b>	<b>1.341.459,07</b>	<b>1.239.034,71</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.578.820,43</b>	<b>-1.341.459,07</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>		<b>-1.341.459,07</b>	<b>-237.361,36</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>		<b>-1.341.459,07</b>	<b>-237.361,36</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃOPAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO CONTROLE INTERNOMOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 10**

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de Luzerna - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2015 a 2089**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/11/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

\_\_\_\_\_  
DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAULA BÜTTNER  
COORDENADORA DO

\_\_\_\_\_  
MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 11**

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS	R\$ 1,00
									SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>									
ALIENAÇÃO DE ATIVOS							102.001,00		23.901,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							1,00		1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS							102.000,00		23.900,00
<b>TOTAL</b>							102.001,00		23.901,00
<b>DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)</b>									

## RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 12

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES  
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	1.507.178,80	1.507.178,80	1.697.451,88	112,82
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	267.000,00	267.000,00	299.307,63	112,10
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	188.072,54	188,07
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	800.000,00	800.000,00	865.759,06	108,22
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	269.800,00	269.800,00	285.266,51	105,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.034,80	3.034,80	13.677,86	450,70
Dívida Ativa dos Impostos	43.800,00	43.800,00	33.277,29	75,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	23.544,00	23.544,00	12.090,99	51,35
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	13.098.966,52	13.098.966,52	13.002.023,67	99,26
Cota-Parte FPM	6.304.000,00	6.304.000,00	6.721.901,95	106,63
Cota-Parte ITR	540,00	540,00	6.257,72	1.158,84
Cota-Parte IPVA	680.000,00	680.000,00	688.584,54	101,26
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	5.485.025,16	91,42
Cota-Parte IPH-Exportação	88.000,00	88.000,00	78.375,18	89,06
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	26.426,52	26.426,52	21.879,12	82,79
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.426,52	26.426,52	21.879,12	82,79
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>14.606.145,32</b>	<b>14.606.145,32</b>	<b>14.699.475,55</b>	<b>100,64</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	915.946,46	1.015.493,09	1.142.578,50	112,51
Provenientes da União	854.160,46	941.952,85	1.023.740,70	108,68
Provenientes dos Estados	61.786,00	73.540,24	118.837,80	161,60
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	66.009,80	69.843,22	51.401,41	73,60
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>981.956,26</b>	<b>1.085.336,31</b>	<b>1.193.979,91</b>	<b>110,01</b>

**DESPESAS COM SAÚDE  
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	3.735.217,40	4.256.477,96	3.941.944,00	92,61	3.934.865,20	92,44	7.078,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.266.492,90	2.435.741,74	2.250.731,39	92,40	2.250.731,39	92,40	0,00
Outras Despesas Correntes	1.468.724,50	1.820.736,22	1.691.212,61	92,89	1.684.133,81	92,50	7.078,80

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	1.261,00	315.522,35	283.763,55	89,93	283.763,55	89,93	0,00
Investimentos	1.261,00	315.522,35	283.763,55	89,93	283.763,55	89,93	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.736.478,40	4.572.000,31	4.225.707,55	92,43	4.218.628,75	92,27	7.078,80
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/Vf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	963.585,46	1.541.607,37	1.347.026,59	31,88	1.346.283,39	31,91	743,20
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	963.585,46	1.541.607,37	1.347.026,59	31,88	1.346.283,39	31,91	743,20
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	963.585,46	1.541.607,37	1.347.026,59	31,88	1.346.283,39	31,91	743,20
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	2.772.892,94	3.030.392,94	2.878.680,96	68,12	2.872.345,36	68,09	6.335,60
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (V/h / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>			19,58				
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(V/h) - (15 x IIIb/100)]</b>			673.759,63				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2015	0,00	1.851,37	3.213,69	-3.213,69		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.851,37</b>	<b>3.213,69</b>	<b>-3.213,69</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	1.851,37		0,00			1.851,37
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>1.851,37</b>		<b>0,00</b>			<b>1.851,37</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
Atenção Básica	3.698.716,40	4.159.657,00	98,44	4.152.706,60	98,44	6.950,40
Vigilância Sanitária	34.882,00	61.459,51	1,45	61.331,11	1,45	128,40
Vigilância Epidemiológica	1.380,00	2.984,68	0,07	2.984,68	0,07	0,00
Alimentação e Nutrição	1.500,00	1.606,36	0,04	1.606,36	0,04	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.736.478,40</b>	<b>4.225.707,55</b>	<b>100,00</b>	<b>4.218.628,75</b>	<b>100,00</b>	<b>7.078,80</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Luzerna - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Os valores apresentados neste relatório resumido da execução orçamentária são os valores da execução orçamentária, ou seja, os valores que representam a execução orçamentária, ou seja, os valores que representam a execução orçamentária, ou seja, os valores que representam a execução orçamentária.

Límite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES CONTADOR - CRC/SC 36.461	ANGELO BRANDALISE JUNIOR SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	PAULA BÜTTNER COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL		

RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 13

Município de Luzerna - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	(c) = (a + b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BÜTTNER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAT	COORDENADORA DO CONTROLE INTERN
MOISES DIERSMANN		
PREFEITO MUNICIPAL		

**RREO 6º BIMESTRE - ANEXO 14**

Município de Luzerna - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		18.250.000,00		
Previsão Atualizada		18.907.059,05		
Receitas Realizadas		20.413.105,71		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		730.051,92		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.250.000,00		
Créditos Adicionais		2.295.622,34		
Dotação Atualizada		20.545.622,34		
Despesas Empenhadas		19.063.413,97		
Despesas Liquidadas		18.862.089,65		
Despesas pagas		18.843.224,04		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		201.324,32		
Superavit Orçamentário		1.551.016,06		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		19.063.413,97		
Liquidadas		18.862.089,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		201.324,32		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		19.625.877,63		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-245.200,00	-1.485.677,91	605,90	
Resultado Primário	-240.326,28	1.124.953,49	-468,09	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	322.156,58	73.213,60	247.475,00	1.467,98
EXECUTIVO	322.156,58	73.213,60	247.475,00	1.467,98
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	230.078,35	168,00	229.910,35	0,00
EXECUTIVO	230.078,35	168,00	229.910,35	0,00
TOTAL:	552.234,93	73.381,60	477.385,35	1.467,98
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.357.237,37	25%	28,67
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.135.412,59	60%	73,73
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.341.459,07	237.361,36	

Continua 1/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2024	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					78.100,00	23.901,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					70.354,00	8.647,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
						% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					2.878.680,96	15,00
						19,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Luzerna, 18/01/2017

DREONE MENDES	ANGELO BRANDALISE JUNIOR	PAULA BÜTTNER
CONTADOR - CRC/SC 36.461	SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	COORDENADORA DO CONTROLE INTERNO
MOISES DIERSMANN		
PREFEITO MUNICIPAL		

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

SÁ RIBAS E JAIR BENINCA IMÓVEIS LTDA EPP

CNPJ: 23.420.248/0001-07

Recibo referente ao mês 08/2016 R\$ 11.630,00

Recibo referente ao mês 09/2016 R\$ 11.630,00

Recibo referente ao mês 10/2016 R\$ 11.630,00

Recibo referente ao mês 11/2016 R\$ 12.847,27

VALOR: R\$ 47.737,27

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de um imóvel com área de 1.110,85m² situado na Rua Prefeito Frederico Heyse 1386, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 25 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04307944000167

EMBRASERV PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA – ME

Nota Fiscal nº. 6 R\$ 3.655,00

Nota Fiscal nº. 7 R\$ 46.766,80

Nota Fiscal nº. 8 R\$ 131.369,30

Valor Total: R\$ 181.791,10

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa é a responsável pela prestação de serviços de limpeza, merenda, jardinagem e serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 25 de janeiro de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

# Maracajá

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
---

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Chamada Pública 003/2017

OBJETIVO: O município de Maracajá, Estado da Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da rede Municipal de ensino de Maracajá/SC., conforme legislação do FNDE.

DATA DE ENTREGA: até 02 de março de 2017 às 14h45min

DATA DE ABERTURA: Dia 02 de março de 2017 às 15h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico [licitacao@maracaja.sc.gov.br](mailto:licitacao@maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 17 de janeiro de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto 65/2017

DECRETO Nº 65, DE 24 DE JANEIRO DE 2017  
Exonera servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública ROSELI PREUSS, matrícula nº 483601, ocupante do cargo de Professor ACT, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 60/2017

DECRETO Nº 60, DE 23 DE JANEIRO DE 2017  
Exonera servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerado a pedido o servidor público BERLIN MARCOS FELIPPIN, ocupante do cargo de Diretor, 40 horas semanais, a partir de 18 de janeiro de 2017, retornando para o cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 23 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 62/2017

DECRETO Nº 62, DE 24 DE JANEIRO DE 2017  
Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 24 de janeiro de 2017 a 23 de janeiro de 2018, da servidora nomeada GENECI DE BRITO ROBERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 034.552.829-89, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 63/2017

DECRETO Nº 63, DE 24 DE JANEIRO DE 2017  
Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 24 de janeiro de 2017 a 23 de janeiro de 2018, da servidora nomeada MARIA APARECIDA MELLA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 021.329.489-33, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 64/2017**

DECRETO Nº 64, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 24 de janeiro de 2017 a 23 de janeiro de 2018, da servidora nomeada DILAMAR BAZZO BADIA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 937.849.109-04, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - Micro Área nº 01 ESF Clóvis José Fluck, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 24 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 66/2017**

DECRETO Nº 66, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública PATRICIA BINSFELD VENDRUSCOLO, matrícula nº 242401, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, na data de 2 de janeiro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de janeiro de 2017.

Maravilha - SC, 24 de janeiro de 2017.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra. Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 004/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 5º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 004/2014.

Partes: Município de Maravilha – SC e Marlei Locatelli Zapelini.

Objeto: locação de sala comercial, para abrigar as atividades do CREAS, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$1.497,89.

Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo:

13/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Locatário e Marlei Locatelli Zapelini pelo locador.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 005/16**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 005/2016.

Partes: Município de Maravilha – SC e Jonas Bachinski. Objeto:

prestação de serviços de desenhista, para o Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$1.983,03. Vigência: até 31/12/2017. Data

de assinatura do Termo Aditivo: 29/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo contratante e Jonas Bachinski pela contratada.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 017/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 2º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 017/2015.

Partes: Município de Maravilha – SC e Francisco Gialdi. Objeto: lo-

cação de sala comercial, para abrigar as atividades do abrigo institucional, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$1.700,00.

Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 06/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Locatário e Francisco

Gialdi pelo locador.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 018/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 8º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 018/2013.

Partes: Município de Maravilha – SC e Aldécio Bavaresco. Objeto:

Locação de sala comercial, para abrigar as atividades do Departamento de Cultura, no Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$3.346,81. Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo

Aditivo: 19/01/2017. Signatários: Sandro Donati pelo Locatário e Aldécio Bavaresco da pelo locador.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 019/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 8º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 019/2013.

Partes: Município de Maravilha – SC e Joanin Vaizemam. Objeto:

locação de sala comercial, para abrigar as atividades do Conselho Tutelar, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$2.573,62.

Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 06/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Locatário e Joanin

Vaizemam pelo locador..

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 019/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 3º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 019/2015.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Light Night Materiais Elétricos e Manutenção LTDA. Objeto: Manutenção da rede de iluminação pública, no Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$745,85.  
Vigência: até 30/06/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 07/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Contratante e Miguel Frey da pela contratada..

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 029/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 2º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 029/2015.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Objeto: locação de Sala comercial, para abrigar as atividades do Centro de Saúde Clovis José Fluck, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$1.824,27. Vigência: até 31/12/2017.  
Data de assinatura do Termo Aditivo: 07/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo locatário e Teresinha Correa Schilindwein pela locadora..

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 031/14**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 3º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 031/2014.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Snet Equipamentos de Informática LTDA ME. Objeto: Prestação de serviços de disponibilização de acesso à internet, para o Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$2.764,00. Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 06/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Contratante e Vanderlei Luis Riffel pela contratada.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 040/13**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 4º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 040/2013.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Radio Difusora Maravilha LTDA. Objeto: Prestação de serviços de Radiofusão, para o Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$4.755,00. Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 06/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Contratante e Julmir Vicari da pela contratada.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 077/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 3º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 077/2015.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Precisa Gestão em Tecnologia e Serviços LTDA . Objeto: Fornecimento de licença de uso de software, para a Secretaria de Assistência Social, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$1.290,00. Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 01/10/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Contratante e Paulo André Testa pela contratada.

**EXTRATO ADITIVO CONTRATO ADM. 099/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Termo Aditivo a Contrato

Espécie: 1º Termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 099/2015.  
Partes: Município de Maravilha – SC e Inovadora de Serviços em Tecnologia da Informação EIRLI ME. Objeto: Fornecimento de licença de uso de software, para a Secretaria de Saúde e Saneamento, do Município de Maravilha - SC. Valor mensal R\$2.750,00.  
Vigência: até 31/12/2017. Data de assinatura do Termo Aditivo: 08/12/2016. Signatários: Sandro Donati pelo Contratante e Ana Cristina Testa pela contratada.

# Marema

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2017**

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 009/2017 - Pregão Presencial n. 008/2017, para realização de transporte escolar da rede municipal de ensino. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 13/02/2017, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 13/02/2017 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 24 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 004/2017**

Município de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, através do FMS-Fundo Municipal de Saúde FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 005/2017 - Pregão Presencial/FMS n. 004/2017 para Aquisição de Material Médico, Odontológico e permanente para uso junto a Unidade de Saúde. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 08/02/2017, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 08/02/2017 às 08h00min. Maiores informações ou a cópia integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h30min às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 23 de janeiro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA R.P. 01.2017 - UNIFORMES ESCOLARES PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Ao vigésimo terceiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI ME, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEDER CONZATTI	12.252.819/0001-25
FAMMA TEX IND. E COM. DE UNIFORMES LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR JERONIMO FINTA	15.036.428/0001-61

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 143928 - TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO 04 - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 8 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 11 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA) COM DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 16 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 56 CM. LARGURA DO BUSTO: 40 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 49,5 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 50 CM.	UNID	TKL	59	39,29	2.318,11
1	CAMISETA TAMANHO 4 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 43,5 CM; LARGURA 33,5 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 14 CM; ABERTURA MANGA 12 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 37,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		218	14,76	3.217,68

2	JAQUETA UNISSEX – - TAMANHO 06 -TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 8 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 11 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA) COM DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 17 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 56 CM. LARGURA DO BUSTO: 42 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 53 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 55 CM.	UNID	TKL	226	39,29	8.879,54
2	CAMISETA TAMANHO 6 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 47,5 CM; LARGURA 36 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 14 CM; ABERTURA MANGA 14 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 38,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		502	14,76	7.409,52
3	JAQUETA UNISSEX — TAMANHO 08 - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 8 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 11 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA) COM DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 18 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 61 CM. LARGURA DO BUSTO: 44 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 55 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA, DESTACÁVEL, COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 55 CM	UNID	TKL	245	39,29	9.626,05
3	CAMISETA TAMANHO 8 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 51 CM; LARGURA 38 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 15,5 CM; ABERTURA MANGA 14 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 39 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		427	14,76	6.302,52

4	JAQUETA UNISSEX – - TAMANHO 10 - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 8 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 11 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA) COM DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 19 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 62 CM. LARGURA DO BUSTO: 46 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 58 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA, DESTACÁVEL, COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 65 CM	UNID	TKL	148	39,29	5.814,92
4	CAMISETA TAMANHO 10 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M2, GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 8 CM DE ALTURA E 5 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 54 CM; LARGURA 40 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 17,5 CM; ABERTURA MANGA 16 CM; ABERTURA TOTAL DO DECOTE 40,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		371	14,76	5.475,96
5	JAQUETA UNISSEX – - TAMANHO 12 - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 12 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 13 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA).DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 20 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 66 CM. LARGURA DO BUSTO: 49 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 61 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 65 CM.	UNID	TKL	198	39,29	7.779,42
5	CAMISETA TAMANHO 12 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M2, GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 56 CM; LARGURA 42 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 18 CM; ABERTURA MANGA 16 CM; ABERTURA TOTAL DO DECOTE 40,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		374	14,76	5.520,24

6	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO 14 -TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 12 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 13 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA).DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 20 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 71 CM. LARGURA DO BUSTO: 51 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 65 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 70 CM.	UNID	TKL	117	39,80	4.656,60
6	CAMISETA TAMANHO 14 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 58 CM; LARGURA 44 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 18 CM; ABERTURA MANGA 16 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 43,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		359	15,43	5.539,37
7	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO 16 -TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 14 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 13 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA).DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 20 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 76 CM. LARGURA DO BUSTO: 53 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 68 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 70 CM.	UNID	TKL	185	39,80	7.363,00
7	CAMISETA TAMANHO 16 - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 64 CM; LARGURA 46 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 20 CM; ABERTURA MANGA 18 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 45,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		281	15,43	4.335,83
8	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO P - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 14 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 15 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 22 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 79 CM. LARGURA DO BUSTO: 57 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 71 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 75 CM.	UNID	TKL	116	39,80	4.616,80

8	CAMISETA TAMANHO P - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 66 CM; LARGURA 50 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 20 CM; ABERTURA MANGA 18 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 46,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		210	15,43	3.240,30
9	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO M -TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 14 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 15 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 22 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 82 CM. LARGURA DO BUSTO: 61 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 75 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 75 CM.	UNID	TKL	55	39,80	2.189,00
9	CAMISETA TAMANHO M - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 70 CM; LARGURA 52 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 23 CM; ABERTURA MANGA 18 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 48 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		165	15,43	2.545,95
10	JAQUETA UNISSEX — TAMANHO G -TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 17 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 15 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 24 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 85 CM. LARGURA DO BUSTO: 66 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 80 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 80 CM.	UNID	TKL	53	39,80	2.109,40
10	CAMISETA TAMANHO G - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 74 CM; LARGURA 54 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 24 CM; ABERTURA MANGA 21 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 49 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM	UNID		109	15,43	1.681,87

11	JAQUETA UNISSEX - TAMANHO GG - TECIDO EXTERNO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U) E TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU GRAMATURA 70 G/M². PARKA COM MANGA MODELO RAGLAN. NA CAVA DAS MANGAS FILETE 100% POLIÉSTER, NA FRENTE E COSTAS, AMARELO (PANTONE 3955 U). BOLSO LATERAL (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) COM ALTURA DE 17 CM A PARTIR DA BAINHA E COM ABERTURA DE 16 CM. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9 CM ALTURA E 6 CM LARGURA. MANGA COM PUNHO PARCIAL DE ELÁSTICO LARGURA 30 MM, 62% POLIÉSTER E 30% ELASTODIENO, COR CRU, TECIDO LISO COM 5 CM DE LARGURA. ACABAMENTO DA PARTE COM ELÁSTICO EM MÁQUINA DE 4 AGULHAS (CATRACA). DIMENSÕES DA PARKA: ABERTURA DA MANGA (TOTAL): 24 CM. COMPRIMENTO DA MANGA (TOTAL): 85 CM. LARGURA DO BUSTO: 70 CM. COMPRIMENTO TOTAL: 82 CM. GOLA COM 9 CM DE LARGURA E FECHAMENTO FRONTAL DE ZÍPER DE NYLON GROSSO NA COR DA PEÇA DESTACÁVEL COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES DE POLIÉSTER E TERMINAIS DE ALUMÍNIO, CURSOR ZAMAK: 80 CM.	UNID	TKL	51	39,80	2.029,80
11	CAMISETA TAMANHO GG - CAMISETA FIO 30/1 NE PENTEADO, 100% ALGODÃO, COR BRANCA, GRAMATURA 155 G/M², GOLA REDONDA EM RIBANA 98% ALGODÃO E 2% ELASTANO, ACABAMENTO REFORÇADO DE OMBRO A OMBRO, COM DEBRUM DE 22 MM, ACABAMENTO COSTURA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS (COBERTURA) NO DECOTE FRONTAL. ESTAMPA COLORIDA PEITO ESQUERDO EM 4 CORES (BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA), COM AS DIMENSÕES: 9,6 CM DE ALTURA E 6 CM DE LARGURA. ABAIXO DA ESTAMPA DO BRASÃO (0,5CM), ESTAMPA EM 2 CORES (GRÃOS DE ARROZ) EM TODO O COMPRIMENTO DA CAMISETA COM LARGURA DE 2,2 CM. DIMENSÕES DA CAMISETA: COMPRIMENTO 77 CM; LARGURA 59 CM; COMPRIMENTO DA MANGA 25 CM; ABERTURA MANGA 22 CM; ABERTURA TOTAL DECOTE 50,5 CM. RIBANA DA GOLA COM LARGURA DE 2 CM.	UNID		73	15,49	1.130,76
12	CALÇA TAMANHO 4 -TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA DA PARTE EXTERNA DE 69,5 CM E ENTRE PERNAS 52,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 20 CM; E GANCHO TRASEIRO 22,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100 % POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 18 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	327	24,99	8.171,73
13	CALÇA TAMANHO 6 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 78 CM E ENTRE PERNAS 59,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 21 CM; E GANCHO TRASEIRO 25,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 19 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	489	24,99	12.220,11
14	CALÇA TAMANHO 8 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 82 CM E ENTRE PERNAS 62 CM; GANCHO DIANTEIRO 22 CM; E GANCHO TRASEIRO 27 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 19 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	405	24,99	10.120,95

15	CALÇA TAMANHO 10 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 86 CM E ENTRE PERNAS 65,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 24 CM; E GANCHO TRASEIRO 28,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 20 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	325	24,99	8.121,75
16	CALÇA TAMANHO 12 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 91 CM E ENTRE PERNAS 68 CM; GANCHO DIANTEIRO 26 CM; E GANCHO TRASEIRO 31 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 20 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	317	24,99	7.921,83
17	CALÇA TAMANHO 14 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 95 CM E ENTRE PERNAS 70 CM; GANCHO DIANTEIRO 27 CM; E GANCHO TRASEIRO 34 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 21 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	301	25,85	7.780,85
18	CALÇA TAMANHO 16 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 100 CM E ENTRE PERNAS 74 CM; GANCHO DIANTEIRO 27 CM; E GANCHO TRASEIRO 34 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 22 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	246	25,85	6.359,10
19	CALÇA TAMANHO P - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 7 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 101,5 CM E ENTRE PERNAS 76 CM; GANCHO DIANTEIRO 28 CM; E GANCHO TRASEIRO 35 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 23,5 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	203	26,28	5.334,84

20	CALÇA TAMANHO M - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTA DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 7 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 103 CM E ENTRE PERNAS 76 CM; GANCHO DIANTEIRO 30 CM; E GANCHO TRASEIRO 37 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 25 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	158	26,28	4.152,24
21	CALÇA TAMANHO G - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTA DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 8 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 107 CM E ENTRE PERNAS 78 CM; GANCHO DIANTEIRO 32 CM; E GANCHO TRASEIRO 38 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 27 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	122	25,56	3.118,32
22	CALÇA TAMANHO GG - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTA DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). TECIDO INTERNO (FORRO) 100% POLIÉSTER (FAVOS) COR CRU, GRAMATURA 70 G/M². ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 8 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO TOTAL DA CALÇA-BERMUDA NA PARTE EXTERNA DE 109 CM E ENTRE PERNAS 79 CM; GANCHO DIANTEIRO 33 CM; E GANCHO TRASEIRO 39 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 28 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	91	26,28	2.391,48
23	BERMUDA - TAMANHO 4 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTA DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 34,5 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 16,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 20 CM; E GANCHO TRASEIRO 22,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100 % POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 18 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	331	18,44	6.103,64
24	BERMUDA - TAMANHO 6 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTA DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 39 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 21,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 21 CM; E GANCHO TRASEIRO 25,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 19 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	489	18,44	9.017,16

25	BERMUDA - TAMANHO 8 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 11 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 43 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 24,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 22 CM; E GANCHO TRASEIRO 27 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 19 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	405	18,44	7.468,20
26	BERMUDA - TAMANHO 10 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 46,5 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 26,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 24 CM; E GANCHO TRASEIRO 28,5 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 20 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	325	18,44	5.993,00
27	BERMUDA - TAMANHO 12 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 50 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 27 CM; GANCHO DIANTEIRO 26 CM; E GANCHO TRASEIRO 31 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 20 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	318	18,44	5.863,92
28	BERMUDA - TAMANHO 14 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 51 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 27,5 CM; GANCHO DIANTEIRO 27 CM; E GANCHO TRASEIRO 34 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. O FILETE DA BERMUDA DEVE COINCIDIR COM A PARTE INFERIOR DA CALÇA. LARGURA BOCA DA PERNA 21 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	303	19,02	5.763,06
29	BERMUDA - TAMANHO 16 - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 6 CM, E ABERTURA DE 13 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 54 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 29 CM; GANCHO DIANTEIRO 27 CM; E GANCHO TRASEIRO 34 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 22 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	246	19,02	4.678,92
30	BERMUDA - TAMANHO P - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M² E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 7 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 54 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 29 CM; GANCHO DIANTEIRO 28 CM; E GANCHO TRASEIRO 35 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 23,5 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	203	19,02	3.861,06

31	BERMUDA - TAMANHO M - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M <sup>2</sup> E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 7 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 56 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 30 CM; GANCHO DIANTEIRO 30 CM; E GANCHO TRASEIRO 37 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 25 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	159	19,02	3.024,18
32	BERMUDA - TAMANHO G - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M <sup>2</sup> E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 8 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 59 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 30 CM; GANCHO DIANTEIRO 32 CM; E GANCHO TRASEIRO 38 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 27 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	122	19,02	2.320,44
33	BERMUDA - TAMANHO GG - TECIDO 100% POLIÉSTER (TACTEL), GRAMATURA 109 G/M <sup>2</sup> E 175 G/M LINEAR, ISENTO DE PILLING, COR AZUL CELESTE (PANTONE PROCESS BLUE U), COM ELÁSTICO TOTAL E ACABAMENTO EM MÁQUINA 4 AGULHAS (CATRACA). ELÁSTICO COM CADARÇO 40 MM NA COR CRU, 76% POLIÉSTER E 24% ELASTODIENO. BOLSO LATERAL EMBUTIDO (LADO DIREITO E LADO ESQUERDO) A PARTIR DA CINTURA ALTURA DE 8 CM, E ABERTURA DE 15 CM. COMPRIMENTO DA BERMUDA DE 61 CM LADO EXTERNO; ENTRE PERNAS 31 CM; GANCHO DIANTEIRO 33 CM; E GANCHO TRASEIRO 39 CM COM COSTURA DUPLA NO FECHAMENTO DO GANCHO. NA PARTE LATERAL EXTERNA, FILETE NA COR AMARELO 100% POLIÉSTER, AMARELO (PANTONE 3955 U), DIMENSÕES DE 5 MM DE ALTURA POR 5 MM DE LARGURA. LARGURA BOCA DA PERNA 28 CM, ACABAMENTO BAINHA EM MÁQUINA DE 2 AGULHAS COM 3 CM A PARTIR DA 1ª AGULHA.	UNID	TKL	91	19,02	1.730,58
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 235.300,01						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 235.300,01						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 235.300,01 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL TREZENTOS REAIS E UM CENTAVO).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições deste edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é órgão gerenciador e pela unidade financeira competente para os pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. Os itens desta ata deverão ser entregues na Secretaria de Educação, situada a Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, em no MÁXIMO 30 (TRINTA) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda aplicação das penalidades previstas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a comprovação do aumento e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a prestar os serviços de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Efetuar a entrega/execução do objeto da licitação no local previamente determinado pela Prefeitura de Massaranduba (SC) em no MÁXIMO 30 (TRINTA) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra, deixando-os em perfeitas condições de uso, respeitadas as quantidades solicitadas e especificações.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. O objeto desta licitação deverá ser entregue acondicionado adequadamente e a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE ser entregue juntamente com o produto.

8.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração

Municipal.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela licitante especialmente designados e documentar as ocorrências, se houver.

9.6.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no momento da execução desta ata, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2016 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

Massaranduba – SC,	23	de	janeiro	de	2017
--------------------	----	----	---------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

TKL UNIFORMES E INDUSTRIA TEXTIL EIRELI ME
--

CLEDER CONZATTI
-----------------

CONTRATADA
------------

**CRC 2017 - POLI CONSTRUÇÕES LTDA**

## CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

## RAZÃO SOCIAL:

POLI CONSTRUÇOES LTDA

## CNPJ:

04.888.617/0001-46

## INSC. EST.:

254.342.329

## CÓD. FORNECEDOR:

85057

## ENDEREÇO:

RUA ENGENHEIRO ODEBRECHT, 505, GARCIA

CEP: 89.021-200

MUNICÍPIO: BLUMENAU

UF: SC

## FONE:

(47) 3329-9029

## RAMO DE ATIVIDADE

RAMO

SUB-RAMO

SERVIÇO

ENGENHARIA E ASSEM.

SERVIÇO

CONSTR.CIVIL E ASSEM

SERVIÇO

PAVIMENTACAO

SERVIÇO

TERRAPLENAGEM

## CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

CERTIDÃO  
Nº DOCUMENTO  
EXPEDIÇÃO  
VALIDADE

CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS  
123325449/2017  
18/01/2017  
16/07/2017

CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL  
170140004769628  
18/01/2017  
19/03/2017

CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL/DIVIDA ATIVA UNIÃO  
792A.1907.9A3A.3D03  
18/01/2017  
17/07/2017

CERTIDAO NEGATIVA FGTS  
2017012108212533834160  
21/01/2017  
19/02/2017

CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL  
40780511165  
24/11/2016  
23/05/2017

FALENCIA E CONCORDATA  
3941180  
09/01/2017  
10/03/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.  
DATA DE EMISSÃO: 24/01/2017  
VALIDADE: 31/12/2017

MAYARA RAIMONDI MARTINA  
Licitações e Contratos  
CPF: 092.860.619-86

**DECRETO Nº 3399 DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 3399 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

Edita o Calendário dos Feriados e Pontos Facultativos do período compreendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2017, para os Órgãos da Administração do Poder Executivo

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA:

Art.1º Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, para os órgãos da Administração do Poder Executivo sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 01 de Janeiro – Confraternização Universal
- II. 27 de Fevereiro – Ponto Facultativo (Carnaval)
- III. 14 de Abril – Paixão de Cristo
- IV. 16 de Abril – Páscoa
- V. 21 de Abril – Tiradentes
- VI. 01 de Maio – Dia do Trabalho

- VII. 25 de Maio – Ascensão do Senhor  
 VIII. 15 de Junho - Corpus  
 IX. 07 de Setembro – Independência do Brasil  
 X. 12 de Outubro – Nossa Senhora Aparecida  
 XI. 13 de Outubro - Ponto Facultativo (Dia do Servidor Público e do Professor)  
 XII. 02 de Novembro – Finados  
 XIII. 11 de Novembro – Aniversário de Massaranduba  
 XIV. 15 de Novembro – Proclamação da República  
 XV. 25 de Dezembro - Natal

Art.2º O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Paragrafo Único O presente ponto facultativo não será estendido aos servidores que desempenham as suas atribuições no Pronto Atendimento (P.A.) do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de Janeiro de 2017.

Massaranduba, 24 de Janeiro de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

## **PMM LIC 01.2016 AD 02 - REEQUILIBRIO ECONOMICO - WALENDOWSKY**

ADITIVO DE VALOR – MANUTENÇÃO DE equilibrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016

Processo Licitatório Nº 01/2016

Pregão Presencial Nº 01/2016

Aos três dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, o MUNICIPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, denominado de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. AQUISIÇÃO DE GASOLINA PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO**

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unidade	Valor Unitário R\$
1	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	GASOLINA COMUM	LITRO	R\$ 3,10

  

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE 4,2%				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unidade	Valor Unitário R\$
1	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	GASOLINA COMUM	LITRO	R\$ 3,23

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 03 de janeiro de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
CONTRATANTE	
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	
EVANDRO LUÍS RUTZEN DA SILVA	
CONTRATADA	

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**006/2017 REPROGRAFIA D**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 006/2017

Processo Licitatório: Dispensa nº. 004/2016

Objeto: Locação de impressoras e fotocopiadoras multifuncionais para atender a demanda de serviços de fotocópias da Secretaria e Setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores para o exercício 2017.

Fornecedor: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP

Valor: R\$ 3.510,00 (Três mil quinhentos e dez reais)

Data de Assinatura: 02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

**007/2017 INFODIGITALLE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 007/2017

Processo Licitatório: Dispensa nº 005/2016

Objeto: Locação de sistema de informática GEDOC, destinado ao gerenciamento eletrônico de documentos administrativos, módulo SIC, publicação e hospedagem de legislação no portal.

Fornecedor: INFO DIGITALLE SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME

Valor: R\$ 6.079,92 (Seis mil, setenta e nove reais e noventa e dois centavos)

Data de Assinatura: 02/01/2017

Vigência: 02/01/2017 a 31/12/2017.

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 002-2017 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 002/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA EPP  
Objeto: Prestação de Serviços de Execução dos Serviços de Coleta, Transporte e Destino Final dos Resíduos de Serviço de Saúde ("lixo hospitalar") gerados na Unidade Central de Saúde, situadas na sede do Município e na Unidade Básica de Saúde do Distrito de Sapiiranga.

Valor: R\$ 7.920,00

Vigência: Início: 09/01/2017 Término: 31/12/2017.

Data da assinatura: 09 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 003-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Valor: R\$ 4.200,00

Vigência: Início: 04/01/2017 Término: 31/12/2017.

Data da assinatura: 04 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 004-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA MEDICINA DO TRABALHO PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.

Valor: R\$ 4.650,00

Vigência: Início: 10/01/2017 Término: 31/03/2017.

Data da assinatura: 10 de janeiro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 005-2017

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 005/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MAURICIO NICOLETE

Objeto: Locação de uma casa de madeira localizada na Rua Servidão 06, Bairro Imigrantes – Meleiro/SC, para abrigar família em situação de risco social, conforme estudo sócio econômico emitido pela assistente social do município e parecer jurídico anexos ao processo.

Valor: R\$ 2.400,00

Vigência: Início: 24/01/2017 Término: 24/07/2017.

Data da assinatura: 24 de janeiro de 2017.

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002-2017 - MED. BÁSICOS AMESC

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 002/2017

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMESC  
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 – Cidade Alta – Araranguá/SC

CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA NO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos básicos será de aproximadamente de R\$ 132.589,87 (cento e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejudicado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: A presente Dispensa de Licitação se justifica por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados, e por estarem os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Fica homologado o presente processo licitatório.

Meleiro/SC, 24 de janeiro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003-2017 - MED. NÃO BÁSICOS AMESC**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 003/2017

CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMESC  
ENDEREÇO: Av. Sete de Setembro, 653 – Cidade Alta – Araranguá/SC  
CNPJ: 01.356.308/0001-37

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO BÁSICOS PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MELEIRO ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC - CIS/AMESC, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA DURANTE NO EXERCÍCIO DE 2017, CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

VALOR: O valor total dos medicamentos será de aproximadamente de R\$ 143.338,23 (cento e quarenta e três mil trezentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos).

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas n.º COG/683/00 de 16/11/00, no processo de consulta n.º COM-00/06009549, que resultou no prejudicado n.º 0944.

JUSTIFICATIVA: A presente Dispensa de Licitação se justifica por ser o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõe a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos (medicamentos) da área da saúde aos municípios consorciados, e por estarem os preços praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde, notoriamente, abaixo dos preços praticados no mercado.

Fica homologado o presente processo licitatório.

Meleiro/SC, 24 de janeiro de 2017  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº023-2017**

PORTARIA nº 023/2017

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, RESOLVE:

**D E S I G N A R**

Art. 1.º Sem ônus para o município, o Senhor JULIO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, para responder pela Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Janeiro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017-2017 GINECOLOGISTA-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 089/2017  
Modalidade: Pregão Nº 017/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ginecologia e obstetrícia, totalizando 750 consultas, sendo até 16 (dezesesseis) atendimentos semanais pré agendados, que deverão ser prestados no Centro Municipal de Saúde de Modelo/SC, às quartas-feiras, no horário vespertino  
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 06 de fevereiro de 2017  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 06 de fevereiro de 2017.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 08:00 às 12:00, e das 13:30 às 17:30, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 23 de janeiro de 2017.  
Erno Michielin  
Gestor do FMS

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-2017 CESTAS BÁSICAS DEPTO SOCIAL**

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 008/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 1757/2016  
Modalidade Pregão Presencial nº 053-2016  
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Valor: R\$ 4.580,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 053/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de cestas básicas para distribuição à famílias carentes do Município de Modelo/SC, sendo:

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2017 CESTAS BÁSICAS DEPTO SOCIAL**

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 009/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório nº 1757/2016  
Modalidade Pregão Presencial nº 053-2016  
Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Valor: R\$ 3.196,00

O Prefeito de Modelo/SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Modelo e a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.814.016/0001-87,, vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 053/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de cestas básicas para distribuição à famílias carentes do Município de Modelo/SC, sendo:

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 017/2017**

PORTARIA Nº 017/2017 DE 23/01/2017  
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES CONSTANTES DO ARTIGO 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 2190/2014 CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS...

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,  
CONSIDERANDO em especial, as disposições da Lei Municipal 2190/2014 de 19/12/94, em especial o disposto no artigo nº 24,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Fica atualizado o quadro constante do artigo 4º da Lei Municipal 2190/2014, pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor, verificado no período de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, passando a vigorar a tabela conforme especificado:

LOCAL DIARIA AGENTE DIARIA  
DESTINO POLITICO/PREFEITO SERVIDORES

MUNICÍPIOS DA AMERIOS E AMOSC	320,00	128,00
OUTROS MUNICÍPIOS	435,00	173,00
CAPITAIS DE ESTADO	652,00	260,00
CAPITAL FEDERAL	916,00	366,00

Art. 2º - A Variação do índice IGP-M - Índ. Geral de Preços do Mercado entre 01-Maio-2015 e 30-Abril-2016, utilizada para atualização de que trata o art. 1º desta Portaria:

Em percentual: 10,2780%

Em fator de multiplicação: 1,102780

Os valores do índice utilizados neste cálculo foram:

Maio-2015 = 0,41%; Junho-2015 = 0,67%; Julho-2015 = 0,69%; Agosto-2015 = 0,28%; Setembro-2015 = 0,95%; Outubro-2015 = 1,89%; Novembro-2015 = 1,52%; Dezembro-2015 = 0,49%; Janeiro-2016 = 1,14%; Fevereiro-2016 = 1,29%; Março-2016 = 0,51%.

Art. 3º - Fica suprimido da atualização de que dispõe a Lei Municipal 2190/2014, o período de dezembro de 2014 a abril de 2015.

Art. 5º - A atualização de que trata esta Portaria tem como base o mês de maio de 2016, passando a vigorar os valores atualizados, a partir da data desta Portaria, não havendo atualizações dos valores percebidos até esta data, com base na Lei 2190/2014.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 23 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

FRANCIELI PAVALICINI  
ASSESSORA DEPARTAMENTO

**PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIA Nº 018/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DA CONCESSÃO DE SALDO DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDINEI FERNANDO BACH, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a concessão de saldo de férias não usufruídas ao Servidor Público Municipal RUDINEI FERNANDO BACH, de acordo com a Portaria nº 018/2016, no período de 02.01.2017 a 11.01.2017 (10 dias).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 23 de janeiro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL REABERTURA DE PRAZO - PREGÃO Nº 001/2017

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 003/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO do Pregão Presencial nº 001/2017, tendo em vista a ocorrência de alterações substanciais nos itens do anexo I do edital, conforme segue: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 001/2017.

TIPO: Menor Preço.

OBJETO: Contratação de serviço especializado de transporte escolar de alunos de Educação Infantil e Ensino Fundamental do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina para o ano letivo de 2017 e/ou subsequentes, com estimativa de realização de até 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h30min do dia 07 de fevereiro de 2017.

NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 09h00min do dia 7 de fevereiro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3134 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI (SC), 24 de Janeiro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.2017

DECRETO Nº 12/2017, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

“AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Elemento Despesa 51 – 3.3.90.00.00.00.00.0002  
Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.036 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Elemento Despesa 46 – 3.1.90.00.00.00.00.0002  
Valor: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 24 de janeiro de 2017.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

### DISTRATO Nº 01/2017

DISTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2016  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, , pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 452 km 25 nº 1551 – Centro – Monte Carlo - Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104.0001.04, neste ato representada pela Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO, investida nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeita Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, NELCIDE JUSTINO DE FREITA, brasileiro, casado, empregado da iniciativa privada, inscrito no CPF sob o número 087.472.268.88, residente, na cidade de São Cristóvão do Sul – SC, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM as PARTES acima qualificadas, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, DESFAZER o Contrato Administrativo nº 30/2016, cujo objeto consistia na “SERVIÇOS DE CONTROLE TÉCNICO E QUÍMICO DA ÁGUA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO”, conforme segue abaixo:

1. Referido contrato administrativo fica resilido, de comum acordo, a partir desta data.

2. Em razão do presente distrato, as partes dão reciprocamente plena, geral e rasa quitação, declarando nada dever uma a outra, a qualquer título que seja referente a este contrato e quaisquer ajustes anteriores.

Assim, por estarem justas e contratadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias, de igual teor, em presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo - SC, 02 de Janeiro de 2017  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
CONTRATANTE

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 027/2017

DECRETO Nº 027/2017, em 23 de Janeiro de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE- FUMAF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - A movimentação bancária das contas do Fundação Municipal do Meio Ambiente do Município de Morro da Fumaça será administrada pelo Senhor NATAN FELIPE SOUZA, inscrito no CPF sob nº 062.259.329-33 e RG nº 4.357.011 – Diretor Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente em conjunto com o Prefeito Municipal, o Senhor AGENOR CORAL, inscrito no CPF sob o nº 590.026.389-49 e RG nº 1.936.851, sendo lhes conferido os seguintes poderes:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos
- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contrordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 23 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO  
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 028/2017

DECRETO Nº 028/2017, de 24 de Janeiro de 2017.

“NOMEIA O TESOUREIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO-FMET, NOS TERMOS DO ARTIGO 1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1380/2010.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Lei nº 1380, de 05 de Maio de 2010;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ROBSON FRANCISCONI, inscrito no CPF sob nº 004.888.679-32 e RG nº 407.519-0, Coordenador do Sistema Econômico do Município de Morro da Fumaça para atuar como Tesoureiro do Fundo Municipal de Esportes e Turismo de Morro da Fumaça- FMET, nos termos do Artigo 1º, da Lei Municipal nº 1380, de 05 de Maio de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 24 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

#### Registre-se e Publique-se:

DALVANIA PEREIRA CARDOSO  
Secretária do Sistema Econômico

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 029/2017

DECRETO Nº 029/2017, em 24 de Janeiro de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º - A movimentação bancária das contas do Fundo Municipal de Esportes e Turismo do Município de Morro da Fumaça será administrada pela Senhora GREICY SALVADOR ZACCARON, inscrita no CPF sob nº 036.354.749-59 e RG nº 3.934.164 - Secretária Municipal do Sistema de Educação, Cultura, Esportes e Turismo em conjunto com o Senhor ROBSON FRANCISCONI, nomeado Tesoureiro através do Decreto nº 028/2016, inscrito no CPF sob o nº 004.888.679-32 e RG nº 407.519-0, sendo lhes conferido os seguintes poderes:

- emitir cheques
- abrir contas de depósito
- receber, passar recibo e dar quitação
- solicitar saldos e extratos

- requisitar talonários de cheques
- retirar cheques devolvidos
- endossar cheque
- sustar/contrordenar cheques
- cancelar cheques
- baixar cheques
- efetuar resgates/aplicações financeiras
- cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- efetuar saques - conta corrente
- efetuar saques - poupança
- efetuar pagamentos por meio eletrônico
- efetuar transferências por meio eletrônico
- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- liberar arquivos de pagamentos
- solicitar saldos/extratos de investimentos
- emitir comprovantes
- efetuar transferência para mesma titularidade- meio eletrônico
- encerrar contas de depósito

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 24 de Janeiro de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVÂNIA PEREIRA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016 14º

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

O senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

### AUXILIAR DE ENSINO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
2º	SARINA VITORASSI NANDI

Morro da Fumaça, 24 DE JANEIRO DE 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

#### **AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Morro Grande em exercício, por meio de suas atribuições legais, ratifica o Processo Administrativo nº 1/2017, Dispensa de Licitação nº 1/2017, que tem por objetivo a Locação de imóvel adequado para abrigar as instalações do conselho tutelar de Morro Grande. Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Favorecida: Cersul - Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, CNPJ 16.529065/0001-69. Valor Total da Dispensa: R\$ 2.750,00. Dotação (132) 33903610. Morro Grande/SC, 24/01/2017. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 001/2014 ANDRE FELIPE DOMBECK

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 19 de janeiro de 2017

Ilm Sr  
ANDRE FELIPE DOMBECK ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2014 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de VETERINÁRIO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira

Diretora de Recursos Humanos

### PORTARIA 492/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA N.º 492 DE 23 DE JANEIRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) CLAUDIA TAYARA PEREIRA GOMES, do cargo de Secretária de Escola, CEI, EJA (SESC 3), a partir de 02/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 493/2017 EXONERAÇÃO

PORTARIA N.º 493 DE 23 DE JANEIRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR o (a) servidor (a) NATHANIEL DIAS, do cargo de Gerente de Produção Geral, a partir de 20/01/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 494/2017 PROGRESSÃO

PORTARIA N.º 494 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I PROMOVER SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Professor, posicionando para a classe/referência "025-A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013/2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 02.01.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 495/2017 LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

PORTARIA N º 495 DE 23 DE JANEIRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde a servidora MARIA JOSE DOS SANTOS SEVERINO, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA EFETIVA 490603 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/12/2016 a 22/12/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 487,488/2017 PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES**

PORTARIA N º 487 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER, prorrogação de licença para tratamento de assuntos particulares à servidora RAQUEL FLORIANO HELLGRENN, Agente de Serviços Gerais, pelo período de 05/02/2017 a 05/02/2019.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 488 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

**RESOLVE:**

I CONCEDER, prorrogação de licença para tratamento de assuntos particulares à servidora CIRLEIA JULIANA INACIO, Monitora de Educação Infantil, pelo período de 03/03/2017 a 03/03/2019.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 489,490,491/2017 RETORNO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**

PORTARIA N º 489 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

**RESOLVE:**

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido à servidora FABIANA APARECIDA CARNEIRO, Monitora de Educação Infantil.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 09/02/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/02/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 490 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

**RESOLVE:**

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido à servidora CRISTIANE ROSA DA COSTA, Monitora de Educação Infantil.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 09/02/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/02/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 491 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

INTERROMPE, A PEDIDO, LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Estatuto dos Servidores Municipais de Navegantes;

RESOLVE:

I INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares concedido à servidora MARILEUSA BETTONI, Monitora de Educação Infantil.

II O retorno aludido dar-se-á no dia 23/01/2017.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23/01/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2017.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 011/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 011/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 23 de janeiro de 2017 a 25 de janeiro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título Eleitoral;

V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI – Inscrição no PIS/PASEP;

VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX – Cópia do Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XIII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Atestado de Frequência Escolar;

XV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 20 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 011/2017)

#### CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
22ª	Dalva Dellantonio

### DECRETO Nº 012/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 012/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 24 de janeiro de 2017 a 26 de janeiro de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título Eleitoral;

V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI – Inscrição no PIS/PASEP;

VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX – Cópia do Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XIII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Atestado de Frequência Escolar;

XV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 23 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### ANEXO I

(Decreto nº 012/2017)

#### CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
8ª	Laysa de Aragão
9ª	Tainara da Silva

**DECRETO Nº 013/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

DECRETO nº 013/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 24 de janeiro de 2017 a 26 de janeiro de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada:

- I – 01 (uma) foto 3/4;
- II – Cópia da Carteira de Identidade;
- III – Cópia do CPF;
- IV – Cópia do Título Eleitoral;
- V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- VI – Inscrição no PIS/PASEP;
- VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
- VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
- IX – Cópia do Comprovante de Residência;
- X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;
- XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;
- XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;
- XIII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
- XIV – Atestado de Frequência Escolar;
- XV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.
- XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 23 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO I**

(Decreto nº 013/2017)

**CARGO: ATENDENTE DE CRECHE**

Classificação	Nome completo
10ª	Mariléia Raiser Dalla Brida
11ª	Kátia Miranda de Lima

**DECRETO Nº 014/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

DECRETO nº 014/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 25 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada:

- I – 01 (uma) foto 3/4;
- II – Cópia da Carteira de Identidade;
- III – Cópia do CPF;
- IV – Cópia do Título Eleitoral;
- V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- VI – Inscrição no PIS/PASEP;
- VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
- VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
- IX – Cópia do Comprovante de Residência;
- X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;
- XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;
- XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;
- XIII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;
- XIV – Atestado de Frequência Escolar;
- XV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.
- XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 24 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO I**

(Decreto nº 014/2017)

**CARGO: ATENDENTE DE CRECHE**

Classificação	Nome completo
12ª	Adriana Margarita da Silva Darossi

## DECRETO Nº 015/2017 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

DECRETO nº 015/2017

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

### DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 25 de janeiro de 2017 a 27 de janeiro de 2017, munido da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título Eleitoral;

V – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VI – Inscrição no PIS/PASEP;

VII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

VIII – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

IX – Cópia do Comprovante de Residência;

X – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XI - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

XII - Comprovante do Serviço Militar, se for o caso;

XIII - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

XIV – Atestado de Frequência Escolar;

XV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

XVI – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 24 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### ANEXO I

(Decreto nº 015/2017)

### CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
13ª	Driely Valéria de Aguiar Gonçalves

## PORTARIA Nº 038/2017

Portaria nº 038, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Designa Gestor da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento - COMDEC.

Gian Francesco Voltolini, Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor municipal, EDUARDO FABRIS DA SILVA, portador do CPF nº 026.613.109-32, nomeado no cargo de provimento em Comissão de Diretor de Defesa Civil, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento – COMDEC, (Portaria nº 670, de 18 de novembro de 2016), como GESTOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE NOVA TRENTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 016/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 039/2017

Portaria nº 039, de 18 de janeiro de 2017

Outorga Poderes ao Gestor da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento - COMDEC.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com a Lei nº 2.576/2015;

### RESOLVE:

Art. 1º Outorgar Poderes ao servidor municipal, EDUARDO FABRIS DA SILVA, nomeado pela Portaria nº 670, de 18/11/2016, no cargo de Provimento em Comissão como Diretor de Defesa Civil, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento – COMDEC e designado pela Portaria nº 038, de 18 de janeiro de 2017, como GESTOR DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE NOVA TRENTO, para acessar e movimentar em conjunto com o Prefeito Municipal, Gian Francesco Voltolini, RG nº 3.573.471, CPF nº 032.953.809-88, a conta nº 16.388-0, cadastrada junto ao Banco do Brasil – Agência Nova Trento, sob o CNPJ nº 15.046.464/0001-06 (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Nova Trento-COMDEC), com poderes inclusive, para:

-Movimentar conta-corrente com cartão eletrônico;

-Emitir e endossar cheques;

-Retirar cheques devolvidos;

-Requisitar talonários de cheques;

-Abrir contas de depósitos;

-Assinar propostas ou contratos de abertura de contas;

-Autorizar débitos;

-Autorizar cobrança;

-Utilizar o crédito aberto na forma e condições;

-Receber, passar recibo e dar quitação;

-Solicitar saldos e extratos;

-Requisitar cartão eletrônico;

-Autorizar débito em conta relativo a operações;

-Efetuar transferências e pagamentos por carta, meio eletrônico ou qualquer outro meio legal;

-Suspender, contra-ordenar, cancelar e baixar cheques;

-Efetuar resgates de aplicações financeiras;

Fls. 02 – Portaria nº 039/2017

-Efetuar saques de conta-corrente e poupança;

-Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

-Solicitar movimentação de contas no exterior;

-Consultar contas e aplicações de programas com repasse de recursos federais – RPG;

- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Conceder abatimentos;
- Caucionar títulos;
- Confessar, transigir, desistir;
- Efetuar acordos;
- Assinar contrato de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações;
- Assinar proposta de abertura de carta de crédito de importação;
- Assinar termo de transferência de direitos sobre carta de crédito de exportação;
- Assinar carta vinculatória e cartas de compromisso;
- Avalizar cheques;
- Emitir, endossar, avalizar e descontar duplicatas;
- Emitir, endossar e avalizar letras de câmbio;
- Assinar proposta de empréstimos e financiamentos;
- Assinar orçamento;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Assinar contrato de abertura de crédito;
- Endossar e descontar títulos de crédito;
- Ajustar valores, cláusulas e condições de empréstimos e/ou financiamentos;
- Estipular cláusulas e condições;
- Assinar instrumento de crédito;
- Assinar menção adicional;
- Assinar aditivo de qualquer espécie;
- Emitir títulos de crédito rural, comercial, industrial e a exportação;
- Aceitar avaliações;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Dar em garantia penhor cedular e hipoteca de bens pertencentes a empresa;
- Avalizar e prestar fiança;
- Onerar e alienar bens;
- Receber citações, intimações e notificações em procedimentos judiciais e extra- judiciais, inclusive iniciais;
- Vender os bens hipotecados e apenhados;
- Reivindicar direitos;
- Receber gratificações, diárias, pensões e salário família;
- Consultar depósitos judiciais via Internet ou qualquer outro meio;
- Assinar apólice de seguro;
- Autorizar transações de agronegócios via Internet ou qualquer outro meio;
- Autorizar transações no balcão de comércio exterior;
- Depositar, retirar, transferir ouro lingote em custódia;
- Assinar boleto de câmbio;
- Receber ordens de pagamento do Brasil e exterior;

Fls.03 – Portaria nº 039/2017

- Negociar e transferir títulos e valores mobiliários;
- Receber rendimentos de títulos e valores mobiliários;
- Assinar e receber correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos;
- Assinar relações de faturamento, balanços, demonstrativos e quaisquer outros documentos relacionados;
- Liberar arquivos de pagamentos nos canais de auto-atendimento;
- Retirar, solicitar e assinar documentos dirigidos a outorgante;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico;
- Efetuar transferência eletrônica para alívio de numerário COBAN;
- Encerrar contas de depósitos;
- Fechar operações de derivativos;
- Consultar obrigações do Débito Direto Autorizado – DDA;
- Incluir sacado eletrônico do Débito Direto Autorizado – DDA;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 019/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de janeiro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada esta Portaria na Prefeitura Municipal e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO PL Nº 017/17-PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/17**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a seleção de propostas para: contratação de empresa para realização de serviço de Transporte Escolar para os alunos do Município de Novo Horizonte/SC, quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, do dia 06/02/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 25 de Janeiro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

### **EXTRATO DO PL Nº 018/17-PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/17**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 018/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO PARA OS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE DE NOVO HORIZONTE/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2017, conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, do dia 06/02/2017, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 25 de Janeiro de 2017. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

# DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 3º QUADRIMESTRE CÂMARA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	349.050,78	0,00	
Pessoal Ativo	349.050,78	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>349.050,78</b>	<b>0,00</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>12.452.109,55</b>	<b>-</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>349.050,78</b>	<b>2,80</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>747.126,57</b>	<b>6,00</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>709.770,24</b>	<b>5,70</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>672.413,92</b>	<b>5,40</b>	
FONTE:			

Novo Horizonte, 23/01/2017

LOURDES DE MACÊDO	JOSÉ IVANIR DALLANORA	PRICILA CRESTANI
CONTADORA CRC SC-024244/O-9	PRESIDENTE	COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR 2º SEMESTRE CÂMARA**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECURSO ORDINARIO EX. CORRENTE	1.595,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,57	1.595,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.595,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,57	1.595,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	1.595,57	0,00	0,00	0,00	0,00	1.595,57	1.595,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.  
Novo Horizonte, 24/01/2017

LOURDES DE MACÊDO	JOSÉ IVANIR DALLANORA
CONTADORA CRC SC-024244/O-9	PRESIDENTE

PRICILA CRESTANI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RGF 2º SEMESTRE CÂMARA**

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	12.452.109,55	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	349.050,78	2,80
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	747.126,57	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	709.770,24	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.595,57	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.739.464,10	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.992.337,53	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	871.647,67	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.595,00	1.595,57

FONTE:

Novo Horizonte, 24/01/2017

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

JOSÉ IVANIR DALLANORA  
PRESIDENTE

PRICILA CRESTANI  
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

# Orleans

## PREFEITURA

**CONTRATO 9/2017FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

"Contrato Nº.: 9/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada....: MOACYR DE PELLEGRIN

Valor ..... : 12.744,00 (doze mil setecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 24/01/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO EPIDEMIOLÓGICO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA."

Orleans, 24 de Janeiro de 2017

**PROCESSO 10/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 10/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 8/2017

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO EPIDEMIOLÓGICO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada

Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 24 de Janeiro de 2017.

Luana Debiasi Mattei de Oliveira

Secretária de Saúde

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0008/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0008/2017

O Município de Ouro Verde, por intermédio do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de Medicamentos a farmácia básica, saúde mental e controlados pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC, com as especificações constantes no Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 07 de fevereiro de 2017 conforme edital e anexo. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 07 fevereiro de 2017. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 25 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

### **DECRETO Nº2877**

DECRETO N.º 2877/2017

"DISPÕE SOBRE DISPENSA DE CONSELHEIRO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Dispensada a Pedido a Conselheira Tutelar Sra. TAISE REGINA BARRETA MENDES, ocupante do cargo Conselheira Tutelar, a partir de 31 de janeiro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 23 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº2878**

DECRETO N.º 2878/2017

"NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr.

VALDIR DOS SANTOS, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Urbanismo, lotado junto a Secretaria Municipal Infraestrutura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 24 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº2879**

DECRETO N.º 2879/2017

"NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. JANESCA RIBEIRO DE FREITAS, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Agente Operacional, lotada junto a Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 24 de janeiro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

### **DISPENSA 0002/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2017

Objeto: Aquisição de Licença de Uso e Locação de Aplicativo Web denominado GERENCIADOR WEB DE ARQUIVOS. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 25 de janeiro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Paial

## PREFEITURA

### ADENDO 01-2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PAIAL, RELATIVO AO ANO LETIVO - 2017, conforme especificações constantes nos anexos "A" deste edital.

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

O Município de Paial, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Goiás, 400, Centro, Paial, SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.376/0001-59, através do Prefeito Municipal Nevio Antonio Mortari, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 002/2017, na seguinte conformidade:

#### 1. No anexo A do Edital:

Onde se lê:

Item	Quantidade	Descrição	Valor médio
1.	32 unidades	Acelga, fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,91
2.	20 pacotes de 5 Kg	Açúcar cristal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose. Livre de fermentação isenta de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais e vegetais. Com aparência cor, cheiro próprio do tipo de açúcar. Embalado em sacos de polietileno atóxicos, resistente fechado, termos soldado, contendo peso líquido de 5 kg.	15,66
3.	15 Kg	Açúcar mascavo, 1º qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, livre de umidade, em embalagem plástica transparente de 1 kg.	7,49
4.	180 unidades	Alface, fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,25
5.	1,5 Kg	Alho de 1º qualidade, firme, graúdo - cabeças intactas com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	30,96
6.	22 pacotes de 500g	Amido de milho, embalagem de 500g.	3,16
7.	17 kg	Apresuntado, fatiado. (embalagem plástica contendo 500 gramas ou 1 kg) Ingredientes: Carne suína (pernil, paleta), água, amido, proteína isolada de soja, sal de cura, mistura de estabilizantes para conservas de carne, antioxidante, sal (cloreto de sódio), condimento para presunto. Com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura abaixo de 5°C.	26,85
8.	55 pacotes de 5 Kg	Arroz parboilizado, polido, longo fino tipo 1, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, vedada, contendo peso líquido de 5 kg.	14,33
9.	400 Kg	Banana de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas.	4,33
10.	80 Kg	Batata doce de 1º qualidade. Desenvolvidas com o tamanho médio, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam a sua aparência. Estarem livres de enfermidades e de terra aderente a casca. Não apresentarem rachaduras ou cortes na casca. A granel.	3,28
11.	45 Kg	Beterraba sem folhas tamanho médio, de 1º qualidade sem rupturas. A granel.	2,42
12.	55 pacotes de 400g	Biscoito doce, tipo Maria (com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, sal refinado, fermento químico de bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio) com glúten, embalagem plástica transparente de 400 gramas.	4,66
13.	110 pacotes de 400g	Biscoito salgado tipo cream cracker: Produzido a partir de matérias primas sãs e limpas. Sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitos e de detritos e animais vegetais. Tendo em sua composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo, gordura vegetal, amido de milho, extrato de malte, sal refinado, leite e fermento biológico. Estabilizante lecitina de soja. Com aparência, cor, cheiro e sabor próprios. Bem assadas. Validade mínima de 12 meses. Embalagem dupla lacrada com peso líquida de 400g.	4,80
14.	40 pacotes de 500g	Bolacha caseira de chocolate, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar, chocolate ao leite, ovos, margarina/manteiga, leite, fermento e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	9,65
15.	40 pacotes de 500g	Bolacha caseira de fubá, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar, farinha de milho, margarina, ovos, fermento e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	7,86
16.	80 pacotes de 500g	Bolacha de açúcar mascavo, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar mascavo, margarina, leite, ovos e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	9,30
17.	60 maços	Brócolis, fresco apresentando as características próprias do produto (verde, novo, de 1ª qualidade, não pode estar amarelado).	2,25

18.	30 kg	Carne bovina bife, coxão mole ou patinho. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria, sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprio. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos). Embalagem e peso: O produto deverá estar congelado e em pacotes de 1 Kg, com registro no SIF ou SIE.	22,99
19.	178 Kg	Carne bovina moída de 1ª, congelada, tipo patinho, embalagem 1 kg, com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos).	15,00
20.	40 Kg	Carne bovina patinho em iscas. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria, sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprio. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos). Embalagem e peso: O produto deverá estar congelado e em pacotes de 1 Kg, com registro no SIF ou SIE.	22,99
21.	60 Kg	Carne suína, sem gordura e pele, alcatra ou pernil desossado, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, com registro no SIF.	15,99
22.	143 Kg	Cebola, de 1ª qualidade, tamanho médio, com boa aparência, livre de brotos e sujidades.	3,25
23.	22 maços	Cebolinha/salsinha – tempero verde, apresentando folhas saudáveis, de boa aparência, sem manchas	2,25
24.	90 Kg	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, de 1º qualidade sem rupturas. A granel.	2,92
25.	60 Kg	Chuchu, verde ou branco, tamanho médio, de 1ª qualidade, não pode estar murcho e com imperfeições.	3,28
26.	07 pacotes de 500g	Colorífico: deverá ser preparado com matérias- primas sãs, limpas e de boa qualidade, constituído de uma mistura de fubá com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum. Sal e óleos comestíveis. Livre de matéria terrosa e de detritos animais e vegetais. Isento de sujidades, parasitos e larvas. Não apresentado cheiro acre ou rançoso. Aparência pó fino. Cheiro e sabor próprios. Embalagem em sacos de polietileno atóxicos resistente fechado, contendo peso líquido de 500 gramas.	3,76
27.	16 maços	Couve folha. Fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,25
28.	40 vidros de 750g	Doce de fruta, sabores diversos, acondicionados em vidros de 750g.	9,05
29.	40 Kg	Farinha de milho, fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Produto obtido pela ligeira torração do milho. Previamente lavado e isento de radical cianeto. Livre de matéria terrosa parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentada, rançosa e ter no máximo 14% p/p de umidade. Com validade mínima de 12 meses. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termos soldado com 500g à 1 kg.	2,91
30.	07 pacotes de 5 Kg	Farinha de trigo. Produto obtido do cereal limpo, desgerminado. Com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,850% preparados a partir de grãos de trigo sãos e limpos. Sem fermento, própria para panificação. Livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentada rançosa e ter no máximo 14% p/p de umidade. Com aparência de pó fino. Cor branca. Cheiro e sabor próprios. Validade mínima 3 meses, embalagem atóxicas resistente com 5 kg.	10,92
31.	44 Kg	Feijão preto, tipo 1. Procedência natural da safra corrente. Acompanhado de certificação de classificação. Embalado em pacote plástico, atóxico, transparente e resistente. Pacote de 1 Kg.	7,06
32.	14 embalagens de 250g	Fermento químico; tipo em pó, embalagem de 250 gramas. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega, acondicionada em lata ou frasco plástico hermeticamente fechado.	9,57
33.	130 Kg	Frango, coxa e sobrecoxa: Carne de frango tipo coxa e sobre-coxa congelada com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Com registro no SIF.	6,37
34.	330 unidades	Iogurte com polpa de fruta - sabores variados (embalagem plástica de 1 litro).	7,43
35.	24 unidades	Iogurte parcialmente desnatado, com polpa de fruta, 0% lactose, sabor morango, embalagem de 170 gramas. Iogurte indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose.	2,74
36.	320 kg	Laranja, casca lisa, fina e brilhante, suculenta e maduro, de primeira qualidade, não pode estar murcha.	2,78
37.	12 litros	Leite de vaca semidesnatado, UHT e 0% lactose. Leite indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose. Embalagem tetra pak 1 litro.	3,37
38.	430 litros	Leite integral UHT, embalagem de 1 litro.	2,86
39.	220 Kg	Maçã, fruto maduro, fresco de aspecto saudável. Casca lisa, de 1ª qualidade, tamanho médio, não pode estar murcha ou amassada, sem imperfeições.	6,68
40.	150 Kg	Mandioca in natura, limpa, sem excessos terrosos, de boa qualidade e aparência.	5,99
41.	140 pacotes de 500g	Massa tipo parafuso, farinha fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais, com glúten, com ovos. Embalagem transparente, pacote de 500 gramas.	2,79
42.	36 kg	Morango, fruto saudável, sem manchas, grau de amadurecimento médio, tamanho médio.	18,00
43.	35 embalagens de 900 ml	Óleo de soja, preparado a partir de grãos de soja sãos e limpo sem conservantes, livres de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Com validade mínima de 12 meses. Embalagem primária: em latas de folhas de flandres com verniz sanitário ou frascos plásticos atóxicos, com volume de 900 ml.	4,52
44.	17 dúzias	Ovos. Os ovos devem estar limpos sem trincados, em perfeito estado de conservação, devendo apresentar as características de qualidade, bem formados e com coloração própria. Com data de embalagem e prazo de validade de no mínimo 20 dias.	5,63

45.	55 Kg	Pão caseiro integral, com aproximadamente 500 gramas, conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha integral, farinha de trigo enriquecida com ferro, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, com o número do registro no ministério da saúde, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente.	10,25
46.	82 Kg	Pão francês, contendo, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura, sal, fermento biológico.	9,99
47.	32 Kg	Polpa de fruta congelada, obtida a partir de partes comestíveis de frutas maduras e sadias, sem adição de conservantes. Deve ser entregue congelada, indicando o prazo de validade que deve ser de pelo menos 12 meses. Sabores manga, pêssego, acerola ou mamão.	
48.	80 kg	Ponkan. Suculenta e maduro, de primeira qualidade, não pode estar murcha.	1,99
49.	17 kg	Queijo prato, fatiado. (embalagem plástica contendo 500 gramas ou 1 kg) Resfriado entre 1 a 10°C, classificação semiduro e maturado. Ingredientes: leite pasteurizado, sal, cloreto de cálcio, coalho, fermento lácteo. Deve conter na embalagem: registro no SIF, MA, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, temperatura e conservação. Na embalagem deverá mencionar o fornecedor e o produto. Com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura abaixo de 5°C.	32,45
50.	28 unidades	Repolho, novo de 1ª qualidade, folhas sãs sem ruptura, tamanho médio. A granel	3,00
51.	28 pacotes de 500g	Sagu de fécula, pérola tipo 1, embalagem de 500 gramas.	3,06
52.	30 unidades	Suco de uva. Produto da extração do suco da fruta, por meio de processos adequados. Acondicionado em embalagens de vidro transparente, 1,5 litros, fechada, rotulada com data e fabricação e validade e informações nutricionais.	15,69
53.	143 Kg	Tomate: grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, sãos, sem rupturas. A granel	3,08
54.	25 embalagens de 750 ml	Vinagre de maçã: embalagem de 750 ml	3,47

Leia-se:

Item	Quantidade	Descrição	Valor médio
1.	70 unidades	Acelga, fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,91
2.	45 pacotes de 5 Kg	Açúcar cristal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose. Livre de fermentação isenta de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais e vegetais. Com aparência cor, cheiro próprio do tipo de açúcar. Embalado em sacos de polietileno atóxicos, resistente fechado, termos soldado, contendo peso líquido de 5 kg.	15,66
3.	32 Kg	Açúcar mascavo, 1º qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, livre de umidade, em embalagem plástica transparente de 1 kg.	7,49
4.	370 unidades	Alface, fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,25
5.	3,2 Kg	Alho de 1º qualidade, firme, graúdo - cabeças intactas com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	30,96
6.	48 pacotes de 500g	Amido de milho, embalagem de 500g.	3,16
7.	40 kg	Apresentado, fatiado. (embalagem plástica contendo 500 gramas ou 1 kg) Ingredientes: Carne suína (pernil, paleta), água, amido, proteína isolada de soja, sal de cura, mistura de estabilizantes para conservas de carne, antioxidante, sal (cloreto de sódio), condimento para presunto. Com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura abaixo de 5°C.	26,85
8.	130 pacotes de 5 Kg	Arroz parboilizado, polido, longo fino tipo 1, acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente, transparente, vedada, contendo peso líquido de 5 kg.	14,33
9.	850 Kg	Banana de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sãs, sem rupturas.	4,33
10.	170 Kg	Batata doce de 1º qualidade. Desenvolvidas com o tamanho médio, aroma, sabor e cor próprios da espécie. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem física ou mecânica que afetam a sua aparência. Estarem livres de enfermidades e de terra aderente a casca. Não apresentarem rachaduras ou cortes na casca. A granel.	3,28
11.	100 Kg	Beterraba sem folhas tamanho médio, de 1º qualidade sem rupturas. A granel.	2,42
12.	130 pacotes de 400g	Biscoito doce, tipo Maria (com farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido de milho, sal refinado, fermento químico de bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio) com glúten, embalagem plástica transparente de 400 gramas.	4,66
13.	240 pacotes de 400g	Biscoito salgado tipo cream cracker: Produzido a partir de matérias primas sãs e limpas. Sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitos e de detritos e animais vegetais. Tendo em sua composição básica os seguintes elementos: farinha de trigo, gordura vegetal, amido de milho, extrato de malte, sal refinado, leite e fermento biológico. Estabilizante lecitina de soja. Com aparência, cor, cheiro e sabor próprios. Bem assadas. Validade mínima de 12 meses. Embalagem dupla lacrada com peso líquida de 400g.	4,80
14.	100 pacotes de 500g	Bolacha caseira de chocolate, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar, chocolate ao leite, ovos, margarina/manteiga, leite, fermento e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	9,65

15.	100 pacotes de 500g	Bolacha caseira de fubá, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar, farinha de milho, margarina, ovos, fermento e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	7,86
16.	200 pacotes de 500g	Bolacha de açúcar mascavo, tendo como ingredientes farinha de trigo, açúcar mascavo, margarina, leite, ovos e sal amoníaco. Pacote com 500g. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, especificação do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura – Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	9,30
17.	130 maços	Brócolis, fresco apresentando as características próprias do produto (verde, novo, de 1ª qualidade, não pode estar amarelado).	2,25
18.	80 kg	Carne bovina bife, coxão mole ou patinho. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria, sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprio. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos). Embalagem e peso: O produto deverá estar congelado e em pacotes de 1 Kg, com registro no SIF ou SIE.	22,99
19.	370 Kg	Carne bovina moída de 1ª, congelada, tipo patinho, embalagem 1 kg, com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos).	15,00
20.	100 Kg	Carne bovina patinho em iscas. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso; Cor própria, sem manchas esverdeadas; Cheiro e sabor próprio. Devendo ser transportada à temperatura de entre -12º e -18º C (graus negativos). Embalagem e peso: O produto deverá estar congelado e em pacotes de 1 Kg, com registro no SIF ou SIE.	22,99
21.	130 Kg	Carne suína, sem gordura e pele, alcatra ou pernil desossado, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeada, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, com registro no SIF.	15,99
22.	300 Kg	Cebola, de 1ª qualidade, tamanho médio, com boa aparência, livre de brotos e sujidades.	3,25
23.	50 maços	Cebolinha/salsinha – tempero verde, apresentando folhas saudáveis, de boa aparência, sem manchas	2,25
24.	190 Kg	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, de 1ª qualidade sem rupturas. A granel.	2,92
25.	130 Kg	Chuchu, verde ou branco, tamanho médio, de 1ª qualidade, não pode estar murcho e com imperfeições.	3,28
26.	20 pacotes de 500g	Colorífico: deverá ser preparado com matérias-primas sãs, limpas e de boa qualidade, constituído de uma mistura de fubá com urucum em pó ou extrato oleoso de urucum. Sal e óleos comestíveis. Livre de matéria terrosa e de detritos animais e vegetais. Isento de sujidades, parasitos e larvas. Não apresentado cheiro acre ou rançoso. Aparência pó fino. Cheiro e sabor próprios. Embalagem em sacos de polietileno atóxicos resistente fechado, contendo peso líquido de 500 gramas.	3,76
27.	40 maços	Couve folha. Fresca, folhas sãs, sem manchas.	2,25
28.	90 vidros de 750g	Doce de fruta, sabores diversos, acondicionados em vidros de 750g.	9,05
29.	90 Kg	Farinha de milho, fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas. Produto obtido pela ligeira torração do milho. Previamente lavado e isento de radical cianeto. Livre de matéria terrosa parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentada, rançosa e ter no máximo 14% p/p de umidade. Com validade mínima de 12 meses. Embalagem em saco de polietileno atóxico resistente termos soldado com 500g à 1 kg.	2,91
30.	20 pacotes de 5 Kg	Farinha de trigo. Produto obtido do cereal limpo, desgerminado. Com uma extração máxima de 20% e com teor máximo de cinzas de 0,850% preparados a partir de grãos de trigo sãos e limpos. Sem fermento, própria para panificação. Livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentada rançosa e ter no máximo 14% p/p de umidade. Com aparência de pó fino. Cor branca. Cheiro e sabor próprios. Validade mínima 3 meses, embalagem atóxica resistente com 5 kg.	10,92
31.	100 Kg	Feijão preto, tipo 1. Procedência natural da safra corrente. Acompanhado de certificação de classificação. Embalado em pacote plástico, atóxico, transparente e resistente. Pacote de 1 Kg.	7,06
32.	35 embalagens de 250g	Fermento químico; tipo em pó, embalagem de 250 gramas. Validade mínima 4 meses a contar da data de entrega, acondicionada em lata ou frasco plástico hermeticamente fechado.	9,57
33.	300 Kg	Frango, coxa e sobrecoxa: Carne de frango tipo coxa e sobre-coxa congelada com adição de água de no máximo de 6%. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Com registro no SIF.	6,37
34.	700 unidades	Iogurte com polpa de fruta - sabores variados (embalagem plástica de 1 litro).	7,43
35.	60 unidades	Iogurte parcialmente desnatado, com polpa de fruta, 0% lactose, sabor morango, embalagem de 170 gramas. Iogurte indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose.	2,74
36.	680 kg	Laranja, casca lisa, fina e brilhante, suculenta e maduro, de primeira qualidade, não pode estar murcha.	2,78
37.	30 litros	Leite de vaca semidesnatado, UHT e 0% lactose. Leite indicado para pessoas que sofrem de intolerância a lactose. Embalagem tetra pak 1 litro.	3,37
38.	920 litros	Leite integral UHT, embalagem de 1 litro.	2,86
39.	480 Kg	Maçã, fruto maduro, fresco de aspecto saudável. Casca lisa, de 1ª qualidade, tamanho médio, não pode estar murcha ou amassada, sem imperfeições.	6,68
40.	320 Kg	Mandioca in natura, limpa, sem excessos terrosos, de boa qualidade e aparência.	5,99
41.	300 pacotes de 500g	Massa tipo parafuso, farinha fortificada com ferro e ácido fólico, corantes naturais, com glúten, com ovos. Embalagem transparente, pacote de 500 gramas.	2,79
42.	80 kg	Morango, fruto saudável, sem manchas, grau de amadurecimento médio, tamanho médio.	18,00

43.	80 embalagens de 900 ml	Óleo de soja, preparado a partir de grãos de soja são e limpo sem conservantes, livres de matéria terrosa, de parasitos e de detritos animais e vegetais. Com validade mínima de 12 meses. Embalagem primária: em latas de folhas de flandres com verniz sanitário ou frascos plásticos atóxicos, com volume de 900 ml.	4,52
44.	40 dúzias	Ovos. Os ovos devem estar limpos sem trincados, em perfeito estado de conservação, devendo apresentar as características de qualidade, bem formados e com coloração própria. Com data de embalagem e prazo de validade de no mínimo 20 dias.	5,63
45.	150 Kg	Pão caseiro integral, com aproximadamente 500 gramas, conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha integral, farinha de trigo enriquecida com ferro, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, com o número do registro no ministério da saúde, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente.	10,25
46.	190 Kg	Pão francês, contendo, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura, sal, fermento biológico.	9,99
47.	70 Kg	Polpa de fruta congelada, obtida a partir de partes comestíveis de frutas maduras e sadias, sem adição de conservantes. Deve ser entregue congelada, indicando o prazo de validade que deve ser de pelo menos 12 meses. Sabores manga, pêssego, acerola ou mamão.	
48.	200 kg	Ponkan. Suculenta e maduro, de primeira qualidade, não pode estar murcha.	1,99
49.	40 kg	Queijo prato, fatiado. (embalagem plástica contendo 500 gramas ou 1 kg) Resfriado entre 1 a 10°C, classificação semiduro e maturado. Ingredientes: leite pasteurizado, sal, cloreto de cálcio, coalho, fermento lácteo. Deve conter na embalagem: registro no SIF, MA, peso líquido, data de fabricação, prazo de validade, temperatura e conservação. Na embalagem deverá mencionar o fornecedor e o produto. Com registro no SIF ou SIE. Devendo ser transportada à temperatura abaixo de 5°C.	32,45
50.	70 unidades	Repolho, novo de 1ª qualidade, folhas são sem ruptura, tamanho médio. A granel	3,00
51.	70 pacotes de 500g	Sagu de fécula, pérola tipo 1, embalagem de 500 gramas.	3,06
52.	50 Kg	Sal refinado, iodado, embalagem de 01 kg, acondicionado em saco polietileno, residente e vedado com validade mínima de 10 meses ao contar da data de entrega	
53.	80 unidades	Suco de uva. Produto da extração do suco da fruta, por meio de processos adequados. Acondicionado em embalagens de vidro transparente, 1,5 litros, fechada, rotulada com data e fabricação e validade e informações nutricionais.	15,69
54.	300 Kg	Tomate: grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas. A granel	3,08
55.	55 embalagens de 750 ml	Vinagre de maçã: embalagem de 750 ml	3,47

3. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO para o dia 06/02/2017, às 08h30min, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 09h00min da mesma data.

Paial, 24 de janeiro de 2017.  
NEVIO ANTONIO MORTARI  
Prefeito Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº. 001/2017

RESOLUÇÃO Nº. 001/2017

Dispõe sobre a aprovação dos valores do superávit dos recursos federais e estaduais junto ao Fundo Municipal de Assistência Social de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião plenária extraordinária realizada online nos dias 20 à 24 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº 3.521 de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social em âmbito Municipal;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política;

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os valores do superávit dos recursos federais e estaduais junto ao fundo municipal de Assistência Social, conforme tabela abaixo:

3339000000000000 (Custeio) 3310106 R\$ 48.033,50 CRAS (Proteção Social Básica)  
3449000000000000 (Investimento) 3310106 R\$ 20.000,00 CRAS (Proteção Social Básica)  
3339000000000000 (Custeio) 3310864 R\$ 5.671,00 BPC Escola/CNEAS  
3339000000000000 (Custeio) 3310211 R\$ 59.867,88 SCFV (Proteção Social Básica)  
3339000000000000 (Custeio) 3310211 R\$ 15.000,00 SCFV (Proteção Social Básica)  
3449000000000000 (Investimento) 3310214 R\$ 50.945,63 Estado/Custeio Proteção Social Básica  
3339000000000000 (Custeio) 3310222 R\$ 31.937,32 IGD/Bolsa IGD/SUAS  
3319000000000000 (Folha) 3310222 R\$ 60.000,00 IGD/Bolsa IGD/SUAS  
3449000000000000 (Investimento) 3310222 R\$ 25.000,00 IGD/Bolsa IGD/SUAS  
3339000000000000 (Custeio) 3310863 R\$ 119.787,44 Acessuas/Pronatec  
3319000000000000 (Folha) 3310863 R\$ 40.000,00 Acessuas/Pronatec  
3339000000000000 (Custeio) 3310213 R\$ 84.611,82 Programa Abrigo  
3449000000000000 (Investimento) 3310213 R\$ 15.000,00 Programa Abrigo  
3335000000000000 (Convênio) 3310213 R\$ 58.500,00 Subvenção Abrigo Situação de Rua  
3339000000000000 (Custeio) 3310213 R\$ 117.785,53 Peti  
3339000000000000 (Custeio) 3310212 R\$ 87.665,33 Média Complexidade  
  
3449000000000000 (Investimento) 3310212 R\$ 20.000,00 Média Complexidade  
3319000000000000 (Folha) 3310212 R\$ 40.000,00 Média Complexidade  
3449000000000000 3310214 R\$ 1.014,09 Estado/Investimento/Proteção Social Básica

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 24 de janeiro de 2017.

Flavia Regina Gomes Theisen

Presidente CMAS

# Palma Sola

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PALMA SOLA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

#### EDITAL 001/2017

CONVOCAÇÃO E ESTABELECE OS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A  
ESCOLHA DE VAGAS PARA PROFESSORES EFETIVOS E ESTÁVEIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMA SOLA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SR. CLEOMAR JOSÉ MANTELLI, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1207/98 e a Lei nº 909/91, torna Público, pelo Presente Edital, os Critérios para a realização do Processo de Classificação e Escolha de Vagas para Professores Efetivos e Estáveis, lotados na Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município supracitado, para atuação na Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Anos Iniciais, Artes, Inglês e Educação Física do Ensino Fundamental, Educação de Jovens Adultos e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017.

#### I – DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO.

1.1 O recebimento da documentação para classificação ocorrerá conforme cronograma deste Edital.

#### II - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O presente processo de classificação e escolha de vagas destina-se ao quadro de professores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, e será regido pelos critérios estabelecidos neste edital de nº 01/2017 para o ano letivo de 2017.

2.2 A classificação e escolha de vaga obedecerá a seguinte ordem; Graduação na área específica de atuação; pós-graduação na área específica e magistério. Em caso de duas habilitações, permanecerá a tempo de serviço na Educação e às horas de curso de capacitação na área de atuação, até o limite de 200 horas nos anos de 2015 e 2016.

2.3 A classificação do processo seletivo e escolha de vaga ocorrerá na data e hora prevista no cronograma deste edital, devendo o servidor comparecer pessoalmente ou através de procurador devidamente munido de procuração com poderes específicos para tal fim.

2.4 O Servidor ou representante legal que chegar após a chamada na escolha de vaga, conforme a ordem de classificação, passará seu nome para o último lugar da listagem de classificação.

2.5 A ordem de classificação será realizada, conforme critérios previstos no item III deste edital.

2.6 Para a classificação do tempo de serviço será considerada a data do exercício até 31 de dezembro de 2016. Sendo descontados, no cômputo geral, os períodos de licença sem vencimento ou atuação em outras áreas que não sejam de abrangência da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

2.7 O quadro de Vagas para os Professores Efetivos e Estáveis será exposto no Mural da Secretaria de Educação e Esportes da Prefeitura Municipal de Palma Sola e no site da Prefeitura Municipal, conforme cronograma deste edital.

#### III - DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

3.1 Habilitação na Área, considerando a ordem: graduação 300 pontos, pós-graduação 200 pontos e Magistério 100 pontos na área de efetivação. Respectivamente.

3.2 Maior Tempo de Serviço na Rede Pública ou privada de Ensino, computado 01 (um) ponto para cada mês exercido no magistério. Acima de 15 dias será computado um mês de efetivo exercício.

3.2.1 Havendo duplicidade de tempo de serviço o servidor terá que optar entre ambos.

3.2.2 Para receber a pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério, o servidor deverá comprovar através de:

a) Atestado original de tempo de serviço que informe o período com início e fim emitido pelo órgão, Municipal, Estadual Federal e outras Redes de Ensino.

b) tempo de serviço será válido até 31 de dezembro de 2016.

c) Será computado somente o tempo de serviço na Área de Educação.

3.3 Serão computados os cursos de aperfeiçoamento na área de atuação até o máximo de 200 horas. Sendo que serão computados 01(um) ponto para cada 20 horas de curso.

Parágrafo Único - Os documentos necessários para a comprovação dos critérios previstos no item III deverão ser providenciados pelo interessado e entregue para avaliação na data prevista no cronograma deste edital.

#### IV EM CASO DE EMPATE SERÃO CONSIDERADOS OS SEGUINTE CRITÉRIOS.

4.4 Maior idade.

4.5 Maior número de filhos.

4.6 Sorteio público.

Parágrafo Único - O servidor será ordenado e classificado pela habilitação na área de atuação e pelo tempo de serviço, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Esportes e da Comissão designada pelo Poder Executivo Municipal.

#### V- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

5.1. Fica delegada a competência da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Palma Sola e a Comissão para que se realize a classificação dos servidores efetivos e estáveis lotados na Secretaria Municipal de Educação e Esportes para:

a) Receber documentação.

b) Prestar informações sobre o processo de escolha de que trata este Edital, quando solicitado.

c) Preencher Planilha de Pontuação.

d) Publicar a Classificação preliminar.

e) Divulgar o quadro de Vagas.

f) Deferir ou indeferir recursos.

#### VI- DO RECURSO

6.1 - O servidor poderá entrar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Palma Sola – SC no prazo de dois dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem de classificação, para solicitar reconsideração no caso de sentir-se prejudicado na sua classificação.

6.2 - A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada de acordo com os critérios do Edital 001/2017.

6.3 - O resultado do recurso será publicado após análise da comissão.

#### VII- DAS VAGAS

7.1 - O levantamento das vagas a serem oferecidas aos servidores será responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Parágrafo Único - Havendo o excedente de funcionários na área de atuação, serão reordenados ou realocados de acordo com as vagas

disponíveis na Secretaria Municipal de Educação.

7.2 Após o preenchimento do quadro de vagas pelos professores efetivos, haverá a chamada para os professores ACTs, conforme a classificação do teste seletivo d.

#### X- CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Inscrição, recebimento da documentação e preenchimento da Planilha de Computo de pontos.	24 a 25 de janeiro 2017.	Manhã: Das 08h às 11 h. Tarde: 13h30min às 16 h.
Análise de documentação e classificação	26 e 27 de janeiro 2017.	
Resultado da classificação preliminar	27 de janeiro de 2017.	Após as 17 horas.
Apresentação do quadro de vagas	27 de janeiro de 2017.	A partir das 17 horas.
Recebimento e análise de recursos	30 de janeiro de 2017.	Das 07h às 13horas.
Resultado da Classificação	31 de janeiro de 2017.	Após as 17 horas.
Escolha de Vagas da Educação Infantil. Local: Escola Libório Romildo Kuhn	02 de fevereiro 2017.	As 08 horas.
Escolha de Vagas - Anos Iniciais do Ens.Fundamental. Local: Escola Libório Romildo Kuhn	02 de fevereiro 2017.	As 14 horas.

a) Os casos não previstos no presente Edital, no que tange a escolha de vaga em questão, serão resolvidos, conjuntamente com "Comissão" e pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes do Município de Palma Sola.

b) O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Edital 001/2017 é o da Comarca de Dionísio Cerqueira.

c) O presente Edital possui validade para um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, SC, em 20 de janeiro de 2017.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

# Palmitos

## PREFEITURA

### Decreto nº 008/17

DECRETO Nº 008/2017. De 23 de janeiro de 2017.	NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Dair Jocely Enge, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	--

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designado a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2017, constituída pelos seguintes servidores públicos:

- Adriane Penso
- Cacia Maria Batista da Silva
- Marcelo Noetzold
- Nelise Carla Vitori
- Solange Fátima Allievi

§ 1º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não ensejando qualquer remuneração.

§ 2º A Comissão será presidida pelo primeiro membro designado, podendo ser substituído nos casos de impedimento e vacância por qualquer outro membro da Comissão.

§ 3º A Comissão contará com a assessoria técnica do Assessor Jurídico do Município de Palmitos, Nilton César Rigoni, OAB/SC nº 14059-B.

Art. 2º A Comissão Especial do Processo Seletivo tem autonomia para decidir sobre as questões relativas à aplicação do Processo Seletivo, podendo praticar os atos inerentes à realização efetiva, devendo todas as medidas ser amparadas pela legislação em vigor.

DECRETO Nº 008/2017.  
De 23 de janeiro de 2017.

Art. 3º A Comissão Especial do Processo Seletivo fiscalizará a aplicação do Edital, por parte da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, no tocante à realização do Processo Seletivo, bem como, requisitará ao departamento competente a publicação de resumo do mesmo nos órgãos de imprensa, promovendo ampla divulgação do Processo Seletivo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 006/2017, de 20 de janeiro de 2017.

Município de Palmitos/SC, em 23 de janeiro de 2017.

DAIR JOCELY ENGE  
Registrado e Publicado em local de costume

Oberdan Francisco Ferrari  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### PROCESSO 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 04/2017. Modalidade: Pregão Presencial 03/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS. Data da entrega dos envelopes: 07/02/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 07/02/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 24 de Janeiro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 05/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 05/2017. Modalidade: Pregão Presencial 04/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS. Data da entrega dos envelopes: 08/02/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 08/02/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 24 de Janeiro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 06/2017. Modalidade: Pregão Presencial 05/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO. Data da entrega dos envelopes: 06/02/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 06/02/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 24 de Janeiro de 2017. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Paraíso

## PREFEITURA

**CT 05/2017 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PARAISO - SC  
EXTRATO CONTRATO 05/2017FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2017FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2017FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:  
DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR O VEÍCULO CHEVOLET SPIN LTZ, PLACA MJU 8166".

DO VALOR TOTAL: R\$ 1.480,98 (Hum mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 09 de Janeiro de 2017 até dia 09 de Janeiro de 2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 06 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

**PR 03/2017**

MUNICÍPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

O MUNICÍPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 07 de Fevereiro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0\*\*49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 24 de Janeiro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

**DL 01-2017 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PARAISO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA SEGURAR O VEÍCULO CHEVOLET SPIN LTZ, PLACA MJU 8166.

DO VALOR TOTAL: R\$ 1.480,98 (Hum mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e oito centavos)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: GAMBATTO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será do dia 09/01/2017 à 09/01/2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 06 de Janeiro de 2017.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Edital de Chamada Pública nº 01/2017

O Município de Paulo Lopes/SC comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de recebimento dos Projetos de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93. O prazo para a entrega dos envelopes será até o dia 09 de fevereiro de 2017, no horário das 07:00 às 13:00 horas. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia.

Paulo Lopes, 24 de janeiro de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 21 2017

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: do Município de Peritiba atendidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, nos seguintes dias e horários: 20/01, de 23/01 a 27/01 e de 30/01 a 03/02 das 08h às 11h:30 e das 13h:30 às 18h, totalizando 11 dias úteis.

Valor estimado para 2017: R\$ 1.000,01 (um mil reais e um centavo).

Dados do Contrato: 21/2017

Contratado: Severino Vieira

CPF nº: 538.432.319-15

Data de Vigência: 20/01/2017 à 28/02/2017

Município de Peritiba – SC em 20 de Janeiro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO LICITAÇÃO 018 - MAO DE OBRA

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 07/02/2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 018/2017, visando a Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de mão de obra mecânica especializada (Homem/hora) em veículos Leves, médios, grande porte, máquinas pesadas e máquinas agrícolas, bem como serviços de soldas, usinagem, chapeação e serviços elétricos.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 07/02/2017, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou pelo site [www.pinheiro-preto.sc.gov.br](http://www.pinheiro-preto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE JANEIRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### AVISO LICITAÇÃO TP 002

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2017  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10/02/2017 licitação modalidade Tomada de Preços n. 02/2017, visando a contratação de empresa prestadora de serviço de coleta, industrialização e destino final do lixo dos serviços de saúde hospitalar da unidade sanitária central do Município de Pinheiro Preto. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/02/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE JANEIRO DE 2017

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº027/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, exercício 2017, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA, autorizado através do Processo nº 008/2017, Licitação n. 002/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA - ME  
CNPJ nº: 17.763.149/0001-25  
Endereço: Rua Oscar Von Hohenbruck, 593, Térreo.  
Centro, Treze Tílias/ SC.  
Representada por:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 002/2017, datado de 20/01/2017 e homologado em data de 23/01/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao Município de Pinheiro Preto serviços generalizados, consistentes na realização dos seguintes exames laboratoriais e respectivos preços unitários:

Item:	Descrição:	Valor Unitário:
01	Ácido úrico	R\$ 0,70
02	Colesterol HDL	R\$ 1,27
03	Colesterol LDL	R\$ 1,08
04	Colesterol total	R\$ 0,72
05	Epstein BAAR Igg e Igm	R\$ 10,67
06	Plaquetas- Contagem	R\$ 0,48
07	PSA Total/ Livre	R\$ 5,00
08	T3	R\$ 2,31
09	T4 Livre	R\$ 3,47
10	TAP	R\$ 1,24
11	TC- Tempo de Coagulação	R\$ 0,38
12	Hemograma	R\$ 1,81
13	Parcial de urina	R\$ 1,19
14	Parasitológico de fezes	R\$ 1,19
15	Triglicerídeos	R\$ 1,12
16	VDRL	R\$ 1,12
17	Tipagem sanguínea ABO-Rh	R\$ 1,75
18	AST (TGO)	R\$ 0,70
19	ALT (TGP)	R\$ 0,70
20	Bilirrubinas total e frações	R\$ 0,80
21	BHCG	R\$ 3,03
22	Urocultura com TSA	R\$ 4,70
23	VHS - Velocidade de hemossedimentação	R\$ 0,46
24	Hemoglobina Glicada/Glicosada	R\$ 2,87
25	Creatinina sérica	R\$ 0,70
26	Microalbuminúria	R\$ 2,39
27	Uréia	R\$ 0,70
28	Baciloscopia de escarro	R\$ 1,27
29	Glicose	R\$ 0,70
30	TSH	R\$ 3,42
31	TS – tempo de sangramento	R\$ 0,38
32	FAN	R\$ 2,15
33	Ferritina	R\$ 3,82
34	Látex	R\$ 1,02

35	Potássio	R\$ 0,78
36	CPK (creatinofosfoquinase)	R\$ 1,28
37	Vitamina D	R\$ 6,93
38	Toxoplasmosse IgM/IgG	R\$ 6,93
39	FTA-Abs IgM/IgG	R\$ 8,66
40	Citomegalovírus IgM/IgG	R\$ 6,93
41	Secreção vaginal	R\$ 3,46
42	Coombs indireto	R\$ 3,46
43	Eletroforese de hemoglobina	R\$ 6,23
44	TOT	R\$ 5,19
		TOTAL: R\$ 115,18

Parágrafo Único. Os valores não serão reajustados durante a vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: PAGAMENTO

2.1 Os pagamentos far-se-ão MENSALMENTE, após a entrega definitiva dos serviços, mediante emissão e apresentação da Nota Fiscal.

2.2 A Nota Fiscal/ Fatura será emitida em moeda corrente na data da entrega do produto/serviço, conforme proposta.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: ENTREGA DO SERVIÇO

3.1 Os serviços serão prestados no Laboratório da contratada, cuja coleta do material deverá ser realizada na sede do Município, em posto de coleta da contratada.

3.2 As despesas referentes ao fornecimento dos serviços serão de total responsabilidade da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas com a aquisição dos produtos, objeto do presente contrato, correrão por conta das classificações orçamentárias abaixo descritas:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

#### CLÁUSULA QUINTA: DAS AUTORIZAÇÕES

5.1 A CONTRATADA somente poderá prestar os serviços mediante autorização fornecida pela Secretaria de Saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ de 01/02/2017 até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

##### 7.1 DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1 Se a CONTRATADA descumprir as condições deste contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

7.1.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

7.1.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

8.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93.

8.2 Nos casos de rescisão previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, a empresa contratada fica sujeita ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

#### CLÁUSULA NONA: VINCULAÇÃO DO CONTRATO

##### VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

9.1 - O presente contrato está vinculado à licitação nº 002/2017, modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.1 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, sob pena das sanções legais cabíveis.

9.1.2 Faz parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Licitação nº 002/2017

#### CLÁUSULA DÉCIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 O presente contrato rege-se pelas normas da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2785/2007.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL E FORO

11.1 As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

11.2 A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições, as supressões ou aumento que se fizerem necessários, até o limite de 25 % do contrato.

11.3 Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, \_\_\_\_ de Janeiro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

CONTRATADA  
LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS

Testemunhas:

1- \_\_\_\_\_

Nome: .....

CPF: .....

2- \_\_\_\_\_

Nome: .....

CPF: .....

### PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO Nº 050/2017

PORTARIA Nº 050, DE 23 DE JANEIRO DE 2017

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 002/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 002/2017, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado à empresa LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA -ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.763.149/0001-25, nos respectivos itens e preços unitários:

Item:	Descrição:	Valor Unitário:
01	Ácido úrico	R\$ 0,70
02	Colesterol HDL	R\$ 1,27
03	Colesterol LDL	R\$ 1,08
04	Colesterol total	R\$ 0,72
05	Epstein BAAR Igg e Igm	R\$ 10,67
06	Plaquetas- Contagem	R\$ 0,48
07	PSA Total/ Livre	R\$ 5,00
08	T3	R\$ 2,31
09	T4 Livre	R\$ 3,47
10	TAP	R\$ 1,24
11	TC- Tempo de Coagulação	R\$ 0,38
12	Hemograma	R\$ 1,81
13	Parcial de urina	R\$ 1,19
14	Parasitológico de fezes	R\$ 1,19
15	Triglicerídeos	R\$ 1,12
16	VDRL	R\$ 1,12
17	Tipagem sanguínea ABO-Rh	R\$ 1,75
18	AST (TGO)	R\$ 0,70
19	ALT (TGP)	R\$ 0,70
20	Bilirrubinas total e frações	R\$ 0,80
21	BHCG	R\$ 3,03
22	Urcultura com TSA	R\$ 4,70
23	VHS - Velocidade de hemossedimentação	R\$ 0,46
24	Hemoglobina Glicada/Glicosada	R\$ 2,87
25	Creatinina sérica	R\$ 0,70
26	Microalbuminúria	R\$ 2,39
27	Uréia	R\$ 0,70
28	Baciloscopia de escarro	R\$ 1,27
29	Glicose	R\$ 0,70
30	TSH	R\$ 3,42

31	TS – tempo de sangramento	R\$ 0,38
32	FAN	R\$ 2,15
33	Ferritina	R\$ 3,82
34	Látex	R\$ 1,02
35	Potássio	R\$ 0,78
36	CPK (creatinofosfoquinase)	R\$ 1,28
37	Vitamina D	R\$ 6,93
38	Toxoplasmose IgM/IgG	R\$ 6,93
39	FTA-Abs IgM/IgG	R\$ 8,66
40	Citomegalovírus IgM/IgG	R\$ 6,93
41	Secreção vaginal	R\$ 3,46
42	Coombs indireto	R\$ 3,46
43	Eletroforese de hemoglobina	R\$ 6,23
44	TOT	R\$ 5,19
		TOTAL: R\$ 115,18

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE JANEIRO DE 2017

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

### PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO Nº 056/2017

PORTARIA Nº 056 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 003/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 003/2017, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado à empresa FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 79.408.746/0008-65, no fornecimento em caráter excepcional, de medicamentos de referência, genéricos e similares, constantes na lista da ABC FARMÁ, exceto os relacionados na lista Básica da farmácia da Unidade de Saúde, com o desconto ofertado sobre os medicamentos de 28,5 %.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE JANEIRO DE 2017

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

### PRORROGAÇÃO DE CONTRATO Nº 001/2017

PRORROGAÇÃO 001/2017

CONTRATO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO Nº 012/2016

Primeiro Termo de Prorrogação de Contrato de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, autorizado através do Processo n.º 285/2015, Licitação 055/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sujeitado-se as partes aos ditames do edital de licitação, da Lei 8.666/93 e das cláusulas do presente contrato.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

CNPJ-MF n.º 03.656.613/0001-70

Endereço: Rua Germano Decker, nº 78 – sala 01. Bairro Universitário

Videira - SC

Representada por: EDUARDO PASA

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93; pelas leis de proteção ambiental e pelas normas do Edital de Pregão Presencial nº 055/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços especializados para instalação de link de internet banda larga de 5 MBPS FULL, com garantia de banda larga em 100% em Download e Upload, na Unidade de Saúde e Sede Administrativa do Município (Prefeitura Municipal).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O Município, na data de 25 de janeiro de 2016, firmou contrato com a empresa INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, contrato nº 012/2016, cujo objeto visava a contratação de serviços especializados para instalação de link de internet banda larga de 5 MBPS FULL.

2.2 Tendo em vista condição vantajosa para a administração, fica prorrogado o contrato nº 012/2016, firmado com a empresa INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, por mais um período compreendido entre 25/01/2017 a 31/12/2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 803,92 (oitocentos e três reais e noventa e dois centavos) mensais, valor este obtido mediante atualização monetária de 7,19% (sete vírgula dezenove por cento) no preço anteriormente praticado (R\$ 750,00) na forma apurada através do processo de expediente nº 009/2017

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 803,92 (oitocentos e três reais e noventa e dois centavos) mensais, devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 99

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 29 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o contrato fora prorrogado para o seguinte período:

a) Início: 25/01/2017;

b) Término: 31/12/2017;

Parágrafo único. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, na forma que dispõe o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

#### CLAUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 012/2016 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 23 de janeiro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

INFOPASA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

EDUARDO PASA

#### TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4681/2017

DECRETO Nº 4681/2017, de 20 de janeiro de 2017.

NOMEIA O SENHOR ELVINO TAFFAREL PARA EXERCER O CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor ELVINO TAFFAREL, para exercer o cargo de Secretario Municipal, lotado na Secretaria Municipal de educação e Cultura, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, dedicação integral, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 20 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### PORTARIA 108/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0108/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a (s) Servidor (es) Público (s) Municipal da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos no período de 23/01/2017 a 01/02/2017, conforme relação:

- Gilvanio Puschmann, Operador de Maquinas, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 29/02/2016;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 23 de Janeiro de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Pomerode

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001 / 2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2017

#### COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 001 / 2017, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL, BEM COMO CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NOS PORTAIS DE CONVÊNIOS - SICONV E SIGEF, E OU INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS", que o mesmo encontra-se SUSPENSO em função de alterações a serem realizadas no edital de licitação.

Ressaltamos que a nova data para recebimento e abertura dos envelopes "Credenciamento", "Proposta Comercial" e "Habilitação" será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Sem mais para o momento,

Pomerode / SC, 24 de Janeiro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 3172/2017

DECRETO Nº 3172/2017  
De 19/01/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, III da Lei nº 2.880/2016 de 10/11/2016:

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam anulados no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 36.638,57 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0301.0060.2042	Manutenção da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas de Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33710000000000	Transferências a Consórcios Públicos	
01020000	Rec. De Impostos e de Transf. De Impostos - Saúde	3.438,57
010.0301.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde – Recursos SUS	

30000000000000	Despesas de Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
03380204	PACS	22.000,00
03380205	PSF	6.000,00
03380206	PSF Odontológico	2.000,00
03380207	Núcleo Apoio à Saúde da Família	1.600,00
03670201	PSF – Estadual	1.600,00
	T O T A L	36.638,57

Art. 2º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R\$ 36.638,57 (trinta e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos) as seguintes classificações orçamentárias:

19	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
010.0301.0060.2042	Manutenção da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas de Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31710000000000	Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio	
01020000	Rec. De Impostos e de Transf. De Impostos - Saúde	3.438,57
010.0301.0060.2043	Manutenção da Secretaria de Saúde – Recursos SUS	
30000000000000	Despesas de Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
03380204	PACS	22.000,00
03380205	PSF	6.000,00
03380206	PSF Odontológico	2.000,00
03380207	Núcleo Apoio à Saúde da Família	1.600,00
03670201	PSF – Estadual	1.600,00
	T O T A L	36.638,57

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de Janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 19 de Janeiro de 2017.  
ERCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001 / 2017

Processo Administrativo n.º 003 / 2017.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratados: ELSIRA DAHLKE e NELSON DAHLKE.  
Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS

E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL n.º 2.817, DE 21/12/2015.

Valor Mensal definido pela Lei Municipal n.º 2.817, de 21/12/2015 (Artigo 1º, inciso III): R\$1.586,13 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e treze centavos).

Valor Total Contratado: R\$19.033,56 (dezenove mil, trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Justificativa: Trata-se de imóvel locado destinado para a exploração de jazida de macadame, com objetivo de utilização para manutenção de obras municipais, vias públicas não pavimentadas e base para pavimentação asfáltica, sendo a área locada na localidade de Wunderwald e legalizada junto ao DNPM e FATMA, que vem a atender as necessidades da Administração. O imóvel faz fronteira com o terreno de propriedade de Lori Rahn Jung e Valmor Rahn, no qual também é extraído o saibro. O preço está dentro da realidade do mercado, atendendo a população dos bairros Wunderwald, Testo Rega, Testo Alto, Rega Alta, Ribeirão Areia e Centro, em conformidade com Lei Ordinária Municipal n.º 2.817, de 21/12/2015.

Base legal: Artigo 24, X da Lei n.º 8.666/93.

Prazo de vigência: 12 meses.

Pomerode / SC, 24 de Janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

#### PORTARIA Nº 21.661

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
---

PORTARIA Nº 21.661

NOMEIA GESTOR DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, RAFAEL RAMTHUN Secretário Interino de Desenvolvimento Social e Habitação, como GESTOR do Fundo da Infância e da Adolescência, a partir de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogados os efeitos da Portaria nº 21.072, de 24 de maio de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de janeiro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 039/2017

DECRETO Nº 039, de 13 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA BEATRIZ SCHENA ROTTA DE CAMPOS, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Institucionais da Saúde, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 040/2017

DECRETO Nº 040, de 13 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MARCELLI WALQUIRIA NERIS, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio de Serviços da Saúde, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 044/2017

DECRETO Nº 044, de 13 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MÁRCIA APARECIDA MOHILSKI, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385, de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 13 de janeiro de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 046/2017

DECRETO Nº 046, de 20 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre a constituição da Comissão Permanente de Licitação – CPL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o insculpido no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – CPL de Porto União – SC, a qual será composta pelos seguintes Membros:

I- MIGUEL CHOKAILO NETO, nomeado para o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Esporte, na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

II- ÉDINO ANDRIOLI, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

III- VINÍCIUS ANDRÉ MAKIAK, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento;

IV- 1ª Suplente: GRACIELE CARLA BORDIGNON RODRIGUES, nomeada para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo,

na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

V- 2ª Suplente: CÁSSIA NALON CONTE, nomeada para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade.

Art. 2º A Comissão instituída através deste Decreto será presidida pelo Sr. Miguel Chokailo Neto, secretariada pelo Servidor Edino Andrioli, e terá como membros: Vinícius André Makiak, Graciele Carla Bordignon Rodrigues e Cássia Nalon Conte.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Licitação ora constituída:

I- receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às Licitações, em todas as suas modalidades; e  
II- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação.

Art. 4º A investidura dos Membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata o presente Decreto será de 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus Membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º A Comissão responderá solidariamente por todos os atos praticados pela mesma, salvo se posição individual divergente devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º Revogam-se o Decreto nº 861, de 29 de janeiro de 2016, e as demais disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 047/2017

DECRETO Nº 047, de 24 de janeiro de 2017.

Disciplina a rotina para pedido de compras, fixando regras para o controle da gestão pública municipal, bem como disciplina a responsabilidade do agente político, cargos comissionados e detentores de função gratificada, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar a atividade da administração pública nos contornos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal sob a ótica do controle concomitante mencionado na Lei nº 4.320/64;

CONSIDERANDO que o controle da Gestão Fiscal Pública através da Lei de Responsabilidade Fiscal possibilita ao usuário da informação uma ampla transparência das atividades do órgão público, em conformidade com os princípios inseridos no artigo 37 da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto fixa as rotinas para encaminhamento de pedidos de compras de bens e serviços à Gerência de Compras e Licitações, a quem incumbirá verificar se foram adotadas as devidas providências de pesquisa prévia de preços, de no mínimo 03 (três) empresas do ramo, bem como adotar, se for o caso, a competente modalidade do procedimento licitatório, condicionando a compra,

em caso de dispensa de licitação, à prévia autorização do Gerente de Compras e Licitações, e parecer jurídico.

Art. 2º Os pedidos de compra de bens duráveis deverão, além da autorização do Gerente de Compras e Licitações, trazer o motivo e a justificativa, para a compra do bem e/ou do serviço.

Parágrafo único. Considera-se motivo, o pressuposto do fato gerador da necessidade e justificativa, o objetivo do interesse público (onde será empregado o bem/serviço adquirido).

Art. 3º Os pedidos serão encaminhados pelos servidores municipais, através dos respectivos órgãos, sejam eles efetivos, comissionados, agentes políticos ou detentores de funções gratificadas.

§ 1º Todos os servidores relacionados neste artigo são considerados, para efeitos legais, ordenadores de despesas, respondendo pessoalmente pelos atos que praticarem ou se omitirem, em quaisquer das esferas, sejam elas administrativas, civis e/ou criminais, devendo, para fins de nomeação do respectivo cargo, assinar o competente Termo de Responsabilidade, conforme o ANEXO ÚNICO deste Decreto.

§ 2º No exercício de suas atribuições, os agentes ordenadores de trata o caput deste artigo deverão:

I- determinar observância rigorosa dos preceitos da Lei 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/2002, bem como das normas internas emanadas do Poder Executivo e das que forem editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no que couber, quanto a licitações, contratos e prestação de contas;

II- responsabilizar-se pelo controle interno de sua respectiva área de atuação, quanto ao emprego dos recursos públicos, guarda, proteção e conservação de bens à sua disposição com fulcro nos princípios básicos de legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, legitimidade e economicidade;

III- organizar os serviços afeitos à sua área, estabelecendo normas, fluxos internos, sempre sob a proteção da lei e da boa técnica, zelando pela sua eficiência e eficácia.

Art. 4º Para cancelamento de valores ou exclusão de dados no sistema informatizado, o requerimento da parte interessada deverá trazer as justificativas pelas quais requer cancelamento/alteração dos dados, sob pena de indeferimento de plano.

Art. 5º O requerente ou seu preposto receberá comprovante de entrega, com as informações sobre o documento.

Art. 6º Depois de protocolado, o requerimento será encaminhado ao responsável pelo setor competente, que o autuará com toda a documentação pertinente e instruirá, desde logo, com as informações que julgar necessárias, determinando eventual tramitação para os demais órgãos da Prefeitura, a fim de receber outras informações, pareceres técnicos e/ou jurídicos que o caso exija.

Art. 7º Concluídas as providências, o expediente com suas folhas numeradas será encaminhado ao Chefe do Executivo para decisão final.

Art. 8º Somente após a decisão do Chefe do Executivo, acolhendo o pedido, com base nas informações e pareceres constantes do expediente, é que o órgão de origem, por intermédio de seu dirigente máximo, poderá proceder às alterações no sistema informatizado ou banco dados da Administração Municipal, nos precisos termos da decisão, com comunicação ao setor contábil, para as demais providências necessárias.

Art. 9º Cada agente público responsável pela administração dos dados no sistema informatizado desta Prefeitura terá uma senha

única, pessoal e intransferível, com a qual terá acesso ao sistema, devendo anotar em livro próprio, o nº do procedimento, resumo da decisão, a data e o nome do responsável.

Art. 10. A inobservância das regras ora fixadas, sujeitará o funcionário às sanções no âmbito civil, administrativo e criminal.

Art. 11. Fica a empresa mantenedora do sistema informatizado obrigada a bloquear o acesso para eventuais alterações ou exclusões do banco de dados, cuja liberação somente se dará na esteira das instruções fixadas nos artigos 4º ao 9º deste Decreto.

Art. 12. Fica, ainda, a empresa mantenedora do sistema informatizado, autorizada a gerar as competentes senhas restritas que ficarão lacradas até a sua entrega aos responsáveis pelo serviço, em cada setor.

Art. 13. Não se aplicam as instruções deste Decreto aos sistemas específicos interligados com outros órgãos públicos, que são disciplinados por regras próprias.

Art. 14. Para fins de uso dos veículos de propriedade do Município, cada servidor será responsável pelo correto preenchimento da planilha de bordo do veículo com a inserção dos dados corretos, sob pena de não o fazendo serem tomadas as medidas cabíveis atinentes ao caso.

Art. 15. No desempenho de suas atividades, todos os agentes políticos, assim considerados os secretários municipais, cargos comissionados e detentores de função gratificada são pessoalmente responsáveis pelos atos praticados, cabendo aos mesmos zelar pelo patrimônio que estiver sob sua guarda, de sorte que toda ação ou omissão praticada que estiver em desconformidade com a lei, ensejará a tomada das medidas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de eventual ação judicial, durante o curso do mandato deste Prefeito ou em momento posterior, o ocupante do cargo responderá integralmente com seu patrimônio pessoal isentando o prefeito de qualquer responsabilidade nesse sentido.

Art. 16. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com ciência aos Secretários Municipais, Diretores de Departamentos e demais funcionários responsáveis pelas rotinas para pedido

de compras, bem como os ocupantes de cargos comissionados e detentores de função gratificada.

Porto União (SC), 24 de janeiro de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 047, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil),  
\_\_\_\_\_ (profissão), portador do RG sob o n.º \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_ - Bairro \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, DECLARO para os devidos fins e a quem interessar possa, que, na qualidade de ocupante do cargo de \_\_\_\_\_ possuo pleno conhecimento de minhas responsabilidades e do patrimônio que se encontra sob minha guarda, respondendo por todos os atos que por ventura praticar ou me omitir, nesta condição, respondendo, nas esferas cíveis, administrativa e criminal no caso de eventual ação judicial intentada em razão dos meus atos, inclusive com meu patrimônio pessoal, ora declarado e que eventualmente vier a ser agregado.

Ainda, declaro que estou ciente que a responsabilidade pessoal pelos atos praticados no desempenho da minha função isenta o Prefeito Municipal de toda e qualquer responsabilidade, nas esferas cível, administrativa e criminal.

Por ser verdade firmo o presente Termo, com firma reconhecida, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.

Porto União (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura

## EDITAL 002 - PROMOÇÃO FUNCIONAL POR TITULAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS

EDITAL 002, de 20 de janeiro de 2017.

O Prefeito do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, após análise dos documentos pela Comissão Especial, Responsável em Avaliar a documentação e emitir parecer acerca da possibilidade de Promoção Funcional por Titulação dos Servidores Públicos, DIVULGA o resultado das inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS, e abre PRAZO RECURSAL de 03 (três) dias úteis conforme Edital nº 001/2016, de 13 de outubro de 2016, que estabelece as normas para a Promoção Funcional por Titulação aos Servidores Públicos da Administração Direta e Indireta do Município.

NOME	CARGO	SITUAÇÃO	MOTIVO
ADELAIDE APARECIDA FERREIRA SOARES	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
CEILA MARA RODRIGUES SCHEIBE	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	INDEFERIDO	Já está na classe pretendida
LILI CARDOSO	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
MARLI STEIN DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
REGIANE AP. GONÇALVES DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
RENILDA AP. MELLO OSSAK	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
ROSI DE FÁTIMA NASCIMENTO	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
SANDRA FABIANA ALVES SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	
TANIA REGINA SWIRSKI DUVOISIN	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	DEFERIDO	

REGINA DIURZA	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 01	INDEFERIDO	Não apresentou Declaração de Conclusão de Curso
CESAR LUIZ STREMLow	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	DEFERIDO	
ELIAS UBIRAJARA ABEL RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	DEFERIDO	
JOSE ADILSON DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	DEFERIDO	
LEANDRO PIMENTEL	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	INDEFERIDO	Já está na classe pretendida
SILVIO COHLS DE AMORIN	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	DEFERIDO	
VALDECIR GLIXINSKI	AGENTE DE SERVIÇOS NIVEL 02	INDEFERIDO	Já está na classe pretendida
ANTONIO VANDERLEI DE MATOS	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	DEFERIDO	
JOSE DOS SANTOS	MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS	DEFERIDO	
ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEFERIDO	
ARIELLE CARLA BUOGO	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEFERIDO	
MARCIO ROBERTO MARCZYNSKI	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEFERIDO	
TATIANE THONIA DA LUZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEFERIDO	
LAURECI FREISLEBEN	AUDITOR FISCAL	DEFERIDO	
GISLAINE BUENO DE OLIVEIRA	PSICÓLOGO	DEFERIDO	
AFONSO WASMANN NETO	CONTADOR	DEFERIDO	

A Promoção Funcional só será concedida após a observância da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários do Município.

Porto União (SC), em 20 de janeiro de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 001/2017 – Registro de Preços.  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 001/2017.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para registro de preços para aquisição de recargas para cilindro de oxigênio e equipamentos, para uso nas Unidades de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 07 de fevereiro de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 24 de janeiro de 2017.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **PROCESSO 007 2017 - DETONAÇÃO PEDREIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 – MENOR PREÇO POR GLOBAL

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, SC, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 09:00 horas do dia 08/02/2017, licitação que tem por objeto o Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de prestação de serviços de perfuração e detonação de cascalho em pedreiras, com fornecimento de material e mão de obra, com furos de 03 (três) polegadas, perfuração através de equipamento perfuratriz, e aplicando emulsão explosiva bombeada, vedado o uso de anfo, furação na malha 2,5 x 1,2M, resultando em material do tamanho semelhante a rachão. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br).

Pouso Redondo, em 24 de Janeiro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE CREDENCIAMENTO MEDICO Nº 01/2017

#### TERMO DE CREDENCIAMENTO

"REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº01/2017, "OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE 2017. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR":

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, BARBARA MERETTI HEIDTMANN, médica inscrita no CPF sob n.º047.156.419-25, estabelecida na Rua Itajaí, 470 em Ibirama/SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA -OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços de DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL POR 60 (SESSENTA) DIAS, conforme tabela de valores abaixo discriminados:

#### ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.

1	500,00	CSUTA	CONSULTAS EM CLINICA GERAL	35,00
---	--------	-------	----------------------------	-------

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 01/2017.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento da mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais, termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- c) - Os serviços de clínico geral serão prestados no Posto de saúde do Município de Presidente Nereu nos seguintes dias: segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de expediente do Posto de Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA -VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 06.03.2017.

#### CLÁUSULA QUINTA -FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

**CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.**

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se refeito sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A responsabilidade da fiscalização do contrato ficará a cargo do Gestor do Fundo Sr. Benito Brand.

**CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

**CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.**

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

**CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.**

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

**CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n.º

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS
01020000	Receitas de Impostos - Saúde

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.**

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 01/2017 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.**

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a

qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, 06 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
GESTOR

BARBARA MORETTI HEIDTMANN  
MÉDICA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF: 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

## 2º TERMO DE CREDENCIAMENTO MÉDICO 01/2017

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

“REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº01/2017, “OBJETIVANDO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICA NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTRATAÇÃO DE MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL PARA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE 2017. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”:

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Presidente Nereu, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Praça Leão Dehon, nº. 50, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.699/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, THAIS CHRISTINE DOS SANTOS SURGIK, médica inscrita no CPF sob nº 077.175.259-84, estabelecida na Rua João XXIII em Presidente Nereu/SC, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços MEDICO CLINICO GERAL EM ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE MUNICIPAL, PAGO POR CONSULTA REALIZADA, EM SITUAÇÃO EMERGENCIAL POR 60 (SESSENTA) DIAS, conforme tabela de valores abaixo descritos:

ITENS QTDDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.

1	500	CSUTA	CONSULTAS EM CLINICA GERAL	35,00
---	-----	-------	----------------------------	-------

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público nº 01/2017.

### CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- Caberá a CREDENCIADA o fornecimento da mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, igualmente se responsabiliza por encargos sociais, termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CONTRATANTE e ou a terceiros.
- Os serviços de clínico geral serão prestados no Posto de saúde do Município de Presidente Nereu nos seguintes dias: segundas, quartas e sextas-feiras, no horário de expediente do Posto de Saúde.

### CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 06.03.2017.

### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização das consultas, emitida pelo Secretário da Saúde do Município de Presidente Nereu, ou por ele autorizado; emitida por funcionário da Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município, mensalmente, até o quinto (5º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá ser apresentado à Secretaria da Saúde do Município de Presidente Nereu até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único – Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

#### CLÁUSULA SEXTA –FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo se referido sem ônus à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias ao CONTRATANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

A responsabilidade da fiscalização do contrato ficará a cargo do Gestor do Fundo Sr. Benito Brand.

#### CLAUSULA SÉTIMA -DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei Nº 8666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA -DA MULTA.

A CONTRATANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) – Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado, será cobrada multa na razão de R\$ 5,00 (cinco reais), por dia de atraso da consulta/seção encaminhada.

#### CLÁUSULA NONA -DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
- b1) - ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
- b2) - venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
- b3) - quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
- b4) - venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
- b5) - quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CONTRATANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde, no valor avençado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n °

10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
0010	SAUDE
0301	ATENCAO BASICA
1601	ATENÇÃO INTEGRAL A SAUDE DO CIDADÃO
2022	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33903606000000	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

01020000

Receitas de Impostos - Saúde

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.**

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo, será dirimida com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO N. 01/2017 e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORO.**

As partes elegem o Foro da comarca de Rio do Sul/SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Presidente Nereu, 23 de janeiro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
GESTOR

THAIS CHRISTINE DOS SANTOS SURGIK  
MÉDICA CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS  
CPF: 065.001.199-67

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF: 018.560.459-51

# Princesa

## PREFEITURA

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001.2017 RETIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

(\*) Retificado - Retificação nº 01 – Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, MÉDICO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AUXILIAR DE SAÚDE, PARA COMPOR VAGA E CADASTRO DE RESERVA PARA O MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC. O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições, e Leis Complementares número n. 21, 22, 23 e 24 de 30 de Dezembro de 2014, e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de servidores, em caráter temporário, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

##### 1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital do Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se caso aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição dos candidatos no site: [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

1.1.6. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo Seletivo:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05.10.1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar)

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

#### 1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencto R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Assistente Social	*CR	R\$ 3.634,95	40hs/sem	Curso superior em Serviço Social, com Registro no Conselho Regional de Classe – CRESS. Lotação: Departamento de Assistência Social.	Objetiva
Enfermeiro	*CR	R\$ 4.335,19	40hs/sem	Curso superior de Enfermagem com Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Médico	*CR	R\$ 13.226,43	40hs/sem	Curso Superior de Medicina com Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Auxiliar de Saúde	*CR	R\$ 1.004,70	40hs/sem	Ensino Fundamental completo. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde. (Área 01 – Micro Área 06)	*CR	R\$ 1.198,54	40hs/sem	Ensino fundamental Completo. Residir na Micro Área 6, comunidades de Linha Cruzeiro, Califórnia e Linha Maria Preta, Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva

\*CR. ☐ Cadastro de Reserva.

1.2.2 A lotação de todos os cargos se dará na forma do art. 13 e parágrafo único da Lei Complementar n. 23/2014.

1.2.3 São previstas ainda como vantagens financeiras o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cargas horárias de 40 horas semanais como Auxílio Alimentação e Adicional de Insalubridade sobre o salário mínimo na porcentagem de 20% para os cargos de Médico, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 23/01/2017 às 23h59min do dia 22/02/2017.

### 2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.1. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período de inscrição, eseguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 23/02/2017.

e) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no Anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, poderão realizar à sua inscrição presencial online, sendo que para tanto deverão se dirigir à Prefeitura Municipal de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min, até dia 31.01.2017. A partir do dia 01.02.2017 das 07h:30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min.

2.1.1.4. Para a efetivação das inscrições Presencial online o candidato deverá estar munido de todos os documentos e informações necessárias, sendo que o candidato será o único responsável pela exatidão e correção das informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. Na oportunidade de realização da inscrição online o candidato é responsável pela impressão do comprovante, bem como do Boleto Bancário referente à sua inscrição cujo pagamento é de inteira responsabilidade do candidato no período destinado para tanto, qual seja, até às 23h59min do dia 23/02/2017.

2.1.1.6. Só serão efetivadas as inscrições online/via presencial dos candidatos que se dirigirem a Prefeitura Municipal de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, no horário compreendido entre as 07h30min às 11h30min, até dia 31.01.2017 e a partir do dia 01.02.2017 das 07h:30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min, até o último dia de inscrição.

2.1.1.7. A Prefeitura de Princesa – SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.8. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

2.1.1.9. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

### 2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as inscrições, para o seguinte endereço: à Prefeitura Municipal de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa/SC. Encaminhado aos cuidados da Secretaria de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura de Princesa – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via postal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e efetuar um depósito IDENTIFICADO e EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de Princesa, abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Caixa Econômica Federal de Princesa – SC.

Agência: 1885-6

Conta Corrente: 207-5

Código Banco: 104

Operação: 006

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de Princesa – SC, realizado na Caixa Econômica Federal.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição (devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado) e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, até às 17 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de Princesa – SC deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO,

não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de Princesa – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. O candidato poderá inscrever-se somente para 01 (uma) vaga do cargo de que trata o presente Edital. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais recente.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o PROCESSO SELETIVO será de:

ESCOLARIDADE	Valor R\$
Ensino Fundamental	R\$ 50,00
Ensino Médio	R\$ 70,00
Ensino Superior	R\$ 100,00

2.7. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.9. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.10.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei municipal nº Lei nº 739/2014, (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa, e entregue do dia 23/01/2017 a 10/02/2017, no endereço da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa – SC, juntamente com os seguintes documentos:

a) Cópia do requerimento de inscrição;

b) Comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que para efeito da isenção o doador deve comprovar a doação ao menos uma vez nos 06 (seis) meses anteriores ao ato da inscrição.

c) No caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa - SC, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa – SC, através de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de Princesa – SC até no máximo dia 13/02/2017.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC e nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) até o dia 14/02/2017 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 23/02/2017, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. O presente Processo Seletivo destina-se a cadastro de reserva e, dessa forma, não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa – SC, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Administração -Departamento de Recursos Humanos - somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Princesa – SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), do Município de Princesa, sito a Rua Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa – SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrição.

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

#### 4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas, conforme data estabelecida no Anexo I (CRONOGRAMA) do presente edital.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa – SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

#### 5. DAS PROVAS

##### 5.1. Da Prova Objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. APROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/03/2017, com início às 09h30min, nas dependências da ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954, Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 09h20min\*, sendo que das 09h20min até às 9h30, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.\*(Alterado conforme 1ª retificação de 24.01.2017.)

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão -resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente 01 (UMA) será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.

5.1.4.2. A prova objetiva será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais, conforme quadro abaixo, para os cargos de Assistente Social, Enfermeiro, Médico, Auxiliar de Saúde e Agente Comunitário de Saúde.

Provas	Nº Questões	Peso	Total de pontos por disciplina	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1-Conhecimentos Específicos	12	0,60	7,20	4,00
2-Língua Portuguesa	05	0,35	1,75	
3-Conhecimentos Gerais	03	0,35	1,05	
TOTAL è	20	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme quadro acima.

#### 5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do

candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (09h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Resposta, em local próprio, seu nome legível, nº do documento de identidade e assinatura, bem como as suas respostas por questão, preenchendo por completo o campo que se refere à questão correta, conforme a forma correta, exemplificada no próprio cartão resposta e na primeira folha do caderno de provas, para propiciar a correção com leitura ótica, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.3. No Cartão Resposta do candidato constará as assinaturas dos fiscais e dos últimos três (03) candidatos de cada sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. As provas de cada cargo serão identificadas pelos números 1, 2, 3 e 4 e é de responsabilidade do candidato a marcação correta, sendo que a não marcação correta invalidará o cartão resposta.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no local indicado dos cartões respostas suas assinaturas.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no local indicado.

5.3.17.3. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.4. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

5.3.20. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

#### 5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- c) Lápis preto e borracha;

d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Princesa e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta ou outros materiais não permitidos;

h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

## 6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura digital, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Sede da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, sito à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro de São Miguel do Oeste - SC, às 09 horas do dia 21/03/2017, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato.

6.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 7 do presente edital.

6.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente edital.

6.4. A sessão será filmada e acompanhada pelos membros da comissão organizadora do certame do município de Princesa/SC e da comissão organizadora da Ameosc e por todos os candidatos e interessados que terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

## 7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

7.5. Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;

7.6. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;

7.7. Maior Idade;

7.8. Sorteio Público.

## 8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;

b) na formulação das questões da prova objetiva;

c) no gabarito preliminar divulgado;

d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Processo Seletivo, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e clicar no link Concursos.

- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Imprimir e preencher o Formulário de Recurso constante no (modelo anexo);
- b) Encaminhar através de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa – SC. Encaminhado aos cuidados da Secretaria de Administração (Departamento de Recursos Humanos) da Prefeitura de Princesa – SC.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenche-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, até às 17 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecurável na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

## 10. DO PROVIMENTO DO CARGO

10.1. O provimento do cargo obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior que assim exigir;

f) demais documentos solicitados pela Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelos Regimes Jurídicos Estatutário ou Celetista, de acordo com o cargo escolhido.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto a Divisão de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

10.5. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação no PROCESSO SELETIVO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Princesa - SC.

11.2. As publicações sobre o PROCESSO SELETIVO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Princesa, no Diário Oficial dos Municípios - DOM - SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Princesa - SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Princesa - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente PROCESSO SELETIVO é o da Comarca de São Jose do Cedro/SC.

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II– Conteúdo Programático;

ANEXO III– Atribuições do Cargo;

ANEXO IV – Requerimento Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;

ANEXO V – Requerimento Portadores de Necessidades Especiais;

ANEXO VI - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviarem inscrição via correio);

ANEXO VII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);

ANEXO VIII– Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IX – Resolução que institui Comissão Organizadora de Concursos da AMEOSC.

Princesa – SC, 20 de janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Ivan Bernardi

OAB/SC 18468-B

Assessor Jurídico da Prefeitura de Princesa

#### ANEXO I

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	20/01/2017	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Princesa – SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, até o dia 09/02/2017.
Inscrições	23/01 a 22/02/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais.	23/01 a 22/02/2017	Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de Princesa – SC, sito a Rua Rio Grande do Sul esquina com a Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 545, Centro, CEP: 89.935-000, Princesa/SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, durante o horário de expediente
Recebimento de Inscrições para Candidatos que requererem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue)	23/01 a 10/02/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue)	14/02/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue)	15 a 23/02/2017	O boleto para impressão, em caso de indeferimento, deverá ser acessado junto ao site <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	03/03/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	04 a 07/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	10/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> . A partir das 17 horas
Publicação do Ensalamento	14/03/2017	Pela internet nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas

Prova Objetiva	18/03/2017	A prova objetiva será realizada na ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954, Centro, na cidade de Princesa – SC. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min. O fechamento dos portões será às 09h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. A prova terá início às 09h30min e término às 12 horas.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	20/03/2017	A partir das 17 horas nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a>
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	21 e 22/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	21/03/2017	Às 09hrs, no Auditório da Ameosc, Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, na cidade de São Miguel do Oeste – SC.
Publicação do Resultado Preliminar prova objetiva	21/03/2017	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC. A partir das 17 horas.
Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar (prova objetiva e prova prática)	22 e 23/03/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a>
Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar	11/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	12/04/2017	Pela internet no site: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> . A partir das 17 horas
Publicação da Classificação/Resultado Final	13/04/2017	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: <a href="http://www.ameosc.org.br">www.ameosc.org.br</a> e <a href="http://www.princesa.sc.gov.br">www.princesa.sc.gov.br</a> também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

**ANEXO II****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL SUPERIOR****I – LÍNGUA PORTUGUESA:**

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; sinônimos; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

**II - CONHECIMENTOS GERAIS:**

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa - Catarina e de Princesa; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural; Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde; Lei Orgânica do Município de Princesa.

**III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:****ASSISTENTE SOCIAL:**

Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Política Nacional de Assistência Social; Projetos Sociais do Governo Federal em vigor. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e interprofissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS- Organização e direitos. Assistência Social: organização e direitos. Previdência Social: organização e direitos. A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

**ENFERMEIRO:**

Processo de enfermagem: Sistematização da Assistência em Enfermagem; semiologia e semiotécnica em enfermagem; teorias da enfermagem. Biossegurança: conhecimento e medidas de biossegurança; prevenção em controle de riscos ocupacionais e de infecções hospitalares. Enfermagem na gestão em serviços de saúde: planejamento; tomada de decisão; gerenciamento de pessoal e liderança em enfermagem; relacionamento interpessoal; humanização da atenção em saúde; sistema de informação em saúde. Ética e bioética em enfermagem. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social; indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento; Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990. Visita e consulta de enfermagem em domicílio:

técnicas e abordagens; estratégias de abordagem a grupos sociais, especialmente à família, à mulher e ao neonato, a grupos em situações vulneráveis e minoritários. Enfermagem em saúde da mulher: Sistematização da Assistência de Enfermagem à mulher; imunização; prevenção do câncer ginecológico e de mama. Climatério. Planejamento familiar: atenção ao casal infértil, atenção à contracepção (métodos reversíveis e irreversíveis) incluindo a contracepção de emergência. Atenção à mulher em abortamento; atenção à mulher vítima de violência doméstica. Enfermagem em saúde materno-neonatal: cuidado de enfermagem à mulher e ao neonato durante o período gravídico-puerperal; trabalho de parto enascimento; sistematização da assistência de enfermagem à gestante, à parturiente, à puerpera e ao neonato; aleitamento materno. Educação em saúde: educação popular em saúde e sua aplicação na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde de grupos específicos.

#### MÉDICO:

Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Atenção Básica - Saúde da Família. Estratégia de Saúde da família. Assistência domiciliar. Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público. Ética Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Medicina Geral: Doenças do Aparelho Cardiovascular. Doenças do Aparelho Respiratório. Pneumonias. Transfusões de sangue e derivados. Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. Afecções Doenças do Aparelho Digestivo. Doenças Renais e do Trato Urinário. Doenças Endócrinas e do Metabolismo. Doenças Hematológicas e Oncológicas. Doenças Neurológicas. Doenças Psiquiátricas. Doenças Infecciosas. Doenças Dermatológicas. Doenças Oculares. Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. Ginecologia e Obstetrícia. Doenças Reumatológicas. Saúde Pública: Planejamento e Gestão em Saúde; Conceitos de saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde e Reformas do Estado; Sistema Único de Saúde; Educação em saúde; Promoção de Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde. Ações de atenção à saúde da criança, escolar, adolescente, mulher, homem, idoso. DST/AIDS, mental, tuberculose, hanseníase. Doenças de notificação compulsória. Imunizações. Consciência, educação e boas práticas Profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais - Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências. Código de Ética Profissional.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL MÉDIO

##### I - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

##### II - CONHECIMENTOS GERAIS:

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa - Catarina e de Princesa; Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural; Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde; Lei Orgânica do Município de Princesa.

##### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

##### AUXILIAR DE SAÚDE:

Educação em Saúde. SUS – Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/ 90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Programa Saúde da Família. Programas preventivos. Atribuições na saúde pública. Ética profissional. Recepção do Paciente: ficha clínica e organização de arquivo; Lei Orgânica Municipal.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - NÍVEL FUNDAMENTAL

##### I –LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão e interpretação de texto; coerência e coesão textual; ortografia; pontuação; acentuação gráfica; emprego da norma culta; classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; análise sintática.

##### II - CONHECIMENTOS GERAIS:

Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa - Catarina e de Princesa; Noções gerais sobre

a vida econômica, social, política e cultural; Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde; Lei Orgânica do Município de Princesa.

### III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

#### AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Lei Orgânica do Município. Sistema Único de Saúde. Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Lei nº 8.142/1990 - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Portaria nº 2.488/2011 – Revisão das Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Lei nº 11.350, de 5 de Outubro de 2006. Programa Estratégia Saúde da Família – ESF. Sistemas Nacionais de Informação (SINAN, SISVAN, SINASC, SIAB). Vigilância em saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental). Política Nacional de Promoção Da Saúde. Calendário Básico de Vacinação da criança, adolescente, adultos e idoso. Aleitamento materno. Doenças transmissíveis: vetores, vias de transmissão, sintomas, cuidados e tratamento. O Agente comunitário inserido nos Programas Ministeriais de Saúde: Tuberculose, Hipertensão, Diabetes, DST/AIDS. Atenção à saúde da mulher, da criança e do recém-nascido (RN), do adolescente, do homem e do idoso. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno Normas de biossegurança. Humanização e ética na atenção à saúde. Doenças de notificação compulsória. Educação em saúde e acolhimento na Estratégia Saúde da Família. Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Noções Básicas de informática.

#### ANEXO III

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### ASSISTENTE SOCIAL:

- Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, SUS e Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Legislação Municipal visando auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população;
  - Elaborar e/ou executar os programas e projetos de geração de renda, bem como orientar os usuários quanto a importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho;
  - Atuar em programas específicos da área da Saúde e Assistência Social;
  - Proporcionar através da intervenção profissional, junto aos usuários e suas famílias a discussão do projeto de vida destes, visando a busca de alternativas que venham construir a autonomia dos mesmos;
  - Buscar pela solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócios educativas nas unidades de saúde, educação e assistência social, bem como elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas;
  - Assessorar, monitorar e avaliar projetos, programas, serviços e benefícios sócio assistenciais, bem como da rede prestadora de serviços, projetos e programas sócio assistenciais inscritas, registradas, conveniadas ou parceiras;
  - Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões - ordinárias e/ou extraordinárias, comissões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio familiar, visitas domiciliares e outros;
  - Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando, discutindo, trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
  - Implementar e alimentar os sistemas de informação das políticas públicas;
  - Atender periodicamente e apresentar parecer social dos servidores em gozo do auxílio doença;
  - Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
  - Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
  - Emissão de laudos e pareceres na área afim;
  - Fazer visitas domiciliares a servidores públicos municipais para fins de avaliação e emissão de laudos de acompanhamento de licenças por motivo de doença;
  - Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a Legislação em vigor;
  - Identificar as demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
  - Realizar estudos sistemáticos com a equipe do CRAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais;
  - Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;
  - Realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
  - Organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos no CRAS;
  - Realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados;
  - Prestar assessoria aos conselhos;
  - Atuar no Conselho Municipal de Assistência Social;
  - Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência;
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

#### ENFERMEIRO:

- Exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto às unidades de saúde do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas;
  - Participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja partícipe ou que os desenvolva;
  - Atuar em todas as ações de controle epidemiológico;
  - Participar e interagir com outros profissionais e equipes multidisciplinares, que objetivem a melhoria das condições de vida das pessoas e na implementação e execução de programas de ações preventivas e de orientação, além de outras atribuições inerentes à enfermagem em saúde pública;
  - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
  - Executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária, no nível de suas competências;
  - Realizar ações de saúde em todos os ambientes, na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio;
  - Participar da organização de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, entre outros que forem necessários;
  - Executar tarefas complementares ao tratamento médico especializado;
  - Orientar as atividades de assistência global ao doente;
  - Efetuar o controle da estocagem de medicamentos, vacinas e ações de saúde desenvolvidas pela equipe de enfermagem;
  - Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
  - Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
  - Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
  - Fazer notificação de doenças transmissíveis;
  - Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e comunidade, de acordo com os programas estabelecidos pela instituição;
  - Participar do planejamento e prestar assistência em situação de emergência e de calamidade pública;
  - Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;
  - Emissão de laudos e pareceres na área afim;
- Executar outras atividades e serviços, segundo às especialidades pertinentes à respectiva profissão.

**MÉDICO:**

- Atuar permanentemente nos postos de Programa de Saúde da Família;
  - Atividades de programação e planejamento, supervisão, coordenação execução de trabalhos de defesa e proteção da saúde, das várias especialidades médicas ligadas a saúde física e mental e a patologia e ao treinamento clínico do organismo humano.
  - Realizar consultas clínicas, atendimentos ambulatoriais, visitas domiciliares, efetuar exames médicos em escolares e pré-escolares;
  - Tratar pacientes;
  - Realizar exames médicos, realizar diagnósticos, prescrever e ministrar tratamentos para as diversas doenças, perturbações, lesões do organismo e aplicar os métodos da medicina aceitos e reconhecidos cientificamente;
  - Examinar servidores públicos municipais para fins de controle de ingresso, licença e aposentadoria;
  - Fazer visitas domiciliares a servidores públicos municipais para fins de controle de faltas por motivo de doença;
  - Praticar atos cirúrgicos e correlatos;
  - Emitir laudos e pareceres;
  - Cumprir e aplicar as leis e regulamentos da Secretaria Municipal de Saúde e do SUS;
  - Desenvolver ações de saúde coletiva;
  - Participar de processos educativos e de vigilância em saúde;
  - Planejar, coordenar, controlar, analisar e executar atividades de Atenção à Saúde individual e coletiva;
  - Assessorar e prestar suporte técnico de gestão em saúde;
  - Regular os processos assistenciais no âmbito do SUS do Município, integrando-o com outros níveis do Sistema;
  - Participar de todos os atos pertinentes à medicina e prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicados em Medicina;
  - Executar ações básicas em vigilância epidemiológica e sanitária;
  - Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**AUXILIAR DE SAÚDE:**

- Desenvolvimento de todos os serviços atinentes de auxiliar de saúde de acordo com a estrutura de saúde do Município e legislação vigente;
- Aplicar métodos de codificação e preenchimento de fichas;
- Efetuar controle administrativo;
- Digitar, conferir, arquivar e protocolar documentos;
- Preencher formulários.
- Executar tarefas auxiliares na organização dos trabalhos inerentes a almoxarifado em geral.
- Receber os visitantes e pacientes e prestar-lhes informações;
- Receber recados e encaminhá-los;
- Efetuar controles e registrar observações feitas ou alterações percebidas para possibilitar a tomada de providências imediatas, pela equipe de saúde;
- Auxiliar na manutenção, limpeza dos materiais e equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades;
- Auxiliar na organização em quaisquer outras áreas pertinentes observando as técnicas recomendadas, bem como zelando pela conservação adequada do equipamento utilizado;
- Receber, registrar e encaminhar pacientes para atendimento;
- Informar os horários de atendimento e agendar consultas, pessoalmente ou por telefone;
- Zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho;
- Providenciar a distribuição e a reposição de estoques, de acordo com orientação superior;

- Executar o tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho;
  - Organizar arquivos e orientar o envio e recebimento de documentos pertinentes de sua área de atuação;
  - Colaborar com os técnicos do grupo superior na elaboração de relatórios dos seus setores de atuação;
  - Participar sob orientação de cursos para formação dos recursos humanos visando simplificar e aumentar a eficácia das atividades funcionais;
  - Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:**

- Realizar mapeamento de sua área;
  - Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
  - Preencher os relatórios indispensáveis de controle, de acordo com o exigido pelo Programa Estratégia Saúde da Família;
  - Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
  - Identificar área de risco;
  - Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário;
  - Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básicas de acordo com as políticas existentes e conforme orientação dos responsáveis da área;
  - Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
  - Estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco;
  - Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
  - Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras;
  - Traduzir para a Secretaria de Saúde a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites;
  - Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe;
  - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;
  - Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.
- Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior hierárquico.

**ANEXO IV****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017****REQUERIMENTO ISENÇÃO TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE**

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu \_\_\_\_\_ portador(a) do documento de identidade sob nº \_\_\_\_\_, inscrição nº \_\_\_\_\_, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 001/2017.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei municipal nº Lei nº 739/2014(doador de sangue).

Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

Princesa – SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: \_\_\_\_\_
- 2: \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

**ANEXO V****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017****REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_ expedido pelo \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP nº \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2017, do Poder Executivo Municipal de PRINCESA, inscrição sob nº \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_, requieiro a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de deficiência física: \_\_\_\_\_ CID nº \_\_\_\_\_  
Nome do Médico \_\_\_\_\_

2 – ( ) Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2.2. ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

2.3. ( ) Leitura de Prova

2.4. ( ) Amamentação

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

2.5 ( ) Outra Necessidade Especificar: \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

\_\_\_\_\_ SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura Candidato(a)

#### ANEXO VI

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL

(Somente para candidatos que fizer inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

1) Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, SOLICITO inscrição no Processo Seletivo Nº 001/2017, da Prefeitura Municipal de Princesa, para o cargo de \_\_\_\_\_ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: \_\_\_\_\_

b) Telefone Residencial/Comercial: \_\_\_\_\_

c) Telefone Celular: \_\_\_\_\_

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: ( ) SIM ( ) NÃO

b) Necessidades Especiais: ( ) SIM ( ) NÃO. Qual \_\_\_\_\_ CID \_\_\_\_\_

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte nº \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial. Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova. Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Amamentação. Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

e) ( ) Outra Necessidade: Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

..... /SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Requerente

#### ANEXO VII

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

#### FÓRMULÁRIO PARA RECURSOS

(Somente para os recursos encaminhados via postal)

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº Inscrição \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Tipo de Recurso:

1 – Contra o edital ( )

2 – Contra indeferimento de inscrição ( )

3 – Contra Inscrição ( )

4 – Contra questão da prova ( )

- 5 – Contra o Gabarito ( )  
6 – Contra a Pontuação Prova ( )  
7 - Contra a prova de títulos  
8 – outros ( ) Especificar: \_\_\_\_\_

Razões do Recurso: \_\_\_\_\_

Princesa/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do Recorrente

#### ANEXO VIII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA

PORTARIA Nº. 28, DE 17 DE JANEIRO DE 2017

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Clédina de Oliveira, Daiane Pagno, Márcia Cristina W. Bisutti, Daiana P. Flach, Mariele C. Bruder e Rossana Beal, brasileiras, servidoras públicas municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do concurso, instaurado através do Edital nº. 001/2017.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA/SC, 17 DE JANEIRO DE 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

#### ANEXO IX

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 - COMISSÃO ORGANIZADORA CONCURSOS DA AMEOSC

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para acompanhamento de Concursos Públicos e Testes Seletivos realizados pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - SC e Presidente da AMEOSC, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

#### RESOLVE:

Art. 1º-Designar os funcionários JUSSARA SALETE REGINATTO, JACSON FELIX SONAGLIO, UDINARA VANUSA ZANCHETTIN e ÉDINA G. TREMEA SPIRONELLO para comporem a Comissão Organizadora da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC nos Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade.

Art. 2º- Compete a Comissão Organizadora da AMEOSC a elaboração dos editais que regulamentarão os Concursos Públicos e Testes Seletivos executados pela entidade, mediante a supervisão e aquiescência do ente público que solicitou o certame, elaboração e aplicação das provas objetivas e práticas coordenando, fiscalizando e acompanhando as mesmas, correção dos cartões respostas, pontuação e classificação dos candidatos, receber e analisar eventuais recursos interpostos e emitir relação dos candidatos aprovados para homologação da autoridade competente.

Art. 3º - A Comissão Organizadora da Ameosc poderá requisitar, tanto para a Ameosc quanto ao ente público que realiza o processo de seleção, recursos humanos, financeiros, equipamentos, materiais e instalações necessárias para a regular realização dos certames.

Art. 4º - São impedidos de atuar como membros desta comissão cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Parágrafo único: Verificando os membros da presente Comissão o deferimento de inscrição de candidato que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, deverá solicitar seu desligamento da Comissão.

Art. 5º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Art. 6º-Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de janeiro de 2017.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal de Guarujá do Sul - Presidente da AMEOSC

**EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017 RETIFICADO**

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

(\*) Retificado - Retificação nº 01 – Texto Compilado

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ASSISTENTE SOCIAL, ENFERMEIRO, MÉDICO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AUXILIAR DE SAÚDE, PARA COMPOR VAGA E CADASTRO DE RESERVA PARA O MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC. O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições, e Leis Complementares número n. 21, 22, 23 e 24 de 30 de Dezembro de 2014, e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para Processo Seletivo para preenchimento de vagas para admissão de servidores, em caráter temporário, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS**

1.1. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Município de Princesa - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede à Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

1.2. O presente Processo Seletivo é válido pelo prazo de 01 (um) ano contado da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.3. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Assistente Social	*CR	R\$ 3.634,95	40hs/sem	Curso superior em Serviço Social, com Registro no Conselho Regional de Classe – CRESS. Lotação: Departamento de Assistência Social.	Objetiva
Enfermeiro	*CR	R\$ 4.335,19	40hs/sem	Curso superior de Enfermagem com Registro no Conselho Regional de Enfermagem – COREN. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Médico	*CR	R\$ 13.226,43	40hs/sem	Curso Superior de Medicina com Registro no Conselho Regional de Medicina – CRM. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Auxiliar de Saúde	*CR	R\$ 1.004,70	40hs/sem	Ensino Fundamental completo. Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde. (Área 01 – Micro Área 06)	*CR	R\$ 1.198,54	40hs/sem	Ensino fundamental Completo. Residir na Micro Área 6, comunidades de Linha Cruzeiro, Califórnia e Linha Maria Preta, Lotação: Fundo Municipal de Saúde.	Objetiva

\*CR. ☐ Cadastro de Reserva.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET, VIA PRESENCIAL/ON LINE ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 23/01/2017 às 23h59min do dia 22/02/2017.

**3. DAS PROVAS**

3.1. APROVA OBJETIVA será aplicada no dia 18/03/2017, com início às 09h30min, nas dependências da ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL RENASCER, localizada na Rua Sete de Setembro, nº 954, Centro, na cidade de Princesa – SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Princesa - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br) [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 09h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Princesa – SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 09h20min\*, sendo que das 09h20min até às 9h30, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções aos candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso. \*(Alterado conforme 1ª retificação de 24.01.2017.)

3.6. A prova objetiva terá início às 09h30min e término às 12horas.

**4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

4.1. As publicações sobre o PROCESSO SELETIVO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Princesa, no Diário Oficial dos Municípios - DOM – SC e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

Princesa – SC, 20 de janeiro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei  
Ivan Bernardi  
OAB/SC 18468-B  
Assessor Jurídico da Prefeitura de Princesa

### **RETIFICAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017**

(\*) 1ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, Sr. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições, e Leis Complementares número n. 21, 22, 23 e 24 de 30 de Dezembro de 2014, e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que o Edital de Processo Seletivo nº 001/2017 sofre alteração no que pertine ao Item 5.1.2.4, a saber:

ONDE SE LIA:

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 14h20min, sendo que das 09h20mim até às 9h30, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do curso.

PASSA-SE A LER:

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após às 09h20min, sendo que das 09h20mim até às 9h30, horário marcado para início das provas, serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do curso.

As demais informações contidas no referido edital permanecem inalteradas.

Princesa – SC, 24 de janeiro de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/17

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/17.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Cleide Schreiber	Xxx.910.489-xx	162242
Daiane Gonzaga Stasiak	Xxx.848.339-xx	162576

Rio do Sul, 24 de janeiro de 2017  
LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal da Fazenda Interno

### EDITAL Nº 001/2017, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

EDITAL Nº 001/2017  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO/CEMITÉRIO

O Município de Rio do Sul, por meio da Secretaria Municipal de Administração e em conformidade com a Lei nº 4.100, de 31/08/2004, informa que as gavetas do Cemitério Público Municipal de Rio do Sul podem receber as pessoas falecidas, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos no caso de adultos e 03 (três) anos se tratando de crianças.

Tendo em vista que, o prazo de permanência nas gavetas do Cemitério, das pessoas abaixo relacionadas expirou, solicitamos a presença dos familiares junto ao Depto. de Patrimônio – Div. de Administração do Cemitério Público Municipal de Rio do Sul, sito Praça: 25 de Julho, nº 01 – Bairro: Centro – Rio do Sul/SC, no período de 23/01/2017 a 22/02/2017.

O não comparecimento dos familiares implicará na retirada dos despojos mortais, onde serão exumados e removidos ao Ossário Geral do Cemitério.

Consta abaixo, relação dos nomes a serem exumados com as respectivas datas de sepultamento:

Nome	Data Sepultamento	Quadra	Aléia	Gaveta
Maria Estela F. da Silva	12/08/2010	036	01	007
João Batista Galdino	25/08/2010	036	01	005
Angela Maria Simão Arseno	01/02/2011	036	01	028
Adailma Michele Soares Silva	02/02/2011	036	02	055
Maria Alvanir Nonato do Nascimento	02/06/2011	036	01	027
Leandro Ferreira	27/07/2011	036	01	004
Tereza Vicente de Lira Caetano	29/07/2011	036	01	024
Luiz Carlos de Oliveira	02/08/2011	036	03	066
Vilmar Costa	07/10/2011	036	04	112
Doracilia Alves de Oliveira	28/11/2011	036	01	023
Johann Karl Heinz Schmitt	18/12/2011	036	03	083
Natimorto (Thais M. B. da Silva)	03/01/2013	036	04	108

Rio do Sul, 16 de Janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 0086/RH**

PORTARIA N. 0086/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora ADRIANA PASSOS BONALDO, ocupante do cargo de Professor Educação Física, para, a partir de 02/01/2017, atuar como Diretor Departamento Escola Modelo da Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Diretor Departamento Escola Modelo da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Professor Educação Física.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Rp

**PORTARIA N.º 0088/RH**

PORTARIA N. 0088/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora CINTIA FRANZ, ocupante do cargo de Professor Língua Portuguesa, para, a partir de 02/01/2017, atuar como Diretor Departamento Pedagógico de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Diretor Departamento Pedagógico de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Professor Educação Física.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Rp

**PORTARIA Nº 0085/RH**

PORTARIA N. 0085/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora ADELINA DE FÁTIMA FERREIRA TEN-FEN, ocupante do cargo de Professora, para, a partir de 02/01/2017, atuar como Chefe Divisão Educação Infantil de 0 a 3 anos da Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Chefe Divisão Educação Infantil de 0 a 3 anos da Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, em face do servidor optar pela remuneração do cargo efetivo de Professor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Rp

**PREGÃO PRESENCIAL 004/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de Solução em gestão de frota de veículos terrestres, aquáticos e de equipamentos motorizados, acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07/02/2017, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 07/02/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos e [www.riodosul.sc.gov.br/licitacoes](http://www.riodosul.sc.gov.br/licitacoes).

Rio do Sul (SC), 24 de janeiro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2017 - COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 10/2017

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS ÍTENS DA MERENDA ESCOLAR FORNECIDA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 06/02/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 06/02/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 24 de Janeiro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### RESULTADO DO PREGÃO 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

EMPRESAS VENCEDORAS: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA, SUZIANI BAUMANN ME, MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CENTERMED COMERCIO D PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
VALOR HOMOLOGADO: R\$ 226.378,87.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20 de janeiro de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2016.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA

CNPJ/MF: 02.520.829/0001-40.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.895,50

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: SUZIANI BAUMANN ME

CNPJ/MF: 07.129.621/0001-19.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.337,16.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP.

CNPJ/MF: 09.676.256/0001-98.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 42.815,30.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

CNPJ/MF: 00.802.002/0001-02.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 31.656,99.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS.

CNPJ/MF: 94.894.169/0001-86.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 52.598,92.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: CENTERMED-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ/MF: 03.652.030/0001-70.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 61.375,00.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 20 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO PREGÃO 02/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016

EMPRESA VENCEDORA: VANDRESEN &amp; HERMESMEYER.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 79.650,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23 de janeiro de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 23 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: VANDSESEN &amp; HERMESMEYER.

CNPJ/MF: 85.354.090/0001-71.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 79.650,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 23 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

**RESUMO DO CONTRATO 01/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017

OBJETO: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

CONSÓRCIO CONTRATADA: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMUREL. CNPJ/MF: 02.715.882/0001-05.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 32.272,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 02 de janeiro de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## CÂMARA MUNICIPAL

### **PORTARIA N. 02, DE 18 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA N. 02, DE 18 DE JANEIRO DE 2017

Designa Membros da Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações, composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:  
I – Volmir Conchi Braganholi, brasileiro, Vereador, residente e domiciliado no Município de Santa Terezinha do Progresso, SC;  
II – Valmir Moreira; brasileiro, Vereador, residente e domiciliado no Município de Santa Terezinha do Progresso, SC;  
III – Rudimar Luis Zanon, brasileiro, Vereador, residente e domiciliado no Município de Santa Terezinha do Progresso, SC;

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 18 de janeiro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Registrado e publicado em data supra:

ELIANE LAURA ROHDEN  
Contadora

### **RETIFICANDO PORTARIA N. 01 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA N. 01, DE 10 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

#### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR o Senhor LEANDRO DA SILVA GALUPO, brasileiro, casado, Advogado, inscrita no CPF sob o n. 021.610.659-12 e RG n. 3.826.142-1, OAB/SC 26.877, para desempenhar as atribuições do cargo de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 10 de janeiro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Registrado e publicado em data supra:

ELIANE LAURA ROHDEN  
Contadora

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 01/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.01/2017
Processo Administrativo Nº. 102/2016 alterado para 104/2016
Edital: PREGÃO RP Nº. 85/2016 alterado para 86/2016
Objeto: Aquisição de Combustíveis para utilização pela frota municipal
Valor R\$ 181.422,50
Validade de contrato até 31/03/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 02/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.02/2017
Processo Administrativo Nº. 01/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.01/2017
Objeto: CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA - PROSUASA.
Valor R\$ 12.000,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 03/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.03/2017
Processo Administrativo Nº. 02/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.02/2017
Objeto: CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DAS ÁGUAS - PROAGUA
Valor R\$ 8.400,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 04/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.04/2017
Processo Administrativo Nº. 03/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.03/2017
Objeto: CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS – PROPOÇOS
Valor R\$ 12.000,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 05/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.05/2017
Processo Administrativo Nº. 917/2013
Edital: Pregão Presencial Nº.72/2013
Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES GESTORAS DO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO OS REGISTROS DOS ATOS E FATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
Valor R\$ 48.882,37
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 06/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.06/2017
Processo de Compra Direta nº.26/2017
Empresa: Epbazi Consultoria Ltda - ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO.
Valor R\$ 4.150,00
Validade de contrato até 28/02/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO 07/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.07/2017
Processo de Compra Direta nº.14/2017
Empresa: Centro de Tratamento e Diagnóstico de Quilombo S/S
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERIÓDICOS, ADMISSIONAIS, DEMISSIOAIS, RETORNO AO TRABALHO E MUDANÇA DE FUNÇÃO.
Valor R\$ 7.800,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 08/2017**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.08/2017
Processo de Compra Direta nº.10/2017
Empresa: Polimedici Assessoria e Consultoria em Medicina do Trabalho Ltda.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO.
Valor R\$ 7.816,20
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 09/2017**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.09/2017
Compra Direta nº.32/2017
Empresa: Acerplan Serviços Eireli - ME
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, GESTÃO ADMINISTRATIVA E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS.
Valor R\$ 7.000,00
Validade de contrato até 28/02/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 10/2017**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.10/2017
Empresa: VALMOR BREZOLIN
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PAULO FREIRE
Valor R\$ 5.534,64 (cinco mil quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)
Validade de contrato até 31/08/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 11/2017**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.11/2017
Empresa: NADIR GONÇALVES
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO
Valor R\$ 11.235,90 (Onze mil duzentos e trinta e cinco reais e noventa centavos)
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 12/2017**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.12/2017
Empresa: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS
Valor R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 120/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	120/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	VIMAQUINAS COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME
Objeto	RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO ROLO COMPACTADOR.
Vigência	20/12/2016 à 31/12/2016
Processo Licitatório	103/2016.
Dispensa de Licitação	11/2016.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 121/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	121/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	TRANSPORTE PACAZZA LTDA - ME
Objeto	Serviços de Transporte Escolar – Linha Santa Rosa - Prazo
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	112/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	84/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 122/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	122/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	PAULO JOÃO PACAZZA 02935170962
Objeto	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR- Linha Este-fanes - Prazo
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

Processo Licitatório	112/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	84/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 123/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	123/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CLEUNISE BOTTEGA FRANZOSI - ME
Objeto	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - Linha Picolli - Prazo
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	112/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	84/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 124/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	124/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	LUIZ ALBERTO MIOTTO - ME
Objeto	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - Linha Caçador e Bresolin - Prazo
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	112/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	84/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 125/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	125/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	RUDINEI VALCARENGHI 62107020906
Objeto	SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - Linha Molossi - Prazo
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	112/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	84/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO 126/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	126/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY BENEFICENTE
Objeto	Locação de imóvel pavilhão com tamanho de 24x14m², localizado na Av. Jacob Corso, Nº.510, Centro, na cidade de Santiago do Sul, próximo ao Centro Recreativo e Esportivo - CREC, todos os dias úteis da semana, para realização de aulas de dança.
Valor	R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)
Vigência	26/12/2016 à 31/03/2017
Processo	26/2015.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 127/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	127/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	METTA TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA
Objeto	Prestação de serviços de engenharia
Valor	R\$ 32.136,00 (trinta e dois mil e cento e trinta e seis reais)
Vigência	26/12/2016 à 31/12/2017
Processo	34/2015.
Pregão	26/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 128/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	128/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	AGOSTINHO CASAGRANDE
Objeto	Locação de imóvel este localizado na Av. João Corso, Centro, 415, no Município de Santiago do Sul.
Valor	R\$ 8.844,00 (Oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais)
Vigência	26/12/2016 à 31/12/2017
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 129/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	129/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto	SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL-SC.
Valor	R\$ 12.393,15 (Doze mil trezentos e noventa e três reais e quinze centavos)
Vigência	26/12/2016 à 31/03/2017
Processo	92/2015.
Tomada de Preços	03/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 13/2017**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.13/2017	
Empresa: DAVI CAMPANHOLO	
Objeto: LOCAÇÃO de espaço físico de IMÓVEL-PARTE TERREA sendo uma peça com banheiro, com área de 112,50 m²(Cento e doze metros quadrados e meio), no lote urbano nº.08, da quadra nº.17, matriculado sob o número 8.905localizado na Rua Ângelo Lunedo, 684 nesta cidade de Santiago do Sul – SC.	
Valor R\$ 8.050,00 (Oito mil e cinquenta reais)	
Validade de contrato até 31/12/2017	
SANTIAGO DO SUL, 16 de janeiro de 2017.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 130/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	130/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	RECICLEPLAS SERVIÇOS DE COLETA LTDA - ME
Objeto	SERVIÇOS SERVIÇO DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.
Valor	R\$ 16.468,83 (Dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos)
Vigência	26/12/2016 à 31/03/2017
Processo	92/2015.
Tomada de Preços	03/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 131/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	131/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME
Objeto	Prestação de serviços de locação de software
Valor	R\$ 4.368,00 (Quatro mil trezentos e sessenta e oito reais)
Vigência	26/12/2016 à 31/12/2017
Processo	124/2015.
Pregão	105/2015
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 132/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	132/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto	Locação de sistemas de Gestão Pública, para utilização nas Unidades Gestoras do Município, objetivando os registros dos atos e fatos da Administração Municipal para atendimento à normas vigentes e Administração dos recursos Públicos.
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	917/2014.
PREGÃO PRESENCIAL	72/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 133/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	133/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY BENEFICENTE
Objeto	Locação de imóvel
Valor	R\$ 1.990,50 (Um mil novecentos e noventa reais e cinquenta centavos)
Vigência	26/12/2016 à 31/03/2017
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 134/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	134/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	EDITORA POSITIVO LTDA
Objeto	FORNECIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO
Valor	R\$ 62.758,01 (Sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e um centavo)
Vigência	26/12/2016 à 31/12/2017
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 135/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	135/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	AX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto	LOCAÇÃO DE MÁQUINA FOTOCOPIADORA MULTI-FUNCIONAL COLORIDA PARA UTILIZAÇÃO JUNTO AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)
Valor	R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017.
Processo Licitatório	720/2013.
PREGÃO PRESENCIAL	46/2013.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 136/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	136/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	AX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto	LOCAÇÃO DE MÁQUINA FOTOCOPIADORA MULTI-FUNCIONAL PARA UTILIZAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Valor	R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017.
Processo Licitatório	567/2012.
PREGÃO PRESENCIAL	32/2012.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 137/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	137/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	SABER INFORMÁTICA EIRELLI ME
Objeto	FORNECIMENTO DE LINK PARA ACESSO A INTERNET
Valor	R\$ 26.985,00 (Vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	147/2015.
PREGÃO PRESENCIAL	126/2015.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 138/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	138/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	COOPERATIVA DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS E DE PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL DE SANTA CATARINA
Objeto	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA
Valor	R\$ 33.108,00 (Trinta e três mil, cento e oito reais)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	20/2016.
PREGÃO PRESENCIAL	15/2016.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 139/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	139/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	INOVACAO COMPUTACAO MOVEI LTDA - EPP
Objeto	LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA USO DO PROGRAMA APLICATIVO PARA O APARELHO COLETOR DE DADOS DOLPHIN 6000
Valor	R\$ 3.784,80 (Três mil setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.
Processo Licitatório	48/2014.
Inexigibilidade	03/2014.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 140/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	140/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	D. G. LAZARIN - EPP
Objeto	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS MULTI-FUNCIONAL
Valor	R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017.
Processo Licitatório	150/2015.
PREGÃO PRESENCIAL	129/2015.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 143/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	143/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA
Objeto	Execução de obra de rede de abastecimento de água potável com implantação de poço tubular profundo para captação de água para os municípios da comunidade de Linha Barra de Leão.
Vigência	28 de dezembro a 31 de janeiro de 2016.
Processo Licitatório	97/2016.
CARTA CONVITE	01/2016.
Santiago do Sul-SC, 28 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 141/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	141/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	RUFATTO EQUIPAMENTOS LTDA ME
Objeto	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS MULTI-FUNCIONAL
Valor	R\$ 1.012,50 (Um mil e doze reais e cinquenta centavos)
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017.
Processo Licitatório	54/2016.
PREGÃO PRESENCIAL	45/2016.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 144/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	144/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	HONORINO CASANOVA
Objeto	Locação do IMÓVEL-PARTE TÉRREA, com área de 177m², ambiente com 3 (três) peças, 01 sala, 01 corredor e 01 banheiro, sito na Av. João Corso, nº395, nesta cidade de Santiago do Sul-SC
Valor	R\$ 1.057,28 (Um mil e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos)
Vigência	28/12/2016 à 31/01/2017
Santiago do Sul-SC, 28 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO 142/2016**

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal	142/2016
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	ARTEFATOS DE CIMENTO QUILOMBO LTDA – EPP
Objeto	EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE PASEIOS NA RUA JACOB CORSO ENTRE A AV. JOÃO CORSO E AV HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO COM ÁREA TOTAL DE 364,27M² E ENTRE O LAJEADO BARRA GRANDE E AV. JOÃO CORSO COM ÁREA TOTAL DE 273,04M²
Vigência	26 de dezembro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.
Processo Licitatório	98/2016.
CONVITE	02/2016.
Santiago do Sul-SC, 26 de dezembro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

**CONTRATO FMS 01/2017**

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.01/2017	
Processo Administrativo nº. 102/2016 alterado para 104/2016	
Edital: PREGÃO RP nº. 85/2016 alterado para 86/2016	
Objeto: Aquisição de Combustíveis para utilização pela frota municipal	
Valor R\$ 27.027,50	
Validade de contrato até 31/03/2017	
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.	
NAIANDRA BATISITI BALDISSERA	
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

**CONTRATO FMS 02/2017**

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.02/2017	
Processo Administrativo nº. 01/2017	
Edital: Dispensa de Licitação nº.01/2017	

Objeto: Contrato de rateio para prestação de serviços de saúde especializados de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Santiago do Sul
Valor R\$ 219.200,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CONTRATO FMS 03/2017

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.03/2017
Processo Administrativo nº. 01/2017
Edital: Dispensa de Licitação nº.01/2017
Objeto: Contrato de rateio para prestação de serviços de saúde especializados de referencia e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Santiago do Sul. (Rateio de despesas de pessoal e manutenção do consórcio).
Valor R\$ 10.800,00
Validade de contrato até 31/12/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### CONTRATO FMS 04/2017

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº.04/2017
Processo de Compra Direta nº.04/2017
Empresa: NKO Informática Ltda
Objeto: Prestação de serviços de assessoria e treinamento no sistemas do Ministério da Saúde CNES, SAI, FPO, BPA, ESUS, relatório quadrimestral de gestão e relatório anual de gestão.
Valor R\$ 2.700,00
Validade de contrato até 31/03/2017
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2017.
NAIANDRA BATISTI BALDISSERA
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### DECRETO Nº 017/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

DECRETO Nº 017/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Atividade: 2.031 – Manut. Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.3.38–Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – Bloco Atenção Básica/NASF, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.807-5 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PREGÃO RP 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Administrativo nº.06/2017  
Edital nº.02/2017 – PR

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município.

Entrega dos Envelopes: 08:30 do dia 06/02/2017

Abertura dos Envelopes: 08:30 do dia 06/02/2017

O Edital e esclarecimentos poderão se obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo telefone (49) 3345-3000 ou site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br)

SANTIAGO DO SUL, 23 DE janeiro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 06 de fevereiro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)36316163 ou retirar o Edital completo através do site [www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saoentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2017.  
NILVA MARLI LARSEN HOLZ  
Chefe de Gabinete

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA  
Pregoeira Municipal

### DECRETO Nº 043/2017

DECRETO Nº 0043, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.  
ALTERA DECRETO Nº 1141/2015 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO CONSUMIDOR - CONDECON

MAGNO BOLLMANN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 242/1998,

#### RESOLVE:

Art. 1º. O Art. 1º do Decreto nº 1141, de 19 de novembro de 2015, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Defesa ao Consumidor – CONDECON, e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º (...)

I - Diretor do PROCON - Czeslaw Kosciarz - Presidente

(...)”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2016  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA JOSÉ FENDRICH Nº 144, BAIRRO PROGRESSO COM APROXIMADAMENTE 320 M², PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES.  
CONTRATADO: DILSON FRANCISCO TREML  
VALOR: R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)  
SÃO BENTO DO SUL, 14 de dezembro de 2016.  
CASSIO LUIZ ZSCHOERPER – SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO.

### JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 232/2016

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA JOSÉ FENDRICH Nº 144, BAIRRO PROGRESSO COM APROXIMADAMENTE 320 M², PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES

II – Contratado: Dilson Francisco Tremel

III- Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O imóvel locado é utilizado serve para abrigar o Departamento de Trânsito Urbano e também servirá como depósito de materiais utilizados pelos agentes de trânsito, assim como de sinalização viária, como placas, tachões e canos. Sendo de fácil acesso aos munícipes, e se adéqua perfeitamente às necessidades do Departamento para o fim a que se pretende, tanto pela localização geográfica (que condicionou a sua escolha) quanto pela utilização que atende as finalidades precípuas da contratação pretendida pela Administração, portanto justifica-se a manutenção do imóvel, nos termos do inciso X do art.24 da Lei 8.666/93.

VI- Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado, Dilson Francisco Tremel foi quem ofereceu um dos melhores imóveis e que melhor se adequou às necessidades do Departamento, pelos motivos acima elencados.

V- Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 26.400,00 para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 24 da Lei 8.666/93.

Cassio Luiz Zschoerper  
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

**LEI Nº 3753/2017**

LEI Nº 3753, DE 25 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, no valor de R\$ 6.602.090,14 (seis milhões, seiscentos e dois mil, noventa reais e quatorze centavos), referente às competências de abr/2016 até out/2016, em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, cujo primeiro vencimento será até o dia 20 do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido, os valores originais serão atualizados pelo INPC e acrescido de juros legais compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulado desde o mês do vencimento do débito até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas pelo INPC acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela e acrescido de juros legais compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, acumulado desde o mês da consolidação até o mês anterior ao vencimento da respectiva parcela.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente até a data do seu vencimento, pelo INPC acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela e acrescido de juros legais compostos de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento), acumulados desde mês do vencimento até o mês anterior ao pagamento.

Art. 3º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.752, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3754/2017**

LEI Nº 3754, DE 25 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de São Bento do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde, a entabular convênio com o Hospital e Maternidade Sagrada Família, para repasse do valor de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) no exercício de 2017, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) relativas aos meses de janeiro a dezembro.

§ 1º A quantia referida no artigo 1º destina-se à manutenção da Unidade de Terapia Intensiva – UTI.

§ 2º A entidade beneficiada fica isenta da contrapartida prevista no art. 60 da Lei nº 3715/2016.

Art. 2º O Hospital e Maternidade Sagrada Família terá o prazo de 60 (sessenta) dias, após o recebimento de cada parcela dos recursos, para prestar contas junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 – que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o Município de São Bento do Sul e o Decreto nº 0098/2013 – que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3755/2017**

LEI Nº 3755, DE 25 DE JANEIRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL,

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os benefícios mantidos pelo IPRESBS, concedidos com base no art. 40, § 1º, incisos I e II, inciso III, alíneas “a” e “b”, e § 7º, inciso I e II da Constituição Federal; artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2017, em 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito décimos por cento).

Parágrafo Único. Para os benefícios concedidos pelo IPRESBS a partir de fevereiro de 2016, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2017.

São Bento do Sul, 25 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2016	6,58
em fevereiro de 2016	4,99
em março de 2016	4,01
em abril de 2016	3,55
em maio de 2016	2,89
em junho de 2016	1,89
em julho de 2016	1,42
em agosto de 2016	0,77
em setembro de 2016	0,46
em outubro de 2016	0,38
em novembro de 2016	0,21
em dezembro de 2016	0,14

**NORMA DE PROCEDIMENTO Nº 02/2017**

NORMA DE PROCEDIMENTO Nº. 002/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul, Seção V – Art. 55 e a Portaria nº. 0018, de 2 de janeiro de 2017, tendo em vista o que determina a Lei nº. 3727, de 17 de novembro de 2016 e a Lei nº. 3728, de 17 de novembro de 2016, e a necessidade de orientar, padronizar e aperfeiçoar os procedimentos para a realização de modificações orçamentárias resolve expedir a seguinte Norma de Procedimento:

SÚMULA: Estabelece aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sobre a operacionalização de modificações orçamentárias.

**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

1. As modificações orçamentárias relativas ao Orçamento Municipal são regidas pelas normas constitucionais e legais pertinentes e, no presente exercício, observadas, também, os critérios e procedimentos desta Norma de Procedimento, sendo classificados em créditos adicionais, em conformidade com o Art. 41 da Lei nº. 4.320/64 e segundo sua destinação, são tipificados em:

1.1 Crédito Suplementar, destinado o reforço de dotação orçamentária insuficiente alocada na Lei Orçamentária Anual, observado as condições e limites constantes do art. 4º da Lei nº. 3728, de 17 de novembro de 2016 – LOA.

1.2 Crédito Especial, destinado às despesas para as quais não haja dotação orçamentária própria e depende de autorização legislativa.

1.3 Crédito Extradiornário, destinado as despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra e ou calamidade pública, e independe de prévia autorização legislativa específica e da indicação dos recursos financeiros.

2. São consideradas alterações orçamentárias por Decreto do Poder Executivo, as modificações de dotações de um grupo de natureza para outro, dentro de cada fonte de recursos, projeto, atividade ou operações especiais, e abertura de créditos adicionais extraordinários que tenham sido autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2016, somente serão reabertos pelo limite de seus saldos.

3. São consideradas alterações orçamentárias por Projeto de Lei, aquelas modificações orçamentárias que necessitem de remanejamento de unidade orçamentária para outra, inclusão de novo programa e respectivos projetos, atividades ou operações especiais ou criação do elemento de despesa na LOA.

**DA SOLICITAÇÃO**

4. As propostas de abertura de créditos adicionais devem ser submetidas à análise da Secretaria Municipal de Finanças, que as submeterá a apreciação, em processo instruído com:

4.1 Formulário padrão de Solicitação de Alteração Orçamentária (Anexo I), devidamente preenchido, com as informações básicas indispensáveis à análise pela Secretaria Municipal de Finanças.

4.1.1.: O Campo da Justificativa destina-se a conter a justificação do Pedido. São quatro campos descritivos: 1. Indique a necessidade da alteração orçamentária; 2. Descreva o impacto do cancelamento de dotações; 3. Quais as consequências do não atendimento do pleito?; e 4. Outras informações consideradas relevantes.

4.2 O formulário deverá conter as assinaturas dos Ordenadores de Despesa e do responsável pelo preenchimento dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município, e remetida via Sistema Protocolo para a, Secretaria Municipal de Finanças, respeitando os prazos:

4.3 Solicitações de Alteração Orçamentária por Decreto: Serão formulados quinzenalmente, todavia, deverão ser remetidas até o 5º dia útil - para publicação até a primeira quinzena e até o 15º dia útil - para publicação até a segunda quinzena do mês;

4.4 Solicitações de Alteração Orçamentária por Projeto de Lei: serão formulados mensalmente, todavia, deverão ser remetidas até o 5º dia útil de cada mês – para envio e aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores.

**DA PUBLICAÇÃO**

5. A publicação dos Decretos e Leis específicas de alterações orçamentárias será encaminhada para o Gabinete do Prefeito, para publicação no Diário Oficial, no site: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6. Os casos omissos serão submetidos à apreciação do Secretário Municipal de Finanças e Diretoria de Contabilidade.

7. Esta Norma de Procedimento entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2017.

ADELINO DENK

Secretário Municipal Interino de Finanças

**Anexo 1****SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº**

DATA:

ÓRGÃO SOLICITANTE:

RAMAL PARA CONTATO:

RESPONSÁVEL:

E-MAIL:

**SUPLEMENTAÇÃO**

Proj./ Atividade	Código Reduzido da Despesa	Codificação do elemento de despesa	Descrição do Elem. de despesa	Fonte de Recur- sos	Valor (R\$)
TOTAL					

## ANULAÇÃO

Proj./ Atividade	Código Reduzido da Despesa	Codificação do elemento de despesa	Descrição do Elem. de despesa	Fonte de Recur- sos	Valor (R\$)
TOTAL					

## JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:

1. Indique a necessidade da alteração orçamentária.
2. Descreva o impacto do cancelamento de dotações.
3. Quais as conseqüências do não atendimento do pleito?
4. Outras informações consideradas relevantes (Contratos, Convênios, Anexos, etc).

Nome e Assinatura do Secretário	Nome e Assinatura do Responsável

**PORTARIA Nº 276/2017**

PORTARIA Nº 0276, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor MARCIO BROSKOWSKY, ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, na Fundação Cultural, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Sandero, placa MJY 1988.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 277/2017**

PORTARIA Nº 0277, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 1329/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 01 de fevereiro de 2017, a Portaria nº 1329/2013 que cedeu o servidor público JAMIL GABARDO GOMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para prestar serviços junto à Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 278/2017**

PORTARIA Nº 0278, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

Revoga Portaria nº 3306/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

REVOGAR, a partir de 01 de fevereiro de 2017, a Portaria nº 3306/2013 que cedeu a servidora pública ROSILEI DE CÁSSIA SANT'ANNA, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviços junto à Fundação Cultural.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 279/2017**

PORTARIA Nº 0279, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar os servidores SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, RODRIGO VARGAS e LUIS CLAUDIO RAMALHO, todos da Fundação Municipal de Desportos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Renault/Symbol, placa MKL 7991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 280/2017**

PORTARIA Nº 0280, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar os servidores MARCELO HÜBEL, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e KAANDRA SERPA WERNER, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, ambos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- RENAULT/Sandero, placa MIN 9291

- VW/Kombi, placa MAU 4221
- FORD/Courier, placa MDS 2637
- FIAT/Strada, placa MJB 7736
- FIAT/Strada, placa QDT 0213
- GM/Celta, placa MDO 2147
- GM/Corsa, placa MLB 4566
- VW/Saveiro, placa MMK 8477

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 281/2017**

PORTARIA Nº 0281, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar as servidoras NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e ADRIANA PIEKARSKI, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Ensino, ambas da Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MFC 7635
- RENAULT/Sandero, placa MFF 5815
- Peugeot, placa MJX 5239
- FIAT/Doblo, placa OKH 6618
- RENAULT/Clio, placa QHC 1467

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 282/2017**

PORTARIA Nº 0282, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor MARCELO LAYNES MILLA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Educação, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MFC 7635

- RENAULT/Sandero, placa MFF 5815
- Peugeot, placa MJX 5239
- FIAT/Doblo, placa OKH 6618
- RENAULT/Clio, placa QHC 1467
- FORD/Transit, placa MJS 3119

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 283/2017**

PORTARIA Nº 0283, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, matrícula 38435, HIAGO DE SOUZA FERNANDES, matrícula 40420, RICARDO CALLADO, matrícula 39299, todos da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- GM/Celta, placa MCS 6867
- GM/Celta, placa MCS 6957
- GM/Celta, placa MCX 3636
- VW/Gol, placa MHQ 6962
- GM/Corsa, placa MIU 1477
- GM/Corsa, placa MIU 1547

- GM/Corsa, placa MLB 4516

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 284/2017**

PORTARIA Nº 0284, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

Designa Gestor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 02 de janeiro de 2017, o servidor CRISTIAN CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Processos, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, como Gestor Municipal de Convênios e Contratos – GMC.

São Bento do Sul, 24 de janeiro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

### **PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 028, DE 23 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 028, de 23 de janeiro de 2017.

“CEDE SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 010, de 01 de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º - CEDER, para prestar serviços junto à Delegacia, o servidor MARCOS LUÍS PEREIRA DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento I, matrícula 462, lotado nesta Autarquia.

Art. 2º Caberá ao SAMAE o ônus da remuneração devida ao servidor.

Art. 3º A cessão se dará por prazo indeterminado.

Parágrafo único. A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo caso o SAMAE o solicite ou se o interesse público o exigir.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### REPUBLICADO PRIMEIRO CHAMAMENTO PARA MAGIS PROCESSO SELETIVO 001 2016

PRIMEIRO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012;

Pela Lei Complementar nº 0043 de 26/07/2012;

Pela Lei Complementar nº 0042 de 04/04/2012;

· Considerando solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Sra. Ivanete Rodrigues Hennerich;

· Considerando a necessidade de substituir professor, por imperativo de convênio; por impedimento legal do titular; em decorrência de abertura de novas vagas por criação ou por dispensa de seu ocupante; ou por licença em virtude de licenciamento médico;

· Considerando a necessidade de substituir servidor em licença legalmente concedida, inclusive nos casos de afastamento por motivos de férias, atestado médico, licenças para tratamento de saúde, prêmio por assiduidade, à gestante ou outra, conforme necessidade do Município ante a sua imprevisibilidade;

· Considerando, a necessidade de suprir temporariamente vaga remanescente e excedente, em face de imperiosa necessidade de continuidade do serviço público, ante a sua imprevisibilidade, inclusive nos casos de substituição de professores designados para direção ou assessoramento de escolas municipais;

· Considerando a necessidade de cumprir imperativo de Programa/Convênio, especialmente no que diz respeito aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (PETI), ou outro programa/convênio, que demande profissionais do magistério para a sua execução neste município de São Domingos (SC), que motiva a contratação de servidores;

· Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

· Considerando eventual vacância de cargo por exoneração de servidor público, seja a pedido, por aposentadoria ou outro motivo que ocorra durante o exercício de 2017;

· Considerando que o ano letivo terá início no dia 13 de fevereiro de 2017;

· Considerando o disposto no Edital nº 001/2016, que estabelece como prazo para publicação de resultado final da classificação no Processo Seletivo Simplificado, a data de 26 de dezembro de 2016;

· Considerando a necessidade de tempo hábil para contratação dos profissionais classificados no referido processo seletivo, bem como para planejamento e organização das salas de aula para início do ano letivo;

· Considerando o princípio do interesse público;

RESOLVE:

1. Realizar chamamento de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2016, de 27 de outubro de 2016, Magistério Público do Município de São Domingos (SC), para a admissão de professor em caráter temporário (ACT) para o ano letivo de 2017.

2. Do Chamamento e demais disposições:

I - Chamamento: Conforme ordem de classificação;

II - Dia da Chamada: 31 de janeiro de 2016 – terça - feira;

III - Horário da Chamada: 08:30 horas;

IV - Local da Chamada: Na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de São Domingos;

V - Vencimento: Conforme lei municipal;

VI - Vagas: Vinculadas;

3. Área de atuação: Professor de Educação Infantil, Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais, Professor Ensino Fundamental - Artes, Professor de Educação Física.

3.1 Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis,

Conforme o item 6.5.1 do edital 001/2016 para os cargos de Professor de Educação Infantil, Séries Iniciais, Artes e Educação Física, os candidatos serão classificados conforme nota obtida em ordem decrescente, onde existirá duas classificações:

- Lista dos Candidatos Graduados;

- Lista dos Candidatos não Graduados;

6.5.1.1 No ato da escolha das vagas será iniciado o chamamento pela lista dos graduados e não havendo mais candidatos graduados interessados nas vagas, será iniciado o chamamento pela lista dos não graduados.

4. Fica estabelecida a data de até 06 de fevereiro de 2017, segunda-feira até as 17h30m, para a apresentação no Setor de Pessoal do Município de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,

- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;

- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,

- Título de Eleitor,

- Cadastro de Pessoa Física (CPF),

- Número de Inscrição no PIS/PASEP,

- Cédula de Identidade,

- 01 foto 3x4 recente,

- Número da Conta Bancária, no Banco de sua preferência, com Agência nesta cidade,

- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,

- Endereço Oficial e Dados Pessoais,

- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

- Demais documentos que o Setor de Pessoal achar necessário.

5. Os prazos de admissão são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/12, conforme o caso, e nos artigos 51 a 68 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 20 de janeiro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO - JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	635.239,51	0,00
Pessoal Ativo	635.239,51	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>635.239,51</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>23.758.972,33</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>635.239,51</b>	<b>2,67</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>1.425.538,34</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>1.354.261,42</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>1.282.984,51</b>	<b>5,40</b>
<b> FONTE:</b>		

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/PMSJB/2017

Ata de Registro de Preços Nº 003/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

PROCESSO Nº 001/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

No dia 24 do mês de janeiro do ano de 2017, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, nº 89, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 24/01/2017, RESOLVE registrar o preço da empresa vencedora do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COM INSTALAÇÃO DE TANQUE DE 15.000 LITROS COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, E A GASOLINA COMUM COM INSTALAÇÃO DE TANQUE DE 7.500 LITROS COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item.

A licitante registrada para o fornecimento de combustível:

WALENDOWSKI DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
01.602.498/0001-25
Itens: 01,02
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 1.504.300,00 (um milhão quinhentos e quatro mil e trezentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. Os pneus deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, o combustível deverá ser entregue em no máximo 01 dia útil, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista 24 de janeiro de 2017 – Daniel Netto Cândido – Prefeito Municipal

### DECRETO FUNCIONAL 001/2017

DECRETO FUNCIONAL 001/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:  
Art. 1º Fica nomeado JACI JOÃO SILVA, CPF nº 216.068.039-72 e RG nº 199.290 para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### DECRETO FUNCIONAL 002/2017

DECRETO FUNCIONAL 002/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:  
Art. 1º Fica nomeada RUBIA SOARES, CPF nº 044.345.849-95 e RG nº 4290730 para o cargo em comissão de DIRETORA FINANCEIRA, a contar de 1º de janeiro de 2017.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### DECRETO FUNCIONAL 003/2017

DECRETO FUNCIONAL 003/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:  
Art. 1º Fica nomeada ROSANE SARTORI ROSA para o cargo em comissão de ASSESSORA EXECUTIVA, a contar de 1º de janeiro de 2017.  
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 004/2017**

DECRETO FUNCIONAL 004/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada DIRLENE DALBOSCO para o cargo de ASSESSORA DE GABINETE - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 005/2017**

DECRETO FUNCIONAL 005/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado JEYSON PUEL para o cargo de ASSESSOR JURIDICO DE GABINETE - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 006/2017**

DECRETO FUNCIONAL 006/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ROSELI PEIXER TOMASINI para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 007/2017**

DECRETO FUNCIONAL 007/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado ANTONIO DA SILVA para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 008/2017**

DECRETO FUNCIONAL 008/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado GILBERTO MONTIBELLER para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 009/2017**

DECRETO FUNCIONAL 009/2017

**Nomeação**

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado CÂNDIDO DO PRADO FLORES para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 010/2017**

DECRETO FUNCIONAL 010/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada JANIFER OTTO para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 011/2017**

DECRETO FUNCIONAL 011/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ANDRÉIA COSTA AZEVEDO para o cargo em comissão de DIRETORA GERAL - SISAM, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 012/2017**

DECRETO FUNCIONAL 12/2016

Designar atribuições

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica designada JANIFER OTTO, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, a responder pelo Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência, a contar de 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da designação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_  
Assessoria de Comunicação**DECRETO FUNCIONAL 013/2017**

DECRETO FUNCIONAL 013/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado MARCELO SARTORI, CPF nº 789.772.909-53 e RG nº 19298048 para o cargo de DIRETOR EXECUTIVO - IPRESJB, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_  
Assessoria de Comunicação**DECRETO FUNCIONAL 014/2017**

DECRETO FUNCIONAL 14/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado FERNANDO SOUZA DUTRA para o cargo de ASSESSOR DE CONTROLE INTERNO - AP, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_  
Assessoria de Comunicação**DECRETO FUNCIONAL 015/2017**

DECRETO FUNCIONAL 015/2017

Nomeação de servidor para Cargo de Tesoureiro do Ipresjb

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com Art. 78 da Lei nº 2341/00 decreta:

Art. 1º Fica nomeado RILDO VARGAS, CPF nº 753.799.379-34 e RG nº 2725905, para o cargo de TESOUREIRO DO IPRESJB, a contar de 1º de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o DF nº 20/2013.

São João Batista, 02 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 016/2017**

DECRETO FUNCIONAL 16/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ALICE CRISTINE LEAL COELHO para o cargo em comissão de COORDENADORA DO CREAS, a contar de 06 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 017/2017**

DECRETO FUNCIONAL 17/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada ELIZABETH LOFHAGEM SEVERINO para o cargo em comissão de DIRETORA DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS – SECRETARIA M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a contar de 06 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 018/2017**

DECRETO FUNCIONAL 18/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado ALTAIR ZUNINO para o cargo em comissão de ASSESSOR DE TRANSPORTES – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 019/2017**

DECRETO FUNCIONAL 19/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada CLAUDETE MELZI para o cargo em comissão de DIRETORA DE ENFERMAGEM – HOSPITAL MUNICIPAL MONSE-  
NHOR JOSÉ LOCKS, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 020/2017**

DECRETO FUNCIONAL 20/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado JULIANO JEFERSON DOS SANTOS para o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO - SISAM, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 021/2017**

DECRETO FUNCIONAL 21/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada LETICIA DEMONTI ROVER para o cargo em comissão de ASSESSORA FINANCEIRA - SISAM, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 022/2017**

DECRETO FUNCIONAL 22/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada LEDIR CRISPIM SARDO para o cargo em comissão de ASSESSORA DE COMPRAS E LICITAÇÃO - SISAM, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 023/2017**

DECRETO FUNCIONAL 23/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado GIUVANO DE SOUZA para o cargo em comissão de DIRETOR OPERACIONAL - SISAM, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 11 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 024/2017**

DECRETO FUNCIONAL 24/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado MARCELO MIRANDA MACHADO para o cargo de DIRETOR EXECUTIVO - FUBE, a contar de 12 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 025/2017**

DECRETO FUNCIONAL 25/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado MAICON JULIO SOARES para o cargo em comissão de DIRETOR DE PROJETOS – GABINETE DO PREFEITO, a contar de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 026/2017**

DECRETO FUNCIONAL 26/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado JOÃO DE SOUZA FILHO para o cargo em comissão de DIRETOR DE INTENDÊNCIA DISTRITAL, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 027/2017**

DECRETO FUNCIONAL 27/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado EDUARDO HENRIQUE CIM DE OLIVEIRA para o cargo em comissão de ASSESSOR LEGISLATIVO, a contar de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 028/2017**

DECRETO FUNCIONAL 28/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado DANIELA SILVEIRA para o cargo em comissão de DIRETORA JURIDICA DE FUNCIONALISMO, a contar de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 029/2017**

DECRETO FUNCIONAL 29/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada LAIS PAULINE GARCIA para o cargo em comissão de ASSESSORA DE CONTROLE PATRIMONIAL, a contar de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 030/2017**

DECRETO FUNCIONAL 30/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado CARLOS GONZAGA SILVEIRA para o cargo em comissão de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

### **DECRETO FUNCIONAL 031/2017**

DECRETO FUNCIONAL 31/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado DIEGO VINICIUS DE SOUZA para o cargo em comissão de DIRETOR DE COMPRAS, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 032/2017**

DECRETO FUNCIONAL 32/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado RILDO VARGAS para o cargo em comissão de ASSESSOR DE COMPRAS, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 033/2017**

DECRETO FUNCIONAL 33/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado JULIANO GRIME para o cargo em comissão de DIRETOR DE LICITAÇÕES, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 034/2017**

DECRETO FUNCIONAL 34/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado LUIZ CARLOS AZEREDO GONÇALVES JUNIOR para o cargo em comissão de ASSESSOR DE INFORMÁTICA,

a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 035/2017**

DECRETO FUNCIONAL 35/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada GESSICA ROCHA para o cargo em comissão de DIRETORA DE PROJETOS – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, a contar de 09 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 036/2017**

DECRETO FUNCIONAL 36/2017

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada VENESIO FAGUNDES para o cargo em comissão de DIRETOR DE SAÚDE, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
----------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 037/2017**

DECRETO FUNCIONAL 37/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada RICIELA KOLV para o cargo em comissão de DIRETORA DE SAÚDE, a contar de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 12 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**DECRETO FUNCIONAL 038/2017**

DECRETO FUNCIONAL 38/2017

## Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada RUDILENE HERMES para o cargo de DIRETORA EXECUTIVA – HOSPITAL MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ LOCKS, a contar de 16 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 16 de janeiro de 2017.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural da Prefeitura em \_\_\_\_\_

Assessoria de Comunicação

**EDITAL DO PREGÃO 014/PMSJB/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO Nº 015/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação do pregoeiro municipal Augusto Correia Junior, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial 014/PMSJB/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO E PULVERIZAÇÃO DESTINADOS A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL, AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SISAM, HOSPITAL MUNICIPAL E FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 21/02/2017. Abertura dos

envelopes: 9h do dia 21/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 24 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

1ª ERRATA AO PROCESSO Nº 003/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna pública a 1ª ERRATA ao Pregão Presencial 003/PMSJB/2017, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Houve alteração no anexo I do edital. A retirada do novo anexo I será realizada através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). Todas as demais informações permanecem inalteradas. São João Batista, 24 de janeiro de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATORIO 016/PMSJB/2017 - CC 002/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/PMSJB/2017

CONVITE Nº 002/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Daniel Netto Cândido, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/PMSJB/2017 – CONVITE Nº 002/PMSJB/2017, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARTUCHOS E TONERS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 22/02/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 22/02/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 214/206, ou pelos e-mails: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita01@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita01@sjbatista.sc.gov.br), no horário das 7h às 13h, em dias úteis. São João Batista, 24 de janeiro de 2017. Daniel Netto Cândido - Prefeito Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### PP 16.17 ALIMENTOS IDOSOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 – com registro de preço para eventual aquisição.

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do departamento da Terceira Idade do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 07 de fevereiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 25 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 17.17 RADIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 017/2017, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação serviços de publicações de informes da municipalidade, divulgação e cobertura de eventos oficiais através de radio-difusão em sistema AM e FM.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 08 de fevereiro de 2017 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 25 de janeiro de 2.017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 001/2017**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 001/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL - SC torna pública a Retificação n.º 001/2017 ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2017, que passa a ser assim definido:

#### 1. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DE EDUCADOR SOCIAL

No Anexo VII, item 23.1.7, Páginas 23 onde se lê:

Leia-se:

22.0.7 ESPECÍFICAS EDUCADOR SOCIAL: Constituição Federal de 1988, em especial os arts. 204, 226 a 228; Lei Federal nº 8.069, de 13 julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei Federal nº 8.742/1993 (Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.); Lei Federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 (Lei de Convivência Familiar); Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 - CONANDA (Parâmetros para a Institucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente); Resolução CNAS Nº 109/2009, que aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

São João do Sul - SC, 19 de Janeiro de 2017.

CARINA DE MATOS MAGNUS

Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado

Fica homologado o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO N.º 001/2017, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2017.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

**PROCESSO 02/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2017

Pregão Presencial Nº 02/2017

Objeto: Aquisição de Ração Canina para Manutenção do Canil Municipal.

Tipo: Menor preço por item

Abertura: 06/02/2017 – 14h00min

Valor estimado: R\$ 31.230,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 24 de janeiro de 2017

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7340/2016

DECRETO Nº 7340/2016

EMPOSSA O CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VERA LÚCIA MEDEIROS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela lei orgânica do município e, em conformidade com a lei nº 5257 de 2012, que dispõe sobre a criação dos conselhos escolares no município de São José, bem como da resolução nº 53/2015 do COMESJ/SC,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica empossado para o mandato 2016-2017, os conselheiros escolares da unidade de ensino municipal abaixo citado, com data de início a partir da assinatura deste Decreto.

Art. 2º. As responsabilidades, funções e demais compromissos dos conselheiros deverão estar estabelecidas no regimento interno de cada instituição, em conformidade com a resolução nº 53.

Art. 3º. A composição dos conselheiros escolares eleitos na educação infantil da rede municipal de ensino, no dia 21 de setembro de 2016, encontram-se no anexo I.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), aos 19 de dezembro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

#### DIRETORIA ELEITA DO CONSELHO ESCOLARE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CEI	SEGMENTO FUNCIONÁRIO	SEGMENTO FAMÍLIA
Centro de Educação Infantil Vera Lúcia Medeiros	MEMBRO NATO:	TITULARES:
	Norma Fernanda Bongioiolo (diretora)	
	TITULARES:	
	Valdirene da Silva Clausen	Greice Adelia da Silva
	Rosimere Lúcia Cabral Duarte	Aline da Silva Schmitt
	Marcela da Rocha	Marckel João Duarte

### ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 091/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 091/2016 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 02/09/2016, ONDE SE LÊ: “Valor total: R\$ 162.765,86 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)” LEIA-SE: “Valor total: R\$ 150.869,86 (cento e cinquenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos)”. Nova data de homologação: 04 de janeiro de 2017. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

### PORTARIA Nº 003/2017/SMS/SJ

PORTARIA Nº 003/2017/SMS/SJ

DISPÕE SOBRE A INTERRUPÇÃO DAS LICENÇAS PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO JOSE/SC COM DETERMINAÇÃO DO RETORNO IMEDIATO DOS MESMOS AS SUAS FUNÇÕES ORIGINÁRIAS

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/1990, no parágrafo único do art. 66, inciso II, e

Considerando a necessidade de ajustar a sua força de trabalho em contraposição a demanda de serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando o art. 196 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser a saúde direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o art. 197 da Constituição Federal de 1988 que aduz ser de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Considerando ainda o § 1º do art. 114 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São José qual aduz que a licença para tratar de interesses particulares poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço, devendo neste caso o servidor reassumir imediatamente sua função.

Considerando a manifestação técnica e solicitação no Memorando nº 008/2016 exarada pela Diretoria de Atenção Básica o qual solicita a convocação dos servidores que ocupam o cargo de enfermeiro da Família;

Considerando o contingenciamento de despesas públicas por parte do Município de São José no que concerne ao aumento de despesas com pessoal, o qual se encontra em seu limite prudencial, situação que não recomenda a contratação de novos servidores haja vista haver servidores licenciados aptos ao retorno imediato à suas funções.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Determinar interrupção das licenças para tratar de interesses particulares concedidas aos servidores públicos da área de saúde lotados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde São José/SC, conforme lista constante no artigo 3º desta Portaria.

Art. 2º - Concedem-se o prazo de 30 (trinta) dias aos servidores constantes da lista do artigo 3º desta Portaria para retorno imediato as suas funções originárias, após notificação encaminhada pelo Setor de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Saúde/SJ.

Art. 3º - Os servidores que terão suas licenças para tratar de interesses particulares interrompida conforme artigo 1º São os seguintes:

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR	CARGOS
15570-5	Elisabete Soares Santiago	Enfermeira ESF
26649-3	Scheila da Silva	Enfermeira ESF

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São José (SC), 20 de janeiro 2017.

Sinara Regina Landt Simioni

Secretária Municipal da Saúde

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2016 – PROCESSO Nº 780/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2016 – Processo nº 780/2016 – Proc. Adm. 25504/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, POLICLÍNICAS, SAMU, AES (ATENDIMENTO ESTENDIDO A SAÚDE) CONTEMPLANDO OS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATRAVÉS DA ATENÇÃO BÁSICA E ATENÇÃO ESPECIALIZADA, VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 25 de janeiro de 2017 às 18h00min até dia 07 de fevereiro de 2017, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 07 de fevereiro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

### **REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 439/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 439/2016 – Processo nº 695/2016 – Proc. Adm. 25243/2016: Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA JOSÉ HILÁRIO DE FARIAS, Nº 238, BAIRRO IPIRANGA, SÃO JOSÉ/SC, ONDE FICARÁ LOCALIZADO O CONSELHO TUTELAR DE BARREIROS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o processo administrativo nº 25.243/2016, Compras nº 695/2016 – Dispensa de Licitação nº 439/2016, conforme o Memorando nº. 0024/2017/GAB/SAS de 09 de Janeiro de 2017.

**REVOGAÇÃO DO LEILÃO Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO LEILÃO Nº 001/2016 – Processo nº 550/2016 – Proc. Adm. 21706/2016: Objeto: LEILÃO – EMBARCAÇÃO TIPO LANCHAS CONFECCIONADO EM MADEIRA – BEM INSERVÍVEL – REQUISITOS – POSSIBILIDADE. O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo nº 21706/2016, Compras nº 550/2016 – Leilão nº 001/2016, por ter restado deserto por 02 (duas) vezes.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 064/2017**

PORTARIA Nº 64/2017

NOMEIA A SERVIDORA FRANCINY NEIS MARCOS PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE PARLAMENTAR – CCV-1.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a servidora Franciny Neis Marcos para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar - CCV-1, vinculado ao gabinete do vereador Moacir da Silva, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de janeiro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 065/2017**

PORTARIA Nº 65/2017

NOMEIA A SERVIDORA EDNA HILESHEIM PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR – CCV-2.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a servidora Edna Hilesheim para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar - CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Moacir da Silva, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de janeiro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 066/2017**

PORTARIA Nº 66/2017

NOMEIA A SERVIDORA NALMA APARECIDA NIENCHOTTER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a servidora Nalma Aparecida Nienchotter para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Moacir da Silva, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 19 de janeiro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**PORTARIA Nº 067/2017**

PORTARIA Nº 67/2017

NOMEIA O SERVIDOR JOSÉ ROBERTO DE ALBUQUERQUE PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR – CCV-2.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o servidor José Roberto de Albuquerque para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar - CCV-2, vinculado ao

gabinete do vereador Abel Veiga, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 24 de janeiro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 068/2017**

PORTARIA Nº 68/2017

NOMEIA O SERVIDOR SEIDI VIEIRA JUNIOR PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO PARLAMENTAR – CCV-3.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor Seidi Vieira Junior para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar - CCV-3, vinculado ao gabinete do vereador Abel Veiga, conforme Lei Complementar nº 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 24 de janeiro de 2017.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 004/2017 - SF

DECRETO Nº. 004/2017 - SF

O Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II, Art. 8º, da Lei Municipal nº4.519/2016/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.809,77 (treze mil, oitocentos e nove reais e setenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPRTE E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.042 CONSERVAÇÃO E REF. DE PRAÇAS, JARDINS E OUTROS  
"406"4.4.90.51.00.01.24.0000 Obras e instalações .....  
..... R\$13.809,77

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao excesso de arrecadação, Recursos Transferências de Convênios - União, Fonte 1.0024, no valor de R\$ 13.809,77 (treze mil, oitocentos e nove reais e setenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### DECRETO Nº. 005/2017 - SF

DECRETO Nº. 005/2017 - SF

O Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II, Art. 8º, da Lei Municipal nº4.519/2016/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$12.441,24 (doze mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"411"4.4.90.51.00.00.3.0089 Obras e Instalações .....  
..... R\$12.441,24

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da Alienação de bens destinados a outros programas, Fonte 3.0089, no valor de R\$12.441,24 (doze mil quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### DECRETO Nº. 006/2017 - SF

DECRETO Nº. 006/2017 - SF

O Prefeito em Exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II, Art. 8º, da Lei Municipal nº4.519/2016/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.370,94 (cinco mil, trezentos e setenta reais e noventa e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇO GERAIS  
"412"4.4.90.93.00.00.3.0705 Indenizações e Restituições .....  
..... R\$5.370,94

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos de Transferências de Convênio com o Estado, Fonte 3.0705, no valor de R\$5.370,94 (cinco mil, trezentos e setenta reais e noventa e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### DECRETO Nº. 5.942 DE 20 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 5.942, DE 20 DE JANEIRO DE 2017

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal NEUSA DUCATTI KUHN, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, Nível 05, Matrícula nº 1967, no período de 23 à 28 de janeiro de 2017, por motivo de superior

interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

#### **DECRETO Nº. 5.943 DE 20 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 5.943, DE 20 DE JANEIRO DE 2017  
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal LORINDA SILVESTRE DE VARGAS, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Grupo SAU, Nível 01, Matrícula nº 31, no período de 23 de janeiro à 11 de fevereiro de 2017, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de janeiro de 2017.  
JOSÉ DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

#### **PORTARIA Nº 051/2017**

PORTARIA Nº 051/2017

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Renan Lopes, ocupante do cargo efetivo de Medico ESF, matrícula 2459, referente ao período aquisitivo de 03/01/2016 a 02/01/2017, para serem gozados no período de 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 25 de janeiro de 2017.  
JOSE DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL,  
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

#### **PORTARIA Nº 052/2017**

PORTARIA Nº 052/2017

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Ana Paula Piccoli, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula 2568, referente ao período aquisitivo de 01/06/2015 a 31/05/2016, para serem gozados no período de 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 25 de janeiro de 2017.  
JOSE DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

FERNANDO JULIO WILL,  
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

#### **PORTARIA Nº 053/2017**

PORTARIA Nº 053/2017

JOSE DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Salete Klaus, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, matrícula 1264, referente ao período aquisitivo de 08/04/2009 a 24/09/2015, para serem gozados no período de 30 de janeiro a 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 25 de janeiro de 2017.

JOSE DE CONTO,  
Prefeito em exercício.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 - SRP - PR Nº 010/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/02/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS BÁSICAS A SEREM DISTRIBUÍDAS PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DURANTE O ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017 - SRP - PR Nº 011/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/02/2017, às 15h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789,

conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS COMPATÍVEIS A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2017 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### **EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - FMS**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - FMS  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 002/2017 – Pregão Presencial Nº 001/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES EM TRATAMENTO MÉDICO FORA DO DOMICÍLIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO EXERCÍCIO DE 2017.

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A. - CNPJ: 04.176.082/0001-80.

VALOR: R\$ 140.462,25 (cento e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 140.462,25 (cento e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 24/01/2017.

VIGÊNCIA: 24/01/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### **PORTARIA Nº 161, DE 16 DE JANEIRO DE 2017**


PORTARIA Nº 161, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 26 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal ELIANE CARNIEL CADOR, ocupante do cargo de Educador Social III - ACT, matrícula nº 3327/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência do retorno do INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural em:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017

**PORTARIA Nº 189, DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 189, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, a partir de 25 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal IVETE ELIAS CHAVES, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3225/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação – Gerência de Apoio Administrativo e Operacional - EBM Irmã Neuza, para desempenhar suas funções junto ao CEIM Cora Coralina, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 190, DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 190, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, a partir de 25 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal IDALICE ANDREOLI, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3000/49, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Diretoria de Administração, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação – Gerência de Apoio Administrativo e Operacional - EBM Irmã Neuza, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 191, DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 191, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, a partir de 25 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal LILYAN TRINDADE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1751/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – Gerência de Licitações e Compras, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde – Diretoria de Administração, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**PORTARIA Nº 192, DE 24 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 192, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Designar, a partir de 25 de janeiro de 2017, a servidora pública municipal NADIA GAVA BOLZAN, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde – Diretoria de Administração, por tempo indeterminado.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de janeiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2017.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2017**

Extrato do Contrato nº 01/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Betha Sistemas Ltda;

Objeto: Fornecimento de licenças de uso não exclusiva, para locação dos sistemas de Contabilidade Pública e Folha de Pagamento em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I do Contrato;

Valor: R\$ 530,20 (quinhentos e trinta reais e vinte centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017**

Extrato do Contrato nº 02/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Betha Sistemas Ltda;

Objeto: Fornecimento de licenças de uso não exclusiva, para locação do sistema de Patrimônio Público em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidade descritas no Anexo I, de propriedade da Contratante.

Valor: R\$ 210,50 (duzentos e dez reais e cinquenta centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2017**

Extrato do Contrato nº 03/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Betha Sistemas Ltda;

Objeto: Disponibilização do sistema FLY Transparência, na modalidade Software como serviço, por meio de conexão via internet, denominado de Aplicativo, para divulgação de informações no Portal Transparência;

Valor: R\$ 150,76 (cento e cinquenta reais e setenta e seis centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2017**

Extrato do Contrato nº 04/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Lancer Soluções em Informática Ltda;

Objeto: Fornecimento de licença de uso, não exclusiva e manutenção do sistema legislador, utilizando banco de dados relacional, conforme disposições contratuais;

Valor: R\$ 290,94 (duzentos e noventa reais e noventa e quatro centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2017**

Extrato do Contrato nº 05/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Lancer Soluções em Informática Ltda;

Objeto: Fornecimento de licença de uso, não exclusiva e manutenção do sistema legislador WEB, utilizando banco de dados relacional, conforme disposições contratuais;

Valor: R\$ 161,47 (cento e sessenta e um reais e quarenta e sete centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2017**

Extrato do Contrato nº 06/2017

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;  
Contratado: Lancer Soluções em Informática Ltda;

Objeto: Fornecimento de direito de uso do sistema Legislador Ao Vivo, para transmissão das sessões plenárias oficiais da Câmara Municipal, através da Internet;

Valor: R\$ 476,37 (quatrocentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos) mensais;

Vigência: 20 de janeiro a 20 de abril de 2017.

Data da assinatura: 20 de janeiro de 2017.

Agustinho Assis Menegatti  
Presidente da Câmara Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2017 - AGRICOLA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos e maquinários do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h15min do dia 07 de fevereiro de 2017.

Abertura: às 08h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 24 de janeiro de 2017.

RENATO ROMANCINI

Gestor do Fundo

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 04/2017 - AÇÃO SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 07 de fevereiro de 2017.

Abertura: às 09h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 24 de janeiro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Assistência Social

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h15min do dia 07 de fevereiro de 2017

Abertura: às 09h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 24 de janeiro de 2017.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

### PROCESSO LICITATÓRIO N. 08/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de combustíveis destinados para os veículos e maquinários das Secretarias Municipais, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 07 de fevereiro de 2017.

Abertura: às 10hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 24 de janeiro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 01.2017 FMS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 01/2017-FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Medicamentos, para o Fundo Municipal de Saúde e o Complexo Penitenciário do Estado (COPE) – São Pedro de Alcântara, conforme especificações, quantitativos e valores do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 09/02/2017 às 08h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 07h40min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00 às 13:00 horas. São Pedro de Alcântara, 24/01/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 04.2017 FMS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 04/2017-FMS

MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Fita de Glicemia para as Unidades de Saúde do Município e o Complexo Penitenciário do Estado (COPE) – São Pedro de Alcântara, conforme especificações e quantitativos em anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA: 07/02/2017 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00 às 13:00 horas. São Pedro de Alcântara, 24/01/2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

#### DECRETO Nº 6/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 27.312,68 (Vinte e sete mil trezentos e doze reais e sessenta e oito centavos) por conta do Superávit Financeiro- Recursos Farmácia Básica Presídio – União na dotação abaixo identificada:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2094 – Func. e Manutenção do

Sistema Prisional R\$ 27.312,68

3.3.90.00.00.00.00.03.0775.87 – Aplicações Diretas R 27.312,68

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

#### DECRETO Nº 7/2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 9.771,00 (Nove mil setecentos e setenta e um reais) por conta do Superávit Financeiro- Recursos do PMAQ na dotação abaixo identificada:

#### 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2056 – Func. e Manutenção da

Coordenadoria da Saúde R\$ 9.771,00

3.3.90.00.00.00.00.03.0209.68 – Aplicações Diretas R 9.771,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº 8/2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) por conta do Superávit Financeiro- Recursos do Co-Financiamento na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2061 – Func. e Manutenção do Co-Financiamento R\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0777.71 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº009/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº009/2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do FUNDEB no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 50.782,35 (cinquenta mil, setecentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos) por conta do Superávit Financeiro do FUNDEB na dotação abaixo identificada:

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.361.0004-2.015 – Func. e Manutenção do

Ensino Fundamental R\$ 25.782,35

3.1.90.00.00.00.00.00.06.0035 – Aplicações Diretas R\$ 25.782,35

04.01.12.365.0004-2.016 – Func. e Manutenção Educação Infantil R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.06.0035 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº236/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº236/2016**

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

**04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

04.01.12.365.4.2.016 – Func. e Manut. da Educação Infantil R\$ 1.500,00

**Anula:**

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

**Suplementa:**

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

**DECRETO Nº237/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº237/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$6.313,24 ( seis mil trezentos e treze reais e vinte quatro centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

08 – ENCARGOS GERAIS

08.01.28.845.11.2.086 – Contribuição ao Pasep R\$ 6.130,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 6.130,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

07.01.06.182.10.2.076 – SEGURANÇA NO TRANSITO R\$ 183,24

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 183,24

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### DECRETO Nº238/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº238/2016

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº1017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$3.067,00 ( três mil e sessenta e sete reais ) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.08.2.044 – Func. e Manut. da Cultura R\$ 637,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 637,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

07.01.15.452.10.2.078 – Func. e Manut. da Coord. de

Serviços Públicos R\$ 2.430,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.430,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2016.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### PORTARIA N.º 046/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 046/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA JOCELIA LOHN HOFFMANN.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

§ JOCELIA LOHN HOFFMANN – PROFESSORA III – LETRA G.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

### PORTARIA N.º 047/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 047/2017

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA FLAVIA CLASSEN DE SOUZA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado

junto a esta Instituição:

§ FLAVIA CLASEN DE SOUZA – PROFESSORA II – LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 048/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 048/2017

Revoga a Portaria n.º. 486/2016 que concede férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a supremacia do interesse público,

RESOLVE:

Art. 1.º- Revogar a Portaria n.º. 486/2016 que concede férias ao servidor JEFFERSON MÁRIO SANTANA, devido a necessidade de prestação de serviços jurídicos junto a Administração Municipal.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de janeiro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

#### **PORTARIA N.º 490/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 490/2016

Autoriza a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 12, § I, da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a disposição da servidora MÁRCIA HELENA NEVES para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§1º - A servidora permanecerá a disposição durante o ano de 2017.

§2º - O ônus caberá ao Órgão de origem, mediante ressarcimento, cessando caso haja rompimento do pagamento.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de dezembro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2017-PMS

PROCESSO Nº. 01/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 07 de fevereiro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 07 de fevereiro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 25 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2017-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2017-PMS

PROCESSO Nº. 02/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento,

Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 5.000 exemplares, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de fevereiro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 08 de fevereiro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 25 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. THIELY POSTAI DOS SANTOS, inscrita no CPF sob nº. 075.767.949-84, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 26 de janeiro de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de janeiro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 01/2017-PMS

Dispensa de Licitação nº. 01/2017-PMS - Processo nº. 03/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-500

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC e capacitação dos servidores das unidades escolares e Secretaria de Educação, 2 servidores por unidade e mais 2 da Secretaria de Educação.	06	Unidade	897,22	5.383,32
TOTAL R\$					5.383,32

Valor do contrato: R\$ 5.383,32 (cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).

Data da Assinatura: 24/01/2017 – Vigência: 31/07/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**DISPENSA Nº 01/2017-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2017 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 3/2017  
Data: 24/01/2017

Folha: 1/2

Fornecedor: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACAO LTD  
Endereço: R MAJOR NAVARRO LINS,692 -  
Cidade: JOINVILLE - SC  
CNPJ: 04.072.953/0001-16

Código: 12013

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Licença de uso e implantação de sistema informatizado integrado para todas as unidades escolares para gestão escolar na rede Municipal de Ensino para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC e capacitação dos servidores das unidades escolares e Secretaria de Educação, 2 servidores por unidade e mais 2 da Secretaria de Educação.	UN	897,22	5.383,32

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**II** - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

VISANDO A CONTINUIDADE NOS TRABALHOS INTEGRADOS NA GESTÃO ESCOLAR PARA AS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL. SOLICITA-SE DISPENSA PARA O SERVIÇO ACIMA CITADO, PELO PERÍODO DE SEIS MESES. SENDO QUE QUE NO DECORRER DESTA A MUNICIPALIDADE ESTARÁ REALIZANDO PROCESSO LICITATÓRIO PARA UM PERÍODO MÍNIMO DE 12 MESES, ATENDENDO E AMPLIANDO ASSIM A DURAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA O BOM ANDAMENTO DAS INFORMAÇÕES DENTRO DO SISTEMA DE ENSINO INTEGRADO NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. TAL SOLICITAÇÃO DAR-SE-Á EM VIRTUDE DO CURTO PERÍODO PARA REALIZAÇÃO DE NOVO PROCESSO DE LICITAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE O PERÍODO LETIVO INICIARÁ NO PRAZO DE 15 DIAS. VALOR TOTAL SOLICITADO R\$ 5.383,32. RESSALTAMOS QUE NÃO HOUEMOS NESTE MOMENTO OUTRAS EMPRESAS DA REGIÃO, COM INTERESSE EM PRESTAR ESTE TIPO DE SERVIÇO.

Schroeder, 24 de Janeiro de 2017

---

**OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2017 - DL**Processo Nr.:** 3/2017  
**Data:** 24/01/2017

Folha: 2/2

24/01/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 24 de Janeiro de 2017

**Valor da Despesa:**

5.383,32 (cinco mil trezentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Seara

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO AMOSTRAS PP 001/2017 - RP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 – REGISTRO DE PREÇO

### HOMOLOGAÇÃO DAS AMOSTRAS

Objeto: seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material escolar.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCAS APROVADAS
01	CADERNO CAPA DURA COSTURADO, 1/4, 96 FLS BRANCAS PAUTADAS, BROCHURA.	TILIBRA
02	CADERNO DESENHO GRANDE, ESPIRAL, 48 FLS SEM SEDA	CREDEAL; JANDAIA.
03	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL, 1.0 MM	BIC; TIP INJEX PEN
04	CARTOLINA DUPLA FACE CORES DIVERSAS (A DEFENIR PELA ADMINISTRAÇÃO) TAMANHO APROXIMADO 50X70CM	SANTA MARIA; JANDAIA
05	CLIPES, GALVANIZADO, CAIXA COM 500GR, DIVERSOS TAMANHOS (1, 1/0, 2/0, 3/0, 4/0, 6/0, 8/0 ...)	NEW CLIPS; RAFA
06	COLA LÍQUIDA, ALTA RESISTÊNCIA, COM TAMPA ROSQUEADA, 90GR	ACRILEX
07	FITA ADESIVA CREPE, MARROM, ALTA ADESÃO, 45MMx50M.	SCOTCH 3M
08	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, 45MMx48M	SCOTCH 3M
09	MASSINHA DE MODELAR, 12 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CARBOIDRATOS DE CEREAIS, GLÚTEM, CLORETO DE SÓDIO, PROPILPARABENO, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTO.	SOFT ACRILEX
10	PAPEL CARTÃO CORES DIVERSAS (A DEFINIR PELA ADMINISTRAÇÃO)	PREMIATA; VM PAPEIS
11	PINCEL ATÔMICO GRANDE, PONTA QUADRADA, CORES DIVERSAS	FABER CASTELL
12	PISTOLA PARA SILICONE PEQUENA	LEONORA (JO-CAR OFFICE); CIS S-468

13	RÉGUA 50CM ACRÍLICO	WALLEU
14	TINTA GUACHE 500ML CORES DIVERSAS	TEMPERA GUA-CHE ACRILEX
15	LÁPIS DE COR LONGO COM 12 CORES SORTIDAS BRILHANTES INCLUIDO COR PRATA OU ROSA CHICLETE. COMPOSIÇÃO: PIGMENTOS, AGLUTINANTES, CARGA INERTE, CERAS E MADEIRA REFLORESTADA, PONTAS RESISTENTES E COM SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO CONSTANTE NA EMBALAGEM E ABNT/NBR 15236/05.	FABER CASTELL ECOLÁPIS KIT ACOMPANHA 2 LÁPIS, 1 BORRACHA E 1 APONTADOR; TRIS MEGA SOFT COLOR (ESCRITA SUPER MACIA) KIT ACOMPANHA 1 LÁPIS HB COM BORRACHA E 1 APONTADOR

Seara, 24 de janeiro de 2017.

Fabiana Mariani Ana Paula Trentini Alves

Filomena Salete Canossa Freyer Cristiane Dutkevicz

### PORTARIA Nº 78/2017

PORTARIA Nº 078, de 24 de janeiro de 2017

Aprova e Divulga Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Município de Seara - SC.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos X e XIX do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos artigos 48, 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – LRF e na portaria MF/STN nº 637, de 18 de outubro de 2012, e considerando as disposições contidas no art. 12, inciso II da Instrução Normativa do TCE/SC/N TC-0019/2015, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Município de Seara, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – SNT supra mencionada, com informações realizadas e registradas no Departamento de Contabilidade, das Unidades Gestoras da Administração Direta, Direta Descentralizada e Fundacional, relativo aos períodos e compostos dos anexos a seguir relacionados:

I. Anexos Relativos ao 6º (sexto) Bimestre do Exercício de 2016.

- a) Anexo 1 - Balanço Orçamentário;
- b) Anexo 2 – Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- c) Anexo 3 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- d) Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- e) Anexo 5 – Demonstrativo do Resultado Nominal;

- f) Anexo 6 – Demonstrativo do Resultado Primário;
- g) Anexo 7 – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- h) Anexo 8 – Demonstrativos das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- i) Anexo 9 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- j) Anexo 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; e,
- k) Anexo 11 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.
- l) Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.
- m) Anexo 13 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;
- n) Anexo 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, em 24 de janeiro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 24 de janeiro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 1

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		53.736.790,00	53.736.790,00	11.415.861,42	21,24	50.181.226,29	93,38	3.555.563,71
RECEITAS CORRENTES		49.936.290,00	49.936.290,00	11.040.043,80	22,11	48.621.418,86	97,37	1.314.871,14
RECEITA TRIBUTÁRIA		5.259.700,00	5.259.700,00	813.405,83	15,46	5.089.291,66	96,76	170.408,34
IMPOSTOS		4.268.700,00	4.268.700,00	787.672,70	18,45	4.412.258,75	103,36	-143.558,75
TAXAS		791.000,00	791.000,00	25.526,02	3,23	657.462,68	83,12	133.537,32
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		200.000,00	200.000,00	207,11	0,10	19.570,23	9,79	180.429,77
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		806.500,00	806.500,00	148.272,15	18,38	832.671,00	103,25	-26.171,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		30.100,00	30.100,00	9.981,82	33,16	37.035,33	123,04	-6.936,33
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		776.400,00	776.400,00	138.290,33	17,81	795.635,67	102,48	-19.235,67
RECEITA PATRIMONIAL		374.050,00	374.050,00	344.927,01	92,21	433.976,67	116,02	-59.926,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		222.650,00	222.650,00	336.963,86	151,34	377.942,03	169,75	-155.292,03
RECETA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		151.400,00	151.400,00	7.963,15	5,26	56.034,64	37,01	95.365,36
RECEITA DE SERVIÇOS		215.300,00	215.300,00	45.239,22	21,01	277.982,74	129,11	-62.682,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		42.637.590,00	42.637.590,00	8.818.285,45	20,68	40.464.630,42	94,90	2.172.959,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		41.881.020,00	41.881.020,00	8.653.727,92	20,66	39.607.305,07	94,57	2.273.714,93
TRANSF. DE PESSOAS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	4.874,92	48,75	5.125,08
TRANSF. DE CONV.		746.570,00	746.570,00	164.557,53	22,04	852.450,43	114,18	-105.880,43
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		643.150,00	643.150,00	869.914,14	135,26	1.522.866,37	236,78	-879.716,37
MULTAS E JUROS DE MORA		375.050,00	375.050,00	28.385,86	7,57	300.583,32	80,14	74.466,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		55.900,00	55.900,00	822.744,34	1.471,81	1.068.147,70	1.910,82	-1.012.247,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		200.700,00	200.700,00	17.478,96	8,71	152.524,07	76,00	48.175,93
RECEITAS DIVERSAS		11.500,00	11.500,00	1.304,98	11,35	1.611,28	14,01	9.888,72
RECEITAS DE CAPITAL		3.800.500,00	3.800.500,00	375.817,62	9,89	1.559.807,43	41,04	2.240.692,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3.500.000,00	3.500.000,00	122.340,83	3,50	508.721,31	14,53	2.991.278,69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		3.500.000,00	3.500.000,00	122.340,83	3,50	508.721,31	14,53	2.991.278,69
ALIENAÇÃO DE BENS		250.000,00	250.000,00	81.100,00	32,44	81.100,00	32,44	188.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000,00	100.000,00	81.100,00	81,10	81.100,00	81,10	18.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		10.500,00	10.500,00	192,07	1,83	2.081,92	19,83	8.418,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		40.000,00	40.000,00	172.184,72	430,46	967.904,20	2.419,76	-927.904,20
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00	3.298,00	0,00	608.960,00	0,00	-608.960,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		40.000,00	40.000,00	168.886,72	422,22	358.944,20	887,36	-318.944,20
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		53.736.790,00	53.736.790,00	11.415.861,42	21,24	50.181.226,29	93,38	3.555.563,71
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>11.415.861,42</b>	<b>21,24</b>	<b>50.181.226,29</b>	<b>3.555.563,71</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>11.415.861,42</b>	<b>21,24</b>	<b>50.181.226,29</b>	<b>3.555.563,71</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>2.021.784,69</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.416.927,04</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	2.021.784,69	—	—	1.416.927,04	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>57.014.152,16</b>	<b>8.512.006,65</b>	<b>50.540.747,07</b>	<b>6.473.405,09</b>	<b>10.933.881,56</b>	<b>47.704.073,52</b>	<b>9.310.078,64</b>	<b>47.483.069,19</b>	<b>2.836.673,55</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>47.358.080,00</b>	<b>48.334.116,93</b>	<b>6.767.641,34</b>	<b>44.879.512,29</b>	<b>4.454.604,64</b>	<b>9.964.182,30</b>	<b>44.813.250,21</b>	<b>4.520.866,72</b>	<b>44.700.057,08</b>	<b>66.262,08</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.610.997,00	26.482.102,75	5.982.102,75	25.000.536,46	1.482.172,88	6.028.957,63	25.000.536,46	1.482.172,88	25.000.536,46	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	76.700,00	76.700,00	-2.953,81	51.046,19	25.653,81	8.805,01	51.046,19	25.653,81	51.046,19	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.670.383,00	22.774.707,59	788.492,40	19.827.929,64	2.946.777,95	3.926.419,66	19.761.667,56	3.013.040,03	19.648.474,43	66.262,08
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.373.710,00</b>	<b>7.675.035,23</b>	<b>1.744.365,31</b>	<b>5.661.234,78</b>	<b>2.013.800,45</b>	<b>969.499,26</b>	<b>2.890.823,31</b>	<b>4.784.211,92</b>	<b>2.783.012,11</b>	<b>2.770.411,47</b>
INVESTIMENTOS	5.869.710,00	7.326.035,23	1.755.159,79	5.518.069,26	1.807.965,97	952.528,91	2.747.657,79	4.578.377,44	2.638.846,59	2.770.411,47
INVERSOES FINANCEIRAS	350.000,00	205.000,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	154.000,00	144.000,00	-10.794,48	143.165,52	834,48	16.970,35	143.165,52	834,48	143.165,52	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>57.014.152,16</b>	<b>8.512.006,65</b>	<b>50.540.747,07</b>	<b>6.473.405,09</b>	<b>10.933.881,56</b>	<b>47.704.073,52</b>	<b>9.310.078,64</b>	<b>47.483.069,19</b>	<b>2.836.673,55</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>57.014.152,16</b>	<b>8.512.006,65</b>	<b>50.540.747,07</b>	<b>6.473.405,09</b>	<b>10.933.681,56</b>	<b>47.704.073,52</b>	<b>9.310.078,64</b>	<b>47.483.069,19</b>	<b>2.836.673,55</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.477.152,77</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>57.014.152,16</b>	<b>8.512.006,65</b>	<b>50.540.747,07</b>	<b>—</b>	<b>10.933.681,56</b>	<b>50.181.226,29</b>	<b>—</b>	<b>47.483.069,19</b>	<b>2.836.673,55</b>

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF 389.691.099-88

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

**PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 10**

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de SEARA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2015 a 2089**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
 Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
 Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

**PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 11**

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISOÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	R\$ 1,00
RECEITAS								
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		250.000,00	81.100,00					168.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		150.000,00	0,00					150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000,00	81.100,00					18.900,00
TOTAL		250.000,00	81.100,00					168.900,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		144.410,26	126.763,63	19.908,46	19.908,46	106.855,17	0,00	124.501,80
Investimentos		144.410,26	126.763,63	19.908,46	19.908,46	106.855,17	0,00	124.501,80
TOTAL		144.410,26	126.763,63	19.908,46	19.908,46	106.855,17	0,00	124.501,80
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
		99.410,26	61.191,54					160.601,80
FONTE:								

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/D-1

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 12

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	4.421.000,00	4.421.000,00	4.513.485,59	102,09
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.065.800,00	1.065.800,00	941.152,94	88,30
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	264.800,00	264.800,00	338.156,84	127,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.233.000,00	2.233.000,00	2.085.996,60	93,42
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	705.100,00	705.100,00	1.046.952,37	148,48
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	14.600,00	14.600,00	12.581,01	86,17
Dívida Ativa dos Impostos	91.700,00	91.700,00	53.372,60	58,20
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	46.000,00	46.000,00	35.273,23	76,68
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	36.324.900,00	36.324.900,00	33.731.260,09	92,86
Cota-Parte FPM	13.879.500,00	13.879.500,00	13.478.478,92	97,11
Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	5.771,14	128,25
Cota-Parte IPVA	2.186.600,00	2.186.600,00	1.829.320,16	83,66
Cota-Parte ICMS	19.853.800,00	19.853.800,00	18.086.874,26	91,10
Cota-Parte IPH-Exportação	310.200,00	310.200,00	258.619,77	83,37
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	90.300,00	90.300,00	72.195,84	79,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	90.300,00	90.300,00	72.195,84	79,95
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>40.745.900,00</b>	<b>40.745.900,00</b>	<b>38.244.745,68</b>	<b>93,86</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.200,00	9.200,00	5.355,71	58,21
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>9.200,00</b>	<b>9.200,00</b>	<b>5.355,71</b>	<b>58,21</b>

**DESPESAS COM SAÚDE  
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	13.114.397,00	14.025.157,51	12.358.574,51	88,12	12.356.576,04	88,10	1.998,47
Pessoal e Encargos Sociais	6.837.784,00	7.096.172,43	6.341.911,14	89,37	6.341.911,14	89,37	0,00
Outras Despesas Correntes	6.276.613,00	6.928.985,08	6.016.663,37	86,83	6.014.664,90	86,80	1.998,47

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SEARA - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	104.000,00	662.682,46	454.330,58	68,56	396.700,58	59,86	57.630,00
Investimentos	104.000,00	662.682,46	454.330,58	68,56	396.700,58	59,86	57.630,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	13.218.397,00	14.687.839,97	12.812.905,09	87,23	12.753.276,62	86,83	59.628,47
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/vi)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vi)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.757.180,00	6.906.622,97	5.748.623,52	44,87	5.688.995,05	44,61	59.628,47
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.757.180,00	6.906.622,97	5.748.623,52	44,87	5.688.995,05	44,61	59.628,47
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	5.757.180,00	6.906.622,97	5.748.623,52	44,87	5.688.995,05	44,61	59.628,47
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	7.461.217,00	7.781.217,00	7.064.281,57	55,13	7.064.281,57	55,39	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup>							18,47
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]</b>							1.327.569,72

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2015		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015		0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
-		-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (i)	% (i/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	7.379.115,00	7.853.195,42	6.943.562,32	54,19	6.883.933,85	53,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.830.263,00	5.762.742,33	5.009.164,75	39,09	5.009.164,75	39,28
Suporte Profilático e Terapêutico	731.170,00	608.570,47	492.330,10	3,84	492.330,10	3,86
Vigilância Sanitária	66.200,00	118.416,80	80.699,84	0,63	80.699,84	0,63
Vigilância Epidemiológica	191.649,00	324.914,95	284.458,26	2,22	284.458,26	2,23
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	2.689,82	0,02	2.689,82	0,02
TOTAL	13.218.397,00	14.687.839,97	12.812.905,09	100,00	12.753.276,62	100,00
		59.628,47				

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SEARA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

<sup>1</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 13

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R\$ 1,00	
		SALDO TOTAL	
		(c) = (a + b)	
		REGISTROS EFETUADOS EM 2016	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68	ADEMIR FRANCISCO MORA Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1
---	---

**PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 14**

Município de SEARA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		53.736.790,00		
Previsão Atualizada		53.736.790,00		
Receitas Realizadas		50.181.226,29		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.416.927,04		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		53.736.790,00		
Créditos Adicionais		3.277.362,16		
Dotação Atualizada		57.014.152,16		
Despesas Empenhadas		50.540.747,07		
Despesas Liquidadas		47.704.073,52		
Despesas pagas		47.483.069,19		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.836.673,55		
Superavit Orçamentário		2.477.152,77		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		50.540.747,07		
Liquidadas		47.704.073,52		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.836.673,55		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		48.621.418,86		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.449.936,54	-1.716.345,50	-118,37
Resultado Primário		-3.752.450,00	-1.135.154,33	30,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.307.881,59	30.088,41	581.845,82	695.947,36
EXECUTIVO	1.307.881,59	30.088,41	581.845,82	695.947,36
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	904.424,79	7.335,67	897.089,12	0,00
EXECUTIVO	904.424,79	7.335,67	897.089,12	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>2.212.306,38</b>	<b>37.424,08</b>	<b>1.478.934,94</b>	<b>695.947,36</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		11.591.158,11	25%	29,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.232.799,04	60%	98,77
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		508.721,31	2.991.278,69	
Despesa de Capital Líquida		5.661.234,78	2.013.800,45	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SEARA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				81.100,00	168.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				126.763,63	17.646,63
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	Valor apurado até o Bimestre	7.064.281,57		15,00	18,47
	Limite Constitucional Anual			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
Valor apurado no exercício corrente					
Total das despesas/RCL (%)					0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA

Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1



Município de SEARA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		53.736.790,00		
Previsão Atualizada		53.736.790,00		
Receitas Realizadas		50.181.226,29		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.416.927,04		
DESPESAS				
Dotação Inicial		53.736.790,00		
Créditos Adicionais		3.277.362,16		
Dotação Atualizada		57.014.152,16		
Despesas Empenhadas		50.540.747,07		
Despesas Liquidadas		47.704.073,52		
Despesas pagas		47.483.069,19		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.836.673,55		
Superavit Orçamentário		2.477.152,77		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		50.540.747,07		
Liquidadas		47.704.073,52		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		2.836.673,55		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		48.621.418,86		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.449.936,54	-1.716.345,50	-118,37
Resultado Primário		-3.752.450,00	-1.135.154,33	30,25
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.307.881,59	30.088,41	581.845,82	695.947,36
EXECUTIVO	1.307.881,59	30.088,41	581.845,82	695.947,36
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	904.424,79	7.335,67	897.089,12	0,00
EXECUTIVO	904.424,79	7.335,67	897.089,12	0,00
TOTAL:	2.212.306,38	37.424,08	1.478.934,94	695.947,36
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		11.591.158,11	25%	29,57
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.232.799,04	60%	98,77
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		508.721,31	2.991.278,69	
Despesa de Capital Líquida		5.661.234,78	2.013.800,45	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SEARA - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				81.100,00	168.900,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				126.763,63	17.646,63
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			7.064.281,57	15,00	18,47
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA

Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 2

Município de SEARA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,0										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)										
Legislativa	53.736.790,00	57.014.152,16	8.512.006,65	50.540.747,07	100,00	10.933.681,56	47.704.073,52	100,00	9.310.078,64	2.836.673,55
Ação Legislativa	1.737.390,00	1.537.390,00	191.753,87	1.142.922,68	2,26	217.836,50	1.142.922,68	2,40	394.457,32	0,00
Administração	4.957.627,00	4.544.327,00	636.626,45	4.247.874,24	8,40	236.452,76	4.240.620,74	8,89	303.706,26	7.253,50
Administração Geral	2.936.509,00	2.911.509,00	401.396,35	2.803.982,01	5,55	107.926,96	2.802.332,01	5,87	108.176,99	1.250,00
Administração Financeira	988.759,00	960.759,00	163.420,41	807.270,05	1,60	143.548,94	801.206,55	1,68	149.552,44	6.003,50
Controle Interno	126.359,00	134.359,00	28.056,54	127.666,89	0,25	6.692,11	127.666,89	0,27	6.692,11	0,00
Assistência Comunitária	900.000,00	547.700,00	43.753,15	509.415,28	1,01	38.284,72	509.415,28	1,07	38.284,72	0,00
Alimentação e Nutrição	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	845.156,00	1.713.816,75	85.946,82	902.650,13	1,79	811.166,62	254.970,71	1,21	1.138.102,44	326.935,82
Policiamento	211.156,00	635.356,63	281.232,90	281.232,90	0,56	354.153,73	279.904,90	0,59	1.328,00	0,00
Defesa Civil	634.000,00	1.078.430,12	7.094,04	621.417,23	1,23	457.012,88	295.809,41	0,62	782.620,71	325.607,82
Assistência Social	1.785.724,00	1.956.953,10	126.463,64	1.508.420,49	2,98	448.532,61	1.422.221,63	2,98	534.721,47	86.188,86
Assistência ao Idoso	45.000,00	45.000,00	-9.825,55	27.031,16	0,05	17.988,94	3.751,01	0,06	17.988,94	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	23.000,00	19.713,20	0,00	3.135,00	0,01	16.578,20	1.520,00	0,01	16.578,20	0,00
Assistência Comunitária	1.717.724,00	1.892.239,90	136.289,19	1.478.254,33	2,92	311.488,35	1.392.065,47	2,92	500.174,43	86.188,86
Saúde	13.218.397,00	14.687.839,97	1.952.247,94	12.812.905,09	25,35	1.874.894,88	12.753.276,62	26,73	1.934.563,35	59.628,47
Atenção Básica	7.379.115,00	7.863.195,42	1.316.672,71	6.943.562,32	13,74	908.633,10	6.883.933,85	14,43	969.261,57	59.628,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.850.283,00	5.762.742,33	465.337,60	492.330,10	9,97	753.577,58	1.215.616,75	10,50	753.577,58	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	731.170,00	698.570,47	13.226,66	492.330,10	0,91	116.240,37	462.330,10	1,03	116.240,37	0,00
Vigilância Sanitária	66.200,00	118.416,80	36.130,03	80.699,84	0,16	37.716,96	80.699,84	0,17	37.716,96	0,00
Vigilância Epidemiológica	191.649,00	324.914,95	90.861,54	284.488,26	0,56	40.456,69	284.488,26	0,60	40.456,69	0,00
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	0,00	2.689,62	0,01	17.310,18	0,00	0,01	17.310,18	0,00
Educação	12.154.111,00	12.502.242,89	2.248.109,27	11.701.893,73	23,15	800.349,96	11.656.293,73	24,43	845.949,16	45.600,00
Administração Geral	2.397.377,00	2.536.282,86	353.406,69	2.268.184,30	4,49	308.098,56	2.268.184,30	4,75	268.098,56	0,00
Alimentação e Nutrição	302.887,00	317.887,00	-20.665,26	249.921,56	0,49	67.975,44	249.921,56	0,52	67.975,44	0,00
Ensino Fundamental	4.715.692,00	4.718.694,50	1.034.665,38	4.520.497,50	8,94	1.258.633,44	4.520.497,50	9,48	198.197,40	0,00
Ensino Médio	40.000,00	70.000,00	11.928,40	57.048,40	0,11	12.951,60	57.048,40	0,12	12.951,60	0,00
Ensino Profissional	210.000,00	210.000,00	0,00	40.000,00	0,08	4.930,00	40.000,00	0,08	0,00	0,00
Ensino Superior	4.295.145,00	4.440.388,13	51.341,40	200.559,18	0,40	9.440,82	200.559,18	0,42	9.440,82	0,00
Educação Infantil	63.000,00	109.000,00	793.009,64	4.201.687,36	8,31	238.680,77	4.201.687,36	8,81	238.680,77	0,00
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	15.445,02	103.995,43	0,21	25.333,57	58.395,43	0,12	50.604,57	45.600,00
Educação Especial	981.360,00	981.360,00	9.978,00	60.000,00	0,12	17.008,40	60.000,00	0,13	0,00	0,00
Cultura	981.360,00	981.360,00	196.338,48	860.790,23	1,70	70.569,77	860.790,23	1,80	70.569,77	0,00
Divulgação Cultural	307.653,00	352.653,00	51.758,27	311.638,36	0,62	70.569,77	311.638,36	0,65	41.014,64	0,00
Direitos da Cidadania	215.383,00	240.383,00	39.582,13	215.284,98	0,43	25.118,02	215.284,98	0,45	25.118,02	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.840,00	3.840,00	0,00	3.040,00	0,01	800,00	3.040,00	0,01	800,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	88.430,00	108.430,00	12.176,14	98.333,38	0,18	15.096,62	98.333,38	0,20	15.096,62	0,00
Urbanismo	7.259.462,00	8.023.745,36	1.602.269,18	6.705.788,19	13,27	1.317.957,17	4.415.607,32	9,26	3.603.193,04	2.230.180,87
Infra-Estrutura Urbana	6.459.062,00	6.951.953,09	1.622.661,86	5.801.801,88	11,48	1.150.181,21	3.511.621,01	7,36	3.440.362,08	2.230.180,87
Serviços Urbanos	810.400,00	1.071.762,27	-20.392,88	903.996,31	1,79	167.775,96	903.996,31	1,89	167.775,96	0,00
Habituação	33.000,00	25.000,00	19.054,03	19.079,90	0,04	5.920,10	25,87	0,00	24.974,13	19.054,03
Administração Geral	25.000,00	5.000,00	0,00	25,87	0,00	0,00	25,87	0,00	4.974,13	0,00
Habituação Urbana	8.000,00	20.000,00	19.054,03	19.054,03	0,04	0,00	0,00	0,00	20.000,00	19.054,03
Saneamento	1.160.000,00	1.225.457,65	245.785,22	1.218.819,19	2,41	6.638,46	1.218.819,19	2,55	6.638,46	0,00
Serviços Urbanos	1.140.000,00	1.210.000,00	245.785,22	1.203.351,54	2,38	345.374,38	1.203.351,54	2,52	6.638,46	0,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	15.457,65	0,00	15.457,65	0,03	0,00	15.457,65	0,03	0,00	0,00
Gestão Ambiental	62.979,00	25.979,00	0,00	24.320,00	0,05	1.659,00	24.320,00	0,05	1.659,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	52.979,00	25.979,00	0,00	24.320,00	0,05	1.659,00	24.320,00	0,05	1.659,00	0,00
Recursos Hídricos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>									
Agricultura	53.736.790,00	57.014.152,16	8.512.006,65	50.540.747,07	100,00	10.933.881,56	47.704.073,52	9.310.078,64	2.836.673,55
Abastecimento	2.472.097,00	2.517.097,00	248.201,75	2.416.785,72	4,78	421.438,71	2.416.785,72	100.311,28	0,00
Extensão Rural	280.000,00	280.000,00	-504,37	279.328,00	0,55	26.557,85	279.328,00	672,00	0,00
Promoção de Produção Agropecuária	1.825.201,00	1.890.201,00	231.054,46	1.768.019,85	3,54	321.716,77	1.768.019,85	92.181,15	0,00
Defesa Agropecuária	245.000,00	235.000,00	-4.704,66	229.977,58	0,46	46.995,34	229.977,58	5.022,42	0,00
Indústria	121.896,00	121.896,00	23.356,32	119.460,29	0,24	26.195,75	119.460,29	2.435,71	0,00
Promoção Industrial	412.760,00	442.690,00	59.231,40	420.992,64	0,83	87.618,33	420.992,64	21.887,36	0,00
Comércio e Serviços	43.000,00	60.000,00	14.484,66	41.955,06	0,08	13.429,02	40.133,05	19.865,94	1.832,00
Turismo	43.000,00	60.000,00	14.484,66	41.955,06	0,08	13.429,02	40.133,05	19.865,94	1.832,00
Transporte	3.074.222,00	3.277.258,44	445.559,93	3.104.842,35	6,14	528.445,98	3.104.842,35	172.416,09	0,00
Transporte Rodoviário	3.074.222,00	3.277.258,44	445.559,93	3.104.842,35	6,14	528.445,98	3.104.842,35	172.416,09	0,00
Desporto e Lazer	884.378,00	824.378,00	119.088,60	793.363,20	1,57	158.485,56	793.363,20	31.014,80	0,00
Desporto de Rendimento	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	764.378,00	824.378,00	119.088,60	793.363,20	1,57	158.485,56	793.363,20	31.014,80	0,00
Encargos Especiais	2.382.484,00	2.360.984,00	267.047,14	2.305.696,87	4,56	381.043,97	2.305.696,87	55.288,13	0,00
Serviço da Dívida Interna	230.700,00	220.700,00	-13.748,29	194.211,71	0,38	25.775,36	194.211,71	26.486,29	0,00
Outros Encargos Especiais	2.151.784,00	2.140.284,00	260.795,43	2.111.484,16	4,18	355.268,61	2.111.484,16	28.799,84	0,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>53.736.790,00</b>	<b>57.014.152,16</b>	<b>8.512.006,65</b>	<b>50.540.747,07</b>	<b>100,00</b>	<b>10.933.881,56</b>	<b>47.704.073,52</b>	<b>9.310.078,64</b>	<b>2.836.673,55</b>

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRCSC 11.657/0-1

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF: 369.691.059-68

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 3

**Município de SEARA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.211.325,92</b>	<b>4.440.980,70</b>	<b>4.827.168,46</b>	<b>4.140.205,95</b>	<b>4.557.843,75</b>	<b>4.502.775,12</b>	<b>3.811.342,56</b>	<b>4.184.019,11</b>	<b>3.973.836,23</b>	<b>4.236.461,07</b>	<b>4.804.331,91</b>	<b>7.670.064,45</b>	<b>55.380.735,23</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	292.952,45	214.621,15	1.323.187,92	404.061,91	494.551,32	238.463,63	234.690,29	433.388,75	277.634,42	332.333,49	194.417,41	616.938,42	5.089.291,66
IPT.U.	2.433,37	3.527,27	729.863,71	90.985,13	72.388,04	9.332,04	4.459,02	4.429,00	5.035,60	3.869,98	5.939,53	8.858,25	941.152,94
IRPJ.F	4.093,46	20.593,25	8.738,98	24.474,44	151.031,73	84.182,20	6.690,94	271.665,75	7.331,69	120.023,79	12.093,74	335.042,80	1.046.962,37
I.S.S.	226.696,89	144.810,19	183.268,29	171.821,57	173.881,14	182.190,70	181.699,20	193.085,62	193.281,66	180.239,00	148.469,79	233.042,80	2.233.000,00
I.T.B.U.	19.371,02	14.571,69	23.314,11	26.490,28	20.840,72	23.832,00	25.270,77	23.304,94	61.128,59	37.377,68	17.726,28	44.928,76	264.800,00
Outras Receitas Tributárias	10.355,71	31.118,75	374.973,23	90.289,49	76.410,19	18.936,69	16.812,35	10.913,44	10.876,88	10.823,04	10.159,07	15.574,06	991.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.405,91	73.465,97	75.707,78	76.517,62	73.940,60	75.152,51	76.659,60	75.330,57	78.144,42	73.052,57	73.093,39	75.173,76	806.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.770,75	4.880,95	52.118,61	117.32,32	-41.451,86	20.282,38	12.659,69	5.002,20	3.487,71	5.566,91	5.168,89	338.758,12	374.050,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	82.063,33	9.179,03	15.855,07	13.292,75	20.475,41	14.587,67	15.621,54	17.844,78	26.890,56	16.946,38	17.583,29	27.655,93	215.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.795.710,39	4.023.698,57	3.315.497,03	3.587.126,50	3.972.307,29	3.986.409,60	3.418.607,13	3.603.161,12	3.491.276,20	3.757.554,95	4.467.346,90	5.785.288,11	47.203.946,79
Cota-Parte do FPM.	1.043.442,17	1.305.239,76	793.433,72	943.222,29	1.254.257,97	1.433.979,14	751.271,66	931.681,25	757.642,98	919.699,03	1.677.977,95	2.620.095,92	14.435.934,04
Cota-Parte do ICMS.	1.731.895,22	1.385.822,94	1.425.383,96	1.465.527,80	1.417.571,76	1.400.553,21	1.445.371,87	1.427.654,00	1.547.108,36	1.595.330,82	1.544.185,05	1.699.497,27	18.086.874,26
Cota-Parte do IRPJ.	108.074,90	144.265,96	161.081,87	168.001,30	162.990,88	199.853,26	180.411,71	194.776,57	161.327,37	148.027,36	104.696,84	55.630,44	2.185.600,00
Outras Transferências Correntes	6,21	30,48	349,49	16,42	39,26	57,65	0,00	70,50	1.299,41	3.770,42	59,27	70,03	4.500,00
Transferências da LC 61/1996	421.057,88	742.431,82	510.188,25	555.595,54	657.223,45	519.402,76	618.142,87	614.698,15	558.761,68	593.183,16	627.507,34	833.193,27	7.585.970,00
Transferências da LC 87/1996	27.114,13	20.940,32	20.444,36	20.977,64	23.821,80	14.175,07	18.259,95	19.462,01	21.312,06	22.525,73	23.541,16	25.045,54	310.200,00
Transferências do FUNDEC	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	90.300,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	438.132,86	416.891,97	388.619,06	417.777,19	430.515,85	412.365,19	397.132,55	408.812,32	417.806,02	476.047,11	483.252,97	542.585,32	5.003.100,00
DEDUÇÕES (II)	53.405,09	115.175,03	45.302,05	45.474,85	36.020,49	107.859,33	51.104,31	46.291,39	96.412,92	51.005,77	46.714,03	823.200,11	645.150,00
DEDUÇÕES (II)	583.305,71	572.862,75	491.341,71	520.752,57	576.913,39	551.374,93	480.465,10	515.931,89	502.941,07	539.073,69	671.317,71	763.034,85	7.104.980,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	983.305,71	572.862,75	491.341,71	520.752,57	576.913,39	551.374,93	480.465,10	515.931,89	502.941,07	539.073,69	671.317,71	763.034,85	7.104.980,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>3.628.020,21</b>	<b>3.868.097,95</b>	<b>4.346.226,75</b>	<b>3.619.453,38</b>	<b>3.980.930,36</b>	<b>3.971.400,19</b>	<b>3.330.876,46</b>	<b>3.665.087,22</b>	<b>3.470.895,16</b>	<b>3.697.387,38</b>	<b>4.133.014,20</b>	<b>6.907.029,60</b>	<b>48.936.290,00</b>

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

ADEMILSON CANALE  
 Prefeito Municipal CPF 369.891.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
 Tec. Cont. CROSC 116570-1

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2016	Feb/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	TOTAL (JUL. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>4.211.325,92</b>	<b>4.440.560,70</b>	<b>4.827.556,46</b>	<b>4.140.205,95</b>	<b>4.557.243,75</b>	<b>4.502.775,12</b>	<b>3.811.342,56</b>	<b>4.184.019,11</b>	<b>3.973.336,23</b>	<b>4.236.461,07</b>	<b>4.804.331,91</b>	<b>7.670.064,45</b>	<b>55.360.735,23</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		202.952,45	214.821,15	1.323.187,92	404.061,91	494.551,82	298.463,63	234.690,29	433.338,75	277.634,42	332.333,49	194.417,41	618.988,42	5.093.291,66
IPT.U.		2.435,27	3.527,27	729.893,71	90.986,13	72.388,04	9.332,04	4.458,02	4.429,00	5.035,60	3.889,98	5.098,53	8.889,25	941.152,94
I.R.U.F.		4.093,46	20.593,25	8.739,58	24.474,44	151.031,73	84.182,20	6.693,94	271.655,75	7.331,69	120.023,79	12.093,74	336.042,80	1.046.952,37
I.S.S.		226.696,89	144.810,19	186.269,29	171.821,57	173.881,14	162.193,70	181.659,20	123.065,62	183.261,66	160.239,00	148.498,79	213.894,55	2.065.995,60
I.T.E.I.		19.371,02	14.571,69	23.314,11	26.490,28	20.840,72	23.632,00	25.270,77	23.304,94	61.128,59	37.377,68	17.726,28	44.928,76	338.155,84
Outras Receitas Tributárias		10.355,71	31.118,75	374.973,23	90.289,49	78.410,19	18.938,69	16.612,36	10.913,44	10.876,88	10.823,04	10.159,07	15.574,08	677.032,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.406,91	73.463,97	75.707,78	76.572,62	73.940,60	75.152,51	76.659,60	75.530,87	78.144,42	73.052,57	73.099,39	75.173,76	832.671,00
RECEITA PATRIMONIAL		14.770,75	4.890,95	52.118,61	11.732,32	-41.451,66	20.282,38	12.659,69	5.002,20	3.487,71	5.565,91	5.169,89	339.739,12	433.976,67
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		82.090,33	9.179,03	15.865,07	13.292,75	20.475,41	14.587,67	15.621,54	17.844,78	26.890,56	16.946,36	17.583,29	27.855,93	277.962,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.765.770,39	4.023.638,57	3.315.487,03	3.587.126,50	3.972.307,29	3.988.429,60	3.418.607,13	3.603.161,12	3.491.276,20	3.757.554,95	4.467.349,90	5.785.298,11	47.203.946,79
Cota-Parte do FPM.		1.043.442,17	1.306.238,76	793.433,72	940.222,29	1.254.257,97	1.433.979,14	751.271,96	931.681,25	757.540,98	919.699,03	1.677.977,95	2.623.099,92	14.435.934,04
Cota-Parte do IC.M.S.		1.731.856,22	1.366.822,94	1.425.383,96	1.465.527,80	1.417.571,76	1.400.553,21	1.445.371,87	1.427.654,00	1.547.105,36	1.595.330,82	1.544.196,05	1.699.497,27	18.096.874,26
Cota-Parte do IP.V.A.		108.074,60	144.255,96	161.061,87	168.001,30	162.890,88	199.855,26	180.411,71	194.776,57	181.327,37	148.027,36	104.398,64	55.830,44	1.829.320,16
Cota-Parte do ITR.		6,21	39,49	349,49	18,42	39,26	57,65	0,00	70,50	1.259,41	3.770,42	59,27	70,03	5.771,14
Outras Transferências Correntes		421.057,88	742.431,82	510.169,25	565.595,54	667.223,45	519.429,76	618.142,87	614.688,15	598.138,16	596.138,16	627.507,34	833.156,27	7.596.370,00
Transferências da LC 61/1990		27.114,13	20.940,32	20.444,36	20.977,64	23.821,80	14.175,07	19.259,95	19.462,01	21.312,06	22.525,73	23.541,16	25.045,54	258.619,77
Transferências da LC 87/1996		6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	6.016,32	72.195,94
Transferências do FUNDEB		488.132,86	416.891,97	388.619,06	417.777,19	430.515,85	412.955,19	397.132,55	408.812,32	417.208,02	476.047,11	483.252,97	542.855,32	5.259.940,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		53.405,09	115.175,03	45.202,05	45.474,85	38.020,49	107.653,33	51.104,31	49.291,39	96.412,92	51.003,77	46.714,03	823.200,11	1.522.865,37
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>593.305,71</b>	<b>572.862,75</b>	<b>481.341,71</b>	<b>520.792,57</b>	<b>576.913,39</b>	<b>531.374,93</b>	<b>480.466,10</b>	<b>515.931,89</b>	<b>502.941,07</b>	<b>539.073,69</b>	<b>671.317,71</b>	<b>763.034,85</b>	<b>6.736.316,37</b>
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		593.305,71	572.862,75	481.341,71	520.792,57	576.913,39	531.374,93	480.466,10	515.931,89	502.941,07	539.073,69	671.317,71	763.034,85	6.736.316,37
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>3.620.020,21</b>	<b>3.868.097,95</b>	<b>4.346.214,75</b>	<b>3.619.413,38</b>	<b>3.980.330,36</b>	<b>3.971.400,19</b>	<b>3.330.876,46</b>	<b>3.668.087,22</b>	<b>3.470.395,16</b>	<b>3.697.387,38</b>	<b>4.133.014,20</b>	<b>6.907.029,60</b>	<b>48.624.418,86</b>
FONTE:														
SEARA, 23/01/2017														
EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68														
ADEMIR FRANCISCO MORA Téc. Cont. CRCSC 11.6570-1														

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 4

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anotização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SEARA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES REALIZADOS								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2016	2015	
Caixa		0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00	
Investimentos		0,00	0,00	
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de SEARA - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro 2016/Bimestre Novembro - Dezembro

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Em 2016	Em 2015
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

\_\_\_\_\_  
EDEMILSON CANALE      ADEMIR FRANCISCO MORA  
Prefeito Municipal CPF 369.691.09    Tec. Cont. CRC/SC 11.657/D-1

**PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 5**

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.260.239,36	1.079.616,39	1.167.506,66
DEDUÇÕES (II)	2.493.650,44	4.102.685,48	4.283.712,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.398.075,23	4.992.639,75	4.507.757,18
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	904.424,79	889.954,27	224.044,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.233.411,08	-3.023.069,09	-3.116.206,19
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	166.449,61	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.399.860,69</b>	<b>-3.023.069,09</b>	<b>-3.116.206,19</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2016 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-93.137,10</b>	<b>-1.716.345,50</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.449.936,54</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Out 2016 (B)	Em 31 Dez 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 6

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2016		Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		49.713.640,00		48.243.476,83	
Receita Tributária		5.259.700,00		5.089.291,66	
I.P.T.U.		1.065.800,00		941.152,94	
I.S.S.		2.233.000,00		2.085.996,60	
I.T.B.I.		264.800,00		338.156,84	
I.R.R.F.		705.100,00		1.046.952,37	
Outras Receitas Tributárias		991.000,00		677.032,91	
Receita de Contribuição		806.500,00		832.671,00	
Receitas Previdenciárias		0,00		0,00	
Outras Contribuições		806.500,00		832.671,00	
Receita Patrimonial Líquida		151.400,00		56.034,64	
Receita Patrimonial		374.050,00		433.976,67	
(-) Aplicações Financeiras		222.650,00		377.942,03	
Transferências Correntes		42.637.590,00		40.464.630,42	
F.P.M.		11.931.200,00		11.747.171,64	
I.P.V.A.		1.749.280,00		1.463.457,20	
I.C.M.S.		16.043.040,00		14.469.500,50	
Convênios		746.570,00		852.450,43	
Outras Transferências Correntes		12.167.500,00		11.932.050,65	
Demais Receitas Correntes		858.450,00		1.800.849,11	
Dívida Ativa		200.700,00		152.524,07	
Diversas Receitas Correntes		657.750,00		1.648.325,04	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		3.800.500,00		1.559.807,43	
Operações de Crédito (III)		3.500.000,00		508.721,31	
Amortização de Empréstimos (IV)		10.500,00		2.081,92	
Alienação de Ativos (V)		250.000,00		81.100,00	
Transferências de Capital		40.000,00		967.904,20	
Convênios		40.000,00		358.944,20	
Outras Transferências de Capital		0,00		608.960,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		40.000,00		967.904,20	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		49.753.640,00		49.211.381,03	
RECE					

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Em 2016	Em 2015
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>7.675.035,23</b>	<b>5.661.234,78</b>	<b>3.271.550,64</b>	<b>2.890.823,31</b>	<b>2.303.169,81</b>	<b>2.770.411,47</b>	<b>968.380,83</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	205.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	144.000,00	143.165,52	719.823,42	143.165,52	719.823,42	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>7.531.035,23</b>	<b>5.518.069,26</b>	<b>2.551.727,22</b>	<b>2.747.657,79</b>	<b>1.583.346,39</b>	<b>2.770.411,47</b>	<b>968.380,83</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>5.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>56.793.452,16</b>	<b>50.346.535,36</b>	<b>45.502.041,94</b>	<b>47.509.861,81</b>	<b>44.317.598,47</b>	<b>2.836.673,55</b>	<b>1.184.443,47</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-7.039.812,16</b>	<b>-1.135.154,33</b>	<b>-373.071,35</b>	<b>1.701.519,22</b>	<b>811.372,12</b>	<b>46.374.707,48</b>	<b>43.944.527,12</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.416.927,04</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	-	-	1.416.927,04	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						<b>-3.752.450,00</b>	

FONTE:

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 7

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	904.424,79	897.089,12	7.335,67	-0,00	123.438,12	1.184.443,47	581.845,82	581.845,82	30.088,41	695.947,36
EXECUTIVO	0,00	904.424,79	897.089,12	7.335,67	-0,00	123.438,12	1.184.443,47	581.845,82	581.845,82	30.088,41	695.947,36
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	897.460,92	884.602,30	2.868,62	0,00	123.438,12	1.130.803,47	531.245,82	528.205,82	30.088,41	695.947,36
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	227.886,05	225.514,43	2.371,62	0,00	113.068,12	640.404,57	91.483,93	91.483,93	5.824,73	79.790,03
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNIK	0,00	20.339,21	20.339,21	0,00	0,00	0,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA E DO MEIO A	0,00	33.951,19	33.951,19	0,00	0,00	0,00	12.129,70	12.129,70	12.129,70	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.ASSISTENCIA SOCIAL DES.COM	0,00	27.852,61	27.852,61	0,00	0,00	0,00	423.088,77	229.447,81	226.407,81	5.170,18	191.460,78
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇAO	0,00	41.595,96	41.595,96	0,00	0,00	0,00	38.670,00	38.670,00	38.670,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADADE	0,00	189.989,38	189.602,38	387,00	0,00	0,00	140.653,17	57.479,71	57.479,71	15.213,50	67.959,96
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCACAO	0,00	219.644,43	219.524,43	120,00	0,00	0,00	445.209,76	88.503,17	88.503,17	0,00	356.706,59
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	43.034,15	43.034,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. ECONÔMICI	0,00	7.322,28	7.322,28	0,00	0,00	10.380,00	5.011,50	11.931,50	11.931,50	3.460,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR	0,00	75.865,66	75.865,66	0,00	0,00	0,00	420,00	0,00	0,00	420,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SEARA	0,00	6.405,38	2.839,94	3.565,44	0,00	0,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA	0,00	6.405,38	2.839,94	3.565,44	0,00	0,00	3.640,00	3.640,00	3.640,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA	0,00	10.557,49	9.646,88	910,61	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE SEARA	0,00	10.557,49	9.646,88	910,61	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	904.424,79	897.089,12	7.335,67	-0,00	123.438,12	1.184.443,47	581.845,82	581.845,82	30.088,41	695.947,36

FONTE:

SEARA - 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF: 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/O-1

**PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 8**

MUNICÍPIO DE SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.421.000,00	4.421.000,00	4.513.485,59	102,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.188.200,00	1.188.200,00	1.023.425,91	86,13
1.1.1- IPTU	1.065.800,00	1.065.800,00	943.559,49	88,53
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.300,00	8.300,00	9.398,74	113,24
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	79.000,00	79.000,00	43.980,80	55,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	35.100,00	35.100,00	28.893,43	82,32
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(2.406,55)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	264.800,00	264.800,00	338.156,84	127,70
1.2.1- ITBI	264.800,00	264.800,00	347.407,41	131,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(9.250,57)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.262.900,00	2.262.900,00	2.104.950,47	93,02
1.3.1- ISS	2.233.000,00	2.233.000,00	2.060.458,12	93,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.300,00	6.300,00	3.182,27	50,51
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	12.700,00	12.700,00	9.391,80	73,95
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.900,00	10.900,00	6.379,80	58,53
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(4.461,52)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	705.100,00	705.100,00	1.046.952,37	148,48
1.4.1- IRRF	705.100,00	705.100,00	1.046.952,37	148,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	37.152.500,00	37.152.500,00	34.688.715,21	93,37
2.1- Cota-Parte FPM	14.707.100,00	14.707.100,00	14.435.934,04	98,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.707.100,00	14.707.100,00	14.435.934,04	98,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.853.800,00	19.853.800,00	18.086.874,26	91,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.300,00	90.300,00	72.195,84	79,95
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	310.200,00	310.200,00	258.619,77	83,37
2.5- Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	5.771,14	128,25
2.6- Cota-Parte IPVA	2.186.600,00	2.186.600,00	1.829.320,16	83,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>41.573.500,00</b>	<b>41.573.500,00</b>	<b>39.202.200,80</b>	<b>94,30</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	763.570,00	763.570,00	782.875,75	102,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	540.200,00	540.200,00	548.293,60	101,50
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	128.910,00	128.910,00	147.080,00	114,10
5.4- Transferências Diretas - PNATE	84.910,00	84.910,00	72.604,50	85,51
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	3.631,20	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.550,00	9.550,00	11.266,45	117,97
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	370.280,00	370.280,00	444.971,19	120,17
6.1- Transferências de Convênios	368.380,00	368.380,00	443.829,17	120,48
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.900,00	1.900,00	1.142,02	60,11
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	58.400,00	58.400,00	89.035,65	152,46
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.192.250,00</b>	<b>1.192.250,00</b>	<b>1.316.882,59</b>	<b>110,45</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	7.104.980,00	7.104.980,00	6.739.316,37	94,85
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.775.900,00	2.775.900,00	2.688.762,40	96,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.810.760,00	3.810.760,00	3.617.373,76	94,93
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.060,00	18.060,00	14.439,12	79,95
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	62.040,00	62.040,00	51.723,98	83,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	900,00	900,00	1.154,15	128,24
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	437.320,00	437.320,00	365.862,96	83,66
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.028.100,00	5.028.100,00	5.297.931,13	105,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.003.100,00	5.003.100,00	5.259.940,41	105,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	25.000,00	25.000,00	37.990,72	151,96
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-2.101.880,00</b>	<b>-2.101.880,00</b>	<b>-1.479.375,96</b>	<b>70,38</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.028.100,00	5.232.799,04	5.232.799,04	100,00	5.232.799,04	100,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	2.369.273,00	2.472.972,04	2.472.972,04	100,00	2.472.972,04	100,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.658.827,00	2.759.827,00	2.759.827,00	100,00	2.759.827,00	100,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.028.100,00	5.232.799,04	5.232.799,04	100,00	5.232.799,04	100,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.232.799,04
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							98,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016²							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³		10.393.375,00		10.393.375,00	9.800.550,20	94,30	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
					Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.305.145,00	4.433.844,04	4.195.130,96	94,62	4.195.130,96	94,62	0,00
23.1- Creche	505.000,00	530.000,00	514.344,40	97,05	514.344,40	97,05	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	505.000,00	530.000,00	514.344,40	97,05	514.344,40	97,05	0,00
23.2- Pré-escola	3.790.145,00	3.893.844,04	3.674.453,56	94,37	3.674.453,56	94,37	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.369.273,00	2.472.972,04	2.472.972,04	100,00	2.472.972,04	100,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.420.872,00	1.420.872,00	1.201.481,52	84,56	1.201.481,52	84,56	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.132.429,00	6.345.017,80	5.954.641,91	93,85	5.909.041,91	93,13	45.600,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.658.827,00	2.759.827,00	2.759.827,00	100,00	2.759.827,00	100,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.473.602,00	3.585.190,80	3.194.814,91	89,11	3.149.214,91	87,84	45.600,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.437.574,00	10.778.861,84	10.149.772,87	94,16	10.104.172,87	93,74	45.600,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.479.375,96
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							37.990,72
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-1.441.385,24
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))							11.591.158,11
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							29,57

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	546.700,00	608.608,76	608.608,76	100,00	608.608,76	100,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	587.150,00	603.674,09	506.330,57	83,87	506.330,57	83,87	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.133.850,00	1.212.282,85	1.114.939,33	91,97	1.114.939,33	91,97	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	11.571.424,00	11.991.144,69	11.264.712,20	93,94	11.219.112,20	93,56	45.600,00

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		9.610,45	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.259.940,41	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		5.242.409,49	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		5.185.226,92	0,00
49.2 Restos a Pagar		57.182,57	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		37.990,72	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		65.132,09	0,00

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA  
Tec. Cont. CRC/SC 11.657/O-1

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## PORTARIA Nº 78/2017 ANEXO 9

Município de SEARA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>3.500.000,00</b>			<b>508.721,31</b>	<b>2.991.278,69</b>
<b>DESPESAS</b>					
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	7.675.035,23	5.661.234,78	2.890.823,31	2.770.411,47	2.013.800,45
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>7.675.035,23</b>	<b>5.661.234,78</b>	<b>2.890.823,31</b>	<b>2.770.411,47</b>	<b>2.013.800,45</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-4.175.035,23</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>977.478,24</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SEARA, 23/01/2017

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal CPF 369.691.099-68

ADEMIR FRANCISCO MORA

Tec. Cont. CRC/SC 11.657/0-1

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 026

DECRETO Nº. 026/2017 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PATRICIA GIARETTA PARA O CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL E SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. Patricia Giaretta, portadora do CPF nº.073.334.329-55, RG nº.5.521.664-1, para o Cargo de Diretora de Departamento de Pessoal e de Serviços Gerais, com lotação junto a Secretária Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste Decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 16 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 029

DECRETO Nº. 029/2017 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI PARA O CARGO DE ASSESSOR DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Municipal nº. 684/2005, e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. Luana Rafaela Walker Girelli, portadora do CPF nº.009.277.159-96, RG nº.4.160.622, para o Cargo de Assessor de Imprensa e Relações Públicas, com lotação junto ao Gabinete do Prefeito, Nível CC – 01, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta, 19 de Janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 033

DECRETO Nº 033/2017 DE 23 DE JANEIRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA COMO SECRETÁRIA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR A SERVIDORA SIMONE VIVAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art.40 da Lei Orgânica e de acordo com a Lei Municipal 684/2005 de 13/12/200 e anexo IV,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído a FC – Função de Confiança como Secretária da Junta de Serviço Militar, correspondendo ao percentual de 75%, a Servidora Simone Vivian, ocupante do Cargo de Recepcionista, nível 21 do Grupo 2- SAL, 40 horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC de 23 de janeiro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

**GABARITO PRELIMINAR 002 2016****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016****GABARITO PRELIMINAR**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Darci Cerezolli, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, o **Gabarito Preliminar** referente ao Processo Seletivo n.º 002/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 002/2016, do Município de Serra Alta (SC), conforme segue:

**Alfabetizado****Língua Portuguesa**

01 – A	02 – D	03 – D	04 – E
--------	--------	--------	--------

**Matemática**

05 – C	06 – B	07 – B
--------	--------	--------

**Conhecimentos Gerais**

08 – B	09 – C	10 – E
--------	--------	--------

**Auxiliar de Manutenção e Conservação**

11 – E	12 – D	13 – A	14 – E	15 – E	16 – D	17 – B	18 – E	19 – E	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

**Auxiliar de Serviços Gerais**

11 – E	12 – E	13 – D	14 – E	15 – D	16 – A	17 – B	18 – E	19 – B	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

**Servente de Escola**

11 – E	12 – E	13 – D	14 – E	15 – D	16 – A	17 – B	18 – E	19 – B	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

**Ensino Fundamental****Língua Portuguesa**

01 – A	02 – D	03 – D	04 – E
--------	--------	--------	--------

**Matemática**

05 – C	06 – B	07 – B
--------	--------	--------

**Conhecimentos Gerais**

08 – B	09 – C	10 – E
--------	--------	--------

**Agente Comunitário de Saúde – Micro Área 08**

11 – A	12 – E	13 – C	14 – A	15 – A	16 – D	17 – D	18 – A	19 – C	20 – E
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

**Auxiliar de Enfermagem**

11 – A	12 – E	13 – C	14 – A	15 – A	16 – B	17 – E	18 – C	19 – E	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

**Operador de Máquinas**

11 – A	12 – C	13 – E	14 – A	15 – A	16 – C	17 – E	18 – C	19 – B	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092

## Ensino Médio

## Língua Portuguesa

01 – E	02 – A	03 – C	04 – D
--------	--------	--------	--------

## Matemática

05 – B	06 – D	07 – C
--------	--------	--------

## Conhecimentos Gerais

08 – B	09 – C	10 – E
--------	--------	--------

## Agente Educativo

11 – D	12 – D	13 – E	14 – D	15 – B	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Professor de Artesanato

11 – D	12 – D	13 – C	14 – C	15 – B	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Professor I – Educação Infantil

11 – C	12 – D	13 – D	14 – D	15 – C	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Professor II – Ensino Fundamental de 1ª a 4ª Série

11 – D	12 – D	13 – C	14 – D	15 – E	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Ensino Superior

## Língua Portuguesa

01 – A	02 – B	03 – C	04 – A
--------	--------	--------	--------

## Matemática

05 – E	06 – C	07 – A
--------	--------	--------

## Conhecimentos Gerais

08 – B	09 – C	10 – E
--------	--------	--------

## Professor de Artes

11 – B	12 – A	13 – E	14 – D	15 – E	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Professor de Educação Física

11 – D	12 – A	13 – C	14 – C	15 – E	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Professor III – Professor de Língua Estrangeira – Inglês

11 – C	12 – A	13 – A	14 – D	15 – E	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

## Segundo Professor

11 – C	12 – E	13 – A	14 – D	15 – E	16 – A	17 – C	18 – B	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. É facultado aos candidatos interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Processo Seletivo, **Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de **24 e 25 de janeiro de 2017**, conforme Formulário de Recurso constante no Anexo V, com estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do Edital, em especial ao item 9.2.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**MUNICÍPIO DE SERRA ALTA**

**Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 23 de janeiro de 2017.

**DARCI CERIZOLLI**  
**Prefeito Municipal**

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 05/2017 FMS AVISO PREGÃO COMBUSTÍVEL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 05/2017  
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 01/2017

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 06/02/2017, até às 09h00min (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro se reunirá a pregoeira e equipe de apoio, com a finalidade de receber propostas para o Fornecimento parcelado de combustíveis, através de empresa(s) especializada, para consumo dos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial da Secretaria de Saúde do município e que sejam fornecidos nos postos de abastecimento do licitante vencedor, para o exercício de 2017. O edital na íntegra, encontra-se disponível para download no site da municipalidade: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br). Maiores Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: [licitação@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitação@sideropolis.sc.gov.br).

Siderópolis, 24 de janeiro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

# Sombrio

## PREFEITURA

### 075/2017

DECRETO Nº 075, DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2293 de 06 de Dezembro de 2016, (Lei Orçamentária)

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 169.668,84 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.01 – SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

1.017 - Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Populares

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(89) - Aplicações Diretas ..... R\$ 156.926,51

4.4.90.00.00.00.00.00.0503(180) - Aplicações Diretas ..... R\$ 12.742,33

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 80 e 503.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 02 de janeiro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 013/2017

DECRETO Nº. 13 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS NO ANO 2017, e REVOGA DECRETO 12-2017, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 277/98 (Código Tributário Municipal) e Lei nº 1.104 de 26 de outubro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º. O Calendário Fiscal do Município de Sul Brasil-SC, para o exercício financeiro de 2017, definindo tributos, data de vencimento para recolhimento e parcelamento, será o seguinte:

#### TIPO DE TRIBUTO VENCIMENTO

TAXA DE LICENÇA E PERMANÊNCIA NO LOCAL	31/03/2017
ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	
1. POR OCASIÃO DO FATO GERADOR, QUANDO O PRESTADOR E O CONTRATANTE NÃO ESTIVEREM CADASTRADOS COMO CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO;	
2. QUANDO POR ESTIMATIVA FISCAL, EM PARCELAS MENSIS ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA;	
3. QUANDO FIXO, EM ATÉ 06 (SEIS) PARCELAS ATÉ O DIA 15 DE CADA MÊS;	
4. QUANDO RETIDO NA FONTE OU POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA;	
NOS DEMAIS CASOS SOB O PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, APURADO MENSALMENTE, ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA.	

IPTU E TAXAS RELATIVAS	
PARCELA ÚNICA	
28.04.2017	
1A. PARCELA	28.04.2017
2A. PARCELA	30.06.2017
3A. PARCELA	31.08.2017

DECRETO Nº. 13/2017 - Fls. 02

ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTERVIVOS	CONFORME ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 49 E SEGUINTE DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS	NO ATO DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 12-2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 23 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

Valdecir Tosetto  
Diretor de Administração

### DECRETO 014/2016

DECRETO Nº 014 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

"CONCEDE 32 HORAS (QUATRO DIAS) DE FOLGA, NOS DIAS 24, 25, 26 E 27 DE JANEIRO DE 2017, PELO BANCO DE HORAS AO SERVIDOR ALMIR MOTERLE, NA FORMA DO ART. 58, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 384/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO, que o Servidor constitui o direito da 32 (trinta e duas horas) a partir de janeiro de 2016;

CONSIDERANDO, que o art. 58, parágrafo único da Lei 384/2001, permite a transformação dos dias das horas excedentes em dias de folga;

CONSIDERANDO, que a transformação das horas em crédito permitem 5 dias de folga. Pois, considerando que mês de trabalho corresponde a 200 horas semanais, assiste razão em conceder ao Servidor folga do dia 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal, em especial Lei 384/2001, art. 58, parágrafo único.

#### DECRETA

Art. 1º Fica concedido 04 dias de folga ao servidor ALMIR MOTERLE, em razão das horas excedentes prestadas desde janeiro de 2016;

Art. 2º Fica determinado que a folga será em 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de janeiro de 2017.

ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil

Registrado e publicado em data supra:

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 015/2017

DECRETO Nº 015, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL NO DIA 27, 28 DE FEVEREIRO E 01 DE MARÇO DE 2017.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedido PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições públicas do Município de Sul Brasil, no dia 27e 28 de fevereiro de 2017 em função do feriado de Carnaval e Quarta-Feira de Cinzas dia 01 de março até o meio dia.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
aos 24 de janeiro de 2017.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

**REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:**

VALDECIR TOSETTO  
Diretor do Departamento de Administração

**PORTARIA 016/2017**

PORTARIA Nº 016, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público Municipal GERI MARCOS SIGNOR, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes de 11 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 18.02.2015 a 17.02.2016, a serem gozadas no período de 23.01.2017 a 02.02.2017.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,  
23 de janeiro de 2017.  
ÉDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

**REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:**

JOÃO PAULO GUBERT  
Chefe De Gabinete

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 020/2017

PORTARIA Nº. 020/2017. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº 014/2010 de 13 de Dezembro de 2010;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Nomeada a Sra. ANDRENIZE CRISTINA ROSSA LUNKES, para exercer o Cargo Comissionado de ASSESSOR EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 25 de Janeiro de 2017, percebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 25 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

### PORTARIA 021/2017

PORTARIA Nº. 021/2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA A SERVIDORA SRA. SOLANGE MARGARETE TESKE, SENDO CONVERTIDA EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 035/2015.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida Licença Prêmio a pedido da Servidora Pública Sra. SOLANGE MARGARETE TESKE, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, cadastrada na matrícula nº. 249/02, relativo ao período de Fevereiro de 2006/2012, sendo 30 (trinta) dias convertido em Abono Pecuniário o percentual de 100%, de acordo com o Art. 104, § 3º da Lei Complementar 035/2015, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

“Art. 104 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 3º Em caso de excepcional necessidade de continuidade do serviço público desenvolvido pelo servidor municipal, que não possa

ser substituído por outro servidor do quadro efetivo, poderá ser convertida a licença prêmio em abono pecuniário em percentual equivalente a 100% (cem por cento)”.  
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

### PORTARIA 022/2017

PORTARIA Nº. 022/2017.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 2,5 (duas e meia) diárias, no valor R\$ 1.500,00 cada, totalizando o valor de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 25 a 27 de Janeiro de 2017, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR I ENCONTRO ESTADUAL DE PREFEITOS DA GESTÃO 2017-2020 E PARTICIPAR DA ELEIÇÃO PARA PRESIDÊNCIA DA FECAM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE JANEIRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

# Tijucas

## CÂMARA MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 02/2017**

Aviso de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL 02/2017

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001 30 com sede a Rua Coronel Büchelle 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 07/02/2017, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão Presencial 02/2017.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente Licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO VIA RÁDIO DAS SESSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I.

Tijucas, 24 de janeiro de 2017.

Eloi Pedro Geraldo

Câmara de Vereadores de Tijucas/SC

Presidente

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### TERMO DE DISPENSA DA LICITAÇÃO 06/2017 DL

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do Objeto: Locação de 01 (uma) sala de alvenaria com área de 47,62m<sup>2</sup>, no interior do imóvel localizado à Rua Felipe Nápoli, 200 - Sala 03 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, destinado para o funcionamento do Conselho Tutelar do município de Timbé do Sul/SC.

Locatário: Município de Timbé do Sul com sede à Rua Prefeito Aristides José Bom, 215, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 82.915.232/0001-34.

Locador: Irineu Medeiros Gomes, brasileiro, portador do CPF nº 987.640.209-91, residente e domiciliado a Estrada Geral Vila Nova, no município de Timbé do Sul/SC.

Do valor: O valor mensal da locação é de R\$ 700,00 (setecentos reais), pagos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencimento, perfazendo um total de R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Da base legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93.

Da justificativa: Por ser o único imóvel encontrado que se adequa perfeitamente às necessidades de funcionamento do Conselho Tutelar do Município e o preço contratado para a locação é o praticado no mercado, conforme avaliação prévia do imóvel.

Timbé do Sul/SC, 20 de Janeiro de 2017.

Fernando Favarin

Diretor de Compras e Licitações

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01 2017 FUMTRAN - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 FUMTRAN

OBJETO: contratação de serviços de sinalização horizontal e vertical (com fornecimento de material) para implantação e manutenção das principais vias do município de Timbó/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h00min do dia 07 de fevereiro de 2017. ABER-TURA: dia 07 de fevereiro de 2017 às 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 24 de janeiro de 2017

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016.171 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016/171

TOMADA DE PREÇOS Nº 65/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante da empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.948.916/0001-29, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 31/01/2017.

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 24 de janeiro de 2017.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 101.2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2016 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante SR ARTES GRÁFICAS LTDA ME, CNPJ Nº 95.775.367/0001-93 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 31/01/2017

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 24 de janeiro de 2017.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

### DECRETO Nº 4427, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4427, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro, no valor de R\$ 139.400,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 139.400,00 (cento e trinta e nove mil e quatrocentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

16.02.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33500	Transf.Sist.Único A.Social-SU-AS/União	44.000,00
16.02.008.244.0087.2276.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.02.008.244.0087.2276.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.02.008.244.0087.2276.	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33500	Transf.Sist.Único A.Social-SU-AS/União	39.600,00
16.03.008.244.0088.2284.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA	
16.03.008.244.0088.2284.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	

339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33500	Transf.Sist.Único A.Social-SU-AS/União	55.800,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	139.400,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4428, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4428, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro, no valor de R\$ 363.808,84.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 363.808,84 (trezentos e sessenta e três mil e oitocentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000.00	TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
0.30200	Receitas de Impostos – Saúde	51.727,63
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30200	Receitas de Impostos – Saúde	312.081,21
	TOTAL	363.808,84

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4430, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4430, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 240.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1303	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1303	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1303	FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.68900	Alienções de Bens destinados a Outros Programas	119.500,00
0.60000	Recursos Ordinários	120.500,00
	total	240.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4431, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4431, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

21.01.023.695.0036.2200.	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR	
21.01.023.695.0036.2200.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TURÍSTICAS	
21.01.023.695.0036.2200.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	

330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30000	RECURSOS ORDINARIOS – SUPERAVIT FINANCEIRO	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4432, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4432, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 500.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.451.0050.2090.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.01.015.451.0050.2090.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.3081700	SUPERAVIT COSIP	500.000,00
	TOTAL	500.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4429, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

DECRETO Nº 4429, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Reestabelece os requisitos mínimos de acesso aos cargos de Motorista, Pedreiro e Agente Comunitário de Saúde, até a posse dos candidatos aprovados em de concurso público.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 50, incisos II, V, VII e X c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f", "g" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nas Leis Complementares nº 01 de 22/10/1993 e nº 137 de 02/07/1998 (em especial o art. 29), art. 31 incisos I, II, III e IV da CF e considerando:

- os termos da Lei 2.045 de 22/12/98, alterada pela Lei 2.439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017 que possibilitam a contratação temporária na hipótese de ausência de candidatos aprovados em concurso público ou processo seletivo;

- que os resultados finais dos Concursos Públicos n. 001/2016, 002/2016, 003/2016, 004/2016, 005/2016, 006/2016, 007/2016, 008/2016 e 009/2016, foram homologados em 23 de dezembro de 2016 e, por tal motivo, não há tempo hábil e legal para realizar todos os trâmites administrativos imprescindíveis à regular nomeação e posse dos candidatos aprovados no certame (convocação, nomeação e efetiva posse ou não em 30 dias; possibilidade/necessidade de convocação de demais colocados);

- a necessidade de manutenção e/ou continuidade das atividades da Administração Municipal direta e indireta, principalmente diante da essencialidade e exclusividade dos serviços dispostos à comunidade;

- o interesse público e os princípios aplicáveis a Administração Pública, em especial o da razoabilidade, economicidade e eficiência;

- que para solucionar tal problemática até a conclusão do concurso público mediante a efetiva posse dos candidatos aprovados, zelando assim pelo interesse público, se faz necessário, em caráter transitório, sem prejuízo da qualidade de execução das atividades e buscando viabilizar a contratação temporária, restabelecer os requisitos mínimos de acesso definidos no anexo único do Decreto nº 3263/13;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reestabelecidos para preenchimento de vagas em caráter temporário, os requisitos mínimos de acesso dos seguintes cargos:

Denominação do cargo: Motorista  
Requisitos Mínimos: Séries Iniciais e Carteira Nacional de Habilitação na Categoria Mínima "C"

...

Denominação do cargo: Agente Comunitário de Saúde  
Requisitos Mínimos do Cargo: Ensino Médio Incompleto

...

Denominação do cargo: Pedreiro  
Requisitos Mínimos do Cargo: Alfabetizado

...

Art. 2º Ficam mantidas as descrições sintéticas de funções e atribuições dos cargos, constantes do anexo único do Decreto nº 3263 de 30 de setembro de 2013 e alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

## **DECRETO Nº 4435, DE 13 DE JANEIRO DE 2017**

DECRETO Nº 4435, DE 13 DE JANEIRO DE 2017

Estabelece critérios para pagamento do piso salarial mínimo de que trata a Lei Federal nº 11.738/2008, para os profissionais do magistério ocupantes do cargo de educador infantil, no exercício 2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, V da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

CONSIDERANDO que o Governo Federal criou a Lei nº 11.738/2008 que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a qual estabeleceu um piso mínimo nacional para os trabalhadores da educação;

CONSIDERANDO que quando do julgamento de mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4167, publicado em 24/08/2011, o Plenário do STF disse que o valor do piso nacional equivale ao vencimento básico de um professor com 40 horas, ou seja, o vencimento básico é aquele que não considera qualquer vantagem ou gratificação. Transcrevemos o que a Lei Federal nº 11.738/08 estabelece:

"Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

(...)

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional."

CONSIDERANDO que por sua vez, a Lei Complementar Municipal nº 138 de 02 de Julho de 1998 que trata sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público Municipal de Timbó, e dá outras providências dispõe:

"Art. 3º - Para efeito da aplicação desta Lei, considera-se: (...) VI-A – Educador Infantil – membro da educação infantil que exerce atividade educacional nos núcleos de educação infantil, objetivando o desenvolvimento integral da criança em todas as suas necessidades. (acrescentado pela LC nº 266, de 28/04/04)".

CONSIDERANDO que no município de Timbó, os únicos profissionais do magistério que eventualmente não recebem como vencimento o valor definido pela legislação federal a título de piso nacional do magistério, são ocupantes do cargo de Educador Infantil, com jornada semanal de 30 horas/semanais;

CONSIDERANDO que o MEC definiu em 12 de janeiro de 2017, o

valor do piso nacional do magistério a ser aplicado desde 01 de janeiro de 2017, para 40 horas de jornada de trabalho semanal em R\$ 2.298,80, o que implica em considerar como valor de vencimento mínimo para aplicação ao cargo de 30 horas semanais de Educador Infantil a quantia proporcional de R\$ 1.724,10 (um mil, setecentos e vinte e quatro reais e dez centavos);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.738/2008 é autoaplicável, cabendo aos gestores municipais a realização de atos para seu efetivo cumprimento, haja vista que regulamenta direito previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar-se ao que prevê a Lei Federal nº 11.738/2008 e Constituição Federal, bem como estabelecer requisitos para a liquidação e pagamento dos valores eventualmente devidos aos profissionais do magistério que, proporcionalmente à sua carga horária e histórico funcional, não recebam a título de referência salarial, o valor definido pelo MEC do Piso Nacional dos profissionais do Magistério,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos da Lei Federal nº 11.738 de 16 de junho de 2008, e do comunicado oficial do Ministério da Educação, de 12 de janeiro de 2017, fica estabelecido como salário mínimo para o vencimento do profissional do magistério ocupante do cargo de Educador Infantil que detenha a habilitação mínima preconizada pela LDB, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, para o exercício de 2017, a quantia de R\$ 1.724,10 (um mil, setecentos e vinte e quatro reais e dez centavos).

Art. 2º Aos servidores ocupantes do cargo de Educador Infantil, que, pela jornada de 30 horas semanais laboradas, recebam valor de vencimento inferior ao valor definido no art. 1º, será pago como verba de complemento salarial a diferença entre o vencimento percebido pelo servidor e o valor atribuído a título de salário mínimo dos profissionais do magistério de que trata o art. 1º.

§1º Na aplicação do disposto no "caput" deste artigo será observado o disposto na Súmula Vinculante nº 15 que estabelece "O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo."

§2º Caberá à Secretaria da Fazenda e Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, a verificação mensal dos servidores com direito à percepção da diferença de que trata este Decreto, com o lançamento em suas respectivas folhas de pagamento do valor devido.

§3º Os valores necessários ao implemento destas medidas correrão por conta do orçamento próprio da Secretaria de Educação.

§4º A verba de complemento salarial, terá seus reflexos em décimo terceiro, férias e horas extras eventualmente laboradas pelo servidor.

Art. 3º Fica autorizada a realização do pagamento aos servidores ocupantes do cargo de Educador Infantil que recebam vencimento inferior ao valor definido por este Decreto, da diferença salarial apurada desde 01 de janeiro de 2017, na folha alusiva ao mês de fevereiro.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 1º de janeiro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA No 17, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa a Comissão Permanente de Licitações, para o exercício de 2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, encarregada de analisar e julgar a habilitação preliminar, e as propostas relativas às licitações efetivadas pelo Poder Executivo Municipal, Administração Direita ou Indireta, no exercício de 2017, composta dos seguintes servidores, a contar desta data:

NOME	FUNÇÃO
LOURDES MOSER	PRESIDENTE
HENGELL OLIVEIRA	MEMBRO
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR	MEMBRO

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 24, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA No 24, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Autoriza Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Ficam os Servidores Públicos Municipais abaixo identificados, autorizados a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Darcizio Bona	Secretário Municipal	03268198070 / AC
Alcides Aurélio Scoz	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo-Obras	03751656164 / AE
Atomir Sebastião Rufino	Assessor Institucional de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola	03772629209 / C
Ivanir Rodrigues Sozin	Supervisor da Divisão de Serviços Urbanos	01710956384 / B
Mário Vieira	Diretor do Departamento de Agropecuário	01178914011 / AB
Neri Mueller	Supervisor da Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada	03668796885 / AC
Otomar Meyer	Supervisor da Divisão de Iluminação Pública	03001620920 / AC
Wiegold Starke	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos	02797737733 / AC

Art. 2º Ficam os servidores desde já cientificados que durante o período em que estiverem de posse do veículo, são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 28, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA No 28, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa Servidores Públicos Municipais para exercício de Função Gratificada na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, os servidores abaixo relacionados, lotados na Administração Direta:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR DE
Bruna de Andrade	FG-1	50	Coordenar as atividades relativas aos Orçamentos para aquisição de bens e serviços	02/01/2017
Sandra Helena Dallabona	FG-1	50	Coordenar as atividades relativas ao Cadastro Imobiliário	02/01/2017
Daniela W.Krambeck	FG-1	50	Coordenar a área tributária	02/01/2017
Maurício Dias	FG-1	50	Coordenação da manutenção e reparos dos equipamentos da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola	02/01/2017
Samara C.Lazzarini	FG-1	50	Coordenar a escala dos servidores vinculados ao Departamento de Trânsito	02/01/2017
Jean M.R.Vargas	FG-1	50	Coordenação Equipe do Pregão	02/01/2017
Valmor Passold Junior	FG-1	50	Coordenar as atividades relativas a digitalização de todos os processos relativos ao setor de Recursos Humanos	02/01/2017
Lourdes Moser	FG-1	50	Coordenar a Comissão de Licitações	02/01/2017
Silvana Vicente Roepke	FG-2	40	Coordenação e Assessoramento nas atividades de cadastro e regularização mobiliária	02/01/2017
Elenise Piseta	FG-2	40	Assessorar Equipe de Pregão	02/01/2017
Sandro Edemir Gramm	FG-2	40	Coordenação dos Serviços de Obras Viárias	02/01/2017
Solange Liesenberg	FG-3	30	Coordenar as atividades do empenhamento da SEMFA, SEOSA, FMAS, SEIAPI, FUNTUR e FUMDEC	02/01/2017
Scheila Zickuhr	FG-3	30	Coordenar as atividades do empenhamento da PROCURADORIA, EDUCAÇÃO, FUMTRAM, FMDDD, FME, FCT e PLANEJ	02/01/2017
Hengel Oliveira	FG-3	30	Assessorar Comissão de Licitações, coordenar o empenhamento do FMMA, FIA, FHT, FUMREPOM, FASS	02/01/2017
Sandra Sardagna	FG-3	30	Coordenar as atividades relacionadas a fiscalização e liberação de habite-se	11/01/2017
Raquel C.Cunha	FG-3	30	Assessorar as atividades relacionadas a captação de recursos e das planilhas de controles das obras e do Esfinge Obras	09/01/2017
Moacyr Cristofolini Junior	FG-4	20	Assessorar Comissão de Licitações	10/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó / SC

**PORTARIA Nº 18, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 18, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Procuradoria Geral do Município, a contar de 16 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 16 de janeiro do corrente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Osvaldo Roberto Brodwolf	Coordenador Geral do PROCON / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 20, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 20, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Fundação Cultural de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 171, de 24/03/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ-FCT			
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Eleonora Klotz	Assessora de Serviços - Nível I/ CC-5	41	23/01/2017
Flávia Elise Cipriani	Diretora do Departamento de Turismo / CC-2	76	16/01/2017
Inês Klaumann	Chefe de Divisão – CC-3	61	09/01/2017
Jarbas Dallabrida	Diretor do Departamento de Cultura / CC-2	76	09/01/2017
Waldemar Roberto Simon	Chefe de Divisão / CC-3	61	02/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 21, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 21, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Aline Carolina Zatelli	Assessora de Recursos Humanos / CC-3	61	17/01/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Lourival Anacleto	Coordenador de Serviços-Nível I / CC-6	32	02/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 22, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 22, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercerem cargo em comissão na Procuradoria Geral do Município, a contar de 18 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear para exercerem cargo em comissão, os Servidores abaixo relacionados, a contar de 18 de janeiro do corrente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Guilherme Augusto Tomaselli	Coordenador de Serviços - Nível I / CC-6	32
Ketlyn Samantha Mohr	Coordenadora de Serviços - Nível I / CC-6	32

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 23, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 23, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia cumulativamente o Servidor Wiegold Starke, na condição de interino, do cargo em comissão de Coordenador de Defesa Civil, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Com base nos Artigos 11, inciso II, § 4º, e 46 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/1993, com a redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/1998, e artigo 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR CUMULATIVAMENTE o Servidor abaixo relacionado, e na condição de interino, de cargo em comissão, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REF.SALARIAL
Wiegold Starke	Coordenador de Defesa Civil / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 26, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 26, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
José Roberto Carvalho Jesus	Assessor de Custos e Patrimônio / CC-2	76	16/01/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Adelma Antunes Ruas de Souza	Supervisor da Divisão de Serviços e Políticas de Saúde / CC-3	61	02/01/2017
Ana Paula Borchardt da Paz	Assessor Técnico de Programas e Políticas de Saúde / CC-2	76	18/01/2017

Gisele Slomp	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo-Saúde / CC-3	61	18/01/2017
Maira Lúcia Cipriani	Assessor Técnico de Programas e Políticas de Saúde / CC-2	76	11/01/2017
Manuela Bagattoli Pedron	Supervisor da Divisão de Serviços de Saúde / CC-3	61	10/01/2017
Walmor Tessarolo	Assessor de Serviços – Nível I / CC-5	41	02/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 27, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 27, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Fundação Municipal de Esportes.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 194, de 29/12/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Júlia de Freitas	Assessor de Divisão / CC-4	52	16/01/2017
Larissa Karine Van Bommel Fronza	Assessor de Divisão / CC-4	52	16/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 29, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 29, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 18 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados, a contar de 18 de janeiro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Ana Carolina Campi Sperb	Assessor da Divisão de Imprensa e Comunicação / CC-4	52
Jéssica Christine Bilck Bolsoni	Assessor de Serviços-Nível I / CC-5	41
Sócrates Prado de Oliveira	Supervisor da Divisão de Imprensa e Comunicação / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 30, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 30, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 194, de 29/12/2000 e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
João Carlos de Liz	Assessor de Divisão / CC-4	52

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 31, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 31, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer Cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 16 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados, a contar de 16 de janeiro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Ivanir Dallabrida	Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços / CC-2	76
Waldemar Gebauer	Supervisor da Divisão de Urbanismo / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 33, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 33, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Nomeia Servidor para exercer Cargo em Comissão na Fundação Municipal de Esportes, a contar de 18 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e Lei Complementar nº 194, de 29/12/2000 e alterações,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar de 18 de janeiro do corrente:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES-FME		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Emmerson Cleiton Nardelli	Chefe de Divisão / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA Nº 19, DE 02 DE JANEIRO DE 2017**

PORTARIA Nº 19, DE 02 DE JANEIRO DE 2017

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito do Município de Timbó – SC, e dá outras providências, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município e considerando o Decreto nº 445, de 16/03/2006,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a contar desta data, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Município de Timbó, o servidor JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, matrícula 658260.

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro.

Art.2º Ficam designadas para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Timbó, as seguintes servidoras, a contar desta data:

a) Nome do servidor; ELENISE PISETTA, matrícula 1528.8

b) Nome do Servidor: SILVIA SAUL MUSEKA, matrícula 274950

§ 1º Em caso de ausência do Pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas, fica designada como Pregoeira a Servidora Silvia Saul Museska, matrícula 274950.

§ 2º O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de dois integrantes.

Art.3º REVOGAR a Portaria nº 1895, de 01 de março de 2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro de 2017; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18.2016 PMT**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de hortaliças (repolho, cenoura, e beterraba), destinados aos Núcleos de Educação Infantil (NEIS) e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental.

EMPRESA FORNECEDORA: JK COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 49.115,20 (quarenta e nove mil cento e quinze reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/04/2017.

Timbó, 18/04/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **Portaria nº 07/2017**

Portaria Nº 007/2017

Concede progressão funcional a servidora da Câmara Municipal.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 39, III, alínea b, do Regimento Interno, com fundamento nos artigos 18 a 22 da Lei Complementar nº 338 de 12 de novembro de 2007; e, Considerando as avaliações de desempenho relativas aos anos de 2014, 2015 e 2016, realizadas pelo Diretor Geral desta Câmara que atribuem ao servidor desempenho classificado como ótimo ou excelente, observados os critérios legais, Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional consistente na passagem da referência 72 para a referência 73 do Quadro de Referência de Vencimentos constante do Anexo VI da Lei Complementar nº 338/2007 para a servidora Giani Zaira Seidel, que ocupa o cargo de provimento efetivo de analista legislativa desde 1 de dezembro de 2006.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 006/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 20 de janeiro de 2017.  
Douglas Emanuel Marchetti  
Presidente

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 10/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para os imóveis do Município de Treze Tílias, descritos no Anexo I, do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 07/02/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2017

EXTRATO DE CONTRATO 04/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: DISNEY DE MARCO EIRELI

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de projeto de extensão de rede de energia elétrica para a Nova Creche do Município de Treze Tílias, localizada na Rua Tirol conforme projetos disponibilizados pela CELESC, e demais dispositivos constantes no presente edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 01/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias previstas para 2017: 2.201.44.90.00.00.00.00

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 24.152,08 (Vinte e quatro mil, cento e cinquenta e dois reais e oito centavos),

VIGÊNCIA: A vigência de até 30 dias, contados da data da assinatura.

DATA ASSINATURA: 24/01/2017

TREZE TÍLIAS, 24/01/2014

### EXTRATO DE CONTRATOS Nº 03/2017

EXTRATO DE CONTRATO 03/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de kits escolares personalizados para os alunos da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiro Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, para o ano letivo de 2017, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 01/2017

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento previsto para 2017: 2.055.33.90.00.00.00.00

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 98.150,00 (Noventa e oito mil reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 01/2017, conforme Autorização de Fornecimento nº 179/2017

VIGÊNCIA: A vigência de até 30 dias, contados da data da assinatura.

DATA ASSINATURA: 24/01/2017

TREZE TÍLIAS, 24/01/2014

**PORTARIA Nº 31/2017**

PORTARIA Nº 031/17 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Wilson Zanatto	26/02/2016 a 25/02/2017	02/01/2017 a 31/01/2017	30
Eliana Ap. Leite	11/05/2016 A 10/05/2017	12/01/2017 A 31/01/2017	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 02 de janeiro de 2017, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 32/2017**

PORTARIA Nº 032/17 DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
DIRLEI B. BORGA EBERTS	27/01/2016 A 26/01/2017	30/01/2017 A 18/02/2017	20
VANESSA SCHUMARCHER	19/11/2015 A 18/11/2016	30/01/2017 A 08/02/2017	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 24 DE JANEIRO DE 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PORTARIA 056/17

PORTARIA 056/17 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.  
"NOMEIA AGENTE POLÍTICO"

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município...

#### RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK, para exercer o cargo de Secretária Municipal junto à Secretaria da Saúde, a partir de 16 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### PORTARIA 057/17

PORTARIA 057/17 DE 19 DE JANEIRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 19 de janeiro de 2017, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### PORTARIA 058/17

PORTARIA 058/17 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816 de 31 de outubro de 1990, alterado pela lei complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### PORTARIA 059/17

PORTARIA 059/17 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.  
"NOMEIA AGENTE POLÍTICO"

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 52, inciso I da Lei Orgânica do Município...

#### RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS, para exercer o cargo de Secretária Municipal junto à Secretaria da Educação e do Esporte, a partir de 23 de janeiro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de janeiro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### PORTARIA 060/17

PORTARIA 060/17 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.  
"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO."

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

#### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. CATIA

REGINA MARANGONI GEREMIAS, ocupante do cargo de Agente Público de Secretária Municipal da Educação e do Esporte, a responder interinamente pela Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo, será agregada administrativamente a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte por tempo indeterminado, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

#### **PORTARIA 061/17**

PORTARIA 061/17 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO."

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK, ocupante do cargo de Agente Público de Secretária Municipal da Saúde, a responder interinamente pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - A Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, será agregada administrativamente a Secretaria Municipal da Saúde por tempo indeterminado, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

#### **PORTARIA 062/17**

PORTARIA 062/17 DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO."

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal Sr. GEZIEL BALCKER, ocupante do cargo de Agente Público de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a responder interinamente pela Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 2º - A Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, será agregada administrativamente a Secretaria Municipal de Administração e Finanças por tempo indeterminado, a partir de 23 de Janeiro de 2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de Janeiro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 89/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 89/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/SC, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 78.486.198-0001-52, sediado na Rua João Castilho nº 111, centro, no Município de Tunapolis/SC, aqui representado pelo Sr. ENOI SCHERER Prefeito Municipal, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, e de outro lado a empresa PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 85.199.578/0001-71, estabelecido na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, Bairro Eldorado, no Município de Chapecó/SC, resolvem da melhor maneira aditar o contrato administrativo nº 89/2016.

Considerando o contrato administrativo nº 89/2016 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de dezembro de 2016, proveniente do Processo Licitatório nº 158/2016 e Pregão Presencial nº 125/2016, em que consta como objeto AQUISIÇÃO DE 01(UMA) RETROESCAVADEIRA NOVA, ANO E MODELO 2016, TRAÇÃO 4X4, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 835646/2016, PROCESSO Nº 2623.1034216-44/2016, MINISTERIO DA AGRICULTURA/UNIÃO FEDERAL.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
01	01	UND	Retroescavadeira Marca Randon, modelo RD 406, advanced, nova, ano e modelo 2016, tração 4x4, com potência 110 HP, Cabine fechada com ar condicionado, caçamba da retroescavadeira com dentes e capacidade de 0.25m³, caçamba da carregadeira com capacidade de 1.00m³, força de desagregação da carregadeira de 8.922 KGF e peso operacional de 7.010km.	184.500,00	184.500,00
TOTAL GERAL					184.500,00

#### Cláusula Primeira- DO PRAZO:

Ao presente contrato fica prorrogado a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado o dia 31 de março de 2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 29 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Pavimaquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda  
Contratado

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
Karine Epping  
CPF: 009.815.549-03

\_\_\_\_\_  
Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

Edital de Pregão Presencial nº 06/2017

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição Peças destinadas para o conserto e manutenção da MÁQUINA ESCAVADEIRA R160 HYUNDAI E VEÍCULO VOYAGE PLACA 7638 E VEÍCULO GRAND SIENA 1.6 FIAT, DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 8h do dia 06 de fevereiro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 25 de janeiro de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2017

Edital de Pregão Presencial nº 07/2017

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Contratação de Companhia seguradora para Caminhões, Veículos Tipo Van e demais veículos pertencentes ao Município de Tunápolis/SC conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 9h30min do dia 06/02/2017. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 25 de janeiro de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

**PROCESSO 007/2017 PR 006/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017  
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços, objetivando futura e eventual Aquisição de MATERIAL ESCOLAR, para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Observação: Em virtude de erro na descrição do objeto licitado, a presente licitação esta sendo republicada com nova data de abertura e julgamento das propostas.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 07 de Fevereiro 2017 às 14:30 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 18 de Janeiro de 2017.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
PREFEITA MUNICIPAL

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 2765

DECRETO Nº. 2.765/2017, de 02 de Janeiro de 2017.  
SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### DECRETA:

Art. 1º. – Ficam designados os servidores Almir Schmitz, Vilson dos Anjos e André Luiz Preis Domingos, para integrarem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que procederá ao recebimento, a abertura o julgamento dos Processos de Licitação que envolve a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e Fundos Municipais, nas modalidades de Tomada de Preço, Carta Convite e Pregão Presencial.

Art. 2º. – A comissão nomeada pelo presente ato, exercerá seu mandato até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 02 de Janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, nesta Secretaria e nos locais de costume em 02 de Janeiro de 2017.

### DECRETO Nº. 2766

DECRETO Nº. 2.766/2017 de 02 de Janeiro de 2017.  
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeados os senhores Almir Schmitz, João Schmitz, Vilson dos Anjos, Atenor José Lotério e Eduardo Thechrin, para em comissão e sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, encarregada de proceder ao recebimento, a abertura o julgamento dos Processos de Licitação, que envolvem a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e Fundos Municipais, na modalidade de Concorrência Pública e Leilão.

Art. 2º. – A comissão nomeada pelo presente ato, exercerá seu mandato até 31 de dezembro de 2017.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 02 de Janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, nesta Secretaria e nos locais de costume em 02 de Janeiro de 2017

### DECRETO Nº. 2767

DECRETO Nº. 2.767/2016, de 02 de janeiro de 2017  
NOMEIA GESTORES DA PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeados o Senhor LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal e o Senhor EDUARDO THECHRIN, Oficial Administrativo, Responsável pela Tesouraria, como Gestores da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, CNPJ 83.102.376/0001-34, Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 14.164.340/0001-62, Fundo Municipal da Infância e Adolescência, CNPJ 19.098.312/0001-08, Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ 14.567.169/0001-32 dando-lhes poderes para abrir contas correntes, emitir cheques, movimentar contas correntes, efetuar Pagamentos e transferências por qualquer meio, encerrar contas de depósitos, utilizar crédito aberto, assinar instrumento de crédito, assinar propostas de empréstimos e assinar contratos de abertura de crédito. Assinam em conjunto os senhores LAÉRCIO DA CRUZ e EDUARDO THECHRIN.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 02 de janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 2768

DECRETO Nº. 2.768/2016, de 11 de janeiro de 2017  
NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA CONFERENCIA E AUTENTICAÇÃO EM DOCUMENTOS DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### DECRETA:

Art. 1º. – Ficam nomeados o Senhor EDUARDO THECHRIN, Oficial Administrativo, e a Senhora ADRIANA RECH KAMMERS, Oficial Administrativo, responsáveis pela Conferência e Autenticação em Documentos de Processos Licitatórios do Município de Vidal Ramos.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 11 de janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**EDITAL LEILÃO PÚBLICO Nº. 06/2017 - ALIENAÇÃO NISSAN**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO Nº. 06/2017

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação nº. 06/2017, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

ITEM 01 - Um veículo PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC. NISSAN/GRAND LIVINA 18S, 7P/126CV, COR PRATA, ANO 2011 MODELO 2012, ALCOOL/GASOLINA, CHASSI 94DJBVL10CJ989296. PLACA MLC 5669.

O interessado deverá se cadastrar até as 09h30min do dia 10/02/2017 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderá ser obtida junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 23 de janeiro de 2017. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

**EDITAL LEILÃO PÚBLICO Nº. 13/2017 - ALIENAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO Nº. 13/2017

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação nº. 13/2017, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

ITEM 01 - Um veículo PAS/AUTOMOVEL VW/GOL 1.0 ANO 2005 MODELO 2006, CHASSI 9BWCA05W86T063688, PLACA MAX 7718, COR BRANCA.

ITEM 02 - Um veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, M.BENZ/L 1113, 19,00T/130CV, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 34401412678930, ANO E MODELO 1985, PLACA MBE 4438.

ITEM 03 - Um Veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, FORD/F4000 4X4, 6.80T/120CV, COR BRANCA, ANO E MODELO 2011, DIESEL, CHASSI 9BFLF4998BB088412.

O interessado deverá se cadastrar até as 09h00min do dia 10/02/2017 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderá ser obtida junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 23 de janeiro de 2017. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

**LEI Nº. 1943**

LEI Nº. 1.943/2017, de 10 de Janeiro de 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no Artigo 65, inciso XXV, combinado com o Artigo 117, da Lei Orgânica Municipal;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, “a alienar” através de Leilão Público, os seguintes equipamentos rodoviários usados da municipalidade.

- Um veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, M.BENZ/L 1113,

19,00T/130CV, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 34401412678930, ANO E MODELO 1985, PLACA MBE 4438.

- Um veículo PAS/AUTOMOVEL/NÃO APLIC. NISSAN/GRAND LIVINA 18S, 7P/126CV, COR PRATA, ANO 2011 MODELO 2012, ALCOOL/GASOLINA, CHASSI 94DJBVL10CJ989296.

- Um Veículo CAR/CAMINHÃO/BASCULANTE, FORD/F4000 4X4, 6.80T/120CV, COR BRANCA, ANO E MODELO 2011, DIESEL, CHASSI 9BFLF4998BB088412.

Art. 2º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 10 de Janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria e nos locais de costume em 10 de Janeiro de 2017.

**LEI Nº. 1944**

LEI Nº 1.944/2017, de 10 de Janeiro de 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR RURAL DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica o poder executivo municipal autorizado nos termos desta Lei, a Firmar Termo de Convênio ou Contrato objetivando o repasse de recursos financeiros à Fundação Médico Assistencial ao Trabalhador Rural de Vidal Ramos para a prestação de serviços de urgência, emergência, suturas, curativos, internações e Plantão Médico.

Parágrafo Único – A Subvenção Social de que trata o “caput” deste artigo poderá ser repassada mensalmente pelo Fundo Municipal de Saúde no período de Janeiro de 2017 a Dezembro de 2020.

Art. 2º. – As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para cada respectivo exercício financeiro.

Art. 3º. – O valor do repasse será de no máximo 8% da Receita Corrente do Município do mês anterior ao repasse.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 10 de janeiro de 2017.

LAÉRCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria e nos locais de costume em 10 de Janeiro de 2017.

**PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2017 -  
CONSORCIO CAMINHÃO MIM**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Contratação de empresa para Conserto, Chapeação e Pintura e fornecimento de peças e mão de obra para consertar Veículo caminhão Volvo VM 260 placa MIM 9683.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 14/2017, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 07 de fevereiro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09h00min do dia 07 de fevereiro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 24 de janeiro de 2017

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2017 -  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS**

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 15/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 15/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, A SEREM PRESTADOS DE FORMA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O SURGIMENTO DA NECESSIDADE DE APOIO DO REFERIDO EQUIPAMENTO NOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DO DMER, A ESCAVADEIRA HIDRAULICA DIMENSÃO MÍNIMO DE 13.000 KG, 15.000 KG e 17.000 KG. NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2017.

OBS: O equipamento deverá ser disponibilizado em prazo imediato após emissão de requisição por parte do setor competente da prefeitura, sendo que o serviço deverá ser executado nas diversas localidades do território municipal.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 15/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 07 de fevereiro de 2017, às 14:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 24 de janeiro de 2017. – Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13.712/17

DECRETO Nº 13.712/17, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Cria Grupo de Trabalho para apresentar Plano de Aumento da Capacidade Tributária Ativa, na forma que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX e XIX da Lei Orgânica do Município de Videira, a legislação em vigor,

CONSIDERANDO que a capacidade tributária ativa diz respeito à exigência como um todo do tributo, ou seja, à capacidade de arrecadar, administrar e fiscalizar;

CONSIDERANDO a grave crise financeira pela qual vem passando o país e que afeta sobremaneira a arrecadação dos Entes Públicos;

CONSIDERANDO que esta diminuição da arrecadação impacta na qualidade dos serviços públicos prestados;

CONSIDERANDO, por fim, o princípio da eficiência previsto no caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pelo qual o Poder Público deve perseguir seus objetivos, por meio de medidas com melhor custo-benefício, dada a escassez de recursos;

### DECRETA

Art. 1.º Fica criado Grupo de Trabalho para apresentar Plano de Aumento de Arrecadação, no prazo de 30 (trinta) dias, composto por integrantes da Secretaria Municipal de Finanças e da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único - Os integrantes do Grupo de Trabalho serão indicados pelos Titulares das Pastas Municipais, em até 10 (dez) dias da data da publicação deste Decreto, em número de até 2 (dois) de cada Órgão.

Art. 2.º Ficam proibidas quaisquer medidas com base em aumento de alíquotas.

Parágrafo único - O Grupo de Trabalho deve propor sugestões de aumento da base contributiva, revisão de incentivos fiscais, formalização de atividades econômicas, Refis, ferramentas alternativas para busca de passivo e buscar maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva, dentre outros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.727/17

DECRETO Nº 13.727/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Gestor e Tesoureiro do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 16 da Lei Municipal nº 162/96,

### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeadas, como Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, ROSEMARY PINTO DA SILVA NETO e, como Tesoureira, CLEMIR BERTOTTO ERDMANN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11088/14.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.728/17

DECRETO Nº 13.728/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Gestor e Tesoureiro do Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 80/92,

### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeadas, como Gestora do Fundo Municipal de Saúde, RAQUELITA DALLA CORTE CANTARELLI e, como Tesoureira, CLEMIR BERTOTTO ERDMANN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 10054/12.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.729/17**

DECRETO Nº 13.729/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 336.772,31 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.080 – Manutenção do CRAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003501 – Aplicações Diretas	9.444,08
4.4.90.00.00.00.00.00.03.6500.006511 – Aplicações Diretas	19.850,79
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.081 – Manutenção de Serviços de Convivência	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003502 – Aplicações Diretas	37.932,62
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.082 – Assistência a Pessoas com Deficiências	
3.3.50.00.00.00.00.00.03.0035.003522 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	8.718,20
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.083 – Manutenção do CREAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003520 – Aplicações Diretas	35.068,87
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003521 – Aplicações Diretas	26.590,96
3.3.90.00.00.00.00.00.03.6500.006531 – Aplicações Diretas	64,35
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.084 – Manutenção da Casa Lar	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0286.000000 – Aplicações Diretas	11.107,91
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003540 – Aplicações Diretas	30.811,39
16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.086 – Manutenção do FMAIS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500.000000 – Aplicações Diretas	34.951,06
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003560 – Aplicações Diretas	11.073,22
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003561 – Aplicações Diretas	9.643,72
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003580 – Aplicações Diretas	714,73
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003581 – Aplicações Diretas	91.600,41
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0518.000000 – Aplicações Diretas	9.200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO

R\$ 336.772,31

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.730/17**

DECRETO Nº 13.730/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 16.899,24 (dezesseis mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

17 – Fundo Mun. Direitos da Criança e do Adolescente	
01 – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	
2.075 – Manutenção do Fundo da Criança e Adolescência	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0009.0 Aplicações Diretas	12.706,43
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0512.0 Aplicações Diretas	4.192,81
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	
16.899,24	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.731/17**

DECRETO Nº 13.731/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Fundação Municipal de Esportes de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 17.792,47(dezesete mil, setecentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

18 – Fundação Municipal de Esportes - FMEV	
01 – Fundação Municipal de Esportes	
2.076 – Manutenção da Fundação de Esportes	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0378.0 Aplicações Diretas	17.792,47
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>17.792,47</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.732/17**

DECRETO Nº 13.732/17, DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16, de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 568.158,39 (Quinhentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.063 – Atenção Básica	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.10 – Aplicações Diretas	64.520,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.11 – Aplicações Diretas	4.460,00
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0064.12 – Aplicações Diretas	73.008,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0164.10 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	20.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.17 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas	5.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	6.000,00

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.066 – Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.15 – Aplicações Diretas	10.170,39
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.067 – Programa DST/AIDS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	10.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13 – Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0 – Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	568.158,39

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.733/17

DECRETO Nº 13.733/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
01 – Administração	
2.009 – Manutenção Secretaria de Administração	
3.3.93.00.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	17.400,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	17.400,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.734/17**

DECRETO Nº 13.734/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Chefe do Setor de Transportes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ROGÉRIO ANTONIO PEZZINI, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Transportes, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.735/17**

DECRETO Nº 13.735/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Define o rol dos Feriados e Pontos Facultativos do ano de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 830/2001 e alterações,

**DECRETA**

Art. 1º O rol dos feriados, nos termos da legislação vigente, no curso do ano de 2017, fica assim constituído:

I – 27 de fevereiro - Dia do Município – segunda-feira (antecipado de acordo com o disposto no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 830/01);

II – 14 de abril – Paixão de Cristo – sexta-feira;

III - 21 de abril - Tiradentes – sexta-feira;

IV - 1º de maio - Dia do Trabalho – segunda-feira;

V – 15 de junho – Corpus Christi – quinta-feira;

VI - 07 de setembro - Independência do Brasil – quinta-feira;

VII - 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida – quinta-feira;

VIII - 02 de novembro - Finados - quinta-feira;

IX - 15 de novembro - Proclamação da República – quarta-feira;

X - 8 de dezembro - Dia da Imaculada Conceição – sexta-feira;

XI - 25 de dezembro - Natal – segunda-feira.

Art. 2º Os pontos facultativos, durante o ano de 2017, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

I – 28 de fevereiro – carnaval - terça-feira;

II – 01 de março – Quarta-feira de Cinzas (até as 13:30h) – quarta-feira;

III - 15 de outubro – domingo (comemoração do "Dia do Professor", exclusivo para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Videira – Lei Complementar nº 130/12);

IV - 28 de outubro – sábado (comemoração do "Dia do Servidor", exceto para o magistério público municipal, conforme art. 313 do Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar nº 129/12);

V - 24 de dezembro – véspera de Natal – domingo;

VI - 31 de dezembro – véspera de Ano Novo – domingo.

Art. 3º Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.736/17**

DECRETO Nº 13.736/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.350/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 705/2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.350/16, que nomeou LORECI MENDES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.737/17**

DECRETO Nº 13.737/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.

Nomeia Assessor de Almoxarifado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FERNANDA SCHULTZ, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Almoxarifado, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2017.

Videira, 17 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.739/17

DECRETO Nº 13.739/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2016.  
Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA KEILA CARELLE ORSO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 13.740/17

DECRETO Nº 13.740/17, DE 17 DE JANEIRO DE 2016.  
Altera o art. 12 do Decreto nº 12.275/15, que dispõe sobre a regulamentação do Sistema Rotativo de Estacionamento em ruas, vias e logradouros públicos no Município de Videira, instituído pela Lei nº 931/01 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Comunicação Interna CI/ORTRAVI nº 011/2017.  
DECRETA

Art. 1º Altera o art. 12 do Decreto nº 12.275/15, que dispõe sobre a regulamentação do Sistema Rotativo de Estacionamento em ruas, vias e logradouros públicos no Município de Videira, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12(...)   
Zona Azul

INDICAÇÃO	VIA/ LOGRADOURO	TRECHO
1-A	Rua Saul Brandalise	Da Avenida Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos
2-A	Avenida Dom Pedro II	Da Rua Brasil até entroncamento com a Rua Benjamin Grazziotin
3-A	Rua Pedro Andreazza	Toda a Extensão
4-A	Rua Coronel Alberto Schmidt	Toda a Extensão
5-A	Rua XV de Novembro	Da Rua Bom Sucesso até o entroncamento com a Rua Marechal Floriano Peixoto
6-A	Rua Benjamin Grazziotin	Toda a Extensão
7-A	Rua Padre Anchieta	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Victor Meirelles
8-A	Rua Brasil	Da Avenida Dom Pedro II e até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes
9-A	Rua Oswaldo Cruz	Da Rua Brasil até o nº 109
10-A	Avenida Antônio Nico Fávero	Da Travessa Nestor Fernandes até a Praça Nereu Ramos
11-A	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com Rua Veneriano dos Passos
12-A	Rua Santa Catarina	Toda a Extensão
13-A	Rua 7 de Setembro	Toda a Extensão
14-A	Rua Duque de Caxias	Toda a Extensão
15-A	Rua Bom Sucesso	Toda a Extensão
16-A	Rua Nicolau Cavan	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Ponte Cezar Carelli
17-A	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua Santa Catarina até o entroncamento com a Rua Duque de Caxias
18-A	Rua Coronel Fagundes	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Arlindo de Mattos

#### Zona Verde

INDICAÇÃO	VIA/ LOGRADOURO	TRECHO
1-V	Rua Veneriano dos Passos	Toda a Extensão
2-V	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Santa Catarina e da Rua Duque de Caxias até o entroncamento com a Rua Bom Sucesso
3-V	Rua Bulcão Viana	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Brasil Viana
4-V	Rua Lauro Muller	Toda a Extensão
5-V	Rua Alberto Zoller	Da Rua Lauro Muller até o entroncamento com a Avenida Manoel Roque
6-V	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Veneriano dos Passos até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes

(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de janeiro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.741/17**

DECRETO Nº 13.741/17, DE 18 DE JANEIRO DE 2017.

Exonera, a pedido, Assessor de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 767/2017

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 18 de janeiro de 2017, LUCIANO CAMAROTO, do cargo comissionado de Assessor de Licitações, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 13.682/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 13.744/17**

DECRETO Nº 13.744/17, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo de Assistência Médica dos Servidores Públicos Municipais de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

19 – Fundo de Assistência Médica - FASM	
01 – Fundo de Assistência Médica dos Servidores	
2.077 – Manutenção do Fundo de Assistência Médica dos Servidores	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0287.0 – Aplicações Diretas	1.500.000,00
<b>TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES</b>	<b>1.500.000,00</b>

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 002/17**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. TATIANE LUCAS PONTEL	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	13.707/17, DE 10/01/2017
2. MONICA GRANDO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	13.708/17, DE 10/01/2017
3. KACIA ROMUALDO DE MATTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II	13.709/17, DE 10/01/2017

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 005/2017**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2017

GENTIL GAEDKE, Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100, da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 5º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e no item "c", do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADIR LAGOS	219.772.599-87	8.193/2016	18/01/2017
ADRIANA DE CASTRO	004.863.909-50	9.451/2016	18/01/2017
ALCIDES BARONCELLO	194.713.009-91	15.163/2016	18/01/2017
ANA FABIOLA FACCHIN	539.154.029-15	13.556/2016	18/01/2017
ANA JULIA REFEIÇÕES LTDA ME	13.225.914/0001-00	17.063/2016	18/01/2017
ANTONIO CARLOS MORAIS	542.804.199-49	13.668/2016	18/01/2017
BLACK WHITE GESSO LTDA ME	02.267.282/0001-13	15.249/2016	18/01/2017
CLAYTON DE ALMEIDA FABRICIO	039.711.239-45	2.450/2016	18/01/2017
CLEDSON IVAN ROSALINO ME	07.658.430/0001-44	15.190/2015	18/01/2017
DELICIO LUIS ORTIGARA	346.640.179-87	17.561/2016	18/01/2017
DIVONIR RIGO	893.425.699-00	15.616/2016	18/01/2017
EDSON LUIZ BALENA	765.780.629-04	11.556/2016	18/01/2017
EURICO MARCELO BATISTA	052.453.289-33	15.767/2015	18/01/2017
GERALDO RISSARDI	296.595.589-53	15.047/2016	18/01/2017
GILBERTO PERAZZOLI	423.299.659-15	7.855/2016	18/01/2017
GLOBAL FERTILIZANTES LTDA ME	10.948.048/0001-80	4.520/2016	18/01/2017
HILÁRIO OLIVEIRA CUSTODIO	653.469.639-87	2.446/2014	18/01/2017
IARASSI MARIA KLEBER DA SILVA CORREA COUTO	867.373.689-72	12.393/2015	18/01/2017
ILARIO LUIZ BALDISSERA	304.852.319-72	7.638/2016	18/01/2017
INSTALADORA KOHLER LTDA	11.291.553/0001-67	14.548/2016	18/01/2017
IRACI DA ROSA MARTINS	007.244.729-08	7.527/2016	18/01/2017
IVESUL COMÉRCIO EQUIPAMENTO SEGURANÇA LTDA ME	03.212.375/0001-03	712/2016	18/01/2017
JANIR VANDERLEI DAL PIZZOL	695.156.469-87	11.960/2016	18/01/2017
JAQUELINE FERREIRA	864.066.639-34	12.693/2016	18/01/2017
JOCELIA DE FATIMA RODRIGUES MACHADO	384.803.019-53	9.676/2016	18/01/2017
JOCEMAR GAIO	067.938.209-74	12.827/2016	18/01/2017
JUCELA COMERLATO SCHIEVELBEIN	017.787.299-32	13.568/2016	18/01/2017
JULIANO PEREIRA	048.814.539-20	15.375/2016	18/01/2017
LAURO DUARTE NETO	044.862.899-60	9.617/2016	18/01/2017
LEANDRO BURATTO ME	11.138.581/0001-49	22.155/2015	18/01/2017
LEONARDO ALVES DOS SANTOS	16.633.291/0001-95	10.503/2016	18/01/2017
LIDIO FERRONATO	030.169.109-69	7.196/2016	18/01/2017
MARCIA DIONICE GAIO BANDT	026.343.249-10	16.976/2016	18/01/2017
MARLI JUSTINA ANCIUTTI CORDEIRO	656.748.719-49	9.704/2016	18/01/2017
MIRASSU JORGE KLEBER DA SILVA	194.745.399-87	15.752/2016	18/01/2017
OSVALDO FIORELLI	347.521.969-72	21.576/2015	18/01/2017
PANIFICADORA E CONFEITARIA DP ROSSI LTDA	02.384.622/0001-96	6.239/2016	18/01/2017
RAFAEL ANTONIO CORDEIRO ME	22.390.202/0001-20	11.691/2016	18/01/2017
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS FERRAU LTDA ME	79.493.169/0001-80	5.010/2016	18/01/2017
RICARDO LOCATELLI	786.027.349-72	8.719/2016	18/01/2017
SIRLEI ANGELA RISSARDI	026.512.319-40	17.565/2016	18/01/2017
SIRLEI TEREZINHA DE OLIVEIRA	625.339.679-04	14.930/2016	18/01/2017
VALDECIR JOSE BIACHI	606.866.429-53	11.890/2016	18/01/2017
VILMAR DOMINGOS DA FONSECA	753.802.939-72	13.353/2016	18/01/2017
ZENO SILVA DE LIMA	746.029.189-72	4.930/2016	18/01/2017

Para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira/SC, 19 de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Finanças

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0168/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0168/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IRACI PAZ MAURÍCIO  
CPF: 384.869.119-15  
VIGÊNCIA: de 03 de março de 2016 até 31 de dezembro de 2017  
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0212/16**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0212/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANAIR PELENTIR  
CPF: 296.716.479-87  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2016 até 30 de junho de 2017  
LOCAL: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0267/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DEBORA JUSMEIA VOLFE  
CPF: 043.822.599-67  
VIGÊNCIA: de 14 de maio de 2015 até 28 de fevereiro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0408/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0408/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: VANESSA RIBEIRO SILVEIRA  
CPF: 061.104.929-57  
VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2015 até 28 de fevereiro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0442/15**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0442/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: SIRLEI THIBES  
CPF: 425.780.519-68  
VIGÊNCIA: de 23 de setembro de 2015 até 28 de fevereiro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**PORTARIA Nº 0007/17**

PORTARIA nº 0007/17  
Designa Mário Pedro Fontanella para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar MÁRIO PEDRO FONTANELLA, Procurador Municipal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe da Comissão de sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Videira, 05 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0048/17**

PORTARIA nº 0048/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01 e no Processo Administrativo nº 622/2017,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores MARCELO PERIN, ALTIVIR DENARDI, LAURI PIGOZZO E ISRAEL RIBEIRO ALVES para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0801/14.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0049/17**

PORTARIA nº 0049/17

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 39 e 40, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido na Comunicação Interna nº 01/2017, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, bem como, no Memorando nº 10/2017 e documentos anexos;

**RESOLVE**

Art. 1º Remover, a partir de 1º de fevereiro de 2017, o servidor IVANOR LUCAS DE MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Finanças para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2017.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0050/17**

PORTARIA nº 0050/17

Designa servidores para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 64, §2º, II, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 623/2017;

Considerando a recente mudança da Administração Municipal, com a consequente reestruturação das Chefias Imediatas,

RESOLVE

Art. 1º Designar os seguintes servidores para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, a fim de realizarem as avaliações dos servidores pertencentes à Secretaria Municipal de Infraestrutura:

I – Marcelo Perin- ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, com exercício desde 01/09/2008;

II – Antonio Giazoni – ocupante do cargo de provimento efetivo de Torneiro Mecânico, com exercício desde 16/04/1990;

III – Gustavo Schenato – ocupante do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, com exercício desde 10/07/1985.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0051/17**

PORTARIA nº 0051/17

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 005/17DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ELAINE APARECIDA BARBOZA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 12 de janeiro de 2017 até 11 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2017.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

#### **PORTARIA Nº 0052/17**

PORTARIA nº 0052/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01; e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 303/2017,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ALINE FRANCO CRUZ, DIRCEU DUTRA, DOUGLAS ALEXANDRE GAIO, EDERSON BUENO, EDUARDO SOCHA FRANCO, LUCIMAR SALETE VINCENZI, SARINE PARAVISI e TANIA REGINA CESCO, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0273/15.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0053/17**

PORTARIA nº 0053/17

Revoga a Portaria nº 004/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 004/17, que designa SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretora do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 17 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0054/17**

PORTARIA nº 0054/17

Designa servidores para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 64, §2º, II, da Lei Complementar nº 129/12;

Considerando a recente mudança da Administração Municipal, com a consequente reestruturação das Chefias Imediatas,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os seguintes servidores para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, a fim de realizarem as avaliações dos servidores pertencentes à Secretaria Municipal de Administração:

I – Adriano Zuffo- ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Sistemas, com exercício desde 02/09/2008;

II – Dionisio Robaskewicz Neto – ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, com exercício desde 05/11/2007;

III – Karolina Borsatti – ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, com exercício desde 09/07/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0055/17**

PORTARIA nº 0055/17

Designa Rose Maria Baldo Pereira para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar ROSE MARIA BALDO PEREIRA, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Regulação, Controle e Avaliação, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0056/17**

PORTARIA nº 0056/17

Designa Jislei Neiva Tonetta Borga para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar JISLEI NEIVA TONETTA BORG, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0057/17**

PORTARIA nº 0057/17

Designa Marinilce Dal Pizzol para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar MARINILCE DAL PIZZOL, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0058/17**

PORTARIA nº 0058/17

Designa Camila Strapazzon para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

**RESOLVE**

Designar CAMILA STRAPAZZON, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Videira, 18 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**PORTARIA Nº 0059/17**

PORTARIA Nº 0059/17

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00035/15-9, nos assentos funcionais da servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, detentora da matrícula funcional nº 2005, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 22.030/2016,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, IEDA MARIA CESCO MIOZZO, detentor da matrícula funcional nº 2005 e do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 06 (seis) anos, 08 (oito) meses e 04 (quatro) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00035/15-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0001/17.

Videira, 19 de janeiro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de janeiro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**ANEXO V - CONTROLE DE GASTOS COM EDUCAÇÃO 12 2016**

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS DEZEMBRO/2016**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	6.577.263,15
1.2 - ITBI	1.986.152,07
1.3 - ISS	10.729.570,68
1.5 - IRRF	3.111.905,92
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	625.965,07
1.7 - Multas e Juros de Impostos	556.353,67
<b>1.8 SOMA</b>	<b>23.587.210,56</b>
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	24.059.889,99
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	153.155,76
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	38.304.916,17
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	548.633,52
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	31.713,73
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	7.017.918,79
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>70.116.227,96</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>93.703.438,52</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	23.425.859,63
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	21.649.537,83
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	273.463,10
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	314.657,73
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	2.100.636,19
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	107.481,31
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	636.214,27
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	1.914.089,05
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	77.259,77

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	23.425.859,63	37.293.480,55	13.867.620,92
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		20.014.213,77	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		17.279.266,78	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	<b>21.923.000,93</b>	<b>21.461.919,13</b>	<b>-461.081,80</b>
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	13.153.800,56	19.453.434,57	6.299.634,01
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	8.769.200,37	2.008.484,56	-6.760.715,81
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.844.331,77	2.426.880,30	-417.451,47
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	1.991.348,82	1.779.600,06	-211.748,76

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	<b>31,02%</b>	6,02%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	88,74%	28,74%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	9,16%	-31,24%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	21.649.537,83	13.692.534,80	7.957.003,03

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 31 de dezembro de 2016.

Maria Angélica Vanz  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberta Aparecida Martinez  
Secretária Municipal de Educação

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RGF - ANEXO 1**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	936.153,95	0,00
Pessoal Ativo	916.140,83	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	20.013,12	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	23.427,08	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	23.427,08	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>912.726,87</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	158.532.980,06	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>912.726,87</b>	<b>0,58</b>
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.511.978,80	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.036.379,86	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	8.560.780,92	5,40

FONTE:

**RGF - ANEXO 2**

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2016**

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>15.234,23</b>	<b>184.314,59</b>	<b>328.443,10</b>	<b>42.950,94</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.234,23	184.314,59	328.443,10	43.303,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	352,73
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-15.234,23</b>	<b>-184.314,59</b>	<b>-328.443,10</b>	<b>-42.950,94</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>				
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>				<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	4.825,99	14.647,95	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.234,23	69.383,63	42.239,75	42.950,94

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**RGF - ANEXO 3**

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>				
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**RGF - ANEXO 4**

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

## RGF - ANEXO 5

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(c)					
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	43.303,67	0,00	352,73	0,00	0,00	42.950,94	42.950,94	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	43.303,67	0,00	352,73	0,00	0,00	42.950,94	42.950,94	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	43.303,67	0,00	352,73	0,00	0,00	42.950,94	42.950,94	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

**RGF - ANEXO 6**

**MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 3º Quadrimestre de 2016**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	158.532.980,06	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	912.726,87	0,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.511.978,80	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.036.379,86	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-42.950,94	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.877.255,61	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	25.365.276,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	11.097.308,60	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	42.950,94	42.950,94

FONTE:

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 018/2017**

PORTARIANº. 018/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALTAIR SABEL

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 066/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 066/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

**PORTARIA Nº 019/2017**

PORTARIANº. 019/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: CELIO MELO DE JESUS

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 067/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 067/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

**PORTARIA Nº 020/2017**

PORTARIANº. 020/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: EDSON STEUCK

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 068/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 068/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

**PORTARIA Nº 021/2017**

PORTARIANº. 021/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: FRANCISCO DECARLI

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 069/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial

a Portaria nº 069/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### **PORTARIA Nº 022/2017**

PORTARIANº. 022/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: HERCILIO FOSSA

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 070/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 070/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### **PORTARIA Nº 023/2017**

PORTARIANº. 023/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCIO SALVADOR

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 071/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto

nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 071/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### **PORTARIA Nº 024/2017**

PORTARIANº. 024/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARCELINO ALBERTON

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 072/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 072/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### **PORTARIA Nº 025/2017**

PORTARIANº. 025/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ARIN LUTKE

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 083/2013, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à

publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 083/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

#### **PORTARIA Nº 026/2017**

PORTARIANº. 026/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: RUDINEI KOEHLER  
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 027/2016, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 027/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

#### **PORTARIA Nº 027/2017**

PORTARIANº. 027/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: TEILOR PETERSEN  
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 161/2016, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 161/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE JANEIRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AM 042/2017

DECRETO Nº AM 042/2017

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a convocação da servidora pública municipal Andréa Ferraz de Oliveira para assumir o cargo de técnica de enfermagem do Concurso Público Municipal nº 001/2015;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a servidora pública municipal senhora Andréa Ferraz de Oliveira, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC, portadora da CI sob o nº 3.208.406 e CPF sob nº 023.446.229-93, nomeada pelo Decreto nº BLB 016/2011, de 11.01.2011, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº AM 043/2017

DECRETO Nº AM 043/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem, no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/15;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ANDRÉA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 023.446.229-93, portadora da Cédula de Identidade nº 3208406, expedida pela SSP/SC, COREN/SC nº 001.166.981, para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Ficam mantidas as prerrogativas de admissão no serviço público municipal a data de 11 de janeiro de 2011 e a de nomeação no cargo de técnica em enfermagem a data de 24 de janeiro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 24 de janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 039/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 039/2017

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77.,

#### RESOLVE

CONCEDER 90(noventa) dias de férias a partir de 23.01.2017 a 22.04.2017 ao Servidor Público Municipal o Sr. AMARILDO BADAIA, brasileiro, convivente, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador da CI nº 3.208.639 e CPF nº 023.288.749-75, nomeado conforme Decreto nº EB 028/08 no cargo de Motorista, com 40(quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 23.01.2017, as férias refere-se aos períodos abaixo especificados:

11.02.2014 a 10.02.2015 - 30 dias

11.02.2015 a 10.02.2016 - 30 dias

11.02.2016 a 10.02.2017 - 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 23 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 040/2017

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77.

#### RESOLVE

CONCEDER férias a partir de 24.01.2017 a 22.02.2017 ao Servidor Público Municipal Sr. LEANDRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 4.525.687 e CPF n.º 053.838.509-02, nomeado conforme Decreto nº EB 017/08 no Cargo de EDUCADOR SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal

do Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento datado de 24.01.2017, as férias refere-se ao período de 07.02.2016 a 06.02.2017.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 24 de Janeiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## CÂMARA MUNICIPAL

### R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2016 ANEXO6



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	17.842.115,11	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	411.887,44	2,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.070.526,91	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.017.000,56	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.925.265,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.854.738,42	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.248.948,06	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2016

Elizandra Fátima Granoski  
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Claudi Babinski  
Presidente da Camara

# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 003/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato. N°. 003/2017

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO NA RUA AQUILES BIASOTTO, BAIRRO GUARANI, MUNICÍPIO DE XAXIM, ANTIGO CAMPUS UNOCHAPECÓ.

Valor: R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais)ano.

Dotações: 2.022 – 9 – Manutenção das Atividades Administrativas

2.024 – 31 – Manutenção do Ensino Fundamental

2.025 – 41 – Manutenção do Ensino Infantil

2.063 – 13 – IGD – PBF

2.066 – 16 – Bloco de Proteção Social Básica

2.041 – 7 – Manutenção das Atividades da Saúde

Licitação: Processo Licitatório n° 006/2017 – Dispensa de Licitação p/ Locação de Imóvel n° 004/2017

Xaxim/SC, 20 de Janeiro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato. N°. 004/2017

Contratante: Município de Xaxim

Contratado: CIVIL ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES LTDA ME

Objeto: REFORMA E READEQUAÇÃO DE ESPAÇO INTERNO DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO.

Valor: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais)

Dotações: 2.022 - 12 - Manutenção das Atividades Administrativas

Licitação: Processo Licitatório n° 007/2017 – Dispensa de Licitação p/ Obras e Serviços de Engenharia n° 005/2017

Xaxim/SC, 20 de Janeiro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

# Zortéa

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 002/2017 - EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTAO PUBLICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE ZORTÉA, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Licitações, torna público que será realizada no dia 03 de fevereiro de 2017, as 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Zortéa (SC), na Rua Otaviano Franceschi, 53, Centro, Zortéa (SC), licitação na modalidade Pregão Presencial, para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos.

Informações e retirada do edital e seus anexos poderão ser realizadas na Prefeitura de Zortéa (SC), na Rua Otaviano Franceschi, 53, Centro, Zortéa (SC) a partir do dia 24 janeiro de 2017, no horário de expediente.

Dúvidas e esclarecimentos poderão ser dirigidos a Comissão de Licitações no mesmo endereço ou pelo telefone (49) 3557-2019.

Zortéa - SC, 24 de janeiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE ZORTÉA, Estado de Santa Catarina, através da Comissão de Licitações, torna público que será realizada no dia 03 de fevereiro de 2017, as 13:30 horas, na Câmara Municipal de Zortéa (SC), na Rua Otaviano Franceschi, 53, Centro, Zortéa (SC), licitação na modalidade Pregão Presencial, para a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos.

Informações e retirada do edital e seus anexos poderão ser realizadas na Câmara de Vereadores de Zortéa (SC), na Rua Otaviano Franceschi, 53, Centro, Zortéa (SC) a partir do dia 24 janeiro de 2017, no horário de expediente.

Dúvidas e esclarecimentos poderão ser dirigidos a Comissão de Licitações no mesmo endereço ou pelo telefone (49) 3557-0011.

Zortéa, 24 de janeiro de 2017.

Claudemir Fabiano

Presidente da Câmara Municipal

# Associações

## AMERIOS

### RESOLUÇÃO N. 001/2017 - AMERIOS - REAJUSE EMPREGADOS

Resolução nº 001/2017 Maravilha (SC), 13 de janeiro de 2017.  
Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados (as) da AMERIOS a partir de primeiro de janeiro de 2017 e dá outras providências.

Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere os incisos II e VI, art. 27 do Estatuto Social

#### RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o salário dos empregados (as) da AMERIOS a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme reajuste do salário mínimo (índice 6,47727%) para:

I – Assessora Administrativa e Financeira, Fabiane Galera – 20 h/semanais, sendo: R\$ 4.216,50 (Quatro mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos);

II– Assessoras em Engenharia Civil, sendo: Engenheira Carline Joice Hackenhaar, Engenheiro Rafael Cassol Basso, Engenheira Leandra Fachini Boita, Sindicato CREA, ou seja: R\$ 8.433,00 (Oito mil, quatrocentos e trinta e três reais);

III- Assessoria em Arquitetura e Urbanismo, sendo a Arquiteta Marlize Cristiane Todeskatto, 40h/semanais - sindicato CAU/SC, ou seja, R\$ 8.433,00 (Oito mil, quatrocentos e trinta e três reais);

IV – Engenheiro Elétrico, Sr. Glauber Sartori Gandolfi - 30h/semanais: SINDICATO DO CREA, R\$ 5.622,00 (Cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais);

V – Engenheira Civil, Sra. Clarice V. T. Niedermaier - 30h/semanais: SINDICATO DO CREA, R\$ 5.622,00 (Cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais);

VI- Desenhista Projetista, Sra. Clarice V. T. Niedermaier- 10h/semanais: R\$ 819,88 (Oitocentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos);

VII – Desenhista Sandra Silveira Garcia - 40h/semanais: R\$ 2.258,17 (Dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos);

VIII- Desenhista, Camila Natalina Gregório Rech- 40h/semanais: R\$ 1.658,49 (Um mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos);

IX- Desenhista Daiane Karine Scherer- 40 h/semanais: R\$ 1.658,49 (Um mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos);

X- Assistente Administrativa, Cristiane Martim - 20h/semanais: R\$ 2.108,25 (Dois mil, cento e oito reais e vinte e cinco centavos);

XI- Assessora em Movimento Econômico, Lovete de Assis- 20h/semanais: R\$ 4.216,50 (Quatro mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos);

XII – Assistente Administrativa - Karine Simony Muller- 40h/semanais: R\$ 2.365,50 (Dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos);

XIII – Serviços Gerais, Roseli Kilp- 40h/semanais: R\$ 1.227,47 (Um mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos);

XIV – Auxiliar de Desenho, Vinicius Luan Schneider- 40h/semanais: R\$ 1.189,05 (Um mil, cento e oitenta e nove reais e cinco centavos).

XV – Recepcionista, Evelise Roeder Brandt- 40h/semanais: R\$ 1.277,73 (Um mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2017.

Maravilha (SC), 13 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

### RESOLUÇÃO N. 002/2017 - AMERIOS - REGULAMENTA USO DE TELEFONES

RESOLUÇÃO nº 002/17, de 23 de janeiro de 2017.

DISCIPLINA O USO DE LINHAS TELEFÔNICAS PARA CELULARES AOS EMPREGADOS DA AMERIOS E RECEPÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Presidente da AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e na forma de deliberação adotada pela Diretoria;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a utilização de linhas telefônicas para uso com celulares os seguintes empregados da AMERIOS sendo: 1) Assessora Fabiane Galera - 49 98435 4480; 2) Assessoria de Arquitetura/Engenheira/Elétrico/Fiscalização, sob a responsabilidade da Sra. Marlize C. Todeskatto - 49 98435 4481; 3) Assistente Cristiane Martim – 49 98437 6273; 4) Jurídico: Sr. Arnildo Luiz Kollet - 49 98435 4479; 5) Assessora Lovete de Assis – 49 98435 4478 para desempenhar seu trabalho junto aos municípios da AMERIOS e ligação interna ao custo zero.

Art.. 2º - Ficarão disponíveis 3 (linhas) de celular disponível junto à central telefônica – recepção, para ser usado por todos os funcionários, sendo os seguintes números: 49 98427 0941/49 98427 0942 e 49 98435 4484.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Maravilha - SC, aos 23 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Cunha Porã

**AMFRI****EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 07 DE 2016 - JEAN CARLOS COELHO**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 07/2016.

CONTRATADA: JEAN CARLOS COELHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 24.489.301/0001-99.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato n.º 07/2016 será prorrogado em 12 (doze) meses. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/12/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 13 DE 2016 - MESSA GESTÃO FINANCEIRA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 013/2016.

CONTRATADA: Messa Gestão Financeira Empresarial Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.958.437/0001-75.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato n.º 13/2016 será prorrogado em 01 (um) mês. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/01/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 001 DE 2015 - PRAXIS SERV. AUX. À EDUCAÇÃO**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 001/2015.

CONTRATADA: PRAXIS SERVIÇOS AUXILIARES À EDUCAÇÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.749.746/0001-68

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato n.º 001/2015 será prorrogado em 12 (doze) meses. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/12/2017.

Valor: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma, mediante a apresentação de relatório de atividades e nota fiscal dos serviços prestados.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 01 DE 2015 - JOÃO LUIZ DEMANTOVA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 01/2015.

CONTRATADA: João Luiz Demantova, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade n. 966112-3 – SSP/PR, inscrito no CPF sob n. 510.513.209-25.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato n.º 01/2015 será prorrogado em 01 (um) mês. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/01/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 17 DE 2014 - OUTDESK**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 17/2014.

CONTRATADO: OUTDESK INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 10.531.596/0001-00.

Objeto: o presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato.

Prazo: O prazo total de vigência do Contrato n.º 17/2014 será prorrogado em 12 (doze) meses. Deste modo, o prazo final para a execução dos serviços a serem prestados, conforme o Contrato inicial e este Termo Aditivo, será em 31/12/2017.

Valor: O valor do presente contrato será reajustado pelo INPC, a partir de 01/01/2017, com base nos últimos 12 (doze) meses, passando a ser de R\$1.179,00 (um mil cento e setenta e nove reais), pagos mensalmente, sendo que este valor compreende:

I – R\$ 879,00 (oitocentos e oitenta e nove reais) pela Assessoria à Informática;

II – R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais) pela manutenção e gerenciamento do domínio e-mails ([www.amfri.org.br](http://www.amfri.org.br));

III – R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) pelo Sistema Querubim.

Fica também reajustado pelo INPC o valor da hora técnica, excedida a 12 (doze) horas mensais, passando a ser de R\$ 80,85 (oitenta reais e oitenta e cinco centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 17 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI

**AMREC****EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL 002/2017**

FAX nº 002/2017 – 23/01/2017

Senhores Prefeitos.

Vimos pelo presente, convocá-los a participarem de uma importante Assembléia Geral, no dia 03/02/2017 (sexta-feira), às 16 horas, no Plenarinho da AMREC, com a seguinte

**ORDEM DO DIA**

1. Eleição e posse do Conselho Executivo;
2. Eleição e posse do Conselho Fiscal (Titular e Suplente);
3. Eleição do Consórcio CISAMREC;
4. Eleição do Consórcio CIASAMREC;
5. Outros Assuntos de interesse da Associação;

A presença de Vossas Excelências é indispensável para o sucesso da nossa reunião. Não deixem de participar.

Atenciosamente,

Dimas Kammer  
Presidente da AMREC

José Roberto Madeira  
Diretor Executivo

# Consórcios

## AGIR

### ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 031/2016 - AGIR

#### ERRATA À RESOLUÇÃO Nº 031/2016

Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2017 da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017; pelo Inciso I, XI e XII do Artigo 48, c/c o § 1º do art. 9º do Estatuto do Consórcio Público, RETIFICA a publicação da Resolução nº 031/2016, de 03 de agosto de 2016, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 2.057 de 10 de agosto de 2016, p. 613 e a ERRATA, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 2079 de 12 de setembro de 2016, p. 561 e

Considerando que a publicação oficial da estimativa populacional anual divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorreu em 30 de agosto de 2016, que culminou com a ERRATA, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 2079 de 12 de setembro de 2016;

Considerando a orientação da Contabilidade e do Controle Interno, nos termos do Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014 e Resolução nº 57/2014, de 19/12/2014, para que constem os valores por receitas nas transferências do rateio ao Consórcio, RETIFICA nos seguintes termos:

Onde se lê:

Art. 1º Estabelecer o orçamento anual da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, para o exercício de 2017, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 1.602.669,12 (um milhão, seiscentos e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos).

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Especificação:	Fonte R\$
1 Receitas Correntes	
Transferências a Consórcios Públicos (Rateio)	329.202,24
01 - Transf. Mun. de Blumenau - Manutenção	164.983,20
02 - Transf. Mun. De Brusque – Manutenção	60.388,80
03 - Transf. Mun. De Gaspar – Manutenção	31.782,24
04 - Transf. Mun. de Indaial - Manutenção	31.200,00
05 - Transf. Mun. de Pomerode - Manutenção	15.244,80
06 - Transf. Mun. de Rio dos Cedros - Manutenção	5.421,60
07 - Transf. Mun. de Timbó - Manutenção	20.181,60
2 Receitas Tributárias	
Taxas pelo Exercício Poder de Polícia	1.273.466,88
01 - Município de Apiúna	17.525,76
02 - Município de Acurra	13.152,72
03 - Município de Benedito Novo	18.978,96
04 - Município de Blumenau	577.441,20
05 - Município de Botuverá	8.436,96
06 - Município de Brusque	211.360,80
07 - Município de Dr. Pedrinho	6.703,20
08 - Município de Gaspar	111.237,84
09 - Município de Guabiruba	37.252,32
10 - Município de Indaial	109.200,00

11 - Município de Pomerode	53.356,80
12 - Município de Rio dos Cedros	18.975,60
13 - Município de Rodeio	19.209,12
14 - Município de Timbó	70.635,60
TOTAL GERAL:	1.602.669,12

#### DESPESA ORÇAMENTÁRIA:

Despesas Correntes	1.584.669,12
Pessoal e Encargos	1.098.120,00
Outras Despesas Correntes	486.549,12
Despesas de Capital	18.000,00
Investimentos	18.000,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	1.602.669,12

Leia-se:

Art. 1º Estabelecer o orçamento anual da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, para o exercício de 2017, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 1.602.669,12 (um milhão, seiscentos e dois mil, seiscentos e sessenta e nove reais e doze centavos).

#### RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Especificação:	Fonte R\$
1 Receitas Correntes	1.597.669,12
Transferências a Consórcios Públicos (Rateio)	324.202,24
01 - Transf. Mun. de Blumenau - Manutenção	162.477,39
02 - Transf. Mun. De Brusque – Manutenção	59.471,60
03 - Transf. Mun. De Gaspar – Manutenção	31.299,52
04 - Transf. Mun. de Indaial - Manutenção	30.726,13
05 - Transf. Mun. de Pomerode - Manutenção	15.013,26
06 - Transf. Mun. de Rio dos Cedros - Manutenção	5.339,26
07 - Transf. Mun. de Timbó - Manutenção	19.875,08
2 Receitas Tributárias	1.273.466,88
Taxas pelo Exercício Poder de Polícia	1.273.466,88
01 - Município de Apiúna	17.525,76
02 - Município de Acurra	13.152,72
03 - Município de Benedito Novo	18.978,96
04 - Município de Blumenau	577.441,20
05 - Município de Botuverá	8.436,96
06 - Município de Brusque	211.360,80
07 - Município de Dr. Pedrinho	6.703,20
08 - Município de Gaspar	111.237,84
09 - Município de Guabiruba	37.252,32
10 - Município de Indaial	109.200,00
11 - Município de Pomerode	53.356,80
12 - Município de Rio dos Cedros	18.975,60
13 - Município de Rodeio	19.209,12
14 - Município de Timbó	70.635,60
RECEITAS CAPITAL	5.000,00
Transferências a Consórcios Públicos - Rateio	5.000,00
01 - Transf. Mun. de Blumenau - Manutenção	2.505,81
02 - Transf. Mun. De Brusque – Manutenção	917,20
03 - Transf. Mun. De Gaspar – Manutenção	482,72
04 - Transf. Mun. de Indaial - Manutenção	473,87
05 - Transf. Mun. de Pomerode - Manutenção	231,54
06 - Transf. Mun. de Rio dos Cedros - Manutenção	82,34
07 - Transf. Mun. de Timbó - Manutenção	306,52

TOTAL	1.602.669,12
-------	--------------

**DESPESA ORÇAMENTÁRIA:**

Despesas Correntes	1.584.669,12
Pessoal e Encargos	1.098.120,00
Outras Despesas Correntes	486.549,12
Despesas de Capital	18.000,00
Investimentos	18.000,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	1.602.669,12

Sendo estes os ajustes que deveriam ser feitos, permanecem inalterados os demais artigos não modificados por esta Errata.

Blumenau (SC), em 24 de janeiro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 044/2017 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 044/2017

estabelece HORÁRIO ESPECIAL A SERVIDORA ANA CLAUDIA HAFEMANN, PARA o MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EM VIRTUDE DA INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO DAS AULAS E DA agência, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Inciso I do Artigo 48, c/c o § 1º do art. 63 do Estatuto do Consórcio Público, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO que o requerimento da servidora Ana Claudia Hafemann, está fundamentado no § 1º do art. 63, do Estatuto do Consórcio Público da AGIR,

CONSIDERANDO a análise da norma instituidora e autorizadora da concessão de horário especial ao servidor estudante, bem como o posicionamento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema, emitida pela a Assessoria Jurídica da AGIR, através do Parecer Jurídico nº 032/2016, no qual constatou não haver nenhuma irregularidade na concessão do horário especial,

CONSIDERANDO que no referido Parecer houve recomendação que a servidora preste contas mensalmente à Diretoria Geral e Administrativa da AGIR, quanto a frequência ao curso de mestrado, bem como a relação das horas-aulas frequentadas e as horas de trabalho, a fim de comprovar a compensação destas;

CONSIDERANDO que a Diretoria Administrativa reconheceu que a servidora preenche os requisitos necessários e a permanência no referido curso acarretará desenvolvimento do corpo técnico do setor e da instituição, opinando pelo deferimento do mesmo;

CONSIDERANDO que a Diretoria Geral acompanhou o Parecer Jurídico reconhecendo a legalidade, bem como as considerações da Diretoria Administrativa, ressaltando que em função da possibilidade da elaboração de uma escala de trabalho junto ao setor competente, não acarretará prejuízo a Agência, mas sim, uma soma de conhecimento que refletirá na atuação profissional da servidora junto a esta Agência de Regulação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelece horário especial à servidora Ana Claudia Hafemann, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo AGA-A, para frequentar o curso de Mestrado do Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – FURB, com base no § 1º do Art. 63 do Estatuto Social da AGIR.

§ 1º - A compensação de horas se dará mediante a elaboração de escala de trabalho, aprovada e visada mensalmente pela Diretoria Administrativa;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ad referendum da Assembleia Geral da AGIR.

Blumenau (SC), em 24 de janeiro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 045/2017 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 045/2017

NOMEIA SERVIDOR RESPONSÁVEL para publicar e acompanhar as publicações no dom/sc e publicar e acompanhar as publicações oficiais no portal da transparência da agir e dá outras providências..

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017; pelo Inciso I do Artigo 48, c/c o § 1º do art. 9º do Estatuto do Consórcio Público; de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis; e

CONSIDERANDO que a Resolução nº 001/2010, instituiu o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, como órgão oficial das publicações legais da AGIR;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade das publicações dos atos oficiais da AGIR no Portal da Transparência, de acordo com a legislação vigente e visando atender os requisitos mínimos para transparência de seus atos;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo relacionados como responsáveis para publicar e acompanhar as publicações no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC e para publicar e acompanhar as publicações oficiais no Portal da Transparência da AGIR, respectivamente:

Nome	Cargo	Responsável para:
Vanessa Fernanda Schmitt	Diretora Administrativa	Publicar e acompanhar DOM/SC
Ana Claudia Hafemann	Agente Administrativo AGA-A	Publicar e acompanhar DOM/SC
Vitor Zanella Júnior	Ouvidor	Publicar e acompanhar as publicações oficiais no Portal da Transparência.

Art. 2º Alterar o Parágrafo Único do art. 4º, da Resolução nº 001/2010 de 31/03/2010, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º (...)

Parágrafo Único. Além da publicação na estabelecida nesta Resolução, também será utilizado a divulgação no endereço eletrônico [www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br) e no mural público localizado na recepção da sede deste Consórcio.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 24 de janeiro de 2017.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

**RESOLUÇÃO Nº 046/2017 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº 046/2017

ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS RELATIVOS À ORGANIZAÇÃO, RESPONSABILIDADE E BAIXA DOS BENS PERMANENTES DO ACERVO PATRIMONIAL DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo inciso I do art. 48 do Estatuto do Consórcio Público, e

Considerando a necessidade de proceder inventário patrimonial, para organizar e conservar o acervo patrimonial da AGIR;

Considerando que a movimentação de bens exige rigoroso controle, com o fim de preservar o patrimônio público;

Considerando a necessidade de reavaliações de bens, nos termos do §3º do art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64;

Considerando que a baixa dos bens pertencentes ao patrimônio público encontra minuciosa regulamentação na Lei 8.666/96 e;

Considerando cumprir o princípio constitucional da prestação de contas e atender aos princípios da eficácia, da eficiência e da economicidade:

RESOLVE:

**CAPÍTULO I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos relativos à organização, responsabilidade e baixa dos bens móveis do acervo patrimonial da AGIR.

Art. 2º A presente resolução abrange todas as unidades da estrutura da AGIR e a quem de alguma forma fizer uso de seus bens.

**CAPÍTULO II****Da Classificação e do Controle dos Bens Móveis**

Art. 3º Os bens móveis do acervo patrimonial da AGIR são classificados como permanentes ou de consumo, com base na Portaria do Ministério da Fazenda Nacional nº 448/2002.

§ 1º. Consideram-se bens móveis permanentes aqueles que:

I – em razão da utilização não perdem a identidade física;

II – têm durabilidade superior a dois anos;

III – têm custo de aquisição superior ao custo de controle e manutenção.

§ 2º Consideram-se bens de consumo aqueles que, em razão de utilização, perdem sua identidade física ou tem durabilidade limitada a dois anos.

§ 3º Os bens móveis que apresentarem baixo valor monetário, alto risco de perda ou alto custo de controle patrimonial deverão ser considerados bens de consumo.

Art. 4º Todos os bens móveis permanentes adquiridos pela AGIR, deverão ser cadastrados na relação de bens permanentes, recebendo etiqueta de registro patrimonial.

Parágrafo Único - Os bens de consumo deverão ser rigorosamente controlados pela Diretoria Administrativa, através de controle próprio.

Art. 5º O controle e a gestão dos bens móveis permanentes serão exercidos pela Diretoria Administrativa, competindo-lhe;

I – registrar as incorporações e baixas;

II – registrar e informar a localização;

III – controlar a movimentação;

IV – cadastrar os responsáveis pelos bens;

V – emitir relatórios dos bens existentes em cada unidade da AGIR;

VI – promover a fiscalização; e

VII – realizar inventários.

**CAPÍTULO III****Do Registro Patrimonial**

Art. 6º Para efeito de identificação e inventário, os bens móveis receberão números próprios de registro patrimonial que terão ordem crescente rigorosa, a partir de 0001 (um).

§ 1º O controle rigoroso da série numérica de registro patrimonial é de exclusiva competência e responsabilidade da Diretoria Administrativa.

§ 2º Para o registro patrimonial deverão ser utilizados etiquetas próprias, com a identificação e símbolo da Agência, cujo número atribuído a um bem é único e definitivo, não podendo ser reaproveitado, ainda que o bem seja baixado do acervo.

§ 3º No caso de transferência de bem móvel de uma unidade da estrutura da AGIR, para outra, o bem transferido conservará o número de origem e, em hipótese alguma, poderá receber novo registro patrimonial.

§ 4º É vedada a emissão de qualquer documento relacionado a bens móveis, sem a citação do registro patrimonial, marca, origem, sobretudo em se tratando de Solicitação de Transferência, Termo de Responsabilidade, Doação e Termo de Cessão de Uso, Guarda e Responsabilidade.

§ 5º A emissão do Termo de Responsabilidade será em 02 (duas) vias, e assinada somente pelo responsável, com a seguinte destinação; Unidade Receptora do Bem, Processo Administrativo, arquivado junto a Diretoria Administrativa.

**CAPÍTULO IV****Da Responsabilidade por Uso, Guarda e Conservação**

Art. 7º Os servidores da AGIR deverão:

I - zelar pela conservação dos bens móveis do acervo patrimonial da AGIR, utilizando-os de forma adequada e segundo sua finalidade e destinação, com observância das recomendações e especificações do fabricante, quando houver;

II - adotar e propor à chefia imediata providências que visem a segurança e conservação dos bens móveis existentes na respectiva unidade administrativa;

III - manter os bens móveis em local seguro;

IV - comunicar imediatamente ao superior hierárquico a ocorrência de qualquer dano ou irregularidade envolvendo o patrimônio da AGIR;

V - auxiliar os servidores da Diretoria Administrativa na elaboração de inventários, prestando as informações relativas aos bens móveis existentes na respectiva unidade administrativa;

VI - comunicar à Diretoria Administrativa quando quaisquer dos bens móveis permanentes estiverem danificados ou sem a identificação de registro patrimonial (plaqueta ou numeração);

Art. 8º Os servidores serão responsáveis pelos danos, avarias ou quaisquer outros prejuízos que, por dolo ou culpa, causarem aos bens móveis pertencentes ao acervo patrimonial da AGIR, assim como pela perda ou extravio daqueles que estiverem sob sua guarda ou uso direto.

Parágrafo Único – a reposição e/ou indenização aos prejuízos previstos no caput deste artigo se dará nos termos do art. 40 deste Ato.

Art. 9º As disposições deste capítulo aplicam-se aos servidores efetivos, eletivos, comissionados, cedidos, estagiários, aos prestadores de serviços e aos voluntários.

## CAPÍTULO V

### Da Carga Patrimonial

Art. 10. A carga patrimonial corresponderá à totalidade dos bens móveis permanentes destinados a cada unidade e será atribuída mediante Termo de Responsabilidade - Anexo I e Relatório Analítico de Bens Móveis – Anexo II.

I - Serão consideradas unidades: a Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria Técnica; Ouvidoria e as unidades que vierem a integrar a estrutura da AGIR;

II - O Termo de Responsabilidade será emitido em 02 (duas) vias, permanecendo 01 (uma) na Unidade Receptora do Bem, e 01 (uma) no Processo Administrativo, arquivado junto a Diretoria Administrativa.

Art. 11. O titular da unidade a partir da assinatura do Termo de Responsabilidade, será responsável pela regularidade e exatidão da carga patrimonial, assim como pela guarda e conservação dos bens que a integram.

Parágrafo Único - Aquele que vier a substituir temporariamente o titular será responsável pela carga patrimonial durante o período da substituição.

Art. 12. O responsável da unidade administrativa deverá realizar, anualmente, a conferência da carga patrimonial, remetendo à Diretoria Administrativa o Termo de Responsabilidade devidamente atualizado e assinado, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 13. O acesso ao Registro de Controle de Bens Permanentes – Relatório Analítico de Bens Móveis, constante no Anexo II, será disponibilizado aos Diretores, Gerentes ou a quem for delegado, para acompanhamento e fiscalização.

Art. 14. No caso de mudança de localização ou desligamento do titular da unidade, a Diretoria Administrativa, deverá ser previamente comunicada.

§ 1º A Diretoria Administrativa, realizará inventário e transferência da carga patrimonial ao novo responsável.

§ 2º Não sendo encontrado qualquer dos bens integrantes da carga patrimonial, a Diretoria Administrativa elaborará relatório circunstanciado do ocorrido, submetendo-o ao Diretor Geral, para apuração de responsabilidade em procedimento administrativo próprio.

Art. 15. A carga patrimonial dos bens de uso pessoal, como material bibliográfico, aparelho celular, notebook, dentre outros, acarretará emissão de Termo de Responsabilidade Individual, específico ao servidor, a ser emitido pelo titular da unidade, conforme modelo Anexo I.

## CAPÍTULO VI

### Da Movimentação de Bens

Art. 16. A movimentação consiste na transferência física de bem móvel permanente entre as unidades.

§ 1º A movimentação de bens móveis permanentes deverá ser requerida formalmente à Diretoria Administrativa ou a quem for delegada esta atribuição, que a avaliará segundo critérios de necessidade e conveniência, observado o padrão mínimo adequado a cada unidade.

§ 2º Autorizada a movimentação, a Diretoria Administrativa providenciará o registro na Relação de Controle de Bens Permanentes e emissão de novo Termo de Responsabilidade.

Art. 17. Os bens encaminhados para conserto serão transferidos para a carga da Diretoria Administrativa;

§ 1º O transporte dos bens para conserto só poderá ser efetuado após a emissão de guia própria, emitida pela Diretoria Administrativa, de forma a permitir a identificação do setor usuário do bem.

## CAPÍTULO VII

### Do Inventário e da Verificação Patrimonial

Art. 18. O inventário consiste no levantamento dos bens móveis permanentes que compõem o acervo patrimonial da AGIR, com o objetivo de verificar a quantidade, funcionalidade, conservação, a necessidade e a localização física.

I - O inventário será realizado, ordinariamente, no mês de janeiro de cada ano, tendo referência a posição até dia 31 de dezembro, para compor o balanço geral da Agência do ano anterior.

II - A realização do inventário anual é de responsabilidade da Diretoria Administrativa, podendo ser constituídas comissões de levantamento por ato do Diretor Geral.

Art. 19. Concluído o inventário e havendo bens não localizados, sem utilização ou em condições inadequadas, a Diretoria Administrativa elaborará relatório circunstanciado, submetendo-o ao Diretor Geral, para providências que entender pertinentes.

Art. 20. A Diretoria Administrativa promoverá, eventualmente, a verificação patrimonial com o fim de atestar a regularidade e exatidão da carga atribuída a cada unidade, especialmente nos seguintes casos:

I - a pedido do titular da unidade ou de quem o estiver substituindo;

II - por determinação da autoridade superior; e

III - de ofício, quando da extinção de unidade.

## CAPITULO VIII

### Da Triagem

Art. 21. Os bens móveis permanentes sem utilização nas unidades deverão ser devolvidos e submetidos à triagem e classificação pela Diretoria Administrativa.

§1º O documento de triagem apresentará as seguintes informações:

- a) data da entrada no almoxarifado;
- b) número de registro patrimonial;
- c) origem do bem;
- d) descrição do bem; e
- e) estado de conservação.

§ 2º O bem submetido à triagem será classificado como:

I - servível:

- a) ocioso-excedente: aquele que embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;
- b) recuperável: aquele cujo custo de recuperação ou atualização tecnológica for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem novo de mesma finalidade;

II - inservível:

- a) obsoleto: aquele que estiver em desuso por ser considerado antiquado para o fim a que se destina;
- b) fora do padrão: aquele cujo modelo ou padrão não mais atenda às necessidades para as quais foi adquirido; e
- c) irrecuperável: aquele cujo custo de recuperação ou atualização tecnológica for igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do bem novo de mesma finalidade.

§ 3º Os bens considerados servíveis ficarão disponíveis para redistribuição.

§ 4º Os bens considerados inservíveis poderão ser destinados à baixa patrimonial.

Art. 22. Os equipamentos de informática remetidos à Diretoria Administrativa deverão ser vistoriados e classificados, observado o disposto no § 2º do artigo 21 deste Ato.

Art. 23. Os bens servíveis que permanecerem sob a guarda da Diretoria Administrativa sem uso ou redistribuição por mais de 1 (um) ano poderão ser considerados inservíveis para destinação à baixa patrimonial, desde que não haja previsão de sua utilização.

Art. 24. É vedada a retirada de peças, acessórios ou periféricos dos bens móveis permanentes devolvidos a Diretoria Administrativa.

## CAPITULO IX

### Da Baixa Patrimonial

Art. 25. A baixa de bens móveis permanentes do acervo patrimonial da AGIR, poderá ocorrer, observadas as condições e formalidades legais, em razão de:

- I - perda;
- II - furto;
- III - extravio;
- IV - doação;
- V - leilão;
- VI - permuta;
- VII - venda;
- VIII - descarte; ou
- IX - incineração.

Art. 26. A baixa patrimonial deverá ser efetuada, exclusivamente, pela Diretoria Administrativa, após regular procedimento formal, mediante anotação no Registro de Controle de Bens Permanentes – ANEXO II.

Art. 27. Os bens a serem baixados permanecerão guardados em local apropriado, sendo vedada a utilização até a conclusão do procedimento de baixa.

Art. 28. Os bens destinados à baixa patrimonial serão vistoriados pela Comissão Permanente de Patrimônio prevista no capítulo XI, a qual, observando o estado de conservação, a vida útil e a sua utilidade, elaborará relatório, classificando-os e avaliando seu valor de acordo com o § 2º do artigo 21, deste Ato.

Art. 29. Os bens que apresentarem valor econômico ou condições de uso poderão ser doados, leiloados ou permutados, observadas as normas previstas na Lei nº 8.666/1993, hipóteses em que os símbolos oficiais que ostentarem serão inutilizados.

Art. 30. Os bens que não apresentarem valor econômico ou condições de uso poderão ser incinerados ou descartados, mediante autorização do Diretor Geral, sendo o procedimento acompanhado pela Comissão Permanente de Patrimônio, obedecidas todas as formalidades legais.

Art. 31. O procedimento de baixa patrimonial, nas hipóteses de perda, furto ou extravio de bens, será instaurado pelo Diretor Geral, instruído com cópia do processo administrativo em que foram averiguadas as causas e apuradas as responsabilidades, sendo submetido à decisão do Presidente da Diretoria Executiva, com relação às providências sugeridas para reparação dos prejuízos e responsabilização dos envolvidos.

Art. 32. O procedimento de baixa por doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, será instaurado pelo Diretor Geral, que após deliberação e aprovação por maioria simples em Assembleia Geral, fará publicar, no Órgão Oficial de publicação o edital com o rol de bens a serem doados.

§ 1º O edital de doação conterá, no mínimo:

- I - a descrição breve e quantitativa dos bens, inclusive quanto a seu estado de conservação;
- II - o prazo para os órgãos e entidades manifestarem o interesse no bem objeto de doação, que será de 05 (cinco) dias úteis;
- III - a indicação do meio pelo qual deverão os órgãos e entidades manifestar o interesse no bem objeto de doação; e
- IV - a ordem de preferência e os critérios definidos no artigo 35 deste Ato.

§ 2º Sempre que possível, os bens a serem doados serão agrupados em lotes e o procedimento de doação no âmbito dos municípios consorciados.

§ 3º O procedimento de baixa por doação será instruído pela Comissão Permanente de Patrimônio.

§ 4º Excepcionalmente, os bens inservíveis poderão ser doados diretamente a órgãos ou entidades públicas ou privadas com fins sociais,

dispensada a publicação do edital a que se refere o caput deste artigo, desde que sediadas nos municípios consorciados, atendam a programas ou projetos de interesse institucional ou cujas atividades consideradas relevantes no contexto da atuação da AGIR, devidamente justificadas pela Assessoria Jurídica da AGIR e assim reconhecidas pela Assembleia Geral.

Art. 33. Findo o prazo previsto no edital, a Diretora Administrativa, publicará no Órgão Oficial de publicação da AGIR, a ordem de classificação dos órgãos e entidades interessados, observado o disposto no artigo 35 deste Ato, abrindo prazo de 05 (cinco) dias úteis para o primeiro colocado apresentar a documentação necessária à doação.

§ 1º Para os órgãos públicos dos municípios consorciados ou Pessoas Jurídicas de Direito Público, a documentação consistirá em requerimento subscrito pela respectiva autoridade, com cópia da inscrição no CNPJ.

§ 2º Para as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, sem fins lucrativos, a documentação consistirá em:

I - requerimento do responsável pela entidade;

II - cópia de inscrição no CNPJ;

III - prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

V - cópia do ato constitutivo da entidade, devidamente registrado em órgão oficial e atualizado.

§ 3º A não apresentação da documentação no prazo estabelecido no edital implicará eliminação do órgão ou da entidade do procedimento de doação, seguindo-se a convocação do próximo na ordem de classificados.

§ 4º Não havendo interessados na doação, serão consultados os órgãos e as entidades na ordem estabelecida no artigo 35 deste Ato.

Art. 34. Apresentada a documentação, a Diretoria Administrativa submeterá o procedimento de baixa por doação, que poderá, caso entenda necessário, solicitar emissão de parecer técnico da Assessoria Jurídica da AGIR.

Art. 35. Os bens móveis inservíveis da AGIR, pertencentes ao seu acervo patrimonial poderão ser doados, observada a seguinte ordem de prioridade:

I - órgãos e entidades públicas dos municípios consorciados ou privadas cujas atividades a Assessoria Jurídica reconheça:

a) atenderem a programas ou projetos institucionais; ou

b) serem de relevante interesse à atuação da AGIR.

II - órgãos públicos dos municípios consorciados, pertencentes a administração direta, autárquica ou fundacional;

III - órgãos e entidades públicas estaduais e/ou federais; e

V - entidades privadas, sem fins lucrativos.

§ 1º Entre os órgãos ou entidades de mesma natureza ou categoria, a classificação far-se-á pela ordem cronológica de manifestação de interesse.

§ 2º O órgão ou a entidade que tenha recebido bens em doação, nos 12 (doze) meses anteriores a publicação do edital, não poderá concorrer a nova doação, salvo se não houver outros interessados.

Art. 36. O termo de doação conterá cláusula dispondo sobre a responsabilidade do donatário em proceder ao descarte ecologicamente correto dos bens recebidos em doação, quando não lhe forem mais úteis, notadamente dos equipamentos eletrônicos e os potencialmente poluidores.

Art. 37. A Diretoria Administrativa manterá cadastro atualizado de órgãos e entidades interessados em receber bens em doação.

Parágrafo único - A qualquer tempo, poderão os órgãos e as entidades requerer sua inclusão no cadastro de que trata o caput, mediante ofício dirigido a Diretoria Administrativa.

Art. 38. O procedimento de baixa por leilão tem por objeto a alienação de bens considerados inservíveis e de recuperação antieconômica para o uso da Agir, conforme avaliação detalhada a ser procedida pela Comissão Permanente de Patrimônio prevista no Capítulo XII deste Instrumento, a ser submetida à Diretoria Executiva para apreciação.

## CAPÍTULO X

### Da Perda, do Furto e do Dano.

Art. 39. Constatada a perda, o furto, o extravio ou o dano de bens móveis pertencentes ao acervo patrimonial da AGIR, o responsável pelo bem deverá comunicar o fato imediatamente à Diretoria Administrativa, que providenciará investigação preliminar.

Art. 40. Caso a investigação preliminar aponte indícios de que a perda, o furto, o extravio ou o dano ocorreu por culpa ou dolo será instaurado processo administrativo, nos termos da lei, visando ao restabelecimento, substituição ou indenização do bem móvel a AGIR.

§ 1º A substituição será feita mediante a entrega de outro bem de mesma característica e valor, acompanhado da respectiva nota fiscal, hipótese em que a Diretora Administrativa, independentemente de processo administrativo para apuração das causas e responsabilidade, determinará o seu registro no acervo patrimonial da Agência.

§ 2º Em caso de perda, furto ou extravio, a indenização será estabelecida de acordo com o tempo decorrido desde a aquisição do bem móvel, segundo o critério abaixo:

I - até um 1 ano: 100% do valor do bem novo;

II - entre 1 e 2 anos: 90% do valor do bem novo;

III - de 2 a 3 anos : 80% do valor do bem novo;

IV - entre 3 e 4 anos: 70% do valor do bem novo;

V - de 4 a 5 anos: 60% do valor do bem novo;

VI - entre 5 e 6 anos: 50% do valor do bem novo;

VII - de 6 e 7 anos: 40% do valor do bem novo;

VIII - entre 7 e 8 anos: 30% do valor do bem novo;

IX - de 8 a 9 anos: 20% do valor do bem novo; e

X - acima de 10 anos: 10% do valor do bem novo.

§ 3º Em caso de dano, a indenização corresponderá ao valor da reparação.

## CAPÍTULO XI

### Da Comissão Permanente de Patrimônio

Art. 41. Comissão Permanente de Patrimônio, instituída por meio de Decreto, será composta pelo Diretor Administrativo, que a presidirá, e por dois servidores efetivos designados pelo Diretor Geral.

Parágrafo Único - A designação dos servidores será renovada anualmente, admitindo-se a recondução por uma única vez, exceto no caso da Diretora Administrativa, por se tratar de membro nato.

Art. 42. São atribuições da Comissão Permanente de Patrimônio:

I - classificar e avaliar os bens móveis objetos de baixa;

II - requerer a baixa e recomendar a destinação dos bens; e

III - apresentar sugestões para o aperfeiçoamento da gestão patrimonial da AGIR.

## CAPÍTULO XII

### Da Avaliação

Art. 43. Segundo as disposições contidas na Lei nº 4.320/64 e na Lei nº 8.666/93, a avaliação dos bens patrimoniais deverá ser feita:

I – no caso de venda ou permuta, em conformidade com os preços atualizados e praticados no mercado;

II - no caso de doação, será indicado, no respectivo termo, o valor de aquisição, custo de produção ou o valor de mercado;

§ 1º Todo e qualquer bem permanente, resultante de montagens com peças ou materiais de transformação, inclusive acessórios, serão avaliados em conjunto únicos.

§ 2º A verificação do estado de conservação de cada bem móvel observará o disposto no § 2º do art. 21 deste Ato.

§ 3º A avaliação de bens móveis será feita pela Comissão Permanente de Patrimônio.

## CAPÍTULO XIII

### Das Disposições Finais

Art. 44. Em casos excepcionais, os bens móveis permanentes, obedecendo à conveniência administrativa, poderão ser cedidos temporariamente a órgãos públicos ou entidades privadas, sem fins lucrativos, para fins e uso de interesse social, desde que sediadas nos municípios consorciados e mediante autorização do Diretor Geral.

§ 1º Caberá à Diretoria Administrativa elaborar o competente termo de cessão de uso, no qual constará a descrição detalhada do bem, incluindo o estado de conservação e o número do registro patrimonial.

Art. 45. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Após a publicação desta Resolução normativa, a Diretoria Administrativa efetuará levantamento geral do patrimônio, relacionando os bens permanentes no Relatório Analítico de Bens - Anexo II, e providenciará a identificação dos bens com etiquetas de registro patrimonial nos termos do art. 6º, deste Ato.

Art. 47. Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau (SC), 24 de janeiro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## ANEXO I

### Modelo de Termo de Responsabilidade (individual ou por unidade)

#### Termo de Responsabilidade

NOME DO SERVIDOR, brasileiro, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, lotado na unidade da Diretoria \_\_\_\_\_, no cargo: \_\_\_\_\_, responsabiliza-se pelo uso, guarda e conservação do Bem (ns) abaixo descrito (s), do acervo patrimonial da AGIR e integrante da carga da Unidade \_\_\_\_\_ objeto do Relatório Analítico de Bens Móveis da Unidade \_\_\_\_\_, pelo prazo de (ou indeterminado) \_\_\_\_\_ dias, a contar desta data, e compromete-se a devolvê-lo (s) em perfeito estado de conservação e de funcionamento ao final do prazo indicado ou em caso de término do vínculo com a AGIR, observadas as disposições da Resolução nº \_\_\_\_/2017.

Nº Patrimônio	Descrição

Blumenau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Assinatura

Nome Completo:

Atesto que o bem foi devolvido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, nas seguintes condições:

( ) Em perfeito estado

( ) Apresentando Defeito (descrever)

( ) Faltando peças e acessórios (descrever)

Carimbo e Assinatura do responsável pelo patrimônio da Unidade.



O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio.

As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

#### 4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CIMCATARINA, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

· Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;

· Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

· 0.1.00.0200 Recursos Ordinários – São lançadas nesta fonte as arrecadações próprias feitas pelo CIMCATARINA;

· 0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos – São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelos contratos de rateio e delegações orçamentárias.

#### 5 - SALDO BANCÁRIO

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

Especificação	Fonte de Recurso	Saldo
B. BRASIL CIMCATARINA MOVIMENTO 18.520-5	0.100.0200	1.086,83
B. BRASIL CIMCATARINA - CPS/MAQ. - 20.414-5	0.100.0200	2.159,69
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP1/CTR3 - 20.413-7	0.100.0300	80.712,20
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP2 PROAMA - 21.525-2	0.100.0300	64.110,01
B. BRASIL CIMCATARINA – PROLICITA – 22.436-7	0.100.0300	39.405,96
B. BRASIL CIMCATARINA – PROLICITA TELEFONIA – 22.864-8	0.100.0300	32.696,91
B. BRASIL CIMCATARINA – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL – 24.625-5	0.100.0200	13.184,80
Total (R\$)		233.356,40

#### 6 – RECEITAS REALIZADAS

As Receitas da Instituição, para Custeio e Investimentos, são auferidas pelos repasses dos municípios estabelecidos no contrato de programa, contrato de rateio, contratos de delegação orçamentária e contrato de prestação de serviços.

Receitas Arrecadadas até 31 de dezembro de 2016

Receitas	Valor (R\$)
0.1.00.0200 Recursos Ordinários	145.927,13
Remuneração Dep. Bancários (não Vinculados)	1.188,38
Receita de Serviços	143.700,00

Multas e juros Previstos em Contratos	1.038,75
0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos	2.969.853,31
Remuneração Dep. Bancários (vinculados)	29.916,00
Restituições	3.047,77
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes)	2.898.188,04
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital)	38.701,50
Total (R\$)	3.115.780,44

#### 7 – DESPESAS

##### 7.1 – Despesas realizadas

As despesas realizadas obedecem as rubricas estabelecidas no orçamento.

Despesas realizadas até 31 de dezembro de 2016.

Despesas	Valor (R\$)
2001 - Manutenção do CIMCATARINA	14.002,39
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	6.396,45
Outras Despesas Correntes	823,25
Investimentos	5.573,20
0.1.0200 Recursos Ordinários	7.605,94
Outras Despesas Correntes	7.605,94
2002 - Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas	736.679,96
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	736.679,96
Pessoal e Encargos Sociais	534.653,74
Outras Despesas Correntes	159.292,38
Investimentos	42.733,84
2003 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Telefonia	168.477,86
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	168.477,86
Outras Despesas Correntes	168.477,86
2005 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Iluminação Pública	1.975.476,53
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	1.975.476,53
Pessoal e Encargos Sociais	23.629,38
Outras Despesas Correntes	1.951.847,15
2007 - Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental	218.272,50
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	106.015,68
Pessoal e Encargos Sociais	95.202,88
Outras Despesas Correntes	4.981,24
Investimentos	5.831,56
0.1.0200 Recursos Ordinários	112.256,82
Pessoal e Encargos Sociais	111.430,22
Outras Despesas Correntes	826,60
2008 - Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Hídricos	18.347,45
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	18.347,45
Pessoal e Encargos Sociais	9.026,47
Outras Despesas Correntes	9.320,98
0300 - Contribuição ao Pasep	1.430,19
0.1.0200 Recursos Ordinários	1.430,19
Outras Despesas Correntes	1.430,19

Total (R\$)	3.132.686,88
-------------	--------------

## 8 – DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS

Referente ao fechamento do exercício de 2012 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial créditos a receber, destes em 31 de dezembro de 2016 permanecem os créditos a receber conforme quadro abaixo:

Município	Objeto	Valor
Matos Costa	Rateio Fixo – Despesas Administrativas	2.895,24
Timbó Grande	Rateio Fixo – Despesas Administrativas	6.111,11
Total (R\$)		9.006,35

Referente ao fechamento do exercício de 2016 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial créditos a receber, conforme quadro abaixo:

Município	Objeto	Valor
Calmon	Rateio Fixo - Prolicita	24.960,00
Salto Veloso	Rateio Fixo - Prolicita	2.255,00
Subtotal (R\$)		27.215,00
Calmon	Delegação Orçamentária - MIP	6.649,21
Caçador	Delegação Orçamentária - MIP	38.911,45
Subtotal (R\$)		45.560,66
Erval Velho	Diagnóstico Socioambiental	12.350,00
Ibiam	Diagnóstico Socioambiental	12.350,00
Luzerna	Diagnóstico Socioambiental	12.350,00
Macieira	Diagnóstico Socioambiental	9.100,00
Pinheiro Preto	Diagnóstico Socioambiental	9.100,00
Tangará	Diagnóstico Socioambiental	14.250,00
Videira	Diagnóstico Socioambiental	39.200,00
Subtotal (R\$)		108.700,00
Total (R\$)		181.475,66

O valor de R\$ 27.215,00 (vinte e sete mil duzentos e quinze reais) e o valor de R\$ 45.560,66 (quarenta e cinco mil quinhentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos) refere-se aos rateios fixos e delegação orçamentária ainda não transferidos pelos municípios ao consórcio e o valor de R\$ 108.700,00 (cento e oito mil e setecentos reais) refere-se a contratos de prestação de serviços referente à elaboração de Diagnóstico Socioambiental dos quais estão em execução pelo CIMCATARINA.

Os direitos a receber permanecem registrados nas contas Créditos de Consórcios Públicos decorrentes de contrato de rateio e Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais, o qual serão compensados na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

## 9 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 não consta nenhuma obrigação a pagar.

## 10 - CERTIDÕES NEGATIVAS

O CIMCATARINA encontra-se regular com os órgãos da União, do Estado e do Município. Todas as certidões negativas estão atualizadas/vigentes.

## 11 – CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO

Em atendimento a Portaria 274 de 13 de maio de 2016 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de

consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio e delegações, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

## 12 – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO

Bimestralmente estão sendo encaminhadas as informações ao Tribunal de contas do Estado de SC, através do sistema de fiscalização integrada de gestão (e-Sfinge).

Florianópolis, 24 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Iomerê

ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo do CIMCATARINA	LUIZ FERNANDO RALDI Diretor Financeiro
---	---

NÁDIA DE LORENZI

Contadora CRC 39499/O-4

**3º QUADRIMESTRE - RGFTABELA 1.5 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS****RGF/Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		R\$ 1,00
	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	LIQUIDADAS (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	629.856,62	0,00	0,00
Pessoal Ativo	629.856,62	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	629.856,62	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	144.086,07	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	629.856,62		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	144.086,07		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)	773.942,69		

  

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA	18.252,00	17.397,07
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE	12.285,00	12.011,00
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA	26.052,00	24.728,08
MUNICÍPIO DE BRUNOPOLIS	18.252,00	17.397,07
MUNICÍPIO DE CAÇADOR	82.164,00	77.988,48
MUNICÍPIO DE CALMON	6.636,00	17.397,07
MUNICÍPIO DE CURITIBANOS	43.524,00	41.485,30
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO	58.116,00	55.162,66
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO	18.252,00	17.397,07

MUNICÍPIO DE IBIAM	18.252,00	17.397,07
MUNICÍPIO DE IOMERÊ	26.052,00	24.728,08
MUNICÍPIO DE IRANI	21.060,00	20.073,52
MUNICÍPIO DE ITÁ	21.060,00	20.073,52
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS	34.068,00	32.336,69
MUNICÍPIO DE LUZERNA	6.084,00	6.084,00
MUNICÍPIO DE MACIEIRA	26.052,00	24.728,08
MUNICÍPIO DE MATOS COSTA	26.052,00	24.728,08
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	21.060,00	20.073,52
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	26.052,00	24.728,08
MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS	26.310,00	24.309,85
MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO	15.997,00	17.397,07
MUNICÍPIO DE TANGARÁ	21.060,00	20.073,52
MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE	34.095,00	20.073,52
MUNICÍPIO DE VIDEIRA	54.390,00	52.088,22
<b>TOTAL</b>	<b>661.177,00</b>	<b>629.856,62</b>

FONTE: Sistema Contabil Consorcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Relatório disponível no [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br)

Florianópolis, SC, 24 de janeiro de 2017

Elói Ronnau  
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi  
Diretor Financeiro

Nadia de Lorenzi  
Contador CRC/SC 039499/O-4

**6º BIMESTRE - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO****CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2016 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Novembro a Dezembro (b)	%(b/a)	Até Dezembro (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.600.000,00	3.600.000,00	544.171,12	15,12	3.115.780,44	86,55	484.219,56
RECEITAS CORRENTES	3.536.000,00	3.536.000,00	536.540,12	15,17	3.077.078,94	87,02	458.921,06
RECEITA TRIBUTÁRIA	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	10.600,00	10.600,00	5.892,35	55,59	31.104,38	293,44	(20.504,38)
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	10.600,00	10.600,00	5.892,35	55,59	31.104,38	293,44	(20.504,38)
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.900,00	16.900,00	60.650,00	358,88	143.700,00	850,30	(126.800,00)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.507.000,00	3.507.000,00	469.508,25	13,39	2.898.188,04	82,64	608.811,96
Transferências Intergovernamentais	3.507.000,00	3.507.000,00	469.508,25	13,39	2.898.188,04	82,64	608.811,96
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	489,52	48,95	4.086,52	408,65	(3.086,52)
Multas e Juros de Mora	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.038,75	103,88	(38,75)
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	489,52	0,00	3.047,77	0,00	(3.047,77)
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	64.000,00	64.000,00	7.631,00	11,92	38.701,50	60,47	25.298,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	63.000,00	63.000,00	7.631,00	12,11	38.701,50	61,43	24.298,50
Transferências Intergovernamentais	63.000,00	63.000,00	7.631,00	12,11	38.701,50	61,43	24.298,50
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.600.000,00	3.600.000,00	544.171,12	15,12	3.115.780,44	86,55	484.219,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.600.000,00	3.600.000,00	544.171,12	15,12	3.115.780,44	86,55	484.219,56
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	3.600.000,00	3.600.000,00	544.171,12	15,12	3.115.780,44	86,55	484.219,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	271.707,66	0,00	0,00	187.756,82	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	271.707,66	0,00	0,00	187.756,82	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



# CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2016 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Dezembro (j)	Insc. Em Restos a Pagar Não Processado (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (f)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	859.020,78	3.132.686,88	0,00
DESPESAS CORRENTES	3.531.000,00	3.913.159,14	166.283,22	3.078.548,28	834.610,86	684.697,04	3.078.548,28	834.610,86	3.078.548,28	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.245.000,00	1.138.000,00	56.832,55	773.942,69	364.057,31	212.809,25	773.942,69	364.057,31	773.942,69	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.286.000,00	2.775.159,14	109.450,67	2.304.605,59	470.553,55	471.887,79	2.304.605,59	470.553,55	2.304.605,59	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	69.000,00	78.548,52	0,00	54.138,60	24.409,92	10.156,45	54.138,60	24.409,92	54.138,60	0,00
Investimentos	69.000,00	78.548,52	0,00	54.138,60	24.409,92	10.156,45	54.138,60	24.409,92	54.138,60	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	859.020,78	3.132.686,88	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	859.020,78	3.132.686,88	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	859.020,78	3.132.686,88	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Novembro à Dezembro (b)	%(b/a)	Até Dezembro (c)	%(c/a)	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas Até Dezembro (j)	Insc. Em Restos a Pagar Não Processado (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (f)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 20/jan/2017

Hora de emissão: 10h e 02m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

NÁDIA DE LORENZI  
Contador  
CRC/SC 039499/O-4

6º BIMESTRE - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO\_ SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2016 / Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (b)	%(b) / tot.(b)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (d)	%(d) tot.(d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	100,00	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	100,00	859.020,78	0,00
Administração	1.011.000,00	1.123.980,92	(28.098,95)	919.160,21	29,34	204.800,71	194.009,56	919.160,21	29,34	204.800,71	0,00
Administração Geral	1.011.000,00	1.123.980,92	(28.098,95)	919.160,21	29,34	204.800,71	194.009,56	919.160,21	29,34	204.800,71	0,00
Urbanismo	1.634.000,00	2.065.265,88	179.606,75	1.975.476,53	63,06	89.789,35	416.200,91	1.975.476,53	63,06	89.789,35	0,00
Serviços Urbanos	1.634.000,00	2.065.265,88	179.606,75	1.975.476,53	63,06	89.789,35	416.200,91	1.975.476,53	63,06	89.789,35	0,00
Gestão Ambiental	942.000,00	793.480,86	16.345,23	236.619,95	7,55	556.860,91	84.103,84	236.619,95	7,55	556.860,91	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	942.000,00	793.480,86	16.345,23	236.619,95	7,55	556.860,91	84.103,84	236.619,95	7,55	556.860,91	0,00
Agricultura	6.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Extensão Rural	6.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Desporto e Lazer	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	(1.569,81)	1.430,19	0,05	3.569,81	539,18	1.430,19	0,05	3.569,81	0,00
Outros encargos Especiais	5.000,00	5.000,00	(1.569,81)	1.430,19	0,05	3.569,81	539,18	1.430,19	0,05	3.569,81	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.600.000,00	3.991.707,66	166.283,22	3.132.686,88	100,00	859.020,78	694.853,49	3.132.686,88	100,00	859.020,78	0,00

Despesa Intra-Orçamentária

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (f)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (b)	%(b) / tot.(b)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (d)	%(d) tot.(d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Alende.Net - IPM, Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA

Data Emissão: 20/jan/2017

Hora de emissão: 10h e 03m

Notas:

LUIZ FERNANDO RALDI  
Diretor Financeiro

ELÓI RONNAU  
Diretor Executivo

NÁDIA DE LORENZI  
Contador  
CRC/SC 039499/O-4



DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA 2016

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Consórcio Público

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)		R\$ 1,00	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a) - (b)
RATEIO - Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA	39.405,96	0,00	39.405,96
RATEIO - Programa Integrado de Apoio ao Proteção e Gestão do meio Ambiente - PROAMA	64.110,01	0,00	64.110,01
Delegação Manutenção da Iluminação Pública - MIP	80.712,20	0,00	80.712,20
Delegação Serviços de Telefonia Móvel	32.406,91	0,00	32.406,91
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO E DELEGACÃO (d)</b>	<b>216.925,08</b>	<b>0,00</b>	<b>216.925,08</b>
Comunicação de Serviço Humano Máquinas	2.159,69	0,00	2.159,69
Taxas de serviços Administrativos e Multas, Juros Prevididos em Contrato	1.086,61	0,00	1.086,61
Serviço ambiental	13.184,90	0,00	13.184,90
<b>TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (e)</b>	<b>16.431,22</b>	<b>0,00</b>	<b>16.431,22</b>
<b>TOTAL (f) = (d) + (e)</b>	<b>233.356,40</b>	<b>0,00</b>	<b>233.356,40</b>

FONTE: Sistema Contábil Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Relatório disponível no [www.cimcatarina.sc.gov.br](http://www.cimcatarina.sc.gov.br)

Florianópolis, SC, 24 de janeiro de 2017

Elis Romão  
Diretor Executivo

Luiz Fernando Roldi  
Diretor Financeiro

Nádia De Lorenzi  
Contador CRC/SC 039499/O-4

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR 2016****Demonstrativo dos Restos a Pagar do Consórcio Público**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE CIMCATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
2016

RGF – ANEXO 6 (Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
RATEIO - Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA	0,00	0,00	0,00	0,00	39.405,96	0,00
PROAMA	0,00	0,00	0,00	0,00	64.110,01	0,00
Delegação Manutenção da Iluminação Pública - MIP	0,00	0,00	0,00	0,00	80.712,20	0,00
Delegação Serviços de Telefonia Móvel	0,00	0,00	0,00	0,00	32.696,91	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO E DELEGAÇÕES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	216.925,08	0,00
Contratos de serviços Horas Máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	2.159,69	0,00
Taxas de serviços Administrativos e Multas, Juros Previstos em Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.086,83	0,00
Serviços ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	13.184,80	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	16.431,32	0,00
TOTAL (IV) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	233.356,40	0,00

FONTE: Sistema Contábil Consorcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Relatório disponível no [www.cimcatarna.sc.gov.br](http://www.cimcatarna.sc.gov.br)

Florianópolis, SC, 24 de janeiro de 2017

Elói Romau  
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi  
Diretor Financeiro

Nádia De Lorenzi  
Contador CRC/SC 039499/O-4

---

**CIMVI**

---

**CONTRATO Nº 019/2014 - SEXTO TERMO ADITIVO**

-----  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE SEXTA ALTERAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 019/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Serrana Engenharia LTDA

OBJETO: Reajuste do valor contratual em 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento).

REAJUSTE: Correspondente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado no ano de 2016.

Íntegra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>contratos](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos)

Timbó, 19 de janeiro de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

-----

---

**CIS/AMARP**

---

**ATA ELEIÇÃO DIRETORIA 2017**

ATA 01/2017 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP. Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, no município de Iomerê, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os prefeitos dos municípios consorciados em Assembléia Geral. Para compor a mesa, foi convidado o presidente do CISAMARP Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do município de Iomerê, o Exmo. Senhor Pedro Rabuske, prefeito do município de Pinheiro Preto e presidente da AMARP, o Exmo. Senhor Milto Borga, vice-presidente de Iomerê, e o Exmo. Senhor Raul Ribas Neto, prefeito de Matos Costa e representante do Conselho fiscal. Fazendo uso da palavra, ao Presidente do CISAMARP cumprimentou os presentes e deu início a Assembléia Geral Ordinária do CISAMARP, sendo a pauta a que segue: I – Eleição da Diretoria do CISAMARP, II – Avaliação da solicitação de participação de municípios no CISAMARP, III – Assuntos Gerais de interesse dos municípios consorciados, IV – 11:15 - Espaço para ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, na sequência o Presidente passou a palavra ao Sr. Marcelo José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, o qual fez uma breve apresentação sobre os benefícios de ser consorciado e a forma de atuação do consórcio, em seguida informou aos presentes que conforme o artigo 13 do Estatuto há a necessidade de realização de eleição para a Diretoria e para o Conselho Fiscal do CISAMARP, realizada a eleição ficou assim definida a nova diretoria do CISAMARP: Presidente Excelentíssimo Sr. Luciano Paganini, Prefeito do Município de Iomerê, 1º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Douglas Fernando de Mello, Prefeito do município de Lebon Regis, 2º Vice-Presidente Excelentíssimo Sr. Dorival Carlos Borga, Prefeito do Município de Videira, 1º Secretário Excelentíssima Sra. Claudete Gheller Mathias, Prefeita do Município de Fraiburgo, 2º Secretário Excelentíssimo Sr. Saulo Sperotto, Prefeito do Município de Caçador, e o Conselho Fiscal ficou assim constituído: Membros efetivos: Excelentíssimo Sr. Pedro Rabuske, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, que presidirá o Conselho Fiscal, Excelentíssimo Sr. Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Excelentíssimo Sr. Pedro Spautz Netto, Prefeito do Município de Calmon, membros suplentes: Excelentíssimo Sr. Zelir Citadin, Prefeito do Município de Macieira, Excelentíssimo Sr. Ronaldo Domingo Loss, Prefeito do Município de Rio das Antas, Excelentíssimo Sr. Ivanir Zanin, Prefeito do Município de Ibiam. A referida Diretoria bem como o Conselho Fiscal, ficam

eleitos para um período de um ano, iniciando o mandato nessa data e estendendo-se até a realização de nova eleição, cujo prazo legal é até a segunda quinzena do mês de janeiro de 2018. Dando sequência a pauta da reunião o Diretor Executivo apresentou aos prefeitos a solicitação de CONSORCIAMENTO no CISAMARP do município de Luzerna, a qual foi formalizada através do ofício SMSBES 001/2017 datado do dia 09/01/2017 assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. Moisés Diersmann, colocada em votação foi aprovada em unanimidade a participação do município no CISAMARP. Dando prosseguimento o diretor expôs aos prefeitos as dificuldades enfrentadas pelo CISAMARP durante o ano de 2016 devido aos atrasos nos pagamentos por alguns municípios consorciados, sugeriu a alteração da resolução 29/2015, que estabelece normas de bloqueio do sistema de emissão de guias para os municípios inadimplentes, onde passe a constar que no município inadimplente será informado o Prefeito e/ou o secretário de Saúde por funcionário do CISAMARP do valor em débito, no primeiro dia útil após a data de vencimento do contrato de prestação de serviço ou de rateio, seja através de e-mail, correio ou mesmo contato telefônico e será bloqueado no segundo dia útil após a data de vencimento, sendo o desbloqueio realizado assim que efetuado o pagamento dos valores em atraso, colocado para aprovação foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em sequência explica os motivos e sugere alterações no estatuto e regimento interno do CISAMARP, quanto ao quadro de pessoal onde deverá ser incluído o cargo de assessoria jurídica, sendo descrição das atividades do cargo as seguintes: Prestar assessoria jurídica extrajudicial; Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio; Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios demais instrumentos jurídicos, quando solicitados; Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos; Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio; Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da instituição; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Apreciado pelos prefeitos, foi aprovado por unanimidade dos presentes. Dando prosseguimento foi explicado aos presentes que a data base de reposição salarial do CISAMARP é no mês de fevereiro, o índice de reposição é o INPC, sendo que no ano de 2016 devido ao período eleitoral o percentual de aumento aos funcionários do consórcio se referiu tão somente aos

meses de janeiro a abril de 2016, ficando para ser incluído junto a reposição do ano de 2017 os percentuais de aumento referentes ao período de maio a dezembro de 2015 e de maio de 2016 a janeiro de 2017, exposto aos prefeitos e aceito pela maioria, ficou decidido que no mês de fevereiro será incluído nos salários dos funcionários do CISAMARP o reajuste referente aos períodos acima mencionados baseados no INPC, através de resolução do Sr. Presidente deste consórcio. Em sequência passa a palavra ao Sr. Odivar Clóvis Biscaro, contador deste consórcio o qual expõe aos prefeitos a prestação de contas referente ao ano de 2016. Após foi dada a palavra ao Sr. Adir Faccio, representante da ARIS o qual expos aos prefeitos sobre a Campanha de Erradicação do Mosquito da Dengue. Nada mais havendo a tratar foi passada a palavra ao presidente do CISAMARP Sr. Luciano Paganini, o qual agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a referida assembleia, e para constar, solicitou a mim, Vera Matheus de Castro que redigisse a presente ata, a qual após lida e achada conforme, vai assinada pelos prefeitos presentes ou por seus representantes legais.

Luciano Paganini	Ildefonso Cividini
PREFEITO DE IOMERÊ	PREFEITO DE ARROIO TRINTA
PRESIDENTE DO CISAMARP	em exercício
Pedro Spautz Netto	Alencar Mendes
PREFEITO DE CALMON	VICE-PREFEITO DE CAÇADOR

Claudete G. Mathias	Ivanir Zanin
PREFEITA DE FRAIBURGO	PREFEITO DE IBIAM
Douglas Fernando de Mello	Zelir Citadin
PREFEITO DE LEBON RÉGIS	PREFEITO DE MACIEIRA
Raul Ribas Neto	Pedro Rabuske
PREFEITO DE MATOS COSTA	PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
Ronaldo Domingos Loss	Ana Rosa Zanela
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS	PREFEITA DE SALTO VELOSO
Dorival Carlos Borga	
PREFEITO DE VIDEIRA	

### ESTATUTO CISAMARP 3 ALTERAÇÃO

#### 2ª Alteração do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe

Os entes consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, deliberaram por unanimidade, dar nova redação ao Estatuto, que passa a ter a seguinte redação:

#### ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, através de seus Prefeitos reunidos em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 23 de outubro de 2009, aprovam o presente Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe- CISAMARP, com personalidade jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, objetivando ordenar a utilização dos recursos disponíveis e reforçar o papel do município na modernização da gestão pública, com observância da Lei nº 11.107/05, Decreto Federal n.º 6.017, de 17/01/2007 e legislação municipal pertinente.

#### ESTATUTO

##### TÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO, DURAÇÃO E FINALIDADE

##### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP - é pessoa jurídica de direito público, sob a forma de associação pública, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Contrato de Consórcio e demais normas pertinentes, pelo presente Estatuto Social e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

Art. 2º O CISAMARP é constituído pelos Municípios: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Salto Veloso, de acordo com as Leis Municipais aprovadas pelas respectivas Câmaras Municipais de Vereadores, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal.

§ 1º Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Protocolo de Intenções.

§ 2º A ratificação realizada após 6 (seis) meses da subscrição somente será válida após homologação da Assembléia Geral do Consórcio.

§ 3º O município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o consórcio, salvo por meio de alteração do Contrato de Consórcio Público.

##### CAPÍTULO II

##### DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO.

Art. 3º O CISAMARP terá sede e foro na Rua Manoel Roque, 89, no edifício sede da AMARP, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.  
Art. 3º O CISAMARP terá sede e foro na Rua Manoel Roque, 99, no edifício sede da AMARP, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.  
(alterado pela resolução nº 29/2014 de 08 de agosto de 2014).

Art. 4º A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 5º O CISAMARP terá duração indeterminada.

### CAPÍTULO III DAS FINALIDADES

Art. 6º São finalidades do CISAMARP:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CISAMARP;

VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

X - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;

XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XIII - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

Parágrafo Único. Para cumprir as suas finalidades o CISAMARP poderá:

I - adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio;

II - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo;

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados, mediante autorização do município, viabilizando o cumprimento do Inciso X deste artigo, sendo o faturamento e o pagamento em nome dos municípios;

V - efetuar credenciamento e/ou licitação para contratação de serviços e insumos em nome dos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

### TÍTULO II DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

#### CAPÍTULO I DA GESTÃO ASSOCIADA

Art. 7º Os entes consorciados autorizam a gestão associada de serviços públicos de saúde, delegando ao consórcio a prestação de serviços previstas no artigo 6º e seus incisos, deste Estatuto.

### TÍTULO III DOS CONTRATOS DE PROGRAMA E DE RATEIO

#### CAPÍTULO I DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 8º Os contratos de programa, tendo por objeto a totalidade ou parte dos objetivos dispostos no artigo 6º deste Estatuto, serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio.

§1º O contrato de programa deverá:

I - atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;

II - promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

§ 2º O Consórcio poderá celebrar contrato de programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/93.

#### CAPÍTULO II DO CONTRATO DE RATEIO

Art 9º Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o consórcio, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos ao consórcio.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

#### TÍTULO IV

#### DA ESTRUTURA E COMPETÊNCIAS

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O Consórcio será organizado por Contrato de Consórcio Público.

Parágrafo único. O consórcio regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembléia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto Social.

##### CAPÍTULO II

##### DA ESTRUTURA

Art. 11. O CISAMARP terá a seguinte estrutura básica:

I - Assembléia Geral;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

##### SEÇÃO I

##### DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12. A Assembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados, e será comandada por uma Diretoria, assim constituída:

I - Presidente;

II - 1º Vice-Presidente;

III - 2º Vice-Presidente;

IV - 1º Secretário;

V - 2º Secretário

§ 1º A Diretoria será escolhida em Assembleia Geral, pela maioria absoluta de seus membros, para o mandato de um ano, podendo seus membros serem reeleitos por mais um período.

§ 2º Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o concorrente mais idoso.

§ 3º Nenhum dos membros da Diretoria perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias.

§ 4º Os membros da Diretoria não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

§ 5º Poderão concorrer à eleição para a Diretoria os prefeitos dos municípios consorciados e em dia com suas obrigações contratuais, até 90 (noventa) dias antes da eleição.

§ 6º Os Vice-Prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.

§ 7º No caso de ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito assumirá a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto.

§ 8º A Assembleia Geral será presidida pelo representante legal do consórcio, ou pelo Vice-Presidente na sua falta.

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, entre a segunda quinzena de dezembro de cada ano e a segunda quinzena de janeiro do ano seguinte, para deliberação sobre o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, sobre o Plano de Metas e Orçamento para o exercício seguinte e ainda para a eleição da sua Diretoria e do Conselho Fiscal, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente do consórcio, por um quinto de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.

Parágrafo único. A Assembleia Geral reunir-se-á:

I - em primeira convocação, presentes a maioria dos entes consorciados;

II - em segunda convocação, trinta minutos após o horário estabelecido para a primeira convocação, com qualquer número de entes consorciados.

Art. 14. Cada Município consorciado terá direito a um voto na Assembleia Geral.

Parágrafo único. O voto será público e nominal.

Art. 15. Compete à Assembleia Geral:

I - Eleger a Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 6 (seis) meses de sua subscrição;

III - aprovar as alterações do Estatuto, bem como deliberar e dispor sobre os casos omissos neste estatuto;

IV - aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V - aprovar o Estatuto e suas alterações;

VI - deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio, e respectivas cotas de serviços;

VII - aprovar:

a) o Orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos

advindos de eventuais contratos de rateio;  
b) política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;  
c) o Plano de Metas;  
d) o Relatório Anual de Atividades;  
e) a prestação de contas da Diretoria Executiva, após a análise do Conselho Fiscal;  
f) a realização de operações de crédito;  
g) a celebração de convênios;  
h) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;  
i) a mudança da sede.  
VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado;  
IX - ratificar a nomeação do Diretor Executivo do Consórcio pelo Presidente;  
X - autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos previstos no anexo único deste Estatuto;  
XI - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;  
XII - contratar serviços de auditoria externa;  
XIII - aprovar a extinção do consórcio;  
XIV - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.  
XV - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual de remuneração dos empregados do CISAMARP; (incluído pela resolução nº 14/2013 de 10 de maio de 2013);  
XVI - instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos no Brasil e Exterior, bem como regulamentar o regime de adiantamentos; (incluído pela resolução nº 14/2013 de 10 de maio de 2013);  
XVI - alterar o quadro de pessoal do consórcio ou as atribuições dos empregos públicos; (incluído pela resolução nº 14/2013 de 10 de maio de 2013).

Art. 16. O quorum de deliberação da Assembleia Geral será de:

I - unanimidade de votos de todos os consorciados para as competências dispostas nos incisos III e XIII do artigo anterior;

II - maioria absoluta de todos os consorciados para a competência disposta no inciso VII, alínea "h", do artigo anterior;

III - maioria simples dos consorciados presentes para as demais deliberações.

§ 1º Compete ao Presidente, além do voto normal, o voto de minerva.

§ 2º Havendo consenso entre seus membros, as deliberações tomadas por maioria simples dos consorciados presentes poderão ser efetivadas através de aclamação.

Art. 17. Compete ao Presidente do Consórcio:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia";

II - presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de minerva;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

VI - convocar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;

VII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do Consórcio;

VIII - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 1º As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

## SEÇÃO II

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 18. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização do CISAMARP, será composto por 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, devendo seu mandato coincidir com o da Diretoria, assim distribuídos:

I - três membros efetivos e três suplentes, eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados;

II - dois membros efetivos e dois suplentes, indicados pelo Colegiado de Secretários de Saúde da região da AMARP.

§ 1º O Conselho Fiscal será presidido por um dos seus membros, escolhido entre seus pares de acordo com o previsto no artigo 13 e neste artigo, eleito para o mandato de um ano.

§ 2º Nenhum dos membros do Conselho Fiscal perceberá remuneração ou quaisquer espécies de verbas indenizatórias

Art. 19. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar mensalmente a contabilidade do Consórcio;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade e propor à Assembleia Geral a contratação de auditorias;

III - emitir parecer sobre a proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidas à Assembleia Geral;

IV - eleger entre seus pares um Presidente.

Art. 20. O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria absoluta de seus integrantes convocará, obrigatoriamente, a Diretoria Executiva para as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

### SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 21. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CISAMARP e será constituída por um Diretor Executivo escolhido pelo Presidente do Consórcio.

Art. 22. Compete ao Diretor Executivo:

- I - promover a execução das atividades do Consórcio;
- II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, após o parecer do Presidente do Consórcio;
- III - elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;
- IV - elaborar o Balanço e Relatório de Atividades Anual;
- V - elaborar os Balançetes Mensais para ciência da Assembleia Geral e Conselho Fiscal;
- VI - elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;
- VII - dar publicidade anualmente do Balanço Anual do Consórcio;
- VIII - movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
- IX - autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Metas, mediante cotação prévia de preços e observado o artigo 25 deste Estatuto;
- X - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;
- XI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;
- XII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal;
- XIII - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com entidades e profissionais autônomos;
- XIV - propor à Assembleia Geral a requisição de Servidores Municipais, Estaduais e Federais para servir ao Consórcio.
- XV - expedir certidões, declarações, emitir recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CISAMARP. (incluído pela resolução nº 14/2013 de 10 de maio de 2013);

### TÍTULO V DA GESTÃO ADMINISTRATIVA CAPÍTULO I DOS AGENTES PÚBLICOS

Art. 23. O Regime de Trabalho dos empregados do consórcio é o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com ingresso mediante concurso público.

§ 1º A estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Estatuto, será definida no Regimento Interno.

§ 2º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados.

§ 3º Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições do Estatuto do consórcio.

Art. 24. O quadro de pessoal do Consórcio é composto por 10 (dez) empregados públicos, na conformidade do Anexo II deste Estatuto.

§ 1º O emprego público de Diretor Executivo do consórcio deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência de gestão de serviços de saúde, com formação de nível superior, de livre admissão e demissão.

§ 2º A remuneração dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Estatuto.

§ 3º Os empregados públicos não têm direito à estabilidade no serviço público.

### CAPÍTULO II DAS CONTRATAÇÕES

Art. 25. As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo consórcio observarão as normas de licitações públicas e contratos administrativos.

Art. 26. Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo consórcio deverão ser publicados no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

### TÍTULO VI DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 28. O patrimônio do CISAMARP será constituído:

- I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;
- II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

Art. 29. Constituem recursos financeiros do CISAMARP:

- I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;
- II - a remuneração dos próprios serviços prestados;
- III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV - os saldos do exercício;
- V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

Art. 30. A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

## TÍTULO VII

### CAPÍTULO V

#### DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 31. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 32. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do CISAMARP os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

## TÍTULO V

### DA RETIRADA, EXCLUSÃO E ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### DA RETIRADA

Art. 33. Cada sócio poderá se retirar, a qualquer momento do Consórcio, desde que denuncie sua contratação num prazo nunca inferior a sessenta dias, sem prejuízo das obrigações e direitos, até sua efetiva retirada.

#### CAPÍTULO II

##### DA EXCLUSÃO

Art. 34. Será excluído do Consórcio o participante que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação devida ao Consórcio assumida em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o consorciado poderá se reabilitar.

Art. 35. Será igualmente excluído o consorciado inadimplente por período superior a 30 (trinta) dias com as obrigações assumidas em contrato de rateio.

Parágrafo Único. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

Art. 36. A alteração e a extinção de contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificada mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

§ 4º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

## TÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37. A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do CISAMARP acontecerá na forma prevista no regimento interno, aprovado em assembleia geral, sendo a primeira eleição realizada no mês de janeiro do exercício seguinte a ratificação por lei a todos Municípios consorciados.

Art. 38 Funções administrativas do Consórcio poderão, provisoriamente, ser delegadas à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP por meio de resolução do Presidente do Consórcio, sem ônus financeiro para o Consórcio.

#### CAPÍTULO II

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de Execução do Orçamento e prestação de contas.

§ 1º No mês de janeiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Presidente do Consórcio, para deliberação em Assembleia Geral, o Relatório de Gestão, Balanço do Exercício e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício anterior, e o Plano de Metas e Orçamento para o novo exercício.

§ 2º Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da gestão anterior, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e participar da Assembleia Geral mencionada no parágrafo anterior.

Art. 40. A interpretação do disposto neste Estatuto deverá ser compatível com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

- II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio;
- III - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio;
- IV - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.
- V - respeito aos princípios da administração pública, de modo que todos os atos executados pelo Consórcio sejam coerentes com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.
- Art. 41. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções.
- Art. 42. Os casos omissos ao presente Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral e pelas legislações aplicáveis a espécie.
- Art. 43. As normas do presente Estatuto entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.
- Art. 44. Fica estabelecido o foro da Comarca de Videira/ SC para dirimir quaisquer demandas envolvendo o Consórcio CISAMARP.

Videira/ SC, 10 de maio de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI ALCIR JOSÉ BODANESE  
PREFEITO DE PINHEIRO PRETO PREFEITO DE RIO DAS ANTAS

ALCIDIR FELCHILCHER GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO DE ARROIO TRINTA PREFEITO DE CAÇADOR

IVONE MAZUTTI DE GERONI IVO BIAZZOLO  
PREFEITO DE CALMON PREFEITO DE FRAIBURGO

CLOVIS JOSÉ BUSATTO LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO DE IBIAM PREFEITO DE IOMERÊ

LUDOVINO LABAS RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO DE LEBON RÉGIS PREFEITO DE MATOS COSTA

EMERSON ZANELLA CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO DE MACIEIRA PREFEITO DE SALTO VELOSO

WILMAR CARELLI  
PREFEITO DE VIDEIRA

HUMBERTO DALPIZZOL  
Advogado OAB Nº 15588

## ANEXO I

### I- EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	01	5.695,15(*)	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	02	3.799,74(*)	40h	Em Comissão	Curso Superior
Assessor Jurídico (**)	01	2.500,00(*)	20h	Em Comissão	Curso Superior Direito
Técnico Administrativo	02	2.279,84(*)	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	04	1.215,92(*)	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Total Geral	11				

· alterado pela resolução 09/2012.

· alterado pela resolução 17/2013.

· alterado pela resolução 11/2014.

· alterado pela resolução 20/2015.

(\*) alterado pela resolução 12/2016.

(\*\*) Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 01/2017.

### II – ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

#### DIRETOR EXECUTIVO

- Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral.
- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;

- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio, etc;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembléia;
- Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiros, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o autocontrole em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

#### GERENTE DE PROGRAMA

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.

#### ASSESSOR JURÍDICO

- Prestar assessoria jurídica extrajudicial;
- Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio;
- Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios demais instrumentos jurídicos, quando solicitados;
- Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos;
- Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio;
- Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da instituição;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

#### TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Assessorar o Consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
- Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio, na elaboração de estratégias e ações;
- Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com solicitação superior.

#### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Auxiliar o Gerente e o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
- Participar nos processos de licitação;
- Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
- Demais atividades administrativas do Consórcio.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Auxiliar na execução de atividades genéricas do consórcio, em especial a limpeza e conservação da sede do consórcio;
- Executar serviços de entrega de malotes e documentos;
- Demais serviços de apoio as atividades administrativas do consórcio.

**PORTARIA 02 2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br> [cis@amarp.org.br](mailto:cis@amarp.org.br)

Portaria nº 02/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso VIII do Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Sr. Humberto Luiz Dalpizzol, CPF nº 543.680.659-72, Identidade nº 1.912.010 SSP/SC, para exercer o cargo de Assessor Jurídico do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISAMARP, a partir do dia 24/01/2017, com carga horária semanal de 08 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 24 de janeiro de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente do CISAMARP

**REGIMENTO INTERNO 3 ALTERAÇÃO**

2ª Alteração do Regimento Interno do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe- CISAMARP

**REGIMENTO INTERNO****CAPÍTULO I****DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º O presente Regimento Interno regulamenta as atividades e institui as atribuições do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, de acordo com o que estabelece o ESTATUTO, e sua alteração foi na assembléia geral do dia 10 de maio de 2013 no Município de Videira/ SC.

**CAPÍTULO II****DA DEFINIÇÃO**

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Saúde constitui-se um Consórcio Público, sob a forma de sociedade jurídica de direito público, com caráter permanente, deliberativo, consultivo, normativo, executivo e fiscalizador das ações de saúde de média e alta complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS dos municípios associados, limitando-se aos contratos de programa e de rateio firmados.

**CAPÍTULO III****DA ESTRUTURA E SUAS COMPETÊNCIAS**

Art. 3º - A estrutura organizacional do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CIS/AMARP, compreende:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva.

I - Assembleia Geral-Diretoria;

- 01 (um) Presidente;

- 01 (um) 1º Vice-Presidente;

- 01 (um) 2º Vice-Presidente;

- 01 (um) 1º Secretário;

-01 (um) 2º Secretário.

II - Conselho Fiscal;

- 03 (Três) Membros efetivos e 03 (Três) Suplentes, eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados;

- 02 (Dois) Membros Efetivos e 02 (Dois) Suplentes, indicados pelo Colegiado de Secretários de Saúde da região da AMARP.

III – Diretoria Executiva:

- 01 (um) Diretor Executivo.

Art. 4º - Compete à Assembléia Geral:

I - eleger a Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II - homologar o ingresso no consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 6 (seis) meses de sua subscrição;

III - aprovar as alterações do Regimento Interno, bem como deliberar e dispor sobre os casos omissos neste Regimento Interno;

IV - aplicar a pena de exclusão do ente consorciado;

V - aprovar o Regimento Interno e suas alterações;

VI - deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio, e respectivas cotas de serviços;

VII - aprovar:

a) o Orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;

b) política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;

- c) o Plano de Metas;
- d) o Relatório Anual de Atividades;
- e) a prestação de contas da Diretoria Executiva, após a análise do Conselho Fiscal;
- f) a realização de operações de crédito;
- g) a celebração de convênios;
- h) a alienação e a oneração de bens imóveis do Consórcio;
- i) a mudança da sede.

VIII - aceitar a cessão onerosa de servidores do ente consorciado ou conveniado;

IX - ratificar a nomeação do Diretor Executivo do Consórcio pelo Presidente;

X - autorizar o Presidente do consórcio a prover os empregos públicos previstos no anexo único deste Estatuto;

XI - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

XII - contratar serviços de auditoria externa;

XIII - aprovar a extinção do consórcio;

XIV - deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

XV - deliberar sobre a remuneração, a concessão de vantagens pecuniárias, bem como, sobre a revisão anual de remuneração dos empregados do CISAMARP;(NR.)

XVI - instituir diárias para fins de ressarcimento das despesas de deslocamento dos empregados públicos no Brasil e Exterior, bem como regulamentar o regime de adiantamentos;(NR.)

XVI - alterar o quadro de pessoal do consórcio ou as atribuições dos empregos públicos;(NR.)

Art. 5º A Diretoria reunir-se-á ordinária e mensalmente, preferencialmente na mesma data e hora da Assembléia Geral da AMARP.

Art. 6º Compete ao Presidente da Diretoria:

I - representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores "ad negotia" e "ad iudicia";

II - presidir a Assembléia Geral e manifestar o voto de minerva;

III - dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

IV - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

VI - convocar as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Fiscal;

VII - nomear e exonerar o Diretor Executivo do Consórcio;

VIII - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Regimento Interno a outro órgão do Consórcio.

§ 1º As competências arroladas neste artigo poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 7º Compete ao Diretor Executivo:

I - promover a execução das atividades do Consórcio;

II - realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, após o parecer do Presidente do Consórcio;

III - elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;

IV - elaborar o Balanço e Relatório de Atividades Anual;

V - elaborar os Balancetes Mensais para ciência da Assembléia Geral e Conselho Fiscal;

VI - elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada pela Assembléia Geral ao Órgão Concessor;

VII - dar publicidade anualmente do Balanço Anual do Consórcio;

VIII - movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

IX - autorizar compras dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Metas, mediante cotação prévia de preços e observado o artigo 25 do Estatuto;

X - designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembléia Geral;

XII - providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembléia Geral e pelo Conselho Fiscal;

XIII - elaborar os processos de licitação para contratação de empresas e instituições e celebração de convênios ou termo de credenciamento com entidades e profissionais autônomos;

XIV - propor à Assembléia Geral a requisição de Servidores Municipais, Estaduais e Federais para servir ao Consórcio.

XV - Expedir certidões, declarações, emitir recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CISAMARP.(NR.)

Art. 8º Outras unidades de assessoria de serviços poderão ser criadas e estruturalmente vinculadas à Coordenação Técnica-Administrativa do CISAMARP, posteriormente, de acordo com as necessidades que venham a seguir, com a conseqüente expansão do Consórcio.

#### CAPÍTULO IV

#### ATOS NORMATIVOS

Art. 9º Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente do CIS-AMARP, sem prejuízo das demais atribuições previstas do Contrato de Consórcio:

I - As deliberações da Assembléia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - As normas específicas de regulamentação do Contrato de Consórcio ou do Regimento Interno em que se tenha delegado competência ao Presidente do CISAMARP;

Art. 10. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.

Art. 11. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do CIS-AMARP a respectiva publicação no órgão oficial de publicação do CISAMARP.

## CAPÍTULO V DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 12. Os funcionários componentes do quadro de pessoal da estrutura organizacional do CISAMARP, a nível Administrativo, técnico e operacional, serão disponibilizados e remunerados com encargos, pelos recursos de direito do consórcio, observando as transferências dos contratos de repasse dos consorciados e demais receitas próprias.

Art. 13. Os cargos componentes da estrutura organizacional do CISAMARP resumem-se aos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e conforme anexo I deste Regimento.

Art. 14. A jornada de trabalho dos empregados do CISAMARP é de 08 (oito) horas diárias, em turnos matutino e vespertino de no máximo quatro horas ininterruptas, perfazendo o total de 40 (quarenta) horas semanais, com intervalo intra-jornada de, no mínimo, 01 (uma) hora para alimentação e descanso.

Parágrafo Único - Os empregados que possuam jornada de trabalho diária ou semanal diferenciada da estabelecida no caput deste artigo, terão seu horário de trabalho regular disciplinado em ato da Diretoria Executiva, no que couber.

## CAPÍTULO VI DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Art. 15. O Plano de Trabalho e Atividades do CISAMARP prevê a implantação gradativa a partir de janeiro de 2010, dos serviços de saúde previstos no Estatuto e neste Regimento Interno, para atender a demanda, de acordo com a avaliação e programação técnica e com os recursos financeiros orçamentários e disponíveis.

Art. 16. Os serviços de contabilidade, de publicação em editais de credenciamentos e demais despesas de custeio, correrão por conta da Taxa de Administração aprovada em Assembléia Geral, cabida ao CISAMARP sobre o valor pactuado nos contratos de repasse.

Art. 17. Os municípios sócios, membros do CISAMARP em Assembléia Geral aprovarão o repasse de recursos para manutenção do CISAMARP.

Art. 18. Os valores pagos aos serviços credenciados, nas consultas, procedimentos, exames de auxílio diagnóstico e outros demais serviços, serão os levantados através de processos de licitação, conforme legislação pertinente.

Parágrafo Único - Esgotados os prazos e os mecanismos licitatórios, aos serviços credenciados e não aparecendo prestadores interessados, poderá o CISAMARP promover novos editais de credenciamento, em tabela de valores elaborada pelo Colegiado de Secretários Municipais de Saúde do CISAMARP, anuída e projetada pela Diretoria do CISAMARP, aos serviços listados e de interesse dos municípios membros associados conforme contratos de programa.

Art. 19. Para os serviços a serem contratados, usar-se-á a modalidade de editais de credenciamento, ou convênio, quando houver mútuos e específicos interesses, dentro dos preceitos estabelecidos em Lei.

Art. 20. Poderá o Município membro associado do CISAMARP, não usar o valor integral de sua quota mensal definida pelo Consórcio, que ficará de crédito para os meses subseqüentes.

Art. 21. Todas as faturas de serviços credenciados apresentadas aos municípios membros do Consórcio, que ultrapassarem seus valores preconizados no seu repasse mensal ou de suas eventuais reservas financeiras existentes, serão cobradas complementarmente, anexados sempre os relatórios descritivos dos serviços prestados, no máximo até o dia 5 (cinco) do mês subseqüente.

Art. 22. Todos os eventuais investimentos necessários, no que concerne, a obras físicas, equipamentos, material permanente, para prestação de serviços, serão submetidos à análise prévia dos membros integrantes do consórcio, através de orçamentação específica, para posterior aprovação, através de "chamadas de capital".

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23º - A alteração deste Regimento Interno dar-se-á por voto de 2/3 dos associados em reunião ordinária, ou convocada para este fim específico.

Art. 24º - As normas do presente Regimento Interno entrarão em vigor a partir da data da sua aprovação pela Assembléia Geral do CISAMARP.

## ANEXO I QUADRO DE CARGOS E FORMA DE PROVIMENTO, DOS EMPREGADOS DO CISAMARP I - EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Emprego	Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Provimento	Escolaridade Mínima
Diretor Executivo	01	5.695,15(*)	40h	Em Comissão	Curso Superior
Gerente de Programa	02	3.799,74(*)	40h	Em Comissão	Curso Superior
Assessor Jurídico (**)	01	2.500,00(*)	20h	Em Comissão	Curso Superior Direito
Técnico Administrativo	02	2.279,84(*)	40h	Concurso Público	Curso Superior
Auxiliar Administrativo	04	1.215,92(*)	40h	Concurso Público	Ensino Médio
Total Geral	11				

· alterado pela resolução 09/2012.

· alterado pela resolução 17/2013.

· alterado pela resolução 11/2014.

· alterado pela resolução 20/2015.

(\*) alterado pela resolução 12/2016.

(\*\*) Alterado pela Assembléia Geral conforme ata 01/2017.

## II – ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

### DIRETOR EXECUTIVO

- Administrar as ações desenvolvidas pelo Consórcio, na condição de gestor e articulador, fomentando discussões, debates e reuniões, no intuito de aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelo Consórcio para seus entes e para a população da área de influência de uma maneira geral.
- Controlar a movimentação de documentos internos e externos;
- Implantar na esfera do Consórcio, técnicas de organização e métodos, administração financeira, administração de recursos humanos, administração de materiais e compras, administração de patrimônio (bens, valores e capitais), administração de custos e administração do serviço público;
- Coordenar as atividades dos outros empregos públicos vinculados ao Consórcio, como gestor delegado pela Presidência;
- Elaborar as pautas das reuniões, responsabilizando-se por todas as questões afeitas ao tema, tais como convocação, preparação de espaços físicos e material de apoio, etc;
- Manter sob controle a agenda de atividades, o edital e atas do Consórcio e da Assembléia;
- Administrar o patrimônio e as questões orçamentárias do Consórcio, elaborando análises e relatórios contábil e financeiros, evidenciando a saúde financeira e defendendo estratégias adequadas a cada caso;
- Propor pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos relacionados às atividades do Consórcio, perseguindo os objetivos definidos;
- Quando cabível, subscrever documentos em nome do Consórcio;
- Encarregar-se da representação do Consórcio perante os agentes de controle e a opinião pública de maneira geral, prestando contas e apresentando realizações, balancetes e balanços, estratégias e ações de valorização e de qualificação ambiental, no âmbito das competências do Consórcio;
- Exercer o auto-controle em cada operação/tarefa, observando os parâmetros de qualidade e segurança estabelecidos, avaliando-os e registrando se necessários os resultados obtidos;
- Executar outras tarefas correlatas as acima descritas, de acordo com a solicitação dos superiores.

### GERENTE DE PROGRAMA

- Auxiliar o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Organizar e executar a gestão administrativa do Consórcio, em especial a relativa a recursos humanos e aos processos burocráticos do Consórcio;
- Executar os processos de licitação pública e os contratos administrativos;
- Supervisionar os aspectos contábeis e financeiros do Consórcio.

### ASSESSOR JURÍDICO

- Prestar assessoria jurídica extrajudicial;
- Emitir pareceres sobre questões jurídicas de interesse do Consórcio;
- Examinar previamente e propor os ajustes necessários às minutas de editais, de contratos, acordos, convênios demais instrumentos jurídicos, quando solicitados;
- Redigir ou formatar documentos jurídicos, elaborar minutas de atos normativos;
- Orientar e preparar processos administrativos e outros pertinentes a rotina de trabalho do consórcio;
- Auxiliar nos trabalhos das comissões instituídas; analisar a legislação e orientar a sua aplicação no âmbito da instituição;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

### TÉCNICO ADMINISTRATIVO

- Assessorar o Consórcio em sua área de competência e formação, gerando dados e informações, subsidiando e compartilhando experiências no desenvolvimento das atividades da entidade;
- Prestar assessoria técnica aos entes consorciados e ao próprio Consórcio, na elaboração de estratégias e ações;
- Desenvolver, analisar e emitir parecer sobre projetos, especificações, pareceres e normas técnicas;
- Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, de acordo com solicitação superior.

### AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Auxiliar o Gerente e o Diretor Executivo em suas atribuições;
- Responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio;
- Participar nos processos de licitação;
- Realizar o controle de documentos de pessoal do Consórcio;
- Demais atividades administrativas do Consórcio.

### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Auxiliar na execução de atividades genéricas do consórcio, em especial a limpeza e conservação da sede do consórcio;
  - Executar serviços de entrega de malotes e documentos;
  - Demais serviços de apoio às atividades administrativas do consórcio.
- \* = Os cargos serão providos nos termos da legislação em vigor.

## CLÁUSULAS DO ANEXO I

Cláusula 1.<sup>a</sup> A permanência nos cargos está limitada a existência do Consórcio de forma ativa. Na dissolução, extinguem-se os cargos e automaticamente os contratos de pessoal tanto do nível CC quanto CT, restando ao consórcio, a obrigação do pagamento dos direitos trabalhistas que faz jus o empregado, de acordo com a CLT.

Cláusula 2.<sup>a</sup> O servidor que, a serviço, se afastar da sede do consórcio entendida como o município de Videira/SC, para outro município, fará jus ao pagamento das despesas com transporte, hospedagem e alimentação, mediante adiantamento, onde serão ressarcidas suas despesas com relação ao deslocamento, através das notas fiscais comprovando as despesas, anexando ao roteiro de viagem.

Cláusula 3.<sup>a</sup> Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

Cláusula 4.<sup>a</sup> Os empregados contratados serão regidos pelos artigos deste Regimento Interno, pelas Cláusulas deste anexo e pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, definindo-se o Regime Celetista como regime único. Terão como reajustes salariais à data base maio e o Índice Oficial INPC.

Cláusula 4.<sup>a</sup> Os empregados contratados serão regidos pelos artigos deste Regimento Interno, pelas Cláusulas deste anexo e pela CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, definindo-se o Regime Celetista como regime único. Terão como reajustes salariais à data base fevereiro e o Índice Oficial INPC. (NR) ALTERADO PELA RESOLUÇÃO 18/2016.

Cláusula 5.<sup>a</sup> O Edital de Concurso para investidura nos cargos CT, definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, cargo, atribuições, vencimento, tipo de prova (escrita, prática e prático-orais), podendo utilizar-se das três, bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do cargo.

Videira/ SC, 29 de junho de 2016.

ALCIDIR FELCHILCHER	GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO DE ARROIO TRINTA	PREFEITO DE CAÇADOR
IVONE MAZUTTI DE GERON	IVO BIAZZOLO
PREFEITO DE CALMON	PREFEITO DE FRAIBURGO
GILMAR FONTANA	LUCIANO PAGANINI
PREFEITO DE IBIAM	PREFEITO DE IOMERÊ
LUDOVINO LABAS	RAUL RIBAS NETO
PREFEITO DE LEBON RÉGIS	PREFEITO DE MATOS COSTA
EMERSON ZANELLA	EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE MACIEIRA	PREFEITO DE PINHEIRO PRETO
ALCIR JOSÉ BODANESE	CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO DE RIO DAS ANTAS	PREFEITO DE SALTO VELOSO
WILMAR CARELLI	
PREFEITO DE VIDEIRA	

HUMBERTO DALPIZZOL  
Advogado OAB Nº 15588

**RESOLUÇÃO 01/2017**

Resolução nº 01/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

G. Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patologia Ltda, CNPJ: 78.491.172/0001-00, situada na Avenida XV de Novembro, 138 - Centro, Joaçaba - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 100/2017.

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR CIS
CLEARANCE OSMOLAR	0.20.20.10.01-5	3,51
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	0.20.20.10.08-2	3,51
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE ALDOLASE	0.02.20.10.14-7	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	0.20.20.10.16-3	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	0.20.20.10.17-1	3,68
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRA-COES	0.20.20.10.20-1	2,01
DOSAGEM DE CALCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	0.20.20.10.23-6	2,01
DOSAGEM DE CLORETO	0.20.20.10.26-0	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	0.20.20.10.30-9	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	0.20.20.10.33-3	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOLATO	0.20.20.10.40-6	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	0.20.20.10.44-9	2,01
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0.20.20.10.50-3	7,86
DOSAGEM DE LACTATO	0.20.20.10.53-8	3,68
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0.20.20.10.56-2	2,01

DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	0.20.20.10.58-9	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	0.20.20.10.59-7	3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	0.20.20.10.60-0	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRA-COES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO -OXALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO -PIRUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0.20.20.10.66-0	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	0.20.20.10.68-6	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	0.20.20.10.71-6	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.10.72-4	4,42
PROVA DA D-XIOSE	0.20.20.10.74-0	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPO-GLICEMIANES ORAIS	0.20.20.10.75-9	6,55
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CONTAGEM DE PLAQUETAS	0.20.20.20.02-9	2,73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0.20.20.20.03-7	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	0.20.20.20.04-5	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	0.20.20.20.06-1	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	0.20.20.20.08-8	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	0.20.20.20.10.0	9,00
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	0.20.20.20.12-6	2,85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	0.20.20.20.29-0	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.30-4	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	0.20.20.20.31-2	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	0.20.20.20.33-9	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	0.20.20.20.34-7	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.35-5	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	0.20.20.20.36-3	2,73
HEMATOCRITO	0.20.20.20.37-1	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
LEUCOGRAMA	0.20.20.20.39-8	2,73
PESQUISA DE CELULAS LE	0.20.20.20.41-0	4,11

PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	0.20.20.20.42-8	2,73
PESQUISA DE FILARIA	0.20.20.20.43-6	2,73
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	0.20.20.20.46-0	2,73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	0.20.20.20.48-7	4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73
Nível de Organização - 0202030008 - EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	0.20.20.30.06-7	9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0.20.20.30.07-5	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.08-3	9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	0.20.20.30.11-3	13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	0.20.20.30.18-0	17,16
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.20-2	2,83
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.25-3	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.26-1	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	0.20.20.30.27-0	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	0.20.20.30.28-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	0.20.20.30.31-8	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	0.20.20.30.32-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	0.20.20.30.38-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	0.20.20.30.40-7	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEX SUPRARENAL	0.20.20.30.43-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	0.20.20.30.44-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	0.20.20.30.45-8	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	0.20.20.30.46-6	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	0.20.20.30.47-4	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	0.20.20.30.48-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	0.20.20.30.50-4	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	0.20.20.30.51-2	10,00

PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	0.20.20.30.52-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	0.20.20.30.53-9	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSOMAS	0.20.20.30.55-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	0.20.20.30.57-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	0.20.20.30.58-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	0.20.20.30.59-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	0.20.20.30.60-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	0.20.20.30.61-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	0.20.20.30.63-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	0.20.20.30.64-4	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCIAL RESP	0.20.20.30.71-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMYDIA	0.20.20.30.72-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTI-LEISHMANIAS	0.20.20.30.75-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.76-8	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.77-6	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.82-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.83-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.84-9	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-LEISHMANIAS	0.20.20.30.86-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTI-TRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.88-1	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.93-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.94-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.95-4	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	0.20.20.30.96-2	13,35

PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	0.20.20.31.00-4	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	0.20.20.31.01-2	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	0.20.20.31.02-0	10,00
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	0.20.20.31.04-7	10,00
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.11-0	2,88
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.12-8	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.13-6	10,00
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.16-0	10,00
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	0.20.20.31.17-9	2,83
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	0.20.20.40.01-1	1,65
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	0.20.20.40.03-8	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	0.20.20.40.04-6	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	0.20.20.40.05-4	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	0.20.20.40.06-2	1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.07-0	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	0.20.20.40.08-9	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	0.20.20.40.09-7	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	0.20.20.40.10-0	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	0.20.20.40.11-9	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	0.20.20.40.12-7	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0.20.20.40.13-5	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0.20.20.40.14-3	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	0.20.20.40.15-1	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	0.20.20.40.16-0	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	0.20.20.40.17-8	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	0.20.20.50.01-7	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	0.20.20.50.02-5	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	0.20.20.50.03-3	3,51
CLEARANCE DE UREIA	0.20.20.50.04-1	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	0.20.20.50.05-0	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	0.20.20.50.06-8	3,70
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0.20.20.50.09-2	8,12
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0.20.20.50.11-4	2,04
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	0.20.20.50.15-7	3,04
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	0.20.20.50.19-0	2,04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	0.20.20.60.01-2	12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	0.20.20.60.02-0	12,54

DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	0.20.20.60.04-7	10,20
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	0.20.20.60.08-0	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	0.20.20.60.09-8	11,89
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA	0.20.20.60.12-8	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	0.20.20.60.17-9	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	0.20.20.60.18-7	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	0.20.20.60.19-5	14,12
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	0.20.20.60.20-9	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	0.20.20.60.21-7	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	0.20.20.60.22-5	10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	0.20.20.60.23-3	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	0.20.20.60.24-1	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	0.20.20.60.28-4	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	0.20.20.60.32-2	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	0.20.20.60.35-7	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	0.20.20.70.05-0	15,65
DOSAGEM DE ALUMINIO	0.20.20.70.08-5	27,50
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.16-6	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	0.20.20.70.17-4	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	0.20.20.70.18-2	58,61
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	0.20.20.70.20-4	8,97
DOSAGEM DE FENITOINA	0.20.20.70.22-0	35,22
DOSAGEM DE LITIO	0.20.20.70.25-5	2,25
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.27-1	4,11
DOSAGEM DE TEOFILINA	0.20.20.70.33-6	15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	0.20.20.70.34-4	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65

ANTIBIOGRAMA	0.20.20.80.01-3	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	0.20.20.80.02-1	13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	0.20.20.80.04-8	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	0.20.20.80.05-6	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	0.20.20.80.06-4	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	0.20.20.80.07-2	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0.20.20.80.08-0	5,62
CULTURA PARA BAAR	0.20.20.80.11-0	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	0.20.20.80.12-9	10,25
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	0.20.20.80.14-5	2,80
HEMOCULTURA	0.20.20.80.15-3	11,49
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	0.20.20.80.18-8	2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	0.20.20.80.19-6	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	0.20.20.80.20-0	2,80
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	0.20.20.80.22-6	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	0.20.20.80.23-4	5,04
DOSAGEM DE FRUTOSE	0.20.20.90.10-8	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	0.20.20.90.11-6	2,01
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES ( ELISA )	0.20.20.90.21-3	9,70
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	0.20.21.20.08-2	1,37
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE OVARIO (CA 125)	90158*	20,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE MAMA (CA 15-3)	90166*	12,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER GASTROENTEROESTINAL (CA 19-9)	90174*	12,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGA (ELISA) ANTICLAMIDIA	90182*	20,00
UISA DE ANTICORPOS IGG (IFI) ANTICLAMIDIA	90190*	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212*	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204*	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (IFI) ANTICLAMIDIA	90220*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120*	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DO MICOPLASMA	9016015*	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139*	15,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260*	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228*	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGG	9016325*	98,00
DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00

HLA-B-27	9016449*	87,00
PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00
PESQUISA DE ESTREPTOCOCO DO GRUPO B EM SWAB VAGINAL E ANAL	9016546*	50,00
toxoplasmose Igg avidéz	9016201*	45,00
Exame Anátomo-Patológico p/ Congelamento /Parafina (exceto Colo Uterino) –Peça Cirúrgica	0.20.30.20.03-0	24,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo 3 coletas)	0.20.30.10.02-7	10,65
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino	0.20.30.20.02-2	43,21
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	0.20.30.10.01-9	6,64
Imunohistoquímica de Neoplasias Malignas (por marcador)	0.20.30.20.04-9	92,00
Exame Anátomo-Patológico de Mama-biópsia	0.20.30.20.06-5	24,00
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino-biópsia	0.20.30.20.08-1	24,00
Exame Citopatológico Cérvico Vaginal/Microflora - Rastreamento	0.20.30.10.08-6	7,30

Código próprio CISAMARP (\*)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 20 de janeiro de 2017.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

**RESOLUÇÃO 02/2017**

Resolução nº 02/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

Clinica de Anestesiologia Maccarini Vieira Ltda, CNPJ: 22.299.959/0001-02, situada na Rua Coronel Fagundes, 180, esquina com Luiz Ferlin Senior, 180, Centro, Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010, Termo de credenciamento 101/2017.

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada de Anestesia	03.01.01.007-2	60,00
Consulta Pré- anestésica	90360*	60,00
(*) código próprio CISAMARP		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 20 de janeiro de 2017.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

**RESOLUÇÃO 03 2017**

Resolução nº 03/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

CONSIDERANDO que o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO que cada município consorciado mantém com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP em sua Cláusula quarta – Parágrafo segundo - O Município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2017, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço;

CONDIDERANDO que o CONTRATO DE RATEIO que os municípios consorciados mantém com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP em sua Cláusula quarta – Parágrafo único - O CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará ao CONSÓRCIO/CONTRATADO, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2017, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês.

CONSIDERANDO que o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO e o CONTRATO DE RATEIO dispõem em sua Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação. e em sua Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

CONSIDERANDO ainda que o Consórcio tem papel preponderante em manter os serviços de saúde disponíveis a todos os municípios consorciados, não poderá prejudicar os que cumprem mensalmente com suas obrigações em detrimento de eventuais inadimplências.

CONSIDERANDO a decisão por unanimidade dos prefeitos reunidos em Assembléia Geral, realizada no dia 23 de janeiro de 2017, quanto ao bloqueio do sistema de emissão de guias, ao município inadimplente, registrada na ata 01/2017 da referida Assembléia.

**RESOLVE:**

Art. 1º No primeiro dia útil após a data de vencimento dos contratos de Prestação de Serviço e de Rateio, um funcionário do CISAMARP, verificará na conta bancária os depósitos efetuados, identificando valores em débito, notificará no mesmo dia, o Prefeito Municipal ou o Secretário de Saúde do valor devido, através de e-mail ou documento entregue em mãos ou mesmo contato telefônico. No segundo dia útil a data de vencimento, procederá nova verificação bancária e não havendo a regularização do valor em atraso, informará o presidente deste consórcio e bloqueará o sistema de emissão de guias no mesmo dia ao final do expediente do CISAMARP.

Art. 2º Assim que o pagamento for efetuado, deverá o município em débito informar o CISAMARP para que o sistema de emissão de guias seja desbloqueado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 24 de janeiro de 2017.

Luciano Paganini

Presidente CISAMARP

**RESOLUÇÃO 04 2017**

Consórcio Intermunicipal de Saúde-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. <a href="http://www.amarp.org.br">http://www.amarp.org.br</a> <a href="mailto:cis@amarp.org.br">cis@amarp.org.br</a>
---

Resolução Nº 04/2017

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

CONSIDERANDO que Marcélio José Borsatti - CPF 425.790.239-68 foi nomeado pela Portaria 04/2016 para exercer o cargo de Diretor Executivo desde 15 de março de 2016;

**RESOLVE:**

Delegar que o mesmo seja responsável pela movimentação de contas bancárias e os recursos do Consórcio, junto à Instituição Financeira Banco do Brasil, juntamente com o Presidente Sr. Luciano Paganini.

O mesmo, juntamente com o Presidente, terá os Poderes de:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPOSITO  
AUTORIZAR COBRANCA  
UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO  
SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS  
REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
ENDOSSAR CHEQUE  
SUSTAR CONTRA - ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES - POUPANCA  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG  
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER-RPG  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTOS E OP. CREDITO  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO  
EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE - MEIO ELETRONICO  
ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO  
CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO - DDA

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 24 de janeiro de 2017.

Luciano Paganini  
Presidente CISAMARP

**RESOLUÇÃO CPL 01/2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. <a href="http://www.amarp.org.br">http://www.amarp.org.br</a> <a href="mailto:cis@amarp.org.br">cis@amarp.org.br</a> CNPJ 11.023.771/0001-10
--

Resolução nº. 01/2017 - CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2017.

**RESOLVE:**

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa o G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PATOLOGIA LTDA, CNPJ 78.491.172/0001-00, com sede a Avenida XV de

novembro, 138, bairro Centro – Joaçaba - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR CIS
CLEARANCE OSMOLAR	0.20.20.10.01-5	3,51
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	0.20.20.10.08-2	3,51
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0.20.20.10.12-0	1,85
DOSAGEM DE ALDOLASE	0.02.20.10.14-7	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	0.20.20.10.16-3	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	0.20.20.10.17-1	3,68
DOSAGEM DE AMILASE	0.20.20.10.18-0	2,25
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	0.20.20.10.20-1	2,01
DOSAGEM DE CALCIO	0.20.20.10.21-0	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0.20.20.10.22-8	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	0.20.20.10.23-6	2,01
DOSAGEM DE CLORETO	0.20.20.10.26-0	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0.20.20.10.27-9	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0.20.20.10.28-7	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0.20.20.10.29-5	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	0.20.20.10.30-9	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	0.20.20.10.31-7	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	0.20.20.10.32-5	3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	0.20.20.10.33-3	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	0.20.20.10.36-8	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	0.20.20.10.38-4	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0.20.20.10.39-2	3,51
DOSAGEM DE FOLATO	0.20.20.10.40-6	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	0.20.20.10.41-4	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0.20.20.10.42-2	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0.20.20.10.43-0	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	0.20.20.10.44-9	2,01
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	0.20.20.10.46-5	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0.20.20.10.47-3	1,85
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	0.20.20.10.50-3	7,86
DOSAGEM DE LACTATO	0.20.20.10.53-8	3,68
DOSAGEM DE LIPASE	0.20.20.10.55-4	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0.20.20.10.56-2	2,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	0.20.20.10.57-0	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	0.20.20.10.58-9	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	0.20.20.10.59-7	3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	0.20.20.10.60-0	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	0.20.20.10.61-9	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	0.20.20.10.62-7	1,85
DOSAGEM DE SODIO	0.20.20.10.63-5	1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	0.20.20.10.64-3	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	0.20.20.10.65-1	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0.20.20.10.66-0	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0.20.20.10.67-8	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	0.20.20.10.68-6	3,51
DOSAGEM DE UREIA	0.20.20.10.69-4	1,85

DOSAGEM DE VITAMINA B12	0.20.20.10.70-8	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	0.20.20.10.71-6	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0.20.20.10.72-4	4,42
PROVA DA D-XIOSE	0.20.20.10.74-0	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTES ORAIS	0.20.20.10.75-9	6,55
Nível de Organização-0202020002-EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA		
CONTAGEM DE PLAQUETAS	0.20.20.20.02-9	2,73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0.20.20.20.03-7	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	0.20.20.20.04-5	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	0.20.20.20.06-1	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0.20.20.20.07-0	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	0.20.20.20.08-8	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	0.20.20.20.09-6	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	0.20.20.20.10-0	9,00
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	0.20.20.20.12-6	2,85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)	0.20.20.20.13-4	5,77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	0.20.20.20.14-2	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	0.20.20.20.15-0	2,73
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	0.20.20.20.29-0	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.30-4	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	0.20.20.20.31-2	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	0.20.20.20.33-9	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	0.20.20.20.34-7	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0.20.20.20.35-5	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	0.20.20.20.36-3	2,73
HEMATOCRITO	0.20.20.20.37-1	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	0.20.20.20.38-0	4,11
LEUCOGRAMA	0.20.20.20.39-8	2,73
PESQUISA DE CELULAS LE	0.20.20.20.41-0	4,11
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	0.20.20.20.42-8	2,73
PESQUISA DE FILARIA	0.20.20.20.43-6	2,73
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	0.20.20.20.46-0	2,73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	0.20.20.20.48-7	4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	0.20.20.20.49-5	2,73
PROVA DO LACO	0.20.20.20.50-9	2,73
Nível de Organização - 0202030008 - EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS		
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	0.20.20.30.06-7	9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0.20.20.30.07-5	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.08-3	9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	0.20.20.30.09-1	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	0.20.20.30.10-5	16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	0.20.20.30.11-3	13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0.20.20.30.12-1	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0.20.20.30.13-0	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	0.20.20.30.15-6	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	0.20.20.30.16-4	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	0.20.20.30.18-0	17,16
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	0.20.20.30.20-2	2,83
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.25-3	10,00

PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	0.20.20.30.26-1	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	0.20.20.30.27-0	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	0.20.20.30.28-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	0.20.20.30.30-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	0.20.20.30.31-8	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	0.20.20.30.32-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0.20.20.30.34-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	0.20.20.30.35-0	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	0.20.20.30.36-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	0.20.20.30.38-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	0.20.20.30.40-7	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEZ SUPRARENAL	0.20.20.30.43-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	0.20.20.30.44-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	0.20.20.30.45-8	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	0.20.20.30.46-6	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	0.20.20.30.47-4	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	0.20.20.30.48-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	0.20.20.30.49-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	0.20.20.30.50-4	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	0.20.20.30.51-2	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	0.20.20.30.52-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	0.20.20.30.53-9	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	0.20.20.30.55-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	0.20.20.30.56-3	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	0.20.20.30.57-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	0.20.20.30.58-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	0.20.20.30.59-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	0.20.20.30.60-1	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	0.20.20.30.61-0	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0.20.20.30.62-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	0.20.20.30.63-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE	0.20.20.30.64-4	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC)	0.20.20.30.67-9	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESP	0.20.20.30.71-7	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	0.20.20.30.72-5	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.74-1	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	0.20.20.30.75-0	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.76-8	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.77-6	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.80-6	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.81-4	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.82-2	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.83-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	0.20.20.30.84-9	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0.20.20.30.85-7	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	0.20.20.30.86-5	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	0.20.20.30.87-3	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	0.20.20.30.88-1	9,25

PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV)	0.20.20.30.91-1	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0.20.20.30.92-0	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	0.20.20.30.93-8	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	0.20.20.30.94-6	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	0.20.20.30.95-4	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	0.20.20.30.96-2	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	0.20.20.30.97-0	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	0.20.20.30.98-9	18,55
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	0.20.20.31.00-4	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	0.20.20.31.01-2	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	0.20.20.31.02-0	10,00
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0.20.20.31.04-7	10,00
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.11-0	2,88
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.12-8	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.13-6	10,00
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0.20.20.31.16-0	10,00
VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	0.20.20.31.17-9	2,83
DOSAGEM DE ESTERCIBILINOGENIO FECAL	0.20.20.40.01-1	1,65
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	0.20.20.40.03-8	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	0.20.20.40.04-6	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	0.20.20.40.05-4	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	0.20.20.40.06-2	1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	0.20.20.40.07-0	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	0.20.20.40.08-9	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	0.20.20.40.09-7	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	0.20.20.40.10-0	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	0.20.20.40.11-9	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	0.20.20.40.12-7	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0.20.20.40.13-5	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0.20.20.40.14-3	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	0.20.20.40.15-1	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	0.20.20.40.16-0	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	0.20.20.40.17-8	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	0.20.20.50.01-7	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	0.20.20.50.02-5	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	0.20.20.50.03-3	3,51
CLEARANCE DE UREIA	0.20.20.50.04-1	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	0.20.20.50.05-0	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	0.20.20.50.06-8	3,70
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0.20.20.50.09-2	8,12
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	0.20.20.50.11-4	2,04
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	0.20.20.50.15-7	3,04
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	0.20.20.50.19-0	2,04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	0.20.20.60.01-2	12,54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	0.20.20.60.02-0	12,54
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	0.20.20.60.04-7	10,20
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	0.20.20.60.08-0	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	0.20.20.60.09-8	11,89

DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0.20.20.60.11-0	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA	0.20.20.60.12-8	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	0.20.20.60.13-6	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	0.20.20.60.14-4	11,25
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0.20.20.60.16-0	10,15
DOSAGEM DE ESTRIOL	0.20.20.60.17-9	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA	0.20.20.60.18-7	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA	0.20.20.60.19-5	14,12
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	0.20.20.60.20-9	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	0.20.20.60.21-7	7,85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	0.20.20.60.22-5	10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	0.20.20.60.23-3	7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	0.20.20.60.24-1	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	0.20.20.60.25-0	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	0.20.20.60.26-8	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	0.20.20.60.27-6	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	0.20.20.60.28-4	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0.20.20.60.29-2	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	0.20.20.60.30-6	10,15
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	0.20.20.60.32-2	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	0.20.20.60.33-0	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0.20.20.60.34-9	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	0.20.20.60.35-7	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0.20.20.60.36-5	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	0.20.20.60.37-3	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	0.20.20.60.38-1	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	0.20.20.60.39-0	8,71
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	0.20.20.70.05-0	15,65
DOSAGEM DE ALUMINIO	0.20.20.70.08-5	27,50
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	0.20.20.70.15-8	17,53
DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.16-6	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	0.20.20.70.17-4	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	0.20.20.70.18-2	58,61
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	0.20.20.70.20-4	8,97
DOSAGEM DE FENITOINA	0.20.20.70.22-0	35,22
DOSAGEM DE LITIO	0.20.20.70.25-5	2,25
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	0.20.20.70.27-1	4,11
DOSAGEM DE TEOFILINA	0.20.20.70.33-6	15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	0.20.20.70.34-4	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	0.20.20.70.35-2	15,65
ANTIBIOGRAMA	0.20.20.80.01-3	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	0.20.20.80.02-1	13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR	0.20.20.80.04-8	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	0.20.20.80.05-6	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)	0.20.20.80.06-4	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	0.20.20.80.07-2	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0.20.20.80.08-0	5,62
CULTURA PARA BAAR	0.20.20.80.11-0	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	0.20.20.80.12-9	10,25

EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	0.20.20.80.14-5	2,80
HEMOCULTURA	0.20.20.80.15-3	11,49
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	0.20.20.80.18-8	2,80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	0.20.20.80.19-6	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	0.20.20.80.20-0	2,80
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	0.20.20.80.22-6	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	0.20.20.80.23-4	5,04
DOSAGEM DE FRUTOSE	0.20.20.90.10-8	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	0.20.20.90.11-6	2,01
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES ( ELISA )	0.20.20.90.21-3	9,70
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	0.20.21.20.08-2	1,37
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE OVARIO (CA 125)	90158*	20,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER DE MAMA (CA 15-3)	90166*	12,00
ANTIGENO ASSOCIADO AO CANCER GASTROENTESTINAL (CA 19-9)	90174*	12,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGA (ELISA) ANTICLAMIDIA	90182*	20,00
UISA DE ANTICORPOS IGG (IFI) ANTICLAMIDIA	90190*	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG (ELISA) ANTICLAMIDIA	90212*	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (ELISA) ANTICLAMIDIA	90204*	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM (IFI) ANTICLAMIDIA	90220*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGA)	90239*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGG)	9016007*	30,00
ANTICORPOS ENDOMISIO (IGM)	9016120*	85,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DO MICOPLASMA	9016015*	30,00
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO LIVRE (PSA LIVRE)	9016139*	15,00
CURVA DE TOLERENCIA A LACTOSE	9016260*	35,00
DOSAGEM DE 25-OH-VITAMINA D	9016228*	30,00
CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE UREAPLASMA	9016422*	30,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGA	9016430*	82,00
ANTICORPOS ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGG	9016325*	98,00
DOSAGEM DE IGG TOTAL	9016333*	18,00
HLA-B-27	9016449*	87,00
PCR PARA DST's (CLAMYDIA)	9016503*	140,00
IGFBP-3	9016490*	43,00
PESQUISA DE ESTREPTOCOCO DO GRUPO B EM SWAB VAGINAL E ANAL	9016546*	50,00
toxoplasmose Igg avidéz	9016201*	45,00
Exame Anátomo-Patológico p/ Congelamento /Parafina (exceto Colo Uterino) –Peça Cirúrgica	0.20.30.20.03-0	24,00
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mínimo 3 coletas)	0.20.30.10.02-7	10,65
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino	0.20.30.20.02-2	43,21
Exame Citopatológico Cérvico-Vaginal/Microflora	0.20.30.10.01-9	6,64
Imunohistoquimicade Neoplasias Malignas (por marcador)	0.20.30.20.04-9	92,00
Exame Anátomo-Patológico de Mama-biópsia	0.20.30.20.06-5	24,00
Exame Anátomo-Patológico do Colo Uterino-biópsia	0.20.30.20.08-1	24,00
Exame Citopatológico Cérvico Vaginal/Microflora - Rastreamento	0.20.30.10.08-6	7,30
(*) código próprio CISAMARP		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 20 de janeiro de 2017.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**RESOLUÇÃO CPL 02/2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP  
Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC.  
<http://www.amarp.org.br> cis@amarp.org.br  
CNPJ 11.023.771/0001-10

Resolução nº. 02/2017 - CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, Homologa CLINICA E ANESTESIOLOGIA MACCARINI VIEIRA LTDA, CNPJ 22.299.959/0001-02, com sede a Rua Coronel Fagundes, 180, Sala no município de Videira - SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços de procedimentos em:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO	VALOR CIS
Consulta Médica em Atenção Especializada de Anestesia	03.01.01.007-2	60,00
Consulta Pré- anestésica	90360*	60,00
(*) código próprio CISAMARP		

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC

Videira, 20 de janeiro de 2017.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

---

**CIS/AMFRI**

---

**EXTRATO DISPENSA N.º 01-2017**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2017

Nº. Processo: DL 01/2017.

Objeto: É objeto da presente dispensa a contratação de empresa prestadora de serviços de locação e integração do sistema integrado do Consórcio intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí, composto pelos municípios de Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

Valor: R\$ 6.575,70

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: OutDesk Informática LTDA.

Vigência: 31/03/2017

Itajaí/SC, 18 de janeiro de 2017.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo - CITMAR.

---

**CIS/AMMVI**

---

**CONVOCAÇÃO AGO 01-02-2017**

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

MATIAS KOHLER, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 01 de fevereiro de 2017, às 16h:30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 17h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Centro de Eventos Rodeio 12, Rua José Ostrowski Júnior, 150 - Rodeio/SC - 89136-000 - <http://www.rodeio12.com.br/>.

ORDEM DO DIA

1. Leitura e Aprovação da Ata Anterior (08/12/2016);
2. Exposição da atual situação do CISAMVI;
3. Atualização sobre a Sindicância 01/2017;
4. Apresentação e Ratificação das Deliberações 01/2016 e 02/2016 – Pagamentos dos Prestadores do CISAMVI;
5. Aprovação da metodologia de cobrança dos Municípios dos Serviços Realizados em 2016;
6. Revisão Geral Anual dos Empregados do CISAMVI;
7. Revisão do valor do Vale Alimentação dos Empregados do CISAMVI;
8. Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 24 de Janeiro de 2017.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI

### **RESOLUÇÃO Nº 142-2017 - CISAMVI**

RESOLUÇÃO nº 142 de 24 de janeiro de 2017.

Altera a Resolução nº 11/2009, que institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão oficial de publicação legal.

Cleones Hostins, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 140/2017 e pela alínea “a” do inciso I, do Art. 49 do Estatuto do CISAMVI e;

Considerando a constatação de incorreção na identificação do Consórcio constante no art. 1º;

Considerando que houve alteração do endereço eletrônico utilizado para a publicação complementar:

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º, e o Parágrafo Único do artigo 4º da Resolução nº 11/2009, de 29/07/2009, que “institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão oficial de publicação legal”,

passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CISAMVI.

Parágrafo Único – O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Resolução substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 4º (...)

Parágrafo Único – Além da publicação na forma estabelecida nesta Resolução, também será utilizado a divulgação no endereço eletrônico [www.cisamvi.sc.gov.br](http://www.cisamvi.sc.gov.br).

Art. 2º - Republique-se na íntegra a Resolução 011/2009, de 29/07/2009, após publicação desta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 24 de janeiro de 2017.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

## **CISAM**

### **RESOLUÇÃO CISAM-REG MEIO OESTE Nº 001/2017**

Resolução CISAM-REG nº 01/2017

“Dispõe sobre a fiscalização dos requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas de água e esgoto regulados pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste – CISAM Meio Oeste.”

O Presidente da CREFISBA, órgão operacionalizador do CISAM-REG, no uso de suas atribuições e considerando o contido na Resolução Normativa CISAM-REG nº 02/2015, aprovada na ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, de 31 de março de 2016, bem como o contido nos dispositivos da legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Lista de Verificação para Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água – Anexo I e a Lista de Verificação para Fiscalização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário – Anexo II, bem como o modelo de Termos de Infração, Anexo III desta Resolução.

Parágrafo Único: As atividades a serem fiscalizadas serão definidas de acordo com o contido no Parágrafo Único do art. 24 do Anexo Único da Resolução CISAM-REG nº 01/2016.

Art. 2º Determinar as faixas dos prazos para o atendimento ao contido nos Termos de Infração, conforme a seguir:

- PE – Providências Emergenciais: Até 10 (dez) dias;
- PU – Providências Urgentes: Até 180 (cento e oitenta) dias;
- PCP – Providências de Curto Prazo: Até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias;
- PMP – Providências de Médio Prazo: Até 03 (três) anos;
- PLP – Providências de Longo Prazo: Até 06 (seis) anos.

Parágrafo Único: Os prazos, dentro de cada faixa, serão estipulados pela CREFISBA, levando em consideração o risco à saúde dos usuários, a segurança da prestação do serviço e ainda fatores externos, nunca ultrapassando o limite estabelecido.

Art. 3º As fiscalizações serão procedidas sempre que houver motivação de ordem operacional, legal ou ainda em cumprimento a roteiro pré-estabelecido pela CREFISBA, através de seu presidente.

Art. 4º Sempre que houver fiscalização, o Relatório, acompanhado

das Listas de Verificação e Termos de Infração será encaminhado ao titular e ao prestador do serviço e ainda publicado no site do CISAM-REG, em local de acesso restrito aos mesmos.

Art. 5º O Descumprimento, por parte do Prestador dos serviços de Água e Esgoto, do contido nos Termos de Infração, implicará na aplicação das sanções previstas na Resolução 06/2013.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 20 de janeiro de 2017.

Nasser Ibrahim

Presidente da CREFISBA

### **RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº002/2016**

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 02/2016

“Dispõe sobre a divulgação, por parte dos prestadores de serviços, das informações de contato da Ouvidoria.”

O Presidente, através da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, integrante do CISAM-REG, juntamente com os demais membros da Câmara, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Os prestadores de serviços de saneamento básico, regulados pelo CISAM-REG, com vistas a dar acesso a seus usuários ao canal de informações e mediação de conflitos, devem atender ao abaixo especificado:

- a) Manter mecanismos para recebimento de reclamações referentes à qualidade da água para consumo humano e para a adoção das providências pertinentes (exigido no Art. 16 do Anexo ao Decreto nº 5.440/2005);
- b) Este mesmo mecanismo deverá ser utilizado para recebimento de reclamações, consultas, denúncias, dúvidas, sugestões e/ou elogios de qualquer cunho e teor (este mecanismo é o controle de protocolo da ouvidoria do prestador);
- c) Divulgar as seguintes informações a respeito de sua ouvidoria: telefone para contato, e-mail e endereço;
- d) Divulgar as seguintes informações a respeito da ouvidoria do órgão regulador CISAM-REG: telefone para contato, e-mail e site;
- e) Utilizar, na divulgação das informações a respeito da ouvidoria

do órgão regulador, o seguinte texto:

Este prestador de serviços é regulado pelo CISAM-REG.

www.cisam.sc.gov.br/cisam-reg

ouvidoria@cisam.sc.gov.br

(49) 3555-6972

f) Divulgar as informações a respeito da ouvidoria do prestador e as informações a respeito da ouvidoria do órgão regulador nos seguintes meios:

- em todas as faturas enviadas aos usuários;
- no relatório anual mencionado no inciso II, do Art. 5º, do Anexo ao Decreto nº 5.440/2005;
- no site do prestador;
- cartazes, fornecidos pelo CISAM-REG, a serem fixados em locais de fácil visualização, no escritório de atendimento do prestador, na

prefeitura e no PROCON.

As informações divulgadas nas faturas e no relatório anual deverão ser inseridas com fonte que ofereça facilidade na visualização/localização.

Capinzal/SC, 13 de dezembro de 2016.

Nasser Ibrahim – Presidente da CREFISBA	Andevir Isganzella – Presidente do CISAM
Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional do CISAM	Sidnei Penzo Diretor Admin. e Financeiro do CISAM
Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista do CISAM	Leomar Eggers Contador do CISAM

## CONSÓRCIO - CVC

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

Edital de Convocação n. 001/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Rudimar Conte, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os representantes dos municípios associados, para a assembleia geral extraordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 03 de fevereiro de 2017, na cidade de Coronel Freitas, com a seguinte ordem do dia:

Data: 03 de fevereiro de 2017 (sexta feira)

Horário: Início às 14:00 (quatorze horas)

Local: Centro de Eventos de Coronel Freitas.

Ordem do dia:

- 1º) Apresentação do CVC ao Prefeito;
- 2º) Apresentação da atividades e projeto do CVC;
- 3º) Aprovação das alterações do Protocolo de Intenções;
- 4º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 24 de janeiro de 2017.

Rudimar Conte

Presidente do CVC.

## CPIMMOC

### ANEXO I RESOLUÇÃO 008/2016

Estado de Santa Catarina					
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL					
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas					
RECEITAS	1.215.000,00		DESPESAS		
RECEITAS CORRENTES	1.215.000,00		DESPESAS CORRENTES	1.081.150,00	
Receitas Patrimoniais	3.000,00		Pessoal e Encargos	466.500,00	
Transferências Correntes	1.210.933,76		Outras Despesas Correntes	614.650,00	
Outras Receitas Correntes	1.066,24				
RECEITAS DE CAPITAL	-		DESPESAS DE CAPITAL	133.850,00	

Outras Trans.. De Capital	-		Investimentos	133.850,00		
TOTAL DAS RECEITAS	1.215.000,00		TOTAL DA DESPESA	1.215.000,00		
RESUMO GERAL						
Receitas Correntes	1.215.000,00		Despesas Correntes	1.081.150,00		
Receitas de Capital	-		Despesas de Capital	133.850,00		
TOTAL DA RECEITA	1.215.000,00		TOTAL DA DESPESA	1.215.000,00		
Joaçaba/SC 10/12/2016						
VITOR JOÃO FACCIN			MARIZE COLETTI			
Presidente do Consórcio			Sec. Executiva			
VANDERLEI ROBERTO PICININI						
Contador CRC/SC 023.918						

**ANEXO II RESOLUÇÃO 008/2016**

Estado de Santa Catarina						
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL						
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO II - Receitas por Categoria Econômicas						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	Recurso				1.215.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES					1.215.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				3.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILI-ÁRIOS			3.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depositos Bancários		3.000,00			
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Receita de Valores Mob. De Depositos Rec. Não Vinculados		3.000,00			
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. De Outros Depositos de Recursos Não Vinculados	0.1.00 - Rec. Proprios	3.000,00			
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				1.210.933,76	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGO-VERNAMENTAIS			1.210.933,76		
4.1.7.2.3.00.00.00.00.00	Transferências De Municípios Consorciados		1.210.933,76			
4.1.7.2.3.37.01.00.00.00	Água Doce	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.02.00.00.00	Capinzal	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.03.00.00.00	Catanduvas	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.04.00.00.00	Erval Velho	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.05.00.00.00	Herval D'oeste	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.06.00.00.00	Ibicaré	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.07.00.00.00	Joaçaba	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.08.00.00.00	Lacerdópolis	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.09.00.00.00	Luzerna	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			

4.1.7.2.3.37.10.00.00.00	Ouro	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.11.00.00.00	Tangará	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.12.00.00.00	Treze Tílias	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.13.00.00.00	Vargem Bonita	0.1.00 - Rec. Proprios	30.000,00			
4.1.7.2.3.37.21.00.00.00	Agua Doce	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	56.844,24			
4.1.7.2.3.37.22.00.00.00	Capinzal	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	98.607,36			
4.1.7.2.3.37.23.00.00.00	Catanduvas	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	56.844,24			
4.1.7.2.3.37.24.00.00.00	Erval Velho	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	35.962,68			
4.1.7.2.3.37.25.00.00.00	Herval D'oeste	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	24.000,00			
4.1.7.2.3.37.26.00.00.00	Ibicaré	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	35.962,68			
4.1.7.2.3.37.27.00.00.00	Joaçaba	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	98.607,36			
4.1.7.2.3.37.28.00.00.00	Lacerdópolis	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	35.962,68			
4.1.7.2.3.37.29.00.00.00	Luzerna	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	53.364,00			
4.1.7.2.3.37.30.00.00.00	Ouro	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	63.804,84			
4.1.7.2.3.37.31.00.00.00	Tangará	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	53.364,00			
4.1.7.2.3.37.32.00.00.00	Treze Tílias	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	63.804,84			
4.1.7.2.3.37.33.00.00.00	Vargem Bonita	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	63.804,84			
4.1.7.2.3.37.41.00.00.00	Transf. Dos Municipios para Programa Inspeção Sanitária	0.1.02 - Inspeção Sanitária	40.000,00			
4.1.7.2.3.37.61.00.00.00	Transf. Dos Municipios para Programa Resíduos Sólidos	0.1.03 - Resíduos Sólidos	40.000,00			
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES				1.066,24	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS			1.066,24		
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas		1.066,24			
4.1.9.0.0.99.99.00.00.00	Outras Receitas Diversas	0.1.00 - Rec. Proprios	1.066,24			
	TOTAL GERAL DAS RECEITAS SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONOMICAS					1.215.000,00
Joaçaba/SC 10/12/2016						
VITOR JOÃO FACCIN	MARIZE COLETTI	VANDERLEI ROBERTO PICININI				
Presidente do Consórcio	Sec.Executiva	Contador CRC/SC 023.918				

**ANEXO III RESOLUÇÃO 008/2016**

Estado de Santa Catarina						
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL						
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO III - Natureza da Despesa por Categorias Economicas						
3.0.0.00.00.00.00.00	DESPESAS	Recursos				1.215.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				1.081.150,00	
3.3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			466.500,00		
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0.1.00 - Rec. Ordinarios	466.500,00			
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			614.650,00		
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.1.00 - Rec. Ordinarios	614.650,00			
3.4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				133.850,00	
3.4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			133.850,00		
3.4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0.2.24 - Outros Convenios	133.850,00			
	TOTAL DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA					1.215.000,00
Joaçaba/SC 10/12/2016						
VITOR JOÃO FACCIN	MARIZE COLETTI		VANDERLEI ROBERTO PICININI			
Presidente do Consórcio	Sec. Executiva		Contador CRC/SC 023.918			

**ANEXO IV RESOLUÇÃO 008/2016**

Estado de Santa Catarina						
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL						
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO IV - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais						
Código	Especificação	Projeto	Atividade	Operações Especiais	Total	
17	Saneamento					
17.512	Saneamento Básico Urbano					
17.512.0001	Desenvolvimento Regional Integrado	-			394.000,00	
17.512.0001.2.001	Manutenção das Atividades do CPIMMOC		394.000,00			
20	Agricultura					
20.604	Defesa Sanitária Animal					
20.604.0002	Implantação do SUASA Regionalizado na Ammoc				40.000,00	
20.604.002.2.002	Implantação da Inspeção Sanitária Regional Integrada (SUASA)		40.000,00			
18	Gestão Ambiental					
18.541	Defesa Sanitária Animal					
18.541.0003	Preservação Ambiental Integrada				741.000,00	
18.541.0003.2.003	Implantação do Licenciamento Ambiental Regionalizado		741.000,00			
17	Saneamento Básico					

17.512	Saneamento Básico Urbano					
17.512.0004	Saneamento Básico Integrado				40.000,00	
17.512.0004.2.004	Projeto de Resíduos Sólidos Integrado			40.000,00		
			TOTAL GERAL		1.215.000,00	
Joaçaba/SC 10/12/2016						
VITOR JOÃO FACCIN			MARIZE COLETTI			
Presidente do Consórcio			Sec. Executiva			
VANDERLEI ROBERTO PICININI						
Contador CRC/SC 023.918						

**ANEXO V RESOLUÇÃO 008/2016**

Estado de Santa Catarina					
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL					
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais					
Código	Especificação		Ordinário	Vinculado	Total
17	Saneamento				
17.512	Saneamento Básico Urbano				
17.512.0001	Desenvolvimento Regional Integrado	-	394.000,00		394.000,00
20	Agricultura				
20.604	Defesa Sanitária Animal				
20.604.0002	Implantação do SUASA Regionalizado na Ammoc		40.000,00		40.000,00
18	Gestão Ambiental				
18.541	Defesa Sanitária Animal				
18.541.0003	Preservação Ambiental Integrada		741.000,00		741.000,00
17	Saneamento Básico				
17.512	Saneamento Básico Urbano				
17.512.0004	Saneamento Básico Integrado		40.000,00		40.000,00
		TOTAL GERAL			1.215.000,00
Joaçaba/SC 10/12/2016					

VITOR JOÃO FACCIN		MARIZE COLETTI	
Presidente do Consórcio		Sec. Executiva	
VANDERLEI ROBERTO PICININI			
Contador CRC/SC 023.918			

**ANEXO VI RESOLUÇÃO 008/2016**

Estado de Santa Catarina								
CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL								
ORÇAMENTO 2017 - ANEXO VI - QDD - QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA								
Órgão	01.00	CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO						
Unidade	01.01	CPIMMOC - Consorcio Pub Inter. Multifinalitário do Meio Oeste e Contestado						
Funcional Programática								
17.000.0000	Saneamento Básico							
17.512.0000		Saneamento Básico Urbano						
17.512.0001		Desenvolvimento Regional Integrado						
17.512.0001.2.001		Manutenção das Atividade do Consórcio CPIMMOC						
Elemento	Recurso	Descrição				Valor Orçado	Total	
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES					316.000,00	
3.1.90.00.00	0 - Rec. Ordinário	Pessoal e Encargos Sociais				78.000,00		
3.3.90.00.00	0 - Rec. Ordinário	Outras Despesas Correntes				238.000,00		
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL					78.000,00	
4.4.90.00.00	0 - Rec. Ordinário	Investimentos				78.000,00		
		TOTAL					394.000,00	
Órgão	01.00	CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO						
Unidade	01.01	CPIMMOC - Consorcio Pub Inter. Multifinalitário do Meio Oeste e Contestado						
Funcional Programática								
20.000.0000	Agricultura							
20.604.0000		Defesa Sanitária Animal						
20.604.0002		Implantação do SUASA Regionalizado na Ammoc						
20.604.0002.2.002		Implantação da Inspeção Sanitária Regional Integrada (SUASA)						
Elemento	Recurso	Descrição				Valor Orçado	Total	
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES					30.000,00	
3.1.90.00.00	0.1.02 - Inspeção Sanitária	Pessoal e Encargos Sociais				15.000,00		
3.3.90.00.00	0.1.02 - Inspeção Sanitária	Outras Despesas Correntes				15.000,00		
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL					10.000,00	
4.4.90.00.00	0.1.02 - Inspeção Sanitária	Investimentos				10.000,00		
		TOTAL					40.000,00	
Órgão	01.00	CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO						
Unidade	01.01	CPIMMOC - Consorcio Pub Inter. Multifinalitário do Meio Oeste e Contestado						

Funcional Programática								
18.000.0000	Gestão Ambiental							
18.541.0000		Preservação e conservação Ambiental						
18.541.0003		Preservação Ambiental Integrada						
18.541.0003.2.003		Implantação do Licenciamento Ambiental Regionalizado						
Elemento	Recurso	Descrição				Valor Orçado	Total	
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES					705.150,00	
3.1.90.00.00	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	Pessoal e Encargos Sociais				358.500,00		
3.3.90.00.00	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	Outras Despesas Correntes				346.650,00		
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL					35.850,00	
4.4.90.00.00	0.1.01 - Licenciamento Ambiental	Investimentos				35.850,00		
		TOTAL					741.000,00	
Órgão	01.00	CPIMMOC - CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO						
Unidade	01.01	CPIMMOC - Consorcio Pub Inter. Multifinalitário do Meio Oeste e Contestado						
Funcional Programática								
17.000.0000	Saneamento Básico							
17.512.0000		Saneamento Básico Urbano						
17.512.0004		Saneamento Básico Integrado						
17.512.0004.2.004		Projeto de Resíduos Sólidos Integrado						
Elemento	Recurso	Descrição				Valor Orçado	Total	
3.0.00.00.00		DESPESAS CORRENTES					30.000,00	
3.1.90.00.00	0.1.03 - Resíduos Sólidos	Pessoal e Encargos Sociais				15.000,00		
3.3.90.00.00	0.1.03 - Resíduos Sólidos	Outras Despesas Correntes				15.000,00		
4.0.00.00.00		DESPESAS DE CAPITAL					10.000,00	
4.4.90.00.00	0.1.03 - Resíduos Sólidos	Investimentos				10.000,00		
		TOTAL					40.000,00	
Joaçaba/SC 10/12/2016								
VITOR JOÃO FACCIN			MARIZE COLETTI			VANDERLEI ROBERTO PICININI		
Presidente do Consórcio			Sec. Executiva			Contador CRC/SC 023.918		

**CONTRATO DE RATEIO 03 DE JANEIRO CONTRAPARTIDA 2017**

CONTRATO DE RATEIO 03/2017

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO INTEGRANTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

O Município integrante do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CATARINENSE - CPIMMOC, Consórcio Público constituído nos termos da Lei Federal 11.107, inscrito no CNPJ nº 19.678.109/0001-00, com sede na Rua: Roberto Trompowiski, 68 2º andar – centro Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Nadir Baú da Silva, Prefeito de Tangará, e de acordo com o Estatuto Social e com a Resolução 02/2014, celebram o presente Contrato de Rateio, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira – Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e das respectivas leis municipais de ratificação do Protocolo de Intenções do CPIMMOC, e demais legislação específica.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira – Este contrato tem por objeto o repasse de recursos dos Municípios integrantes do Consórcio CPIMMOC, visando a integralização da contrapartida de Convênio com o Governo Federal através do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) através do Proinf (Programa de apoio a Infraestrutura dos Territórios Rurais) cujo objeto consiste na aquisição de estrutura para implantação do SIM/SISBI/SUASA/POA (inspeção sanitária integrada) proposta Siconv nº 031266/2015.

**DO RATEIO**

Cláusula quarta – Para a execução do objeto deste contrato, cada Município repassará o valor de R\$ 4.220,77 (quatro mil, duzentos e vinte reais e setenta e sete centavos) a título de despesas de capital, que deverão ser integralizadas para depósito da contra partida junto ao agente financeiro do Governo Federal (Caixa Econômica Federal).

**DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

Cláusula sexta – A despesa decorrente do presente contrato de rateio deverá ser contabilizada no ente (Município) no elemento de despesa 4.4.71.70.01.

**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Cláusula oitava – Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o CPIMMOC deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Municípios, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**DA VIGÊNCIA**

Cláusula décima segunda – O presente contrato de rateio entra em vigor na sua assinatura e terá vigência até a conclusão do convênio junto ao MDA/Governo Federal.

**DO FORO**

Cláusula décima terceira – Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba/ Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Cláusula décima quarta – Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Joaçaba, 10 de janeiro de 2017.

AMÉRICO LORINI PrefeitoMunicipal de Herval d" Oeste	NADIR BAÚ DA SILVA Presidente do CPIMMOC
Marize Coletti Secretária Executiva do Consórcio	Paulo César da Cunha Tavares Assessor Jurídico OAB/SC 12477
Vanderlei Roberto Picinini Contador CRC/SC 023.918	

Ofício 003/2017

Exmo. Senhor  
AMÉRICO LORINI

Assunto: Integralização de recursos da contrapartida do Projeto de Inspeção Sanitária Integrada.

Senhor Prefeito:

Senhor Contador

Vimos a vossa presença encaminhar anexo cópia do contrato de rateio 003/2017, cujo objeto é o repasse por parte deste Município do valor de R\$ 4.220,77 para aquisição de veículos (um para cada Município) para implantação do projeto de inspeção sanitária integrada na região da Ammoc (SIM/SISBI/SUASA/POA).

O repasse destes recursos deve ser feito o mais breve possível haja visto que o projeto já está liberado e com a nova metodologia de convênios adotada pelo Governo Federal a licitação dos equipamentos só é liberada após o ente conveniado efetuar a transferência dos recursos

da contrapartida na conta do CPIMMOC, Banco do Brasil nº conta 10.7132-7, agência 0137-6.  
Sendo o que se apresentava nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Joaçaba/SC em 09 de janeiro de 2017.  
Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

### **PEDIDO DE ADESSÃO GESTÃO MEIO AMBIENTE**

**PEDIDO DE ADESSÃO AO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE TODA GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO CONSORCIADO AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MEIO OESTE CONTESTADO- CPIMMOC**

O Município através do seu Prefeito Municipal, AMERICO LORINI, vem através deste, SOLICITAR a inclusão dos serviços de Consultoria para Implantação do Licenciamento Ambiental de Impacto Local, oportunidade de atender todas as necessidades de adequação em cada um, além de organizar toda gestão ambiental dos municípios de forma consorciada sendo incluído: Inventário de Resíduos, elaboração das Ações do PMGIRS, Capacitação de recursos, Elaboração das Políticas na Área Ambiental e as demandas pontuais relacionadas as inconformidades ou emergências ambientais, além da Educação Ambiental junto a uma Equipe especializada junto ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste e Contestado (CPIMMOC) para atender o Município integrante do Consórcio, conforme abaixo:

1 – O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.939.430/0001-38, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, Nº 389, centro de Herval d" Oeste/SC, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AMÉRICO LORINI;

Declaramos ainda ciência que o Consórcio Público fará o processo e sendo que, o pagamento será por conta do Município através do Contrato de Rateio Administrativo.

Todos os trabalhos executados no município serão executados e acompanhados pela equipe do Consórcio.

Sendo o que se apresentava.

Joaçaba, 09 de Janeiro de 2017  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito de HERVAL D" OESTE

### **RESOLUÇÃO 008/2016 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2016 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO CPIMMOC**

RESOLUÇÃO Nº008/2016 de 10 de Dezembro de 2016

Estima a Receita e Fixa a Despesa do CPIMMOC – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário, para o exercício de 2017 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Publico do CPMMOC, Sr. Vitor João Faccin, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e considerando a decisão da Assembleia Geral Consorciada, realizada em 10/12/2016, tendo em vista o que dispõem:

1 – os termos do protocolo de intenções ratificado pelas leis municipais; 2 – As disposições estatutárias; 3 – O contrato de programa; 4 – Os contratos de rateio celebrados entre os consorciados;

**RESOLVE:**

Art 1º - Esta resolução estima a Receita e fixa a Despesa do Consórcio Publico Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado para o exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 165 da Constituição Federal, contemplando o orçamento fiscal do Consórcio.

Parágrafo Único. Constituem os anexos e fazem parte desta resolução:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV – Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

V – Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e Operações Especiais;

VI – QDD – Quadro Demonstrativo da Despesa;

Art 2º O Orçamento do consórcio, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º § 1º, estimada para o exercício de 2017 em R\$ 1.215.000,00 (um milhão, duzentos e quinze mil reais) e a despesa fixada em R\$ 1.215.000,00 (um milhão duzentos e quinze mil reais).

Art. 3º A receita orçamentária, que decorrerá da arrecadação de contribuições dos entes consorciados, nos respectivos contratos de rateio, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas que o consórcio possa arrecadar conforme a legislação vigente é estimada em R\$ 1.215.000,00 (um milhão duzentos e quinze mil reais) discriminados por categoria econômica conforme desdobramento a

seguir:

RECEITAS	1.215.000,00
RECEITAS CORRENTES	1.215.000,00
Receitas Patrimoniais	3.000,00
Transferências Correntes	1.210.933,76
Outras Receitas Correntes	1.066,24
RECEITAS DE CAPITAL	-
Outras Trans.. De Capital	-
TOTAL DAS RECEITAS	1.215.000,00

Art. 4º A receita será realizada com base na sua efetiva arrecadação, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento dos anexos que são parte integrantes desta resolução.

Art. 5º A despesa orçamentária total está fixada em R\$ 1.215.000,00 (um milhão duzentos e quinze mil reais), conforme abaixo discriminada:

3.0.0.00.00.00.00.00	DESPESAS				1.215.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.081.150,00	
3.3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		466.500,00		
3.3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	466.500,00			
3.3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		614.650,00		
3.3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	614.650,00			
3.4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			133.850,00	
3.4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		133.850,00		
3.4.4.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	133.850,00			
		1.215.000,00			

Art. 6º A despesa autorizada, apresentada de acordo com as normas da lei 4.320/1964 e demais portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até a modalidade de aplicação.

Art. 7º O Orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite efetivo da arrecadação.

Art. 8º Fica o Presidente do CPIMMOC autorizado a:

I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da lei 4320/64, utilizando como fonte de recursos a anulação

parcial ou total de dotações, excluindo-se deste limite os créditos adicionais abertos tendo como fonte de recurso o provável excesso de arrecadação e o eventual superávit financeiro;

II – abrir créditos adicionais suplementares à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de convênios;

III – abrir créditos adicionais suplementares a conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício e do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 9º Fica o presidente da CPIMMOC autorizado a celebrar convênios e acordos com o Governo Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2017.

Art. 10. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de Dezembro de 2016

VITOR JOÃO FACCIN  
Presidente CPIMMOC

Registrado e Publicado em 10 de Dezembro de 2016

MARIZE COLETTI  
Diretora Executiva do Consórcio

**TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL CATANDUVAS**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de CATANDUVAS, inscrita no CNPJ nº 82.939.414/0001-45, com sede a rua R. Felipe Schmit, 1435 centro de Catanduvas/SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, portador do CPF: nº 195.397.549-68, e do RG nº 360.622, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

**DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SISBI/SUASA/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479847 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor preto opaco, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potência gás: 80/álcool;0, número do motor: D4DJ754Q177018 DI: 1612002066: 05/08/2016, QHX 8097.

**1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

**1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se referem ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95//2015, M-DA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/ SUASA/SISBI/POA no município de Catanduvas.

**1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

**1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

**1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

**1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

**1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

**1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

**1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Presidente CPIMMOC Prefeito Municipal  
Catanduvas

Marize Coletti Paulo Cesar da C. Tavares  
Diretora Executiva do CPIMMOC Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

**TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL ERVAL VELHO**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de ERVAL VELHO, inscrita no CNPJ nº 82.939.422/0001-91, com sede a rua R. Nereu Ramos, 204 centro de Erval Velho/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, portador do CPF: nº 824.490.409-78, e do RG nº 2.418.443, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

**DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIM-MOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479784 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q176981 DI: 1612002066: 05/08/2016, Placa QIK1896.

**1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

**1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95//2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de Erval Velho.

**1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

**1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

**1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

**1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

**1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de

sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

**1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

**1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Presidente CPIMMOC

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

Erval Velho

Marize Coletti

Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares

Assessor Jurídico/ Advogado

OAB/SC 12447

**TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL HERVAL D OESTE**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE HERVAL D OESTE.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de HERVAL D OESTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, com sede a rua NEREU RAMOS, Nº 389, centro de Herval d Oeste/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. AMERICO LORINI, portador do CPF: nº162.730.799-00, e do RG nº 167.901, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

**DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIM-MOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto: SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL385137 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor preto opaco, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool; 0, numero do motor: D4DJ754Q170933 DI: 1612002066: 05/08/2016, placa QHV8046.

**1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências

que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº 1.025.974-95//2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIMJ/SUASA/SISBI/POA no município de Herval d' Oeste.

### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

### 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

### 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

### 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal  
HERVAL D' OESTE

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

## TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL JOAÇABA

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de JOAÇABA, inscrita no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, com sede a rua Av. XV de Novembro, 378, centro de Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. DIOCLELIO RAGNINI, portador do CPF: nº 423.959.849-49, e do RG nº 635.469, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso nos Projetos SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479787 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q177019 DI: 1612002066: 05/08/2016, placa QIK 1926.

### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95//2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SUA-SA/SISBI/POA no município de Joaçaba.

### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

**1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

**1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

**1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

**1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

**1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

**1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA	DIOCLÉSIO RAGNINI
Presidente CPIMMOC	Prefeito Municipal
	JOAÇABA

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

**TERMO CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL LUZERNA**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE LUZERNA.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de LUZERNA/SC, inscrita no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede a rua Avenida 16 de Fevereiro, 151, centro de Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. MOISES DIERSMANN, portador do CPF: nº 024.651.199-07, e do RG nº 3.427.769, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

**DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SISBI/SUASA/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL385301 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q174409 DI: 1607671443: 05/08/2016, QIK 1866.

**1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

**1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que referem-se ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de Luzerna.

**1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

**1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

## 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

## 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

## 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

## 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

## 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal  
LUZERNA

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

## TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL OURO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE OURO.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de OURO/SC, inscrita no CNPJ nº 82.777.228/0001-57, com sede a rua R. Gov. Jorge Lacerda, 1209, centro de Ouro/SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. NERI LUIZ MIQUELOTO, portador do CPF: nº: 340.893.819-91, e do RG nº: 655.507, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SISBI/SUASA/POA, conforme descrição abaixo:

1. - (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479786 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool; 0, numero do motor: D4DJ754Q177007 DI: 1612002066: 05/08/2016, Placa QIK1916.

## 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

## 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de OURO.

## 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela cessionária para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

## 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

## 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

## 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

## 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro

de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

#### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

#### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

NERI LUIZ MIQUELOTO  
Prefeito Municipal  
OURO

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

### **TERMO CESSÃO DE USO BEM MÓVEL VARGEM BONITA**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE Vargem Bonita.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de Vargem Bonita/SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, com sede a rua R. Coronel Vitória, 966, centro de Vargem Bonita/SC, neste ato representada por sua Prefeita Sra MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, portadora do CPF: nº 710.974.499-04, e do RG nº 1.517.445, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

#### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso nos Projetos SIM/SUASA/SISBI/POA, e Meio Ambiente, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL304046 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor prata etoile, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potência gás: 80/álcool;0, número do motor: D4DJ754Q167083 DI: 1606299826: 05/08/2016, placa: QHX 8137.

#### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas,

no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

#### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de Vargem Bonita.

#### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

#### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

#### 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

#### 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

#### 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

#### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

#### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente

instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DASILVA      MELANIA APª ROMAN MENEHINI  
Presidente CPIMMOC      Prefeita Municipal  
Vargem Bonita

Marize Coletti      Paulo Cesar da C. Tavares  
Diretora Executiva do CPIMMOC      Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

## **TERMO CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL TREZE TILIAS**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE Treze Tílias.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. . NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de Treze Tílias/SC, inscrita no CNPJ nº 82.777.251/0001-41, com sede a rua Pça. Ministro Andreas Thaler, 25 , 1209 , centro de Treze Tílias/SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr MAURO DRESCH, portador do CPF: nº 460.440.609-00 , e do RG nº 1.074.960, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

### **DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso nos Projetos SIM/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479793 RENA VAN 164003-fab./mod. 2016/2016, cor prata etoile, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q176994 DI: 1612002066: 05/08/2016, placa: QHX 8107.

### **1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

### **1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA, no município de Treze Tílias.

### **1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

### **1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

### **1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

### **1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

### **1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

### **1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

### **1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal  
Treze Tílias

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

**TERMO CESSÃO USO DE BEM MÓVEL TANGARÁ**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE TANGARÁ.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de TANGARÁ/SC, inscrita no CNPJ nº 82.827.999/0001-01, com sede a rua Av. Irmãos Piccoli, 267, 1209, centro de Tangará/SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, portador do CPF: nº 448.199.359-68, e do RG nº 857.179, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

**DO OBJETO:**

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso nos Projetos SIM/SUASA/SISBI/POA, e Meio Ambiente, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL385709 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor preto opaco, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potência gás: 80/álcool;0, número do motor: D4DJ754Q174120 DI: 1608509941: 05/08/2016, placa QHX 8057.

**1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM**

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

**1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM**

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA e no Projeto Licenciamento Ambiental Local no município de Tangará.

**1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA**

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

**1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:**

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;

- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

**1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

**1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

**1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de Dezembro/2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

**1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

**1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

NADIR BAÚ DA SILVA  
Prefeito Municipal  
Tangará

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

**TERMO DE CESSÃO DE USO BEM MÓVEL CAPINZAL**

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE CAPINZAL.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de CAPINZAL, inscrita no CNPJ, nº 82.939.406/0001-07, com sede a rua Carmelo Zocolli, 15, centro de Capinzal/SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Sr: NILVO DORINI, portador do CPF: nº 482.175.149-68, e do RG nº 11/R.1.515.892, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante

as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

#### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIM-MOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479785 RENA VAN 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q177006 DI: 1612002066: 05/08/2016, Placa QIK1886.

#### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

#### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se referem ao Contrato de Repasse nº.025.974-95//2015,M-DA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de Capinzal.

#### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

#### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

#### 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

#### 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

#### 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

#### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

#### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

NILVO DORINI  
Prefeito Municipa  
Capinzal

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

### TERMO DE CESSÃO DE USO BEM MÓVEL IBICARÉ

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICIPIO DE IBICARÉ.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de IBICARÉ, inscrita no CNPJ nº 82.939.448/0001-30, com sede a rua Rua Dom Pedro II, 133, centro de IBICARÉ/SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. GIANFRANCO VOLPATO, portador do CPF: nº-16790279-21, e do RG nº2.634.577, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

#### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIM-MOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto: SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL407786 RENA VAN 164003-fab./mod. 2016/2016, cor preto opaco, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool;0, numero do motor: D4DJ754Q175445 DI: 1609248793: 05/08/2016, QHX8077.

#### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências

que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº 1.025.974-95//2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SUA-SA/SISBI/POA no município de Ibicaré.

### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

### 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

### 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

### 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (dois) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

GIANFRANCO VOLPATO  
Prefeito Municipal  
IBICARÉ

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

## TERMO DE CESSÃO DE USO BEM MÓVEL LACERDÓPOLIS

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowiski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de LACERDÓPOLIS, inscrita no CNPJ nº 82.939.471/0001-24, com sede a rua Rua 31 de Março, 289, centro de LACERDÓPOLIS /SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. SERGIO LUIZ CALEGARI, portador do CPF: nº 596.847.989-20, e do RG nº 18.744-90, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso nos Projetos SIM/SUASASISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479788 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco glacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potência gás: 80/álcool;0, número do motor: D4DJ754Q176980 DI: 1612002066: 05/08/2016, placa QIK1936.

### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o carro em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se refere ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015,MDA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA no município de Lacerdópolis.

### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado

na Cessão.

#### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

#### 1.6 – DA VISTORIA

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

#### 1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

#### 1.8 – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

#### 1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

#### 1.10 – DO FORO

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

SÉRGIO LUIZ CALEGARI  
Prefeito Municipal  
LACERDÓPOLIS

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

### TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO E O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, com sede a rua Roberto Trompowski, 68 2º andar, centro, Joaçaba/SC, CNPJ 19.678.109/0001-00, representado por seu Presidente, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, CPF: 448.199.359-68 portador da carteira de identidade RG nº 857.179, e o Município de Água Doce, inscrita no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, com sede a rua Pça. João Macagnan, 322, centro de Água Doce/SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Sr. Antonio José Bissani, portador do CPF: nº032.667.619-87, e do RG nº 135.892, doravante denominada PREFEITURA, resolvem de comum acordo celebrar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, mediante as seguintes cláusulas e condições, como seguem:

#### DO OBJETO:

0.1. O objeto do presente Termo é a cedência, por parte do CPIMMOC para o Município, de um Veículo Popular para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA, conforme descrição abaixo:

- (01) Veículo novo-marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V 5P, Chassi: 8A1BB8215GL479780 RENAVAL 164003-fab./mod. 2016/2016, cor branco clacier, portas 05 lugares 05, combustível gasolina/alcool-motor 1.0. Potencia gás: 80/álcool; 0, numero do motor: D4DJ754Q177018 DI: 1612002066: 05/08/2016, PLACA: QIK1856.

#### 1.2 – DA GUARDA E DA MANUTENÇÃO DO BEM

O Município assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção do veículo e quaisquer ocorrências que venham surgir com o bem durante a vigência deste, apuradas, no ato ou posteriormente, pelos meios administrativos ou judiciais pertinentes.

#### 1.3. – DO MOTIVO DA ENTREGA E DA UTILIZAÇÃO DO BEM

Para consecução dos objetivos do presente Termo de Cessão de Uso, o CPIMMOC disponibilizará ao Município, o veículo em questão, que será utilizado para atendimento das metas estabelecidas no que se referem ao Contrato de Repasse nº1.025.974-95/2015, M-DA/CAIXA, que visa a aquisição de veículos para uso no Projeto SIM/SUASA/SISBI/POA, no município de Água Doce.

#### 1.4 – DA RESTRIÇÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a transferência pela CESSIONÁRIA para uso de outros órgãos, pessoas físicas, instituições ou locais adversos ao ajustado na Cessão.

#### 1.5 – DAS DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO:

A presente Cessão de Uso é gratuita, sendo que o Município se obriga a arcar com quaisquer encargos as despesas de:

- a)- Licenciamento e Emplacamento;
- b)- Seguro;
- c)- manutenção e conservação;
- d)- multas e taxas em geral atribuídas ao veículo advindas de seu uso;
- e)- abastecimento;
- f)- revisão;
- g)- guarda; e
- h)- outras relacionadas ao uso e ao objeto da cessão.

**1.6 – DA VISTORIA**

A PREFEITURA declara expressamente ter efetuado a vistoria do bem ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foi feita e em excelente estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

**1.7 – DA RESPONSABILIDADE DO ÔNUS**

A PREFEITURA compromete-se em recuperar o bem ora, cedido, em todos os itens que se fizerem necessários, durante a vigência desta Cessão, bem como se responsabilizará pelas questões de litígio, penais, civis e administrativas dela decorrentes.

**1.8 – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo de Cessão de Uso entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM, vigorando em 20 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovado nos termos da lei.

**1.9 – DA RESCISÃO DO TERMO**

O PRESENTE Termo poderá ser rescindido por acordo entre as

partes ou unilateralmente, na hipótese de não cumprimento de suas cláusulas e condições, ou ainda em decorrência de fato superior de ordem legal ou administrativo.

**1.10 – DO FORO**

Para qualquer dúvida sobre este instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, excluindo qualquer outro por mais privilegiado.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Joaçaba (SC), 20 de janeiro 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Presidente CPIMMOC

ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal  
Água Doce

Marize Coletti  
Diretora Executiva do CPIMMOC

Paulo Cesar da C. Tavares  
Assessor Jurídico/ Advogado  
OAB/SC 12447

---

**CIS/AMERIOS**

---

**RESOLUÇÃO N. 001/2017 - CIS-AMERIOS - REPOSIÇÃO SALARIAL FABIANE**

Resolução nº 001/2017 Maravilha (SC), 13 de janeiro de 2017.

Dispõe sobre o reajuste do salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de primeiro de janeiro de 2017 e dá outras providências.

Sr. JAIRO RIVELINO EBELING, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, usando da competência que lhe confere o artigo 28, parágrafo 1º do Estatuto Social.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer o salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de janeiro de 2017, conforme reajuste do salário mínimo (índice 6,47727%) para:

I – Assessora Administrativa e Financeira, Sra. Fabiane Galera - 20h/semanais, sendo: R\$ 4.216,50 (Quatro mil, duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos);

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2017.

Maravilha (SC), 13 de janeiro de 2017.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Presidente do CIS/AMERIOS  
Prefeito de Cunha Porã